

MIGRAÇÕES

SUJEITOS, OBJETOS E IDEIAS EM DESLOCAMENTO



2024

ESPACIALIDADES

Revista Eletrônica dos Discentes do Programa de Pós-Graduação em História e Espaços
da UFRN - Espacialidades

2025, Volume 21, Número 1 - ISSN: 1984-817X

Dossiê: Migrações: sujeitos, objetos e ideias em deslocamento

Editor Responsável: Thiago Alves Dias (UFRN)

Editor Gestor: Gilson Mateus Pinto Júnior (UFRN)

Vice Gestora: Alaide Matias Ribeiro (UFRN)

Secretário-Geral: Antônio Carlos Cabral de Medeiros (UFRN)

Secretário de Comunicações e Redes Sociais: Gabriel Amorim Dias de Oliveira (UFRN)

Editores de texto (normatização): Alaide Matias Ribeiro (UFRN) e Gilson Mateus Pinto
Júnior (UFRN)

Gerenciador do site: Allyson Afonso Santos Silva (UFRN)

Editores: Alaide Matias Ribeiro (UFRN); Allyson Afonso Santos Silva (UFRN); Daiane
Santana Santos (UFRN); Désio Rodrigo da Rocha Silva (UECE); Gilson Mateus Pinto
Júnior (UFRN); Hannah Cabral Dantas de Barros Teixeira (UFRN); Mário André Sousa de
Oliveira (UFRN); Laís Maria da Costa Silva (UFRN); Yasmim Azevedo da Silva (UFRN)

Imagem de capa: Desenho “Batuque e Capoeira” de autoria de José Clewton do
Nascimento (2024)



<https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v21n1ID41224>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitor: José Daniel Diniz Melo

Vice-Reitor: Henio Ferreira de Miranda

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

Diretora: Samuel Anderson de Oliveira Lima

Vice-Diretor: Josenildo Soares Bezerra

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Coordenadora: Fabíula Sevilha de Souza

Vice-coordenador: Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior

**ESPACIALIDADES REVISTA ELETRÔNICA DOS DISCENTES DO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Editor Responsável: Thiago Alves Dias

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes - Sala 812. Universidade Federal do Rio
Grande do Norte Av. Senador Salgado Filho, 3000 - Lagoa Nova - CEP 59078-970 -
Natal/RN

Disponível/Disponible/Available: Site: periodicos.ufrn.br/espacialidades | E-
mail: espacialidades@gmail.com

NATAL(RN)-BRASIL/2025



<https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v21n1ID41224>

CONSELHO CIENTÍFICO



<https://doi.org/10.21680/1984-817X.2025v21n1ID41224>

Alarcon Agrado Ó (UFCG)	Keila Auxiliadora Carvalho (UFVJM)
Alessandro Dozena (UFRN)	Leila Bianchi Aguiar (UFRJ)
Ana Karine Martins Garcia (Secult-UFC)	Lígio José de Oliveira Maia (UFRN)
Ana Maria Veiga (UEPB)	Magno Francisco de Jesus Santos (UFRN)
Andréa Lisly Gonçalves (UFOP)	Marcia Severina Vasques (UFRN)
Angela Maria de Castro Gomes (UFF)	Márcio Ferreira Rodrigues Pereira (UFC)
Antônia Valtéria Melo Alvarenga (UESPI)	Márcio Roberto Voigt (UFSC)
Antônio Luiz Macêdo e Silva Filho (UFC)	Margarida de Souza Neves (PUC-Rio)
Aryana Lima Costa (UERN)	Margarida Maria de Oliveira Dias (UFRN)
Beatriz Gallotti Mamigonian (UFSC)	Maria Emília Monteiro Porto (UFRN)
Bruno Uchoa Borgongino (UFPE)	Maria Regina Celestino de Almeida (UFF)
Candice Vidal e Souza (PUC-MG)	Marylu Alves de Oliveira (UFPI)
Claudia Cristina Azeredo Atallah (UFF)	Nauk Maria de Jesus (UFGD)
Crislayne Gloss Marão Alfagali (PUC-RIO)	Nayana Rodrigues Cordeiro Mariano (UEPB)
Daiane Silveira Rossi (FIO CRUZ)	Olivia Candeia Lima Rocha (UFPI)
Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UEPB)	Pedro Pio Fontineles Filho (UESPI)
Edrisi de Araujo Fernandes (UnB)	Rafael Ricarte da Silva (UFPI)
Edson Hely Silva (UFPE)	Raimundo Barroso Cordeiro Júnior (UEPB)
Érica Lopo de Araújo (UFPI)	Rodrigo Patto Sá Motta (UFMG)
Fabíula Sevilha (UFRN)	Ronaldo Vainfas (UFF)
Fabrina Magalhães Pinto (UFF)	Solange Pereira da Rocha (UEPB)
Fagno da Silva Soares (IFMA)	Sônia Maria de Meneses Silva (URCA)
Flavia Galli Tatsch (UNIFESP)	Susana Isabel Marcelino Guerra Domingos (UFRN)
Francisco das Chagas Fernandes Santiago Júnior (UFRN)	Thiago Eustaquio da Mota (UPE)
Francisco Firmino Sales Neto (UFCG)	Tyrone Apollo Pontes Cândido (UECE)
Frederico de Castro Neves (UFC)	Vitória Fernanda Schettini de Andrade (UNIVERSO)
Gilmar Arruda (UEL)	
Haroldo Loguercio Carvalho (UFRN)	
Henrique Alonso de Albuquerque (UFRN)	
Isabel Cristina Reis (UFRB)	
Jardel de Carvalho Costa (UESPI)	
Jorn Seemann (Ball State University, USA)	
José Otávio Aguiar (UFCG)	
Joseanne Zingleara Soares Marinho (UESPI)	
Júnia Ferreira Furtado (UFMG)	



PARECERISTAS *AD HOC* DESTA EDIÇÃO

Maria Verônica Secreto

Nara Maria de Paula Tinoco

Renato Marinho Brandão Santos

Thiago Alves Dias

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 1

DOSSIÊ TEMÁTICO

As fronteiras insulares de Belém: reflexões a partir de um prisma historiográfico

Enos Botelho Sarmiento **6-24**

Entre o campo e o garimpo: migrações para garimpagem na Amazônia à luz das políticas de integração da Ditadura Militar

Giselle Maria Silva Cruz **25-38**

Deslocamentos e conflitos: narrativas sobre os povos indígenas Paiacu na colonização das capitanias do Norte pelo colonizador português (séculos XVII-XVIII)

Almir Leal de Oliveira e Reinaldo Forte Carvalho **39-65**

Testemunhas de Jeová no Brasil: (auto)representações e apropriações do espaço

Osório Viera Borges Junior **66-84**

Memórias de garçons Pedro-Segundenses na São Paulo oitentista: entre redes de migração e exploração

Raiane Melo Brito **85-107**

Aspectos do processo migratório na região cacaueira: uma análise dos sujeitos do cacau sul-baiano (1890-2000)

Emilly Mendes Barbosa, Felipe França Neves de Oliveira e Jaciane Aparecida Jesus da Cruz **108-133**

Seca, migração e vinculações com a “indústria da seca”: a Comissão de Socorros Públicos no Piauí Imperial (1877-1879)

Francisco Gleison da Costa Monteiro e Lucas Clementino Feitosa Pinheiro **134-157**

O corpo em trânsito: a emigração feminina portuguesa para o Brasil por meio dos registros oficiais do século XIX

Letícia Giroto Dilio **158-175**

Modistas “francesas” sobre as duas faces do engajamento infantil: ações de tutela e soldada na Corte dos anos de 1880

Ingrid Job **176-201**

O debate sobre o Papa Pio XII, o Holocausto e os refugiados do Nazismo:
uma revisão narrativa

André Joaquim Gonçalves de Campos Junior, Bianca da Silva Sousa e Diego Luiz
Santos **202-231**

A migração para a Amazônia: trajetórias de sertanejos abrigados na Hospedaria
Getúlio Vargas (Ceará, década de 1950)

Renata Felipe Monteiro **232-255**

**Usos da memória e narrativa na obra literária “Nihonjin” (2011) de Oscar
Nakasato**

Esther Yuri Matsuo, Iara Cunha de Lima e Beatriz Santos Simões **256-280**

“Chinaman and riceaters”: migração, racismo culinário e inferiorização chinesa nos
EUA Contemporâneo (séculos XIX ao XXI)

Christian Fausto Moraes dos Santos, Eduardo Mangolim Brandani da Silva e
Gessica de Brito Bueno **281-305**

SEÇÃO LIVRE

Aldeia da Jaqueira em Porto Seguro/Bahia: onde a água, a Natureza são de
fundamental importância socioambientais

Allívia Rouse Carregosa Rabbani, Ricardo Almeida Cunha e Roberto Muhájir
Rahnemay Rabbani **306-329**

Espaço e resistência: as fugas como ato de subversão da escravizada Maria em
Mariana – MG (1840-1854)

Ana Vitória Vieira e Carla Aparecida Nunes **330-355**

Em luta pelos animais: os processos judiciais envolvendo Palmira Gobbi e a ARPA
(1950-1980)

Elenita Malta Pereira e Thamires Aparecida Pereira da Silva **356-376**

O disputado Apodi: conflitos agrários e querelas familiares na conquista territorial
da capitania do Rio Grande (séc. XVII-XVIII)

José Guilherme Oliveira da Silva **377-390**

O Bolsonarismo enquanto elemento da cultura política brasileira: análises
teóricas e historiográficas (1999-2023)

Gabriel Lopes Silva **391-415**

RESENHA

Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão

Revista Espacialidades [online]. 2025.1, v. 21, n. 1, ISSN 1984-817X

Mayjara Rêgo Costa Garcia Oliveira **416-422**

A normalidade dissecada

Vinícius Augusto Andrade de Assis **423-429**

TRADUÇÃO

Lima Barreto: a “juristinist” in the tribune of letters

Thiago Venícius de Sousa Costa **430-456**

ENTREVISTA

Migrações: sujeitos, objetos e ideias em deslocamento – Entrevista com o Prof.
Dr. Tyrone Apollo Pontes Cândido **457-467**

APRESENTAÇÃO

MIGRAÇÕES: sujeitos, objetos e ideias em deslocamento

É com grande satisfação que apresentamos o dossiê 21.1 - *Migrações: sujeitos, objetos e ideias em deslocamento*. Neste dossiê, propomos um diálogo sobre o fenômeno da migração em suas diversas formas e perspectivas. Enfatizamos como sujeitos, objetos e ideias foram deslocadas ao longo da História e como esses processos resultaram na criação e modificação dos espaços. O dossiê reúne dezoito artigos, treze referentes ao *Dossiê Temático* e cinco no âmbito da *Seção Livre*, e uma *Entrevista* inédita que discutem aspectos da migração ao longo do Brasil colonial, imperial e republicano. O volume também integra duas resenhas e uma tradução (inglês).

Nos trabalhos aqui apresentados, os autores buscaram trazer múltiplas perspectivas para a análise dos processos migratório e de deslocamento de sujeitos, grupos e instituições ao longo da História. Em *As fronteiras insulares de Belém: reflexões a partir de um prisma historiográfico* Enos Botelho Sarmento investigou as relações econômicas, sociais e culturais entre Belém e suas ilhas vizinhas, destacando o papel das atividades extrativistas, industriais e comerciais que sustentaram o crescimento da metrópole amazônica no início do século XX, além do impacto da urbanização e da modernização.

Giselle Maria Silva Cruz no artigo *Entre o campo e o garimpo: migrações para garimpagem na Amazônia à luz das políticas de integração da Ditadura Militar*, reflete sobre as migrações motivadas pelo garimpo na Amazônia durante a Ditadura Militar, enfocando as políticas governamentais de integração territorial e suas consequências socioeconômicas para os migrantes. Por sua vez, os autores Almir Leal de Oliveira e Reinaldo Forte Carvalho em *Deslocamentos e conflitos: narrativas sobre os povos indígenas Paiacu na colonização das capitânicas do Norte pelo colonizador português (séculos XVII-XVIII)* examinam as narrativas dos cronistas do Instituto do Ceará sobre os conflitos

envolvendo os Paiaçu durante a colonização portuguesa nas capitanias do Norte, destacando os processos de resistência e as repercussões territoriais dessas interações.

Osorio Vieira Borges Junior em *Testemunhas de Jeová no Brasil: (auto)representações e apropriações do espaço*, realiza uma análise da presença das Testemunhas de Jeová no contexto brasileiro a partir da História Cultural das Religiões. O autor investiga de que modo esse grupo religioso articula suas práticas de autodefinição identitária e promove a apropriação dos espaços sociopolíticos e culturais nos quais está inserido, evidenciando as dinâmicas simbólicas e sociais subjacentes a esses processos. Raiane Melo Brito tece uma análise acerca da experiência migratória de garçons oriundos de Pedro II (Piauí) para São Paulo na década de 1980 no artigo *Memórias de garçons pedrosegundenses na São Paulo oitentista: entre redes de migração e exploração*. Enfatiza as redes de solidariedade, a precarização do trabalho e a desconstrução de estereótipos ligados à migração rural do Norte para a metrópole no sudeste do Brasil.

Emilly Mendes Barbosa, Felipe França Neves de Oliveira e Jaciane Aparecida Jesus da Cruz em *Aspectos do processo migratório na região cacaueira: uma análise dos sujeitos do cacau sul-baiano (1890-2000)* apresentam um estudo da migração interna e externa relacionada à cadeia produtiva do cacau, na Bahia, abordando aspectos trabalhistas, mudanças socioeconômicas e a urbanização progressiva influenciada pelo declínio da monocultura cacaueira. No artigo *Seca, migração e vinculações com a “Indústria da seca”: a Comissão de Socorros Públicos no Piauí Imperial (1877-1879)* Lucas Clementino Feitosa Pinheiro e Francisco Gleison da Costa Monteiro analisam a atuação da Comissão de Socorros Públicos do Piauí no contexto da seca de 1877-1879, destacando a crise migratória e social decorrente da calamidade, as desigualdades regionais e críticas à administração pública, apresentando a seca como fenômeno social.

Ainda no contexto migratório do século XIX, Letícia Giroto Dilio em *O corpo em trânsito: a emigração feminina portuguesa para o Brasil por meio dos registros oficiais do século XIX* estuda a emigração de mulheres portuguesas para o Brasil (1850-1873), enfocando os processos sociais, questões de gênero e as condições de vida enfrentadas, sobretudo violências e desigualdades, com base em documentos diplomáticos e registros oficiais. Em *Modistas “francesas” sobre as duas faces do engajamento*

Revista Espacialidades [online]. 2025.1, v. 21, n. 1, ISSN 1984-817X [2]

infantil: ações de tutela e soldada na Corte dos anos de 1880 Ingrid Job destaca o papel do trabalho infantil na Corte do Rio de Janeiro nos anos 1880, analisando as condições sociais, culturais e políticas do engajamento infantil à luz da teoria sociológica de Pierre Bourdieu e do método indiciário de Carlo Ginzburg.

André Joaquim Gonçalves de Campos Junior, Bianca da Silva Sousa e Diego Luiz Santos em *O debate sobre o Papa Pio XII, o Holocausto e os refugiados do nazismo: uma revisão narrativa* realizam uma análise crítica sobre a atuação do Papa Pio XII durante o Holocausto, discutindo as controvérsias em torno de sua postura e o impacto na situação dos refugiados judeus na Segunda Guerra Mundial a partir da revisão historiográfica sobre o tema. Na sequência, Renata Felipe Monteiro em *A migração para a Amazônia: trajetórias de sertanejos abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas (Ceará, década de 1950)* relata as trajetórias migratórias de sertanejos cearenses para a Amazônia durante a Segunda Guerra Mundial e o lugar da Hospedaria Getúlio Vargas nesse processo, detalhando a sistematização do deslocamento e a composição das famílias migrantes no contexto da extração da borracha.

Christian Fausto Moraes dos Santos, Eduardo Mangolim Brandani da Silva e Gessica de Brito Bueno, em *“Chinaman and riceaters”: migração, racismo culinário e inferiorização chinesa nos EUA Contemporâneo (séculos XIX ao XXI)*, abordam a migração chinesa para os Estados Unidos da América e o desenvolvimento e persistência do racismo culinário a partir da análises de textos e imagens sinofóbicas. Finalizando as contribuições referentes ao Dossiê Temático, e voltando-nos para o campo da Literatura, Esther Yuri Matsuo, Iara Cunha De Lima e Beatriz Santos Simões em *Usos da memória e narrativa na obra literária Nihonjin (2011) de Oscar Nakasato*, analisam o uso da memória e da narrativa na construção da identidade *nikkei* na obra literária “Nihonjin”, ressaltando o papel da literatura como um meio para visibilizar identidades imigrantes e o processo intergeracional de construção identitária.

As contribuições para a Seção Livre iniciam com *Aldeia da Jaqueira em Porto Seguro/Bahia: onde a água, a Natureza são de fundamental importância socioambientais*. Os autores Allívia Rouse Carregosa Rabbani, Ricardo Almeida Cunha e Roberto Muhájjir Rahnemay Rabbani abordam a importância do povo Pataxó na conservação

Revista Espacialidades [online]. 2025.1, v. 21, n. 1, ISSN 1984-817X [3]

ambiental, especialmente da água, na Reserva da Jaqueira. Discutem a relação sociocultural e socioambiental dos indígenas com o território, enfatizando a resistência à interferência externa e a preservação da fauna, flora e recursos hídricos sob uma perspectiva humanista que envolve conhecimento multidisciplinar.

Em *Espaço e resistência: as fugas como ato de subversão da escravizada Maria em Mariana - MG (1840-1854)* as autores Ana Vitória Vieira e Carla Aparecida Nunes analisam as fugas da escravizada Maria como atos de resistência e subversão ao sistema escravista no Brasil imperial e exploram o papel do espaço urbano como palco de resiliência e formação de identidades culturais negras, assim como as estratégias cotidianas de resistência de cativos e forros. Na sequência, no artigo *Em luta pelos animais: os processos judiciais envolvendo Palmira Gobbi e a ARPA (1950-1980)*, Elenita Malta Pereira e Thamires Aparecida Pereira da Silva investigam a trajetória de Palmira Gobbi na defesa animal no Rio Grande do Sul, analisando as disputas judiciais que envolvem sua atuação. Destacam a quebra dos padrões de gênero da época por meio do ativismo, discutindo as tensões sociais e legais associadas à proteção animal.

José Guilherme Oliveira da Silva em *O disputado Apodi: conflitos agrários e querelas familiares na conquista territorial da capitania do Rio Grande (séculos XVII-XVIII)* relata conflitos agrários e familiares envolvendo a família Nogueira Ferreira durante a conquista territorial do Rio Grande, abordando a tensão entre indígenas, colonizadores e autoridades e os processos judiciais que evidenciam disputas fundiárias e o uso político dos direitos de sesmaria. Finalizando a Seção, Gabriel Lopes Silva em *O bolsonarismo enquanto elemento da cultura política brasileira: análises teóricas e historiográficas (1999-2023)* investiga o fenômeno do bolsonarismo como cultura política, enfocando elementos como o anticomunismo, o nacionalismo e o discurso simbólico que constrói coesão interna no movimento, além das tensões e polarizações geradas no cenário político brasileiro contemporâneo.

Na resenha *Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão* Mayjara Rêgo Costa Garcia Oliveira comenta sobre a obra homônima da historiadora Maria do Socorro Coelho Cabral, apresentando, além da estrutura do livro e a sua contribuição historiográfica, a própria trajetória da pesquisadora maranhense e o

Revista Espacialidades [online]. 2025.1, v. 21, n. 1, ISSN 1984-817X [4]

debate articulado com o historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior e o geógrafo Rogério Haesbaert. Por sua vez, Vinícius Augusto Andrade de Assis, em *A normalidade dissecada*, trata do livro “Família e fronteira no Brasil colonial” de Alida C. Metcalf, apresentando a discussão da autora sobre os temas: estratégias de sobrevivência na sociedade colonial, relações entre família e fronteira e desigualdade socioeconômica. A Tradução *Lima Barreto: a “juristinish” in the tribune of letters*, de Thiago Venícius de Sousa Costa, aborda as relações estabelecidas pelo escritor Lima Barreto e os espaços jurídicos.

Por fim, finalizamos este volume 21.1 com a *Entrevista com Prof. Dr. Tyrone Apollo Pontes Cândido: migrações, sujeitos, objetos e ideias em deslocamento*, na qual tecemos reflexões sobre o fenômeno migratório como experiência espacial e social complexa, destacando desafios, políticas migratórias, desigualdades sociais e a importância da interdisciplinaridade nos estudos migratórios. Aborda, também, questões de gênero, raça e classe em diálogo com as teorias marxistas.

Prof. Dr. Thiago Alves Dias

Editor-responsável da Revista Espacialidades

Gilson Mateus Pinto Júnior

Alaide Matias Ribeiro

Antônio Carlos Cabral de Medeiros

Allyson Afonso dos Santos Silva

Hannah Cabral Dantas de Barros Teixeira

Daiane Santana Santos

Désio Rodrigo da Rocha Silva

Laís Maria da Costa Silva

Mário André Sousa de Oliveira

Remo Santos da Cruz

Yasmim Azevedo da Silva

Equipe Editorial da Revista Espacialidades

AS FRONTEIRAS INSULARES DE BELÉM: reflexões a partir de um prisma historiográfico

Enos Botelho Sarmento¹

Artigo recebido em: 20/12/2024.

Artigo aceito em: 28/06/2025.

RESUMO:

Discutiremos nesse artigo a relação de Belém com suas fronteiras de ilhas insulares (ilha das Onças, Arapiranga) separadas por um limite de águas de 4 km, que corresponde a extensão da baía de Guajará, num período que abrange a virada do século XIX até as primeiras duas décadas do século XX. A metodologia desenvolvida neste trabalho, percorre os caminhos da análise de fontes impressas (jornais, álbuns do Pará, inventários) com adjeção de depoimentos orais coletados durante pesquisa de campo, no intuito de promover a reflexão pelas lentes do olhar historiográfico sobre relações de Belém com as ilhas em aspectos que envolvem os movimentos econômicos e populacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Amazônia; Fronteira; Belém; Ilhas.

The insular borders of Belém: reflections from a historiographical prism

ABSTRACT:

In this article, we will discuss Belém's relationship with its island borders (Ilha das Onças, Arapiranga) from the turn of the 19th century until the first two decades of the 20th century, separated by a 4 km water boundary, which corresponds to the length of Guajará Bay. The aim is also to discuss why, for at least a century, research involving the region of the islands bordering Belém has been practically relegated to oblivion by Amazonian historiography. Was it due to a lack of demand to study the border island region? Or because of a preconceived mentality that the islands had and have no economic, social or political importance in relation to the history of the capital? Narratives surrounding this mentality allow us, in this work, to reflect through the lens of historiography on the economic and population movements between Belém and its insular borders.

KEYWORDS: Amazon; Border; Belém; Islands.

¹ Doutorando em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Licenciado em História pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Especialista em História da Amazônia pelo Centro Universitário FIBRA e Mestre em História Social da Amazônia pela Universidade Federal do Pará. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8634668553948704>. E-mail: ennos.sarmiento@gmail.com.

1. Introdução

Quando pensamos em Belém na perspectiva de uma cidade moderna, com um centro histórico belíssimo e uma culinária muito rica, estamos corretos em pensar assim, pois Belém se enquadra nesses requisitos, e com vantagens. Mas, quando voltamos nosso olhar para entender como ela se consolidou enquanto capital regional e nacional, com população estimada em quase 1,5 milhões de habitantes², compreendemos que afluíram braços econômicos para ela que, em grande parte, sustentaram todo esse crescimento que contribuíram para que ganhasse tamanho reconhecimento - dentre eles o de Metrópole da Amazônia.

Primeiramente, quero defender alguns princípios teóricos da minha visão acerca do “preconceito historiográfico” que tenta encobrir (ou fazer com que desapareça sem que ninguém perceba) a relação entre Belém e as ilhas que a circundam. É importante pensarmos no diálogo a ser travado com o passado em busca de respostas para nossas indagações presentes.

A relação entre Belém e as ilhas é intrínseco tanto do ponto de vista econômico, comercial e quanto no que diz respeito a circulação de pessoas, protagonistas dessas conexões. A ilha das Onças e Arapiranga, que formam a porção principal das fronteiras de Belém, faziam parte do processo de expansão da indústria paraense no início do século XX, haja vista que suas olarias, seus engenhos, suas áreas de extrativismo, desenvolviam um comércio intenso com a capital paraense. No século XX se elaborou uma nova percepção e significado sobre algumas dessas ilhas. De acordo com Mourão (2010), a Ilha das Onças e algumas outras se tornaram locais favoritos para a elite estrangeira e os novos enriquecidos pela extração e comercialização do látex, da castanha e das madeiras.

No início do século XX, a imigração de estrangeiros para a Amazônia, em especial para Belém e Manaus, aumentou significativamente. Segundo Emmi (2009)

² De acordo com o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) realizado no ano de 2022, a população da capital paraense é de 1.303.403 milhões de pessoas. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pa/belem.html>. Acesso em: 10/11/2024.

um retrato da imigração internacional histórica na Amazônia pode ser encontrado nos dados sobre o movimento migratório no porto de Belém no início do século XX. Estes dados, compilados por Emmi (2013), aparecem no *Anuário Estatístico do Brasil*. De acordo com esta fonte, entre 1908 e 1910 entraram pelo porto de Belém aproximadamente 13,5 mil estrangeiros, das mais diversas nacionalidades. Destacam-se os portugueses (48,67%), os espanhóis (15,98%), os ingleses (7,18%), os turcos-árabes (4,69%) e os italianos (4,15%). Já Ana Maria Daou (2000) afirma que, pelo porto de Belém, somente em 1907 mais de 36 mil pessoas entraram no estado, das quais cerca de 11.600 permaneceram na capital, absorvidas pelas atividades comerciais e industriais.

Mesmo após o colapso da borracha, imigrantes continuaram chegando. É o que se pode deduzir do número significativo de estrangeiros que residiam na Amazônia por ocasião do censo de 1920, quando a economia da borracha amazônica já estava decadente em consequência do avanço da produção asiática que se tornara crescente desde 1913. Tanto as novas entradas, como a permanência de grupos de imigrantes que passaram a instalar pequenas fábricas para abastecer o mercado local iniciaram um processo de substituição de importação de produtos que não mais podiam ser importados do mercado europeu (Emmi, 2009).

Para tanto, é notório observar que as relações entre Belém e as ilhas sustentam-se por intermédio das evidências históricas, documentais e historiográficas com os estudos acima representados. Sempre é relevante levarmos em consideração que este passado exige de nós um procedimento interpretativo, o que Gadamer assinalou com sua reflexão sobre o problema da consciência histórica.

Para Gadamer (1998), interpretação contextual e contextualização pelo historiador andam de mãos dadas, uma vez que, de posse de um fato histórico, o historiador detém em suas mãos o poder da interpretação histórica. A junção de intérprete e objeto a ser interpretado é chamada por Gadamer de fusão de horizontes, o ato da interpretação é o momento em que ocorre uma fusão entre os horizontes do intérprete e do texto (objeto a ser interpretado). É crucial atentarmos para cada

situação na construção do contexto histórico do que está sendo pensado, mesmo que ao longo dos anos parte dessa conjuntura seja tratada como menos importante. Ao desgavetar a documentação, o historiador, ao mesmo tempo em que está alimentando a chama da historiografia, também está proclamando que o presente está inquieto com um problema que foi detectado no passado, e que a partir daquele momento, seu “faro de pesquisador” foi ativado.

Historiografia não é achismo, não é impressão de momentos. Também não é simplesmente reproduzir o que o documento evidenciou. É procurar interpretar os problemas detectados à luz de minuciosa investigação. Nessa investigação, o historiador precisa ter o cuidado de não fazer valer suas vontades. Ele precisa procurar manter ao máximo a soberania de uma interpretação comprometida em contribuir com a visão crítica, dinâmica e acima de tudo científica dos fatos.

É missão do historiador revelar o que está encoberto, implícito na documentação. A interpretação histórica deve “tirar o véu” do que está subjacente dos fatos encontrados nos documentos. Dessa maneira, o historiador desconstrói inverdades que por ignorância, razões políticas, econômicas ou pelo preconceito moralista foram estigmatizados e naturalizados nos fatos históricos de maneira sutil.

2. Uma fronteira de relações

Ilha das Onças, Ilha Arapiranga, Cotijuba, Jararaca, Jararaquinha. Essas são algumas das ilhas que fazem fronteira a Belém, desde que foi fundada há mais de quatro séculos. Território de regiões alagadas, manguezais, igapós e também de terra firme. Classificadas geograficamente como regiões insulares, ou terra de várzeas, as ilhas fazem parte da chamada região estuarina amazônica.

Figura 1: Ilhas fronteiriças com a capital Belém



Fonte: Google Maps, 2024

No mapa, é possível visualizarmos do lado direito, Belém, a capital do Pará. Do outro lado, sua expressiva fronteira de território insular, tendo as águas da baía de Guajará como marco divisório entre esses espaços. Nota-se o aspecto vasto de áreas verdes que corresponde ao território da Ilha das Onças, Arapiranga e Combu. A paisagem domina o cenário da várzea, seguido pelo curso dos rios, que parecem desenhos e se contrastam ao tom escuro das águas da baía de Guajará.

Para muito além de suas características geográficas, as ilhas defronte de Belém garantiram uma importância fundamental no período que corresponde à virada do século XIX para o XX. As relações econômicas, políticas e os fluxos migratórios que houve na metrópole nesse momento, tiveram relações profundas com suas fronteiras num período marcado por uma expressiva estabilidade econômica.

O início do século XX é a continuação de um percurso de intensos movimentos na Amazônia. O comércio da borracha em auge, centenas de imigrantes europeus chegando em Belém, fortalecendo uma economia com aspectos significativos. Ao determos nossas reflexões em uma Belém que estava crescendo economicamente, com melhorias significativas em seus aspectos arquitetônico, urbanos, sanitários e portuário, resvalamos nossa atenção até chegarmos nas origens de toda riqueza que solidificou Belém enquanto capital da *Belle Époque*. As fronteiras

de Belém com seus territórios insulares foram um dos braços econômicos de sustentação e promoção de riquezas para a elite social e política belenense.

Ao afirmarmos que Belém mantinha relações com suas fronteiras no início do século XX, queremos pensar basicamente em dois desses aspectos relacionais: econômico e comercial. É possível visualizar que tais relações surgiram muito antes do início desse século. Roberto Santos (1980) dá indicações de que a exploração da borracha, de 1825 a 1850, circunscrevia-se principalmente aos arredores de Belém, nas ilhas. A afirmação do autor é muito clara se considerarmos os arredores aos quais ele se refere, onde estão as fronteiras, como áreas com extensas regiões de várzea e com seringais a serem consumidos. Logo, se nas fronteiras da cidade há presença de grande quantidade de seringueiras do gênero *Hevea brasiliensis*, (principal matéria prima para produção da borracha), está nítido que seria vantajoso explorar inicialmente essas áreas de seringais mais próximos.

Belém começou a desenvolver muito cedo as suas relações com as fronteiras insulares em ligações diretas, pois nos relatos da extração de borracha no Pará do início do século XX, é possível visualizar as ilhas de Belém com uma expressiva capacidade de produção. A ilha das Onças, por exemplo, faz fronteira com a capital, sendo uma das maiores em território (ocupa um território de 75 mil hectares) e tinha sua produção de borracha fina cotada a 3\$700 réis o quilo no ano de 1913 (mesmo com a demanda da borracha em queda). É pertinente notar que numa lista da produção de sete regiões diferentes do Estado, a borracha da ilha das Onças aparecia como a quinta mais bem cotada. Já em 1918, com pressão da crise de produção, a cotação ficara ao preço superlativo de 3\$450 réis o quilo.

A riqueza produzida nos espaços marginais da capital paraense estava ligada a uma elite comercial que controlava esses territórios, e promovia relações vantajosas do ponto de vista econômico. A seção “Repartição de Obras Públicas” do acervo do Arquivo Público do Pará (APEP) apresenta os registros de títulos de terra que foram emitidos no período correspondente à virada do século XIX e as primeiras décadas do século XX. O Major Pedro Antônio Borralho, era detentor de uma das maiores

propriedades na Ilha das Onças, que ocupa grande parte da região fronteiriça de Belém. Denominada de “Sítio Boa Vista” a propriedade possuía três milhões quatrocentos sessenta e cinco mil e duzentos metros quadrados.

Em 2 de setembro de 1913, por ocasião da morte do Major Borralho, a propriedade foi leiloada. No edital de hasta pública, anexado ao inventário do proprietário, chama atenção a evidência atribuída aos seringais. O edital pontua que: “Tem mais no referido sítio, diversas barracas de vigias e estradas de seringais que são da propriedade”. Através dos documentos, percebe-se a presença ativa das atividades econômicas advindas dos seringais das ilhas da fronteira de Belém. Nota-se também um protagonismo histórico na tessitura de relações comerciais com Belém, sendo o Major Borralho um sujeito integrado a uma elite econômica presente no território. Essa elite, era composta por outros proprietários, que desenvolviam relações comerciais com Belém também por intermédio da economia do látex.

Na tabela abaixo, é possível visualizarmos os nomes dos indivíduos que compunham a “elite econômica do látex” nas ilhas. Os dados, foram obtidos por intermédio dos inventários dos proprietários disponibilizados para consulta no Centro de Memórias da Amazônia (CMA-UFPA).

Tabela 1: Propriedades na Ilha das Onças

Proprietário	Nome da propriedade
Antonio Pedro Borralho	Sítio Boa Vista
Joaquim de Lima Araújo	Sítio Santa Cruz do Livramento
Manoel Cardoso Cunha Coimbra	Sem nome
Manoel Ignácio Rodrigues de Moraes	Sítio Acapu
Manoel Luiz Rodrigues de Moraes	Sítio São João
Manoel Antonio Rodrigues de Moraes	Sítio Fé em Deus
Pedro da Costa Gouveia	Sítio Bom Jardim
João Olímpio Rangel	Sítio São Francisco

Fonte: Inventários Centro de Memória da Amazônia – CMA

Esses dados, mostram os sujeitos históricos como agentes dessas relações, e evidenciam que os seringais das fronteiras insulares são elementos essenciais para refletirmos sobre as relações econômicas tecidas entre elas e Belém, pois a metrópole era o destino da borracha coletada nas Ilhas. Também eram de Belém que provinham os materiais utilizados na extração das mesmas, sem contar que as navegações ocorridas entre Belém e as Ilhas de fronteira e vice-versa, fortaleciam essas relações comerciais. Além disso, demais relações estabelecidas através de vivências, de atos de aproximação.

O Jornal *Estado do Pará*, na sua edição do dia 3 de junho de 1913, destaca uma de suas colunas da segunda página a visita do industrial Conrado Ramos Bastos à cidade de Belém. A visita de Conrado, a convite de J. Lima Campello, chefe da fiscalização da Defesa da Borracha, tinha como objetivo realizar experimentos de um machadinho sangrador automático, a mais nova invenção de Conrado, além de fazerem parte do experimento, alguns aparelhos receptores de látex. Segundo o articulista, a promessa era que o aparelho preservasse as seringueiras de intempéries causadas pelos ferimentos gerados pelos cortes, assim como os receptores melhoravam a coleta do leite antes de ir para defumação³.

Extraír o leite das seringueiras era tarefa árdua e demorada. O trabalho começava ainda de madrugada com o sangramento das árvores, que eram cortes longos feitos geralmente em formato diagonal para que o leite escorresse até um recipiente chamado “cadilho”⁴. Ao término do sangramento, o seringueiro voltava e recolhia o leite que já estava armazenado nos cadilhos, derramava em outro recipiente, chamado “balde de cuia”⁵, e, em seguida, em uma cabana de palha, iniciava o processo

³ ESTADO DO PARÁ: Propriedade de uma Associação Anonyma (PA). Edição 783, 03 de junho de 1913. Hemeroteca Digital Brasileira (Acervo digital).

⁴ Consistia em um recipiente comparado a uma tigela. Era geralmente feito de barro e muito comercializado nos mercados de Belém.

⁵ Recipiente feito a partir do fruto da cuieira. Depois de colhida, fazia-se na cuia um pequeno orifício, tirava-se a massa interna e colocava-se no sol para secar. Cada balde de cuieira tinha capacidade de armazenar de 12 a 15 litros.

de defumação⁶. Os experimentos iniciais de Conrado foram feitos em seringueiras do Museu Emílio Goeldi, e em seguida rumaram em uma lancha para a Ilha das Onças, onde na fala do articulista: “poderão tirar a prova dos aparelhos”⁷.

O recorte jornalístico é breve, não dá muitos detalhes a respeito da presença do grupo no território da Ilha das Onças. O que nos chama a atenção e fica evidente na leitura desse e outros noticiários são os aspectos relacionais presentes neles tecidos entre capital e fronteira insular. A presença do grupo no local, o ato de atravessar a baía de Guajará e com quem atravessar indicam relações concretas que envolvem não apenas indivíduos, mas produtos também, pois certamente o grupo que além de Conrado, incluía os funcionários do Estado, necessitando de toda uma logística para o deslocamento.

O ato de fazer experimentos com produtos na Ilha, nos deixa entrever os tipos de relações comerciais que estavam se formando naquele momento. Os seringais da Ilha das Onças serviam não apenas para experimentos, mas também para firmar possíveis parcerias comerciais dos empresários de Belém com uma clientela que explorava látex nas regiões.

Essas relações comerciais não se davam apenas com os seringais. As ilhas defronte de Belém construíram relações com a capital pela produção das indústrias de cerâmica que ali se assentara. Ao menos duas grandes olarias se instalaram nessas fronteiras insulares: a primeira Olaria Noguez (que mais tarde se chamaria Olaria Landi), na ilha das Onças, e a segunda Olaria Arapiranga, na Ilha de Arapiranga. As

⁶ Processo artesanal de beneficiamento da borracha. Em um recipiente chamado buião, juntavam-se gravetos com caroços de urucurí que em contato com fogo provocava uma fumaça forte para cozinhar a borracha que ganhava volume a cada balde de cuiá que era derramado sobre um outro objeto chamado Fôrma. Esse mesmo processo era repetido por cerca de uma semana para se obter uma borracha que pesava em torno de 20 a 25 quilos.

⁷ ESTADO DO PARÁ: Propriedade de uma Associação Anonyma (PA). Congresso de Defesa Econômica da Amazônia. As experiências do corte e preparo do látex no Museu Goeldi. Edição 859, Belém, 18 de agosto de 1913. Hemeroteca Digital Brasileira (Acervo digital), p. 01.

evidências documentais⁸ nos demonstram que essas olarias foram fundadas no período que corresponde do final do século XIX e início do século XX.

O álbum *O Pará Comercial*, do italiano Arthur Caccavoni, datado de 1900, detalha algumas das indústrias mais importantes do Estado do Pará, dentre elas descreve a respeito do importante estabelecimento comercial fundado na Ilha das Onças. A Olaria fundada pelo cidadão francês chamado Domingos Noguez era, de acordo com Caccavoni, um dos estabelecimentos comerciais mais importantes do Brasil. Noguez inovou, pois importou da Europa todo o maquinário utilizado na olaria⁹, conseguindo fabricar no solo insular da Ilha das Onças os mais bem reputados produtos de cerâmica, tijolos e telhas de mesma qualidade dos que vinham da Europa. Em 1900, o estabelecimento possuía três máquinas de fabricação de telhas e tijolos, que trabalhavam simultaneamente produzindo diariamente 30.000 mil tijolos e 25.000 mil telhas, sendo necessários nove secadores que comportavam prateleiras para 65.000 tijolos e 52.000 telhas de cada vez¹⁰.

Outro empreendimento foi sediado na Ilha de Arapiranga, a olaria Arapiranga que, no início do século XX, pertencia ao industrial paraense Manoel Luiz Dacier Lobato, detentor de diversos imóveis na capital, dentre barcos e algumas propriedades na Ilha de Marajó¹¹, também possuindo uma produção diversificada. É possível visualizar diversos anúncios da olaria no periódico *Estado do Pará*, em que está descrito que na mesma também se fabricava “telhas e tijolos de todas as qualidades”¹². Manoel Dacier ampliou suas operações na Ilha de Arapiranga, pois além da olaria, uma fazenda e uma serraria também faziam parte do empreendimento (sem contar os extensos seringais com expressiva produção de látex) de Dacier, que injetou na produção da fábrica novos produtos. No ano de 1919 ali já se fabricavam

⁸ CACCAVONI, Arthur. *O Pará comercial na Exposição de Paris*. [s.l.:s.n.], 1900. Obras raras - acervo digital. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/o-para-commercial/>. Acesso em: 12 de nov. de 2024.

⁹ Idem.

¹⁰ Idem.

¹¹ INVENTÁRIO de Manoel Luiz Dacier Lobato arquivado no Centro de Memórias da Amazônia. Cartório Odon (2º Vara Cível); Código: 145.704870.842-503; Notação: 270 – “C”, 1911.

¹² ESTADO DO PARÁ: Propriedade de uma Associação Anonyma (PA). Pequenos annuncios. Edição 2496, Belém, 11 de março de 1918. Hemeroteca Digital Brasileira (Acervo digital), p. 05.

tijolos angulares, retangulares, ladrilhos, maciços lisos, maciços prensados, alvenaria maciça para jardins e poços, telhas no sistema Marselha e comum¹³.

A intensa produção feita nas olarias da fronteira provocou o aprofundamento das relações com Belém, pois era para Belém toda a produção feita nas fronteiras. Caccavoni ressalta a respeito do que era produzido na Olaria Noguez:

A louça feita trazia gravado o nome do grande industrial que conseguiu abastecer o mercado de Belém de materiais de construção em uma época em que a febre edificadora aumentava vertiginosamente, marcando a estatística municipal mais de 400 edificações anuais na média (Caccavoni, 1900, p. 31)

Na virada do século XIX Belém vivia o auge da economia da borracha. Era um período marcado principalmente pelo governo do intendente Antônio Lemos a partir do ano de 1897. Lemos promoveu uma verdadeira renovação estética e higienista em Belém com obras de reestruturação que mudariam o aspecto visual da cidade. O intendente consagrou-se como o grande urbanizador de Belém; nas palavras da historiadora Maria de Nazaré Sarges: “Ainda prevalece na imagem dos paraenses o ‘mito do velho’ Lemos, o grande urbanizador, aquele que foi insuperável na capacidade de dedicar sua vida a uma cidade” (Sarges, 1998, p. 294).

Ao relacionarmos o período de grande prosperidade que vivia a economia paraense com a intendência de Lemos e todo seu aparato de obras faustosas para o embelezamento de Belém, é justificada tamanha necessidade de materiais de construção que a cidade precisava. Além das obras públicas que estavam sendo executadas, o centro urbano crescia com inúmeras construções de casas particulares, inclusive muitos prédios da capital paraense receberam na cobertura de seus telhados ou na constituição de suas paredes, tijolos e telhas das olarias da fronteira insular, sendo o mercado de São Brás um deles.

O mercado de São Brás, foi construído no período áureo do ciclo da borracha, teve sua construção iniciada em 1910 e concluída um ano seguinte, em 1911(Pantoja, 2014). O *Jornal Diário do Pará*, na sua edição do dia 05 de janeiro de

¹³ ESTADO DO PARÁ: Propriedade de uma Associação Anonyma (PA). Pequenos annuncios. Edição 2918, Belém, 10 de maio de 1919. Hemeroteca Digital Brasileira (Acervo digital).

1988, notícia sobre o destelhamento do famoso mercado de São Brás, localizado no bairro de São Brás em Belém¹⁴. A manutenção fazia-se necessária, pois grande parte da estrutura que recebia o telhado estava estragada pela ação do tempo e de cupins. Ao retirarem as telhas através de calhas, observou-se que nelas estava o selo de fabricação da olaria de Arapiranga, que foi a responsável pelo fornecimento das telhas para a cobertura do mercado. Tal qual se fabricava na Europa, Arapiranga também produzia telhas no modelo francesa, a chamada telha Marselha¹⁵.

Como é possível perceber, Belém construiu uma intensa relação comercial com suas fronteiras, que abasteciam a cidade com sua produção. O convívio e as trocas eram praticamente diários. As questões mais complexas de negócios como fechamento de contratos e encomendas eram geralmente resolvidos com os administradores ou com proprietários em seus escritórios de Belém. O Sr. Dacier Lobato, industrial proprietário da Olaria Arapiranga, mantinha seu escritório na capital e, ao mesmo tempo, mantinha de longe o controle sobre seu empreendimento em Arapiranga¹⁶, demonstrando aqui também um convívio intenso entre capital e fronteiras insulares.

3. Relações relegadas pela historiografia?

Em Belém existem cerca de 39 ilhas (Silva et al., 2011). Territórios adjacentes a Belém, as ilhas comumente são enxergadas e apresentadas na historiografia como regiões de importância inferior e secundárias, acessórias ou simplesmente invisíveis diante da capital. Com população de indivíduos analfabetos e retrógrados diante da população inovadora da capital. Sendo assim, as consequências de uma impressão negativa a respeito das ilhas ganharam sustentação cada vez mais forte na historiografia, invisibilizando-as. A grande preocupação é que o que até então foi escrito pela historiografia amazônica a respeito das ilhas, ainda é insuficiente para que

¹⁴ DIÁRIO DO PARÁ. Telhado do mercado estava por um fio. Edição 1629, Belém, 05 de janeiro de 1988. Hemeroteca Digital Brasileira (Acervo digital).

¹⁵ ESTADO DO PARÁ, edição 2918, op. cit.

¹⁶ JORNAL ESTADO DO PARÁ: Propriedade de uma Associação Anonyma (PA). Pequenos annuncios. Edição 2495, Belém, 10 de março de 1919. Hemeroteca Digital Brasileira (Acervo digital).

mitos eminentemente exagerados entre os quais acabamos de mencionar, possam ser extintos do imaginário que ainda se sustenta sobre essas localidades.

As ilhas da fronteira insular de Belém começaram a ser povoadas a partir da valorização do comércio da borracha, pois anterior a esse período o movimento de indivíduos nessas fronteiras era inferior comparado aos que se sucederam na virada do século XIX para o XX. Para Leila Miranda (2015), as ilhas defrontes a Belém apresentavam nas documentações do século XVII uma perspectiva de ambiente com pouca ou quase nada de circulação humana. A esse respeito, a autora pontua que:

A documentação relativa aos séculos XVII ao XIX ao se referirem às águas e ilhas que compõe RMB e seus arredores trazem informações indiciárias, de elas que eram utilizadas para instalação de faróis ou sinaleiras para orientar a navegação. Mas também eram lugares de pesca, fugas, esconderijos e ou moradias de indígenas, escravos africanos, afros descendentes e outros fugitivos (Miranda, 2015, p. 84)

Em continuidade, Leila Miranda (2015) assera que

Algumas ilhas foram sendo povoadas através de projetos de governo, em função da política de imigração por ele promovida [...]. A par dessas ações, a ocupação desautorizada, de outras ilhas de menor importância (Combú, Ilha Grande), por migrantes nordestinos, recusados nos projetos governamentais relativos à produção do látex, ou que vinham por conta própria para a Amazônia, sem condições financeiras para chegar aos seringais ou castanhais (Miranda, 2015, p. 85)

Ao ouvir algumas narrativas dos moradores que residem nas ilhas da fronteira insular, (tendo em vista que é muito difícil ouvir as falas de todos, pois as populações residentes nesses locais são demasiadamente grandes) é confirmado que parte da origem dessas populações é nordestina. Seu Joaquim Araújo, residente na Ilha das Onças, 83 anos, pai de dez filhos, casado com Dona Maria José Araújo, é descendente de migrantes nordestinos que trabalharam no seringal das fronteiras insulares. No relato, seu Joaquim nos diz: “Meus pais vieram do Ceará ainda muito novo trabalhar pra cá, eu já nasci e me criei aqui riscando seringa e conheci ela né, que veio lá dos

lados do Acará”¹⁷. Em outro relato, Dona Angelita Souza, 78 anos, ex-funcionária da olaria de Arapiranga, nos diz:

Eu tenho origens do Marajó. Tudo começou quando minha avó que morreu com 87 anos veio pra cá, num barco que leva telhas e tijolos daqui da antiga olaria, pra te falar a verdade, minha avó contava que alguns de nossos antepassados tinham sido escravos né. Eu sou de origem muito humilde sabe.¹⁸

Os depoimentos de seu Joaquim Araújo e Dona Angelita Souza, apesar de serem breves, endossam nosso diálogo. Observamos que grande parte dos habitantes que começaram a povoar as fronteiras de maneira desordenada, ou seja, não autorizados pelo governo, eram nordestinos, pobres, de origem humilde e com poucos recursos para chegar até mesmo nos seringais. Essa “entrada pelos fundos” veio acompanhada de consequências quase irreversíveis, pois se produziu nas ilhas um exército de marginalizados, penalizados e esquecidos pela historiografia, causando marcas profundas na construção da identidade desses indivíduos que diferente dos imigrantes europeus, não tiveram um projeto político próprio de imigração. Em tese, podemos afirmar que essas regiões tiveram suas relações com Belém, ou com outras regiões do Estado relegadas pela historiografia?

Para refletir a respeito da pergunta anterior, é fundamental recorremos a algumas questões no presente, dentre elas a identidade atribuída às pessoas que habitam essas regiões: ribeirinhos, insulares (num termo mais modernizado), ou muitas vezes pejorativamente “cabocos”, são termos comumente utilizados para fazer referências aos moradores das ilhas. Pessoas de modos simples, os ribeirinhos habitam nas margens dos rios, furos e igarapés das regiões de várzea, desempenhando principalmente as atividades extrativistas do açaí e pesca artesanal. Para uma análise mais detalhada a respeito da constituição desse olhar identitário atribuído aos ribeirinhos, é muito válido um diálogo com Valter Cruz

¹⁷ ARAÚJO, Joaquim Neves. Entrevista concedida para a pesquisa de campo sobre migrações na ilha das Onças. Entrevistador: Enos Botelho Sarmento. Duração de 50min20s. Ilha das Onças: Comunidade Piramanha, 2021.

¹⁸ SOUZA, Angelita Serrão de. Entrevista concedida para a pesquisa de campo sobre migrações na ilha de Arapiranga. Entrevistador: Enos Botelho Sarmento. Duração: 23min10s. Ilha Arapiranga: Comunidade Vila do Arapiranga, 2021.

Historicamente se sedimentou no imaginário social um conjunto de representações, imagens e ideologias sobre a Amazônia e, em particular, sobre as populações que tradicionalmente se territorializaram na região, como as populações ribeirinhas. Essas representações alicerçaram diferentes “modos de ver” a identidade das populações ribeirinhas. Esses diferentes “olhares” vão de um extremo ao outro, da construção do estereótipo que conduza um processo de estigmatização cultural – ou mesmo à invisibilidade de tais populações – à idealização romântica e idílica do chamado “caboclo amazônida (Cruz, 2008, p. 05-06)

A identidade atribuída a esses indivíduos foi um fator chave que provocou um conjunto de estereótipos negativos, que na visão de Valter Cruz enumeram-se pelo menos três desses modos de ver a identidade das populações ribeirinhas: o olhar naturalista, o olhar tradicionalista/romântico e o olhar moderno colonial¹⁹. Na abordagem a respeito do “olhar naturalista” da identidade dos ribeirinhos em que

As populações rurais e ribeirinhas ou “caboclas” da Amazônia e suas identidades foram historicamente ignoradas e invisibilizadas por um olhar naturalista e naturalizante que sempre viu a região somente como natureza (Cruz, 2008, p. 05)

Dessa maneira, se torna improvável não fazer conexões com as pesquisas que venho desenvolvendo nas regiões da fronteira insular de Belém. Observo nos diálogos que faço com muitos ribeirinhos certa resistência em afirmar sua identidade. Tal resistência se dá por temor a discriminações e exclusão em locais fora contexto ribeirinho, como por exemplo, no centro urbano.

O estudante Mailson Silva, 16 anos, mora na ilha de Arapiranga, e estuda em Barcarena onde faz o 2º ano do Ensino Médio. Em uma conversa bem amigável, perguntei a respeito dos amigos da escola e das relações com os colegas de turma: “Ando mais com meus amigos aqui da ilha mesmo, alguns da minha sala não gostam de interagir com a gente. As vezes sentimos preconceito”²⁰. Pergunto o que ele pretende ser no futuro: “Eu ainda não sei, mas gosto de matemática, eu sou muito bom de matemática.”²¹.

¹⁹ Idem.

²⁰ SILVA, Mailson. Entrevista concedida para a pesquisa de campo sobre migrações na ilha de Arapiranga. Entrevistador: Enos Botelho Sarmiento. Duração de 45min19s. Ilha de Arapiranga, 2021.

²¹ Idem.

A escolha de Maílson de preferir ficar ao lado de seus amigos da ilha, funciona como uma válvula de escape para não ser discriminado e excluído na escola. O olhar naturalista alimenta a ideia que o ribeirinho “nasceu caboco e morrerá caboco”, promove a invisibilidade da identidade ribeirinha e espalha a semente da ignorância e do preconceito. No seu interior, colaboram para o apagamento histórico que por sinal não é contemporâneo.

Ao observar as características de Belém, considerada a cidade símbolo da Amazônia que historicamente tem sido o principal centro de trocas irradiação e cultura e modos de vida e de viver, Leila Miranda (2015, p. 82) pontua que esta cidade como símbolo permeada de representações mentais e materiais da modernidade “foi organizada historicamente de costa para as águas e ilhas. E como tal tornou-se referência material e imaginária para as outras cidades ribeirinhas na Amazônia”. Ao refletir a respeito de uma Belém moderna que foi organizada de costa para o rio, a perspectiva mais aceitável apontada por Leila é que os habitantes da parcela continental de Belém percebem e vivem na perspectiva de habitar a terra firme, ‘fora’ das águas e do que elas podem representar²².

4. Considerações finais

Ao imaginamos Belém de costa para o rio, para as fronteiras insulares, está explícito o plano de idealizar a inexistência de relações com as fronteiras insulares, ganhando as maiores fatias na historiografia, as ligações tecidas com Portugal, Espanha – e com outras partes do país foram as relações com as ilhas da fronteira destinadas ao esquecimento. Quando se constrói Belém de costas para o rio, a cidade “recebe com as mãos por cima do ombro” toda a contribuição econômica, comercial que as fronteiras deram para a solidificação de Belém enquanto cidade moderna.

Esse aspecto reducionista ao qual ainda sofrem as populações ribeirinhas, resvalam para a historiografia que os vê a partir de um olhar mais antropológico contemporâneo (e não histórico), pelo fato de dispor apenas da oralidade como fonte

²² Idem.

histórica. Tais impressões causam objeções às pesquisas que envolvam essas regiões, e muitos pesquisadores dificilmente conseguem ver importância econômica, comercial e de fluxo de indivíduos que foram formadas das regiões insulares com os centros “modernizados e civilizados”.

Dificultar não é impossibilitar, muito menos uma barreira impossível de ser rompida. Também é crucial que não se deva aplicar o conceito de generalização quando se fala em disponibilidade de fontes históricas para se estudo das populações das margens, pois no caso das fronteiras insulares de Belém, as relações econômicas e comerciais favoreceram documentação suficiente para que as reflexões através do prisma historiográfico fossem possíveis. A partir das ilhas da fronteira de Belém, é possível ampliarmos o campo de pesquisas no que tange pensar sobre as várzeas amazônicas.

É complexo lançar-se ao desafio de juntar todos os vestígios possíveis e refazer trajetórias de muitas populações e regiões da Amazônia, mas é de fundamental importância. Não se pode esquecer que esses indivíduos penalizados com a invisibilidade, com o desempenho dos trabalhos mais árduos, com a ocupação das moradias mais insalubres, e com a discriminação, contribuíram com sua força de trabalho para o sucesso econômico que Belém viveu na virada do século XIX para o século XX.

Os padrões e a elite detentora do capital sempre tiveram documentações fartas ao seu favor, e por isso suas trajetórias são menos complicadas de pesquisar. Mas não se pode esquecer que a história da ocupação amazônica não foi feita apenas por uma elite estrangeira enriquecida com a economia do látex, mas também por mãos indígenas e nordestinas; logo, é crucial e torna-se muito justo a atenção da historiografia amazônica para o entendimento de relações que se constituíram no âmbito do desenvolvimento dos centros urbanos presentes na Amazônia.

REFERÊNCIAS

FONTES DOCUMENTAIS

CACCAVONI, Arthur. **O Pará commercial na Exposição de Paris**. [s.l.: s.n.], 1900. Obras raras, Acervo digital. Disponível em: <https://obrasraras.fcp.pa.gov.br/publication/o-para-commercial/>. Acesso em: 12 de nov. de 2024.

INVENTÁRIO de Manoel Luiz Dacier Lobato arquivado no Centro de Memórias da Amazônia. Cartório Odon (2ª Vara Cível); Código: 145.704870.842-503; Notação: 270 – “C”, 1911.

JORNAIS

ESTADO DO PARÁ. Propriedade de uma Associação Anonyma (PA). Edição 00783, 03 de junho de 1913. Hemeroteca Digital Brasileira (Acervo digital), p. 02.

ESTADO DO PARÁ - Propriedade de uma Associação Anonyma (PA). **Congresso de Defesa Economica da Amazônia**. As experiências do corte e preparo do látex no Museu Goeldi. Edição 859, Belém, 18 de agosto de 1913. Hemeroteca Digital Brasileira (Acervo digital). p. 01.

ESTADO DO PARÁ - Propriedade de uma Associação Anonyma (PA). **Pequenos annuncios**. Edição 2495, Belém, 10 de março de 1919. Hemeroteca Digital Brasileira (Acervo digital).

ESTADO DO PARÁ - Propriedade de uma Associação Anonyma (PA). **Pequenos annuncios**. Edição 2496, Belém, 11 de março de 1918. Hemeroteca Digital Brasileira (Acervo digital). p. 05.

ESTADO DO PARÁ - Propriedade de uma Associação Anonyma (PA). **Pequenos annuncios**. Edição 2918, Belém, 10 de maio de 1919. Hemeroteca Digital Brasileira (Acervo digital).

DIÁRIO DO PARÁ. **Telhado do mercado estava por um fio**. Edição 1629, Belém, 05 de janeiro de 1988. Hemeroteca Digital Brasileira (Acervo digital).

FONTES ORAIS

ARAÚJO, Joaquim Neves. **Entrevista concedida para a pesquisa de campo sobre migrações na ilha das Onças**. Entrevistador: Enos Botelho Sarmento. Duração de 50min20s. Ilha das Onças: Comunidade Piramanha, 2021.

SOUZA, Angelita Serrão de. **Entrevista concedida para a pesquisa de campo sobre migrações na ilha de Arapiranga**. Entrevistador: Enos Botelho Sarmento. Duração: 23min10s. Ilha Arapiranga: Comunidade Vila do Arapiranga, 2021.

SILVA, Mailson. **Entrevista concedida para a pesquisa de campo sobre migrações na ilha de Arapiranga**. Entrevistador: Enos Botelho Sarmento. Duração de 45min19s. Ilha de Arapiranga, 2021.

BIBLIOGRAFIA

CRUZ, Valter do Carmo. O rio como espaço de referência identitária: reflexões sobre a identidade ribeirinha na Amazônia. In: TRINDADE JÚNIOR, S. C.; TAVARES, M. G. C. (orgs). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. Belém: Edufpa, 2008.

GADAMER, Hans-Georg. **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

DAOU, Ana Maria. **A belle époque amazônica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EMMI, Marília Ferreira. Fluxos migratórios internacionais para a Amazônia brasileira do final do século XIX: o caso dos italianos. In: ARAGÓN, Luis E. (org.). **Migração Internacional na Pan-Amazônia**. Belém: NAEA, p. 263-279, 2009.

EMMI, Marília Ferreira. A Amazônia como destino das migrações internacionais do final do século XIX ao início do XX: O caso dos Portugueses. In: **ANAIS DO XVII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS – ABEP**, Caxambú, Minas Gerais, Brasil, 20 a 24 de setembro de 2010.

MIRANDA, Leila Mourão. Cidades, águas e ilhas no estuário amazônico. **Labor & Engenho**, v. 2, p. 81-92, 2015.

PANTOJA, Laura Cristina Monte Palma. **Mercado de São Brás e seu entorno: tramas e sentidos de um lugar**. 2014. 146 f. Dissertação, Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2014.

SANTOS, Roberto. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SARGES, Maria de Nazaré dos Santos. Memórias do "Velho" intendente: Antônio Lemos - 1869-1973. 1998. 304 f. Tese, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, Programa de Pós-Graduação em História, 1998.

SILVA, R.O. da et al. **Pesquisa de Cadeias de Valor Sustentáveis e Inclusivas: Açai**. Instituto Peabiru, 2011.

ENTRE O CAMPO E O GARIMPO: migrações para garimpagem na Amazônia à luz das políticas de integração da Ditadura Militar

Giselle Maria Silva Cruz¹

Artigo recebido em: 02/01/2025.

Artigo aceito em: 18/04/2025.

RESUMO:

Este artigo analisa a trajetória migratória de trabalhadores rurais do Maranhão para a Amazônia, focando nas políticas migratórias propagadas pela Ditadura Militar no Brasil. Investiga as condições socioeconômicas que impulsionaram essa migração, destacando a pobreza e a desigualdade no Nordeste, bem como as estratégias do governo para integrar a Amazônia ao restante do país. Discute os impactos dessas políticas na vida dos migrantes, revelando como a precarização das condições de trabalho e a marginalização social foram consequências diretas da ocupação territorial promovida pelo regime militar. Ao abordar a migração como um fenômeno político e social, contribui para uma compreensão das complexas relações de poder e exploração que caracterizam a experiência migratória na Amazônia. A análise de relatos orais auxilia no entendimento das experiências migrantes no contexto espacial dos garimpos e teóricos como Abdelmalek Sayad (2008) e José de Souza Martins (1980; 1986; 2018) contribuem para o entendimento das experiências migratórias, com foco na realidade de quem migra e nos espaços ocupados por eles.

PALAVRAS-CHAVE: Migração, Ditadura Militar, Amazônia, Garimpo.

Between the field and the garimpo: Migrations for mining in the Amazon in light of the integration policies of the Military Dictatorship

ABSTRACT:

This article analyzes the migratory trajectory of rural workers from Maranhão to the Amazon, focusing on the migration policies propagated by the Military Dictatorship in Brazil. It investigates the socioeconomic conditions that drove this migration, highlighting poverty and inequality in the Northeast, as well as the government's strategies to integrate the Amazon with the rest of the country. It discusses the impacts of these policies on the lives of migrants, revealing how precarious working conditions and social marginalization were direct consequences of the territorial occupation promoted by the military regime. By approaching migration as a political and social phenomenon, it contributes to an understanding of the complex relations

¹ Mestranda no Programa Interdisciplinar em Sociedade e Cultura e graduada em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/1244678586903733, ORCID 0009-0007-5302-2157, giselle.maria12@gmail.com.

of power and exploitation that characterize the migratory experience in the Amazon. The analysis of oral reports helps us to understand migrant experiences in the spatial context of mining sites. Theorists such as Abdelmalek Sayad (2008) and José de Souza Martins (1980; 1986; 2018) contribute to the understanding of migratory experiences, focusing on the reality of those who migrate and the spaces they occupy.

KEYWORDS: Migration, Military Dictatorship, Amazon, Garimpo.

1. Introdução

Temos por objetivo analisar a trajetória migratória de jovens trabalhadores rurais do Maranhão para a região amazônica, com ênfase nas políticas migratórias incentivadas pela ditadura militar e nas condições socioeconômicas e ações governamentais que moldaram esse processo. E assim investigar os fatores que impulsionaram a migração de jovens trabalhadores rurais para a Amazônia. Nos propomos também a explorar as políticas públicas e estratégias econômicas da ditadura militar que incentivaram a ocupação da Amazônia, e seus impactos sobre as comunidades locais e migrantes. Tendo em mente que esses mecanismos de ocupação amazônica não apenas moldaram os fluxos migratórios, mas também criaram uma realidade de exploração e precarização, essas práticas revelam como o Estado contribuiu para a perpetuação de desigualdades sociais e econômicas.

Para isso, cabe aplicar a concepção de Abdelmalek Sayad sobre migração, com foco na “dupla ausência” e nas dinâmicas de exclusão e precarização vividas pelos migrantes em sua terra de origem e no destino. Por meio da teoria de Sayad compreendemos a migração como um fenômeno de violência simbólica, política e econômica, indo além da visão meramente econômica que costuma dominar os estudos sobre o tema.

A análise da migração interna no Brasil, especialmente do Maranhão para a Amazônia, exige uma abordagem teórica interdisciplinar que contemple os aspectos estruturais e subjetivos desse fenômeno. Abdelmalek Sayad (2008) oferece um ponto de partida essencial ao compreender a migração como um processo marcado por essa “dupla ausência”: o migrante está simultaneamente desconectado de sua terra de origem e precarizado no local de destino. Essa abordagem ajuda a entender como os

jovens trabalhadores rurais maranhenses, ao deixarem suas comunidades, não apenas enfrentaram a exclusão socioeconômica no Maranhão, mas também vivenciaram novas formas de dominação e marginalização no garimpo amazônico.

Sayad (2008) argumenta que a migração não é um ato simplesmente voluntário, mas frequentemente imposto por condições estruturais, como a pobreza, a desigualdade e a concentração fundiária — aspectos profundamente presentes no Maranhão. Nesse sentido, sua teoria dialoga com José de Souza Martins (1980), que analisa a migração no contexto brasileiro como parte da violência estrutural do avanço da fronteira agrícola. Para Martins, o trabalhador rural é alijado de alternativas dignas em sua terra natal e empurrado para atividades econômicas precárias, como a garimpagem. Ambos os autores convergem ao destacar o papel estrutural das desigualdades sociais e econômicas na configuração dos fluxos migratórios.

No entanto, enquanto Sayad foca na experiência subjetiva do migrante e em suas condições de ausência, Martins (1980) enfatiza as dimensões materiais e históricas que moldam o deslocamento. Essa diferenciação permite abordar o fenômeno tanto em sua dimensão macroestrutural quanto nas vivências individuais. Sayad e Martins, reforçam que a migração não pode ser vista como um processo emancipatório, mas como uma continuidade das relações de dominação.

Em razão disso, este artigo visa contribuir para uma abordagem das migrações com destino a garimpagem como parte de um projeto político, focando na perspectiva daqueles que migraram, analisando o contexto particular das políticas de migrações e as narrativas de migrantes.

2. Migração e dominação política: o discurso de integração nacional

A migração e a dominação política no Brasil têm uma relação histórica profunda, especialmente durante a ditadura militar (1964-1985), quando o regime implementou políticas migratórias para fomentar a ocupação da Amazônia. Essas políticas visavam, além de integrar a região ao restante do país, legitimar o controle territorial sobre uma vasta área que era vista como essencial para a segurança nacional.

A proposta de integração nacional foi, portanto, marcada pela ideia de que a Amazônia deveria ser povoada e desenvolvida como parte do projeto de modernização e expansão da fronteira agrícola do país, com o incentivo ao deslocamento de trabalhadores para a região Norte.

No entanto, a migração durante esse período não se deu de forma uniforme, refletindo, principalmente, as disparidades de classe. O trabalhador migrante, em especial os envolvidos no garimpo, experimentou condições precárias e uma dura realidade de exploração.

José de Souza Martins, em suas análises sobre a ruralidade e o avanço da fronteira agrícola no Brasil, destaca como a expansão do agronegócio e da fronteira agrícola foi acompanhada de um processo de expropriação das terras e de um tratamento desigual dado aos trabalhadores. Para Martins (1986), o trabalhador rural, estava sujeito a um processo de subordinação e marginalização que não se limitava apenas ao campo, mas refletia um modelo econômico desigual, no qual os migrantes eram vistos como peças descartáveis de um sistema maior. Essa dinâmica de exploração está presente no processo de dominação política da migração, onde a mobilidade era incentivada não apenas como uma forma de integração, mas como um meio de consolidar a ocupação de territórios estratégicos para o regime, ao custo da precarização das condições de vida dos migrantes.

Ao observar as transformações estruturais no campo brasileiro e as heranças do colonialismo, vemos que a migração e a exploração da Amazônia se inscrevem em uma lógica de continuidade das relações de poder desiguais que remontam ao período colonial. Para Viotti da Costa (2007), a permanência de estruturas de dominação e a subordinação dos trabalhadores às grandes corporações e ao Estado demonstram como o legado colonial se perpetuou na modernidade. O Brasil, ao promover políticas migratórias para a Amazônia, não fez mais do que reforçar essas relações de subordinação e dominação.

Quando analisamos os incentivos à migração durante a ditadura, associada ao conceito de dominação política e precarização da condição de classe dos migrantes, revelamos as complexas relações de poder que atravessaram a história recente do Brasil. Durante a ditadura militar no Brasil, várias políticas públicas foram implementadas na Amazônia, com o objetivo de promover a integração nacional e o desenvolvimento econômico da região. Algumas das principais medidas incluem a construção de rodovias, como a Transamazônica, foi uma das principais ações do governo militar. Essas rodovias foram vistas como a espinha dorsal do plano de ocupação da Amazônia, facilitando o acesso e a colonização da região. Assim como a implementação de programas de colonização, frequentemente descritos como “a maior reforma agrária do mundo”.

No entanto, esses programas mostraram limites significativos, resultando em concentração de terras em vez de uma verdadeira reforma agrária. Aliado a Política de Integração Nacional (PIN) que incorporou incentivos fiscais e outros benefícios financeiros para empresários, visando estimular a exploração econômica da Amazônia. Isso incluiu a criação de instituições como a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). E as estratégias de intervenção regional, com ações que foram articuladas como “metas estratégicas setoriais” pelo Ministério do Planejamento, impactando diretamente a Amazônia e buscando integrar a região ao restante do país. O governo militar buscou alinhar os interesses do capital nacional com as políticas de desenvolvimento da Amazônia, o que resultou em uma abertura crescente da região ao capital privado, muitas vezes em detrimento das comunidades locais e da biodiversidade (Vitale Joanoni Neto; Guimarães Neto, 2017).

Vitale Joanoni Neto e Guimarães Neto (2017), ressaltam a continuidade de um conceito fundamental para os governos brasileiros desde o século XIX: a Integração Nacional. Essa concepção ganha proeminência durante o Estado Novo (1937-1945), sob o governo de Getúlio Vargas, com a implementação da “Marcha para Oeste”. Tal projeto visava a integração dos “diversos brasis”, promovendo um “imperialismo

interno” com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento econômico do país. A política de ocupação do Centro-Oeste, inserida nesse contexto, ultrapassava os limites geográficos da região, almejando também a futura ocupação da Amazônia, com uma notória desconsideração pelas territorialidades indígenas. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), criado em 1937, desempenhou um papel crucial nesse processo, estruturando a divisão regional do Brasil em 1942 como parte da política varguista de centralização, buscando superar o que se denominava “regionalismo negativo”.

A política de ocupação territorial implementada durante o Estado Novo tinha como objetivo principal a ocupação dos “vazios demográficos”, - discurso “requeitado” no período da ditadura militar - buscando absorver os “excedentes populacionais” do Centro-Sul do país, direcionando-os para regiões produtoras de matérias-primas e gêneros alimentícios a baixo custo. Essa estratégia visava subsidiar o processo de industrialização na região Sudeste. O governo da época acreditava que essas medidas seriam capazes de solucionar os desequilíbrios regionais por meio de uma política demográfica que incentivasse a migração interna.

Os militares consideravam que o principal empecilho para o desenvolvimento econômico da Amazônia seria o baixo povoamento e a conservação do que chamavam de características de economia pré-capitalista. A região deveria vir então a fornecer matéria-prima e ampliar as áreas de povoamento que, na verdade, amplificaram as áreas de exploração e desmatamento, em nome do projeto de integração do desenvolvimento do Nordeste com a estratégia de ocupação da Amazônia, seguindo um dos slogans mais usados nas campanhas governamentais promovidas por Médici, “terras sem homens, para homens sem terra”, buscando estimular a migração para essa região (Silva, 2006).

O estado de Mato Grosso serviu como uma das principais bases de apoio para esse projeto. Posteriormente, a criação da Amazônia Legal, por meio da Lei 1.806, de 6 de janeiro de 1953, e a instalação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), incorporaram à Amazônia brasileira

partes dos estados do Maranhão, Goiás (atual Tocantins) e Mato Grosso, consolidando um conceito político voltado para o planejamento e a promoção do desenvolvimento regional, que não se baseava exclusivamente em critérios geográficos. A proposta de integração nacional foi reeditada pelos governos militares após 1964, sendo utilizada como uma estratégia de desenvolvimento que previa investimentos econômicos na região amazônica em articulação com o Nordeste do Brasil.

3. A migração para a Amazônia, comunidades locais e o contexto do garimpo

Para atender a dois objetivos centrais do regime militar, que o presidente Médici declarou em seu discurso realizado em Manaus no ano de 1970, intitulado “Atos de fé na Amazônia”, que seria preciso “descobrir” e “humanizar” a Amazônia, a população nordestina foi então incentivada a migrar para essas regiões consideradas subutilizadas. Essa convocação se baseava na premissa de que o Nordeste abrigava uma grande massa de pessoas vivendo em condições precárias, com baixa participação na economia nacional.

Em outras palavras, o discurso oficial argumentava que milhões de nordestinos, concentrados em pequenos pólos agrícolas e industriais, apresentavam uma produção e consumo muito aquém da média nacional, com a maior parte da produção concentrada nas mãos de uma pequena parcela da população local. Além disso, o governo reconhecia o problema da migração nordestina para o Centro-Sul, que resultava na expansão de comunidades marginalizadas nas favelas. Em contrapartida, a Amazônia, representando mais da metade do território brasileiro, era vista como uma área capaz de absorver a população nordestina migrante.

A mensagem central era que a Amazônia representava uma solução tanto para os problemas socioeconômicos do Nordeste quanto para a necessidade de ocupação e desenvolvimento da região Norte, sob a ótica do regime militar. A “humanização” da Amazônia, portanto, estava atrelada à transferência de população

considerada excedente de outras regiões, especialmente o Nordeste, para esse território.

O modo como o colonialismo opera na Amazônia se assemelha a definição fanoniana da prática colonial, onde opera um esforço do colonizador em deslegitimar e animalizar o colonizado, declarando-o como um ser ausente ou inimigo de valores, o portador do mal e agente do atraso. Em *Condenados da Terra* (2022), Fanon reforça que a estratégia do colonizador não é só dominar o território, mas também as mentes. Fazendo com o que o colonizado assimile a ideia de inferioridade intelectual, e buscando que acatem as expectativas da metrópole que o aliena constantemente. Esse caráter é perceptível tanto no modo como as ações governamentais lidam com as populações nativas quanto com os migrantes vindos do nordeste.

A indolência dos indígenas, reforçada nas produções literárias, diários de viagens e assimilada pelo senso comum, é de suma importância para a criação da teoria do determinismo geográfico que se desenvolveu posteriormente acerca da região amazônica e das comunidades que ali se estabeleciam. Na retórica oficial prevalecia a ideia de espaços vazios, uma tentativa de apagamento da presença de diversas comunidades nesse território, retrato da prevalência de uma mentalidade integracionista que desprezava as culturas nativas. O incentivo à instalação de empreendimentos nessa região entre que grupos sociais distintos forçou o convívio conflituoso entre culturas, temporalidades, práticas e técnicas muito distintas.

Na obra *Os fuzis e flechas* (2017) do jornalista Rubens Valente, observamos também a mentalidade integracionista do Estado e sua truculência na criação da Guarda Rural Indígena (Grin) e na atuação de Maurício Rangel Reis, ministro do Interior, que defendeu o projeto por proporcionar a “emancipação” dos indígenas, retirando o direito desses povos à terra. Tratando de como as obras e projetos de integração nacional, a exemplo da Transamazônica e outras rodovias, tiveram consequências fatais sobre os povos Parakanã, Asurini e outros, bem como a evidência do favorecimento estatal a grupos de mineradores, fazendeiros e empreiteiras com interesses em terras indígenas.

Temos também a prática de cercamentos no campo que mobilizaram um fluxo de migrantes para esse território. O perfil desses migrantes compreendia, majoritariamente, camponeses, principalmente filhos de camponeses, em razão da juventude. Estes eram levados do Maranhão e de outras regiões para trabalhar como peões na derrubada de mata e formação de fazendas, exercendo a peonagem, na região amazônica. A dinâmica de trabalho, frequentemente, de enquadrava em escravidão por dívida, que começa por meio de adiantamentos chamados de “abono”, sendo esse “uma quantia em dinheiro deixada antecipadamente com a família do peão” (Martins, 1986, p 46).

Essa modalidade de deslocamento norte-nordeste tem que ser analisada para além de questões materiais e de sobrevivência, apesar delas possuírem um grau de relevância significativo nesse cenário, segundo Silva e Menezes (2007):

A migração, enquanto processo, responde às necessidades materiais de sobrevivência (comida, roupa, remédios) e também as necessidades de manter vivas as ilusões (de melhoria, de ascensão social, de projetos de vida). A compreensão dessa dialética afasta os dualismos e as excludências, no sentido de que o real, o palpável, é verdadeiro; e o irreal, o invisível, é falso. As representações sociais (símbolos, imaginário) são elementos do real, portanto necessários. A ilusão é necessária e ela se apoia em uma base social (Silva; Menezes, 2007, p. 5)

Esses deslocamentos acontecem em sequência às políticas de cercamento, que afetaram tanto ao campo quanto ao território indígena, e paralelamente ao “boom” dos garimpos, com o surgimento da Serra Pelada, Cumaru e outras áreas de garimpagem na década de 1980. Nesse contexto, a atuação do povo Mebêngôkre Kayapó com o garimpo chama atenção, uma relação complexa que se desdobrou em diferentes fases e estratégias por parte desse povo indígena, nos mapas de conflito da Fundação Fiocruz conseguimos acessar a linha do tempo das reivindicações dessa comunidade.

Após se mobilizarem em protesto aos avanços do garimpo em suas terras conseguiram um acordo com o governo que instituiu uma relação na qual eles não tinham controle direto sobre o garimpo Cumaru, mas o governo instalou, em março de 1981, um sistema de controle semelhante ao que ocorria em Serra Pelada,

mantendo os garimpeiros e diversos órgãos para abastecimento, segurança, atendimento de saúde e o monopólio da compra do ouro, atividade exercida pela Caixa Econômica Federal.

No entanto, ao constarem os efeitos nocivos da garimpagem, como a poluição das águas próximas ao garimpo, aumento de doentes nas aldeias e escassez na atividade de pesca, os Kayapó se mobilizaram e reivindicaram um ajuste na porcentagem recebida pela atividade garimpeira. No ano de 1984, comunicaram aos órgãos federais que estavam dispostos a desativar os garimpos caso os donos de barrancos não aceitassem aumentar o valor repassado. Desenvolveram, além disso, uma rede de fiscalização do trabalho garimpeiro em suas terras, controlando o fluxo de pessoas, mercadorias e do ouro extraído (Saidler, 2017).

A partir da observação dessa articulação podemos constatar a complexidade da relação dos Kayapó com o garimpo, marcada por negociações, atos de resistência, pela busca por autonomia no gerenciamento e defesa de seus direitos territoriais diante das pressões e impactos da atividade garimpeira em suas terras.

Esse é o cenário encontrado por muitos migrantes que se destinaram a áreas de garimpagem na Amazônia. Era notável a autoridade exercida pela liderança indígena, que juntamente com a polícia federal faziam o controle da área de Cumaru. Aparecendo inclusive em relatos de migrantes que relatam a frequência que eles eram vistos na sede do garimpo para resolver questões acerca da divisão das áreas de garimpagem.

Expedito Alves da Silva, atualmente com 75 anos, um maranhense que migrou para o garimpo Cumaru em 1982, relembra que “a área era deles, área privada. Aí tinha áreas que não era liberado, nego entrava trabalhando de noite pra os índios não descobrir, trabalhava manual, porque não podia ligar a máquina”. Completa afirmando que eles andavam armados e resolviam tensões relacionadas a invasões noturnas em áreas restritas de garimpagem, segundo ele a reprimenda vinha no dia seguinte, os “índios” chegavam com bandeiras vermelhas, “que eram as bandeiras de

guerra, aí podia correr que o embate era certo”. Em outro momento relata mais um motivo para que houvesse conflitos:

Lá era assim, a justiça liberava um garimpo, tinha um contrato. Tantos meses, você paga tanto, você vai ficar trabalhando nessa área, no dia que fechava o contrato você tinha que fazer outro contrato, porque se você continuasse, passasse o limite daquele contrato, você ia preso. Muitas vezes o ‘cabra’ não queria trabalhar, os índios chegavam a atacar, porque passava o dia de pagar, aí nem ia polícia, os índios era quem ia atacar, que era o dono da área lá. (Silva, 2021)

A realidade encontrada por ele no garimpo foi de uma grande mistura de sotaques e costumes, gente de todo o Brasil em busca das promessas feitas pela “fofoca do garimpo”, como eram denominadas as propagandas de boca a boca feita por quem retornava dos garimpos ao local de origem e assim incentivava novas migrações. Era um cenário que se assemelhava ao fim do mundo, uma algazarra, uma loucura, muito motivada, certamente, pela euforia que todos esses sujeitos experimentavam ao adentrar nessa, tão difundida, virada de vida que o garimpo poderia proporcionar. É interessante pensar nesse “fim do mundo” como uma exemplificação da situação de desespero que esses sujeitos nos garimpos se encontravam.

Gente de todo lugar, gaúcho, mineiro, paraense, baiano, maranhense, cearense. Gente de todo lugar você encontrava lá no garimpo, então lá era uma senzala que quando você se acha lá dentro, parece que tá no fim do mundo, não é esse mundo que nós conhece aqui, é um mundo de zuada, de movimento que a gente não conhece, gente grita, corre, era uma coisa de louco o garimpo. (Silva, 2021)

Ao falar das relações e convívio no garimpo de forma mais ampla, é notável que havia um clima de desconfiança geral que se manifestava de forma mais amena por meio de “picuinhas”, pequenas desavenças. Brigas mais intensas não eram a regra em Cumaru, principalmente pela forte presença da polícia federal nesse garimpo, no entanto, às vezes elas aconteciam por “baixo dos panos” e a polícia acabava nem sendo informada dessas situações:

Não tinha muita briga, porque assim, você não podia brigar né? Porque onde o garimpo era liberado tinha, é, como é que se diz... Onde era registrado o garimpo, você não podia brigar. A federal tomava de conta, ia preso. Ave Maria, queriam era saber de alguma coisa... Ai, acontecia

assim, que o pessoal descia pros 'baixão' e a fiscalização ficava na Sede, quando acontecia alguma coisa, nos garimpos, às vezes o dono do garimpo era quem ia, até na Sede, pra falar pras autoridades tomar providências. Mas muitas de muitas vezes, acontecia dano lá que nem um e nem outro vinha falar. Porque às vezes o cara tirava a vida de alguém e ficava pra lá, ninguém dava notícia ou ia ver, lá era difícil. (Silva, 2021)

Entre os próprios garimpeiros havia um clima de salve se quem puder, a grande maioria vivia desconfiada dos colegas e as relações interpessoais em alguns eram marcadas por desavenças motivadas principalmente pelo ego ferido de alguns, isso se dava muita das vezes por não saber relevar brincadeiras e piadas feitas pelos colegas de garimpagem, quem fosse mais “sisudo” poderia, segundo Expedito, arranjar uma grande confusão, então era necessário fingir não ouvir e seguir no dia-a-dia com muita paciência a fim de não cultivar desafetos.

Assim, o pior de garimpo é que você chega no meio daquelas pessoas desconhecidas, eles não conhecem a gente, mas eles ficam tomando gosto com as pessoas, zombando a cara das pessoas, com piada, aquela coisa. É uma coisa assim, aquela coisa que, nós mesmo que não tem costume com aquilo, é obrigado ter muita paciência pra tolerar, muita paciência mesmo. (Silva, 2021)

A narrativa de Expedito sobre as relações pessoais e de trabalho no garimpo remete a interpretação de Rodrigues (2020), de que não só a existência física das pessoas ficou vulnerável em relação ao ouro e seus valores econômicos, mas também fatores existenciais como sentimentos, sofrimentos, alegrias, tristezas, esperanças, desilusões, sorte, azar, castigo, fé. Rodrigues (2020) vê o garimpo como um espaço de solidão que dissipou esses valores, tudo foi banalizado em detrimento da ganância e muitas vezes do desespero daqueles que não conseguiram nada.

6. Considerações Finais

Ao compreender a relevância de analisar a migração de trabalhadores rurais do Maranhão para a Amazônia sob a perspectiva das ações governamentais de incentivo às migrações implementadas durante a Ditadura Militar, pudemos observar como essas políticas moldaram não apenas os fluxos migratórios, mas também as condições de vida dos migrantes e as dinâmicas sociais e econômicas na região. A

pesquisa revela que a migração é um fenômeno complexo, que deve ser entendido como um processo político e social, e não meramente econômico.

Os principais achados indicam que a migração para a Amazônia foi impulsionada por uma combinação de fatores estruturais, como a pobreza e a desigualdade, que forçaram os jovens a deixar suas comunidades. Ao mesmo tempo, as políticas da Ditadura Militar, que buscavam integrar a Amazônia ao restante do Brasil, resultaram em uma ocupação territorial que perpetuou relações de exploração e marginalização. Os migrantes, ao chegarem à Amazônia, enfrentaram não apenas desconexão de suas terras de origem, mas também novas formas de precarização e exclusão social, evidenciando a “dupla ausência” proposta por Sayad.

Essas medidas não apenas impactaram a vida dos migrantes, mas também transformaram as dinâmicas espaciais do território amazônico. A exploração das riquezas naturais da região, associada à marginalização das comunidades locais, demonstra como as decisões políticas moldaram a realidade social e econômica da Amazônia, perpetuando desigualdades históricas.

Portanto, é fundamental reconhecer a migração como um fenômeno que transcende a esfera econômica, envolvendo questões de poder, identidade e resistência. A análise das políticas migratórias da Ditadura Militar e seus efeitos sobre os migrantes e o território amazônico oferece uma compreensão mais profunda das complexas relações sociais que caracterizam essas migrações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidente (1969-1974: Emílio Garrastazu Médici). **Atos de fé na Amazônia.**

FANON, Frantz. **Os condenados da Terra.** Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

MARTINS, J. S. **Não há terra para plantar neste verão: O cerco das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo.** Petrópolis: Vozes, 1986.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Contexto, 1980.

MILHOMENS, Lucas; GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Amazônia: Da Ditadura Civil-Militar Aos Grandes Projetos Da Atualidade**. Cadernos CERU, série 2, v. 29, n. 2, dez., 2018.

RODRIGUES, José Siney Ferraz. **Memórias do garimpo: vida e trabalho de garimpeiros clandestinos no ciclo do ouro na Amazônia Brasileira (1960-2000)**. Tese (Doutorado).

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SILVA. Expedito Alves da. Entrevista concedida a Giselle Maria Silva Cruz. **Buriti Bravo** (MA), 11 de julho de 2021.

SILVA, Idelma Santiago da. **Migração e Cultura no Sudeste do Pará: Marabá (1968-1988)**. Goiânia, Dissertação, Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, 2006.

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

VIOTTI DA COSTA, Emília. **Da Monarquia à República: A Formação do Estado Brasileiro**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2007.

VITALE JOANONI NETO, Vitale; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **A Amazônia e a política de Integração Nacional: o discurso da modernização entre o passado e o presente**. s.l., p. 147-154, 2017.

LOIOLA, Silva, Tauil. Controle da malária no Brasil: 1965 a 2001. **Rev Panam Salud Publica/Pan Am J Public Health**, 11(4), 2002.

DESLOCAMENTOS E CONFLITOS:

narrativas sobre os povos indígenas Paiacu na colonização das capitanias do Norte pelo colonizador português (séculos XVII-XVIII)

Almir Leal de Oliveira¹
Reinaldo Forte Carvalho²

Artigo recebido em: 13/01/2025.

Artigo aceito em: 21/06/2025.

RESUMO:

Este artigo analisa as narrativas produzidas pelos cronistas do Instituto do Ceará sobre os povos indígenas Paiacu, habitantes dos sertões das capitanias do Ceará Grande e do Rio Grande no período da colonização nas capitanias do Norte, nos sécs. XVII e XVIII. A análise destas narrativas teve como objetivo entender os processos de deslocamentos e conflitos envolvendo os Paiacu com o avanço dos europeus nos sertões do Norte. Especificamente, buscando entender os espaços naturais dos Paiacu; pesquisando os deslocamentos e conflitos entre os Paiacu e o conquistador; e compreender as espacialidades humanas entre este grupo indígena e as forças colonizadoras. O estudo analisou a produção dos cronistas Ceará Guilherme Studart, Antônio Bezerra, Thomaz Pompeu Sobrinho e Carlos Studart Filho, vinculados ao Instituto do Ceará. A metodologia utilizada é a análise das narrativas dos referidos cronistas sobre os deslocamentos dos povos indígenas Paiacu nas capitanias do Norte, cruzando-as com a historiografia e as fontes documentais, estabelecendo uma comparação e buscando perceber as similaridades, convergências e ou, distanciamentos e divergências entre as mesmas.

PALAVRAS-CHAVE: Paiacu; Deslocamentos; Conflitos; Sertões do Norte.

Displacements and conflicts: narratives about the Paiacu indigenous peoples in the colonization of the northern captaincy by the Portuguese colonizer (17th-18th centuries)

ABSTRACT:

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0430368425974786>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1829-5498>. E-mail: almirleal@uol.com.br.

² Doutor em História pela Universidade de Pernambuco (UPE, Campus Petrolina). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4435223781591585>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7930-8670>. E-mail: reinaldo.carvalho@upe.br. Membro do Grupo de Pesquisa CNPq - Observatório dos Sertões - UPE Petrolina.

This article analyzes the narratives produced by chroniclers from the Ceará Institute about the Paiacu indigenous people, inhabitants of the backlands of the captaincies of Ceará Grande and Rio Grande during the period of colonization in the northern captaincies, in the 17th and 18th centuries. The analysis of these narratives aimed to understand the processes of displacement and conflicts involving the Paiacu with the advance of Europeans in the backlands of the North. Specifically, seeking to understand the natural spaces of the Paiacu; researching the displacements and conflicts between the Paiacu and the conqueror; and understanding the human spatialities between this indigenous group and the colonizing forces. The study analyzed the production of the chroniclers from Ceará Guilherme Studart, Antônio Bezerra, Thomaz Pompeu Sobrinho and Carlos Studart Filho, linked to the Ceará Institute. The methodology used in the analysis of the narratives of the aforementioned chroniclers about the displacements of the Paiacu indigenous peoples in the captaincies of the North, crossing them with the historiography and documentary sources, establishing a comparison seeking to perceive the similarities, convergences and/or, distances and divergences between them.

KEYWORDS: Paiacu; Displacements; Conflicts; Northern Backlands.

1. Introdução

A colonização dos sertões coloniais iniciou timidamente ao longo do século XVI e foi intensificada na segunda metade do séc. XVII e no primeiro quartel do XVIII, sobretudo pela preação e escravização dos indígenas, realizadas pelos colonizadores em campanhas militares, forçando o descimento e os aldeamentos dos povos naturais nos sertões, alojando-os em instalações rudimentares como arraiais, presídios e outras bases bélicas, auxiliadas (ou não) por missões religiosas, em um vetor territorial do litoral aos rincões mais distantes. Esse processo sedimentou uma dinâmica das forças colonizadoras deslocadas para o interior dos sertões com o objetivo de ocupação dos territórios a serem colonizados. Este processo, em seguida, foi definido pela lógica de posse da terra legalmente definida pela política de doação de datas das sesmarias, justificando assim o controle e domínio sobre o território. Esse processo foi fundamental para definir e delimitar o espaço de inserção territorial de diversas aldeias, missões, lugarejos e vilas pelo colonizador nos sertões das capitanias no Norte e no Brasil.

O projeto de colonização nos sertões do Norte ocorreu, inicialmente, com a posse da terra, o controle e o domínio sobre os povos indígenas e o estabelecimento

das bases colonizadoras, dentre as quais a implantação dos aldeamentos missionários, para integrá-los aos domínios do império, no ultramar. Os aldeamentos missionários foram sendo implantados como uma força garantidora e legitimadora da colonização, como projeto missionário católico romano no contexto da Contra-Reforma. Os aldeamentos missionários foram responsáveis por estabelecerem as bases de controle sobre as diversas populações indígenas por meio do enquadramento e a regulação, definidos pela Igreja Romana e a política indigenista da administração portuguesa na colonização dos sertões coloniais. Sobre isso, Maria Regina Celestino de Almeida (2003, p. 80) expôs que:

Os projetos de colonização, longe de serem reduzidos à esfera do econômico, devem ser vistos em sua perspectiva global de empreendimento político, econômico e religioso. [...] Se a conquista do território podia ser feita por meio da violência e da destruição da organização social dos grupos indígenas, o projeto de colonização implicava a reorganização dessas populações de forma a integrá-las à nova ordem que se estabelecia. (Almeida, 2003, p. 80)

Com o avanço da colonização ocorreram inúmeros conflitos entre o colonizador e as diversas populações indígenas habitantes que se deslocavam constantemente entre os vários sertões nas capitanias do Norte. Partindo dessa questão, este estudo analisou as narrativas da historiografia cearense produzidas pelos principais representantes do Instituto do Ceará no final do século XIX e início do XX, sobre os deslocamentos e conflitos envolvendo os povos indígenas Paiacu. Neste estudo discutimos, a partir de narrativas produzidas, e refletimos sobre como se constituíram os espaços naturais, de ocupação e deslocamentos desse grupo indígena nos sertões do Norte, e como passaram a ser ‘re-apropriados’ e ‘re-significados’ pela intervenção e ação do colonizador, em meio às disputas e conflitos pela posse da terra nos sertões das capitanias do Norte entre os séculos XVII e XVIII.

Com essas considerações, este artigo buscou um contraponto à produção historiográfica de intelectuais no Instituto do Ceará, nos séculos XIX e XX, priorizando a história do colonizador europeu como o dominador no processo de

colonização. Segundo Almir Leal de Oliveira, esses intelectuais tinham como objetivo estabelecer os fundamentos das origens³ da história do Ceará:

Ao determinarem os agentes e as situações que *inauguraram* o Ceará na história, os historiadores do Instituto do Ceará estabeleceram, entre 1887 e 1903, as *origens parciais* da mítica *origem* do Ceará. Os primeiros conquistadores, os primeiros donatários e os *heróis fundadores*, definidos por esses historiadores, constituíram uma sistemática tradição. Fonte de poder simbólico e temporal, a constelação de identidades situadas e localizadas na cronologia cearense proporcionou a gênese integradora do Ceará à história nacional e à história universal. (Oliveira, 2000, p. 281)

Os intelectuais do Instituto tinham como premissa nos estudos que realizaram uma descrição factual das supostas *origens* do Ceará com base no *heroísmo* dos colonizadores a partir da posse, controle e domínio territorial como aspecto integrador e legitimador da sociedade. Ou seja, legitimação de uma história em contraponto ao legado de mobilizações por direitos e resistência dos povos indígenas para a continuidade da existência e a preservação de seus espaços naturais. Segundo Regis Ramos, esta concepção descritiva da produção historiográfica no Instituto do Ceará foi elaborada a partir de “uma vontade de fazer o Ceará por meio de seu passado, dando uma existência mais legível, e por isso mesmo mais legítima” (Ramos, 2012, p. 7).

No entanto, revisitar a produção destes cronistas no Instituto do Ceará sob o aporte analítico da chamada nova história indígena, possibilita analisar como estes sujeitos respaldaram através de escritos a narrativa da superioridade e dominação sobre os povos indígenas em meio ao processo colonizador português.

2. Os espaços naturais⁴ dos Paiacu nos sertões do Norte: territórios, aldeias e aldeamentos

³ Para estabelecer uma relação do termo das origens com o IHGB, ver Manoel Luís Lima Salgado Guimarães quando expõe que a “leitura da história empreendida pelo IHGB está, assim, marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a, contudo numa tradição de civilização e progresso, idéias tão caras ao iluminismo” (Guimarães, 1998, p. 8).

⁴ Utilizamos a categoria de espaço natural para lembrar como Capistrano de Abreu (1976, p. 11), em preocupação para elaborar uma geografia humana, referia-se aos indígenas como povos naturais salientando uma relação tensa com a Natureza. Ou como afirmaria Friederich Ratzel, grande inspirador da antropogeografia de Capistrano: “chamamos naturais certos povos não porque eles

O avanço da colonização para o interior nos sertões das capitanias do Norte foi efetivado como afirmado com base nas campanhas militares, no controle e domínio dos povos indígenas, na ocupação dos colonos e na inserção dos aldeamentos missionários das diversas ordens religiosas, estabelecendo as bases de atuação gradativamente ao longo do território ocupado por inúmeros povos indígenas.

Segundo a historiografia da cartografia dos povos indígenas no Ceará, os Paiacu habitavam uma vasta área territorial entre o Ceará Grande e o Rio Grande, especificamente a partir do rio Choró, pela ribeira do Jaguaribe até a ribeira do Açu, e na vizinhança, a Noroeste, com os grupos Anacé, Canindé e Jenipapo, mais ao centro do território; ao Sul do Ceará, como espaço natural na fronteira e em confronto com os grupos indígenas Quixelô, Quixeré, Inhamum, Icozinho e Calabaça; e no litoral, com Potiguara e Jaguaribara. Nos sertões do Rio Grande, os limites com os Potiguaras, no litoral; no centro do território, com os Otshukaiana; ao sul, com os Panati, Pegas e Icozinho; e, a Leste, com Canindé, Sukuru e Potiguara.

Assim, a localização ou espaço natural de domínio dos Paiacu, no século XVII, estava situada entre o rio Piranhas na região do Açu, rio Jaguaribe e Choró no Ceará Grande. Entretanto, os indígenas faziam incursões de guerra e saques a outros povos indígenas até no litoral do Ceará, chegando “perto da Fortaleza de N. S. d’Assunção, onde vinham a acometer aos silvícolas mansos, que ali residiam à sombra da proteção Lusitana” (Studart Filho, 1959, p. 60).

De acordo com Studart Filho (1931, p. 16), a partir do determinismo sócio espacial defendido pelo mesmo, afirmou que os Paiacu seriam os “prováveis sucessores dos Potiguares nesse trecho do país”. De acordo com o autor, esse povo sempre ameaçava com assaltos os viajantes entre os limites das ribeiras do Açu e Jaguaribe no século XVII, representando um “obstáculo sério” à comunicação das capitanias do Ceará Grande e do Rio Grande, dificultando assim, o processo de

vivem nas mais íntimas relações imaginárias com a Natureza, mas porque vivem sob a constrição da Natureza” (Moraes, 1990, p. 122).

avanço da colonização nos sertões dessa área, no sentido Leste-Oeste, sertões das chamadas capitanias do Norte.

Os sertões entre as capitanias do Ceará Grande e Rio Grande eram habitados na extensa área geográfica pelos Paiacu se deslocando no sentido sertão/litoral e sertão/sertão de acordo com inúmeros fatores para a sobrevivência. De acordo com Ristephany Leite (2020) se referindo ao aspecto “nômade” dos Paiacu, os inúmeros “deslocamentos sazonais”, predominantes nos períodos climáticos entre secas e chuvas sazonais, eram favoráveis ou não, para busca de alimentos pelas populações entre os territórios nos sertões das capitanias do Ceará e do Rio Grande. De acordo com a autora:

Os Paiaku, povos que se encontravam dispersos nas regiões limítrofes entre as capitanias do Rio Grande, Ceará e Paraíba, “habitavam predominantemente, a região compreendida entre o rio Jaguaribe e o Açu, alcançando o rio do Peixe, na Paraíba”. A razão da ocupação de uma faixa territorial tão extensa reside, provavelmente, nos deslocamentos sazonais que realizavam, ocasionados por questões climáticas e pelo cultivo de determinados gêneros alimentícios. (Leite, 2020, p. 52)

Segundo Marcos Felipe Vicente (2020, p. 45), o espaço territorial habitado pelos “povos indígenas Paiacu”, era constituído por um grupo indígena de características “seminômade, disperso em uma grande faixa territorial”, isso era decorrência do comportamento e dos hábitos de vida que os Paiacu adotaram ao longo do tempo, assim como muitos grupos indígenas habitando nos sertões das capitanias.

Para os/as autores/as acima citados/as, o comportamento “nômade e seminômade”, era uma prática comum nos deslocamentos como forma de mobilidade sócio-espacial dos povos naturais habitando os sertões do Norte. No entanto, os processos de deslocamentos estavam vinculados ao uso dos espaços habitados pelos povos naturais. A terra tem um sentido mais amplo na dinâmica sociocultural dos povos indígenas – não é apenas espaço de vida e habitação. Diferentemente da concepção colonizadora, a terra, para os povos naturais, era representada cosmologicamente como símbolo e suporte da vida social. De acordo com Kolling e Silvestri:

para as sociedades indígenas, a terra é muito mais que simples meio de subsistência. “Ela representa o suporte da vida social e está diretamente ligada ao sistema de crenças e de conhecimento. Não é apenas um recurso natural, mas – e tão importante quanto ele – um recurso sociocultural”. Como [recurso] sociocultural, [a terra] está também revestida de uma linguagem mítico-religiosa. (Kolling; Silvestri, 2019, p. 213)

Considerando isso, entendendo que, os deslocamentos foram fundamentais como prática cotidiana dos povos indígenas, em relação à simbologia da terra para os mesmos, por ter uma dimensão mais ampla que uma simples busca por alimentos em outras localidades, pois o comportamento de deslocamentos dos diversos grupos naturais deve ser analisado não apenas como sazonais, espontâneos, ou forçados, mas, também como aspecto condicionante a vida do povo indígena. Sazonais, por estarem em consonância às fases climáticas no sertão; espontâneos, por se tratar de populações autóctones socializando a prática de mobilidade e deslocamento dos antepassados dos povos originários habitando os mesmos sertões habitados na atualidade; e os deslocamentos forçados, decorrentes dos conflitos com outros povos naturais pela posse dos espaços habitados para o controle e domínio sobre outras populações indígenas, e em outro momento provocado pelo avanço no processo de colonização. Esse tipo de deslocamento foi realizado por meio da ação dominadora do colonizador, perseguindo, escravizando e violentando os povos naturais ao longo da história da colonização.

As espacialidades ou territorialidades humanas⁵ dos Paiacu nos sertões do Norte foi o espaço natural de origens, lugar de habitação e deslocamentos contínuos desses povos indígenas. Segundo Thomaz Pompeu Sobrinho (1955), o povo indígena Paiacu possivelmente chegou a este espaço natural nos sertões do Norte a partir de uma corrente migratória datada de cerca de 7 a 6 mil, derivados da primeira corrente migratória a povoar as Américas (pelo Estreito de Bering a cerca de 40 mil anos), pertencente ao grupo linguístico-cultural dos Láguidos. Tido como um grupo

⁵ De acordo com Fuini (2014), a territorialização espacial ou territorialidade humana significa ação, movimento ou processo de construção e criação de territórios pela apropriação, uso, identificação, enraizamento com determinadas extensões do espaço por lógicas políticas, econômicas ou culturais, sendo também sinônimo de qualificação ou organização territorial. Segundo Fuini (2014), a *territorialidade humana* é entendida como uma “estratégia espacial para afetar, influenciar e controlar recursos e pessoas através do controle de áreas e como estratégia, pode ser ligada e desligada. Em termos geográficos, ela é um comportamento espacial.” (Sack, 1986, p. 3 apud Fuini, 2014, p. 226).

povoador genésico, vivendo em condições de deslocamentos contínuos, os mesmos dos povos mesolíticos, com uma identidade lingüística, mas não de grupo único, sempre dividido em parcelas de cerca de 200 indivíduos não praticantes da agricultura. De acordo com Sobrinho (1955, p. 119), essas “numerosas tribos [...] em estágios culturais diferentes” povoaram inicialmente os vales do Jaguaribe e Açu e depois de longo tempo e “modificações étnico-linguísticas [...] deram lugar à formação de uma família bem caracterizada, a família línguocultural Tarariu”.

Esta família linguística Tarariu (para designar uma linguagem própria/independente e não um grupo e/ou tribo), com práticas socioculturais paleolítica primária, se dividiu em vários grupos, como os Canindé, Genipapo, Janduis, Panati, Paiacu e Tarariú. Ainda segundo Pompeu Sobrinho, o termo Tarariú se originando da língua geral (taraíra, ou traíra, nome de um peixe) para designar o grupo da língua independente e Otchokuyana (também da língua geral, para falar do grupo Tarariú, que os holandeses chamavam Jandoins, adotando o nome do principal/chefe do grupo Tarariú⁶).

Como mencionado, esses deslocamentos eram realizados a partir de vários aspectos comuns, como o sazonal, o periódico e/ou o permanente. O sazonal ocorria nos períodos chuvosos ou de grandes secas, sempre em direção ao litoral com a estiagem e dificuldade da caça nos sertões. Os Paiacu e outros povos indígenas se deslocavam para as zonas intermediárias, entre o litoral e o sertão, em busca de colherem as safras do caju, sem praticarem a agricultura intensiva, mas a coleta, a caça e a pesca. Viviam em acampamentos rudimentares, no litoral, em sítios/oficinas de preparação de materiais líticos e para a produção de artefatos em cerâmica, madeira e ossos. Pernoitavam em acampamentos onde faziam fogueiras e abrigos de palha. As práticas religiosas eram realizadas em cerimônias, ou monumentos como sambaquis (tido pelos colonizadores como suas “reliquias”).

⁶ Ver: POMPEU SOBRINHO, Thomáz. Línguas Tapuias desconhecidas do Nordeste. Boletim de Antropologia, 2 (1): 3-20, dez., 1958. Fortaleza. Ceará.

Diante disso, refletir sobre a suposta condição nômade ou seminômade dos Paiacu é dimensionar a concentração entre os diversos grupos dessa etnia, distribuídos entre as ribeiras do Jaguaribe e do Açu, e do litoral ao sertão, do Ceará ao Rio Grande, distribuição por meio de divisões internas, em grupos menores, como estratégia de fortalecimento, controle e domínio territorial em relação a outras etnias, com base na constituição de diversos indivíduos do mesmo núcleo originário, ou o ajuntamento com outros povos naturais, por meio de alianças e acordos, escravização de despojos de guerra, casamentos.

Os Paiacu dominavam esses sertões até serem submetidos pelas forças luso-brasílicas a se fixarem em aldeias e missões (como ocorreu no Areré, na foz do rio Palhano, no baixo Jaguaribe, em 1696). Após uma guerra ofensiva, desde a destruição de relíquias, em 1690, pelas forças do Terço dos Paulistas, situadas no arraial de Mathias Cardoso de Almeida (Arraial da Santa Cruz do Porto dos Barcos, hoje Aracati). Assim, também, uma guerra injusta, como o massacre promovido pelo paulista Mestre-de-Campo Manuel de Almeida Moraes Navarro, em 1699, na missão da Aldeia da Madre Mãe de Deus (Vicente, 2020, p. 78).

Outros espaços habitados pelos indígenas Paiacu foram sendo constituídos em meio ao processo colonizador europeu a partir dos aldeamentos missionários, definidos como uma espacialidade em constante disputa e tensão entre colonizadores, missionários, e os povos indígenas. A ocupação dessas espacialidades ocorreu em diversos momentos definindo a colonização do europeu sob o território ao longo do tempo. Nesse processo, a espacialidade dos aldeamentos foi uma arena em disputas nos sertões, pois o colonizador teve proporcionalmente o domínio e controle sobre esses espaços em decorrência do avanço por meio de estratégias políticas e de uma força bélica diferenciada do armamento dos povos indígenas, e também, pela inserção dos ditames do Cristianismo no cotidiano dos povos indígenas convivendo nos aldeamentos missionários.

Partindo dessa questão, o espaço habitado pelos Paiacu evidencia algumas informações importantes para a localização dos espaços naturais e os deslocamentos

da etnia e os principais aldeamentos frente à ação do colonizador entre os sertões das referidas ribeiras. Conforme mapa de Curt Nimuendajú, com algumas datações do período de habitação, permanência e deslocamentos das populações dos Paiacu nos sertões das ribeiras citadas, a localização desses povos data de 1666 a 1704, na ribeira do Jaguaribe. Posteriormente, entre 1741-1762, foram deslocados para o Noroeste da capitania do Ceará Grande, para as margens do rio Choró, onde se localizava a Aldeia de Monte-mor, o Velho (atual cidade de Pacajus), no sentido da foz do rio Choró, no litoral (atualmente Cascavel); e para o sertão e maciço de Baturité, onde foi criada a Aldeia de Monte-mor, o Novo (antiga Missão da Palma) (Vicente, 2020, p. 109).

Outros deslocamentos forçados pelos colonizadores foram realizados do Ceará para o Rio Grande. No ano de 1700, os Paiacu foram deslocados para a ribeira do Açu, onde se espalharam pelas regiões do centro, médio e alto sertão potiguar (região de relevo entre a Chapada do Apodi e a depressão sertaneja potiguar), mais especificamente desde o rio Apodi até a aldeia de Porto Alegre. Nesse mesmo sentido, ocorreu, em 1762, outro deslocamento forçado pelos colonizadores, dessa vez, no sentido Sul, em direção à divisa com a Paraíba, localizando os Paiacu, nesse período, às margens do rio do Peixe.

A hipótese de retorno dos Paiaku ganha consistência ao analisar-se o que registrou o missionário jesuíta Manuel Pinheiro em uma de suas memórias sobre as missões do Ceará, em que o missionário afirmava que, nas margens do rio Choró, estavam certos indígenas Tapuia, que fugiram de uma povoação chamada Apodi, no Rio Grande. De acordo com sua percepção, quando estavam entediados de ficarem na parte do Ceará, iam para o Apodi e, da mesma forma, retornavam quando lhes era conveniente, do Apodi para o Ceará (Vicente, 2021, p. 23)

Os Paiacu, e como todas as populações indígenas, estavam habituados a longas jornadas, embrenhando-se pelas caatingas entre o Ceará e o Rio Grande, pelas várias trilhas, atalhos e caminhos de um sertão a outro. Os trajetos entre o sertão e o litoral eram bastante conhecidos pelos Paiacu, em decorrência da mobilidade ancestral (temporal e espacial), em constantes momentos, em busca de alimentos para o grupo, ou em meio às guerras e conflitos com outros povos indígenas.

Diferentemente das transferências realizadas entre os aldeamentos missionários das populações indígenas através de diásporas, o processo de deslocamento tradicional dos Paiacu, configurava-se nos princípios e práticas de resistência e modos de vida dos povos indígenas, que utilizavam os deslocamentos entre os territórios habitados desde os primórdios da existência, em longas caminhadas, entre vales e serras, desertos e matas, cortando as terras áridas, íngremes e por vezes pelas famigeradas secas assolando os sertões das capitanias.

Outro fator mais recorrente no processo de deslocamentos sazonais seria a fuga das populações indígenas, ou do despojo após os enfrentamentos dos guerreiros com as inúmeras tropas militares dos colonizadores com bacamartes responsáveis pelo apresamento e cativeiro dos povos indígenas dispersos no corso⁷.

3. Deslocamentos e conflitos vivenciados pelos Paiacu

Os deslocamentos dos Paiacu, ocorridos entre 1696-1762, conforme o Mapa Etno-histórico de Curt Niemandju, entre os sertões das capitanias do Ceará e do Rio Grande foram, em parte, voluntários e, outros, forçados, realizados pelos colonizadores no contexto do avanço colonial e a implantação dos aldeamentos missionários que foram sendo criados. Assim, devem ser considerados como deslocamentos forçados pelos colonizadores, e entendidos como uma ação externa por parte do processo colonizador como diásporas indígenas resultantes de guerras entre o colonizador e os povos indígenas, que alteravam os modos de vida das populações indígenas a partir dos aldeamentos. Portanto, esse processo pode ser visto como guerras socioculturais que iniciou na segunda metade do século XVII, e se prolongou durante todo o séc. XVIII, movido especificamente pelas ações políticas dos colonizadores, fossem os representantes do poder administrativo, fossem os missionários e/ou os colonos.

⁷ O termo “corso” é uma referência aos povos indígenas das nações “Tapuias”, que resistiram ao avanço do processo colonizador europeu nos sertões do Nordeste brasileiro entre os séculos XVI-XVIII. Os “Tapuias de corso” foram denominados pelo colonizador como insolentes, rebeldes e inimigos da Coroa portuguesa, pois atacavam e saqueavam os engenhos, fazendas e aldeias coloniais.

Os deslocamentos realizados entre as aldeias missionárias nas capitanias do Ceará e do Rio Grande ocorreram a partir de três fatores específicos: mudanças nas medidas estabelecidas pela política indigenista portuguesa nos Regulamentos das missões, e, em seguida, pelo Diretório do Marquês de Pombal; embates entre os Paiacu e outras populações indígenas inimigas, habitando as áreas próximas aos aldeamentos; e, conflitos sempre constantes com os colonos. Especificamente, os deslocamentos dos Paiacu, realizados pelos colonizadores, tinham o objetivo de dominar, controlar e cristianizar os indígenas a partir da convivência nos aldeamentos, para a suposta civilidade do modo de vida europeu como ação constante e rotineira do processo colonizador.

Os aldeamentos foram pensados como espaços de pacificação e tentativa de controle sobre os povos indígenas, resistindo ao avanço do colonizador nos sertões das capitanias do Norte. O colonizador buscava ressignificar e reapropriar os conceitos e os valores milenares e tradicionais acumulados pelos povos naturais desde os primórdios da existência, valores e tradições na cosmovisão dos povos indígenas, que, de maneira subjetiva, procuravam sempre entender o mundo habitado a partir das relações humanas e os papéis dos indivíduos com a natureza nos espaços naturais, nos sertões onde habitavam.

Nesta configuração histórica do espaço natural do povo Paiacu, veremos a partir dos cronistas no Instituto do Ceará como narraram os deslocamentos dos indígenas, fossem sazonais, naturais ou forçados pelos colonizadores. Ressaltando que estes pesquisadores estavam comprometidos ou com a concepção de história científica de finais do século XIX, e início do século XX (como Antônio Bezerra e Guilherme Studart), ou com as crônicas definidas pela Antropologia Física em meados do século XX (Carlos Studart Filho e Thomaz Pompeu Sobrinho). Quando possível, confrontamos as informações citadas com outros registros documentais.

Neste sentido, é necessário entender que a produção das narrativas sobre os deslocamentos pelos intelectuais no Instituto do Ceará estava fundamentada em uma cronologia de eventos históricos promovendo uma descrição dos fatos referentes ao

processo de colonização no território das capitanias do Norte. Fica evidente que, para os cronistas no Instituto do Ceará, a ação do colonizador português nas capitanias do Norte foi o ponto de partida da construção *heróica* do colonizador, constituindo uma identidade de origens do Ceará Grande para a nação brasileira.

É comum nos escritos os autores iniciarem as narrativas históricas mencionando as populações indígenas e o começo do processo colonizador no território das capitanias do Norte. As narrativas mencionam as primeiras expedições militares, com alguns missionários, os quais tentaram, sem muito crédito, implantar as primeiras bases missionárias nos sertões. Em seguida, os primeiros enfrentamentos dos colonizadores com as populações indígenas, que culminam em processos de aldeamentos missionários como parte das dinâmicas estabelecidas pelas políticas indigenistas presentes nos Regulamentos das Missões, os quais definiam a implantação dos aldeamentos a partir das políticas supostamente civilizadoras estabelecidas pelos ditames das ordens religiosas para as populações indígenas.

Os aldeamentos missionários constituíram a base do suposto arcabouço civilizatório, fundamentado nas normas do pragmatismo cristão, responsável por inserir, paulatinamente, as transformações necessárias das práticas religiosas das populações indígenas para as normas e disciplinas do Cristianismo. De acordo com Cristina Pompa

a experiência das Missões, junto com a postura eclesiástica pós-conciliar, mais rígida para qualquer tipo de interpretação não ortodoxa das Escrituras, levou à reformulação, ou melhor, à evolução, ao crescimento do projeto missionário (Pompa, 2001, p. 49)

Nos aldeamentos, os missionários concentravam as populações indígenas por meio de uma política mesclando os diversos grupos étnicos, utilizando-se de um processo sócio-espacial para inserir os indígenas supostamente na civilização. O ajuntamento dos diversos grupos étnicos em um aldeamento tinha o objetivo de recriar uma nova identidade dos povos indígenas como princípio da desconstrução das várias práticas socioculturais dos nativos. Conforme Maria Regina Celestino de Almeida (2003), a recriação das novas identidades indígenas era construída a partir de

um processo com as vivências de novas práticas nos aldeamentos missionários, responsáveis por introduzir no mundo colonial, novas formas de organização social:

Os aldeamentos foram muito mais do que simples espaço de dominação e de exploração dos colonizadores sobre os indígenas. Apesar de todos os seus males, eram, além de portugueses e cristãos, espaços dos indígenas, pois assim foram por eles considerados, como sugerem as lutas que empreenderam por sua manutenção, até o início do século XIX. Ao ingressarem numa aldeia, muitas etnias do Brasil misturavam-se, num espaço único de administração lusa e, na condição de aldeados, os indígenas passavam a compartilhar uma experiência nova e comum, que os colocava em condição ímpar em relação aos demais segmentos sociais da Colônia. Transformaram-se, rearticulando valores e tradições para se adaptarem ao novo mundo em formação, o que permite percebê-los como grupo étnico e social específico, portador de identidades e características próprias, construídas ao longo do processo de vivência e contato, na nova situação colonial. (Almeida, 2003, p. 119)

Os aldeamentos foram criados pelos missionários, responsáveis por realizarem os primeiros contatos com as populações indígenas na Serra da Ibiapaba e no litoral do Ceará. A criação dos primeiros aldeamentos foi implantada a partir das bases militares e fortins, em pontos estratégicos. Nos sertões da capitania do Ceará, a instalação dos fortes militares tinha a função de guarnecer o território das invasões dos inimigos externos, de possibilitar a inserção dos colonos no território, assegurando proteção aos aldeamentos missionários, combater os ataques do gentio bravo, conforme cita Maia:

no caso dos conflitos de guerra aberta no sertão, um dos principais impedimentos para se reformular de maneira profunda quaisquer das problemáticas acima referidas. Por outro lado, fica claro que o simples antagonismo entre índios “selvagens” e moradores nos conflitos coloniais não deve ser considerada uma regra a priori, uma vez que a dinâmica interétnica acionada por interesses diversos, inclusive, dos grupos indígenas, grosso modo, auxiliaram a compor esse quadro fluido nas alianças militares. (Maia, 2010, p. 141)

Os primeiros aldeamentos Paiacu, no Ceará, a Aldeia Areré na ribeira do Jaguaribe, que foi criada próxima à foz no final do século XVII. Em seguida, Montemor, o Velho, localizado às margens do rio Choró, com a Aldeia de Nossa Senhora da Madre de Deus, pelo padre João da Costa, da congregação de São Felipe Neri. Nesse mesmo período, em 1707, os Paiacu tiveram uma légua de terra demarcada

pelo Desembargador Soares Reimão. Logo depois, foi criada a Aldeia de Monte-mor, o Novo, localizada nas cercanias do maciço de Baturité (Vicente, 2020, p. 109).

De acordo com Antônio Bezerra, fazendo uma referência aos Paiacu ao informar a localização da Aldeia de Parangaba, entre a Vila de Aquiraz e a Fortaleza de N. S. da Assunção, que antes, em 1613, era uma aldeia indígena dos Potiguares, a qual, um século mais tarde, seria cercada por uma “liga de algumas nações de tapuias aldeados [descidos], como se fossem Anassé, Jaguaribara, Paiacu e outros, para se rebelarem e matarem todos os brancos” (Bezerra, 2009, p. 19). Conforme o autor, a primeira investida contra os Paiacu foi em 1666, na Precabuba (Messejana), entre o forte de Fortaleza e os limites do atual município do Eusébio, onde esses povos indígenas “impediam a passagem do Ceará para Pernambuco” (Bezerra, 2009, p. 37).

Carlos Studart Filho acrescenta que, após esse ataque, um regimento foi destacado pelo Capitão-mor da Capitania, João de Melo Gusmão, para fazer guerra a esse povo na localidade de Precabura, na mesma ribeira do Siará, a pedido dos moradores que os “defendesse, mas igualmente os ajudasse a tirar vingança dos malefícios que tais inimigos lhes vinham causando há muito” (Studart Filho, 1931, p. 17). Outra investida contra os Paiacu ocorreu em 1671, com o Capitão Jorge Correia da Silva, aprisionando e escravizando vários indígenas, após ocorrência de grande massacre. Em 1672, foi estabelecido o primeiro de muitos acordos de paz. Porém, em 1686, os “Paiacu voltaram a se rebelar com o avanço do processo da efetiva conquistana conjuntura da Guerra dos Bárbaros” (Studart Filho, 1931).

Em carta datada de maio de 1696, enviada ao monarca português, o padre João Leite de Aguiar, expunha os conflitos envolvendo os povos indígenas tapuias da etnia Jaguaribara, habitando nas terras entre as serras da Borborema e do Baturité, na Capitania do Ceará. Esse conflito com o povo Jaguaribara envolvia também os Paiacu, por estarem aliados aos demais povos, habitando o mesmo espaço pela ação dos Terço dos Paulistas.

o dito terço que contava de seiscentas pessoas entre Paulistas, Indígenas e Cativos, partimos à conquista do Rio Grande do Assú, e Jaguaribe, ribeiras que constavam infestadas e destruídas pelo gentio bárbaro, levantadas e

penetrando o vastíssimo sertão do Brasil por distância de novecentas léguas por mais ou menos. Assistindo serviço de Deus e de V. Majestade mais de quatro anos sempre a minhas custas e sem o menor dispêndio da fazenda de V. Majestade até que os paulistas se retiraram porque lhes faltou pólvora e bala. Marcharam os paulistas para outras várias conquistas – uns para o Maranhão, e outros para Palmares, e eu para Pernambuco, onde o reverendo Bispo D. Mathias de Figueredo e Melo me mandou que voltasse para a Capitania do Ceará Grande à redução de uns tapuias chamados Jaguaribara, habitantes de umas serras nos limites da dita Capitania⁸.

Em 1696, os Paiacu foram aldeados. Esse aldeamento, promovido buscando juntar os nativos na missão para não atacarem mais os “curraleiros”, foi registrado um ano depois (1697), pelo Oratoriano João da Costa, que conseguiu missionar os Paiacu “perto da barra do rio Bonhu (no lugar Arerê)” (Antunes, 2016, p. 50), também na região do Jaguaribe. Contudo, em 1699, esses nativos foram novamente massacrados, na mesma missão do Arerê, Missão dos Paiacu, no baixo Jaguaribe. O massacre promovido pelas forças colonizadoras, lideradas pelo Mestre-de-Campo Manuel Alvares de Moraes Navarro, comandante do Terço dos Paulistas, teria resultado em mais de 400 mortes, além da escravização de outros e o sequestro de mulheres e crianças. Após esse massacre, os Paiacu foram novamente aldeados em outra missão, a Aldeia de Nossa Senhora da Anunciada, e, em 1700, na Aldeia do Jaguaribe.

Sobre o relato do padre João Leite de Aguiar, fazendo referência ao restabelecimento da paz e a suposta tranquilidade na Capitania após a redução dos Jaguaribara, o aldeamento dos Paiacu, nesse momento, simbolizava um acordo entre as duas partes como estratégia dos indígenas para manutenção de suas vidas em meio ao processo de colonização. Guilherme Studart (2001) registrou que em dezembro de 1696, o padre João Leite de Aguiar recebeu correspondência de Lisboa com o envio de uma remessa de ornamentos para a capela, confirmando assim, o estabelecimento da aldeia e o suposto controle sobre os indígenas.

De acordo ainda com Carlos Studart Filho (1958), em 1703, os Paiacu foram novamente deslocados para a ribeira do rio Choró, na ribeira do Siará e missionados pelos Jesuítas, a partir de 1741. Em 1758, essa localidade passou a ser chamada Monte-

⁸ Carta do Padre João Leite Aguiar, de 15 de maio de 1696. AHU_ACL_CU_006, Cx. 1, D. 34.

mor, o Velho, uma vila de indígenas controlada pelo regimento dos ‘Regulamentos’. O grupo contava agora apenas 200 indígenas. Desmembrado o grupo anos antes (parte para Monte-mor, o Velho, e parte para a Aldeia de Porto Alegre na ribeira do Apodi), o grupo voltou a se reunir no Siará, em 1766 na aldeia de Monte-mor ainda na ribeira do Siará, o Velho. Em 1768, as terras dessa localidade foram vendidas ao Coronel João Dantas Ribeiro. Em 1788, foram novamente transferidos os Paiacu, dessa vez para a vila de indígenas de Monte-mor o Novo, nas cercanias do maciço do Baturité. Até 1908, os Paiacu reivindicavam as terras de Monte-mor⁹.

Studart Filho (1963) afirmou que a “Rebelião de 1713”, foi realizada pelos Paiacu, associados a outros povos indígenas em um assalto/ataque a Vila do Aquirás. Para esse autor, essa “rebelião de 1713 seria de preferência, obra de aborígenes aldeados e missionados”, caracterizada por uma “extraordinária agressividade”, “arregimentando combatentes das mais variadas parentelas”, com apoio da “burguesia sertaneja” (mazombos) ou “bugrada sertaneja” e que teria, inclusive, convencido aos indígenas colaboradores dos portugueses a não reagirem ou a não tomarem parte no conflito. Conforme veremos adiante, as tentativas da Coroa em regular o uso da força de trabalho nas missões após 1700, assim como regular a comercialização de indígenas resgatados ou preados, e mesmo garantir alguns direitos aos indígenas, a motivação indicada por Studart Filho para o conflito seriam as condições prestadas aos indígenas na exploração do trabalho manual para a manutenção dos colonizadores: o uso do trabalho indígena nas caçadas e pescas para garantir a alimentação; na guerra contra outros gentios, muitas vezes separando famílias por longos períodos ou mesmo para sempre; torturas; castigos físicos; desprezo; sequestro de mulheres e crianças etc. (Leite, 1943, p. 67).

Studart Filho elencou o histórico de alianças entre os indígenas após 1700, com o acirramento da guerra de colonização no Jaguaribe. Entre 1703 e 1706, uniram-se os Icós, Cariús, Cariris e Caratiús para assaltarem as populações no alto sertão, ou alto Jaguaribe. Em 1712, um ano antes do levante resultando no aniquilamento da

⁹ Ver: BEZERRA, Antônio. Os Caboclos de Montemor. Revista do Instituto do Ceará. Tomo XXX, Fortaleza, 1916, p. 279-302.

povoação de Aquirás, se uniram os Canindé e Jenipapo (da mesma parentela), em Banabuiú, sertão central, médio Jaguaribe. Na ocasião de 1713, uniram-se aos Paiacu os Jaguaribara (contrários em 1671 e que compartilhavam o espaço de domínio na foz do Jaguaribe com os Paiacu), os Canindés (habitantes no alto, médio e baixo Banabuiú), os Anacés (“índios” de corso) e os Tremembé:

Os primeiros a se porem em pé de guerra e irromperem em hostilidades foram os Baiacus (ou Paiacus), sempre os mais irrequietos e rixosos tapuias do nosso interior. Unidos dos Anacés, Jaguaribaras e outros descontentes [...] atacaram o Aquirás e mataram mais de 200 homens. (Studart Filho, 1958, p. 124)

Segundo Studart Filho, esse ataque fez com que os moradores, escapando do massacre, fugissem em direção à aldeia do forte, onde residia o Capitão-mor, Governador da Capitania. O “impacto brutal” do ataque fez Francisco Duarte de Vasconcelos, a citada autoridade, lançar bandos a partir do forte do Ceará onde “isentava dos quintos reais as presas que se houvessem em guerra” (Studart Filho, 1958, p. 124) contra esses indígenas. Quem se aproveitou desses bandos foi João de Barros Braga, que por diversas vezes, utilizando a patente de Capitão-oficial Superior das Ordenanças do Jaguaribe, donatário de terras vizinhas ao aldeamento/missão dos Paiacu, no baixo Jaguaribe (Studart Filho, 1958).

A reação ao ataque promovido pelos indígenas rebelados ocorreu com João de Barros Braga, que teria sido “o maior choque armado da campanha” (Studart Filho, 1958, p. 124) nas margens do rio Choró, a Leste do Aquirás, onde se encontraram os Paiacu com as tropas luso-brasílicas do aludido Capitão, vindas do Jaguaribe. As armas utilizadas pelos Paiacu foram arcos e flechas, tangapemas, machados de pedra e algumas armas de fogo, tomadas dos brancos no referido assalto. Relatou Carlos Studart Filho, que o Capitão Braga:

matou grande número deles, e aprisionou mais de 400, dos quais mataram-se logo 95 a ferro frio, e, depois amarrados por desconfiança que houve desse gentio pelo motivo de serem homens de armas, conhecidamente guerreiros e destemidos e justamente incapazes de se sujeitarem às leis divinas e humanas, como a experiência tem demonstrado a suas infidelidade e constância. (Studart Filho, 1958, p. 126)

Guilherme Studart foi enfático ao descrever a condição de superioridade dos colonizadores sobre o ataque impetrado pelo Capitão João de Barros Braga e as forças militares no ataque desigual contra os Paiacu, nos sertões do Ceará. Barros Braga “derrotou, junto ao rio Choró, os indígenas levantados depois de um dia de encarniçado combate” (Studart, 2001, p. 145). Sobre essa questão, Théberge (2001) relatou que os indígenas aprisionados foram repartidos como escravizados entre os colonos e como auxiliares nas tropas de João de Barros Braga. O povo Tremembé foi enviado ao seu missionário por terem sido forçados a se juntarem aos Paiacu a contragosto, como afirmavam, ou para voltarem a proteger o litoral Oeste da Capitania de invasões estrangeiras.

Da ribeira do Siará, a incursão dos indígenas correu a Oeste, e, na ribeira do Acaraú, com a adesão a uma possível “confederação dos Paiacus”, os indígenas Acriús e Arariús aldeados expulsaram o missionário e assaltaram os moradores na ribeira, que se retiraram para a Missão da Ibiapaba, para se refugiarem e se protegerem com as armas dos Tabajara, missionados pelo padre Ascenso Gago. A revolta atingiu ainda a ribeira do Parnaíba, onde, também em 1713, os indígenas mataram o Mestre-de-Campo Antônio da Cunha Souto Maior.

Em Carta-Relatório da Câmara da Vila do Siará (localizada em Aquirás), em outubro de 1713, escrita pelos refugiados na aldeia do forte ao Governador da Capitania-Geral de Pernambuco, José Félix de Machado, citada por Studart Filho (1958, p. 130), escreveram os camaristas que, após o ataque, ficara:

toda a capitania em peso de grandiosíssimo perigo e risco, com bem poucas esperanças de ser bem-sucedida, e mais ainda com a desconfiança de que, saindo uma grande tropa nossa que exceda 500 homens entre brancos e indígenas e por cabo geral o capitão de infantaria Antônio Vieira da Silva, em distância de 12 léguas a conquistar esses inimigos, vão correndo por quase 30 dias, sem haver notícias do que lhes terá sucedido. (Studart Filho, 1958, p. 130)

Ainda segundo Studart Filho (1966), a tropa com os expedicionários teria regressado em novembro de 1713 com “magros resultados”. E no mesmo mês de 1713, o Governador de Pernambuco publicou um bando para paz aos Paiacu que se entregassem em 24 horas, sem efeito, e, em fevereiro, o Capitão-mor Governador da

Capitania do Ceará Grande, Plácido de Azevedo Falcão, em uma Proclamação Geral, estabeleceu a paz aos Paiacu dissidentes dos revoltosos:

a nação Paiacu, do rancho que é Principal Mathias Seixas, na ocasião do levante, não matou pessoa alguma, mas antes pôs a todos os moradores que moravam nos tabuleiros e mais circunvizinhos ajudando-os a se retirarem para Jeriquaquara, onde se fizeram fortes até aqui. Com a ajuda das armas dessa fortaleza e dos moradores indígenas, foram retirados dos postos e salvos para escaparem das tiranias dos Jaguaribara e mais nações. E depois na Campanha, a mesma nação Paiacu se portou das mais declaradas buscando as nossas armas para ajudarem a guerrear e instruírem aos outros, como se tem visto, o que obraram em companhia de Paschoal Correia, em outra ocasião, em companhia de coronel João de Barros Braga, e, agora no presente, com o capitão Domingos Ribeiro (Studart Filho, 1966, p. 131)

4. Espacialidades e territorialidades em disputas nos “sertões dos Paiacu”

A fase inicial do processo de colonização na ribeira do Ceará e do Jaguaribe, expôs as dificuldades encontradas pelo colonizador com os povos indígenas que habitavam essas regiões. Os Paiacu, possivelmente, formavam uma força ameaçadora da estabilidade dos sertões para a administração da Capitania. Nesse período, os colonizadores adaptaram as estratégias bélicas militares à situação do território das capitanias do Norte, “confederando-se” e aliando-se a outras forças indígenas, recrutando-as para as fileiras das tropas militares, mudando as táticas na forma de fazer guerra em meio ao processo de colonização nos sertões. Promovendo batalhas ofensivas e rápidas, com assaltos e massacres, nos moldes dos povos indígenas, no entanto, mais eficazes do que os nativos. Também incorporaram táticas de defesa à guerra chamada defensiva, dispondo de arraiais compostos de praça de acampamento de guerra, com casa forte protegida por paliçadas e estacas ao redor, com estâncias volantes no vetor de ataque, municiadas ainda de sentinelas e espias, como as chamadas “fortificações das aldeias”, uma prática comum nos sertões.

De acordo com Guilherme Studart, os primeiros conflitos com o Paiacu ocorreram por volta de 1666, quando o Capitão-mor Governador do Siará Grande, João Tavares de Almeida, junto de 40 soldados oficiais e 170 indígenas flecheiros atacou os “Jandoins e Paiacu, matando-lhes o chefe Panaty e um filho” (Studart, 2001, p. 81). Essa incursão do Capitão-mor motivou grande revolta, que em dezembro do

mesmo ano, “João de Mello Gusmão e o ajudante Felipe Coelho de Moraes com indígenas e 30 soldados do presídio” saíram para “dar guerra e desbaratar os Paiacu que se achavam no sítio de Precabura” (Studart, 2001, p. 81). Não ficando evidente como ocorreram as primeiras ofensivas, se a morte do Principal Panaty e do filho, ou se o ataque dos Paiacu à Aldeia da Parangaba. No entanto, observa-se que os conflitos iniciados foram cada vez mais frequentes.

Em agosto de 1671, João Algodão, Francisco de Aragiba e outros chefes indígenas “requerem licença ao capitão-mor Jorge Correia e Silva” para fazerem guerra aos Paiacu. Ainda segundo Guilherme Studart (2001), no mesmo mês, o Capitão-mor Jorge Correia e Silva, convocou padre Francisco Ferreira de Lemos, João Tavares de Almeida (o Capitão-mor Governador da Capitania do Ceará que primeiro atacou os Paiacu, em 1666) e “mais pessoas importantes para uma reunião em que se decidiria da justiça ou da injustiça de uma guerra pedida pelos Jaguaribara e outras tribos contra os Paiacu” (Studart, 2011, p. 82). Esse evento teve continuidade até novembro de 1671, quando foi autorizada a guerra justa contra os Paiacu, e para a Aldeia Parangaba foi enviado o “Sargento reformado Jorge Martins com 10 homens e uma peça para dar combate e destruir os Paiacu” naquele sítio, autorizando, em dezembro, o resgate de indígenas prisioneiros daqueles para serem escravizados. Em seguida, firmando tratado com “os indígenas Guariús, representados pelo chefe Casiendeja” (Studart, 2001, p. 82).

A guerra justa pretendida pelo povo indígena Jaguaribara aos Paiacu na ribeira do Siará – uma vez que seus domínios territoriais, no período indicado pelas fontes, não se estendiam até essa região, mais próximos da foz do rio Jaguaribe, região quase sempre compartilhada/disputada com os Paiacu – seria uma estratégia dos Jaguaribara para se associarem às forças colonizadoras e escravizarem os contrários. Os Jaguaribara e os Paiacu acirraram os conflitos em busca de domínios territoriais, ao mesmo tempo em que a colonização efetiva na Capitania se desenrolava. Em 1671 a 1673, durante o início da efetiva colonização, foi evidenciado, principalmente na administração do Capitão-mor Governador Jorge Correia da Silva, uma intensificação das ações para restringir e dominar as forças dos Paiacu na ribeira do Ceará, mas

também, associações entre povos indígenas para fazer guerra justa e cativar/resgatar indígenas, a força de trabalho fundamental de então.

A política indigenista portuguesa em fazer contratos de paz com alguns povos indígenas, por administradores régios na Capitania do Ceará Grande, vigorou até 1690, quando se intensificou a “guerra justa” contra os vários povos indígenas habitando nos sertões do Norte. As alianças e tratados foram estabelecidos a partir da participação de alguns indígenas aliados aos portugueses no processo de colonização no território dos sertões. Esse povos aliados aos poderes militares coloniais, continuavam mantendo os espaços de domínio (como os Tremembé, a Oeste de Fortaleza, por defenderem o litoral de invasões estrangeiras); firmando alianças com outros povos, notadamente com aqueles com quem se comunicavam na língua geral (os Tabajara, por exemplo); apoiando com instrumentos bélicos as desavenças entre povos contrários (como no apoio aos Jaguaribara, em guerra justa contra os Paiacu). Assim, os colonizadores fortaleciam a formação de missões (principalmente na Ibiapaba e no entorno do forte na ribeira do Siará), defendendo os indígenas revoltosos (como os Paiacu e os Jandoins, nas ribeiras do Ceará, do Jaguaribe e do Banabuiú).

Essa política típica de manutenção da ordem no Antigo Regime para com os indígenas equilibrou as tensões nos anos belicosos da década de 1680, mas não suportou os conflitos após 1690 quando a chamada guerra dos bárbaros deslocava o vetor da ribeira do Piranhas (Açu) para o Oeste (ribeira do Jaguaribe). Após 1690, os conflitos se acentuaram de forma que a dinâmica acelerada dessa guerra sociocultural moderna muitas vezes deixou a política indigenista a reboque dos transbordamentos e desvios da ordem antiga do suposto equilíbrio político administrativo e, em algumas situações dividindo as forças colonizadoras sem campos opostos.

Conforme Guilherme Studart, em 1694 (em plena guerra pela colonização), o Capitão-mor Governador Fernão Carrilho mandou constituir expedição de guerra aos Paiacu, Jandoins, Icós “e outros ‘índios’ de corso, que infestam as terras de Jaguaribe e Banabuiú” (Studart, 2001, p. 97-98). O comandante da expedição foi

Francisco Dias de Carvalho, soldado da companhia do Capitão Antônio da Silva Barbosa, do terço do Mestre-de-Campo Zenóbio Acioli de Vasconcelos. Como resultado dessa ofensiva, os Paiacu foram descidos do Jaguaribe/Banabuiú e aldeados em uma missão. Possivelmente, a ofensiva aos Paiacu durou cerca de dois anos até a formação da missão.

É possível observar que a expedição de guerra ordenada em 1694 atendeu os interesses particulares dos primeiros sesmeiros: João da Fonseca Ferreira detinha data de sesmaria com Domingos de Paes Botão, com seis léguas de terras nas proximidades da foz do rio Choró, exatamente um dos limites dos espaços de domínio Paiacu ao Oeste, no século XVII; Fonseca Ferreira possivelmente ordenou o descimento dos Paiacu ao mesmo tempo em que pedia ao Rei autorização para os aldear/missionar em suas terras, evidenciando que as missões não estavam dissociadas da própria guerra armada, da preação de “índios” de corso, indígenas resgatados e mesmo a utilização da força de trabalho dos que se deixassem aldear para serem missionados, uma vez que a formação da missão estava associada com vassalos amealhados com concessões de terras a serem exploradas. Assim se formou a missão do Jaguaribe, aldeando os Paiacu pela primeira vez. Em resposta, o então Capitão-mor João da Fonseca Ferreira, substituto de Fernão Carrilho, em Carta Régia de dezembro 1696, ordenando que o Capitão-mor oferecesse terras “para uma aldeia de Tapuias no rio Jaguaribe”, e “incluindo mandando fazer igreja e missão” (Studart, 2001, p. 101). Em 1725, por ocasião do levante geral dos indígenas no médio Jaguaribe, em março,

em carta deste capitão-mor governador Manuel Francês, comunica ao Senado da Câmara do Aquirás que, em reunião dos oficiais da capitania, assentara-se em expedir dois cabos com 200 homens, inclusive o tapuio Paiacu e Canindé que se acham na ribeira do Banabuiú, com ordem para exterminar o tapuio e retirar das ribeiras os cabeças de uma e de outra parcialidades (Studart, 2001, p. 170).

A estratégia foi de guerra contra os Jenipapo, Quaxiriús, Icós (da matriz linguística Cariri), aliados da família Feitosa, nos altos sertões dos Inhamuns, pelejando contra os Jucá e os Quixelô, aliados da família Montes, no médio e alto Jaguaribe, provocando o chamado levante geral do Jaguaribe, não mais no litoral, mas nos sertões. Para criar a ordem entre esses contrários (indígenas e forças

colonizadoras aliadas em contendas próprias), o Capitão-mor da Capitania Manuel Francês, incluiu os Paiacu (ou parte deles), 25 anos depois de missionados, controlados e explorados como força combatente na guerra em que os indígenas, segundo a historiografia que revisitamos, foram a parte supostamente dominada.

5. Considerações Finais

Nesse texto analisamos as narrativas produzidas pelos cronistas no Instituto do Ceará sobre os deslocamentos e conflitos dos Paiacu, no final do séc. XVII e início do XVIII, nos sertões das chamadas capitanias do Norte, referenciados na visão de Guilherme Studart, Antônio Bezerra, Thomaz Pompeu Sobrinho e Carlos Studart Filho. Evidentemente algumas reflexões foram apresentadas, mas sem o objetivo de considerar todas as análises das situações narradas pelos respectivos cronistas. Como o relato que se referiu ao período do grande massacre do Jaguaribe contra os Paiacu em 1699, narrado pelos autores, não registrando a reação dos Paiacu, ou como a nomeada confederação dos Paiacu foi pensada. Cabendo análises possíveis, mas sempre atento ao que a documentação produzida por esses autores apresentam.

Algumas situações narradas pelos cronistas seguiram a concepção de uma história legitimadora da colonização, mesmo registrando reações de resistência e mobilizações por direitos dos povos indígenas em meio ao processo de colonização. As narrativas se repetem linearmente por meio de uma cronologia interligando informações referentes a datas, fatos e personagens pautadas aleatoriamente pelos registros de uma série documental sem um aporte teórico/metodológico referenciada pelos cronistas, como documentos de cunho oficial, ou correspondências avulsas, com o objetivo de validar o *heroísmo* e os grandes feitos dos colonizadores com base numa história das *origens* do Siará Grande como parte da nação brasileira. O próprio Antônio Bezerra, no Antilóquio em “Algumas origens do Ceará”, apresentou as evidências da construção dessa produção historiográfica ao afirmar:

Parece que cheguei a alcançar o que até aqui ninguém alcançou; cheguei a resolver inúmeras origens [...] que, antes de mim, o que se escreveu, nesse sentido, não passa seguramente de um montão de invenções ridículas e narrações disparatadas (Bezerra, 2009, p. I)

Considerando estas questões, este texto analisou as narrativas dos principais cronistas do Instituto do Ceará sobre os deslocamentos e conflitos envolvendo os povos indígenas na capitania do Ceará entre os séculos XVII-XVIII, comparando-as e estabelecendo um parâmetro crítico na análise das mesmas, evidenciando assim, a concepção de uma produção historiográfica que se fundamenta dentro de uma lógica da construção de uma história do colonizador sobre o colonizado.

REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de História Colonial**. 6.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ALMEIDA, Maria. R. C. **Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ANTUNES, T. O. **Índios arengueiros: senhores da Igreja? Religião e cultura política dos índios do Ceará oitocentistas**. Niterói-RJ. Tese, Instituto de Ciências Humanas e filosofia, Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, 2016.

BEZERRA, Antonio. **Algumas Origens do Ceará: defesa do desembargador Suares Reimão à vista dos documentos de seu tempo**. Ed. fac-sim. Fortaleza: FWA, 2009.

BEZERRA, Antônio. Os Caboclos de Monte-mor. **Revista do Instituto do Ceará**, Tomo XXX, Fortaleza, p. 279-302, 1916.

FUINI, L. L. Território, territorialização e territorialidade: o uso da música para a compreensão de conceitos geográficos. **Terra Plural**, v.8, n. 1, p. 225-249, jan.-jun., 2014.

GUIMARÃES, Manoel Luís Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 5-27, 1998.

KOLLING, P.; SILVESTRI, M. Reflexões sobre território e terra indígena: aspectos culturais, sociais e jurídicos. **Para Onde!?** Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 211-226, 2019.

LEITE, S. I. S. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo III (Norte I) Fundações e Entradas, Séculos XVII-XVIII. Rio de Janeiro-RJ: Instituto Nacional do Livro/Lisboa-Pt: Livraria Portugália, 1943.

LEITE, Ristephany K. S. **O regresso dos Paiaku: deslocamentos e agências indígenas entre as Capitânicas do Rio Grande do Norte e Ceará (1700-1768)**. Natal-RN, Dissertação, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em História. **Revista Espacialidades** [online]. 2025.1, v. 21, n. 1, ISSN 1984-817X [63]

Graduação em História e Espaços, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. (org.). **Ratzel: Geografia**. São Paulo-SP: Ática, 1990.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. **Pré-história cearense**. Fortaleza: Editora do Instituto Histórico, 1955.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. Línguas Tapuias desconhecidas do Nordeste. **Boletim de Antropologia**, 2, 1, p. 3-20, dez., 1958.

OLIVEIRA, Almir L. História, tradição e Patriotismo: os significados das comemorações do tricentenário do Ceará. **Projeto História**. São Paulo, p. 281-287, 2000.

POMPA, M. C. **Religião como tradição**: missionários, “Tupi e Tapuias” no Brasil colonial. Campinas-SP, Tese, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2001.

STUDART FILHO, Carlos. Notas Históricas sobre os indígenas cearenses. **Revista do Instituto do Ceará**, 1959.

STUDART FILHO, Carlos. Páginas de História e Pré-história do Ceará. Fortaleza, Ce, **Instituto do Ceará**, 1966.

STUDART, Guilherme. **Datas e factos para a História do Ceará**. Edição fac-sim. Fortaleza-Ce: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

STUDART, Guilherme. Documentos relativos ao Mestre de Campo Morais Navaro. Notícias para um capítulo novo na história cearense. **Revista Trimestral do Instituto do Ceará**. Fortaleza, Ce: Instituto do Ceará, p. 350-364, 1916.

THÉBERGE, Pedro. **Esboço Histórico sobre a província do Ceará**. Edição fac-sim. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

VICENTE, Marcos F. **Entre São Francisco Xavier e a Madre de Deus**: a etnia Paiaku nas Fronteiras da Colonização. Campina Grande-Pb. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, 2011.

VICENTE, Marcos F. **Do Paiaku de Montemor ao caboclo da Vila de Guarany**: luta por terras e redefinições identitárias (séculos XVII ao XX). Niterói-RJ, Tese, Universidade Federal Fluminense, 2020.

VICENTE, Marcos F. Territorialização e territorialidades indígenas Paiaku na implantação do Diretório dos Índios nas Capitâneas do Norte do Brasil. In: APOLINÁRIO, Juciene R.; AMORIM, M. A. (orgs.) Povos indígenas na América portuguesa entre os séculos XVI e XIX: contatos interétnicos, agenciamentos e novas territorializações. **Revista UNESP**, História, São Paulo-SP, v. 40, 2021.

TESTEMUNHAS DE JEOVÁ NO BRASIL: (auto)representações e apropriações do espaço

Osorio Vieira Borges Junior¹

Artigo recebido em: 16/01/2025.

Artigo aceito em: 14/03/2025.

RESUMO:

Este artigo analisa a presença das Testemunhas de Jeová no Brasil a partir da perspectiva da História Cultural das Religiões, explorando como esse grupo se autodefine e se apropria do espaço sociopolítico e cultural em que está inserido. Com base nos aportes teóricos de Adone Agnolin, Nicola Gasbarro e Michel de Certeau, especialmente sua discussão sobre espaço, investiga-se a construção da identidade religiosa das Testemunhas de Jeová em meio a tensões como isolamento social, rejeição a festas tradicionais e neutralidade política. A pesquisa utiliza como fontes publicações da própria organização, incluindo livros, anuários de 1974 e artigos da *Watchtower*, analisando as estratégias discursivas e práticas que moldam a inserção e a transformação desse grupo no contexto brasileiro. Os resultados apontam que as Testemunhas de Jeová negociam constantemente sua presença pública, oscilando entre a reafirmação de uma postura contracultural e a adoção de práticas de adaptação estratégica, especialmente em períodos de maior repressão política.

PALAVRAS-CHAVE: Testemunhas de Jeová; Identidade religiosa; Espaço; Política; Cultura.

Jehovah's Witnesses in Brazil: (Self) Representations and Appropriations of Space

ABSTRACT:

This article analyzes the presence of Jehovah's Witnesses in Brazil from the perspective of the Cultural History of Religions, exploring how this group self-defines and appropriates the sociopolitical and cultural space in which it is situated. Based on the theoretical contributions of Adone Agnolin, Nicola Gasbarro, and Michel de Certeau, particularly his discussion on space, the study investigates the construction of the religious identity of Jehovah's Witnesses amid tensions such as social isolation, rejection of traditional celebrations, and political neutrality. The research draws on publications from the organization itself, including books, the 1974 yearbooks, and articles from *The Watchtower*, analyzing the discursive strategies and practices that shape this group's insertion and transformation within the Brazilian context. The

¹ Doutorando em História pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Mestre em História pelo Instituto de História (INHIS) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Contato: juniorvieira.osorio@gmail.com.

results indicate that Jehovah's Witnesses constantly negotiate their public presence, oscillating between reaffirming a countercultural stance and adopting strategic adaptation practices, especially during periods of heightened political repression.

KEYWORDS: Jehovah's Witnesses; Religious Identity; Space; Politics; Culture.

1. Introdução

Ao examinar a presença das Testemunhas de Jeová no Brasil, destacando as maneiras como elas se auto definem e se apropriam do espaço sociopolítico e cultural no qual estão inseridas, este artigo tem ênfase na dinâmica de construção da identidade religiosa da organização, observando as práticas e os discursos que moldam sua relação com a sociedade brasileira. A investigação baseia-se na História Cultural das Religiões, para compreender os processos de apropriação e ressignificação da religiosidade no espaço social. Em especial, a discussão de Certeau sobre o espaço é relevante para analisar como as Testemunhas de Jeová negociam sua presença em um meio marcado pela diversidade cultural e religiosa, transformando práticas e discursos para manter sua identidade e, ao mesmo tempo, interagir com a sociedade.

As fontes analisadas incluem publicações produzidas pelas próprias Testemunhas de Jeová, como livros institucionais, anuários de 1974 e artigos da *Watchtower*, principal revista da organização desde 1879. Esses materiais permitem examinar não apenas a autodefinição do grupo, mas também as estratégias discursivas e narrativas que sustentam sua construção identitária e sua relação com o contexto brasileiro. A partir dessa análise, busca-se entender as contradições e nuances nas formas de vivenciar e adaptar a fé em um país de diversidade religiosa e cultural.

As Testemunhas de Jeová, surgidas em Allegheny, Pensilvânia, EUA, no final do século XIX, representam um fenômeno religioso que transcende barreiras linguísticas e culturais, expandindo-se globalmente com notável organização. Sua origem está ligada à busca de Charles Taze Russell por uma nova experiência do sagrado, resultando no estabelecimento de uma religião cristã não trinitária e missionária. De acordo com o Relatório Mundial das Testemunhas de Jeová do Ano

de Serviço de 2022², foram registrados quase 8,7 milhões de publicadores³ em todos os países onde há fiéis, com aproximadamente novecentos mil no Brasil.

A partir de 1920, as Testemunhas de Jeová iniciaram suas atividades missionárias no Brasil, quando George Young foi enviado pelo presidente da Sociedade Torre de Vigia⁴, Joseph Franklin Rutherford. Com sua vasta extensão territorial e seu papel de potência sul-americana, além de um processo de secularização que havia ganhado força no final do século XIX, o Brasil se mostrou um terreno fértil para a expansão de novas expressões religiosas. Para Rutherford, o país representava um campo promissor para a difusão da fé das Testemunhas de Jeová. Este estudo foca o período de 1920 a 1940, abordando desde o estabelecimento da religião no Brasil até a primeira proibição oficial de suas atividades no país.

Apesar dos esforços consideráveis empreendidos pelos primeiros missionários liderados por George Young, o sucesso nas atividades missionárias foi limitado. Até 1939, duas décadas após a chegada das Testemunhas de Jeová ao Brasil, apenas cento e quatorze publicadores estavam registrados, concentrados principalmente nos grandes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro⁵. Diante desse cenário, tornou-se relevante investigar os fatores que impediram um crescimento mais expressivo das Testemunhas de Jeová no país, considerando desafios culturais, sociais e religiosos que poderiam ter influenciado essa expansão inicial.

Paralelamente aos esforços do grupo religioso ainda incipiente, líderes católicos, incluindo o bispo Dom Leme, buscavam restaurar todas as coisas em Cristo,

² Dados extraídos do site oficial das Testemunhas de Jeová: <https://www.jw.org/pt/biblioteca/livros/Relat%C3%B3rio-Mundial-das-Testemunhas-de-Jeov%C3%A1-do-Ano-de-Servi%C3%A7o-de-2022/Totais-gerais-de-2022/>, acesso em 14 de maio, 2023.

³ Entende-se por publicador, um membro ativo na comunidade religiosa envolvido na campanha missionária de evangelização.

⁴ Entidade jurídico-administrativa usada pelas Testemunhas de Jeová para representar suas atividades nos Estados Unidos.

⁵ As Testemunhas de Jeová no Brasil. **A Sentinela: Anunciando o Reino de Jeová**, São Paulo, 1 de julho de 1960, p. 403-404. Disponível em: <https://wol.jw.org/pt/wol/d/r5/lp-t/1959449?q=testemunhas+de+jeov%C3%A1+no+brasil&p=doc>, acesso em 14 de maio de 2023.

era o lema do pontificado de Pio X. Essa busca refletia a persistência do clero em reintegrar a Igreja nos espaços políticos nacionais, com o objetivo de restaurar, no Estado, a posição da Igreja Católica como instituição importante para os debates políticos e tornar o sistema de governo republicano no Brasil submisso aos dogmas católicos, que serviriam como diretrizes para as decisões governamentais (Moura, 2011, p. 104).

Nesse contexto, as mudanças políticas e religiosas, tanto no cenário nacional quanto internacional, eram evidentes. Em 1922, foi criado o Centro Dom Vital, destinado a abrigar ideias e projetos políticos católicos. No mesmo ano, no Rio de Janeiro, ocorreu a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e dez anos depois, surgiu a Ação Integralista. Internacionalmente, destacava-se a era das concordatas de Pio XI - como ficou conhecido o pontificado de Pio XI entre historiadores do período, já que se caracterizou por firmar diversos acordos com governantes de vários países durante anos políticos agitados - combinada com a ascensão de regimes totalitários de inspiração nazifascista.

Diante dessa conjuntura, as Testemunhas de Jeová posicionaram-se como oposição, criticando constantemente a Igreja Católica por meio da distribuição de panfletos em residências, ruas e espaços públicos, principalmente no centro de São Paulo, e por meio de discursos em suas congregações⁶. A configuração proselitista foi se estabelecendo enquanto o processo de recatolização seguia tendo sucesso, ainda mais, depois da ascensão de Getúlio Vargas ao poder.

Os debates expostos neste trabalho abordaram o conflito pelo território político religioso. Nesse sentido, utilizamos a definição de Michel de Certeau, que compreende o espaço como um fenômeno social e cultural, já que, longe de ser indiferente à prática cultural humana, se modifica a partir dela. O espaço se transforma

⁶ Entende-se por congregação: o grupo local de Testemunhas de Jeová que se reúne semanalmente em locais de adoração (Associação Torre de Vigia, 1993, p. 19).

e é reimaginado pelos agentes que o habitam de acordo com suas práticas cotidianas motivadas por suas necessidades e desejos. Para o autor,

o espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais. O espaço estaria para o lugar como quando falada, isto é, quando é percebida na ambiguidade de uma efetuação, mudada em um tempo que depende de múltiplas convenções, colocada como o ato de um presente (ou de um tempo), e modificado pelas transformações devidas a proximidades sucessivas (Certeau, 1998, p. 199)

De acordo com Certeau, o espaço difere do lugar ao ser continuamente transformado pelas práticas e interações dos agentes que nele atuam. Enquanto o lugar pode ser entendido como uma posição estática e predefinida, o espaço é vivo, dinâmico, resultante das ações e relações que se desenrolam ali. Em outras palavras, o espaço não é um palco neutro: ele ganha forma e sentido conforme é habitado e reinterpretado, tornando-se um cruzamento de móveis, em que as interações e movimentações dos agentes o moldam constantemente.

Assim, o espaço é sempre temporal, permeado pelos contextos e pelas intenções de quem o utiliza, e transforma-se em uma unidade polivalente de sentidos e significados em constante negociação. Para Certeau, o espaço ganha características fluidas e complexas, pois cada ação o atualiza e o redimensiona, tornando-o uma expressão viva das práticas culturais e dos conflitos que ali se desenrolam. O espaço estaria para o lugar como a fala está para a linguagem escrita, ou seja, enquanto o lugar se assemelha à estrutura fixa e codificada da linguagem, o espaço reflete a fala como ato presente, flexível e adaptável, que se molda ao contexto e ao momento.

Tendo em vista o entendimento de Certeau, diferentes grupos sociais têm perspectivas distintas sobre o mesmo espaço considerado. A divergência entre as Testemunhas de Jeová e a Igreja Católica insere-se no campo da disputa espacial, uma vez que seus motivos para a resistência e a aproximação do Estado, respectivamente, se justificavam pela necessidade de reivindicar espaço para sua existência e influência. Para as Testemunhas de Jeová, a luta pela legitimidade de sua prática religiosa e a defesa de sua identidade se tornaram essenciais em um contexto de repressão,

enquanto a Igreja Católica buscava consolidar sua posição tradicional e garantir sua continuidade no cenário religioso e político do país.

A metodologia de pesquisa deste trabalho se concentra em analisar as evidências à luz da História Cultural das Religiões. Nesse sentido, agregamos a discussão sobre história, cultura e religião numa perspectiva que superou a fenomenologia da religião como imposição à pesquisa nesse campo. Adone Agnolin escreveu que “no Brasil se conhece por História das Religiões (prática e exclusivamente Eliade)” (2013, p. 177). A questão a ser problematizada nesse sentido é a visão essencialista da religião presente no pensamento de Mircea Eliade, já que assume para si a missão de procurar estruturas comuns na variedade de religiões que hoje existem e convivem juntas.

Além disso, é preciso entender que o método seguido por Eliade, longe de entender a religião como objeto de pesquisa histórico que deve ser posto de lado à observação em função de uma determinada cultura como propõe Agnolin (2013, p. 41) descontextualiza, ou seja, opera contra e apesar da história e cultura, objetivando o religioso e desistoricizando-o. Posto isto e certo no entendimento de que a religião não deve ser apartada da história e cultura, assim como propõe Benatte (2014, p. 59), ao dizer que “a relação entre história, religião e cultura é hoje tão umbilical que dificilmente podemos imaginar a história religiosa abstraída do campo da história cultural”, este trabalho se posiciona no campo da História Cultural das Religiões.

Pensando nos conflitos problematizados neste trabalho e observando as tendências da historiografia contemporânea que problematiza o religioso, o método comparativo se apresentou como melhor opção para o desenvolvimento desta pesquisa. Para Pettazzoni (1959, p. 245),

a História é o mundo da liberdade e, portanto, da variedade e da comparabilidade, [sendo portanto], a comparação, necessária para obter, da similaridade das estruturas, o senso fundamental dos fenômenos religiosos, ou seja, o seu próprio sentido religioso.

Este trabalho utiliza o método comparativo para analisar três relações interligadas durante os anos de 1920 a 1940: os conflitos entre as Testemunhas de

Jeová e o Estado brasileiro, focalizando nas estratégias estatais de controle ideológico e na resistência das Testemunhas de Jeová à imposição governamental; o embate entre as Testemunhas de Jeová e a Igreja Católica, e como a hierarquia católica tentou suprimir a expansão da nova religião no contexto brasileiro e aspectos da relação entre a Igreja Católica e o Estado, destacando suas colaborações e tensões durante o período indicado.

Ao utilizar o método comparativo, pretendemos identificar similitudes e diferenças entre essas interações complexas, elucidando os motivos subjacentes aos conflitos analisados. Essa abordagem não apenas elucidará as dinâmicas específicas entre as instituições religiosas e o Estado, mas também oferecerá uma compreensão dos fatores históricos e culturais que moldaram o cenário religioso e político no Brasil durante as décadas de 1920 e 1940.

2. O protestantismo nega-se a si mesmo? Uma ortodoxia superada

A religião é hoje apenas ‘boa’ de pensar: quanto mais nós estudamos a noção de maneira histórica e comparada, mas ela se dissolve nas periferias arbitrárias do pensamento simbólico ou nas práticas dos ‘não-lugares’ e mestiçagem que procuram inventar novos ritos de passagem da natureza à cultura (Gasbarro, 2011, p. 172)

Gasbarro sugere que o entendimento de religião se torna cada vez mais complexo à medida que se aprofundam as investigações sobre suas manifestações e significados ao longo do tempo.

A expressão “boa de pensar” refere-se à capacidade da religião de instigar reflexões e questionamentos, mas também implica que, ao analisá-la, a rigidez de suas classificações tradicionais se desfaz. As Testemunhas de Jeová, enquanto grupo religioso, apresentam características que desafiam a categorização simples. Embora tenham raízes no protestantismo, sua interpretação da Bíblia, práticas e organização social revelam influências de contextos culturais e históricos que transcendem uma definição estrita.

Ao mencionar periferias arbitrárias do pensamento simbólico, Gasbarro (2011, p. 172) destaca que as religiões não existem isoladamente, mas são moldadas

Revista Espacialidades [online]. 2025.1, v. 21, n. 1, ISSN 1984-817X [72]

por interações sociais e culturais que diversificam suas expressões. As Testemunhas de Jeová, por exemplo, reinterpretam crenças cristãs à luz de sua teologia exclusiva e práticas distintas, resultando em uma forma de religiosidade que não se alinha facilmente com as tradições protestantes clássicas.

O conceito de mestiçagem, entendido como a confluência de diferentes tradições e sistemas simbólicos, é fundamental para compreender a forma como as Testemunhas de Jeová constroem sua identidade. Embora reivindicuem uma ortodoxia própria, sua doutrina não é impermeável às trocas culturais. A rejeição de celebrações tradicionais como aniversários e feriados cristãos, por exemplo, coexiste com estratégias de evangelização que se adaptam às especificidades regionais. Essa mestiçagem não é apenas doutrinária, mas também social, refletindo a circulação de fiéis em distintos contextos e a incorporação de elementos locais na vivência religiosa.

Os não-lugares são outro aspecto essencial para a compreensão dessa religiosidade. Enquanto conceito, os não-lugares referem-se a espaços transitórios, onde as identidades se tornam fluidas e desafiadoras para os modelos tradicionais de pertencimento. As Testemunhas de Jeová, com sua organização global e estrutura centralizada, operam dentro dessa lógica ao construir uma identidade que, por um lado, busca a uniformidade doutrinária, mas, por outro, se desenvolve em múltiplas realidades sociais. Suas práticas evangelizadoras nas ruas, em transportes públicos ou em visitas domiciliares revelam essa dinâmica dos não-lugares, onde a mensagem religiosa precisa constantemente se recriar diante da indiferença ou resistência dos interlocutores.

Nesse sentido, as Testemunhas de Jeová exemplificam como a religiosidade pode ser uma construção dinâmica, em constante adaptação, refletindo tanto influências externas quanto a necessidade interna de coesão entre seus membros. Essa complexidade torna a classificação das Testemunhas de Jeová como protestantes ou não uma questão que exige uma análise contextualizada, levando em conta as nuances de sua identidade e a pluralidade das experiências religiosas nos diferentes territórios em que se instalaram.

Para a Igreja Católica, as Testemunhas de Jeová fazem parte do espectro protestante, já que surgiram fora da tradição católica e adotam uma postura crítica em relação ao catolicismo. Na década de 1940, o Padre Agnelo Rossi discutiu esse ponto ao criticar o que via como uma base protestante nas Testemunhas de Jeová. Ele afirmou:

O livre exame da Bíblia é a base por excelência do protestantismo. Firmado nesse mesmo princípio, com a Bíblia na mão, Russell e agora Rutherford apregoam ao mundo as mais abstrusas revelações. Insurgem-se contra a religião. Vão mesmo de lança em riste contra as demais organizações protestantes. E assim temos um exemplo típico do resultado da livre interpretação da Sagrada Escritura e dessa forma, o protestantismo nega-se a si mesmo (Rossi, 1941, p. 492)

Para Rossi, a ênfase das Testemunhas de Jeová na interpretação dos textos bíblicos exemplifica um uso desordenado da apropriação de textos sagrados, onde as crenças se afastam da teologia cristã tradicional. Esse ponto de vista reflete a tendência da Igreja Católica de universalizar a noção de religião.

A própria definição católica de religião carrega um conceito de universalidade ou catolicidade, o que implica uma visão de abrangência e exclusividade. Frei Damião Berge, ao explorar o termo “religião” e sua ligação com a Igreja Católica, recorre a Cícero e Santo Agostinho para explicar esse sentido de conexão com o divino. Segundo Cícero, a palavra religião deriva de *religare*, que significa reconectar ou vincular o ser humano ao divino, uma ideia que Santo Agostinho expande ao definir religião como “a conexão com o Deus onipotente” (Berge, 1939, p. 126). Essa visão assume uma dimensão católica quando identifica esse Deus como o Deus cristão-católico.

Assim, a classificação da Igreja das Testemunhas de Jeová dentro do espectro religioso tenderia a situá-las no campo do protestantismo, especialmente pelo contexto histórico e pelas críticas comuns ao catolicismo. Ao afirmar que o protestantismo nega-se a si mesmo, o padre Rossi sugere que as Testemunhas de Jeová, ao atacarem grupos protestantes com a mesma intensidade que criticam a Igreja Católica, subvertem a coesão interna do protestantismo, evidenciando divisões significativas. Rossi vê nesse comportamento uma contradição: enquanto o

protestantismo tradicionalmente defende o direito de livre exame das Escrituras, as Testemunhas de Jeová o aplicam de maneira radical e exclusiva, posicionando-se como a única interpretação legítima da Bíblia. Assim, para ele, o grupo desafia a própria estrutura do protestantismo ao antagonizar suas outras vertentes, criando um cenário em que a diversidade do protestantismo é posta em xeque pela insistência das Testemunhas de Jeová em uma visão singular e exclusivista.

Em outros países, principalmente nos Estados Unidos, país de origem das Testemunhas de Jeová, elas não disputam espaço com grupos protestantes tanto quanto se disputou no Brasil. Portanto, seria lógico entender que, no Brasil, ocorreria o mesmo, mas Benatte (2014, p. 70) entende que é preciso

nunca partir da ideia de uma cultura religiosa homogênea ou homogeneizadora dos comportamentos, atitudes e valores: mesmo os cânones e dogmas não impossibilitam uma epiqueia pessoal (Benatte, 2014, p. 70)

Além disso, não impossibilitam adaptações e flexibilizações a partir da cultura na qual se insere e desenvolve. Pensar isso nos faz entender que nenhuma religião tem como fundamento uma ortodoxia rígida e insuperável, ou seja, as práticas de seus fiéis e lideranças podem nem sempre refletir suas regras e convenções por serem influenciados por um ou vários elementos culturais específicos. Ao refletir sobre o catolicismo e suas perspectivas transnacionais, Oliveira (2020, p. 9), entende que a religião “não é inteligível apenas por suas regras, mas pela ação dos fiéis que, ao vivenciá-las, propõem modelos de organização”. Podemos aplicar essa sentença a quaisquer outras religiões, já que, isolar uma religião da realidade cultural na qual se desenvolve é um erro sumário no estudo das religiões e das religiosidades.

3. Entre a ortodoxia e a ortoprática: a especificidade brasileira

No caso das Testemunhas de Jeová, uma análise acerca de sua transnacionalidade e adaptação no Brasil parece ser imprescindível e necessária já que, a religião, ao se proclamar única verdadeira - como se a verdade pudesse ser tratada com tanta simplificação - inadmite adaptações de sua doutrina à quaisquer culturas e realidades nacionais em seu discurso.

No Brasil, nos anos de seu estabelecimento e até os dias atuais, como em outros países que mantêm filiais das Testemunhas de Jeová, seguem ordens da diretoria da Associação Torre de Vigia⁷. O texto das publicações distribuídas pelos fiéis a pessoas em suas casas, bem como nas ruas e em praças públicas são, em sua maioria, uma tradução do que foi produzido na sede mundial nos Estados Unidos sob tutela da diretoria e de comissões compostas por homens que os auxiliam nesse trabalho. Essa dinâmica desconsidera qualquer realidade nacional, já que a produção do texto reflete os acontecimentos políticos, sociais e culturais dos Estados Unidos no momento de sua elaboração.

Além disso, as técnicas de evangelização e divulgação de suas crenças seguiam orientações expressas da diretoria da Associação Torre de Vigia, que o fazia por meio de cartas ao Betel bem como por meio de um documento chamado *Director*.

Já em 1919, realizavam-se reuniões para organizar o serviço de campo. Na época, nem todos na congregação assistiam a essas reuniões — só os que estavam diretamente envolvidos na distribuição de publicações. Durante boa parte do ano de 1923, uma Reunião de Serviço era realizada mensalmente, e todos na classe, ou congregação, deviam assistir a ela. Em 1928, as congregações foram exortadas a realizar essa reunião semanalmente e, em 1935, A Sentinela incentivou todas as congregações a basear a Reunião de Serviço nas informações publicadas no *Director* (mais tarde chamado Informante, e depois Nosso Ministério do Reino). Essa reunião logo passou a fazer parte da programação de todas as congregações (Associação Torre de Vigia, 2014, p. 179)

O *Director*, produzido nos Estados Unidos, refletia a realidade estadunidense. Esse e outros documentos enfatizavam a necessidade de ações dos fiéis contra a Igreja Católica e a entendiam como principal inimigo. Para entender o contexto e como se deu a tradução das práticas estadunidenses das Testemunhas de Jeová no Brasil, se faz necessário um debate transnacional sobre a ortodoxia e as ortopráticas da religião nos Estados Unidos e no Brasil.

⁷ Conforme consta no site oficial das Testemunhas de Jeová (jw.org), em 2025 essa diretoria é conhecida como Corpo Governante, ou, escravo fiel e prudente, entre os membros da religião. Os termos remetem às expressões utilizadas pelos primeiros cristãos no século I ao se referirem aos apóstolos e líderes do cristianismo nesse período.

Gasbarro (2013, p. 99), entende que uma ortodoxia jamais pode ser vista como fixa e imutável já que os povos de uma cultura podem inventar e reinventar práticas tidas como sagradas de acordo com sua realidade formando uma ortoprática. É bem verdade que, muitas vezes, uma ortodoxia pode sofrer influência de outra, comum no ambiente a qual se instaurou e daí, surgir uma nova prática, que não permanece à margem dessa ortodoxia, mas se integra a ela nessa cultura específica. O pensamento de Gasbarro está alinhado ao que Certeau (1998, p. 93) apresenta como a multiplicação das maneiras de fazer e modos de uso a partir de fenômenos de aculturação: o contato entre uma ortodoxia produzida a partir de uma cultura específica e outra que não foi levada em conta produz modos de uso inéditos - ortopráticas - que determinará a ortodoxia daquele espaço num processo dialético e natural.

O conflito entre Testemunhas de Jeová e a Igreja Católica não se inicia no Brasil, mas é uma importação das práticas e métodos da religião nos Estados Unidos. Desde a sua formação, o grupo reivindica um espaço que, no senso comum, pertence à Igreja Católica: o da primeira igreja cristã. Essa questão ideológica motivou Russell e seus sucessores como presidentes da Associação Torre de Vigia a atacar a Igreja Católica em suas publicações, principalmente nos artigos da *Watchtower* - a principal revista publicada pelas Testemunhas de Jeová, desde 1879 - e numa coleção de seis livros de Russell, todos procurando brechas na doutrina católica para acusá-la. Antes de morrer, Russell estava trabalhando na produção do sétimo livro; depois de sua morte, Rutherford tomou posse de seus escritos e os completou até que o sétimo volume da obra estivesse pronto: *The Finished Mystery* (O Mistério Consumado). Rutherford não era conhecido por fazer rodeios ou mesmo por ser gentil ou educado; sua sinceridade e franqueza no falar constantemente deixavam os fiéis apreensivos: fato tão irrefutável que é destacado pela própria diretoria das Testemunhas de Jeová, em 1993, ao lançar o livro *Testemunhas de Jeová: Proclamadores do Reino de Deus* que o descreve como um homem de personalidade forte e senhor de um aspecto imponente, com um metro e oitenta e oito centímetros de altura e uns cem quilos (Associação Torre de Vigia, 1993, p. 66).

O livro *The Finished Mystery* traduziu o espírito de Rutherford e a maneira com que iria presidir a Associação Torre de Vigia depois da morte de Russell em 1916. O livro continha um ataque fortíssimo ao clero da época nos Estados Unidos, principalmente o católico. Em fins de 1917, o livro já havia alcançado uma tiragem de 850.000 exemplares, não demorou muito para ser proscrito no Canadá e nos Estados Unidos. Não satisfeito com a censura, Rutherford lançou o folheto *Intolerância Religiosa: Perseguidos os Seguidores do Pastor Russell por Falarem a Verdade ao Povo*, que assim como o livro, foi amplamente distribuído na América do Norte e Europa. A tática de Rutherford sempre foi tornar claras as alianças implícitas entre o clero católico e o Estado. A obra *Testemunhas de Jeová: Proclamadores do Reino de Deus* relata o que aconteceu a seguir:

Na primavera de 1918, foi lançada uma onda de violenta perseguição contra os Estudantes da Bíblia na América do Norte e na Europa. A oposição instigada pelo clero culminou em 7 de maio de 1918, quando foram emitidos mandados de prisão federais dos EUA de J. F. Rutherford e de diversos de seus colaboradores íntimos. Em meados de 1918, Rutherford e sete colaboradores seus estavam na penitenciária federal de Atlanta, Geórgia (Associação Torre de Vigia, 1993, p. 70)

Depois de alguns meses esses homens foram soltos e Rutherford intensifica seus esforços na expansão de suas atividades religiosas: é nesse esforço que envia o primeiro missionário ao Brasil em 1922. É possível imaginar o teor das publicações que eram produzidas nesse período contra a Igreja Católica e distribuídas no Brasil. A obra das Testemunhas de Jeová se inicia na América do Sul sob a sombra do conflito que acontecia nos Estados Unidos.

Até 1932, a filial no Brasil produzia exclusivamente as revistas enviadas pela sede nos Estados Unidos para tradução e publicação no país. Apesar das escassez de informações sobre o tema nas fontes deste trabalho, em sua maioria produzidas pelas Testemunhas de Jeová - em sacrifício ao discurso homogeneizador de práticas - é possível imaginar adaptações em suas práticas culturais e cotidianas num país conhecido pela sinceridade no trato de sua população, tropical, continental e tão diverso. Mesmo no interior do território brasileiro, à medida que as atividades do grupo começaram a se tornar relevantes em números, os modos de uso da religião se

multiplicaram, a exemplo da maneira como a crença das Testemunhas de Jeová chegaram a ser conhecidas em diferentes estados do país. É difícil, ou mesmo impossível, descrever todos os modos de uso da religião pelos membros do grupo no Brasil. Para Gasbarro (2013, p. 84), é um erro reduzir a complexidade e multiplicidade das linguagens religiosas e suas estruturas, mas é necessário o entendimento de que a ortoprática - maneira pela qual as práticas culturais moldam e transforma a ortodoxia - são imperativas, mesmo em sistemas religiosos rigorosos como o das Testemunhas de Jeová.

A medida que, na década de 1930, o gerente da filial do Brasil, Domingos Denovais, percebia uma lentidão do crescimento das atividades da religião no Brasil, numa ação tática de subversão do poder da diretoria da Associação Torre de Vigia nos Estados Unidos, decidiu publicar uma nova revista em território brasileiro que não fosse vinculada a *Watchtower*, embora fizesse referência a ela e a revista *The Golden Age*, também produzida pelas Testemunhas de Jeová nos Estados Unidos, com o objetivo de atrair fiéis entre pessoas de pouca fé ou que não tivessem religião.

Denovais começou a publicar sua revista em 1932 que se intitulava *A Luz da Verdade*⁸. O periódico, ao contrário do que a diretoria da Associação Torre de Vigia orientava, tinha como tática de conversão de fiéis, o conflito contra grupos protestantes. Pressionado pelo baixo crescimento da religião no Brasil, Denovais alterou a prática dos fiéis através da publicação de um periódico que deixava de lado o conflito com a Igreja Católica num esforço de atrair fiéis que não estavam sob a influência católica, mas protestante (Associação Torre de Vigia, 1974, p. 41-42).

O crescimento lento que as Testemunhas de Jeová tinham no Brasil, nas décadas entre 1920 e 1940, não era condizente com o crescimento e entusiasmo dos fiéis em outros territórios no mundo, a exemplo do congresso que aconteceu nos Estados Unidos em Columbus, Ohio, em 1931, onde Rutherford afirmou a identidade

⁸ Nenhum exemplar da revista foi encontrado durante o levantamento de fontes para esta pesquisa. As informações sobre o periódico se baseiam em publicações produzidas pelas Testemunhas de Jeová posteriormente a esses eventos, portanto não estamos propondo uma análise da revista, mas a problematização dos significados, causas e consequências de sua publicação no Brasil.

dos fiéis ao usar, pela primeira vez, a expressão Testemunhas de Jeová para se referir aos seguidores da religião, que antes eram conhecidos apenas como Estudantes da Bíblia ou russelitas em alusão a seu fundador, Russell. Os relatos sobre esse evento mostram sua relevância na construção da identidade da religião. Enquanto isso no Brasil, em setembro de 1931, o grupo enfrentava a maior crise desde o seu estabelecimento no país: havia apenas vinte e um publicadores - divulgadores, pregadores ou evangelizadores - em todo território nacional. Em outubro do mesmo ano, o número baixou ainda mais; eram quatorze publicadores, estando oito deles em São Paulo e quatro no Rio de Janeiro. Este cenário devastador para Denovais, o fez tomar a decisão de publicar a revista *A Luz da Verdade*, contrariando a diretoria da Torre de Vigia (Associação Torre de Vigia, 1993, p. 70; Id., 1974, p. 41-42)

É importante perceber que as práticas de Denovais e das Testemunhas de Jeová no Brasil refletem a ideia de uma cultura religiosa. Nesse sentido, Benatte (2014, p. 62) nega a “ideia de cultura dependente das estruturas materiais ou por elas determinada” e está de acordo com Gasbarro (2013, p. 93) que entende a especificidade de cada cultura que, assim como a religião, tem sua própria ortodoxia - aqui entendida como as convenções culturais comuns de um povo que se identifica com um mesmo espaço - que elabora sistemas de símbolos e significados. A junção, ou fusão de uma ortodoxia religiosa e uma cultura específica é capaz de produzir uma flexibilização nos modos de uso da religião.

No Brasil, no caso das Testemunhas de Jeová, essa flexibilização é claramente vista a partir da adaptação do discurso e prática conduzida por Denovais ao se deparar com a queda dos números que demonstraram o baixo crescimento da religião em território nacional. É preciso lembrar que, ao se considerar a primeira religião cristã, o discurso deve ser direcionado contra a doutrina e práticas da Igreja Católica, como fez desde a sua fundação, principalmente a partir das revistas produzidas nos Estados Unidos que eram e ainda são traduzidas no Brasil. A decisão contrária de Denovais, ao publicar uma revista com um objetivo diferente, ou numa direção contrária é descrita pela diretoria da Torre de Vigia como “uma publicação principalmente para debates estéreis com o clero protestante” (Associação Torre de Vigia, 1974, p. 41-42).

A carga pejorativa dessas palavras enfatiza a discordância e negação da ortoprática produzida no Brasil por Denovais a medida que tenta desqualificar suas ações reduzindo-as aos debates estéreis.

Essa flexibilização está de acordo com o que Certeau considera sobre as dinâmicas culturais. Ao pensar sobre a utilização de espaços, Certeau (2012, p. 233) concluiu que “as maneiras de utilizar o espaço fogem a planificação urbanística”, já que ao planejar uma cidade, o urbanista define maneiras de fazer e modos de uso; numa ação estratégica se torna senhor da racionalidade, que colapsa a partir das interpretações do espaço e maneiras criativas das pessoas que vão habitá-lo já que vão criar novas maneiras de fazer e modos de uso. O autor usa essa metáfora para fazer entender que a cultura não é rígida e se transforma a partir da ação criativa dos indivíduos. Na mesma esteira de pensamento, Gasbarro nos lembra que essas mesmas práticas vão moldar e transformar a ortodoxia de uma religião segundo uma cultura específica. Nesse sentido, parece interessante entender a prática de Denovais ao lançar a revista *A Luz da Verdade* como um esforço em adaptar a ortodoxia das Testemunhas de Jeová à realidade brasileira; por algum motivo, muito provavelmente influenciado pelos números preocupantes que já foram citados, Denovais entendeu que seu esforço e o das Testemunhas de Jeová ativas no país - os publicadores - devia se concentrar em atrair novos membros que não fossem católicos, mas protestantes.

4. Considerações Finais

A revista *A Luz da Verdade* deixou de ser produzida, provavelmente em 1936, já que neste ano a diretoria da Torre de Vigia decide por enviar um novo gerente para o Betel do Brasil que tivesse um perfil mais alinhado ao que pensava o presidente da associação, o Juiz Rutherford, como era chamado entre os fiéis. Apesar de esforços consideráveis, nenhuma edição da revista *A Luz da Verdade* foi encontrada durante este trabalho. Este fato combinado a organização e controle de publicações antigas bem como a quantidade de bibliotecas e acervos que as Testemunhas de Jeová mantêm em suas filiais revela uma intencionalidade em não manter as edições dessa revista pública.

Apesar dos esforços em fazer com que a religião enfim tivesse sucesso no Brasil, Denovais não alcançou o resultado esperado com a publicação da revista *A Luz da Verdade*, que foi descontinuada quando Nathaniel Yuille chegou ao país, enviado por Rutherford para alinhar a gerência do Betel do Brasil à diretoria da Torre de Vigia. Esse alinhamento pode parecer o fim da formação de uma cultura religiosa no Brasil e o prenúncio de uma nova era, obrigados a estarem sujeitos a uma formulação de religião que não lhes fosse própria, mas o impacto de uma nova gerência nas circunstâncias em que as atividades do grupo estavam no Brasil não significou grandes mudanças como fez parecer o relatado nas fontes dessa pesquisa, ao contrário, as táticas dos fiéis no Brasil com relação à diretoria da Torre de Vigia nos Estados Unidos continuaram e permitiram que estes, mesmo que de forma inconsciente, continuassem a agir ativamente com relação às normas que lhe eram impostas.

As reflexões apresentadas evidenciam que a tentativa de enquadrar as Testemunhas de Jeová em categorias rígidas - como protestantismo ou seita - revela-se insuficiente diante da complexidade de sua trajetória histórica e de suas práticas culturais. Ao longo de sua formação e expansão global, o grupo construiu uma identidade que dialoga com elementos do protestantismo, mas também se distancia dessa matriz ao propor uma ortodoxia própria, marcada por uma autoridade centralizada e por uma concepção excludente de verdade religiosa. No entanto, essa ortodoxia é permanentemente atravessada por processos de mestiçagem e adaptação cultural, tornando-se, na prática, uma ortoprática em constante negociação com as realidades locais. Esse movimento contraditório - entre uma rigidez discursiva e uma flexibilidade prática - coloca as Testemunhas de Jeová em um lugar de tensão dentro do campo religioso, desafiando tanto a lógica protestante da livre interpretação quanto as classificações externas que buscam reduzi-las a uma vertente específica do cristianismo.

A perspectiva histórica e comparada permite compreender que nenhuma religião existe fora do tempo e do espaço em que se desenvolve, e as Testemunhas de Jeová não são exceção. Apesar de sua insistência em uma verdade universal e

atemporal, o grupo é produto direto de seu contexto de origem e das múltiplas culturas que atravessa em sua expansão. No Brasil, essa adaptação envolve desde a apropriação de técnicas locais de evangelização até a filtragem de questões sociais e políticas nacionais através de uma óptica moldada pelas experiências e discursos da sede nos Estados Unidos. Esse descompasso entre o discurso oficial e as práticas locais reforça a ideia de que a ortodoxia, longe de ser um bloco monolítico, é continuamente reinventada nas margens, pelas ações dos fiéis e pelas necessidades de inserção no cotidiano de diferentes sociedades. Assim, mais do que uma negação do protestantismo, as Testemunhas de Jeová exemplificam como as religiões, ao se expandirem e transnacionalizarem, constroem-se em um campo de disputas, apropriações e reinvenções.

Por fim, pensar o caso das Testemunhas de Jeová a partir da noção de “boa de pensar”, proposta por Gasbarro, nos permite enxergar que a religião, em sua dimensão histórica, é menos um sistema fechado de crenças e mais um espaço simbólico de negociação entre ortodoxia e experiência vivida. O próprio ato de classificar as Testemunhas de Jeová como protestantes, como faz Rossi, ou como uma “nova religião”, como apontam alguns estudos contemporâneos, diz mais sobre a posição de quem classifica do que sobre a natureza intrínseca do grupo. Nesse sentido, a negação do protestantismo pelas Testemunhas de Jeová, apontada por Rossi, não deve ser lida apenas como uma ruptura doutrinária, mas como uma reinvenção identitária própria de um grupo que, ao mesmo tempo em que herda elementos do protestantismo, redefine-os em função de seu projeto religioso particular. Isso reafirma que toda ortodoxia é, em algum grau, superada, já que sua existência concreta sempre se dá no espaço fluido das práticas culturais e sociais.

REFERÊNCIAS

AGNOLIN, A. **História das religiões: perspectiva histórico-comparativa**. São Paulo: Editora Paulinas, 2013.

ANUÁRIO das Testemunhas de Jeová, Cesário Lange, São Paulo, 1974.

Revista Espacialidades [online]. 2025.1, v. 21, n. 1, ISSN 1984-817X

[83]

BENATTE, A. P. A História Cultural das Religiões: contribuições a um debate historiográfico. In: ALMEIDA, Néri de Barros; SILVA, Eliane Moura da. (orgs). **Missão e Pregação: a comunicação religiosa entre a História da Igreja e a História das Religiões**. São Paulo: FAP-UNIFESP, p. 59-79, 2014.

BERGE, Damião. A estrutura fundamental do sentimento religioso é a luz da psicologia experimental. **Revista A Ordem**. Ed. 99, fev., p. 125-150, 1939.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. Tradução de Enid Abreu Dobransky, 7ª ed. Campinas, São Paulo: Papirus, 2012.

GASBARRO, Nicola. Qual comparação em História das Religiões segundo Lévi-Strauss? **Rever**, São Paulo, ano 11, n. 1, p. 165-183, 2011.

GASBARRO, Nicola. Religione e/o religioni? La sfida dell'antropologia e della comparazione storico-religiosa. In: MARANHÃO FILHO, Eduardo Meinberg de A. (Org). **(Re)conhecendo o Sagrado: reflexões teórico-metodológicas dos estudos de religiões e religiosidade**. São Paulo: Fonte Editorial, p. 83-106, 2013.

MOURA, C. **Fé, Saber e Poder: os intelectuais entre a Restauração Católica e a política no Recife (1930 - 1937)**. Dissertação, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2011.

OLIVEIRA, Gustavo de Souza. Prefácio. In: MOURA, Carlos André Silva de, et al. (orgs.) **Histórias Transnacionais: intelectuais e ordens católicas na América Latina durante o século XX**. Rio de Janeiro: Autografia Editora, 2020.

O REINO de Deus já Governa! Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados. Cesário Lange, São Paulo: Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, 2014.

PETTAZZONI, Raffaele. O método comparativo (1959). **Religare**, v. 13, n. 1, p. 245-265, 2016.

ROSSI, Agnelo. Testemunhas de Jeová. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 01, fasc. 03, p. 481-489, 1941.

TESTEMUNHAS de Jeová: Proclamadores do Reino de Deus. Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados. Cesário Lange, SP: Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, 1993.

MEMÓRIAS DE GARÇONS PEDRO-SEGUNDENSES NA SÃO PAULO OITENTISTA: entre redes de migração e exploração

Raiane Melo Brito¹

Artigo recebido em: 18/01/2025.

Artigo aceito em: 29/05/2025.

RESUMO:

Este artigo aborda a experiência de migrantes de Pedro II, município rural ao norte do Piauí, que se deslocaram para São Paulo, na década de 1980, através do trabalho como garçons. Visto que a migração não ocorre somente por questões econômicas e climáticas, mas como prática social e projeto familiar dos trabalhadores (Durham, 1978), a perspectiva é compreender a agência dos sujeitos (Fontes, 2008), em suas motivações e estratégias elaboradas nas redes migratórias (Menezes, 2002). Tudo isso em meio ao espaço da metrópole e dos restaurantes, lugares repletos de estigmas, desigualdades e exploração, que os colocam na categoria de *outsiders* (Elias; Scotson, 2000). Para relatar as situações sociais e do trabalho, utilizamos a metodologia da História Oral e entrevistas semiestruturadas com migrantes retornados.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Migração; Trabalho; Redes; Piauí.

Memories of waiters who migrated from Pedro II to São Paulo in the 1980's:
between migration networks and exploitation

ABSTRACT:

This article addresses the experience of migrants from Pedro II, a rural municipality in the north of Piauí, who moved to São Paulo in the 1980s, working as waiters. Since migration occurs not only due to economic and climatic factors, but also as a social practice and a family project for workers (Durham, 1978), the perspective is to understand the agency of the subjects (Fontes, 2008), their motivations, and the strategies developed within migration networks (Menezes, 2002). This all takes place within the space of the metropolis and restaurants, places filled with stigma, inequalities, and exploitation, that position them in the category of *outsiders* (Elias;

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Bolsista CAPES. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3069524442600375>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-5905-2370>. E-mail: raianemb@aluno.uespi.br. Membro do Núcleo de Documentação e Estudos em História, Sociedade e Trabalho - NEHST UESPI.

Scotson, 2000). To report on the social and labor situations, we use the methodology of Oral History, conducting semi-structured interviews with returning migrants.

KEYWORDS: Memory; Migration; Work; Networks; Piauí.

1. Introdução

Migrar em busca de melhores condições de vida faz parte da trajetória de muitos trabalhadores da região Nordeste, principalmente a partir da segunda metade do século XX. Devido à mecanização do campo e ao êxodo rural, famílias camponesas foram, e ainda continuam sendo fragmentadas em direção às regiões urbanas do país, alterando intensamente o cenário demográfico da população brasileira.

Em Pedro II, município rural com cerca de 38 mil habitantes², localizado no norte do Piauí, sair de casa rumo à metrópole de São Paulo, aos 18 anos, é uma prática social comum entre os jovens, atravessando gerações desde meados das décadas de 70 e 80. O fluxo intenso, já conhecido da região, é caracterizado por ter como destino o trabalho como garçons em restaurantes da alta gastronomia paulistana. O retorno ocorre após longos anos em busca do sucesso financeiro, que pode ou não se concretizar, colocando fim ao projeto familiar.

Muitos estudos acerca dos movimentos migratórios, ou até mesmo de jornais, da literatura e cinema brasileiro do século XX, retratavam quem decidiu partir do seu lugar de origem, sobretudo no eixo Nordeste-Sudeste, como “sujeitos errantes”. Sendo migrantes condicionados estritamente por questões econômicas e políticas, como a fome e a seca, junto da representação social acerca do homem sertanejo e seu modo de vida, atravessado pelo sofrimento e desejo de superação (Albuquerque, 2011). Entretanto, sabemos que este imaginário e motivações não nos servem para compreender o dinamismo do amplo fenômeno social.

Quando analisamos estudos sociais e demográficos sobre o Brasil, como o de Martine (1994), a década de 1980 retrata o uso do espaço que se caracterizou por mudanças extremamente importantes, embora menos conhecidas.

² Segundo dados do Censo IBGE em 2022.

É consenso de que a década de 80 foi, para o Brasil, a de pior desempenho econômico da história moderna. Chamado de “década perdida”, o período entre os dois últimos censos foi marcado por uma prolongada estagnação e empobrecimento. Várias políticas econômicas inovadoras foram experimentadas, mas, no conjunto, estas apresentaram poucos sinais de êxito. Como a distribuição espacial da população reflete as características da atividade econômica, é inevitável que a crise tenha deixado suas marcas - embora nem sempre estas sejam muito claras - sobre os padrões recentes de redistribuição (Martine, 1994, p. 39)

Com o cenário de instabilidade econômica junto ao direito à terra negado, e o meio de vida rural cada vez mais fragilizado, o fenômeno da migração rural-urbano se espalhou pelo país. O estado do Piauí sofreu pelos problemas econômicos nacionais e continuou a penar em relação à seca e à falta de alimentos no sertão. Como resultado, manteve-se uma aguda crise espacial na sociedade do campo, que impulsionou os deslocamentos para as regiões industrializadas do país, com ênfase à Região Sudeste, seguindo os caminhos das décadas anteriores³.

Segundo Santos; Silveira (2008),

Em 1980, 11,5 milhões de famílias não dispunham de terra ou já não sobreviviam em pequenas propriedades. Isso significa que um terço da população, cerca de 40 milhões de pessoas, estava em permanente migração, tentando fixar-se no campo, mas frequentemente não conseguindo. É um novo patamar do êxodo rural, devido a uma combinação explosiva da estrutura fundiária arcaica em zonas agrícolas tradicionais e da modernização capitalista do campo em zonas dinâmicas e em áreas de colonização agrícola e de ocupação recente (Santos; Silveira, 2008, p. 213)

Entretanto, a escolha de migrar, para além do cenário econômico e político, implica um conjunto de fatores sociais, que devem ser contrabalanceados para analisar as suas motivações, percorrendo também questões morais, transfigurando a migração não como uma condicionante, mas sim experiência, por meio de um projeto de vida

³ Vale destacar que, na década de 1980, houve um aumento no movimento de retorno de migrantes da região Nordeste que viviam em São Paulo, devido ao alto custo de vida, à crise econômica e ao desemprego. Além disso, o movimento que prometia um “novo Eldorado” por meio da exploração dos garimpos passou a atrair migrantes em direção às regiões do Norte do país. Segundo dados do Censo de 1991 do IBGE, São Paulo perdeu peso relativo na distribuição da migração nacional: em 1970, concentrava 33,9% dos migrantes, percentual que caiu para 25,2% em 1980. Entretanto, apesar da redução no volume de migrantes, o estado continuou sendo o principal destino de atração de mão de obra industrial no país. Entre os anos de 1981 e 1991, os deslocamentos de piauienses para São Paulo somaram 26.004 migrantes.

que possui uma ampla organização ainda no contexto rural de origem, tornando os trabalhadores, os agentes desse processo histórico.

Para Fontes (2008), ao estudar o deslocamento de trabalhadores migrantes da região Nordeste para São Miguel Paulista, no extremo da zona leste da cidade de São Paulo, os sujeitos na condição de migrante, não estão simplesmente à mercê dos aspectos econômicos, sendo vítimas de processos impessoais, mas são protagonistas da sua própria história, com suas trajetórias, articulações políticas, sociais e culturais.

Não há dúvidas sobre a importância desse quadro socioeconômico como pano de fundo do processo migratório e do desenvolvimento brasileiro. Entretanto, a supervalorização dos fatores econômicos acaba por perder de vista o papel dos próprios migrantes enquanto agentes envolvidos nesse processo. Em muitos desses estudos, os migrantes são vistos apenas como cifras, como força de trabalho que se transfere passivamente das regiões menos para as mais desenvolvidas. Os migrantes rurais nordestinos não eram apenas reflexo de forças econômicas determinadas externamente, embora estivessem imersos nelas. Eles também foram agentes do seu próprio movimento e dessa forma, através de estratégias diversas, contribuíram na moldagem do processo migratório (Fontes, 2008, p. 54)

Desta forma, faz-se necessário o olhar para os deslocamentos pela ótica dos trabalhadores, nos fazendo compreender, através das memórias trazidas em suas narrativas de sentimento, o que pensavam, desejavam e os sentidos que davam as suas ações. Para Bosi, nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida (2004, p. 37).

São relatos que emergem do cotidiano ativo e da ação pulsante da experiência migratória destes agentes, mantendo vivas as práticas do lugar de origem, que perpassam os que ficaram e os que partiram, e que além de ser alicerces, reorganizam o espaço, colorindo o cotidiano cinza da metrópole e, neste caso, o intenso trabalho dos pedro-segundenses nos restaurantes.

Além disso, a escolha da profissão dos garçons pedro-segundenses não é feita por mera coincidência ou conveniência, ela acontece por meio de uma ampla rede de solidariedade entre familiares e conterrâneos, que já trabalham na metrópole, e os auxiliam no dia a dia, indicando-os para os patrões. Ademais, antes de se tornarem

garçons de fato, os trabalhadores começam a trajetória nos restaurantes, na cozinha, lavando pratos ou no salão, auxiliando os garçons, sendo os chamados *cumins*.

Para grande parte dos migrantes, tornar-se garçom além de meta, é um desejo para os recém-chegados, seja pela vestimenta arrumada e limpa, que contrasta com o trabalho precário do campo deixado para trás, ou outros atrativos que mobilizam a inserção especificamente nesta profissão. Sendo eles: o estudo não ser um requisito primordial, o trabalho ser considerado menos braçal em relação ao da construção civil, possuir maiores chances de mudar de cargo, além do local já oferecer a comida aos funcionários e, principalmente, o acréscimo de salário pago pelos 10% e as caixinhas dos clientes.

Contudo, a vontade de se tornar garçom, e o *glamour* dos restaurantes frequentados pela elite paulistana, esconde na prática, um dos ambientes de trabalho braçal mais naturalizados em desprestígio social, invisibilidade, precarização e exploração, na maior e mais rica cidade do país, sendo referência no ramo da culinária global.

Para Sayad, nas suas análises primordiais para se compreender as contradições acerca da imigração de argelinos para a França, particularmente em Paris, o imigrante só existe na sociedade que assim o denomina, a partir do momento em que atravessa suas fronteiras e pisa seu território, o imigrante “nasce” nesse dia para a sociedade que assim o designa (Sayad, 1998, p. 16), desta forma, a metrópole os confiscam a um lugar complexo e desigual, assim como no trabalho dos migrantes de Pedro II nos restaurantes em São Paulo.

São, portanto, trabalhadores migrantes que desde a juventude, são recrutados e seduzidos em seu lugar de origem, seja pela narrativa de sucesso dos que foram antes, seja pelo anseio de superar a pobreza, e acabam submetidos a um processo intensivo de exploração da força de trabalho na metrópole, com longas jornadas de horário, informalidade, alimentação e alojamentos precários, formas de discriminação e xenofobia, entre outros estigmas e violências. Isto porque, seguindo as categorias definidas por Elías e Scotson (2000), os trabalhadores que migram, se tornam *outsiders*,

enquanto que longe do lugar de origem, são pessoas que em trânsito, acabam vistas sem uma clara identidade social pelos estabelecidos, sendo mais vulneráveis para a estratégia de dominação, presente no trabalho escravo contemporâneo.

Para compreendermos as dinâmicas entre os lugares de origem e de destino dos trabalhadores, seguimos o caminho de análise de uma Geografia crítica, indo além da materialidade de certa localização específica, mas sim do conceito de lugar. Junto às contribuições de autores, como Milton Santos, o lugar se apresenta como sendo constituído das relações e fluxos de informações e comunicações, entre o global e o local, implicando interações que atravessam fatores econômicos, políticos e culturais. Portanto, são lugares socialmente construídos e vivenciados, e em constante transformação cotidianamente. Segundo Schneider (2014),

A cada ponto ou local de interseção das redes horizontais e verticais sobre a superfície do planeta, portanto, origina-se um lugar, o que confere ao todo da globalização um caráter fragmentário originando tanto a inclusão quanto exclusão dos espaços conforme a correlação de forças dos seus componentes sociais e econômicos (Schneider, 2014, p. 66)

Desta forma, ressaltamos que o migrante não é refém das dinâmicas sociais e excludentes da metrópole. Ele descobre, cria e ressignifica sentidos, símbolos, práticas e estratégias nesse novo lugar. Como aponta Santos (2006),

O lugar novo o obriga a um novo aprendizado e a uma nova formulação. A memória olha para o passado. A nova consciência olha para o futuro. O espaço é um dado fundamental nessa descoberta. Ele é o teatro dessa novação por ser, ao mesmo tempo, futuro imediato e passado imediato, um presente ao mesmo tempo, concluído e inconcluso, num processo sempre renovado. Quanto mais instável e surpreendedor for o espaço, tanto mais surpreendido será o indivíduo, e tanto mais eficaz a operação da descoberta. A consciência pelo lugar se superpõe à consciência no lugar. A noção de espaço desconhecido perde a conotação negativa e ganha um acento positivo, que vem do seu papel na produção da nova história (Santos, 2006, p. 224)

Nesse sentido, buscamos neste artigo, uma análise que percorra os caminhos escolhidos pelos agentes para despistar a pobreza do lugar de origem, na sedução de uma São Paulo aliada à expansão do capital, que transpirava progresso e modernização na década de 1980, fruto da construção histórica do ideário de modernização no Brasil, como na América Latina, sobretudo no século XX, que relacionava

desenvolvimento ao processo intenso de industrialização. O período é importante, pois a região Nordeste vivenciava problemáticas relacionadas às secas, em meio à efervescência política, que marcava o fim da ditadura e a redemocratização do país, impulsionando o deslocamento dos trabalhadores rurais.

Para tanto, escolhemos a metodologia da História Oral, que, segundo Alberti (2004),

É da experiência de um sujeito que se trata; sua narrativa acaba colorindo o passado com um valor que nos é caro; aquele que faz do homem um indivíduo único e singular em nossa história, um sujeito que efetivamente viveu e, por isso dá a vida, as conjunturas e estruturas que de outro modo parecem tão distantes. E, ouvindo-o falar, temos a sensação de ouvir a história sendo contada em um contínuo, temos a sensação de que as descontinuidades são abolidas e recheadas com ingredientes pessoais: emoções, reações, observações, idiossincrasias, relatos pitorescos. Que interessante reconhecer que, em meio a conjunturas, e meio a estruturas, há pessoas que se movimentam, que opinam, que reagem, que vivem, enfim (Alberti, 2004, p. 14)

Buscamos nos relatos de memória dos trabalhadores, os elementos relacionados às questões subjetivas dos sujeitos, que, para Portelli (2016, p. 20), se constrói, na verdade, não como um mero depósito de informações, mas um processo contínuo de elaboração e reconstrução de significado. Como as motivações, expectativas e estratégias, que levaram estes jovens a saírem de suas casas no município rural, e trilharem um caminho desconhecido em direção à metrópole de São Paulo, o lugar idealizado e imagético, que atrai ao mesmo tempo que ilude, segrega e explora, amparados pelo desejo de retorno com melhores condições de vida.

2. Redes que movimentam: o lugar de origem na bagagem

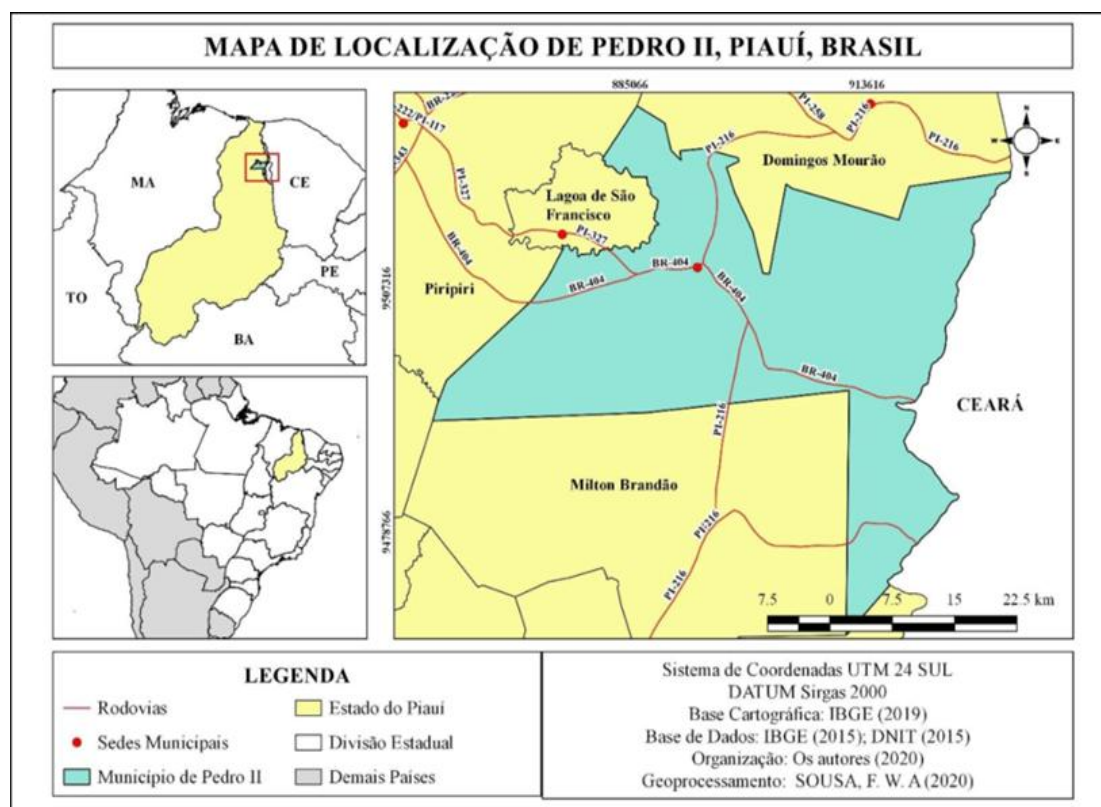
O município rural de Pedro II, foi fundado por portugueses e emancipado em 1854, está localizado na Serra dos Matões, ao norte do estado do Piauí, cerca de 200 km da capital Teresina. É reconhecido pela sua natureza e pelo clima serrano mais ameno da região, sendo apelidado como a “Suíça Piauiense”.

Com a Sede Municipal a 630 m de altitude, as temperaturas durante o período mais chuvoso podem oscilar de 20° C a 16° C. Com isso, o município não segue o

estereótipo e estigma de ser um local seco e sem chuvas, quase que inabitável, conforme retratado na maior parte do sertão piauiense.

O turismo do município é marcado por painéis de sítios arqueológicos catalogados, além de trilhas e cachoeiras. O artesanato é reconhecido pela tecelagem e produção de redes de dormir, a gastronomia é muito influenciada pelo retorno dos trabalhadores de restaurantes em São Paulo, e a extração mineral da raríssima pedra Opala e a produção de joias, são as atividades que contribuem para o desenvolvimento da economia local atualmente.

Figura 1: Mapa do município de Pedro II e municípios vizinhos



Fonte: IBGE (2015; 2019); DNIT (2015). Geoprocessamento: (Sousa, 2020).

Os municípios que fazem fronteira com Pedro II, como Domingos Mourão ao norte e Piripiri a oeste, são lugares de origem de muitos que migram também para trabalhar em São Paulo como garçons, visto que é comum nos processos migratórios, as pessoas de municípios e povoados próximos, se juntarem com amigos e parentes para planejarem e fazerem o deslocamento juntos.

Seja pelo retorno de férias ou de forma definitiva, de parentes e amigos migrantes, munidos pelo “aliciamento familiar” e as “narrativas de convencimento”, muitos jovens saem de casa rumo à metrópole paulistana. Ao chegarem na cidade, com a ajuda dos conterrâneos e uma ampla rede de indicações, a maioria destes trabalhadores, se inserem nos restaurantes de alta gastronomia de diversas culinárias de diferentes países, localizados nos bairros nobres de São Paulo, tornando a presença dos pedro-segundenses conhecida por quem frequenta os locais.

Quando fui a campo, em Pedro II, entrevistar os migrantes retornados, a resposta era unânime sobre o que definia a partida. “São Paulo? Terra de oportunidades!”, a oportunidade de uma vida melhor era a motivação que mobilizava o deslocamento e que vai no caminho oposto da construção imagética estigmatizada, dos retirantes no sertão nordestino, que seria nutrida e movida pelo desespero, despreparo, fugas e desorganização.

Ao compreendermos o deslocamento da população rural para os centros urbanos, através da experiência migratória, fica evidente que antes da partida física de fato, o projeto de vida familiar, envolve metas, expectativas, vontades, medos e estratégias de como concretizar a ida, viver a nova vida no lugar de destino e poder retornar com sucesso, tudo isso mediado pelas relações de solidariedade de parentesco e amizade. As redes de migração são relações sociais e culturais, regadas com um amplo senso de comunidade pelo lugar de origem, formadas antes mesmo do deslocamento físico, e cumprem um papel central na migração.

Neste caminho, Durham (1978), ao também analisar a vida no contexto rural e a partida para a metrópole de São Paulo, reflete sobre o espaço social da migração.

Nenhuma migração pode ser compreendida exclusivamente como um deslocamento geográfico. As migrações representam também uma movimentação no universo social e é deste ponto de vista que elas nos interessam de modo particular. Mesmo porque, a própria definição do espaço e do ambiente geográfico é condicionada culturalmente. É através da cultura tradicional, vivida na experiência pessoal, que o trabalhador rural concebe o mundo exterior (Durham, 1978, p. 136)

Os estudos de comunidades rurais nos mostram como, nas relações primárias, a família é a principal estrutura de organização social, onde as relações pessoais constituem também a atividade econômica. Desta forma, o deslocamento não desintegra a família que fica, pois ela permanece através da manutenção e interação dessas relações de sociabilidade e solidariedade, que se estendem também ao novo lugar de destino, para o migrante conseguir se fixar e viver de forma mais prática no contexto metropolitano de São Paulo.

A migração foi explicada como uma tentativa de mobilidade social, isto é, como resposta a problemas criados pela estrutura da sociedade nacional e que são fundamentalmente econômicos. Entretanto, a organização familiar da vida rural leva à colocação do problema da mobilidade em termos da família. Assim, a migração, que aparece como solução para problemas que afetam a família e tendem a ser resolvidos em termos familiares, é um processo condicionado pelo tipo de organização da sociedade rural (Durham, 1978, p. 128)

Assim, desmistificando a suposta passividade dos agentes dentro dos deslocamentos, Menezes (2002) aponta que o contato com os conterrâneos é essencial, e além de facilitar a adaptação do novo migrante no seu destino, constitui a identidade da comunidade de origem, em conjunto com a percepção de si e outros valores adquiridos ao longo da experiência migratória.

Por meio das redes de migração, a difusão de informações é intensa e contribui para amenizar as incertezas que possam surgir pelo caminho. Elas abrangem, por intermédio dos que partiram antes, desde indicações sobre o mercado de trabalho e qual a melhor profissão a seguir no lugar de destino, até compartilhamentos de moradia e formas de lazer, lugares esses, onde a presença dos conterrâneos é constante e favorece a integração da nova vida na cidade. E é principalmente na narrativa dos migrantes que percebemos a importância central dessas relações sociais.

Na mesma casa em que nasceu, na divisa entre os municípios rurais de Domingos Mourão e Pedro II, nosso primeiro entrevistado narrou com riqueza de detalhes, durante cerca de uma hora, sua trajetória de vida, junto ao sentimento de orgulho da travessia feita em busca de trabalho e superação da pobreza. Francisco das

Chagas Silva tem 57 anos, migrou para São Paulo em janeiro de 1987, e dos seus 7 irmãos, 6 seguiram o mesmo caminho anos depois. A trajetória profissional na metrópole começou aos 18 anos, lavando pratos em um restaurante italiano, depois foi *cumim*, garçom, *maitre* e gerente. Em 2021, durante a pandemia de Covid-19, e sem perspectiva de trabalho, retornou para a terra natal. Ele começou a entrevista contando como era o cenário de pobreza no contexto rural em que vivia com a família e como se organizou para partir.

Então, eu, eu, na verdade, comecei a pensar mesmo em ir era 1985 pra 86. Diante das dificuldades, né? Trabalhava na roça, no campo, e aí você trabalhava pra família, você não tinha salário. Antigamente, as pessoas trabalhavam de diária de roça, mas lá em casa a gente trabalhava só pra nós mesmos. A filosofia do papai era essa. E aí o que mais pegava, era que você ia ficando rapaz, pra ir nos movimentos, nas festas, começava a namorar, e aí não tem roupa, não tem dinheiro. É uma situação muito difícil. E aí que me impressionava muito, os caras que chegavam de São Paulo e do Rio de Janeiro. Nossa, parecia que estavam vindo de outro planeta! Porque a gente naquela pindaíba, aí de repente o cara chegava branco, o cara mudava até a cor! O cara saía daqui queimado do sol da roça, e depois de um ano ou dois anos, o cara chegava aqui bonito, com dinheiro, namorava com as meninas mais bonitas. Nossa, aquilo pra nós era o que motivava, então eu vou pra São Paulo também! Aí, quando foi dia 2 de janeiro de 1987, eu viajei, uma dificuldade danada porque não tinha dinheiro, até pra arrumar o dinheiro da passagem foi difícil. Mas aí teve um veterano já de São Paulo que estava aqui e eu perguntei: rapaz você não me levaria não se eu arranjasse o dinheiro da passagem? Aí com muito sacrifício, eu vendi uma bicicleta que eu tinha, e naquele tempo, quem tinha bicicleta era que nem ter uma Hilux hoje. Aí vendi mais uns porquinhos que eu tinha e arrumei o dinheiro (Francisco, 2024)

O relato de Francisco revela as condições de trabalho árduas no contexto rural de miséria a que era submetido. O retorno de outros migrantes, e a narrativa de convencimento ao acesso a bens de consumo, é visto como uma prova palpável da melhoria de vida na cidade, e reforça a vontade de sair daquele local sem perspectivas, mesmo sendo em direção a um destino nunca visto, somente imaginado por ele. Desta forma, existe um encantamento na fala de Francisco, a sedução da travessia, com o novo e com o campo de possibilidades que a cidade grande representava. A ida para São Paulo seria uma forma de escapar daquelas alternativas de sobrevivência precária e exploradoras.

Já Antônio Barbosa, nosso outro entrevistado, é um migrante retornado de 54 anos, que após morar em São Paulo e ser garçom por 17 anos, voltou para Pedro

II e possui um mercado no município, sonho antigo da família. O relato de Antônio, também reforça o que tem sido discutido acerca da migração se tratar de um projeto organizado previamente, e que a rota segue o caminho que parentes e amigos já percorreram antes, onde o migrante não circula pelo desconhecido, mas refaz caminhos.

Fui pra São Paulo pra mudar de vida. Aqui eu trabalhava na roça e vivia, às vezes a gente plantava e não dava nem pra comprar as chinelas, né? Então, a gente procura sempre o melhor, né? A minha irmã já morava lá, mas no começo eu peguei minha malinha e fui para a pensão. Rapaz... Naquele tempo só tinha Itapemirim, a gente já foi direto pra casa do pessoal daqui que morava lá. Na pensão era todo mundo daqui, todo mundo daqui, sabe? E logo comecei a trabalhar. Eles falavam, rapaz, aqui você almoça, janta. Ficava na Teodoro Sampaio, em Pinheiros, próximo ao Hospital das Clínicas. Arrumaram uma caminha pra mim, sabe? Eram 3 beliches. Eu fui muito bem recebido, mas era difícil (Antônio, 2024)

Percebemos que a articulação elaborada pelos pedro-segundenses seguia uma teia de cooperação e informações formadas no município piauiense, com os membros da comunidade, recheadas de desejos e vontades, e se tornava a base fundamental para a organização da nova vida na metrópole. Seu papel é nítido também após a chegada, quando se apresentam nas formas de morar, que vão muito além de somente um local de recepção, mas se torna um dos principais lugares de sociabilidade e trocas de informações entre os migrantes, visto que a grande maioria mora e trabalha com pessoas do mesmo lugar de origem.

Eu tive uma fase em que eu ajudava muita gente. Ia um cara daqui e o pai dele já mandava um bilhetinho pra me entregar lá, já me recomendando e agradecendo. Muitos eu levava pra minha casa, aí ficavam lá um tempo. Depois arrumava trabalho, vários... Fiz isso com muita gente. Era uma coisa de ser conterrâneo e aí você vê as dificuldades que você passou, aí você fica com aquela vontade de ajudar. Quando eles me procuravam pra pedir ajuda, eu ensinava muita gente. Levava pra trabalhar comigo, ou quando eu arrumava em outro lugar, com algum colega meu, aí esses meninos, eu ensinava, eu treinava eles antes lá em casa (Francisco, 2024)

A análise dessas relações sociais que resistem em meio às dinâmicas de exclusão da metrópole se constrói diante de diversas experiências, como nas práticas do cotidiano (Certeau, 1994), em estratégias e formas de resistência (Scott, 2013) dos migrantes e suas famílias. Nesse sentido, enfatizamos o olhar “a partir de baixo”, proposto pioneiramente por Thompson (1998), que se aplica na necessidade de nos

opor a uma visão espasmódica e estruturalista, mas sim introduzindo um pensamento ético no estudo da vida econômica dos sujeitos, compreendendo que as condições do capital não determinam estritamente as práticas sociais e culturais de classe. Sendo assim, partindo de uma análise que percorra a vida dos trabalhadores para além do espaço de trabalho, concebendo o comportamento econômico a partir dos valores morais e normas culturais, evidenciando as histórias de vida por trás dos grandes processos econômicos que nos cercam.

3. Ser garçom: da idealização à realidade de exploração dos restaurantes

No movimento de análise de investigação, para além de uma teoria sobre a história global do trabalho tradicional, constantemente baseada na visão eurocêntrica e estática acerca da classe trabalhadora organizada, Linden (2012), ressalta que,

não se foca só no trabalho livre, mas também no trabalho não-livre, na escravidão. Não olhamos para a classe trabalhadora apenas como um conjunto de indivíduos, mas para todas as relações sociais, os processos migratórios, as divisões de gênero, o trabalho doméstico; tudo isso é essencial. Portanto, é uma definição muito mais ampla do que aquela em que se focavam tradicionalmente os historiadores da Europa e Estados Unidos, que centravam a sua investigação nos trabalhadores organizados (Linden, 2012, p. 115)

Assim, nos possibilitando problematizar as relações de trabalho consideradas às margens do trabalho não livre, o que no Brasil é reconhecido como escravidão contemporânea. No contexto urbano, o trabalhador se depara com uma dinâmica que apresenta questões de pertencimento e adaptação, que precisam se construir e se recriar, neste lugar marcado pela desigualdade social, como é o caso dos restaurantes.

Basta realizarmos uma rápida pesquisa em sites de guias gastronômicos ou matérias de jornais e revistas, sobre os trabalhadores em restaurantes de São Paulo, que encontraremos inúmeras narrativas e “histórias de sucesso”, sendo os migrantes da região Nordeste, os protagonistas e vencedores, na suposta corrida em busca de um lugar de destaque, neste disputado ramo de trabalho na metrópole.

Figura 2: Capa da Revista Veja São Paulo de 31 de agosto de 2011



Fonte: Disponível em: <https://veja.abril.com.br/consumo/capas-de-veja-sao-paulo-2011>. Acesso em 05 de jan. de 2025.

O que a capa e a matéria acima, sobre os pedro-segundenses, realizada pela Revista Veja São Paulo em 2011, nos vende, com o sorriso dos trabalhadores, retrata o sonho de muitos migrantes de Pedro II, como vestir uma roupa adequada, bonita e limpa, cumprindo as etiquetas de um restaurante. A posição de cima para baixo expõe a hierarquia com os gerentes e *maitres* acima dos garçons, mas também representa uma equipe, que, como um time de futebol, é uma aspiração de que um dia podem chegar ao topo e em melhores cargos.

Contudo, para além da glamourização dos restaurantes da alta gastronomia, a capa imponente esconde que nos últimos tempos, vemos ascender o número de denúncias de trabalho escravo contemporâneo nesse setor, cenário onde a presença

de migrantes da região Nordeste é notável, o que nos permite problematizar as suas nuances nas narrativas dos entrevistados desta pesquisa, entrecruzadas com um conjunto de dados e informações divulgados em veículos de comunicação e instituições públicas de fiscalização, acerca de diversas funções desempenhadas pelos trabalhadores nos restaurantes paulistanos.

Eu engordei ligeiro trabalhando na pia, comendo o resto de comida que voltava da mesa dos clientes. A questão de servir tem dois lados. Você encara como uma profissão, mas esse meio é muito complicado, porque querendo ou não, você é um serviçal, você está ali, e você não tem um lazer como as outras pessoas têm, porque no final de semana você tem que estar lá trabalhando. Eu trabalhei mais de 30 anos em restaurante em São Paulo, e metade desse tempo foi sem registro, porque tem muitos lugares que não registram, entendeu? Os patrões que te contratam, recolhem seu fundo de garantia, mesmo que registrado, aí não depositam, entendeu? Aí, quando você vai sacar, não tem nada. São muitas horas de trabalho, em restaurante você não recebe hora extra. O uniforme você tem que levar todo dia pra casa e lavar. Tem que manter as despesas, tudo pela sua conta. Tem empresa que leva a sério, mas a maioria é exploração total. Mas o sonho do cara é trabalhar no salão, né? No salão, você trabalha bonitinho, vestidinho de roupa de garçom, gravatinha e aquela história toda. Pra gente nordestino que sai daqui, é uma profissão que salva a gente! Porque você chega lá e já começa a trabalhar, ganha um dinheirinho, e sempre com essa solidariedade com os colegas, né? Pedro II é um exemplo, eles saem daqui com o emprego arrumado, têm essa facilidade (Francisco, 2024)

Para Francisco, ser garçom ia no caminho oposto do migrante nordestino estigmatizado, como sendo esfarrapado, mal vestido, magro e, portanto, feio. Ser garçom também era uma forma dos migrantes desconstruir estereótipos reforçados acerca da aparência do sertanejo e o contexto de miséria no meio rural. Além disso, seu relato apontou condições precárias, como as longas horas de jornada de trabalho, na luta para sobrevivência, que, na verdade, é a indiferença do grande capital, não existindo interesses outros acima dele.

O artigo 149 do Código Penal brasileiro de 1940, estabelece os elementos que caracterizam a redução de uma pessoa à condição análoga à de escravo na contemporaneidade, onde a pessoa é submetida a situações que violam sua dignidade e liberdade, sendo tratada como objeto de exploração extrema. São as situações de trabalho forçado: quando a pessoa é obrigada a trabalhar contra sua vontade, sob ameaça, coação ou violência; a jornada exaustiva: quando o trabalho exige um esforço

físico ou mental desproporcional, prejudicando gravemente a saúde ou a segurança do trabalhador; condições degradantes de trabalho: quando o trabalhador é submetido a ambientes ou práticas que comprometem sua saúde; segurança e dignidade: como falta de higiene, alimentação inadequada, alojamentos insalubres; restrição de locomoção por dívida: quando o trabalhador é impedido de se desligar ou sair do local de trabalho devido a dívidas impostas pelo empregador, entre outros.

Os dados oficiais das ações fiscais do governo no combate ao trabalho escravo contemporâneo estão disponíveis no Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil, no site do Radar do Trabalho Escravo da Secretária de Inspeção do Trabalho (SIT)⁴. A quantidade de trabalhadores resgatados nestas condições, na categoria da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), dos Restaurantes e outros estabelecimentos de serviços de alimentação e bebidas, no ano de 2023 na cidade de São Paulo, chegou ao número de 63.

Em abril de 2024, um levantamento da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET⁵, criticou a romantização feita acerca da gastronomia paulistana e do reconhecimento de restaurantes mundo afora, que acabam por esconder a condição de seus trabalhadores, e traz a denúncia de 15 funcionários em situação análoga à escravidão em um restaurante japonês de São Paulo⁵. Já no segundo semestre de 2024, 4 restaurantes paulistanos de sushi também foram denunciados⁶, e compõe a “lista suja” do Ministério do Trabalho e Emprego⁷.

Outro caso de grande repercussão da lista, aconteceu através de uma força tarefa do Ministério Público do Trabalho (MPT) em São Paulo, Superintendência Regional do Trabalho em São Paulo e a Polícia Federal, chamada “Operação Sushi

⁴ Disponível em: <https://sit.trabalho.gov.br/radar/>. Acesso em 05 de jan. de 2025.

⁵ Disponível em: <https://abet-trabalho.org.br/denuncias-de-escravidao-revelam-lado-obscurito-da-gastronomia/>. Acesso em 05 de jan. de 2025.

⁶ Disponível em: <https://www.metropoles.com/sao-paulo/lista-suja-trabalho-escravo-4-sushi-sp>. Acesso em 05 de jan. de 2025.

⁷ A Lista Suja do Trabalho Escravo foi criada em 2003, por meio de uma portaria do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). A lista é um instrumento do governo federal que visa combater o trabalho análogo à escravidão no campo e na cidade, sendo atualizada semestralmente, incluindo quem são as empresas condenadas em operações de resgate de trabalhadores nestas condições no país.

Paulistano”, que realizada em 2022, resgatou 17 pessoas em situação análoga à escravidão em restaurantes na zona norte de São Paulo, todas eram migrantes dos estados da Paraíba e do Piauí⁸. As condições dos trabalhadores envolviam longas jornadas de trabalho sem receber por horas extras, não possuíam registro em carteira de trabalho e viviam em alojamentos precários fornecidos pelos próprios estabelecimentos.

Os casos envolvem pequenos e grandes nomes do empresariado brasileiro, nos diversos tipos de culinárias estrangeiras. Rosso (2024), analisa as relações de trabalho no Grupo Madero, uma rede de restaurantes brasileira, e sua trajetória de acumulação de riquezas, que através do recrutamento para alojamentos e a exploração de mão de obra de jovens migrantes de cidades interioranas, das regiões Norte e Nordeste, reafirma as estratégias de controle sobre o trabalho nos dias atuais. Segundo a autora,

Essa análise desemboca em dois aspectos centrais que estão inter-relacionados: de um lado, o perfil político e étnico dos fundadores e proprietários majoritários da empresa, a família Durski; de outro, o perfil da sua força de trabalho predominante: juvenil, regionalizada e migrante. Aspectos do caráter estrutural da burguesia e do mercado de trabalho no Brasil estão articulados, nesse caso, de uma forma particular e reciclada no presente, nos termos da questão étnica/racial e da questão regional. Assim, podemos dizer que a trajetória de Júnior Durski e do Grupo Madero é permeada por traços centrais da constituição da história brasileira: passado colonial, migração de trabalhadores e exploração da Amazônia (Rosso, 2022, p. 20)

Os casos de escravidão contemporânea nos restaurantes também acontecem com imigrantes de outros países⁹. São trabalhadores que buscam no Brasil melhores condições de vida e oportunidades de emprego, mas, em muitas vezes, são agenciados, havendo a escravidão por dívida, como foi o caso de venezuelanos em um restaurante

⁸ Disponível em: <https://www.prt2.mpt.mp.br/1009-forca-tarefa-resgata-17-trabalhadores-em-situacao-analog-a-escravidao-em-restaurantes-de-sushi>. Acesso em 05 de jan. de 2025.

⁹ Disponível em: <https://www.prt2.mpt.mp.br/1073-restaurante-em-santo-andre-e-condenado-por-manter-trabalhadores-em-condicoes-analogas-a-escravidao>. Acesso em 05 de jan. de 2025.

de Sorocaba¹⁰, e os chineses em pastelarias no Rio de Janeiro, presentes no artigo de Figueira et. al. (2013).

Neste artigo, os autores, ao analisarem a presença de imigrantes chineses no Rio de Janeiro e a inserção deles no trabalho em pastelarias, indicam que, neste caso, a escravidão parece ressurgir com outra roupagem. Os trabalhadores, na maioria das vezes agenciados no lugar de origem, para conseguirem pagar a dívida adquirida, são sujeitos a condições de trabalho degradantes, com longas jornadas de trabalho informal, onde a experiência migratória se entrelaça a elementos dúbios de solidariedade e exploração, ajuda e aprisionamento (Figueira et. al, 2013, p. 103).

Além disso, a questão racial se torna outro elemento de exclusão no trabalho dos restaurantes e no cotidiano da cidade, profundamente relacionado com elementos históricos sociais estruturantes da sociedade brasileira, condições cuja origem remete ao período colonial.

Nosso próximo entrevistado se chama José Lima Araújo, de 60 anos. Por ser um homem negro, junto de suas percepções e vivências, relata a sua trajetória de garçom na metrópole paulistana, perante a desigualdade racial presente em seu cotidiano. José migrou para São Paulo em 1981, trabalhou durante 30 anos como garçom em restaurantes. Atualmente, vive no município rural de Domingos Mourão, vizinho de Pedro II, e possui uma loja de artigos para motos. Ele começou a entrevista contando como foi a chegada em São Paulo e a inserção nos restaurantes.

Meu irmão me mandou grana, eu não tinha dinheiro para nada. Meu irmão Nonato já morava lá. Eu lembro de tudo, está tudo marcado, como um filme na minha cabeça. Tinha um cara na rodoviária que vendia laranjas descascadas, sabe? E quem comprava aquelas laranjas já era um classe média dentro daquele busão, porque ninguém tinha. Foi uma novidade. Maçã? Eu não conhecia maçã. Eu tinha 18 anos, eu nunca tinha visto uma maçã na minha vida. Quando cheguei na rodoviária em São Paulo, foi uma das maiores chuvas que eu já vi na minha vida. Na minha primeira entrevista de emprego, foi engraçado. Eu fui pedir emprego, né? Eu conto isso e é verdade. Todos os caras já ganhavam a gravata, o paletó, o sapato e a peitoral. Mas o cara não me deu, ele não me deu nada. Isso foi lá no Rubayat, o espanhol chegou e disse: E tu tem dinheiro pra comprar as roupas? Eu falei que tinha e ele disse que me daria uma chance. Vem

¹⁰ Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202402/mte-encontra-seis-imigrantes-venezuelanos-em-situacao-irregular-de-trabalho-em-sao-paulo>. Acesso em 05 de jan. de 2025.

amanhã e traz as roupas todas! Ele disse. Sendo que todo mundo ganhava roupa, ele tinha o sistema de dar as roupas, ou seja, isso aqui não ajuda, essa pigmentação aqui não ajudava, né? Tanto é que um dos gerentes de lá mesmo, do Rubayat, quando voltei a primeira vez de férias do Piauí, disse que se eu tivesse ficado mais alguns dias aqui, não poderia trabalhar mais no restaurante, porque eu estava muito preto. Isso é racismo, né? Hoje eu vejo como racismo (José, 2024)

José relatou o deslocamento atrelado ao cenário de pobreza ao qual pertencia no lugar de origem, que era muito semelhantes à de outros entrevistados, entretanto, se diferencia ao ressaltar o racismo que sofreu desde o momento da primeira entrevista de emprego para ser garçom, evidenciando a condição de marginalidade da população negra, onde a subalternidade e vulnerabilidade não permitia ver o racismo que sofria, junto as condições precárias de trabalho ao qual foi imposto, sendo até mesmo forçado a pagar pelo uniforme que é um instrumento básico de trabalho.

Além disso, trabalhar nos restaurantes de alta gastronomia, com pratos e chefs renomados, não significava aos garçons, que se alimentariam adequadamente durante o expediente. Semelhante ao caso de uma churrascaria em São Paulo, multada por deixar seus trabalhadores passando fome¹¹, José narrou a verdadeira refeição que comiam, para além das refinadas que serviam.

Você serve as pessoas sentindo fome. Trabalhei em restaurante que a comida da gente era pé de frango. Todo mundo enfrentou essa barra, com fome e servindo os malucos, né? Eu doido pra tomar um Chopp! No Rubayat mesmo, o camarão que sobrava... Você só olhava pro lado e comia. Quando o camarão era grandão, mandava 4 ou 5, às vezes o cara comia 3, sobrava 2 ou 1. Você já ia olhando pro lado. Tinha os quindins que a gente colocava no bolso e ia comer no banheiro. Era cada coisa, com fome, né? Lá mesmo, a comida era tão ruim, tão ruim que a gente era capaz de comer uma bolacha, né? Eu ia no Pão de Açúcar que era na esquina e comprava um litro de leite pasteurizado, cansei de comprar, eu só cortava no canto e sentava na calçada, os colegas davam risada, rolavam de rir. Acredita? Porque a comida dos funcionários era horrível. Era melhorzinha às vezes a janta, porque eles juntavam aquilo que sobrava do almoço pra fazer pros garçons. Muitas vezes aquilo que sobrava da Paelha do almoço, juntava tudo e esquentava numa panela grande e botava pros funcionários. A comida decente lá era essa. Que eram as sobras, né? (José, 2024)

¹¹ Disponível em: <https://www.extraclasses.org.br/justica/2024/01/churrascaria-de-sao-paulo-e-investigada-por-trabalho-escravo/>. Acesso em 05 de jan. de 2025.

José relatou a frustração marcada pelo abismo social de estar servindo junto ao desejo de poder consumir aquilo que era vendido por ele. Nesse sentido, as estratégias adotadas eram comer as sobras das comidas que os clientes devolviam. Mas além da fome e dos constrangimentos, Antônio relatou as falas dos patrões, que em sua grande maioria, eram estrangeiros ou descendentes de europeus no Brasil, sendo repletas de humilhações e xenofobia.

É engraçado que quando o patrão pega cara, um nordestino, ele gosta, entendeu? Meu ex-patrão dizia que é um pessoal que encara mesmo, abraça a causa e faz acontecer. Já sabe como é o esquema. Pessoal de São Paulo quer o final de semana folgar, não dá um trabalho legal, dá muito cano, aí eles preferem a gente. Mas a gente era discriminado, sabe? Os garçons não eram chamados pelo nome, eles botavam... Os próprios patrões e os clientes botavam os apelidos. Chamava de Piauí, de cearense, de aí... Aí até nós se chamava entre a gente mesmo, entendeu? Não chamava pelo nome. Nossa, meu terceiro patrão, eu tinha um pavor dele, eu tinha o maior medo. Ele apavorava a gente. Ele era muito ignorante, sabe? Tipo, ele plantava o terror nos funcionários. Eu era um que morria de medo dele (Antônio, 2024)

Já o relato de Antônio, na verdade, revela que a escolha dos patrões pelos trabalhadores da região Nordeste era uma preferência disfarçada de exploração. E é nesse contexto, na busca de uma vida melhor, entre o *glamour* dos pratos refinados da elite paulistana, que as vivências dos migrantes que os servem, nos mostram que dentro dos restaurantes e do lado de fora, na metrópole, a necessidade de delimitação de espaços é evidente, ao colocar os garçons estigmatizados como *outsiders*, seja pela função que exercem ou pelo seu lugar de origem.

4. Considerações Finais

Atraídos pela celeridade e as chances de melhoria de vida na metrópole, os deslocamentos resultaram na transformação de migrantes rurais, em sua maioria da região Nordeste do país, em trabalhadores industriais na cidade, o que também está associado a formação histórica de desigualdade regional, sendo intencional e primordial para novas condições de exploração dos trabalhadores e o acúmulo de capital de grandes empresas na região Sudeste.

Entretanto, a migração e o trabalho como garçons em restaurantes de São Paulo se tornam um fenômeno social complexo, para além da dimensão econômica

retratada pela historiografia tradicional. Ao analisarmos como as redes de migração funcionam nos deslocamentos, mostrou-se que os pedro-segundenses são agentes orientados pela solidariedade e cooperação, munidos pelo sentimento de pertencimento ao mesmo lugar de origem, dentro da experiência migratória. Além disso, ser garçom vai além da necessidade prática da melhoria de vida pelo viés econômico, mas constitui o imaginário, a identidade e as subjetividades dos migrantes de Pedro II e suas famílias.

O cotidiano acontece em meio ao lugar de segregação social e exploração da metrópole, que não garante uma São Paulo idealizada, junto das peculiaridades do trabalho nos restaurantes, com condições decorrentes e impostas pelo modo de produção capitalista, nos moldes da escravidão contemporânea.

Contudo, este artigo se dedicou a demonstrar, que os trabalhadores migrantes não estão totalmente submetidos ao contexto econômico imposto, mas são agentes que articulam suas práticas sociais, estratégias e os desafios, os quais são superados ao passo que o desejo de retorno para a terra natal se concretiza. Vale ressaltar que nos relatos, ficou evidente o quanto os migrantes questionavam a condição imposta e reconheciam o trabalho precário que serviam à elite paulistana.

REFERÊNCIAS

ENTREVISTAS

ARAÚJO, José Lima. Entrevista concedida em setembro de 2024. Domingos Mourão, Piauí.

BARBOSA, Antônio. Entrevista concedida em outubro de 2024. Pedro II, Piauí.

SILVA, Francisco das Chagas. Entrevista concedida em outubro de 2024. Pedro II, Piauí.

BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar:** textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembrança de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano, I: as artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade**. São Paulo: Perspectiva S.A., 1978.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, Jhon L. **Os estabelecidos e os *outsiders***: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende; SUDANO, Suliane; GALVÃO, Edna. Os chineses no Rio: a escravidão urbana. **Brasiliana, Journal for Brazilian Studies**, v. 02, n. 02, nov., 2013.

FONTES, Paulo. **Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista, 1945/1966**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 1980: Características da população e dos domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 1983.

LINDEN, Marcel. v. d. L. As greves não estão diminuindo, provavelmente estão se tornando mais importantes (entrevista). **Outubro**, São Paulo, n. 20, p. 111-121, 2012.

MARTINE, George Roger. **A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80**. Brasília: IPEA, 1994.

MENEZES, Maria Aparecida de. **Redes e Enredos nas trilhas dos migrantes: um estudo de famílias de camponeses migrantes**. Rio de Janeiro: Relume Dumará; João Pessoa, PB: EDUEPB, 2002.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. Trad. Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

ROSSO, Kelem G. **Trabalhando no Madero: da condição juvenil de seus trabalhadores à trajetória de acumulação de riquezas de uma família**. São Paulo: Ed. Fino Traço, 2024.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria L. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. São Paulo: Record, 2001.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: Edusp, 1998.

SCHNEIDER, Luiz Carlos. Lugar e não-lugar: espaços da complexidade. **Ágora**, v. 17, n. 1, p. 65, 30 set., 2015.

SCOTT, James C. **A dominação e a arte da resistência:** discursos ocultos. Lisboa: Letra Livre, 2013.

THOMPSON, Edward. P. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ASPECTOS DO PROCESSO MIGRATÓRIO NA REGIÃO CACAUEIRA: uma análise dos sujeitos do cacau sul-baiano (1890-2000)

Emilly Mendes Barbosa¹
Filipe França Neves de Oliveira²
Jaciane Aparecida Jesus da Cruz³

Artigo recebido em: 19/01/2025.

Artigo aceito em: 13/07/2025.

RESUMO:

O presente artigo aborda aspectos do processo migratório na Região Cacaueira da Bahia, analisando os agentes da cadeia produtiva do cacau. São estes os migrantes externos, que compõem o grupo de comercializadores de cacau, e os internos que formam a classe trabalhadora, tanto rural quanto urbana. O recorte vai do momento em que a monocultura ganha relevância no cenário estadual, nacional e internacional, atraindo migrantes externos (1890), até o momento em que são sentidas as consequências da crise da vassoura-de-bruxa. Para isso, são utilizados dados demográficos, mapas, legislação trabalhista (em que se usa análise de conteúdo) e fotografias. Com esse estudo foi possível aferir que a região cacaueira baiana teve suas dinâmicas migratórias atreladas à realidade socioeconômica de cada momento específico.

PALAVRAS-CHAVE: Migrações Internas e Externas; Região Cacaueira da Bahia; Cadeia Produtiva do Cacau.

Aspects of the migration process in the cocoa region: an analysis of the cocoa subjects of southern Bahia (1890-2000)

¹ Graduanda do curso de História da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Pesquisadora de História do Trabalho Rural na Região Cacaueira da Bahia. Faz parte do Grupo de Estudos em História Econômica e do Pensamento Econômico (GEHEPE-UESC). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7668525878432496>. E-mail: emillybarbosa0511@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-3875-0310>.

² Graduando do curso de História da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). É pesquisador de História de Empresas e Estudos sobre a Região Cacaueira da Bahia. Faz parte do Grupo de Estudos em História Econômica e do Pensamento Econômico (GEHEPE-UESC). E-mail: ffndeio@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6286-9531>.

³ Doutoranda em Economia Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Políticas Públicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Atlântico e da Diáspora Africana da Universidade Estadual de Santa Cruz (PPGH-UESC). É pesquisadora de História Econômica da Região Cacaueira da Bahia. Faz parte do Grupo de Estudos em História Econômica e do Pensamento Econômico (GEHEPE-UESC). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3959884396812649>. E-mail: jacyjcruz@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9448-2321>.

ABSTRACT:

This article addresses the migration process in the Cocoa Region of Bahia, analyzing the agents in the cocoa production chain. These are the external migrants, who make up the group of cocoa traders, and the internal migrants who make up the working class, both rural and urban. The analysis goes from the moment when monoculture gained relevance in the state, national and international scenario, attracting external migrants (1890), until the moment when the consequences of the witches' broom crisis were felt. For this purpose, demographic data, maps, labor legislation (in which content analysis is used) and photographs were used. With this study, it was possible to determine that the Bahia cocoa region had its migration dynamics linked to the socioeconomic reality of each specific moment.

KEYWORDS: Internal and External Migrations; Cocoa Region of Bahia; Cocoa Production Chain.

1. Introdução

Migrações são deslocamentos de pessoas, de forma interna, dentro de um mesmo país, ou externa, entre países, geralmente por motivos de trabalho. Segundo Nolasco (2016, p. 26) essa definição simples não dá conta da complexidade desse fenômeno. O crescimento no número de migrantes, as dinâmicas envolvidas, os motivos que os impulsionam, as histórias de vida que carregam, as rotas que percorrem e as influências globais que moldam esses movimentos tornam as migrações um processo heterogêneo. Elas estão em constante transformação, ajustando-se às mudanças do mundo em que ocorrem.

O presente artigo parte da ideia de Singer (2002), também se apoiando em Nolasco (2016), de analisar as migrações como um movimento ligado à dinâmica do mercado de trabalho, nesse caso, à cadeia produtiva do cacau, produto de maior destaque na Bahia no século XX. O sul baiano, até o final do século XVIII, teve uma produção voltada para a policultura, sendo grande produtora de alimentos diversos, farinha, milho, feijão, cacau, entre outros. Todavia, quando o foco regional passa a ser a monocultura do cacau, este território passa por um processo de desenvolvimento regional.

Tendo isso em vista, este artigo visa analisar como se deu o processo migratório na região cacaueira da Bahia, entre o final do século XIX, mais

especificamente 1890, momento que a literatura (Ribeiro, 2001; Freitas, 2023; Rocha, 2008) aponta que o cacau começa a se destacar promissoramente, até os anos 2000, após as consequências da crise da vassoura-de-bruxa que se inicia em 1989. O intuito é observar os processos de chegada e partida desses migrantes dentro da cadeia produtiva do cacau, do momento em que a monocultura ganha destaque até a sua derradeira crise. Os sujeitos analisados vão dos comercializadores, de origem europeia, aos trabalhadores rurais e urbanos, advindos de outros estados do Brasil, especialmente sergipanos.

Para isso, as fontes utilizadas são dados demográficos, cartografia, legislação e fotografia, analisadas com os métodos de Moura Filho (2008), Cintra (2010; 2015), Pádua (2002) e Panofsky (2008), respectivamente. Os dados censitários são de 1920, 1940, 1980, 1990 e 2000, e com eles é possível acompanhar os processos migratórios na região, além dos postos de trabalho ocupados. Moura Filho (2008) aponta que para o historiador, um dado isolado não tem muita valia para a análise histórica, dados e informações quantitativas devem estar a serviço de um objeto ou foco analítico e devem ser postos em perspectiva em uma escala temporal e/ou espacial abrangente, para que assim possa ser feito a sua análise.

Já para a análise de fotografias é utilizado o método de Joly (1996), para análise iconográfica, que consiste em considerar 5 aspectos principais na análise da figura, sendo eles: o contexto histórico e social em que a imagem foi produzida; a semiótica da imagem para compreensão dos signos e códigos nas representações; desconstrução da imagem, objetivando identificar a visão de mundo e quem está por trás da construção imagética; a análise multidisciplinar para enriquecer a análise; a observação das relações de poder que podem ser expressadas ou reforçadas na imagem, pensando em quem é enfocado, como e quais interesses por trás do foco.

Pádua (2002) compara análise de conteúdo e análise de discurso, destacando suas diferenças: a primeira foca na linguagem como suporte do pensamento, usando técnicas de codificação e interpretação de dados; a segunda considera a linguagem como processo histórico-social e ideológico, analisando as condições de produção do

discurso para captar relações de poder e identidades. Ambas utilizam o método da autoria para entender o discurso, com enfoques distintos: a análise de conteúdo avalia estilos e estruturas dos textos, enquanto a análise de discurso investiga contextos históricos e ideológicos dos autores.

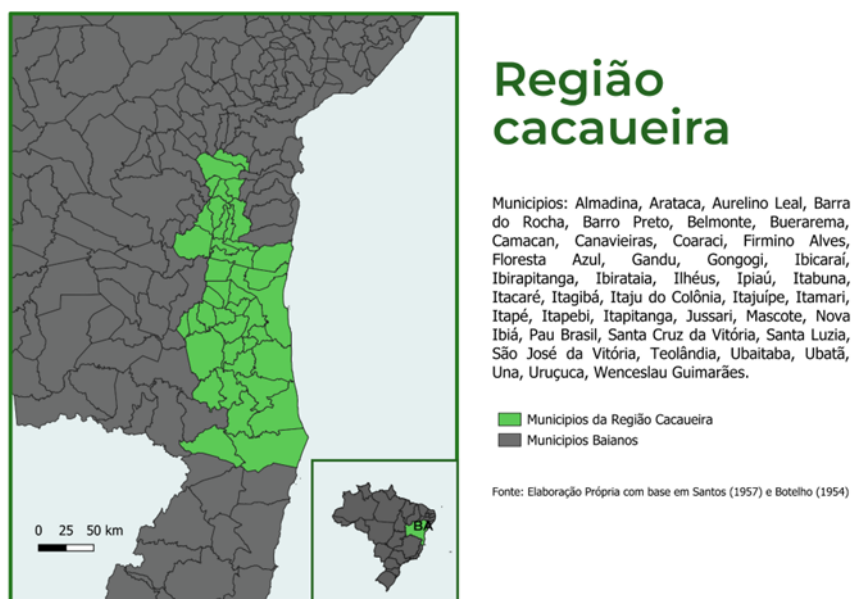
A cartografia permite demonstrar os limites territoriais da região cacaueira, assim como fotografias permitem analisar a simbologia do cacau para a sociedade. Com a legislação trabalhista é possível observar as dinâmicas entre as relações de trabalho, evidenciando a prática da mesma, seja em momentos de efetividade dela ou em que é burlada. Para melhor compreensão da divisão territorial foi utilizado a cartografia que, conforme Bonfim (2012), é uma ciência que utiliza de formas de representação e de diferentes estruturas de informação para diferentes finalidades, sendo um instrumento de pesquisa assim como da ensino/aprendizagem. Assim houve a elaboração de um mapa, que é exposto a seguir, para representar o que a região cacaueira englobava espacialmente.

2. Os primeiros a chegar e o *boom* do cacau

Antes de melhor descrever o processo migratório advindo da cadeia produtiva do cacau, se faz necessária a compreensão do espaço geográfico ao qual o presente artigo trata: a Região Cacaueira.

Milton Santos (1957), criou o conceito de Zona Cacaueira, que delimita geograficamente o espaço de produção do cacau. Com o tempo, a complexidade das relações sociais, políticas e econômicas associadas à monocultura superou a simples delimitação geográfica, consolidando o conceito de Região Cacaueira.

Figura 1: Divisão territorial da Região Cacaueira



Fonte: Elaboração Própria com base em Santos (1957) e Botelho (1954)

Conforme exposto pelo mapa acima, a região cacaueira da Bahia está localizada no sul baiano, sendo a microrregião composta por 41 municípios, porém tendo maior concentração política, administrativa e populacional nos municípios de Itabuna e Ilhéus. A região apresenta uma uniformidade relativa em relação à distribuição de chuvas anuais, algo que propiciou o desenvolvimento de matas fechadas e densas, assim como da cacaucultura (Santos, 1957; Asmar e Andrade, 1977).

Singer (2002), pensando as migrações enquanto consequências demográficas de alguma mudança específica, analisa de forma historicamente condicionada ao resultado de um processo de mudança, do qual não devem ser separadas. Essa aglomeração espacial das atividades pode ser direcionada por meio dos mecanismos de mercado que, no capitalismo, orientam os fluxos de investimentos e de oportunidades de trabalho.

As transformações sociais, econômicas e espaciais que moldaram o território⁴ brasileiro, enfatizando a intensificação do turbilhão demográfico, a terceirização da economia e a crescente urbanização dos trabalhadores agrícolas (Santos, 1993, p. 10-11). Assim aconteceu na região cacauera da Bahia. O espaço abrigou por cerca de um século um fluxo intenso de migrações internas e externas. A ascensão da lavoura cacauera promoveu um expressivo processo migratório que transformou o perfil demográfico e social da região.

A introdução comercial do cacau atraiu trabalhadores nordestinos que fugiam das secas recorrentes em suas regiões de origem. Esses pequenos agricultores desempenharam um papel essencial na ocupação e desbravamento de novas áreas, estabelecendo povoados e contribuindo para a expansão da fronteira agrícola (Ribeiro, 2001; Freitas, 2023). Um exemplo significativo foi a formação de povoados ao longo do Rio Almada (atual Ilhéus) e em áreas vizinhas, que gradativamente se tornaram importantes núcleos de produção e escoamento do cacau. Esses migrantes eram frequentemente inseridos em relações clientelistas, nas quais se vinculavam por meio de arrendamentos de terras ou relações de compadrio (Ribeiro, 2001).

O fluxo migratório externo, especialmente de origem europeia, também foi relevante. Desde o período colonial, famílias de colonos alemães, franceses e suíços se estabeleceram em torno de povoados como Castelo Novo (atual Ilhéus), contribuindo com técnicas de cultivo e com a estruturação de uma economia voltada à exportação (Ribeiro, 2001). Esses imigrantes adquiriram grandes extensões de terras e estabeleceram relações matrimoniais com os locais, reforçando redes de poder e influência. Além de produtores, comercializadores e exportadores de cacau, esse grupo também se voltava para o setor de serviços cada vez mais crescente por conta da demanda advinda com o aumento populacional (Ribeiro, 2001; Freitas, 2023).

Entre os anos de 1808 e 1822, a zona em torno do atual povoado de Castelo Novo foi colonizada por suíços, alemães e franceses, plantadores de cana-de-açúcar, café e cacau. [...] Os descendentes desses colonos,

⁴ Território é a extensão relativa a uma área ou um país da base geográfica do Estado, sobre o qual ele exerce sua soberania, e as pessoas exercem suas atitudes de produção e consumo (Spósito, 1994, p. 90).

aliados às famílias de capitalistas nacionais, desenvolveram o plantio intensivo do cacau na zona do Almada, em meados do século XIX. A abertura das e sua substituição pelas roças de cacau era levada a termo, principalmente, pelos Homem d'El-Rei, Lavigne, Hohlenwerger, Adami e Sá Bittencourt Câmara, que estabeleceram entre si relações de parentesco e compadrio (Ribeiro, 2001, p. 25-26)

Esses sobrenomes acompanharam e acompanham a história da região cacaueira, como produtores, comercializadores e coronéis do cacau. Outras famílias de migrantes chegaram no início do século XX. Nesse período os Wildberger, Kaufmann e Stevenson chegam da Europa, enquanto os Maron e Calmon chegam do Oriente Médio. Inicialmente, eles vão trabalhar em alguns cargos administrativos, a fim de fazer algumas conexões com os locais, e logo em seguida adentram o mercado das comercializações de cacau. Com capital suficiente, compram fazendas e montam companhias e grupos empresariais, – e até mesmo fábrica de chocolate, a exemplo do Kaufmann que teve uma fábrica em Ilhéus em 1926 e outra em Itabuna em 1957 (Freitas, 2023).

As alianças formadas entre os nativos e os novos comerciantes, não só por acordos comerciais, mas também por casamentos, promoveu o processo de formação da burguesia cacaueira, como fruto de “uma longa elaboração ocorrida entre o último decênio do século XIX e os anos trinta do seguinte” (Freitas, 2023, p. 228).

O processo migratório associado à economia cacaueira também marcou disputas entre grandes proprietários e pela intensa divisão social e trabalhista. Além disso, a monocultura do cacau transformou não apenas o uso da terra, mas também as relações sociais e políticas, contribuindo para a formação do coronelismo como modelo de poder na região. A necessidade de mão de obra para a expansão das plantações atraiu fluxos migratórios que, por sua vez, reforçaram o poder da classe dominante local e transformaram a região em um polo econômico singular no Brasil. As alianças políticas e familiares estabelecidas nesse período continuam a ser fundamentais para compreender as dinâmicas sociais e econômicas do sul da Bahia.

Durante o período entre uma safra e outra, os fazendeiros dispensavam alguns dos seus funcionários, que seriam primordiais no período da colheita. Neste

momento, a dinâmica populacional das fazendas da região variava conforme as necessidades de plantio e colheita. É nesse momento que também chegam às terras cacaueiras os trabalhadores, principalmente os que fugiam da seca da região norte da Bahia e do sertão do São Francisco (Freitas, 2023). O fruto do cacau tinha suas safras e o ciclo do cacau era responsável pela movimentação de trabalhadores, tendo em si momentos de abundância e de dispersão.

Um ponto de destaque para a compreensão da volatilidade destes trabalhadores são as técnicas de plantio e manejo de cacau que eram utilizadas neste período. O cultivo deste fruto, quando posto em perspectiva a outros — a exemplo, o café — não exigia um alto custo de mão de obra para manutenção dos cacaueiros, não se eram utilizadas técnicas avançadas para sua plantação além da poda dos seus pés.

A cultura cacaueira apresenta diversos tipos de trabalhadores bem caracterizados e que atuam em áreas específicas, entre eles barcaceiros, tropeiros, cortadores e administradores. Essas categorias de trabalhadores fazem parte de uma estrutura social responsável diretamente pela produção, dessa forma desenvolveram uma forte relação com os meios de trabalho e a natureza, resultando no recebimento do salário, garantindo assim sua subsistência, e conseqüentemente a condição de sua própria reprodução como trabalhador. Dessa forma, é possível afirmar que a cultura do cacau foi produto do trabalho assalariado (Diniz; Duarte, 1983, p. 118).

Com o *boom* do cacau em 1915, momento em que os valores de produção, arrecadação e lucros crescem de forma exponencial, a demanda da cadeia produtiva ultrapassa a necessidade de mão-de-obra rural, chegando até o espaço urbano. Isso cria uma nova onda migratória de pessoas para ocuparem os postos de trabalho que os serviços urbanos, principalmente na zona portuária, comércio, transportes, comunicações, e até mesmo a pequena indústria vai surgir (Freitas, 2023).

Com o aumento da produção e da área de cultivo, foi necessário o aumento na quantidade de trabalhadores envolvidos na cultura do cacau. Santos (2019, p. 257), ao analisar a composição demográfica de Ilhéus em termos de sexo e estatuto legal,

conforme os dados do censo de 1872, percebe que aproximadamente 17% da população estava em situação de escravidão, totalizando 1050 pessoas. Dentre esse grupo, 718 foram categorizadas como lavradores, 117 como trabalhadores domésticos, e 185 não tinham uma profissão definida. Quanto às profissões manuais ou mecânicas, a presença de escravizados era mínima, somando um total de 31 pessoas, sendo que nos cinco operários que se dedicavam a edificações, um era um homem escravizado.

No caso dos trabalhadores livres, Santos (2019, p. 258), afirma que a maioria estava no campo, com 2.613 pessoas declaradas como lavradores. Em segundo lugar, havia 1.241 pessoas sem profissão declarada. Em relação às ocupações diretamente ligadas ao comércio, treze homens se dedicavam à primeira atividade e 39 à segunda. Em sua pesquisa, o autor conclui que por volta dos anos de 1870, 58% dos habitantes de Ilhéus eram trabalhadores rurais; 23% da população não possuía profissão declarada, e apenas 0,9% estava envolvida em alguma atividade imediatamente ligada ao mar. Entre 1872 e 1920, em menos de 50 anos, a população da cidade aumentou onze vezes, passando de 5.862 habitantes para 63.012 habitantes.

Ilhéus foi o principal centro urbano de aglutinação desses trabalhadores, por ter uma infraestrutura e serviços urbanos em desenvolvimento cada vez mais crescente.

Tabela 1: Ocupações de acordo com o Recenseamento, Ilhéus, 1920

	Agricultura	Comércio	Edificações	Serviço doméstico	Marítimos e Marinheiros	Pescadores
Totais	14.690	948	880	548	486	52
Homens	13.508	924	880	145	486	52

- 21 anos	2.393	115	122	55	67	6
+ 21 anos	11.116	809	758	90	419	46
Mulheres	1.182	25	-	403	-	-
- 21 anos	249	2	-	125	-	-
+ 21 anos	933	23	-	278	-	-

Fonte: BRASIL. Recenseamento do Brasil: realizado em 1 de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1928. v. 5, Tomo 1, p. 298-299.

Com a tabela acima, é possível observar que, além da agricultura, há um número expressivo de pessoas envolvidas em ocupações relacionadas ao comércio, construção de edificações e à atividade marítima e portuária. A complexidade das funções, como as de estivadores e carregadores, dificulta a contagem e identificação desses indivíduos com base nos dados dos censos demográficos, uma vez que eram trabalhadores avulsos.

Vale ressaltar que, com a consolidação do porto, a partir de 1926, o cacau passou a ser exportado diretamente ao estrangeiro e não precisava mais passar por Salvador. Pontes (2018) aborda que esse acontecimento impactou a urbanização da cidade. Ela destaca que a construção do porto foi um marco significativo para a urbanização de Ilhéus, servindo como ponto central a partir do qual a cidade se expandiu, além, claro, de aumentar a quantidade de postos de trabalho, atraindo ainda mais a migração de trabalhadores.

Itabuna, que se emancipou de Ilhéus em 1910, também recebeu uma leva de migrantes, internamente foram os sergipanos, e externamente os sírio-libaneses. Essas pessoas começam a chegar após uma chamada, do então prefeito Firmino Alves, que

em 1906 inicia um processo de atrair pessoas formadas para a região, principalmente para Itabuna (Fogueira; Gonçalves, 2016). A finalidade era construir uma classe dominante itabunense que fosse letrada e capaz de administrar a cidade, gerindo o crescente comércio e a estrutura urbana, já que a população até então era majoritariamente composta por trabalhadores rurais e tropeiros. Isso porque Itabuna era vista como uma cidade de passagem de viajantes que iam de Ilhéus a Vitória da Conquista.

Com a chegada desses letrados, que vieram, não só pela chamada de Firmino Alves, mas principalmente por conta dos atrativos do cacau, é que a cidade começou a desenvolver seu comércio. Esse processo vai culminar na criação da identidade de Itabuna como uma cidade comercializadora de cacau.

3. Sujeitos e ideias em deslocamento: o fruto do ouro e o Eldorado baiano

Em 1910, o Brasil liderou a produção de cacau mundial, passando pelas próximas três décadas por um momento expansivo em sua produção e comercialização. Este *boom* do cacau fez com que a região recebesse um grande fluxo de migrações populacionais, em especial, de pessoas advindas dos sertões baianos e sergipanos (Freitas, 2023; Rocha, 2008)⁵.

As secas e a falta de condições para que se reproduzissem enquanto produtores de bens agrícolas em sua região de origem forçaram a partida de um grande número para diferentes lugares. No sul da Bahia, chegaram como pioneiros, exploradores de uma fronteira aberta pela implantação da cultura do cacau. Nesse momento e em outros, buscavam alternativas para as secas prolongadas e condições para melhor sobreviverem, encorajados pela esperança de que viessem a se confirmar as notícias que falavam da existência de um “paraíso” (Freitas, 2023, p. 348).

Pensar de onde vinham as pessoas que aqui se estabeleceram ajuda a compreender todo o cenário e ideário migratório da região cacaueira neste período,

⁵ Freitas (2023) assemelha a paisagem humana da região cacaueira com a do sertão do São Francisco, pois no território do cacau vieram bastantes sertanejos em busca de um paraíso que era noticiado para eles.

pois a ideia de que esta terra e o fruto do cacau simbolizavam esperança e uma possível prosperidade. O cacau moldava esse território, influenciando diretamente na vida de quem aqui morava. Foi através de sua cadeia produtiva que a região se urbaniza, se abrem rodovias, portos, linhas de trem e todo um modo de vida.

Figura 2: Bandeira de Camacã, na Bahia (1961)



Fonte: IBGE

A imagem apresenta a bandeira da cidade de Camacã, emancipada em 1961, município cuja emancipação e desenvolvimento foram predominantemente impulsionados pela cultura do cacau. A cidade já foi considerada uma das maiores produtoras de cacau do mundo, colocando a cacaucultura no centro da força econômica local (Rocha, 2008).

Os frutos de cacau representados em símbolos oficiais e emblemas podem ser vistos como demonstrações da relação da relevância econômica na construção da identidade cultural da região cacaueira da Bahia. Na imagem acima, os frutos do cacau em local de destaque, expressam o papel fundamental da cacaucultura no desenvolvimento da região, influenciando sua história e estrutura socioeconômica. É possível observar a presença marcante do cacau nos símbolos oficiais especialmente nas cidades emancipadas após as décadas de 1950 e 1960, como é o exemplo de Ibicaraí, emancipada no ano de 1952.

Figura 3: Bandeira de Ibicaraí, na Bahia (1952)



Fonte: IBGE

Mais do que uma simples homenagem, a imagem do cacau no centro, em destaque, e com uma coroa acima expressa a importância dessa cultura na formação política, econômica e social da região. Ela simboliza tanto a riqueza gerada pela lavoura cacaueira quanto às transformações urbanas e sociopolíticas impulsionadas por essa produção.

Nos exemplos de bandeiras acima, observa-se a figura do cacau sempre no centro. Conforme Rocha (2008)

O cacau tornou-se um símbolo internalizado por toda uma região, imortalizou-se como personagem digno de lutas sem tréguas por sua causa, pois significa trabalho, dinheiro, riqueza, progresso e vida. Diversamente de outras culturas, é responsável não só por uma atividade econômica, mas por toda uma forma de vida a que se cognominou civilização do cacau (Rocha, 2008, p. 198)

O cacau é a identidade da região e diversas famílias por gerações tiveram seu sustento pelas relações econômicas atreladas ao fruto, além de ser tema de diversos autores da literatura regional como Jorge Amado, Adonias Filho, Cyro de Mattos, Valdelice Pinheiro, Euclides Neto, entre tantos outros.

O aumento da produção acabou por atrair ainda mais pessoas para trabalhar nas áreas de cultivo e nos centros urbanos. Além disso, foi necessário o desenvolvimento da infraestrutura urbana e portuária para receber e escoar a produção cada vez mais crescente, além do contingente humano que só aumentava. Por isso, foi construída uma estrada de ferro, a Ilhéus-Conquista, que mesmo nunca

chegando a seu destino final conseguiu resolver parte da problemática do setor dos transportes. O porto de Ilhéus, responsável pelo escoamento tanto para Salvador quanto diretamente para o exterior (Pontes, 2018).

Tabela 2: Dados sobre a quantidade de trabalhadores, por setor, Ilhéus, 1940

Profissão	Quantidade de trabalhadores
Agricultura/Pecuária	28.191
Indústria (extrativas/transformação)	3.875
Comércio	2.665
Transporte/Comunicação	1.633
Serviços	4.044

Fonte: Recenseamento de 1940

Esses números indicam que a agricultura e a pecuária foram os setores mais importantes em termos de emprego em Ilhéus naquela época. A indústria, embora menos significativa em termos de número de trabalhadores, também desempenhava um papel importante, principalmente nas atividades extrativas e de transformação. Destaca-se que os números atrelados a agricultura e pecuária tem uma discrepância para com as outras devido ao fato do desenvolvimento da monocultura do cacau.

O comércio e os serviços, embora menores em comparação à agricultura, ainda eram setores significativos, mostrando a diversidade econômica da região. O setor de transporte e comunicação, essencial para o escoamento da produção agrícola e para a conectividade da região, também empregava um número considerável de trabalhadores.

As rodovias são outro elemento essencial no transporte do cacau. Santos (1957) analisa as principais rodovias que conectam as áreas de cultivo aos centros

Revista Espacialidades [online]. 2025.1, v. 21, n. 1, ISSN 1984-817X [121]

urbanos e aos portos. O texto destaca a importância dessas vias para o escoamento eficiente da produção, abordando questões como a qualidade das estradas, a extensão da malha rodoviária e o impacto das rodovias no desenvolvimento regional. A análise inclui como as condições das rodovias podem influenciar o custo e a rapidez do transporte, afetando diretamente a rentabilidade dos produtores.

Pensar o melhoramento rodoviário, auxilia na compreensão do movimento migratório interno entre municípios e entre fazendas. A infraestrutura rodoviária fortalece o trabalhador rural de empreitada ou de diária, no sentido que circular entre fazendas e cidades já não é algo de difícil acesso, principalmente com o surgimento das linhas viárias regionais. Assim sendo, um trabalhador poderia exercer seu trabalho em mais de uma fazenda.

As décadas de 1930 e 1940 também marcaram o absenteísmo da burguesia cacaueira. Freitas (2023) e Santos (1957) descrevem isso como um momento de êxodo da classe dominante para Salvador, Rio de Janeiro e Europa. Visto que, mesmo com o crescimento urbano, as necessidades burguesas não eram completamente atendidas, algo que somente os grandes centros urbanos poderiam fornecer naquele momento.

Esse processo abre margem para novos postos de trabalho dentro da cadeia produtiva do cacau. É nesse momento que entra em vigor a figura do administrador das fazendas. Já que o dono não estava morando na cidade, ele deixava um administrador para as terras e produção, um agente comercial e um advogado para cuidar de seus negócios, ficando o burguês à espera de receber os seus lucros mensais (Freitas, 1979).

Os donos de pequenas fazendas, das roças ou buraras, porém, têm que permanecer à frente de suas terras. Pode dar-se o caso de um ou outro ganhar amor ao seu palmo de terra. Mas o que o obriga a permanecer ali são as suas pequenas rendas, incompatíveis com o pagamento de salários a um administrador, a necessidade de elevar ao máximo a produção e até mesmo a precisão de interessar toda a família na exploração agrícola (Santos, 1957, p. 106)

Mesmo com esse processo absenteísta, alguns dos fazendeiros permanecem na região, além dos donos de pequenas fazendas. Como é o caso dos irmãos Maron,

descritos por Milton Santos (1957), donos da fazenda Mundo Redondo. Nessa obra, Santos faz um levantamento sobre a questão dos trabalhadores, refletindo os processos das décadas de 1940 e 1950.

Sendo por profissão um agricultor, o fazendeiro de cacau o que é, sobretudo é comerciante. Sempre atento às oscilações do mercado e ao jogo da bolsa, de ouvido diariamente pregado ao rádio para conhecer a cotação internacional, reage em sua vida de relações como verdadeiro comerciante. Não tem, via de regra, o amor à terra que caracteriza o camponês. Cuida de sua plantação porque sabe que dela é que hão de vir os grãos de ouro que lhe fazem a fortuna (Santos, 1957, p. 106)

Mesmo estando nas suas terras, como apontado por Milton Santos, o fazendeiro tem comportamento de comerciante, passando a ser visto como um capitalista. Sendo seus trabalhadores os que tomam a maior parte das decisões relacionadas ao plantio e cuidado com a terra.

Atraído por mais altos salários que os pagos nas regiões circunvizinhas e até mesmo pela perspectiva de tornar-se, depois, um pequeno agricultor, a verdade, porém, é que a maioria não se fixa, voltando aos seus pagos ou se encaminhando para outras terras. Não há, por isso mesmo, especialização de funções. O mesmo empregado tanto pode colher os frutos, como parti-los, levá-los ao cocho de fermentação, vigiar a barcaça ou atear fogo à estufa. Não se pode pensar em tornar-se especializado um trabalhador que chega semanas antes da safra e se retira dias depois (Santos, 1957, p. 110)

Apesar de atraídos por salários mais altos e pela esperança de se tornarem pequenos agricultores, a maioria dos trabalhadores não se fixava, retornando às suas origens ou migrando para centros urbanos. Essa alta rotatividade impedia a especialização da mão de obra, pois sua permanência nas fazendas era limitada aos períodos de safra.

4. 1963 e a Legislação do trabalhador rural

Santos (1957) aponta a existência de pequenos povoamentos que se formaram com o intuito de evitar a perda de tempo com deslocamentos. Em plantações maiores, era possível perceber também estabelecimentos que atendiam às suas necessidades, como armazéns, escolas e hospitais. Além disso, havia trabalhadores fixos que permaneciam nas fazendas desde sua fundação. Os

trabalhadores sazonais já são citados nesse período, porém, com um volume menor para evitar a movimentação desses trabalhadores.

A população da zona do cacau tem uma característica migratória forte, devido aos ciclos do cacau, sendo necessária mão-de-obra mais intensa nas épocas de colheita. Além disso, Santos (1957) afirma que:

Os processos culturais hoje em voga na zona do cacau parecem ser responsáveis pela grande movimentação do braço humano, notando-se épocas de concentração e fases de dispersão. Não havendo trabalhos culturais intensos na época do paradeiro, isto é, na entre-safra, os cacaucultores, via de regra, dispensam parte dos seus empregados, necessários ou mesmo indispensáveis na ocasião da colheita (Santos, 1957)

Os trabalhadores fixos tinham melhores condições de moradia e uma segurança maior em relação ao seu emprego se comparados com os sazonais, porém ambos não desfrutavam dos direitos trabalhistas garantidos pela CLT de 1943, pois essa não cobria os trabalhadores rurais. Sendo assim, esses empregados não desfrutavam de direitos como o salário mínimo, férias, 13º ou licença maternidade. Como a CLT aponta em seu Art. 7º:

Os preceitos constantes da presente Consolidação salvo quando fôrem cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam: a) [...]; b) aos trabalhadores rurais, assim considerados aqueles que, exercendo funções diretamente ligadas à agricultura e à pecuária, não sejam empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações, se classifiquem como industriais ou comerciais; (Brasil, 1943)

O Estatuto do Trabalhador Rural surgiu no ano de 1963 após anos de luta dos movimentos rurais, já que a Lei de 1943 desconsiderava esse trabalhador. A Lei Nº 4214 de Março de 1963 dispõe de uma série de normativas com o intuito de regulamentar o trabalho no campo e trazer direitos que proporcionariam melhores condições de trabalho, como por exemplo o pagamento do salário mínimo, a determinação da jornada de trabalho de até oito horas por dia, o pagamento de horas extras, intervalo para descanso em jornadas de mais de seis horas, adicional noturno e licença maternidade.

De acordo com Piteri (1964), o trabalho por empreitada apresentava uma tendência de aumento significativo após a Legislação de 1963 por diversos motivos. Isso porque, para o empregador, significava a ausência de vínculo empregatício, o que reduzia os custos relacionados à remuneração e aos direitos trabalhistas, além da facilidade na fiscalização do trabalhador e do serviço feito. Já para o trabalhador, também era preferível, pelo fato de trabalhar por empreitada (quantidade de dias específicos até a conclusão do serviço), e de ser melhor remunerado, do que se atuasse de forma fixa. Ou seja, trabalhava uma quantidade menor de dias e recebia mais, deixando sua agenda livre para fazer quantas empreitadas quisesse por mês.

Como afirma Santos (1957), os trabalhadores sazonais ainda estão divididos em duas modalidades de remuneração: o diarista, recebendo por dia vencido de trabalho, e o empreiteiro, por tarefa realizada. Esses tipos de contratos intensificam a incerteza econômica e a vulnerabilidade que esse trabalhador está exposto, devido à variação da demanda de trabalho.

Após a legislação de 1963 essa característica migratória se intensificou devido a diminuição crescente do número de empregados fixos nas fazendas e o aumento da utilização do trabalho temporário – que mais facilmente fica descoberto dos benefícios do Estatuto do Trabalhador Rural – pois não tinham uma legislação própria que o amparasse. Como afirmam Diniz e Duarte (1983), como consequência, esses trabalhadores sazonais se tornaram ainda mais instáveis, pois, para evitar o pagamento da indenização caso tivessem que dispensá-los, o produtor mantinha-os apenas por cerca de oito meses.

É hoje grande o número de trabalhadores rurais residentes nos povoados e cidades, em verdadeiras favelas, de condições precárias; deslocam-se a pé ou em caminhões até as fazendas, passam o dia trabalhando com péssima alimentação e, à noite, retornam à sub-habitação. São por excelência os trabalhadores de mais baixo padrão, pois arcam com despesas de água, luz e alimentação típicas dos aglomerados onde residem, e que não existiam antes, quando a moradia era na fazenda (Diniz; Duarte, 1983)

Trevizan (1980) trata da queixa generalizada que os empregadores das fazendas de cacau tinham para com seus empregados. Eles se queixavam da alta rotatividade e

da qualidade que a mão de obra detinha. Essa rotatividade tinha sua acentuação em trabalhadores solteiros e que geralmente viviam sozinhos, pois para esse grupo de trabalhadores a mudança frequente de lugar não era um problema. Por isso, havia um maior interesse em contratar trabalhadores com famílias, objetivando dificultar a migração deste trabalhador.

Os aspectos de ordem econômica e a tentativa de melhores condições de vida eram o que pulsava o movimento migratório na década de 1960 e 70. Para Trevizan (1980), na crise de mão de obra rural, era necessário o cumprimento dos contratos de trabalho seguindo a legislação trabalhista vigente. Essa ênfase tanto na legislação quanto no ato de informar aos trabalhadores dos seus direitos e deveres dentro do regime de trabalho, incita a ideia de que a situação empregatícia neste período não seguia efetivamente a legislação trabalhista. Utilizando os trabalhadores de empreitada como meio de burlar a legislação de 1963.

5. O voo da bruxa: as migrações pós crise

Em 1989, o sul baiano é acometido por uma praga, uma doença que advém do fungo *Crinipellis perniciosa*, conhecida como vassoura de bruxa. Essa praga se instala nas fazendas da região e afeta drasticamente a cadeia comercial do cacau nas décadas seguintes, tendo seu apogeu na década de 1990.

A partir de 1991, a região inicia um processo de desruralização acentuado, principalmente quando se analisa a perda de população rural da microrregião com perspectiva com a do país neste período. Enquanto o Brasil tem uma perda de aproximadamente 11% da população rural, a microrregião apresenta um decréscimo aproximado de 33% de sua população rural, esta perspectiva nos dá indícios de uma anomalia que acometeu esta região.

Tabela 3: Dados demográficos da Microrregião Ilhéus-Itabuna (1980-2000)

Período	Brasil	Bahia	Microrregião Ilhéus - Itabuna

	Taxa de ruralização (%)	Taxa de ruralização (%)	Taxa de ruralização (%)
1980	32,41	49,96	46,62
1991	24,41	40,92	38,28
2000	18,75	32,89	26,55
2010	15,65	27,93	21,17

Fonte: Ipeadata. Censo Demográfico (IBGE, 1980, 1991, 2000, 2010)

A análise dos dados demográficos da Microrregião Ilhéus-Itabuna entre 1980 e 2010 revela um processo contínuo de urbanização, acompanhando uma tendência nacional e estadual. Em 1980, 46,62% da população da microrregião era rural, percentual que caiu para 38,28% em 1991, 26,55% em 2000 e 21,17% em 2010. Essa redução indica um deslocamento populacional das áreas rurais para os centros urbanos, impulsionado por fatores como o declínio da lavoura cacauífera e a busca por melhores condições de vida nas cidades.

A Bahia também apresentou uma queda na taxa de ruralização, passando de 49,96% em 1980 para 27,93% em 2010. Contudo, a Microrregião Ilhéus-Itabuna se urbanizou mais rapidamente do que o estado como um todo, refletindo o peso crescente das cidades de Ilhéus e Itabuna. No Brasil, a taxa de ruralização também caiu, de 32,41% em 1980 para 15,65% em 2010, evidenciando que a urbanização foi um fenômeno nacional, ainda que com intensidades diferentes em cada localidade.

O período entre 1991 e 2000 foi o de maior redução na população rural da microrregião, com uma queda de 11,73 pontos percentuais, possivelmente relacionada à crise da lavoura cacauífera devido à vassoura-de-bruxa e à desestruturação econômica das fazendas de cacau. Esse êxodo rural contribuiu para o crescimento desordenado

das cidades, gerando impactos sociais como o aumento de ocupações irregulares e a sobrecarga nos serviços urbanos.

No entanto, entre 2000 e 2010, a queda na taxa de ruralização foi menor, registrando uma redução de 5,38 pontos percentuais, o que sugere que o fluxo migratório do campo para a cidade perdeu intensidade. Esse fenômeno pode estar relacionado à diversificação econômica, investimentos no setor de serviços e alguma recuperação da economia cacaueira.

Cabe aqui um destaque que esse movimento de desruralização é um processo intensificado no Brasil e na América Latina como um todo a partir da década de 1960, a Região Cacaueira seguiu esse fluxo populacional, todavia a existência dessa crise no meio rural intensificou o êxodo rural do sul cacaueiro.

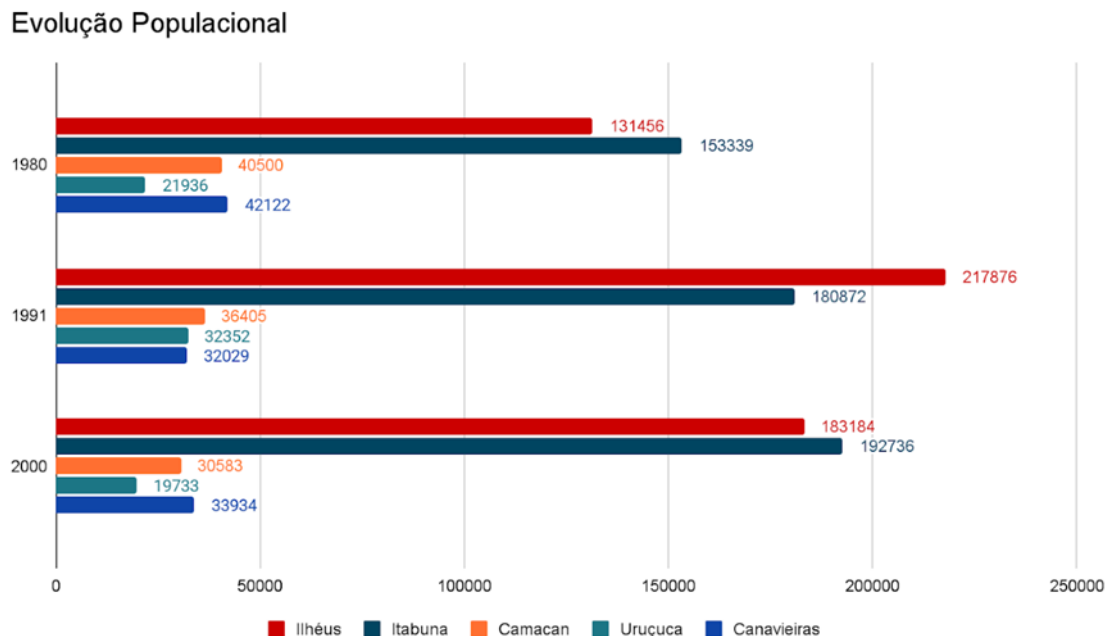
Quando analisamos a região de Catongo — zona rural do município de Itajuípe — houve um decréscimo da população de mais de 80% da região entre 1991 e 2010, conforme Santos, Sabione e Silva.

Nessa época, essas comunidades sofriam o grande impacto da queda na produção cacaueira, no entanto, continuavam na área rural na tentativa de superar os prejuízos causados pela praga da vassoura-de-bruxa. Com o passar dos anos, sem tecnologias adequadas e suficientes para potencializar a produção do cacau, iniciou-se a migração destas famílias para os centros urbanos, não só, na região do Catongo, como também, nas demais regiões rurais do município. Resultando na diminuição da quantidade de pessoas residentes no campo (Santos; Sabione; Silva, 2018, p. 220)

Catongo não foi uma exceção na região, várias comunidades rurais da região cacaueira se esvaíram de uma maneira substancial. Essa migração afeta as principais cidades da região - Ilhéus, Itabuna e Porto Seguro - que passam por ocupações em novos bairros e territórios, conforme Costa Júnior e Saturnino.

Em Ilhéus, além de outros pontos, cresceu de forma desordenada o bairro Teotônio Vilela, com a ocupação dos manguezais no seu entorno. Em Itabuna, ficou mais evidente a ocupação das margens do anel rodoviário construído para desviar o fluxo do tráfego pesado do centro da cidade com destino às BR-101 e BR-415 por casebres, dando origem a uma grande favela. Porto Seguro, uma das cidades que mais inchou após a crise da vassoura, viu nascer o bairro Baianão, quase todo ocupado por migrantes do cacau (Costa Júnior; Saturnino, 2006, p. 2)

Gráfico 1: Evolução populacional da Região Cacaueira (1980-2000)



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE - Censo Demográfico; Atlas Brasil 2013 - Censo 2010

O gráfico acima demonstra a evolução populacional dos 5 principais municípios da região cacaueira por década. Através dos dados, é possível separá-los em dois grupos de municípios: centro de comercialização (Ilhéus e Itabuna) e centro de produção (Uruçuca, Camacan e Canavieiras).

Os centros de comercialização evoluem de duas maneiras distintas. Ilhéus tem um *boom* populacional na década de 1990, tendo um crescimento de aproximadamente 65,71% em relação ao decênio anterior. Já em 2000 há um decréscimo de habitantes no município de aproximadamente 16% da população ilheense. Enquanto Itabuna tem um crescimento retardatário conforme as décadas. De 1980 a 1991, o crescimento é de aproximadamente 17,96% e de 1991 a 2000, de aproximadamente 6,56%. Todavia, no caso de Itabuna, não há um decréscimo populacional, apesar do retardo do seu crescimento.

Em ambos os casos, há a influência direta da queda da cadeia produtiva do cacau, que impacta nas suas respectivas populações. Entretanto, essas cidades não sentem impacto tão brusco em suas populações por se consolidarem como centro turístico (Ilhéus) e comercial (Itabuna). Itabuna se consolida como uma cidade atrelada a serviços e consumos, tendo como sua principal atividade econômica o comércio e é sede do Shopping Jequitibá, principal edificação comercial da região, que se torna ponto para fluxo de pessoas advindas do interior da região (Trindade, 2011).

Já os centros de produção, Camacan e Uruçuca, tem ambos um decréscimo populacional nas duas últimas décadas. Isso foi uma realidade para a maioria das cidades produtoras de cacau da região, pois a população dessas cidades tinha como atividade econômica principal o fruto do ouro. Assim, quando há a difusão da vassoura de bruxa, não era mais viável – economicamente – permanecer nestes municípios. Canavieiras, por sua vez, tem uma diminuição populacional entre 1980 e 1990, e de 1990 a 2000 há um crescimento pouco substancial para o município.

Assim, pensar a desruralização do interior cacaueiro não pode ser à parte do processo de urbanização dos municípios da região. É necessário, assim, refletir tanto sobre os fatores de expulsão rural como os de atração urbana. Conforme Singer (2002, p. 40) “os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam”.

Além disso, no final dos anos 1980 e durante a década de 1990, houve uma crescente no número de indústrias no eixo Itabuna-Ilhéus, principalmente após a consolidação dos distritos industriais em ambas as cidades. Parte desses trabalhadores vão ser absorvidos por essa indústria, que era, principalmente, de bens de consumo não duráveis e que não estavam ligados ao cacau. Essa resiliência de Ilhéus e Itabuna, ancorada na diversificação econômica para o turismo e serviços, transformou-as nos principais polos de atração para a massa de migrantes que deixava as zonas rurais, ilustrando a dinâmica de expulsão e atração descrita por Singer (2002).

6. Considerações finais

A região cacaujeira tem suas dinâmicas migratórias variadas conforme a realidade socioeconômica de cada momento. Tendo ondas de migrantes advindos da Bahia, do Sergipe, assim como de outros países, a exemplo dos suíços e sírio-libaneses que aqui se fixaram.

Nos fluxos de imigração para o território cacaujeiro, há sempre a ideia do “fruto do ouro” que tinha como símbolos a ideia de prosperidade e riquezas. Tanto os trabalhadores quanto a burguesia que aqui se buscava firmar tinham esse ideário do cacau.

Durante o artigo, foi discutida a legislação trabalhista de 1963 e os impactos dela nas relações empregatícias das fazendas de cacau e como essa legislação pôs direitos aos trabalhadores rurais que, na prática, não eram muito respeitados. Crescendo assim a quantidade de trabalhadores sazonais em detrimento dos trabalhadores fixos. A crise da mão de obra ocorrida nas décadas de 1960 e 1970, auferiu como resultado da falta de iniciativas de qualificação da mão de obra rural, assim como da falta de incentivo em melhoramento da infraestrutura rural (residências e facilidades de serviços).

Alguns estudos tratam esta rotatividade dos trabalhadores como produto da busca de trabalhos na zona urbana. Entretanto, os anseios deste trabalhador estão associados, na realidade, ao desejo de posse de bens de consumo, melhores condições salariais e, principalmente, proteção trabalhista (Trevizan, 1980).

Após a quebra da cadeia do cacau, com a chegada da vassoura da bruxa, a região passa por outra dinâmica migratória, intensificando o fluxo de emigração rural e concentração populacional nos grandes centros urbanos (Ilhéus e Itabuna). Estes, por sua vez, passam a centralizar suas atividades econômicas em setores industriais, comerciais e turísticos.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. **Cacau**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BOMFIM, Natanael Reis; ROCHA, Lurdes Bertol (org.). **As representações na geografia**. Ilhéus, BA: Editus, 2012.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 9 ago., 1943.

BRASIL. Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963. Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 4 mar., 1963.

CINTRA, Jorge Pimentel. Técnicas de leitura de mapas históricos: uma proposta. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 67, n. 4, p. 773-786, jul./ago., 2015.

CINTRA, Jorge Pimentel. A cartografia digital como ferramenta para a cartografia histórica. In: **Anais do 3º Simpósio Ibero-americano de História da Cartografia: Agendas para a História da Cartografia Iberoamericana**, 2010, São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 1-14, 2010.

COSTA JÚNIOR, J.; SATURNINO, A. Cacau. **Correio da Bahia**, Salvador, 28 ago., Correio Especial, p. 1-16, 2006..

DINIZ, José Alexandre Felizola; DUARTE, Aluizio Capdeville. **A região cacaueira da Bahia**. Recife: SUDENE, Superintendência Adjunta de Planejamento, 1983.

FOGUEIRA, Manoel Bomfim. GONÇALVES, Oscar Ribeiro. **Ensaio histórico de Itabuna**: O jequitibá da Taboca, 1849-1960. Ilhéus-BA. Editus, 2016.

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. **A Bahia em pedaços**. Ilhéus: Editus, 2023.

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. **Os donos dos frutos de ouro**. Dissertação, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.

MOURA FILHO, Heitor Pinto de. O uso da informação quantitativa em História – Tópicos para discussão. **Locus**: Revista de História, [s. l.], v. 14, n. 1, 2021.

NOLASCO, Carlos. **Migrações internacionais**: conceitos, tipologia e teorias. Coimbra: CES - Centro de Estudos Sociais do Laboratório Associado da Universidade de Coimbra, 2016.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Análise de conteúdo, análise de discurso: questões Teórico-metodológicas. **Revista de Educação**. PUC-Campinas, Campinas, n. 13, p. 21-30, nov., 2002.

PANOFISKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

PITERI, Antonio D. O Estatuto do Trabalhador Rural: problemas de aplicação e prováveis consequências sócio-econômicas. **Agricultura em São Paulo**, v. 11, n. 1-2, p. 1-16, 1964.

PONTES, Kátia Vinhático. **O binômio porto-ferrovia**: o escoamento da produção cacaueira no sul da Bahia (1920-1947). Tese, Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2018.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

RIBEIRO, André Luis Rosa. **Família, poder e mito**: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912). Editus, Editora da UESC, 2001.

ROCHA, Lurdes Bertol. **A região cacaueira da Bahia - dos coronéis à vassoura-de-bruxa**: saga, percepção, representação. Editus, Editora da UESC, 2008.

SANTOS, Milton. **Zona do cacau**: introdução ao estudo geográfico. São Paulo-SP, 1957.

SANTOS, M. A. N.; SABIONI, S. C.; DA SILVA, F. P. Êxodo rural dos agricultores familiares na região do Catongo no município de Itajuípe/Bahia. **Revista Campo-Território**, v. 13, n. 31, p. 208-228, 2019.

TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. **Aspectos Sócio-Econômicos da Mão-de-Obra na Cacaucultura Baiana**. Rio de Janeiro: CEPLAC, 1980.

TRINDADE, Gilmar Alves. **Aglomerção Itabuna-Ilhéus**: cidade, região e rede urbana. Universidade Federal de Sergipe. Sergipe 2011.

SECA, MIGRAÇÃO E VINCULAÇÕES COM A “INDÚSTRIA DA SECA”: a Comissão de Socorros Públicos no Piauí Imperial (1877- 1879)

Francisco Gleison da Costa Monteiro¹
Lucas Clementino Feitosa Pinheiro²

Artigo recebido em: 19/01/2025.

Artigo aceito em: 06/05/2025.

RESUMO:

Este artigo analisou a atuação da Comissão de Socorros Públicos do Piauí durante a seca de 1877-1879, um dos períodos mais catastróficos na História do Brasil. Baseado nas seguintes fontes: Comissões de socorros Públicos do Piauí, relatórios dos presidentes da Província do Piauí, periódico *A Imprensa* e *Annaes do Senado Imperial*. O estudo destacou como a escassez de chuvas provocou uma crise migratória e social, expondo as limitações da administração pública em lidar com calamidades. Discutimos a distribuição de recursos, as desigualdades regionais e os efeitos da corrupção, além de estratégias como núcleos coloniais e obras públicas. Ao situar a seca como um fenômeno social e não apenas climático, o texto contribui para uma compreensão mais ampla das dinâmicas econômicas, políticas e sociais no Brasil imperial.

PALAVRAS-CHAVE: Seca; Comissão de Socorros Públicos; Piauí; Migrantes.

Drought, Migration and “drought industry”: The Public Aid Commission in
Imperial Piauí (1877-1879)

ABSTRACT:

This article analyzed the actions of the Public Relief Commission of Piauí during the drought of 1877-1879, one of the most catastrophic periods in the History of Brazil. Based on the following sources: Public Relief Commissions of Piauí, reports from the presidents of the Province of Piauí, the periodical *Imprensa*, and the *Annals of the Imperial Senate*. The study highlighted how the lack of rainfall caused a migratory and social crisis, exposing the limitations of public administration in dealing with calamities. We discussed the distribution of resources, regional inequalities, and the

¹ Docente da Universidade Federal do Piauí/CSHNB e coordenador do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI, campus Ministro Petrônio Portela. E-mail: gleison.monteiro@ufpi.edu.br. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6416323751938583>.

² Mestrando em História do Brasil pelo Programa de Pós-Graduação de História do Brasil da UFPI (PPGHB) no campus Ministro Petrônio Portela (UFPI). O discente também é bolsista pela CAPES. E-mail: luscasfeitosa@gmail.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1144180611166538>.

effects of corruption, as well as strategies such as colonial nuclei and public works. By situating drought as a social phenomenon and not just a climatic one, the text contributes to a broader understanding of the economic, political, and social dynamics in imperial Brazil.

KEYWORDS: Drought; Public Relief Commission; Piauí; Migrants.

1. Introdução

A relevância histórica e social de temas relacionados a processos políticos e econômicos no Brasil ao longo do século XIX constitui um campo de estudo indispensável para a compreensão das estruturas que moldaram o país. O contexto abordado neste texto insere-se em um período de intensas transformações, marcadas pela transição de um modelo colonial para a consolidação de uma economia independente e pela formação de uma identidade nacional a partir de aspectos políticos, socioculturais e econômicos.

No centro desse panorama, destacam-se questões vinculadas à expansão das cidades, às dinâmicas de arrecadação e distribuição de recursos e às estruturas de poder vigentes. Ao expor algumas localidades que expressam as relações de poder, possibilita compreender as dinâmicas regionais muitas vezes contrapondo ou complementando as tendências nacionais. O exame dos valores atribuídos a essas localidades, conforme detalhado no documento da Comissão de Socorros Públicos do Piauí, apresenta uma janela para explorar as desigualdades econômicas e a organização sociopolítica da época.

O estudo sobre as localidades e as respectivas experiências representam mais do que uma simples avaliação numérica. Aponta caminho para reflexões sobre a concentração de recursos, os impactos das políticas públicas regionais e as prioridades administrativas em um período importante na História do Brasil. Metodologicamente, o texto foi baseado em uma análise documental crítica, fundamentada em fontes históricas primárias e secundárias, algumas delas disponíveis na Hemeroteca Digital, outras disponíveis no Arquivo Público do Piauí, são elas: Comissões de Socorros Públicos do Piauí, periódico a *Imprensa*, *Annaes do Senado Imperial* e relatórios dos presidentes da Província do Piauí. Estas são suporte para a interpretação das

Revista Espacialidades [online]. 2025.1, v. 21.1, n. 1, ISSN 1984-817X [135]

informações apresentadas. Além disso, o estudo considerou o contexto mais amplo brasileiro, dialogando com teoria da história (a micro história italiana de Carlo Ginzburg e a chamada história vista de baixo de Thompson) para estabelecer conexões entre os aspectos locais e nacionais.

2. Entre a calamidade e a política: a atuação da Comissão de Socorros Públicos no Piauí

As catástrofes naturais acompanham o ser humano desde as origens, com populações muito impactadas diante de mudanças bruscas no clima, solo, vegetação, etc., todavia, com o avanço tecnológico e com o maior conhecimento acerca da Natureza, essas catástrofes foram cada vez mais sendo previstas, mas dificilmente evitadas. Na atualidade existem satélites mapeando determinadas regiões prevendo o surgimento de alguma catástrofe natural em uma determinada localidade, no entanto, o máximo que podem fazer é alertar a população daquela região para evacuarem.

Muitos se perguntam como o ser humano, no auge da inserção na era da tecnologia, ainda não conseguiu parar a força da Natureza, mesmo conseguindo prevê-la. Muitos atribuem isso aos castigos divinos; outros atribuem isso à ganância do ser humano que, mesmo percebendo que a exploração da terra está provocando danos irreparáveis para a humanidade, continuam ignorando os sinais que a Terra vem apresentando.

Por que começamos este artigo com essa reflexão no presente para falarmos da seca de 1877-1879 e da Comissão de Socorros Públicos do Piauí? A resposta é simples: a catástrofe daquele período teve um caráter peculiar, chamando a atenção de estudiosos acerca da temática. Quando nos referimos a seca, logo vem à mente a ausência de chuvas, desertos, clima semiárido, migrações, fome e morte. Porém, ao se debruçar sobre a citada seca, percebemos que não devemos analisar a seca pela seca (olhar somente para os aspectos climáticos). Sendo necessário analisar a problemática à luz da história social, pois nossa preocupação é com a história dos migrantes e trabalhadores livres.

A seca supracitada neste texto não afetou todo o extenso território do Piauí. Os autores Manuel Domingos Neto e Geraldo de Almeida Borges (1983) na obra *Seca seculorum, flagelo e mito na economia rural piauiense* escreveram:

No Piauí, há casos de municípios que sofrem de forma notória estas irregularidades: enquanto que alguns agricultores têm a produção garantida, seus vizinhos, com as mesmas culturas e na mesma época, vêm suas plantações perdidas. Estes casos, na maioria das vezes, não se tornam conhecidos do público externo ao município devido ao interesse dos agricultores e das lideranças políticas locais na obtenção dos benefícios dos programas de emergência. Neste sentido, prefere-se apresentar o município todo em estado de calamidade, conforme foi esclarecido por uma mesa-redonda de técnicos, agricultores e líderes políticos que organizamos em São Miguel do Tapuio. (Domingos Neto; Borges, 1983, p. 30)

Durante três anos, ocorreu uma ausência de chuvas em determinadas localidades, provocando uma emigração em massa de diversos sujeitos partindo do interior para a capital e até a outros Estados. A historiadora Maria Mafalda Balduino de Araújo no livro *O poder e a seca (1877-1879) no Piauí* (1991), também com o que os autores de a “Seca seculorum” afirmaram e para além, argumentou não ser possível atribuir toda a culpa das secas às questões climáticas, desconsiderando o problema social, como, por exemplo, a economia.

Sendo mais preciso, pode-se afirmar que a “seca” no espaço nordestino foi gerada, basicamente, no ventre do sistema gado-algodão. Por isso mesmo, ela deve ser entendida, sobretudo como um fenômeno social, resultante do modo como o homem organizou o seu espaço. (Araújo, 1991, 8)

Mais recentemente, o historiador Márcio Douglas de Carvalho e Silva (2024) se debruçou sobre a temática, contribuindo nos estudos de pesquisadores e entusiastas na área, na qual também escreveu:

Ao longo dos anos, principalmente após 1877, as secas parecem terem sido naturalizadas no imaginário da população sertaneja como uma ameaça constante, dada a sua imprevisibilidade, contra ela e aos seus efeitos, dever-se-ia lutar incessantemente, mesmo que ao fim de cada seca os prejuízos humanos e materiais fosse sempre significativos. Fazendo parte do ritmo natural da vida, a intensa falta de chuva surgia em momentos que a natureza resguardava-se de oferecer a sua sorte aos sertanejos [...]. A natureza, nesse caso, assume [...] o papel de responsável pelos malefícios que a ausência de chuvas trazia à população, esvaindo-se o Estado da responsabilidade de prover a estrutura necessária e antecipar as ações que

barrassem os efeitos da secas quando da sua chegada. (Silva, 2024, p. 178-179)

Tabela 1: Registros das secas no Brasil ao longo dos séculos

Século 16	Século 17	Século 18	Século 19	Século 20	Século 21
1553	1603	1709-11	1803-04	1900	2001-02
1559	1606	1720-27	1808-10	1903-04	2005
1583	1614-15	1730	1816-17	1907	2007-08
1587	1645	1732	1824-25	1909-10	2010
	1652	1734-37	1827	1914-15	2012-17
	1692-93	1744-48	1830-33	1917	
		1751	1835-37	1919	
		1754	1842	1921-22	
		1760	1844-47	1930	
		1766	1877-79	1932-37	
		1771-72	1888-89	1941-45	
		1776-78	1891	1951-54	
		1782-84	1898	1958-59	
		1790-94		1962-64	
				1966	
				1970	
				1976	
				1979-83	
				1986-87	
				1992-93	

Fonte: Magalhães et al., 1988; Marengo et al., 2017; Melo, 2016; DNOCS et al., 1985.

O período da seca que estamos analisando ocorreu no século XIX e nessa época ocorreram diversas secas, mas a de 1877 a 1879 com maior notoriedade não somente pelo caráter catastrófico, mas, também pelo registro de pessoas em trânsitos, **Revista Espacialidades** [online]. 2025.1, v. 21.1, n. 1, ISSN 1984-817X [138]

uma migração contínua. Isso chamou a atenção da população local, provocando temor e uma série de notícias nos periódicos narrando o estado de calamidade pública em algumas províncias na atual região do Norte: “Nesse processo, a imprensa deu grande contributo para mostrar à própria elite regional, que a seca era capaz de provocar a mobilização da opinião pública em todo o país”. (Silva, 2024, p. 183).

Algumas catástrofes não podem ser evitadas, mas amenizadas com o auxílio de açudes, distribuição de água, uma rede de água encanada em casa, uma infraestrutura não dependendo somente das chuvas, e quando elencamos essas soluções estamos destacando a problemática da seca que é um problema persistente até os dias atuais, como percebemos na Tabela 1, na qual os autores mapearam os registros das secas no Brasil ao longo dos séculos.

Observando os registros do século XIX, notamos uma recorrência dessas secas e também percebemos que as autoridades públicas demoraram para perceber que o reaparecimento dessa problemática provocaria o estado de calamidade pública enquanto que o governo não buscasse alguma solução dirimindo os danos provocados pela seca. Foi somente no século XIX com a construção do Açude do Cedro supervisionada pelo engenheiro Revy tendo como objetivo “que a obra do açude de Quixadá melhorasse significativamente a agricultura e a vida dos camponeses cearenses, sendo qualificada por este como algo inédito na América”. (Monteiro, 2020, p. 5).

A Comissão de Socorros Públicos estava prevista desde a Constituição de 1824 e no artigo 179º, inciso XXXI, enfatizando: “A Constituição também garante os Socorros Públicos.”³ Ou seja, estas surgiram diante de calamidades públicas para socorrer aos mais necessitados e auxiliar as províncias. Portanto, as Comissões de Socorros Públicos existiam antes mesmo da seca de 1877-1879.

³ BRASIL. Constituição (1824). Lex: Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm. Acesso em: 16 jan., 2025.

Em 1877, a seca no Piauí apontava que a região seria afetada com mais intensidade, tanto no tocante às questões climáticas quanto em relação às migrações vindas do Ceará no período de 1877-1879. Assim, ao nos debruçarmos sobre os relatórios dos presidentes da Província naquele período, captamos um certo desespero dos dirigentes, tendo em vista que estes tinham notícias acerca da situação do Ceará, que foi uma das províncias mais afetadas na então chamada região Norte do Brasil.

No relatório apresentado à Assembleia Legislativa do Piauí em sessão extraordinária no início de junho em 1877, o Presidente afirmava:

É bastante grave a crise, que atravessa esta província com os rigores de uma secca, que muito tem affligido a algumas outras províncias do Império. Annunciando-vos tão lamentável acontecimento, devo assegurar-vos, que tenho empregado os meios convenientes em ordem a evitar funestos resultados, como, quase sempre, são os, que semelhante mal produz entre as classes desvalidas e de poucos recursos. Em algumas comarcas, e principalmente em Príncipe-Imperial e Independência, a secca começou com imensa força, anunciando, assim, um futuro contristador. Tenho nomeado comissões nos lugares, em que o mal se há manifestado, incumbindo as não só da aquisição de donativos, como da distribuição dos socorros precisos, que fiz enviar, para que, sob minha responsabilidade, tive de abrir créditos na importância total de oito conto de reis. Pretendo ainda abrir outros a fim de prevenir com acumulação de gêneros de primeira necessidade em diversos pontos da província embaraços futuros quanto aos socorros, que careçam aquelles, que se acharem em circunstâncias de merece-los.⁴

Assim, no que se referia aos mantimentos que tanto o Presidente estava preocupado, pois os registros oficiais sinalizavam a chegada de vários migrantes e com a carência dos gêneros prevendo que esgotaria rapidamente os depósitos alimentícios. Ou seja, a região teria que se preparar logisticamente para receber o contingente. No entanto,

É certo que o impacto significativo causado pela chegada dos cearenses ao Piauí não pode ser descartado, mas não se deve atribuir unicamente a eles a escassez de alimentos, muito menos a fome generalizada que se estabeleceu em muitas localidades. Algumas vilas piauienses, é certo, quando apontou a seca de 1877, tinham mantimentos que seriam

⁴ RELATÓRIO do Excelentíssimo Sr. Graciliano de Paula Batista em 01.06.1877. Disponível no acervo público do Estado do Piauí, localizado na capital Teresina.

suficientes para alimentação local por algum tempo, mas dificilmente para sustentar uma seca de três anos. (Silva, 2024, p. 324)

Mas, vincular os migrantes à causa da situação de calamidade pública no Piauí naquele período era isentar o que provocou a situação. Por exemplo, a economia do Piauí era diminuta e constantemente a Província enfrentava problemas.

A economia do Piauí era quase sempre cambaleante e frequentemente enfrentava déficits, o que impedia de abrir grandes créditos para socorrer os migrantes. O comércio também era reduzido. As exportações eram dependentes das oscilações do mercado externo (...) apontar os cearenses como únicos produtores do “drama” piauiense é analisar toda uma conjuntura de maneira simplificada (Silva, 2024, p. 325)

Na Vila Príncipe Imperial, uma das primeiras afetadas pela seca e uma das principais portas de entradas dos cearenses, em 1878 um abaixo-assinado dos moradores naquela localidade, pediam ajuda descrevendo um pouco do cenário no qual os cuidados com o gado e a pastagem se tornou uma das principais inquietações, pois os moradores dependiam da criação bovina.

Faltando inteiramente as chuvas no anno próximo passado e neste tendo apparecido poucas, que nem criaram pastagem e nem seguram legumes, se bem que á falta de sementes fasem poucos os que plantarão, não podia aquelle termo essencialmente creador, deixar de sofrer horriavelmente. De feito, o gado vaccum e cavallar morreu a extinguir-se e o que va sendo preservado da secca, não escapou a voracidade dos famintos e ladroes, que fizerão dos gados bens communs, sem que os proprietarios pudessem evitar. Alguns moradores relataram seus gados para diverços pontos desta provincia, fazendo uma grande despesa, e alem de terem perdido mais da metade, o que escapou com as primeiras chuvas que houveram este anno, vão sendo consumidos por bandos armados que se emboscão naqueles lugares por onde o gado tem de passar.⁵

Além disso, muitos dos migrantes recorreram às plantas silvestres como forma de alimentação, mas alguns vieram a óbitos e vários outros ficaram doentes intoxicados com as plantas. Para fugir da inanição, boa parte dos indivíduos fugindo da seca, buscavam práticas que podemos entender como estratégias de sobrevivência.

As destinações de verbas por meio das Comissões de Socorros Públicos iniciaram ainda em 1877, como demonstrado no relatório apresentado pelo Presidente

⁵ ARQUIVO Público do Estado do Piauí. Palácio do Governo. Comissões de Socorros Públicos de Teresina, 16 de abril de 1878. Disponível no acervo público do Estado do Piauí, localizado na capital Teresina.

da Província. No documento analisado existe uma tabela na qual o Presidente citou como foi a repartição de 30:00\$000 réis entre as seguintes vilas:

Tabela 2: Créditos abertos para distribuição de despesas para as comissões

Localidades	Valor (Réis)
Therezina	8:823\$727
Príncipe-Imperial	1:750\$000
Independencia	1:750\$000
Parnaíba	2:000\$000
Piracuruca	1:500\$000
Pedro 2º	2:000\$000
Campo-Maior	1:500\$000
Oeiras	4:000\$000
Amarante	2:000\$000
Valença	1:000\$000
Barras	1:500\$000
Jaicós	1:500\$000
Total	29:323\$727

Fonte: Relatório do Excelentíssimo Sr. Graciliano de Paula Baptista em 15.08.1877.

É engano imaginar que essas verbas foram repassadas de forma imediata e chegaram aos mais necessitados na totalidade. Constatamos, ao observar a tabela e a datação, que houve um plano orçamentário para atender as vilas afetadas, tanto pela seca como pelas ondas migratórias. Além disso, o repasse maior do valor foi para a capital Teresina. E, possivelmente, esse valor em comparação com os outros repasses foi porque Teresina seria o destino principal dos migrantes e que necessitava de maior ajuda. Também podemos argumentar que Teresina estava com as finanças em *déficit*. Logo, aproveitaram o momento para tentar solucionar o problema. Além do mais, o Piauí disputava verbas com outras províncias, dificultando ainda mais a situação.

No entanto, a liberação destas verbas não ocorreu de forma imediata e simples. Criaram prolongadas discussões que retardaram a liberação das

verbas assistencialistas. O deputado Coelho Rodrigues, que representava a província do Piauí na época, não concordou com a aprovação do projeto nº 86-A, de 1877, que solicitava ao governo geral a aplicação de 2:000:000\$ em outras províncias, não incluindo o Piauí. (Gonçalves, 2022, p. 89)

Diante disso, sabemos que não houve uma ação prática para solucionar a raiz do problema. Ocorreram tentativas para remediar as problemáticas causadas pelas secas. E uma das soluções foi usar a Comissão de Socorros Públicos, com o objetivo de ajudar aqueles assolados pelas secas. No entanto, essas comissões não atuavam somente para atenuar os danos provocados pela seca.

Os Socorros Públicos eram permitidos pela Constituição brasileira. Ao longo do tempo foram ativados em situações calamitosas para auxiliar a população, sendo amplamente utilizados nas províncias do Norte durante as secas periódicas que atingiram a região no decorrer do período monárquico. Essa era uma garantia constitucional desde que o município ou província não tivessem mais recursos para sustentar as suas necessidades imediatas (Silva, 2024, p. 198)

As comissões poderiam atuar enviando alimentos, roupas, remédios e verbas. Eram inúmeros os pedidos de socorros de diversas províncias. Em relação à Província do Piauí, os pedidos de socorros partiram de várias vilas (Oeiras, Amarração, Parnaíba, Picos, Jaicós, Valença, Amarante, para citar algumas comarcas). Além disso, houve doações que partiram do Rio de Janeiro para o Ceará.

Com essa finalidade, foi realizada a “A festa de caridade”, em junho de 1877, no teatro São Luís, no Rio de Janeiro, onde, senhoras movidas pela solidariedade, executaram algumas apresentações compostas por encenação, coro e recitação de um poema de autoria de uma das participantes do evento, a senhora Adelina Lopes Vieras, intitulado “A festa da caridade”. (Silva, 2024, p. 180)

Doações e caridades também ocorriam naquele cenário no Piauí, mas algumas delas com um falso assistencialismo se aproveitando dessa grande massa de migrantes transitando pela região em busca de um local para sobreviver, porque exploravam as forças de trabalho, tanto nos núcleos coloniais, quanto nas obras públicas. Os núcleos coloniais foram um acordo acertado entre o presidente provincial e os fazendeiros locais, planejados nos interiores das fazendas, servindo para receber os migrantes, sobretudo, aqueles perambulando na capital do Piauí. Com o objetivo de tirar essa população pobre do centro, as autoridades fizeram o acordo

com os fazendeiros (tidos, neste ato, como contratantes) que disputavam os migrantes para realizarem atividades nesses núcleos coloniais. Assim,

No Piauí, o engajamento nos núcleos coloniais, inicialmente, foi mais proveitoso do que nas obras públicas. Durante os três anos sem chuvas, os meios intervencionistas de socorros eram exercidos pelo Governo do Piauí, em alguns momentos, por liberais e em outros por conservadores, mas sempre feitos de forma conjunta com proprietários rurais que obtinham inúmeras vantagens explorando a mão de obra barata dos migrantes. Os benefícios eram tantos que proprietários de fazendas sugeriram ao Governo a criação de núcleos coloniais em suas propriedades para abrigar os retirantes, ficando esses núcleos sob a administração dos proprietários e os custeios sob a responsabilidade do Governo. (Gonçalves, 2022, p. 76)

A instauração era de uma falsa assistência com os retirantes explorados no cotidiano do trabalho dos núcleos. Ao analisar a documentação das Comissões de Socorros do Piauí nos deparamos com uma lista de nomes, datada em abril de 1878, onde aparece nominalmente o retirante e o núcleo ao qual pertencem. Isso era afirmado nos contratos e havia uma troca de proveitos de ambos os lados. Vejamos:

Esta comissão tem a honra de passar as mãos de V. Exa as setes copiais juntas dos termos de contratos celebrados pela mesma, de conformidade com [suposto] no officio de V. Exa de 21 de março último, com os cidadãos Miguel Sousa Borges Leal Castello Branco, José Ferreira de Vasconcellos, Marianno Gil Castello Branco, [??] Ferreira Mello, Raymundo [??] e Almeida, Raymundo [??] de Vasconcellos e Antônio Martins [??], o estabelecimento de núcleos de emigrantes cearenses e desta província⁶

No registro supracitado aparecem os principais proprietários dos núcleos e a celebração dos contratos era a transferência de responsabilidades das autoridades provinciais para os contratantes. Embora as despesas de alimentação fossem arcadas pela Comissão de Socorros, cabia aos contratantes “ocupar” os retirantes e tirá-los do centro urbano.

Noutro registro, encontramos uma solicitação de contratos a ser firmado com aqueles interessados. Assim, expressando a intenção das propostas de cartas fechadas datadas em janeiro de 1879 em Teresina: “A Comissão de Socorros precisa

⁶ ARQUIVO Público do Estado do Piauí. Palácio do Governo. Comissões de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Disponível no acervo público do Estado do Piauí, localizado na capital Teresina.

de contratos para o fornecimento dos emigrantes e desvalidos desta Capital – Carne verde de boa qualidade”⁷. Ficando explícita a ação orquestrada entre as comissões e os produtores de carnes e outros gêneros, de comprarem sempre dos mesmos fazendeiros certamente, fazendo parte do mesmo grupo político.

Percebemos, então, todo um jogo de interesses entre contratantes e contratados e que, muitas vezes, se firmava uma rede de politicagem entre os fazendeiros e os responsáveis pela Comissão de Socorros Públicos no Piauí, na qual muitos destes pertenciam à elite, provocando uma não distinção do que era público e privado. O texto *A Casa e Câmara: o auto-governo dos povos nas Minas Setecentista* de Carla Maria de Carvalho Almeida (2014) apresenta essa prática de paternalismo que era “a ordem do dia” no Brasil imperial.

No meu entendimento, justamente por não estar clara a distinção entre o que era da coletividade (ou público) e o que se definia como âmbito privado é que a noção de auto-governo pode nos ajudar a compreender o comportamento dos homens que integravam os grupos de elite nesta sociedade. (Almeida, 2014, p. 43)

Essa não distinção resultava em vexames ainda maiores para as pessoas necessitando de ajudas que a Comissão de Socorros poderia propiciar. O exemplo citado também serve para interpretarmos essa prática do paternalismo na Província do Piauí. Ou seja, o acordo mútuo entre contratantes e contratados corroborava para uma rede de desvirtuamento onde boa parte das verbas, víveres, medicamentos e roupas eram desviados e vendidos a preços exorbitantes por aqueles responsáveis pela distribuição desses recursos. Assim, há inúmeros pedidos de socorros que não sabemos se foram atendidos, como no caso do Francisco Nunes:

Pobre [cem mui] de subsistir-se, vem com o respeito que lhe é devido impetrar de V. Excia agrão de mandar, que pela a comissão de socorros públicos desta cidade, lhe seja fornecido algumas farinhas e seriaes, afim de puder sustentar sua mulher, a fome ardente que lhe consome⁸

⁷ ARQUIVO Público do Estado do Piauí. Palácio do Governo. Comissões de Socorros Públicos de Teresina, 1879. Disponível no acervo público do Estado do Piauí, localizado na capital Teresina.

⁸ ARQUIVO Público do Estado do Piauí. Palácio do Governo. Comissões de Socorros Públicos de Teresina, 1879. Disponível no acervo público do Estado do Piauí, localizado na capital Teresina.

Diante disso, surge uma pergunta? Se a comissão de socorros públicos não era suficiente para resolver a situação que lhes era atribuída naquele período de estiagem, quais foram as soluções encontradas pelas autoridades para sanar a problemática assolando a população de retirantes? Mesmo com as notícias das secas em algumas vilas do Piauí, a capital Teresina não foi afetada diretamente. Mas, por outro lado, Teresina não estava preparada para suportar o grande contingente de pessoas vindas das mais diversas localidades, provocando um desconforto naquela sociedade. Segundo a historiadora Maria Mafalda Balduino de Araújo no livro *Cotidiano e Pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina* (1995), a solução encontrada pela elite foi

Com o intuito de controlar a população carente, que vivia perambulando pelas ruas da cidade e provocava conflito e angústia à sociedade, direcionava-se às Instituições Assistenciais, como o colégio de Órfãos, Colégio dos Educandos Artífices, Asilo de alienados e Asilo de Mendicidade, o que nos levou a analisar algumas dessas instituições, a partir de suas propostas e regimentos. (Araújo, 1995, p. 14)

Além disso, não devemos esquecer de que também havia o trabalho como ferramenta para disciplinar a população livre e pobre desprezados pela sociedade, pois, segundo o pensamento da elite naquele período, os migrantes eram os responsáveis por provocar a desordem e “cegar os olhos do Império”. Portanto, um empecilho para o ideal de civilização na mentalidade das autoridades naquele decurso.

Era necessário que o conceito de trabalho ganhasse uma valoração positiva, articulando-se então com conceitos vizinhos como os de “ordem” e “progresso” para impulsionar o país no sentido do “novo”, da “civilização”, isto é, no sentido da constituição de uma ordem social burguesa. O conceito de trabalho se erige, então, no princípio regulador da sociedade, conceito este que aos poucos se reveste de uma roupagem dignificadora e civilizadora, valor supremo de uma sociedade que se queria ver assentada na expropriação absoluta do trabalhador direto, agente social este que, assim destituído, deveria prazerosamente mercantilizar sua força de trabalho — o único bem que lhe restava, ou que, no caso do liberto, lhe havia sido “concedido” por obra e graça da lei de 13 de maio de 1888. Era este princípio supremo, o trabalho, que iria, até mesmo, despertar o nosso sentimento de “nacionalidade”, superar a “preguiça” e a “rotina” associadas a uma sociedade colonial e abrir desta forma as portas do país à livre entrada dos costumes civilizados — e do capital — das nações europeias mais avançadas. (Chalhoub, 2012, p. 48)

Esse suposto projeto civilizador iniciou os primeiros passos com o Código Criminal do Império de 1830, o qual estava arraigado a um projeto de nação. Mas, nesse caso, esse projeto para incluir aquela leva de homens livres ainda estavam vinculados ao Antigo Regime, a uma certa tradição. Esse era o caráter moralizador das instituições - os olhos do império. Nesse projeto, a ideia de civilização partiria da Corte e seria como uma espécie de coração do Império bombeando o poder e a ordem para as regiões mais distantes. Logo, para ter a civilização era necessário a ordem moral.

Os sempre vigilantes olhos do imperador eram a condição para o triunfo da Ordem, possibilitando a difusão da Civilização: o triunfo da Civilização era a condição para a difusão dos valores de uma Ordem. Sob o olhar dominante e vigilante do Poder, o Progresso era a Conservação. A ação de vigilância pedia que o Poder estivesse localizado “mais alto e mais longe”, de modo a estar capacitado a olhar todo o território. Abrangendo todos os súditos que ele continha. Na corte – a cidade do Rio de Janeiro -, estavam os olhos do poder; o Município Neutro era sua expressão administrativa. Estes olhos vigilantes se apresentavam como a garantia da liberdade, impedindo tanto o movimento furtivo daqueles que pretendiam restaurar as trevas da dominação colonial quanto os atos dos que colocavam sempre em primeiro plano suas ambições pessoais e particulares. (Mattos, 1987, p. 203-204)

Esse tema foi pautado nos Congressos Agrícolas de 1878, período aquele em que a elite estava preocupada com a abolição e conseqüentemente com a transição do trabalho escravizado para o trabalho livre. Assim, adveio um impasse em relação a utilização dos trabalhadores livres.

Para muitos congressistas este era o momento propício para aproveitar os milhares de braços ociosos que viviam nas margens das grandes propriedades, porém, faltava um meio eficiente de convergi-los para este serviço. No entanto, o trabalhador livre não era visto como um elemento condicionado ao emprego, permanente devido a sua natural indolência. (Diniz, 2020, p. 40)

“Indolentes, vagabundos, ociosos, arruaceiros, vivem de algo”, esses e outros adjetivos eram usados para designar aqueles sujeitos vivendo a vida livres e que não dependiam de uma coerção dos grandes senhores, pois o trabalhador livre, por ser livre, era juridicamente igual ao patrão (Martins, 2010).

Essa classe de indivíduos alcançou notoriedade com a obra *Formação do Brasil contemporâneo*, do historiador Caio Prado Júnior, evidenciando como esses sujeitos foram um obstáculo enorme para o Império pôr ordem em todo o território (sonho impossível para o Brasil com suas dimensões continentais). E mesmo que de forma pejorativa, a imagem apresentada por Caio Prado serve como análise e pesquisa, não somente para desconstruir, como também nos debruçar ainda mais nos estudos acerca desses livres e pobres nacionais.

Finalmente, a última parte, a mais degradada, incômoda e nociva, é a dos desocupados permanentes, vagando de léu em léu à cata do que se manter e que, apresentando-se a ocasião, enveredam francamente pelo crime. É a casta numerosa dos “vadios”, que nas cidades e no campo é tão numerosa, e de tal forma caracterizada por sua ociosidade e turbulência, que se torna uma das preocupações constantes das autoridades (...) É entre estes desclassificados que se recrutam os bandos turbulentos que infestam os sertões, e ao abrigo de uma autoridade pública distante ou fraca hostilizam e depredam as populações sedentárias e pacatas; ou pondo-se a serviço de poderosos e mandões locais, servem os seus caprichos e ambições nas lutas de campanário que eles entre si sustentam como estes Feitosas do Ceará, que durante anos levam o interior da capitania a ferro e fogo, e só foram dominados e presos graças a um estratagema do governador Oeynhausien. (...) Entregues a si mesmos, eles manteriam o sertão despolicado em constante polvorosa, e normalizariam o crime. (Prado Júnior, 1961, p. 281-282)

No Piauí, essa visão também estava presente, principalmente com a chegada dos migrantes do Ceará, pois muitos não se sujeitavam aos trabalhos em obras públicas ou nos núcleos coloniais análogos à escravidão e buscavam outros meios para sobreviverem. Algumas mulheres buscavam na prostituição, outras ofereciam seus serviços de lavadeiras em troca de comida; outros pediam esmolas, saqueavam, roubavam, viviam da pesca e da caça em beiras de rios. Sendo importante ressaltar que todo mundo trabalhava: da criança ao idoso, do sadio ao doente, do homem à mulher. Todos buscavam um jeito de conseguir um prato de comida ou recursos para não passar fome.

Assim, ter conhecimento da geografia local era importante, pois buscar recursos na Natureza era uma outra forma de resistência contra o mando e desmandos da elite local, com aquele discurso impregnado na mentalidade das elites que os migrantes estavam trazendo o “mundo da desordem”.

A presença desses rios, margeando a cidade de Teresina, facilitava o trabalho das lavadeiras, uma das atividades mais frequentes das mulheres pobres da cidade. Também os rios possibilitavam o gosto pela pescaria, atividade de subsistência e lazer para a população carente. Geralmente era um trabalho coletivo, que dava muito prazer. Das matas e campos que margeavam esses rios o homem pobre retirava lenha para vender, plantas medicinais e comestíveis, como também realizava, nessas áreas, a caça de animais como preás, jacus, tamanduás, pacas, entre outros. Aproveitavam-se assim dos recursos naturais para se alimentar, usando de suas tradições culinárias nordestinas. Além desse tipo de alimentação não ter despesas, contribuía para subsistência dos migrantes pobres que viviam na cidade. (Araújo, 1995, p. 46)

E diante disso surgiram vários argumentos para que as pessoas saíssem dessa “ociosidade” e fossem trabalhar nas lavouras, pois esta estava em crise diante da falta de mão de obra, pois a transição do trabalho escravo para o livre iniciara e os grandes fazendeiros estavam preocupados com essa mudança. Assim, não por acaso o Ministro de Negócios e Agricultura, Comércio e Obras Públicas convocou os agricultores da região sudeste para tratar do assunto (Eisenberg, 1989).

Para começar, é notável que muita gente via no trabalhador livre nacional um fornecedor importante de mão-de-obra. Sete pessoas e mais uma comissão de Minas Gerais, seis homens do Rio de Janeiro, as duas comissões mistas de fluminenses e mineiros, três paulistas do Vale do Paraíba e um do Oeste se manifestaram nesse sentido. Os entusiastas do trabalhador livre nacional afirmaram que este vivia na ociosidade, estando desempregado ou subempregado, e por isso podia ser melhor aproveitado pela grande lavoura. Dos “muitos milhares de vagabundos e vadios”, somente “uma diminuta parte deles se aplica a algum serviço, trabalha um ou dois dias por semana, quando muito”. A comissão de lavradores mineiros de Baependi condenou essa “ociosidade”, justamente estigmatizada pela moral como a mãe dos vícios, que por sua vez são as mães dos crimes e que constituem um mal social que se ostenta sob proporções assustadoras no País. (Eisenberg, 1989, p. 144)

Assim, por meio dessas justificativas o governo e a elite na Província do Piauí criaram os núcleos coloniais para direcionar a grande massa de migrantes e pobres longe da capital Teresina e também usaram a força de trabalho disponível nas obras públicas, como a defesa que somente o trabalho poderia disciplinar o trabalhador livre e pobre, pois somente assim o Império poderia alcançar a ordem que tanto desejava. Na documentação das Comissões de Socorros Públicos do Piauí, são constantes os orçamentos para a construção de hospitais, cemitérios, etc., como no caso dessa lista orçamentária para a construção do Hospital da Santa Casa da Misericórdia.

Tabela 3: Orçamento para a obra do Hospital da Santa Casa da Misericórdia

Item	Descrição	Quantidade	Valor Unitário (réis)	Valor Total (réis)
1	Milheiros de [adobes (tijolos de barro)] a [24 réis]	2		4:000
2	Telhas postas na obra	1500	2	30:000
3	Carrada de pedras	50	64	32:000
4	Janelas de duas porções	25	4:000	100:000
5	Portas	12	2:000	24:000
6	Quartas de Cal a 1000	25	1:000	25:000
7	40 carradas de areia a 500		500	20:000
8	Tijollos de ladrilho			20:000
9	4 assentes			16:800
10	3500 tijolos de alvenaria a 1500	3500	1:500	52:500
11	1 [affal] a 128 por dia	1		38:000
12	1 mestre da obra a [??]	1		60:000
13	2 [estacas] de 20 palmos	2	3:000	6:000
14	2 linhas de 30 palmos	2	5:000	10:000
15	6 dusias de [??]	6	1:000	6:000

16	4 feixaduras ou braças	4	4:000	16:000
17	150 pregos	150		1:000
18	2 cabras de peitonil	2	4:000	8:000
19	Mão de obra			13:000

Fonte: ARQUIVO Público do Estado do Piauí. Palácio do Governo. Comissões de Socorros Públicos de Teresina, 18 de agosto de 1878.

A mão de obra usada para as construções era a de trabalhadores livres e migrantes, pois, diante daquela grande massa de pessoas, obviamente haveria alguns com ofícios de pedreiro, carpinteiro, servente, marceneiro, etc., profissões estas de grande valia para uma política sedenta em empregar os sujeitos nas obras públicas para discipliná-los.

Assim, uma série de problemas seria evitada, como a criminalidade e a ociosidade. A materialização de tal discurso era revelada nas ações políticas e no estabelecimento de regras de conduta, de comportamento e utilização do tempo. Esta subordinação foi discutida entre os senhores. O discurso depreciativo das pessoas livres era nacional. (Júnior, 2019, p. 244)

No mesmo ano da construção do Hospital da Santa Casa de Misericórdia, a pedido do Presidente da Província foi iniciada a construção de um cemitério. Imaginamos que essa construção tenha a ver com os números crescentes de mortos na capital, provocados pela fome ou doenças.

Esta comissão tem a honra de levar ao conhecimento de V. Exa que no dia 4 do corrente começa a obra da edificação do cemitério, mandato construir por V. Exa, segundo lhe foi comunicado pelo respectivo administrador.⁹

A procura por trabalhos era constante, tendo em vista que esse era um dos meios de sobrevivência diante daquela situação que se encontravam.

Sendo excessiva a affluencia de trabalhos, que prezam sobre esta comissão, resolvemos chamar para auxiliar-nos nesses trabalhos o alferes Benillo

⁹ ARQUIVO Público do Estado do Piauí. Palácio do Governo. Comissões de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Disponível no acervo público do Estado do Piauí, localizado na capital Teresina.

Gonçalves Pereira a [arbitramos] a gratificação mensal de 30:000 réis, a contar do dia 1º do corrente (...).¹⁰

Os pobres livres se ocupavam simplesmente para ganhar alimentos para si e a extensa família. Afinal, “Quem não trabalha vive à custa dos trabalhos dos mais”. (Milet apud Eisenberg, 1989, p. 171). Esta frase era do francês Augusto Milet expressando bem a mentalidade dos donos de engenho que não se conformavam em ver que alguns dos homens livres e pobres buscarem o que a natureza lhes dava para sobreviverem. Essa insatisfação ainda estava vinculada ao imaginário do colonizador branco e patriarcal do período colonial, como escreveu o historiador Monteiro na tese intitulada “[...] *cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado*”: *terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888)*:

No entanto, a prevalência da elite em desdenhar desses homens estava relacionada às formas pelas quais esses sujeitos ganhavam a vida, pois estes praticavam seus negócios e trocavam suas pequenas produções com as comunidades vizinhas. Esses fazeres se davam em meio a um trabalho irregular, e era isso que incomodava os patronos, pois, ao que parece, essa “autonomia” quebrava a hierarquia social, pois, como resquício da sociedade colonial, os homens pobres deveriam ser submissos aos membros da elite (Monteiro, 2016, p. 88)

Essa temática do trabalho também foi pauta nas narrativas dos periódicos piauienses que usaram e abusaram desse assunto e a fizeram de um campo de disputas políticas, pois os jornais faziam denúncias contra aquele que estava no poder, na maioria dos casos, o Partido Conservador. Ou seja, a maioria das críticas foi do Partido Liberal e dos periódicos seguindo este partido. O trecho a seguir deixou a situação mais evidente, pois era uma crítica do jornal *A Imprensa*, órgão do Partido Liberal.

Quererá alguém a prova de quanto é fácil censurar? Nenhum dever é mais elementar do que o do Estado em socorrer as vítimas de um tão grande flagelo, mas poder-se-ha negar que essa vida de esmolar por longos mezes exercerá sobre os nossos infelizes conterrâneos um efeito moral funestíssimo, fazendo-os perderem o hábito do trabalho? E o que se dá com todos os meios tentados até hoje. Chamar os imigrantes para a capital como fez um distinto presidente do Ceará, no intuito de fiscalizar melhor a distribuição dos gêneros, aglomerar em uma cidade uma população adventícia trez vezes maior que a própria, é atrair a peste, é matar-os mais

¹⁰ ARQUIVO Público do Estado do Piauí. Palácio do Governo. Comissões de Socorros Públicos de Teresina, 1878. Disponível no acervo público do Estado do Piauí, localizado na capital Teresina.

depressa pelas molestias do que morreriam pela fome, é sacrificar, além dos immigrantes, os habitantes. Reunil-os em núcleos, contractar com particulares sua alimentação, como fizeram as ultimas administrações do Piauí – alvitre que nós mesmo aceitamos, - é seguir um sytema de impossivel fiscalização na pratica, deixando fundamente suspeita de que nem os indigentes encontram alimento satisfactorio, nem o Estado paga aquilo somente devia pagar.¹¹

Como é possível observar, o tom do trecho anterior foi de várias críticas, tanto ao governo (na forma de denúncias) quanto aos migrantes, pois estes, segundo a fonte, estavam com o “mal costume” de depender somente das ajudas advindas da vida de mendicância e assim não queriam mais trabalhar. Além disso, havia uma outra preocupação: as doenças ocasionadas pela falta de cuidados, aglomerações e uma alimentação razoável.

A crítica do periódico possibilitou compreender que havia uma maior preocupação com os habitantes na capital com os migrantes. Mas, por outro lado, o jornal teceu críticas quanto à forma que o governo tratava a “problemática”, pois enviando os migrantes para longe estes ficariam distante da fiscalização, facilitando, assim, os mais diversos abusos. A atuação da Comissão de Socorros Públicos no Piauí começara a enfraquecer no último ano da grande seca (1879), pois havia sinais de um inverno com chuvas.

3. Considerações finais

Portanto, diante do apresentado, procuramos mostrar como a atuação da Comissão de Socorros Públicos no Piauí nos anos de 1877 a 1879 foi controversa, polêmica e marcada por um sistema de corrupção e como a inexistência ou a ineficácia de uma fiscalização rígida impedia que os remédios, verbas, víveres, etc. fossem desviados e não chegassem ao destino final: socorrer os necessitados. Os desvios de verbas públicas foi pauta na 37ª sessão de fevereiro de 1879 presidida pelo Senhor Visconde de Jaguaray, na qual o Presidente do Conselho (Cansação Sinimbú) e o

¹¹ BN/ HDB. Jornal “A Imprensa: periódico político (PI) - 1865 a 1889”. Ano XIII 28/04/1878, p. 3.

Diogo Velho discutiam acerca das verbas destinadas à Comissão de Socorros Públicos, mas que foram usadas para despesas políticas:

- O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (Presidente do Conselho): – Seria bom que V. Ex. citasse os factos.
- O SR. DIOGO VELHO: – Poderei citar; cital-os-hei em tempo. E' exacto que os dinheiros e viveres destinados a socorrer as victimas da fome foram em grande parte applicados ás eleições.
- O SR. CANSANSÃO DE SINIMBÚ (Presidente do Conselho): – Não tenho conhecimento dos fatos.
- O SR. DIOGO VELHO: – Pois eu tenho, e em não pequeno número; mas não estou aqui para denunciar pessoa alguma. Si o nobre presidente do conselho quizer inteirar-se cabalmente da verdade, envie pessoas de sua especial confiança a essas províncias, institua sérios exames sobre as contas dos fornecimentos, e ficará convencido, de que muitos daquelles que receberam dinheiro e recursos sob o pretexto de socorrer as victimas da sêcca e fome, os em cousas muito differentes, locupletaram-se, fizeram até pecúlio.¹²

Ao final deste estudo, salientamos também que as Comissões de Socorros Públicos no Piauí tiveram um papel importante, de forma direta e indireta, na mentalidade da época, no processo de aceleração ao evidenciar o trabalho como moralizador e disciplinador, para aproveitar a grande massa de migrantes que chegavam à capital Teresina nas obras públicas e núcleos de colônias. Dessa forma, poderiam alcançar a ordem e o suposto progresso que tanto almejavam.

Cumpre-me comunicar-vos que se conserva inalteravel a tranquillidade publica, de que felizmente goza há tantos o imperio; prova incontestavel do progresso, que pela pratica de nossas instituições, tem feito o espirito da ordem (...) A saude publica não tem sido satisfatória no decurso do verão passado; febres de naturezas diversas se manifestaram nesta capital e em algumas provincia do norte, desenvolvendo-se também com intensidade, a epidemia da varíola. É de esperar que, por efeito das medidas tomadas para debelar as causas do mal, e com o favor do altíssimo, se consiga melhorar o estado sanitario. O flagelo da secca devasta dous anos uma parte considerável do norte do império, affligindo profundamente o Meu Coração. Para minorar as consequencias de tamanha calamidade, tem o governo empregado os meios á seu alcance,

¹² BRAZIL. Annaes do Senado do Império do Brazil: anno de 1879. Tomo segundo. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1879. Disponível em: https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Império/1879/1879%20Livro%202.pdf Acesso em: 16 jan. 2024.

fazendo remessas frequentes de gêneros alimentícios e fornecendo trabalho.¹³

Foram vários os discursos acerca do direcionamento das verbas públicas envolvendo as comissões de socorros públicos. Assim, não sendo difícil perceber os debates acalorados e as acusações naquelas instituições políticas. E diante desse enrosco foi exposto o que procuramos argumentar que nem sempre a história é de rupturas, mas também composta por continuidades, sejam boas ou ruins. No caso em questão, a chamada “indústria da seca” observada pelos estudiosos Monsenhor Chaves (2013) e Maria Mafalda Balduino de Araújo (1991; 1995).

Assim, concluímos enfatizando a necessidade de ampliarmos as pesquisas sobre a temática em foco, pois ainda são incipientes os trabalhos acerca da conexão de migrantes entre Ceará, Piauí e Maranhão. Portanto, sendo necessários mais estudos, pois, diante da grande quantidade de fontes que temos em mãos, há várias possibilidades de estudo sobre a temática para não somente compreender esse passado, bem como o presente.

REFERÊNCIAS

FONTES

ARQUIVO Público do Estado do Piauí. Palácio do Governo. Comissões de Socorros Públicos de Teresina, 1878.

ARQUIVO Público do Estado do Piauí. Palácio do Governo. Comissões de Socorros Públicos de Teresina, 1878.

ARQUIVO Público do Estado do Piauí. Palácio do Governo. Comissões de Socorros Públicos de Teresina, 1878.

ARQUIVO Público do Estado do Piauí. Palácio do Governo. Comissões de Socorros Públicos de Teresina, 1878.

ARQUIVO Público do Estado do Piauí. Palácio do Governo. Comissões de Socorros Públicos de Teresina, 1879.

¹³ BN/ HDB. Jornal “A Imprensa: periódico político (PI) - 1865 a 1889”. Ano XIV 08/01/1879, p. 4, grifo nosso.

ARQUIVO Público do Estado do Piauí. Palácio do Governo. Comissões de Socorros Públicos de Teresina, 1878.

ARQUIVO Público do Estado do Piauí. Palácio do Governo. Comissões de Socorros Públicos de Teresina, 1879.

BN/HDB. **Jornal “A Imprensa: periódico político (PI) - 1865 a 1889”.** Ano XIV 08/01/1879, p. 4.

BN/ HDB. **Jornal “A Imprensa: periódico político (PI) - 1865 a 1889”.** Ano XIII 28/04/1878, p. 3.

BRAZIL. **Annaes do Senado do Império do Brazil:** anno de 1879. Tomo segundo. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1879.

BRASIL. **Constituição (1824).** Lex: Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824.

RELATÓRIO do Excelentíssimo Sr. Graciliano de Paula Baptista em 15.08.1877.

RELATÓRIO do Excelentíssimo Sr. Graciliano de Paula Batista em 01.06.1877.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Carla. A Casa e a Câmara: auto-governo dos povos nas Minas Setecentista. In: CHAMBOULEYRON, Rafael; HEINZ, Karl (orgs). **Anais do IV Encontro Internacional de História Colonial.** Dinâmica imperial no Antigo Regime português: séculos XVI-XVIII. Belém: Editora Açaí, v. 6, p. 43, 2014.

ARAÚJO, Maria. **O poder e a seca de 1877/79 no Piauí.** Teresina: UFPI, Academia Piauiense de Letras, 1991.

ARAÚJO, Maria. **Cotidiano e pobreza:** a magia da sobrevivência em Teresina. Teresina: EDUFPI, 1995.

CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim:** o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

CHAVES, Monsenhor. **Obra Completa.** Teresina: Fundação municipal de Cultura, 2013.

DINIZ, Leandro. A política de mão de obra no império brasileiro: da conturbada unificação à precarização do trabalho livre. **CLIO:** Revista de Pesquisa Histórica, Recife -Pernambuco, v. 38, n. 2, p. 25-52, 2020.

DOMINGOS NETO, Manoel; BORGES, Geraldo Almeida. **Seca seculorum:** flagelo e mito na economia rural piauiense. 2 ed. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos:** escravos e trabalhadores livres no Brasil- séculos XVIII e XIX. Campinas: UNICAMP, 1989.

GONÇALVES, Kércia. **Degradados da seca:** políticas intervencionistas em Teresina (1877-1879). Dissertação, Universidade Federal do Piauí, Centro de Ciências Humanas e Letras, Teresina, 2022.

JÚNIOR, Darlan. Usos e abusos no mundo do trabalho: a desclassificação social dos trabalhadores no século XIX, na região do Cariri, Província do Ceará. **História Unisinos**, São Leopoldo - RS, v. 23, n. 2, p. 242-254, 2019.

MATTOS, Ilmar. **O Tempo Saquarema.** São Paulo: Editora Hucitec, 1987.

MONTEIRO, Francisco. “[...] **cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado**”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Recife: UFPE-PE, 2016. Tese, Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.

MONTEIRO, Renata Felipe. Um monumento ao sertão? Expectativas diversas em torno da construção do açude Cedro, em Quixadá-CE (1884-1906). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis, v. 12, p. 1-15, 2020.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1961.

SILVA, Márcio. **Emigrados do Sertão.** Teresina: Cancioneiro, 2024.

O CORPO EM TRÂNSITO:

a emigração feminina portuguesa para o Brasil por meio dos registros oficiais do século XIX

Letícia Giroto Dilio¹

Artigo recebido em: 19/01/2025.

Artigo aceito em: 06/05/2025.

RESUMO:

O presente artigo aborda a emigração feminina portuguesa para o Brasil na segunda metade do século XIX. Durante o período, observa-se o aumento das saídas de portuguesas, caracterizando não somente uma alteração demográfica, mas também social, cultural e simbólica nos países de origem e destino. A partir da análise das documentações oficiais da época, identificam-se as representações de gênero vigentes e o processo de manutenção de papéis e identidades sexuais. O estudo revela como as mulheres foram reduzidas aos seus corpos e funções domésticas. Portanto, sob a análise do discurso e com bases teórico-metodológicas nos Estudos de Gênero, o trabalho pretende abordar as relações de poder que moldaram a participação das mulheres no processo migratório.

PALAVRAS-CHAVE: Emigração portuguesa; Estudo de gênero; História das mulheres.

The body in transit: Portuguese female emigration to Brazil through official records (1850–1873)

ABSTRACT:

This article approaches at Portuguese female emigration to Brazil in the second half of the 19th century. During this period, it is possible to observe an increase in the number of Portuguese women leaving the country, characterizing not only a demographic change, but also a social, cultural and symbolic change in the countries of origin and destination. Based on an analysis of official documents from the time, the current gender representations and the process of maintaining sexual roles and identities are identified. The study reveals how women were reduced to their bodies and domestic functions. Through discourse analysis and with a theoretical-

¹ Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP/Assis). Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº 2024/03374-3. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7466613805144704>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7190-7054>; Endereço de e-mail: leticia.giroto@unesp.br. Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar Gonçalves. Membro do Núcleo de História Econômica e do Laboratório de História Moderna e Contemporânea (LabMoCo), sediados pela UNESP.

methodological basis in Gender Studies, the work aims to address the power relations that shaped women's participation in the migratory process.

KEYWORDS: Portuguese emigration; Gender studies; Women's History.

1. Introdução

Durante o século XIX, as mulheres portuguesas representavam uma parcela minoritária entre os imigrantes que vieram para o Brasil. Inicialmente, a figura tradicional do imigrante português estava predominantemente associada a homens jovens, solteiros e motivados a acumular recursos financeiros para retornar ao país de origem. No entanto, a partir das décadas de 1870 e 1880, observou-se um aumento significativo no número de famílias portuguesas que se estabeleceram no Brasil (Gonçalves, 2017, p. 611-613).

O aumento no número das emigrações conjuntas deve-se, principalmente, ao incentivo paulista à contratação de mão de obra europeia. O objetivo era suprir a demanda de trabalho nas lavouras de café, o que resultou na contratação de famílias inteiras de imigrantes para o serviço agrícola. Nesse contexto, o perfil clássico do emigrante português passou a incluir a participação de mulheres e crianças no processo migratório. Essa mudança indica uma alteração social e demográfica significativa (Gonçalves, 2017, p. 611–613).

A partir da alteração do perfil demográfico migratório, com maior presença de mulheres e crianças em deslocamento, surge a necessidade de uma abordagem que relacione os estudos de gênero e a história das migrações. A análise de gênero, quando aplicada ao estudo dos deslocamentos transnacionais, contribui para compreender a estrutura das relações de gênero que envolvem a mobilidade entre os sexos. Uma forma de investigar a emigração feminina portuguesa é por meio da análise dos registros oficiais do governo português da época. Por meio da leitura e exame desses documentos, elaborados ou requisitados pelos representantes do Estado português, é possível identificar aspectos da construção e manutenção das relações e categorias de gênero, evidenciadas no discurso presente dos materiais.

Neste trabalho, a fonte *Documentos Sobre Imigração Portuguesa*, elaborada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e publicado pela Imprensa Nacional de Lisboa em 1873, será a base para o estudo da emigração feminina portuguesa para o Brasil. O material reúne mais de 200 documentos diplomáticos, como questionários, cartas, solicitações e denúncias, que detalham o deslocamento e estabelecimento dos portugueses no país de destino. A partir de seu conteúdo, é perceptível a preocupação com as condições de vida dos cidadãos portugueses no Brasil, especialmente nas correspondências e registros consulares relacionados ao processo migratório.

Por meio desse material, será possível aplicar a metodologia de análise de gênero, norteadas principalmente pelas teorias de Judith Butler, Joan W. Scott e Michelle Perrot. As contribuições das autoras, alinhadas à bibliografia utilizada, permitem o exame dos mecanismos discursivos, as dinâmicas sociais e políticas que constroem e sustentam a relação de gênero no contexto migratório, com ênfase na caracterização dessas relações.

Além de examinar as relações de gênero no processo migratório, este estudo busca compreender como o discurso oficial interpretava a emigração feminina para o Brasil. A análise dos documentos não se restringe à descrição administrativa da migração, mas considera casos concretos presentes na documentação, permitindo investigar o papel atribuído às mulheres e suas condições de vida no país de destino. Um exemplo relevante são as menções às mulheres imigrantes que viajavam sozinhas, refletindo preocupações com a preservação da moralidade e com seu papel na estrutura familiar.

2. Mulheres em deslocamento: discurso, memória e contenção

Na década de 1970, a consolidação dos estudos de gênero e da história das mulheres como campos intelectuais permitiu novas compreensões sobre o que é a categoria de gênero, sua construção histórica, e seu impacto na relação entre os sexos. Desde então, teóricas feministas têm se dedicado a investigar as dinâmicas sociais, culturais e políticas que envolvem homens e mulheres ao longo do tempo e em diferentes contextos geográficos (Arruda, 2019, p. 335).

A filósofa americana Judith Butler concebe o gênero como parte da construção social do indivíduo. Em sua teoria, o gênero é socialmente imposto por meio do determinismo cultural, que se inicia a partir do nascimento e do sexo biológico dos indivíduos (Butler, 2016). Este processo se embasa nas categorias heteronormativas, divididas em masculino ou feminino, definindo seus comportamentos, papéis sociais e atuações durante a existência do sujeito (Butler, 2016). A autora aponta que, além da ação do imperativo cultural, a diferença sexual é reafirmada pelas instituições sociais e pelos discursos de poder. Portanto, é possível compreender o processo de criação e os mecanismos de manutenção da identidade heterossexual interligados ao poder público, ao indivíduo, e aos reforços sociais e culturais (Butler, 2016).

Desta maneira, é possível observar que Butler não estabelece o gênero como uma identidade fixa, mas como uma construção temporal. Butler aponta que os atos performativos de cada sexo se constituem por meio da estilização do corpo, manifestada no comportamento cotidiano, bem como por atos descontínuos, tendo como objeto de crença a própria identidade. Assim, o indivíduo, enquanto agente social, é caracterizado como objeto, não como sujeito dos atos que constituem sua performance gendrificada. A filósofa concebe o corpo como matéria que assume um significado social e cultural, e seu processo de significação é tido como contínuo e incessante. O gênero, portanto, é construído por meio de uma série de atos renovados, revisados e consolidados social, cultural e politicamente (Butler, 2018, p. 1-16).

No século XVIII iniciou-se a produção de discursos jurídicos, legislativos e administrativos que estabeleceram a norma ideal, incluindo os papéis de gênero e a sexualidade como forma de controle social (Foucault, 2024, p. 36-38). Foucault explicita que as leis civis, a pastoral cristã e o direito canônico foram responsáveis pela sexualidade centrada nas relações matrimoniais, a fim de assegurar a reprodução humana e o aumento da força de trabalho. Esse movimento é essencial na fixação da monogamia heterossexual como norma, assim como no desenvolvimento da

patologização da sexualidade, a fim de corrigir quaisquer desvios da normalidade (Foucault, 2024, p. 41–46).

Desse modo, o gênero também pode ser analisada a partir das ideias de Joan W. Scott, considerando sua manutenção por meio das representações sociais e culturais, que envolvem conceitos normativos, identidade subjetiva e instituições sociais e políticas (Scott, 1995, p. 81–91). Em sua teoria, Scott define o gênero como uma categoria sem significado fixo, cuja significação pode ser alternada ou reprimida ao longo da história e da cultura. Para a historiadora, o Estado desempenha um papel fundamental na reafirmação do binarismo de gênero e na atribuição de papéis sociais, reconhecendo o gênero como um mecanismo de legitimação do poder. O poder molda as relações entre os sexos para atender às necessidades da nação. Além disso, a influência do poder público nas relações de gênero pode ser identificada por meio da análise dos discursos que naturalizam ou contestam essas normas (Scott, 1995, p. 91–99).

Baseada nas diferenças biológicas e sociais entre ambos os sexos, a constituição heteronormativa da identidade de gênero colabora na formação de corpos e espaços gendrados. Em diálogo com as ideias da geógrafa Gillian Rose, o controle dos corpos femininos está ligado à normalização de uma diferença social, que considera as mulheres como física e psicologicamente inferiores. Outrossim, a reprodução do patriarcado, associada ao capitalismo, tornam as distinções entre homens e mulheres ainda mais latentes, limitando os espaços femininos à vida privada. Nesse sentido, as áreas relacionadas ao poder de participação pública e política tornam-se espaços masculinos e masculinizados (Rose, 1993, p. 37).

Alinhada a essa perspectiva, Doreen Massey, geógrafa e antropóloga britânica, estuda o espaço e o papel social da mulher. Em sua abordagem, ela demonstra como o controle social e espacial das mulheres ocorre por meio da restrição da mobilidade e identidade, limitadas ao âmbito privado. Ademais, Massey analisa a construção da masculinidade e feminilidade em relação às diferenças regionais, compreendendo o gênero como uma categoria multifatorial. A contenção

da participação social feminina, segundo a autora, pode ser reforçada tanto por meios simbólicos quanto por mecanismos diretos, impactada por políticas e ideologias locais (Massey, 2001, p. 177–180).

A partir da constituição dos espaços e corpos gendrados, é possível perceber o apagamento feminino no âmbito público, sobretudo nas áreas econômica e política, retirando as mulheres dos locais e práticas intelectuais masculinizadas. Conforme a historiadora Michelle Perrot, a área de história das mulheres é diretamente afetada com a ausência feminina nas produções acadêmicas e documentais. Assim, é importante ressaltar o silenciamento feminino nos registros oficiais produzidos pelos representantes do Estado (Perrot, 2005, p. 34-35).

Considerando o contexto do século XIX, as mulheres formavam uma parte alegórica dos espaços públicos, atuando como verdadeiros ornamentos e meras acompanhantes da prática social e política masculina. Desta maneira, o corpo da mulher e sua condição enquanto sujeito fizeram parte de uma convenção social e de uma identidade coletiva, não existindo individualmente nos arquivos e vida política. Perrot também destaca que a produção documental, por ser feita por, para e sobre homens, corrobora para o processo de apagamento das mulheres nos registros oficiais (Perrot, 2005, p. 34-35).

Essa perspectiva dialoga com a teoria de Gayatri Spivak, que considera o silenciamento sofrido pelas mulheres uma violência epistêmica sistemática, em que os sujeitos considerados subalternos não têm poder de falar ou conhecer suas próprias histórias (Spivak, 2010, p. 54). Nesse sentido, o sujeito feminino é ainda mais prejudicado, sofrendo um duplo apagamento: por ser mulher, mas também por ocupar uma posição subalterna, reduzindo seu acesso ao espaço social (Spivak, 2010, p. 67). Spivak também ressalta as instituições sociais como mediadoras do poder de fala do subalterno, contribuindo para o apagamento de suas vivências (Spivak, 2010, 30–32).

Nos registros oficiais portugueses do século XIX, por exemplo, quando as mulheres aparecem, são majoritariamente associadas à família, reconhecidas como

filhas, esposas ou mães, e raramente citadas como sujeitos individuais em deslocamento. Contudo, é importante ressaltar que, mesmo as citações sobre as mulheres como singulares sendo escassas, a maioria de suas representações é relacionada à proteção do corpo feminino, o que será ilustrado no item 4 deste trabalho. Desta forma, o enquadramento institucional demonstra como a mulher emigrante era percebida como um corpo a ser regulado e vigiado, não a considerando um sujeito econômico ou social.

A partir dessa perspectiva, faz-se necessário refletir sobre papel feminino, os espaços ocupados e quem é beneficiado pela hierarquia nas relações de gênero. Para Cynthia Enloe, historiadora americana, para falar sobre a feminilidade e sobre a mulher, é necessário abordar as masculinidades, e, por consequência, o homem. Ademais, as ideias de Enloe se tornam essenciais na análise de gênero, sobretudo por buscar ultrapassar a ideia de emigração feminina ligada estritamente à família, e superar a categoria de “*womenandchildren*” nos estudos transnacionais, colocando as mulheres como sujeitos ativos de suas jornadas (Enloe, 1989, p. 1).

Embora os documentos oficiais portugueses do século XIX promovam um apagamento sistemático das mulheres, isso não significa que sua participação no processo migratório tenha sido insignificante. A realidade feminina era múltipla e diversa, atuando como administradoras de negócios familiares, trabalhadoras em diferentes ofícios. No entanto, os registros oficiais tendiam a enquadrá-las somente no âmbito doméstico e familiar, refletindo uma construção discursiva que reduz a complexidade de suas experiências.

Em suma, as feministas citadas contribuem significativamente para a construção do estudo de gênero e da história das mulheres, fornecendo base para a análise da estrutura social, política e cultural das relações de gênero, bem como o estabelecimento normativo dos papéis sexuais. Além disso, as abordagens teórico-metodológicas possibilitam uma compreensão mais profunda sobre as identidades de gênero pré-estabelecidas, a influência dos regimes de poder sobre elas e questionamento de desigualdades sociais e culturais naturalizadas.

2.1. A emigração feminina portuguesa

O propósito dos deslocamentos femininos variava conforme o contexto migratório da época. De maneira geral, a procura por estabilidade e qualidade de vida foram fatores determinantes na decisão de mudança. Contudo, não é possível descartar a subjetividade da migração englobada por diversos fatores, mesmo em grandes fluxos. A autora Maria Beatriz Rocha-Trindade destaca que a emigração envolve questões específicas e universais que se aplicam em diferentes contextos. Assim, o estudo da mobilidade feminina é essencial para compreender as dinâmicas políticas e culturais, tanto em âmbito geral quanto particular (Rocha-Trindade, 2008, p. 20–21).

As mulheres emigrantes enfrentaram desafios sistêmicos em razão de sua dupla condição: como imigrantes e como mulheres. O primeiro obstáculo diz respeito às dificuldades do processo migratório, enquanto o segundo estava ligado à violência de gênero, dificultando ainda mais o acesso a oportunidades no país de destino (Rocha-Trindade, 2008, p. 20). Ainda, segundo Roseli Boschilia e Natália Ramos, as mulheres também encararam situações adversas nas embarcações, viajando em navios superlotados, condições de insalubres de subsistência e com a possibilidade de sofrer assédio sexual (Boschilia; Ramos, 2021, p. 11–12).

Em casos máximos, foram enganadas e iludidas por exploradores que, em primeiro momento, custearam as despesas e foram responsáveis por toda a tramitação até o destino. A promessa dos traficantes era a melhoria da renda e das condições de vida no exterior. Contudo, após a chegada, os engajadores poderiam coagir as mulheres a pagarem todo o custo do deslocamento e moradia por meio do trabalho sexual, submetidas a quitar dívidas intermináveis impostas pelos traficantes (Rocha-Trindade, 2008, p. 30–31).

No Brasil, as imigrantes portuguesas se estabeleceram em diversos setores da sociedade, atuando tanto no meio rural quanto urbano. Maria Izilda Matos e Lená Menezes de Medeiros destacam que as ocupações das mulheres envolveram a agricultura, a arte e o artesanato, a vida doméstica, industrial, e comercial, muitas vezes

de maneira conjunta. Muitas vezes, conciliando os ofícios com os afazeres domésticos e com o cuidado familiar (Matos; Menezes, 2017). Nesse contexto, o enlace entre a cultura portuguesa e a brasileira também foi realizado por mulheres, com representações marcadamente femininas e o repasse de tradições familiares, como, por exemplo, na culinária e nos bordados (Matos; Menezes, 2017).

Desta forma, as mulheres que se deslocaram, em sua maioria, eram acompanhadas de sua família, fazendo parte do processo de reagrupamento familiar em outro país. Rocha-Trindade aponta que, no contexto europeu, o mecanismo de reagrupamento familiar foi fundamental para a emigração, facilitando a integração social nos destinos. Nesse sentido, a mulher teve um papel central na mediação entre a família e as instituições locais, responsáveis pela comunicação entre os serviços educacionais, administrativos e de saúde pública (Rocha-Trindade, 2008, p. 26).

De acordo com Rocha-Trindade, muitas mulheres ficaram no país de origem enquanto seus companheiros ou familiares emigraram, assumindo a responsabilidade dos negócios familiares, da casa e da família. Indo embora ou ficando em Portugal, essas mulheres conquistaram uma maior autonomia financeira e social, ampliando sua posição no núcleo familiar e na sociedade. Os serviços prestados fora do país, especialmente os conectados às populações locais, permitiram um melhor desenvolvimento linguístico e cultural mais rapidamente (Rocha-Trindade, 2008, p. 31).

A partir desse panorama sobre a história da emigração feminina portuguesa, é possível compreender a relevância do gênero e sexualidade para a história das migrações. As dimensões da participação das mulheres ainda são sub exploradas, dado o predomínio de narrativas centradas na experiência masculina. Ainda assim, os trabalhos utilizados para embasar a pesquisa colaboram para uma compreensão mais ampla e inclusiva dos movimentos transnacionais.

3. Documentos, discurso e a preocupação portuguesa com a emigração

A coleta e o interesse na obtenção dos *Documentos sobre a Emigração de 1873* está diretamente ligada à produção do *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa*, realizado no mesmo ano. Os materiais reunidos serviram como base para o desenvolvimento do relatório oficial do Inquérito. O material foi elaborado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, responsável pelo arquivo e correspondências consulares na época, que reuniu a documentação com mais de 200 registros diplomáticos (Galvanese, 2021, p. 8). Entre os arquivos selecionados, encontram-se cartas, questionários consulares e censos demográficos que descrevem a emigração portuguesa.

O *Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa de 1873* foi produzido a partir do pedido da comissão da agricultura da Câmara dos Deputados. A historiadora Marina Galvanese aponta que a comissão tinha interesse em manter os portugueses no país, cedendo à pressão da associação dos agricultores, preocupados com a carência de braços e com o futuro dos seus investimentos durante o grande aumento da emigração na década de 1870. As autoridades procuraram medidas indiretas para a contenção da emigração, a fim de sanar déficits censitários que abalaram o sul de Portugal, principalmente nas regiões rurais (Galvanese, 2021, p. 386–388).

A partir do dia 16 de abril de 1872, os membros da comissão de agricultura da Câmara dos Deputados atuaram nos estudos sobre a emigração, incluindo cartas consulares e questionários em diferentes localidades. A junção de tais documentos realizada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros deu origem aos *Documentos sobre a Emigração de 1873* e, a partir da análise e seleção dos materiais pela comissão, ao próprio *Inquérito Parlamentar* do mesmo ano. A partir do trabalho de Galvanese, é possível compreender que o intuito dessa documentação, além de procurar medidas de contenção da emigração, era analisar os problemas do deslocamento, dificuldades geradas pelo engajamento e as restrições à liberdade dos portugueses em solo brasileiro (Galvanese, 2021, p. 388–389).

Assim, os materiais reunidos visavam encontrar uma solução para os dois maiores problemas da emigração, que, segundo o próprio Inquérito, eram a saída de mão de obra e as condições de trabalho e vida precárias, com o intuito de garantir o respeito aos direitos dos homens (*Primeiro Inquerito Parlamentar sobre a emigração portuguesa pela Comissão da Camara dos Senhores Deputados*, 1873, p. 3.). Essa motivação inicial confere ao estudo um caráter investigativo, focando nas condições de vida dos portugueses em seu país de origem e nos destinos, no aparato legislativo de outras nações e nas condições de saúde a que estavam submetidos.

Nesse sentido, é válido traçar um paralelo com as ideias de Foucault sobre biopolítica e poder disciplinar como formas de regulação de corpos. Segundo o filósofo, a partir do século XVIII, os Estados passam a controlar a população, administrando os aspectos como natalidade, mortalidade, saúde, assim como a entrada e saída dos indivíduos. Desta forma, articularam-se os mecanismos de vigilância com a normatização da vida (Foucault, 2008, p. 3).

Na definição de Foucault, a microfísica do poder é regulamentador de todos os mecanismos do Estado, nos detalhes da vida cotidiana e nas operações institucionais (Foucault, 2014, p. 135–139). A disciplina, nesse contexto, é classificada como um adestramento progressivo dos corpos e das práticas, orientada por objetivos normativos pré-estabelecidos (Foucault, 2008, p. 74–75). Quando articulada com o sistema legislativo, a disciplina organiza as ações, indivíduos e os espaços, dividindo-os entre permitido ou proibido. Dessa forma, aquilo que não é proibido se fixa como a ordem ideal para a manutenção do controle social (Foucault, 2008, p. 60).

Também é possível analisar que a disciplina não só normatiza o comportamento, mas também pune o que é considerado fora da normalidade na intenção de reduzir os desvios ordem (Foucault, 2014, p. 174-181). No contexto migratório feminino, verificam-se as punições às mulheres que não seguem o modelo de e/imigrante ideal. Como exemplo, pode-se citar a marginalização de prostitutas, mães solteiras ou quaisquer comportamentos que se desviassem da norma social institucionalizada.

Desta forma, os *Documentos sobre a Emigração de 1873* podem ser compreendidos não somente como um repositório de dados sobre o processo migratório, mas também como um mecanismo de regulação do Estado. A preocupação com a saída da população e o preparo do registro são parte de um esforço para procurar estratégias na administração da população, assim como reforçar os mecanismos de disciplina. Portanto, com a análise do discurso oficial por meio dos estudos de Gênero, a fonte pode contribuir para uma leitura mais ampla dos dispositivos do controle social, sobre principalmente os corpos femininos.

4. Preservação do corpo, honra do país

Durante toda a análise dos documentos, é possível notar que as mulheres são retratadas no documento majoritariamente por meio de suas estatísticas, lembradas por sua condição minoritária nas taxas de emigração para o Brasil, em comparação com os homens. Na maior parte dos dados que compõem o material, a participação feminina na emigração praticamente inexistente, sendo destacadas em somente algumas situações, a maioria delas relacionadas ao corpo, à sexualidade e ao comportamento. As cartas, registros oficiais, estatísticas e demais documentos, abordam uma linguagem e simbologia generalizante, que privilegia a ação e participação da figura masculina na sociedade. Em tais arquivos, as mulheres ocupam a sombra de seus pais, maridos ou outros responsáveis.

No documento de número 64, produzido no ano de 1858, está presente a carta do Cônsul de Portugal em Pernambuco, José Henriques Ferreira, ao Marquez de Loulé. O conteúdo da correspondência é a resposta ao questionário do documento aos cônsules no Brasil que indaga sobre salário proporcional, qualidade e quantidade de alimentação, vestuário, horário de trabalho e os contratos de parceria. Após responder prontamente às perguntas sobre as condições em Pernambuco, a autoridade afirma que

de forma alguma se deve consentir no embarque de raparigas para o Brasil, sem que venham acompanhadas de pae, marido ou irmão. Independente do risco a que vem sujeitas a bordo entre marujos (o que já é uma immoralidade), novos perigos as esperam em terra, que me não é possível afastar e que nos envergonham. (*Documentos sobre a emigração portuguesa*)

colligidos e publicados por ordem do Ministerio dos Negocios Estrangeiros, 1873, p. 50)

A declaração do cônsul expõe uma das problemáticas da emigração feminina portuguesa para o Estado: o deslocamento de mulheres desacompanhadas. A preocupação de José Henriques Ferreira gira em torno do perigo da imoralidade, e o risco que ele menciona pode ser interpretado como o envolvimento de moças solteiras com outros rapazes, assédio sexual ou prostituição no país de destino. Independentemente das possibilidades descritas, a honra de Portugal é vinculada à proteção da honra feminina. Para preservação da imagem do país, o cônsul vê como solução a proibição da emigração de mulheres desacompanhadas de homens.

A proposta do cônsul reflete a tentativa de preservação da imagem nacional portuguesa. Alinhando o caso à teoria de Nira Yuval Davis, é possível compreender que a emigração feminina não afeta somente a imagem de Portugal, como também o centro da formação e desenvolvimento do pensamento nacional. Isso porque o papel atribuído às mulheres, tanto social quanto culturalmente, era o de reprodução biológica, simbólica e cultural da nação, desempenhando um papel fundamental na manutenção da identidade nacional (Yuval-Davis, 1998).

Neste sentido, a simbologia da proteção masculina exerce uma influência tanto na construção do imaginário nacional, quanto nas relações de gênero (Yuval-Davis, 1998). O discurso do cônsul é um exemplo da busca pela manutenção da identidade nacional por meio da regulação dos papéis de gênero. No trecho apresentado, ele reforça a ideia de que a contenção dos deslocamentos femininos é uma maneira de proteger a honra das mulheres portuguesas, e, consequentemente, os interesses e a estabilidade da configuração nacional.

Em outro momento, de maneira diminuta, é abordada a prostituição no documento 160, de 1863. Na carta, Antonio Emilio Machado dos Reiz, vice-cônsul encarregado do consulado geral do Rio de Janeiro, relata ao Duque de Loulé a falsificação de identidades e trabalhadores clandestinos no navio *Nova Fama*, que partiu de Porto, com presença de trinta colonos, incluindo menores de idade. Além disso, menciona mulheres emigradas na clandestinidade para serem entregues a uma

“senhora de maus costumes” (*Documentos sobre a emigração portuguesa colligidos e publicados por ordem do Ministerio dos Negocios Estrangeiros*, 1873, p. 157-159), possivelmente dona de bordel ou cafetina, quem iria usufruir dos serviços de prostituição destas portuguesas, sendo 5 delas apresentadas na delegacia para prestar seus esclarecimentos. O cônsul ainda questiona sobre as condições sociais e trabalho no Brasil, comparando-as com a dos escravos negros e as considerando indignas aos conterrâneos brancos pelo baixo salário, alta jornada de trabalho e baixa qualidade de vida.

O destaque feito sobre as mulheres no documento é relacionado à emigrantes clandestinas, com destino ao trabalho sexual. Matos e Menezes pontuam que as prostitutas eram marginalizadas e ignoradas socialmente, principalmente devido à afronta e à moral portuguesa (Matos; Menezes, 2017). E, mesmo a documentação não esclarecendo se a ocupação seria realizada de maneira forçada, ou se era um caso de tráfico, é possível admitir que essas mulheres seriam exploradas e comercializadas, sofrendo com o julgamento de ser a vergonha do país de origem.

É interessante notar que, de acordo com Maria Izilda Matos e Lená Menezes de Medeiros, o olhar masculino sobre a prostituição é primeiramente condenatório, mas também visto como um mal necessário — já que, conforme o pensamento conservador, as mulheres de família não poderiam atender às necessidades masculinas. Assim, o trabalho realizado pelas prostitutas poderia ser visto como essencial na manutenção da ordem familiar e social (Matos; Menezes, 2017).

No documento de número 74, consta uma carta escrita em 1859 por José de Vasconcellos, conselheiro e ministro plenipotenciário da Legação de Portugal no Rio de Janeiro, ao Marquez de Loulé. O caso relatado é uma denúncia sobre o fazendeiro Francisco José Freitas, do município de Iguaçu, Rio de Janeiro, que apresentou comportamento imoral com a filha menor de treze anos de um de seus colonos. Este mesmo proprietário foi denunciado por indício de violência por outros dois colonos, que precisaram de atendimento hospitalar.

No primeiro anexo da carta, José Vasconcellos e Sousa apresenta a situação e cobra respostas sobre o caso, optando por ocultar sua opinião própria, “bem certo de que não podem ser senão sobremodo desagradáveis as [opiniões] que afluirão no ânimo de v. ex.^a com a simples leitura do já referido documento junto” (*Documentos sobre a emigração portuguesa colligidos e publicados por ordem do Ministerio dos Negocios Estrangeiros*, 1873, p. 57). Além de requerer que medidas urgentes fossem tomadas, o autor ainda aponta outro caso idêntico em Taubaté, desta vez sem detalhes, e descreve que mesmo após 7 meses da denúncia às autoridades portuguesas não obtiveram uma resposta em cobrança ao governo federal.

No mesmo documento, é anexada a resposta de José Maria da Silva Paranhos, conselheiro do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Brasil, que considera os feitos do proprietário repreensíveis, mas não acha necessária sua condenação imediata. A autoridade acredita ser necessária a realização de exames que comprovem a violência, para então condenar o fazendeiro. Da mesma maneira, sobre o caso de Taubaté, aponta que, por conta da baixa povoação em um país extenso como o Brasil, muitos dos processos realizados não conseguiram ser atendidos.

O caso apresentado revela a impunidade dos proprietários de terras em relação à violência sexual e física. Os três incidentes citados envolvem não só a relação de poder entre os gêneros, como também reafirma o poder do patrão sobre seus empregados. Esse fenômeno é comprovado pela apresentação dos abusos, nos quais os agressores masculinos envolvidos têm escapado de qualquer forma de reprimenda judicial. Pode-se argumentar que o privilégio da elite proprietária de terras, aliado ao sentimento de antilusitanismo e à evidente negligência em relação à situação dos imigrantes no Brasil, contribuiu para o fortalecimento da impunidade.

A denúncia evidencia as dinâmicas sociais do Brasil no século XIX, não só pela brutalidade dos abusos, que envolvem violências físicas e de gênero, como revelam a conivência e a ineficácia das instituições estatais na proteção de camadas vulneráveis, nesse caso, os imigrantes e as mulheres. Desta forma, o documento, além

de registrar a indignação do conselheiro português, também ocupa o papel de testemunha das fragilidades das instituições reguladoras.

5. Considerações Finais

A análise sobre a emigração feminina portuguesa no século XIX, sob a perspectiva da construção social de gênero e suas relações de poder, permitiu avaliar as complexas dinâmicas entre sexos que moldam a participação de mulheres no contexto migratório. O estudo procurou evidenciar que os corpos femininos não significavam somente sujeitos em deslocamento, mas uma extensão simbólica dos valores culturais e da identidade nacional. Assim, a emigração feminina não era tratada apenas como um fenômeno demográfico, mas também uma questão moral e política, ligada à preservação da imagem e dos interesses do Estado português e de seus representantes.

Além disso, conforme a teoria da performatividade de gênero, apontada por Judith Butler, junto às representações de poder descritas por Joan W. Scott, demonstram como as mulheres emigrantes enfrentaram um duplo controle. Enquanto seus corpos eram disciplinados pela moralidade imposta pelo Estado, as suas identidades eram moldadas por atos performativos, estes que as posicionavam como dependentes, frágeis ou subalternos. Assim, a educação e os papéis sociais considerados femininos foram restritos ao ambiente doméstico e às virtudes familiares, a fim de reforçar a dominação patriarcal e limitar a autonomia de mulheres em seus países de origem, assim como em seus destinos.

Durante a análise sobre a condição das mulheres nos *Documentos sobre a Emigração de 1873*, ressalta-se que seu aparecimento é diminuto, com um discurso gendrficado que priorizou a figura masculina. A documentação, quando citou a participação feminina, expressava uma preocupação somente com os seus corpos, considerando somente a honra e dignidade da nação diante da postura das moças emigrantes, principalmente as solteiras. A apreensão não era necessariamente sobre a segurança e estabilidade das mesmas, mas sobre a preservação de uma imagem portuguesa valorosa e conforme os bons costumes, como afirmado anteriormente.

Portanto, ao considerar as produções de autoras e uma análise documental baseada nas categorias de gênero e nas dinâmicas transnacionais, fica evidente que as aparições das mulheres na documentação, assim como seus silenciamentos, revelam a articulação política do Estado por meio de discursos que visavam controlar a emigração feminina e os corpos das mulheres emigrantes. A análise desses discursos pode ser valiosa para o aprofundamento das investigações sobre a migração luso-brasileira, ampliando as perspectivas de análise sobre a participação feminina no processo migratório.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Ângela. Feminismo, gênero e representações sociais. In: Heloísa Buarque de Hollanda. (org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Vol. I. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, p. 335-355, 2019.

BOSCHILIA, R.; RAMOS, N. Mulheres à proa: relatos sobre a experiência da emigração portuguesa no século XIX. **História** (São Paulo), 40, 2021.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”**. São Paulo: Edusp, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOVERNO DE PORTUGAL. **Documentos sobre a emigração portuguesa colligidos e publicados por ordem do Ministerio dos Negocios Estrangeiros**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

GOVERNO DE PORTUGAL. **Primeiro Inquérito Parlamentar sobre a Emigração Portuguesa**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1873.

ENLOE, Cynthia H. **Bananas, Beaches and Bases: making feminist sense of International Politics**. Berkeley, California: University of California Press, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade, 1: a vontade de saber**. 18ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Paz e Terra, 2024.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GALVANESE, Marina Simões. **Os sentidos da emigração portuguesa:** discursos, diplomas e políticas entre Portugal e Brasil, 1835–1914. Tese, Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2021.

GONÇALVES, Paulo Cesar. A Grande Imigração de famílias para São Paulo: implicações da política de subsídio de passagens na demografia do fluxo transatlântico de europeus (1884-1914). **Entre redes y espacios familiares en Iberoamérica.** Repensando estrategias, mecanismos e idearios de supervivencia y movilidad, v. 1, p. 602-622, 2017.

MATOS, M. Izilda S.; MENEZES, L. M. **Gênero e imigração:** mulheres portuguesas em foco (Rio de Janeiro e São Paulo - XIX e XX). 1ª ed. São Paulo: E-Manuscrito, v. 1, 2017.

MASSEY, Doreen. **Space, Place and Gender.** Cambridge: Polity Press, 2001.

PERROT, Michelle. **Mulheres ou o silêncio da história.** Bauru, São Paulo: Edusc, 2005.

ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz. Porquê a mulher? Reflexões sobre género em contexto migratório. **Actas del Coloquio Internacional,** Santiago de Compostela, 23-24 de noviembre de 2006, p. 19-38, 2008.

ROSE, Gillian. **Feminism and Geography:** the limits of geographical knowledge. Cambridge: Polity Press, 1993.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade,** v. 20, n. 2, jul./dez., p. 71-99, 1995.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

YUVAL-DAVIS, Nira. **Gender & Nation.** Londres: SAGE Publications, 1998.

MODISTAS “FRANCESAS” SOBRE AS DUAS FACES DO ENGAJAMENTO INFANTIL: ações de tutela e soldada na Corte dos anos de 1880

Ingrid Job¹

Artigo recebido em: 20/01/2025.

Artigo aceito em: 06/05/2025.

RESUMO:

Entre 1880 e 1908, ocorreu no Rio de Janeiro, o *boom* das ações de tutela e soldada, quando os interessados em angariarem pequenos trabalhadores foram ao tribunal pleitearem a guarda legal dessas crianças, buscando economizar, os colocando para fazer funções de um adulto. O outro lado do engajamento era, então, o cerceamento da maternagem das mães desses menores por desviarem do modelo de moralidade e maternidade. Demonstraremos como esses recursos jurídicos cruzaram as vidas das modistas “francesas” seja para obter operários da agulha seja pelo receio de perderem a guarda dos seus filhos. Para isso, analisaremos dois processos judiciais dos anos 1880, cruzando-os com fontes impressas e cartoriais, mobilizando os métodos onomástico e indiciário de Carlo Ginzburg e o aporte teórico de Pierre Bourdieu.

PALAVRAS-CHAVE: Modistas Francesas; Maternidade; Imigração; Rio de Janeiro.

“French” dressmaker on both sides of child enticement: tutelage and apprenticeship lawsuits in the Court during the 1880’s

ABSTRACT:

From 1880 to 1908 there was a *boom* of guardianship and apprenticeship lawsuits, when those interested in recruiting young workers went to the courthouse to plead for the custody of these children to save money, making them perform an adult’s job. The other side of the enticement was the restriction to the motherhood of these mothers for not respecting the imposed role model of morality and motherhood. We will show how these lawsuits crossed the lives of the “French” fashion designers both as a way of acquiring workers and by the fear of losing their children’s custody. We will do it through the analysis of two lawsuits from the 1880’s and through cross-

¹ Doutoranda e Mestre em História Social pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF), com pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Integrante do Centro de Estudo dos Oitocentos (CEO), Laboratório de Estudos de Gêneros e Subjetividades (LEGES) e do grupo de estudos “Americanizando” do Laboratório de Estudos de Imigração (LABIMI). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5347140308324125>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4110-3382>. Email: Ingrid.job.130@gmail.com. Algumas das elucidações aqui feitas também estão presentes no capítulo 4 da minha dissertação.

checking with printed sources and notary records, using the onomastic and the evidential paradigm of Carlo Ginzburg and Pierre Bourdieu's theoretical framework.

KEYWORDS: French Dressmaker; Motherhood; Immigration; Rio de Janeiro.

1. Introdução

não foi de franceses, foi de francesas a colônia que chegou ao Rio de Janeiro de 1816, e não era a palheta do pintor, nem o buril do estatuariário, era somente a tesoura das modistas que havia de levantar o monumento da rua do Ouvidor (Macedo, 1878, p. 96)

Se a rua do Ouvidor quisesse algum dia ter as suas armas, não pode adotar melhor emblema do que a tesoura (Macedo, 1878, p. 149)

Joaquim Manuel de Macedo, em *Memórias da Rua do Ouvidor* (1878), descreveu uma singularidade da Corte: ao longo do século XIX, as modistas e costureiras francesas dominavam a rua do Ouvidor e adjacências e através do seu labor conseguiram se subsidiar e em alguns casos até ascenderem socialmente. Elas eram a face por detrás do mercado de luxo da cidade, conquistando não só riquezas, mas também gerando um impacto cultural na cidade, ao ponto de o escritor declarar que foram elas, e não eles, que inauguraram “um fetiche brasileiro pelas mercadorias vindas da França e um olhar mais atento para os modos de vestir na sociedade fluminense e, mais especificamente, do sexo feminino” (Cintra, 2020, p. 6).

Graças a esse fascínio com a França, algumas mulheres francófonas forjaram uma nacionalidade francesa, como *Mademoiselle* (Mme.) Latour e sua mãe Mme. Crèten. Embora fossem belgas (Nicolau, 2018), Mme. Crèten, só depois de se consolidar como fabricante e comerciante de produtos de vestuário francês, revelou sua nacionalidade. Isso poderia ser uma estratégia comercial de Crèten, pois os produtos feitos por modistas francesas costumavam ser mais caros do que os feitos por mulheres de outras nacionalidades (Cintra, 2018). Leone, como sua mãe, pode ter preferido garantir renome e notabilidade na sociedade antes de desvelar sua verdadeira origem. A nacionalidade possivelmente inventada, atrairia novos clientes, fazendo com que ela vendesse mais, lucrasse mais e aumentasse rapidamente o seu capital econômico, pois agregaria às suas peças um valor de distinção simbólica (Bourdieu, 1989). Assim, por mais que, quando Mme. Latour adentrou ao mercado da moda, sua

Revista Espacialidades [online]. 2025.1, v. 21, n. 1, ISSN 1984-817X [177]

mãe já teria se afirmado enquanto belga, ela poderia justificar seu nascimento na França facilmente, dado que o francês era sua primeira língua e qualquer boa anedota inventada seria crível. Logo, por acreditarmos que casos como esses não eram uma exceção, mas, refletem um fenômeno social comum ao longo dos Oitocentos, nomearemos as modistas que se declararam francesas, com a sua nacionalidade entre aspas, ao longo deste artigo.

Tal fato evidencia a força da comunidade francófona no ramo da alta costura e como conseguiram influenciar os hábitos de consumo, ditando as tendências *fashion* na Corte, com a rua do Ouvidor concentrando o mercado de luxo do Rio de Janeiro, chegando a abrigar 90,9% das lojas de modas, em 1850 (Nicolau, 2020). Essa rua representava, então, um espaço simbólico de distinção dentro do campo social da moda carioca Oitocentista, sendo necessário se ter considerável capital financeiro e social, dado que quanto mais perto desse polo do luxo fosse a loja, maior seria o aluguel a ser pago. Porém, maior também seria a distinção simbólica atribuída às *maisons*² das modistas e consequentemente aos objetos lá ofertados (Bourdieu, 1989). A rua do Ouvidor foi, com isso, um espaço construído simbolicamente pelas lógicas existentes dentro do sistema simbólico³ do campo da moda.

As francesas chegaram à Corte principalmente, a partir de 1815, impulsionadas pela fome, guerra, desemprego, epidemias e instabilidade político-econômica que assolaram a França ao longo dos Oitocentos. Elas emigraram como

² Destacamos que concebemos as *maisons* como parte de um espaço simbólico que produz e é moldado pelas assimetrias de poder existentes nesse campo social, como as de gênero, classe e nacionalidade. Seguimos a perspectiva de Pierre Bourdieu e Yvette Delsault, que as consideram como espaços sociais essenciais para o campo da moda, principalmente para a alta costura, que “deve a sua estrutura à distribuição desigual, entre as diferentes “maisons” [...] [e] ao mesmo tempo [é], a condição de entrada em tal competição. As características distintivas das diferentes instituições de produção e difusão, assim como as estratégias que elas utilizam na luta que as opõe dependem da posição que ocupam nessa estrutura” (Bourdieu; Delsault, 2001, p. 2).

³ Os sistemas simbólicos, para Pierre Bourdieu, são “instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que [...] cumprem a sua função política de instrumento de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica)” (Bourdieu, 1989, p. 11). E, se distinguem “fundamentalmente conforme sejam produzidos e, ao mesmo tempo, apropriados pelo conjunto do grupo ou, pelo contrário, produzidos por um corpo de especialistas e, mais precisamente, por um campo de produção e de circulação relativamente autônomo” (idem, ibidem, p. 12).

consequência dos belicosos e instáveis governos, deixando o país com os seus maridos, familiares ou sozinhas em busca de um futuro melhor no Novo Mundo. O Brasil, segundo o *Affaires de la République Française* (1911), era o segundo país com maior recepção de franceses na América Latina, com 11.435 gauleses, ficando, porém, muito atrás da Argentina, que era o primeiro país com maior concentração francesa, com 100.000 sujeitos ou 14% da população total (Martins, 2009). Entretanto, por mais que, quando lemos o censo de 1890 e comparamos a presença de portuguesas (27.752) e italianas (5.252), o contingente de francesas parecesse parco, havendo apenas 1.751 “francesas”, veremos ao longo desse artigo como, mesmo sendo uma pequena colônia galesa, elas marcaram a cultura da cidade, influenciando o curso da moda, dos hábitos de consumo e como outros negociantes da cidade, integraram o mercado de engajamento infantil por meio das ações de soldada e tutela.

Tais sujeitos viram a Corte como um grande horizonte de oportunidades, tanto para os trabalhadores braçais, no serviço no campo, quanto para os que integraram a indústria de luxo na Rua do Ouvidor e adjacências (Menezes, 2024). Com isso, ao aportarem na cidade, as mães encontradas na análise dos processos de tutela e soldada presentes no Acervo do Judiciário do Arquivo Nacional, atuaram como parteiras, modistas, costureiras e nos serviços domésticos. As três primeiras profissões citadas, eram mais vantajosas, pois esses serviços ainda eram incipientes no mercado nacional, com essas mulheres crendo que, frente a parca concorrência, seria mais fácil de galgarem notoriedade na Corte do que em sua cidade natal (Vidal; Luca, 2009).

Assim, ao adentrarem à Corte, essas imigrantes que precisavam sobreviver e manterem seus negócios, utilizaram de diversas estratégias para isso, dentre elas se destacam os recursos de tutela e soldada. As soldadas, eram uma espécie de contrato infantil, no qual o responsável legal se comprometeria a ensinar ao pequeno um ofício e, em troca, lhe pagaria um salário irrisório, que, no período analisado, variou entre 5\$000 a 10\$000 a depender da idade do infante. Para entendermos o quão parco era o salário desses pequenos, de acordo com Eulália Lobo (1989, p. 66), em 1892, o preço de 2 kg de feijão era de 7\$262 e com o valor mínimo da soldada (5\$000), o menor poderia ajudar a família comprando 1 kg de açúcar (2\$455), de 1 a ½ kg de

arroz (1\$635), e um pouco menos de 2 kg de farinha de mandioca (1\$033), itens da base alimentar à época. Contudo, tal valor seria depositado na Caderneta da Caixa Econômica do pequeno e seria acessível apenas ao completar 21 anos. A tutela, era ainda mais lucrativa para as interessadas em amortizar os seus gastos, pois, ao invés de um salário, o tutor de um menor pobre deveria garantir apenas um teto, a alimentação, a vestimenta e, em casos de emergência médica, um boticário.

Esses dois regimes de arregimentação de menores alcançaram seu auge entre 1880 e 1908 como consequência da crise no sistema escravista, da grande imigração e o consequente aumento populacional na cidade que levaram inúmeros sujeitos ao Juízo dos Órfãos, visando pleitearem a guarda de menores, colocando-os para exercerem o mesmo labor que um adulto a um menor custo. Elas acionaram, para isso, argumentos filantrópicos em suas petições, alegando que estariam os salvando do terrível futuro que sua mãe poderia lhes dar, ao ensiná-los um ofício e tratá-los “como se fossem da família”. Suas intenções, contudo, eram a de manter o domínio senhorial, explorando a mão de obra e impondo relações de trabalho baseadas na mentalidade escravista, com a violência física sendo empregada para moldar os menores a serem trabalhadores passivos e subservientes. Em contrapartida, as mães dos infantes foram cerceadas dos cuidados com seus filhos devido a acusações que iam da vulnerabilidade econômica à ausência de moralidade, em petições despachadas e concluídas sem que nem ao menos as fossem dadas o direito à contraprova.

O objetivo deste artigo é, então, demonstrar como as modistas “francesas”, enquanto mães e negociantes, foram ao mesmo tempo engajadoras e vítimas dos processos de tutela e soldada, com elas se munindo dessas ações judiciais como forma de baratear os custos de manutenção das suas *maisons* e lucrar em cima da exploração de menores, evitando, com isso, a iminente falência. Entretanto, por serem mulheres, mesmo que dotadas de capital social, simbólico e econômico (Bourdieu, 1989), elas também experienciaram o receio de terem seus filhos engajados por sujeitos que as privariam da maternagem por motivos que iam desde interesses econômicos até rixas e rivalidades comerciais. Ilustraremos essa hipótese através do *métier* das modistas no

Rio de Janeiro dos Oitocentos, junto aos casos de soldada de Mme. Clémence Comaitã e da justificativa de tutela de Mme. Leone Latour.

2. As modistas “francesas” oitocentistas: negociantes, mães e engajadoras de crianças

A modista ou *modiste*, na França do século XIX, era uma profissão diferente de costureira. Segundo o *Dicionário Etnológico Larousse*, *modiste* era a “pessoa que confecciona ou vende chapéu de mulher”⁴ (Menezes, 2024, p. 99), sendo uma atividade desempenhada tanto por homens quanto por mulheres, enquanto as costureiras eram chamadas de *grisette*. O nome se originou do fato delas utilizarem roupas cinzas (*gris*) para trabalharem, pela cor disfarçar por mais tempo as manchas e sujeiras da lida diária (Reis, 2024, p. 100).

No Brasil de fins do século XIX, porém, essa divisão de labor não era tão rígida, com as costureiras e modistas, sendo sinônimos. A diferença entre os dois ofícios foi, portanto, mais substancial que prática, com as costureiras nas *maisons* fazendo a parte mais mecânica do trabalho, enquanto as modistas tinham parte do seu labor baseada na arte. Elas desenhavam e refletiam sobre as tendências de moda para compor os ornamentos das roupas, mas, elas também necessitavam ter uma noção básica sobre caimento dos tecidos, modelagens, texturas e outras técnicas de costura. Logo: toda modista era costureira, mas nem toda costureira era modista.

É interessante pensarmos no fato de que nos *Almanaks* franceses as modistas eram referidas como “mercadoras de novidades” ou “mercadoras da moda”⁵, destacando que além da dimensão artística e técnica, elas deveriam ter uma perspicácia mercantil. Para terem um negócio longo, também era essencial gerir os insumos e administrar a loja a fim de produzir mais a um menor custo (Reis, 2024). Dado que, em Paris, como no Rio de Janeiro, as modistas também eram proprietárias, operárias e comerciantes das suas lojas. Elas vendiam

⁴ “personne qui confectionne ou vend des chapeaux de Femme”.

⁵ “marchande de nouveauté ou marchande de Mode”.

adornos e mais objetos necessários para a produção das indumentárias; comercializavam as indumentárias em si, vindas já prontas de suas lojas parceiras de Paris, ou a produziam sob medida para a clientela fluminense (Reis, 2024, p. 70)

Outra característica importante da profissão decorre do fato de que o trabalho com agulha foi uma atividade que permitiu às mulheres contarem com a ajuda dos seus filhos. No caso das modistas, em um momento de falta de funcionário, eles poderiam as auxiliar segurando faixas de tecidos enquanto ela demonstrava o protótipo da sua criação ou buscando plumas, penas, flores ou o seu agulheiro para fixar no chapéu ou vestido, algum incremento ao gosto da sua cliente. Isso tornava possível que as modistas e costureiras exercessem simultaneamente o materno e o labutar, ensinando aos seus filhos o seu labor desde a mais tenra idade e formando, assim, a futura geração de proprietários do negócio. Além disso, a presença dos seus pequenos ainda as auxiliavam a diminuir os custos com a manutenção da *maison*.

Tal ajuda era de grande utilidade, pois parte significativa das “francesas” costureiras chegaram à Corte pobres ou com apenas uma pequena reserva de dinheiro, tendo que trabalhar anos a fio para se tornarem modistas proprietárias (Menezes, 2024). Foi o que fez a modista Anne Durocher, que, por mais que tenha conseguido abrir sua loja, em 1816, pouco tempo após aportar na cidade, graças à sociedade com M. Dufrayer - ela entrando com o saber prático e ele com capital - (Menezes, 2024), Anne sempre contou com o auxílio da sua filha Josephine Durocher na feitura dos seus produtos. Ao falecer, em 1829, ela a deixou de herança a loja e problemas financeiros. A jovem os geriu por três anos, conciliando a produção de luvas em linho, seda e cambraias, bordadas em ouro e prata, com a gestação e o materno de seus dois filhos, Vicente João Francisco do Rocher (1830) e Pedro Amado Humberto David (1831), ambos frutos da sua relação com Pedro David. Porém, Josephine não deu continuidade à tradição de modista, vendendo a sua loja, em 1831, para dar início, em 1834, à sua formação na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no curso da “arte do partejar”, pelo qual se tornou a famosa parteira Mme. Durocher (Mott, 1994).

Contudo, para as modistas que não tinham filhos ou não queriam envolvê-los na rotina das suas *maisons*, havia ainda a possibilidade de adentrar ao mercado das

costureiras alugadas (estrangeiras e nacionais livres e libertas) ou compradas (cativas), porém, muitas preferiram recorrer a uma terceira via: a assinatura da responsabilidade legal de um menor, dado que, enquanto as trabalhadoras alugadas/compradas teriam um alto custo, um pequeno assoldado trabalharia por um valor módico e o tutelado lhe custaria um pedaço de pão e um teto sobre a cabeça. Dito isso, podemos adentrar à análise da trajetória de Mme. Camaitã e de Mme. Latour, observando mais alguns traços do ofício de modista e como esses recursos jurídicos cruzaram as suas vidas.

2.1. O engajar: o *métier* de modiste e o caso de Mme. Comaitã

A modista e costureira⁶ Mme. Comaitã adentrou o país, na primeira metade do século XIX, provavelmente, sem reservas financeiras e com o anseio de construir um futuro melhor para si. Ela, como outras *grisettes*, teve de trabalhar por anos nas lojas das suas compatriotas modistas, economizando ao máximo para juntar o pecúlio necessário para que pudesse investir na abertura de seu próprio ponto comercial. Mme. Comaitã, então, aproveitou da janela de oportunidade que tornava viável sua ascensão de operária a proprietária, por conta da incipiência do mercado da moda, sem nomes consagrados e com pouca concorrência, até a década de 1850 (Reis, 2024). Contudo, ainda havia certas dificuldades financeiras para adentrar e se consolidar no ramo, dado que não se tratava de um setor que vendia itens de consumo diário, de primeira necessidade, tornando difícil a manutenção e expansão do negócio com exíguas vendas. Afinal, não era todos os dias que uma mulher iria à loja de Mme. Durocher para comprar um par de luvas bordadas à ouro.

O mercado da moda estava em expansão nesse período, justamente, porque, foi apenas após a chegada da Corte portuguesa ao Brasil, em 1808, que houve a introdução de um novo hábito de consumo, no qual a moda e os produtos franceses ganharam destaque, criando

necessidades decididamente novas, vinculadas a maneiras mais sofisticadas de vestir-se e comportar-se em sociedade, criando demandas até então

⁶ “Clemence & C., modista e costureira, 42, r. Quit.”. Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial do Rio de Janeiro, 1875, ed. 32, p. 1751.

inexistentes na cidade transformada em capital do velho império transcontinental (Menezes, 2024, p. 62)

A moda, nesse contexto, não era apenas estética, era símbolo, imbuída de poder simbólico, que transmitia por meio de uma linguagem própria que era capaz de ser lida apenas pelos sujeitos pertencentes a aquele grupo social (Bourdieu, 1989). O consumo também não era isento. Consome-se para publicizar seu nível social. Consumir era um gesto social, no qual a mulher se tornava o espelho do capital econômico do seu esposo, de modo que, quanto mais elegante estivesse, maior seria o *status* social do seu marido e família (Montelone, 2020, p. 8), pois, seu traje publicizava a distinção social, nobreza, valor e respeito à família.

O saber se portar em sociedade englobava, portanto, o saber se vestir adequadamente para cada situação. Quem era a responsável por prover essas opções de indumentárias, no caso das mulheres, eram as modistas, com as *Maison de mode* se dedicando a atender uma freguesia composta por mulheres ricas e algumas mulheres remediadas que reuniam as suas economias em troca de um vestido para o seu casamento ou para o batizado do seu filho (Cintra, 2018; Reis, 2024). Logo, elas eram conhecidas da camada dominante da Corte, elas vestiam as esposas e filhas dos juristas e políticos que gastavam algumas centenas de réis anuais em suas lojas.

A viabilidade de ascensão social das modistas se relacionou, portanto, ao fato de que a elite carioca desejava ter uma peça assinada por uma modista francesa e essas mulheres por terem “uma inteligência capaz de aproveitar a atenção brasileira por tudo aquilo que era francês ou provinha da França, especialmente a moda” (Menezes, 2024, p. 106), se apropriaram dessa nacionalidade e de seu saber de costura para enriquecer, abrindo seus negócios e empreendendo com seus filhos, irmãos e esposos (Menezes, 2024, p. 42-3). Logo, acreditamos que as modistas ao longo dos oitocentos foram uma “representação de civilidade e modernidade parisiense almejada pelos/as fluminenses” (Reis, 2024, p. 67). Se vestir de acordo com as tendências parisienses era expor ao mundo através de símbolos legíveis para quem detivesse aquele capital simbólico, que você era um sujeito moderno e alguém com capital econômico o suficiente para portar esses elementos dotados de modernidade (Bourdieu, 1989).

Clémence Comaitã começou a sua trajetória na cidade como uma simples contramestra da loja de Mme. Catherina Dazon e Mme. Louis Dazon, que por sua vez, atuaram no mercado da moda da cidade desde a década de 1830 (Reis, 2024, p. 121). Em 1867, ela conseguiu abrir sua própria *maison* de feitura de vestidos e em seu anúncio de estreia na revista *Ba-Ta-Clan*, disse: “*A Sra. Clémence Comaita/ costureira/ tem a honra de informar as senhoras que o seu contrato com a empresa do Sr. Louis Dazon expirou. / 48 Quitanda 48./ 1º Estágio*” (tradução nossa)⁷. Contudo, o desafio não terminava ao abrir a loja. Pelo contrário, o difícil era manter o negócio vivo, o que exigia estratégias para maximizar seus lucros e diminuir os gastos com a manutenção do estabelecimento. Sem isso, Mme. Comaitã administraria o seu negócio com o fantasma da falência fazendo visitas frequentes à loja, dado a instabilidade e a sazonalidade do mercado de luxo.

Como proprietária de uma loja de modas à rua da Quitanda, número 48⁸. Clémence, a partir de 1869, não mais se anuncia no *Jornal do Commercio* como Mme. Comaitã, mas sim, como Mme. Comaitã & C., demonstrando que após dois anos na praça ela firmou sociedade com outra(o) negociante. Lená Menezes (2024) afirma que tal estratégia de mercado foi comum entre as “francesas” do setor da moda, com elas estabelecendo sociedades, normalmente com comerciantes já estabelecidos na praça ou com outras modistas, para conseguirem abrir ou ampliarem seus estabelecimentos e quando fossem capazes de se sustentarem com suas próprias tesouras, dissolviam a sociedade e seguiam sós, como fizeram Mme. Crêten e Mme. Dol, respectivamente a mãe e tia de Mme. Latour, ambas costureiras “francesas” que tiveram uma sociedade entre 1849⁹ e 1855¹⁰, com uma loja de fazendas brancas à rua do Ouvidor n. 110.

⁷ “Mme. Clémence Comaitã/Couturière/a l’honneur de prévenir les dames que son contrat avec la maison de M. Louis Dazon étant expiré/ 48 Quitanda 48./ 1er Etage” (*Ba-Ta-Clan*, 11/11/1867, p. 8 apud Menezes, 2024, p. 98).

⁸ *Jornal do Commercio*, 5/2/1868, p. 4.

⁹ *Jornal do Commercio*, 28/3/1849, p. 3.

¹⁰ “Dissolveu-se amigavelmente, no dia 28 de fevereiro próximo passado, a sociedade que girava nesta praça com a firma de Mme Crêten e Irmã, ficando o ativo e o passivo da extinta sociedade a cargo de Mme Crêten, a qual continua como pelo passado com sua fábrica de camisa e negócio de roupa branca.” *Jornal do Commercio*, 24/4/1855, p. 3.

A *Maison* de Mme. Comaitã, como nas lojas de suas compatriotas, além de possivelmente acolher as costureiras da sua pátria, também solicitou pela mão de obra de trabalhadoras nacionais, como vemos no anúncio: “*PRECISA-SE de perfeitas costureiras, em casa de Mme. Comaitã, rua da Quitanda n.48, sobrado*”¹¹. O mesmo anúncio se repete no mesmo mês e em maio, junho e julho do mesmo ano¹², o que pode nos indicar que a loja estava em expansão e à procura de novas empregadas ou ainda sugere a alta rotatividade de mão de obra do mercado de moda, no qual a costureira não suportava mais de um mês frente à alta demanda de trabalho, se demitia, obrigando que a modista iniciasse uma nova busca por operárias. Isso ocorria em decorrência da inconstância de demanda e o alto custo de investimento para iniciar a produção de uma *Maison* (como em tecidos, joias, flores e plumas) que fizeram com que muitas delas não conseguissem pagar o salário de uma boa costureira ou contratavam apenas uma para atender um serviço excessivo, com elas não aguentando tais condições e procurando um novo local de trabalho.

No final de 1873, tentando atrair novas trabalhadoras pelo bolso, a modista anuncia que: “*PRECISA-SE de perfeitas costureiras, pagando-se bons ordenados; em casa de Mme. Comaitã, rua da quitanda n.48*”¹³. O mesmo anúncio se repete no dia seguinte, o que pode indicar que mesmo com o aumento salarial, Mme. Comaitã não conseguia novas empregadas, talvez pela fama de má chefe ou pelo alto volume de trabalho e grau de exigência para um salário que mesmo aumentado ainda seria pouco atrativo¹⁴. No ano seguinte, a luta por bons empregados fixos, mesmo oferecendo “bons ordenados”, continuava¹⁵ e em setembro de 1874, ela dizia pagar de 40\$000 a 48\$000 a uma costureira de corpinho (*corset*)¹⁶.

Podemos inferir, através dos anúncios feitos por Mme. Comaitã, que era difícil encontrar “perfeitas costureiras”, mesmo oferecendo “bons ordenados”. Uma

¹¹ *Jornal do Commercio*, 24/1/1873, p. 6, grifos originais.

¹² *Jornal do Commercio*, p. 6; 30/1/1873, p. 1; 17/5/1873, p. 1; 4/6/1873, p. 1; 8/6/1873 p. 8; 19/7/1873, p. 8; 20/7/1873, p. 1.

¹³ *Jornal do Commercio*, 30/8/1873, p. 1, grifos originais.

¹⁴ *Jornal do Commercio*, 1/9/1873, p. 4, grifos originais.

¹⁵ *Jornal do Commercio*, 30/6/1874, p. 1.

¹⁶ *Jornal do Commercio*, 23/9/1874, p. 1; 24/9/1874, p. 1.

solução encontrada por algumas dessas negociantes foi adentrar ao mercado escravista, como fez Mme. Crèten, mãe de Leone Latour, que, em 1888, anuncia no *Jornal do Commercio*: “*PRECISA-SE de boas costureiras de roupa branca em casa de Mme. C. Crèten: **prefere-se que sejam escravas**; na rua do Ouvidor n.133B, antiga esquina da Gonçalves Dias*”¹⁷. Para elas, talvez fosse mais proveitoso investir em uma pessoa que se negava “qualquer tipo de humanidade e considerados, tais como objetos, bens materiais, incluindo-os como suas propriedades” (Reis, 2020, p. 398), do que se aventurar no mercado de costureiras, que sofria com a alta rotatividade de funcionários. Em contrapartida, as escravizadas, por serem concebidas como objetos, dos quais o proprietário poderia fazer o devido uso fruto, poderiam ser açoitadas e obrigadas pelas modistas a respeitarem o nível de exigência e excelência na feitura dos produtos da sua *maison*. O investimento na compra de um escravizado seria alto, porém, a certeza de que a negociante não perderia encomendas ou as atrasaria por falta de funcionário era quase que absoluta. Afora a isso, caso quisesse ganhar um dinheiro extra, poderia alugar a cativa para outra loja, dado que um escravizado que soubesse os traquejos da alta costura era bem valioso (Reis, 2020).

Tão valioso que houve alguns senhores que “formavam” suas escravizadas para trabalharem nas lojas dessas senhoras modistas, com elas sendo postas nesses ambientes em tenra idade para aprenderem as técnicas de costura francesa e após concluída a sua formação seriam inseridas no mercado de modas. Ademais, há a possibilidade de que essa fosse uma forma das próprias modistas aumentarem seus lucros, já que esse seria um trabalho gratuito, com elas mesmo se anunciando nos jornais: “Há uma Sra. Modista que se propõe a ensinar alguma negrinha a costurar; na rua da Cadeia n.55, loja”¹⁸, com o termo “negrinha” indicando que se referia a uma criança que carregava a marca da escravidão na pele¹⁹, mas também podendo ser livre/liberta com a prenda de costura auxiliando na sua sobrevivência futura.

¹⁷ *Jornal do Commercio*, 3/1/1880, p. 4, grifos nossos.

¹⁸ *Diário do Rio de Janeiro*, 27/7/1845, p. 4, apud Cintra, 2018, p. 67.

¹⁹ De acordo com o *Dicionário da Língua Brasileira* (1832), Negro(a) e Preto(a) são sinônimos, com o primeiro sendo classificado como uma pessoa “De cor preta [...] Negro, diz-se do homem preto e Negra da mulher preta [...]”; enquanto preto significa “Homem preto”. Sobre isso, Karoline Carula **Revista Espacialidades** [online]. 2025.1, v. 21, n. 1, ISSN 1984-817X [187]

Melhor do que ter um escravizado, que exigia certo capital econômico para adquiri-lo, seria ter uma criança desvalida sob sua tutela, no qual o esposo da modista ficaria responsável por dar a ela apenas alimentação, vestimenta e um lar, o que reduzia abundantemente os gastos da loja. Contudo, como nem todas as modistas eram casadas ou tinham seus maridos vivos²⁰, sobrava apenas a opção da soldada. Essa exigia o pagamento de um ínfimo salário (5\$000-10\$000) e, em alguns casos, ao pagar esse salário, a modista se isentava dos outros custos que a assoldada poderia ter, o que as levou a fazerem uso do mercado de engajamento infantil, através desses dois recursos jurídicos em um momento de dificuldade econômica.

Como fez a própria Mme. Comaitã²¹, que durante o momento da abertura do processo de soldada, em 1882, não passava por um bom período econômico. Na verdade, desde a inauguração da loja, ela enfrentava algumas dificuldades em estabilizar o empreendimento, dado que, no decorrer da sua trajetória de modista proprietária ela teve inúmeros endereços na cidade, passando pela rua do Ouvidor n.47 (1868) e n.89 (1870)²², rua Sete de Setembro n.221 (1868)²³, a rua da Quitanda n.28 (1869-1875)²⁴ e n.38 (1879-1885)²⁵, voltando para a rua do Ouvidor n.29 (1876-1878)²⁶ e n.100 (1882)²⁷. Tal troca-troca de endereço nos revela que Mme. Comaitã não era uma boa gestora do seu estabelecimento, não conseguindo se recuperar dos seus déficits financeiros, se estabilizar e fixar-se em um local lucrativo, tendo que trocar recorrentemente para um endereço que suas economias comportassem melhor.

(2020, p. 248) defende que preto(a) era, no decorrer do século XIX, uma outra maneira de se referir à uma pessoa escravizada nos anúncios de jornais.

²⁰ Segundo as Ordenações Filipinas ([1603] 1879) apenas mães e avós poderiam requerer a guarda de seus filhos e netos. As outras mulheres poderiam recorrer apenas à soldada.

²¹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Acervo do Judiciário. Juízo de Órfãos e Ausentes da 2ª Vara (ZM). Parte: Francisca, 1882, nº 1634, maço 2306, gal A.

²² *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial do Rio de Janeiro*, 1870, ed.27, p. 1469.

²³ *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial do Rio de Janeiro*, 1868, ed. 25, p. 1512.

²⁴ *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial do Rio de Janeiro*, 1869, ed.26, p. 730; 1870, ed.27, p. 706, p. 1469; 1871, ed.28, p. 696, p. 1400; 1872, ed.29, p. 780, p. 788; 1873, ed.31, p. 804, p. 890, p. 1488; 1874, ed.32, p. 864, p. 962, p. 1751, p. 1798; 1876, ed.33, p. 927

²⁵ *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial do Rio de Janeiro*, 1879, ed. 36, p. 982; 1880, ed.37, p. 930, p. 1046, p. 1830, 1882, ed. A40, p. 550; 1884, ed.A41, p. 800.

²⁶ *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial do Rio de Janeiro*, 1876, ed.33, p. 1023; p. 1925; 1877, ed.34, p. 927, p. 1031, p. 1923; 1878, ed.35, p. 859; 1878, ed.35, p. 960, p. 1821; 1885, ed.42, p. 841.

²⁷ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Acervo do Judiciário, op. cit., p. 3.

Sobre isso, Laura Reis (2024, p. 115-116) nos diz que, “as mudanças de uma loja para outra poderiam acontecer por diversos motivos: incluindo um menor valor de aluguel, uma maior comodidade nos ambientes e, inclusive, a localidade da loja”, no qual quanto mais distante do espaço simbólico de distinção, representado pela rua do Ouvidor, menor seria a notoriedade e efeito de distinção da modista na cidade. Então, talvez Mme. Comaitã enfrentasse constantes altos (rua do Ouvidor) e “baixos” (quando precisava se mudar para as ruas adjacentes) no mercado de alta costura. Como forma de diminuir seus custos, Mme. Comaitã, em 1882, pega a soldada de Francisca, uma menina nacional de 14 anos por 10\$000rs. Provavelmente, nesse ano Clémence não tinha verba no caixa para pagar mais de 40\$000 no salário de uma operária, já que sabemos que alguns meses antes da assinatura da soldada de Francisca a modista declara falência, com o andamento do seu processo sendo anunciado na seção de avisos do *Jornal do Commercio*.

Em 18 de fevereiro de 1882, o impresso informa que “Clémence Comaitã & C [...] Espeçam-se editais, citando os credores, a fim de virem, no prazo de 5 dias, alegar o que lhes convier sobre a classificação dos créditos”²⁸. Ou seja, o juiz da primeira vara comercial solicitava que fosse chamado em juízo as pessoas com as quais Mme. Comaitã pegou dinheiro emprestado para que combinassem a melhor forma para a mesma realizar o pagamento da sua dívida e, assim, conseguisse contornar a situação de crise financeira. Entretanto, em setembro de 1882²⁹, vemos que seu processo de falência se conclui, do que se subentende que a modista consegue acertar um cronograma de pagamentos aos seus credores, tornando possível o seu restabelecimento no mercado da moda. Talvez a dívida tenha sido alta, com Comaitã tendo enfrentado anos de restrições econômicas, pois, ao longo de toda a década de 1880, não vemos mais Clémence procurando novas operárias no *Jornal do Commercio*, porém, sabemos que continuava a atuar na cidade, pois, em 1885, há no

²⁸ *Jornal do Commercio*, 18/2/1882, p. 2.

²⁹ *Jornal do Commercio*, 23/9/1882, p. 3.

Almanak o anúncio: “Clemence Comaita Alves³⁰, Mme., r. da Quitanda, 38, sobrado”³¹.

Francisca, possivelmente, foi uma empregada coringa, exercendo funções variadas no período no qual esteve a trabalhar para a modista, dado que frente à falência dificilmente a negociante poderia contar com uma equipe setorizada. Porém, ela não adentrou a maioria na *maison* da modista, pois, após alguns meses de serviço, Clémence deixou de ser a guardiã da moça, com ela passando por mais três responsáveis legais antes dos seus 21 anos³². Contudo, deixaremos a exploração das vicissitudes da trajetória de Francisca para outra oportunidade, dado os limites e objetivos deste artigo. Por ora, é válido destacar apenas que para as modistas os recursos de soldada e tutela seriam muito vantajosos, porque diminuía os gastos com a manutenção da loja e garantiam a permanência do trabalhador, mesmo diante a longas jornadas de trabalho e as privações vividas. Ademais, havia mais uma vantagem: por serem crianças/adolescentes, seria mais fácil de doutriná-los, manipulá-los e forçá-los a atenderem aos deveres da loja, principalmente, caso fossem imigrantes órfãs, pois teriam uma rede de proteção relativamente exígua, sendo por vezes incapazes de sair daquela situação. E, se porventura eles as desobedecessem ou se comportassem mal, como uma boa mestra, o castigo se estabeleceria com o rotineiro “amor forte”³³.

2.2. O receio: a prevenção de Mme. Leone Latour

Leone Malchair, através do seu processo de tutela, nos apresenta a outra face do engajamento dos menores: o temor de ter a maternagem interrompida. No caso

³⁰ Desde 1877, Joaquim da Silva Alves era seu sócio. Comaitã casou-se com ele em janeiro de 1879. Apesar disso, ela só passou a utilizar seu sobrenome, em 1882, mesmo assim, apenas no *Almanak*. No *Jornal do Commercio*, ela continuou se nomeando como “Mme. Comaitã”, como em 1886: “CONTRAMESTRA/ Precisa-se de uma perfeita contramestra para uma das principais oficinas de costura, em S. Paulo: para informações em casa de Mme. Comaitã, rua da Quitanda n.38” (*Jornal do Commercio*, 2/12/1886, p. 4.). Ver: Certidão de casamento de Clemence Comaitã. Brasil, Rio de Janeiro, Registros da Igreja Católica. *FamilySearch*. Disponível em: < <https://www.familysearch.org/ark:/61903/1:1:6X8G-2DZG> >. Acessado em 11 de jan., de 2025.

³¹ *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial do Rio de Janeiro*, 1884, ed. A41, p. 800.

³² Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Acervo do Judiciário, op. cit.

³³ A violência integrava a educação dos menores no lar, no labor e nas escolas diante a más condutas.

da “francesa”, mesmo fazendo parte de uma ilustre família de modistas, com sua mãe sendo Mme. Crèten, fornecedora de camisas brancas da família real, com loja estabelecida na Rua do Ouvidor desde 1849 e sua tia Mme. Dol tendo ganhado notoriedade ao ponto de, desde 1883, ter uma sede da sua loja em Paris³⁴, Leone continuava a ser uma mulher e, portanto, nem dinheiro e nem influência, poderia a proteger completamente de ter a sua maternagem posta em risco frente às ofensas morais feitas em juízo por um homem minimamente íntegro. Contudo, a riqueza em capital simbólico, econômico e social (Bourdieu, 1989) a permitiu acumular recursos para se defender das injúrias e/ou se salvaguardar de ter sua maternidade cerceada.

Mas, antes de explorarmos seu processo, é necessário abordarmos brevemente sua trajetória. Leone, provavelmente, chegou ao país durante a sua infância, dado a presença da sua mãe na Rua do Ouvidor há 36 anos no momento da abertura da ação. A modista se casou com Louis Latour, em 1867³⁵, e tiveram desta data até o falecimento do patriarca, em 27 de junho de 1883³⁶, quatro filhos: Jeanne Latour (1867), Poul Latour (1871), Eugene Latour (1874) e Berthous Latour (1879)³⁷.

Além disso, atuava no ramo da moda desde, pelo menos, 1870, primeiro com Mme. Latour & C., na rua da Ajuda n.298, e depois, junto ao seu irmão Guilherme Malchair, com a loja Malchair & Irmã, localizada à rua Sete de Setembro n.35, na qual vendiam luvas de pelica, feltro e chapéu de palha, oferecendo também o serviço de lavagem, tintura e dando formas mais modernas ao mesmo³⁸. A loja também contava com a presença de outros funcionários, visto os anúncios: “Precisa-se de um bom oficial de chapeleiro, especialmente pra enformar chapéus de palha; na rua Sete de

³⁴ *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial do Rio de Janeiro*, 1883, ed.40, p. 1581.

³⁵ “Na matriz do Santíssimo Sacramento: [...] Luiz Urbain Latour com Leoni Malchair [...]”. *Jornal do Commercio*, 2/1/1867, ed.2, p. 6.

³⁶ Provável missa de sétimo dia ocorreu dia 4 de julho de 1883, logo, o mesmo faleceu por volta do dia 27 de junho: “Mme. Viúva L. Latour e seus filhos, agradecem cordialmente às pessoas que fizeram o caridoso obséquio de acompanhar o enterro de seu prezado esposo e pai Louis Latour, e de novo as convidam para assistirem à missa que se há de celebrar hoje quarta-feira 4 do corrente, às 8:42 horas, na igreja de S. Francisco de Paula” *Jornal do Commercio*, 4/7/1883, ed.184, p. 4.

³⁷ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Acervo Judiciário. Juízo de Órfãos e Ausentes da 2ª Vara. Partes: Luís Latour. 1885, nº3614, maço 182, p. 2.

³⁸ *Jornal do Commercio*, 13/10/1871, ed.283, p. 5.

Setembro, n.35, loja, Machair & Irmã”³⁹; “Precisa-se de boas costureiras, em casa de Malchair & irmã, rua Sete de Setembro n.35”⁴⁰.

Ao não especificar uma preferência quanto ao *status* jurídico dos trabalhadores, e tendo em mente que se trata de um período escravista, facilmente, Mme. Latour e seu irmão poderiam ter escravizados, comprados ou alugados, laborando junto aos livres e libertos. Tal qual foi feito por outras modistas da época, como sua mãe, Mme. Crèten, que às vésperas da abolição continuavam a preferir o aluguel ou compra de cativos que sabiam costurar. Porém, o fato de ter funcionários no estabelecimento, indicava que a loja ia bem, pois eles teriam dinheiro para pagar costureiras, chapeleiros e ainda obter lucro com a produção das mercadorias.

Mme. Latour, então, em 1875, provavelmente ao se ver com pecúlio suficiente para abrir sua própria loja e com o irmão querendo se aventurar em um novo ramo, a sociedade entre os dois foi desfeita e Guilherme abriu uma importadora de produtos⁴¹. Seguindo a tendência da época (Reis, 2021), ela abriu uma loja com o seu nome à rua Sete de Setembro, n.37, primeiro andar, mudando-se no ano seguinte para a rua da Quitanda n.53, e lá permaneceu até pelo menos 1885, ano de abertura da ação de justificativa de tutela. Nesse ano, sua fama era tamanha que se anunciava no *Almanak* como: “**Latour, Mme.**, Costureira e modista das principais famílias da corte, encarrega-se de toda e qualquer obra para bailes, passeios, teatros, casamentos, e bem assim faz enxovais completos com brevidade, r. da Quitanda, 53, sobrado”⁴².

O fato dela ter se mantido num espaço simbólico valorizado (Bourdieu, 1989), por anos produzindo artigos de luxo nos dá um vislumbre de que tratamos aqui da luta judicial de uma mulher minimamente remediada. Dado que:

Ser proprietária certamente traria a essas mulheres uma maior estabilidade social e, por vezes, uma estabilidade financeira - contanto que o negócio

³⁹ *Jornal do Commercio*, 12/3/1872, p. 1.

⁴⁰ *Jornal do Commercio*, 13/4/1874, p. 1, grifo original.

⁴¹ Aparentemente o seu negócio é liquidado em 1878, visto o anúncio: “Leilão - Chama-se a atenção dos Srs. Proprietários de hotéis para o leilão que efetua hoje o leiloeiro L. H. Ribeiro, na importante casa de conservas, vinhos, etc., à rua Sete de Setembro n.74, às 11 horas da manhã e por ordem do Sr. Guilherme Malchair, que liquida.” *Jornal do Commercio*, 26/7/1878, ed.177, p. 1.

⁴² *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial do Rio de Janeiro*, 1885, ed. B42, p. 217, grifo original.

prosperasse e não enfrentasse dificuldade monetária -. Mas, o fato mais expressivo de todo esse universo social e econômico, é que essas lojas não funcionavam e não existiam sem essas mulheres (Reis, 2024, p. 311)

Todavia, essa autonomia e riqueza em capital simbólico e econômico tida pelas modistas por vezes foi confundida pelos viventes da época como “libertinagem”, com as “francesas” por serem vistas como “mais ousadas e independentes acabaram por atribuir um sentido erotizado às relações com o sexo oposto, contribuindo para difundir a má-fama por toda a colônia francesa” (Menezes, 2024, p. 50). Leone, portanto, enquanto mãe modista andava em uma corda bamba, não podendo cometer desvios morais para que sua figura deixasse de ser conhecida como “costureira e modista das principais famílias da corte”⁴³ para se transformar em uma modista “francesinha”⁴⁴, o que aumentaria o risco de alguém interromper a sua maternagem. Dado que o engajamento de crianças era comum na sua rede de sociabilidade, com ela talvez tendo visto isso ocorrendo no seu dia a dia e em algum momento até mesmo pensado em utilizar da soldada/tutela. Logo, como qualquer outra mãe, remediada ou não, ela poderia perder a guarda dos seus filhos por uma ofensa moral ou acaso um homem pertencente a sua rede de sociabilidade resolvesse retirá-los dela, seja para lucrar com uma possível herança deixada pelo pai dos menores ou por fatores mais subjetivos, como ciúmes, rixas⁴⁵ e intrigas intrafamiliares.

Era preciso, então, Leone mobilizar de todas as ferramentas à sua mão para assegurar a sua maternagem. Talvez por isso ela tenha aberto uma ação de justificativa de tutela, em 1885, dois anos após a morte do seu esposo, pleiteando a guarda dos seus filhos, com o auxílio de um advogado, que alegou que:

Mme. Leonie Lataur, estabelecida com oficina de costuras à rua da Quitanda nº53, viúva do falecido Louis Latour, que não tendo feito inventário do seu marido em razão de não terem ficado bens alguns, quer entretanto, a suplicante ser provida do encargo de Tutora de seus filhos legítimos, Jeanne Lotour de 18 anos de idade, Poul Latour de 14 anos, Eugene Latour, de 11 anos e Berthous de 6 anos, e competindo lhe em

⁴³ *Almanak Administrativo, Mercantil, Industrial do Rio de Janeiro*, 1885, ed. B42, p. 217.

⁴⁴ Lená Menezes (2024) afirma que essa foi uma das formas pejorativas de se referir às francesas, dando entender que elas eram meretrizes.

⁴⁵ Como no exemplo dado por Laura Reis (2024, p. 108-9), no qual, Mme. Anne Durocher e Mme. Josephina Wirt que após a dissolução da sociedade entre elas em 1822, Durocher protestava publicamente no *Diário do Rio de Janeiro* contra Wirt.

direito na forma do Ord, Liv. 4^o Tit.102 que digne se de admitir a justificar sua capacidade para o dito encargo feito a renúncia legal na forma do costume; pelo que requer e p. a V.Exa que digne se demandar, que seja está distribuída, e designado dia para inquirição de suas testemunhas, com citação do Dr. Curador Geral, afim de ser julgada por sentença para o efeito requerido

Advogado Franco Antônio Pessoa de Barros⁴⁶

Se não soubéssemos de todo o histórico marcante da família *Malchair-Latour* nas ruas da Corte, ao ler a petição, poderíamos até pensar que Leone⁴⁷ era uma simples operária da agulha ao invés de proprietária de uma loja com renome e gerações no mercado de luxo. Contudo, mesmo que a suplicante não fosse quem fosse, ser uma modista na rua do Ouvidor (ou nas avenidas paralelas), significava atender às elites, com ela ou sua família, possivelmente, já tendo produzido peças para as esposas e filhas de membros do Juízo dos Órfãos, que certamente em algum momento passaram por suas lojas ou os viram em um anúncio de um dos jornais da Corte, dado a sua longevidade no ramo da moda. O simples fato de Leone ter contratado um advogado já nos indica o seu nível social, já que uma mãe viúva, costureira, com quatro filhos para sustentar, dificilmente teria condições de pagar um advogado de renome como Franco Antônio Pessoa de Barros, um dos melhores advogados da cidade, que a data já ocupara o cargo de diretoria da Fazenda da Província do Rio de Janeiro⁴⁸.

Laura Reis (2021, p. 310), nos dá um caminho possível para deduzirmos o motivo de Mme. Latour ter se apresentado judicialmente dessa forma. Em seu estudo, ela apresenta que, em 1831, uma lei tributária passou a exigir às casas de modistas um imposto de 40 mil réis anuais. Porém, a lei nada dizia sobre as casas de costura, levando muitas modistas a usarem o subterfúgio de, frente à força estatal, se

⁴⁶ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Acervo Judiciário, op. cit.

⁴⁷ Por mais que o processo a nomeie de Leonie, preferi aderir no decorrer do texto a grafia de Leone, pois era como ela era referida nos jornais e almanaques da cidade.

⁴⁸ Filho de Antônio de Barros Itaparica, formou-se em Ciências Sociais e Jurídicas, em 1856, na Faculdade do Recife, escreveu diversos livros e também atuou como diretor da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, em 1889, tornou-se o primeiro presidente do Conselho de Intendência Municipal da Capital Federal. Saiba mais em: Dicionário de verbetes AGCRJ; BARROS, Francisco Antônio Pessoa de. Acesso em 9 de dezembro de 2023.

autonomearem como costureiras para fugirem do pagamento do imposto, por mais que na imprensa, se descrevessem como “costureiras e modistas”. Isso, pois, elas:

ainda que carregassem um *status* social, não eram mulheres que pertenciam a uma elite financeira; assim, o gasto de 40 mil réis anuais era oneroso para suas finanças. Ainda mais para aquelas mulheres que estavam se estabelecendo e abrindo novos comércios na corte. Se pensarmos que um vestido custava, em média, 16 mil réis e um chapéu cerca de 6 mil réis [...], considerando os gastos com aluguel e as mulheres contratadas para atividades na Casa de Moda, não sobrava muito para o pagamento do tributo. (Reis, 2024, p. 84)

Voltando a análise da petição, o Doutor Barros, advogado da suplicante, argumentou em defesa do mesmo Título 102, livro 4, §3, da *Ordenações Filipinas* ([1604] 1870). O parágrafo terceiro, aborda o direito das mães viúvas e avós de exercerem o cargo de tutoras e curadoras dos menores caso comprovassem viverem honestamente. Mas, teriam que renunciar os direitos Velleano o “qual diz, que nenhuma mulher pode ser fiador, nem obrigar-se por outrem, a qual Lei lhes será declarada qual é, e a favor, que ela lhes é dado” (*Ordenações Filipinas*, 1870, p. 999) e acaso a tutora se casasse novamente, perderia a tutela do pequeno.

Acontece que essa lei acabava por contemplar pouquíssimas mulheres, pois apenas uma exígua parcela da sociedade era oficialmente casada. Por mais que a cerimônia do casamento fosse gratuita, os custos com documentos, cartórios, despachantes e juízes tornavam todo o trâmite muito custoso. Por isso, era comum que os casais vivessem amasiados ou morassem juntos até conseguirem juntar dinheiro suficiente para a preparação do casamento (Caulfield, 2000). O matrimônio, ao longo do século XIX, foi, portanto, mais comum entre os ricos, visando principalmente garantir os bens de direito na divisão da herança (Bacellar, 1997).

Em seu despacho o Juiz dos Órfãos, marcou hora e data para que as testemunhas comparecessem à 2ª Vara para darem o seu depoimento e assegurarem que Leone Latour possuía capacidade intelectual, financeira e moral para ser tutora dos seus filhos. Mme. Latour chamou então como testemunha dois homens, ambos negociantes, um francês e outro prussiano, moradores das redondezas da viúva, provavelmente homens pertencentes à sua rede de sociabilidade:

1º: Hermam Balkuhl, natural da Prússia, de idade de quarenta e sete anos, solteiro, morador à rua do Hospício número vinte e cinco - negociante – [...] disse que conheceu a justificante Leonie Latour, viúva de Luis Latour, que a justificante vive honestamente, é estabelecida com casa de modas e costuras a rua da Quitanda número cinquenta e três, sendo inteligente e muito trabalhadeira atende ele depoente, que se acha ela muito nas custas de poder ser tutora de seus filhos menores [...]

2º: Charles Carelon, casado, de idade de quarenta anos, [...] cidadão francês, morador à rua do Ouvidor, número cento e trinta, negociante [...] disse que conhece a justificante há muitos anos, e sabe que ela se conserva atualmente no estado de viúva de Luis Latour, vivendo com toda a honestidade e recato, dirigindo a casa de modas e costuras a rua da Quitanda número cinquenta e três. Que a justificante é muito trabalhadeira, pois nada deixando o finado seu marido, ela por seu trabalho tem sustentado e educado a seus quatro filhos menores e sendo inteligente está mais que habilitada para bem exercer o cargo que requer de tutora dos seus filhos [...] ⁴⁹

O principal objetivo da justificativa de tutela era mostrar ao Juiz dos órfãos que a mãe vivia honestamente, tendo capacidades econômicas, intelectuais e morais para poder zelar pelos seus filhos, pois, uma mulher concebida como imoral era tida como incapaz de maternar seus filhos, sendo ela pobre ou remediada. O fator econômico era levado em consideração quando da decisão do pleito devido ao *justo receio* por parte dos juristas de deixarem crianças em lares de mães que não possuísem ofícios moralizados, pois havia um medo, entre os juristas, de que a mãe proveria seus filhos através de meios escusos, o que conseqüentemente atrapalharia a sua formação enquanto bom cidadão/trabalhador e no caso das mulheres, de boas mães de família.

Assim, Leone Latour, junto ao seu advogado, acionaram dois homens, negociantes, francófonos e membros da sua rede de sociabilidade, para dar mais legitimidade à fala da mãe que apesar de remediada e ter um ilustre advogado ao seu lado, continuava a ser mulher e suas alegações tinham pouca ou nenhuma notabilidade jurídica. Nesse sentido, vemos que Hermam e Charles suscitam o fato que Leone “vive honestamente”⁵⁰, “se conservando na condição de viúva”⁵¹, “sendo inteligente e muito trabalhadeira”⁵². Esses foram elementos qualitativos muito importantes, pois,

⁴⁹ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Acervo Judiciário, op.cit, p. 5-6.

⁵⁰ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Acervo Judiciário, op.cit, p. 5-6.

⁵¹ Idem, ibidem.

⁵² Idem, ibidem.

além de garantir ao juiz que ela sustentava seus filhos por meios moralmente corretos, ainda demonstrava que nesses dois anos nos quais esteve solteira não arranjou nenhum parceiro amoroso, indicando sua predileção em cuidar dos menores, o que valorava ainda mais sua moral, recato e bons costumes. No caso de Charles, ele ainda chamou mais atenção à sua capacidade econômica, dizendo que “por seu trabalho tem sustentado e educado a seus quatro filhos menores”⁵³, reforçando que ela os provia corretamente. Após a fala desses dois homens, Leone Latour recebeu a tutela de seus filhos e todo o processo se concluiu em apenas 5 dias.

Logo, temos que ter em mente que Latour, para além de modista e costureira, era uma empreendedora, uma *marchant de la mode* e que, o mercado de luxo não é como uma casa de secos e molhados no qual se vende todos os dias. Leone provavelmente tinha onerosos gastos com a importação de tecidos e ornamentos para sua loja. Os custos dos aluguéis em uma das ruas paralelas ao epicentro do mercado de luxo da Corte, também não eram nada baratos, dado a distinção do espaço simbólico, afora os custos da sobrevivência de si e dos seus filhos e o salário dos funcionários da sua loja. Em síntese, nas palavras de Laura Reis (2024, p. 192)

não é possível afirmarmos quanto essas vendedoras recebiam por mês. Não podemos [...] declarar que eram ricas, mas também não é possível dizermos que eram pobres. Considerando que existia uma pluralidade de vendedoras, os lucros eram diversos e particulares⁵⁴

Portanto, o capital simbólico, econômico e social concedeu a Leone recursos que a fizeram ganhar a ação, com o legado da sua família e a declaração dos seus testemunhos respaldando que seu dinheiro advinha de meios morais. Ademais, o fato de ser remediada permitiu que tivesse dinheiro o suficiente para contratar um ilustre advogado para defendê-la. Leone Latour, então, detinha diversas ferramentas que a auxiliaram a assegurar a sua maternagem, algumas delas pagas pelo dinheiro e outras pela sua notabilidade social. Entretanto, mesmo munida de tais capitais, a viúva, como qualquer outra mulher oitocentista, era vítima de uma sociedade patriarcal, podendo ter o seu direito materno interrompido sob qualquer alegação vinda de um homem

⁵³ Idem, *ibidem*.

⁵⁴ Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. Acervo Judiciário, op.cit, p. 8.

minimamente influente, posto que a palavra de uma mulher, mesmo sendo remediada, pouco valia. Porém, é inegável que a maternidade de uma francesa remediada, estaria muito mais segura do que a de uma nacional ou imigrante pauperizada.

3. Considerações Finais

Vimos, ao longo desse texto, como as modistas transgrediram o modelo de feminilidade estabelecido, que concedia às mulheres brancas um local de passividade e fragilidade, no qual elas deveriam ficar presas aos limites do seu lar, cuidando dos seus filhos e esposos. Ao contrário do que ditava a norma, essas mulheres que se afirmavam como francesas trabalhavam sendo as cabeças dos seus estabelecimentos e conciliando o maternar com o labutar, cortando e costurando horas a fio para construir um futuro melhor para si e seus familiares em sua nova pátria.

Contudo, por integrarem um mercado instável, elas utilizaram de diversas técnicas para amortizarem os gastos com a loja e diminuir as chances de se verem imersas em dívidas e terem de decretar a falência do estabelecimento. No contexto de fins do século XIX, as tutelas e principalmente a soldada foram instrumentos jurídicos nos quais as modistas recorreram como uma forma de terem a garantia de mão de obra a um baixo custo, economizando nos gastos da produção dos seus produtos e obtendo, por conseguinte, lucros maiores e consequentemente enriquecendo.

O engajamento de menores assoldados, aprendizes e escravizados foi, assim, o custo humano para o germinar do mercado de luxo carioca, que buscava saciar os desejos pela aparência exterior de civilidade e modernidade que a alta sociedade da corte almejava, dado que alguns dos menores assoldados não sobreviveram a alta exploração e, possivelmente, em consequência desses abusos e carências acabaram vindo à óbito em nome da moda e do desenvolvimento da indústria da beleza oitocentista. Entretanto, as modistas enquanto mães e negociantes, justamente por utilizarem da aliciação de menores, quando viúvas, sabiam que frente algum deslize moral poderia perder a guarda de seus próprios filhos, tanto para as suas compatriotas, por motivos diversos, quanto para homens desejosos em obter lucro com a administração da fortuna deixada pelo finado marido da mesma.

Contudo, a vitória judicial de uma mãe frente ao pleito do seu filho foi uma exceção. Das 570 ações analisadas, disponíveis no Arquivo Nacional, no recorte de 1880 até 1908, há apenas 20 mães que se tornaram tutoras na amostragem. Diante ao contexto em que havia valorização do racismo científico, as mães imigrantes foram privilegiadas e mesmo consistindo em aproximadamente 12% dos casos, concentravam em si 25% das vitórias das ações de tutela. As mães francesas, remediadas e moralizadas, portanto, ganharam as ações com ainda mais facilidade, devido à perspectiva evolucionista que tornou muito mais fácil a uma mulher branca francesa conseguir comprovar a sua moralidade do que a uma negra nacional. Afinal, enquanto a primeira era natural do berço da civilidade, a última tinha no seu sangue vestígio dos povos africanos, que ocupavam a base da hierarquização evolucionista e eram sinônimos de bestialidade e incivilidade.

Logo, através dos processos envolvendo Mme. Comaitã e Mme. Latour, adjunto ao cruzamento de fontes diversas, conseguimos ter acesso a essas duas faces do engajamento infantil das quais as modistas fizeram parte. Vimos como essas modistas se posicionaram, ganharam notabilidade e reconhecimento simbólico dentro de um complexo e desigual campo do mercado de luxo da rua do Ouvidor e seus arredores. Salientando, pelo caso de Mme. Latour, como o capital simbólico, econômico e social deram recursos a essas “francesas” para que elas conseguissem manter ou conquistar uma posição no seu espaço social, mobilizar um advogado renomado e a outras ferramentas que as possibilitaram se defender das possíveis ofensas que atravessavam sua vida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Ordenações Filipinas do Reino de Portugal**. Typ. Instituto Philomathico: Rio de Janeiro, 14^a ed., 1870.

BACELLAR. Carlos de A. **Os senhores da terra**: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855. Editora Unicamp: Campinas, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre; DELSAUT, Yvette. O costureiro e sua grife: contribuição para uma teoria da magia. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, 2001.

BRASIL. **Recenseamento da República dos Estados Unidos do Brasil em 31 de dezembro de 1890**. Distrito Federal, Rio de Janeiro: Typ. Leuzinger, 1985.

CARULA, Karoline. Amas de leite na Gazeta de Notícia (década de 1870). In: CARULA, Karoline; RIBEIRO, Gladys (org.). **Tensões políticas, cidadania e trabalho no longo Oitocentos**. Alameda: São Paulo, 2020.

CINTRA, Maria. **Boas costuras, Belas figuras**: uma história do despertar da moda no Oitocentos carioca. Dissertação, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2018.

CINTRA, Maria. Modas e modistas: o comércio de roupas francesas no Rio de Janeiro na primeira metade do oitocentos. **ANPUH, XXV Encontro Estadual de História**, 2020.

CAULFIELD, Sueann. **Em defesa da honra**: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: Editora da Unicamp. 1a ed., 2000.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas e Sinais**. São Paulo: Cia das Letras, 2003, p. 143-179.

GINZBURG, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo. **A Micro História e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

LOBO, Eulália; CARVALHO, Lia. A; STANLEY, Myriam. **Questão habitacional e o Movimento operário**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1º ed., 1989.

LUCA, Tania Regina; VIDAL, Laurent (org.). **Franceses no Brasil**: século XIX-XX. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

NICOLAU, Giselle P. **Hasteando a bandeira tricolor em outros cantos**: a imigração francesa no Rio de Janeiro (1850-1914). Tese. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

NICOLAU, Giselle P. Os franceses e o setor de moda e vestuário no Rio de Janeiro durante os oitocentos. **XXV Encontro Estadual de História do Anpuh-SP. História desigualdade & diferenças**, 2020.

MACEDO, Joaquim Manuel de. **Memórias da Rua do Ouvidor**. Edições Senado Federal: Brasília, vol. 41, 2005.

MARTIS, Ana Luiza. Presença imigrante francesa no Brasil: entre visões do paraíso e mercado de trabalho. In: VIDAL, Laurent.; LUCA, Tania Regina (org.). **Franceses no Brasil: século XIX-XX**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MENEZES, Lená Medeiros. **Francesas no Rio Imperial**: a ‘França Antártica’ no feminino plural. Ayran: Rio de Janeiro, 2024.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. Mme Durocher modista e parteira. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, n. 3, p. 101, 1994.

MONTELONE, Joana. Moda, consumo e gênero na Corte de D. Pedro II (Rio de Janeiro 1840-1889). **Rev. Hist.** (São Paulo), n. 178, p. 1-34, 2019.

PINTO, Luiz Maria da Silva. **Dicionário da Língua Brasileira**. Thypographia da Silva: Ouro Preto, 1832.

REIS, Laura J. M. Casas de moda no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX: direitos de propriedades e gênero. Revista de Ensino em arte, moda e design, **Dossiê especial I Encontro de GT's do Colóquio e Moda**, v. 5, n. 3, p. 301-319, 2021.

REIS, Laura J. M. **Tecendo modas, costuras e histórias**: modistas na primeira metade do XIX no Rio de Janeiro. Tese, Centro de Ciências Sociais Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

O DEBATE SOBRE O PAPA PIO XII, O HOLOCAUSTO E OS REFUGIADOS DO NAZISMO: uma revisão narrativa

André Joaquim Gonçalves de Campos Junior¹

Bianca da Silva Sousa²

Diego Luiz Santos³

Artigo recebido em: 20/01/2025.

Artigo aceito em: 27/03/2025.

RESUMO:

O presente artigo traz uma revisão narrativa acerca do debate sobre a atuação do Papa Pio XII e do Vaticano em relação ao Holocausto e aos refugiados do nazismo durante a II Guerra Mundial (1939-1945). Tem como objetivo analisar os pontos de vista acerca deste assunto, trazendo à luz os inúmeros argumentos que foram apresentados em diversos meios, sejam eles acadêmicos, religiosos, artísticos ou na imprensa. Num primeiro momento o artigo foca nas maneiras pelas quais o debate se desenvolveu entre as décadas de 1960 e a década de 2010, tendo como marco final a abertura do Arquivo Central da Santa Sé em 2020. A partir deste evento, pesquisadores tiveram acesso à toda uma gama de fontes primárias como relatórios e cartas que, até então eram secretas, dando um novo impulso no debate acerca do Vaticano, o Holocausto e os refugiados.

PALAVRAS-CHAVE: Vaticano; Refugiados; Papa Pio XII; História; Nazismo.

The debate on Pope Pius XII, the Holocaust and refugees from Nazism: a narrative review

¹ Graduando em Biblioteconomia e Gestão de Unidade de Informação (CBG) pela da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz com financiamento do CNPq e sob orientação de Marcus Vinícius Pereira da Silva. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6424755830093316>. E-mail: andrejoaquimgcj@gmail.com.

² Graduanda em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista do Programa de Iniciação Científica na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz com financiamento Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e sob orientação da Prof. Cristiana Facchinetti. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2491105608032131>. E-mail: biancassousa03@gmail.com.

³ Pós-doutorando no Departamento de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde (DEPES) na Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz com bolsa financiada pela própria instituição. Tem doutorado em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz com licenciatura e mestrado em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4178073428894320>. E-mail: santos.diegoluiz@gmail.com.

ABSTRACT:

This paper presents a narrative review of the debate surrounding the role of Pope Pius XII and the Vatican in relation to the Holocaust and refugees from Nazism during World War II (1939-1945). Its objective is to analyze the various perspectives on this subject, shedding light on the numerous arguments put forth across different domains, whether academic, religious, artistic, or in the press. Initially, the article focuses on how the debate unfolded between the 1960s and the 2010s, with the opening of the Holy See's Central Archive in 2020 serving as a pivotal moment. Following this event, granted researchers had access to a wide range of primary sources such as reports and letters that had been secret until then, giving new impetus to the debate about the Vatican, the Holocaust and refugees.

KEYWORDS: Vatican; Refugees; Pope Pius XII; History; Nazism.

1. Introdução

Em 1948, menos de meia década após o fim da II Guerra Mundial, o Vaticano produziu o filme “Guerra à guerra” sobre a atuação do Papa Pio XII - que esteve à frente da Santa Sé de 1939 até a sua morte em 1958 - durante o período da guerra. O filme apontava especialmente para a condenação do Papa ao conflito e para seu papel na ajuda de milhares de judeus perseguidos pelo nazismo. De acordo com a produção, o Papa teria utilizado salas do palácio apostólico de Castel Gandolfo para abrigar mulheres e crianças refugiadas, além de converter a Praça de São Pedro e a Basílica de São João de Latrão em refeitórios onde pessoas que passavam pelo sofrimento da guerra pudessem se alimentar. O filme foi realizado por Romolo Marcellini e Giorgio Simonelli e produzido pela Obis Filmes e pelo Centro Católico Cinematográfico e foi perdido e caído no esquecimento por décadas até ser encontrado em 2009 nos arquivos da Cinemateca Nacional Italiana.

A obra, de alguma forma, antecipava o debate que se acenderia na primeira década dos anos 1960 sobre os posicionamentos de Eugênio Pacelli, vulgo Papa Pio XII, frente aos regimes fascistas que acometeram a Europa no século XX e, principalmente, em relação aos perseguidos e refugiados pelo nazismo. Debate este que ganhou novo fôlego nos últimos anos desde que o então líder católico Jorge Bergoglio, o Papa Francisco, abriu o Arquivo Central da Santa Sé em 2020 para que historiadores e outros pesquisadores tivessem acesso.

O objetivo deste artigo é apresentar uma breve revisão narrativa sobre o tema e discutir os rumos que o debate tem tomado desde a abertura dos arquivos do Vaticano em 2020. A revisão narrativa é aqui pensada no sentido proposto por pesquisadores como Edna Rother (2007), Louise Botelho et al. (2011) e Livia Cavalcante e Adélia Oliveira (2020), que a descrevem como um olhar sobre a produção a respeito de determinado assunto com vistas a descrever as maneiras pelas quais se desenvolveu e as metodologias empregadas por aqueles que se dedicaram ao tema. Com base nesta premissa, o presente artigo traz uma descrição do estado da arte relativa à discussão acerca de Pio XII e a Igreja Católica no contexto do nazismo, com foco especialmente na questão dos refugiados.

A opção por adotar uma metodologia voltada a uma revisão narrativa em lugar de uma “revisão historiográfica” foi deliberada com vistas a trazer para o debate as vozes de outros sujeitos, para além dos historiadores - como aqueles ligados à Igreja Católica, às artes e/ou ao jornalismo - que, como veremos nas páginas a seguir, tiveram uma grande relevância na discussão. O recorte temporal se inicia na década de 1960, mais precisamente em 1963, quando estreia na Alemanha a peça de teatro *Der Stellvertreter* – “O Vigário” – que inspira o debate sobre Pio XII e os nazistas nas mais diversas esferas sociais. O fechamento do recorte se dá na década de 2020, quando começam a surgir os primeiros trabalhos derivados da abertura dos Arquivos do Vaticano.

Para a construção deste artigo, tomamos como ponto de partida estudos que promoveram uma revisão sistemática sobre o assunto, como aqueles produzidos por Joseph Bottum (2004), William Doyno Jr. (2010) e David G. Dalin (2019). Seus trabalhos, na verdade, tinham como objetivo construir uma defesa da atuação de Pio XII durante a ascensão nazista na Alemanha e, para isso, investiram numa revisão historiográfica sobre o tema para que pudessem apresentar os argumentos dos críticos e, desta forma, desconstruí-los. A leitura destes trabalhos nos permitiu mapear não apenas os críticos à postura do Pontífice durante a guerra, como também lançou luz àqueles que se encontravam no sentido oposto a esta controversa.

Em seguida, fizemos uma busca sobre o tema em jornais brasileiros disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, em portais *online* de jornais como O Estado de S. Paulo e, com ajuda do Google, em sites de notícias do Brasil. Para isso, utilizamos em nossa busca uma combinação dos termos “Papa Pio XII” ou apenas “Pio XII” ao lado de termos como “Refugiados”, “Guerra Mundial” ou “Hitler” num período que compreende as décadas de 1930 a 2024. A pesquisa identificou cerca de duas dezenas de matérias e menções sobre o tema em jornais como o Jornal do Brasil (RJ), Correio da Manhã (RJ), Estado de S. Paulo (SP), Correio Braziliense (DF) e em portais eletrônicos da Revista Exame, Jornal O Globo, BBC News e Deutsche Welle Brasil. Esta etapa da pesquisa nos ajudou a compreender as maneiras pelas quais o tema ultrapassou os limites acadêmicos e foi apresentado à opinião pública.

O cruzamento das informações obtidas por meio destes jornais e sites de notícias, com as informações historiográficas obtidas na primeira etapa da pesquisa nos ajudaram a traçar um panorama sobre o debate e identificar as obras e estudos que tiveram maior repercussão nos meios acadêmicos, religiosos e sociais.

O artigo não pretende, é claro, esgotar aqui toda a vasta bibliografia em relação ao tema e, por questões de praticidade, optamos por não incluir neste trabalho as inúmeras dissertações e teses que contribuíram à esta historiografia. Mesmo cientes de sua relevância na construção do conhecimento histórico, optamos por uma descrição panorâmica, com ênfase especialmente a obras de maior impacto e que direcionaram ou redirecionaram os rumos do debate como um todo.

É importante mencionar também que esta investigação não tem a pretensão de dar um veredito sobre o papel de Pio XII e da Igreja Católica durante o Holocausto e a Segunda Guerra Mundial, mas sim de apresentar um panorama sobre como outros autores o fizeram. Espera-se que este trabalho sirva como uma ferramenta para que historiadores, professores, estudantes e leitores em geral que pretendam investigar o tema, possam se familiarizar acerca das principais referências que marcaram a discussão sobre o Vaticano em relação aos nazistas. O artigo torna-se relevante

também por promover uma reflexão acerca das inúmeras maneiras pelas quais a história política e a história religiosa podem se cruzar em narrativas historiográficas, trazendo à tona inúmeros pontos de circunflexão, tais como a questão sobre migração, deslocamentos e direitos humanos.

2. As novas pesquisas sobre o Papa, o nazismo e os refugiados

Em setembro de 2023, o portal de notícias BBC News Brasil publicou a matéria intitulada “A carta que mostra que papa Pio 12 provavelmente sabia do extermínio nazista em 1942 – antes do que admite o Vaticano”. A notícia se referia à carta enviada em dezembro de 1942 por Lothar Koenig, padre Jesuíta e membro da resistência antinazista na Alemanha, endereçada ao padre Robert Leiber, um dos secretários pessoais de Pio XII. De acordo com a BBC, a correspondência indica que:

durante a Segunda Guerra Mundial, o papa Pio 12 (1876-1958) recebeu informações detalhadas de um padre jesuíta alemão de confiança, de que até 6 mil cidadãos judeus e poloneses eram assassinados diariamente nas câmaras de gás da Polônia ocupada pela Alemanha nazista. Esta é uma descoberta importante porque contradiz a posição oficial mantida pela Santa Sé de que, naquele momento, a informação de posse da Igreja sobre as atrocidades nazistas era vaga e não confirmada (BBC News Brasil, 2023)

A carta teria sido encontrada por Giovanni Coco, arquivista do Vaticano, e teve sua publicação aprovada pela própria Santa Sé. A notícia acabou se somando aos debates mais recentes sobre a questão da postura do Papa Pio XII em relação aos refugiados do nazismo.

Dias antes, naquele mesmo mês, sites de notícias traziam a manchete; “Igreja escondeu judeus dos nazistas em Roma, aponta pesquisa” (Deutsche Welle Brasil, 2023). De acordo com a matéria, durante uma conferência no Museu da Shoá, em Roma, um conjunto de pesquisadores havia apresentado estudos que comprovaram que cerca de 3600 pessoas perseguidas pelo nazismo – dentre os quais 3200 eram judeus - haviam recebido abrigo de 100 congregações católicas de mulheres e outras 55 de homens. A informação foi divulgada por meio de um comunicado do Pontifício

Instituto Bíblico em Roma, pela Comunidade Judaica de Roma e pelo Yad Vashem⁴ (Deutsche Welle Brasil, 2023).

Apesar de não trazer novidades mais diretas sobre a atuação do Papa Pio XII, a documentação revela as maneiras pelas quais inúmeros atores sociais, para além daqueles ligados à alta cúpula do Vaticano, agiram em prol dos refugiados em nome do catolicismo. As duas matérias acima mencionadas revelam a maneira como o tema tem sido amplamente investigado nos meios acadêmicos e têm ecoado amplamente na mídia. Este interesse no papel da Igreja Católica, especialmente na postura do Papa Pio XII em relação ao extermínio judeu têm estado sob os holofotes desde o início da década de 2020, com a abertura dos arquivos do Vaticano.

A abertura dos Arquivos do Vaticano foi anunciada em março de 2019 pelo Papa Francisco e se concretizou, de fato, em março do ano seguinte. A decisão referia-se especificamente ao então chamado “Arquivo Secreto do Vaticano” que se tratava de um repositório central com documentos de Estado, documentos acerca dos atos divulgados pela Santa Sé, correspondências e diversos outros documentos acumulados por séculos.

Ao descrever o arquivo, o portal oficial do Vaticano no Brasil, o *Vatican News*, afirma que ele possui “uma extensão de documentação igual a cerca de 83 quilômetros lineares e isto o torna um dos maiores do mundo”. O comunicado emitido pelo papa em 2019 anunciava que aquela documentação deixaria de ser secreta e que finalmente estaria à disposição de historiadores e outras pessoas que tivessem interesse na história do Vaticano. Em seu anúncio, o Papa afirmou:

— A Igreja não tem medo da História — disse o Pontífice. — Assumo esta decisão [...] certo de que a pesquisa histórica séria e objetiva saberá avaliar, sob a luz da Justiça, com as críticas apropriadas, os momentos de exaltação deste Papa e, sem dúvida, também, os momentos de sérias dificuldades, decisões atormentadas, prudência humana e cristã (Francisco apud O Globo, 2019)

⁴ Yad Vashem é o memorial oficial de Israel dedicado às vítimas da Shoá.

Com a mudança, o repositório foi renomeado como Arquivo Apostólico do Vaticano e inúmeros portais de notícias brasileiros comentaram sua abertura especialmente pelo fato de que aquela representa a possibilidade de responder questionamentos e concluir querelas iniciadas desde a década de 1960 em meios intelectuais, religiosos, artísticos e na opinião pública.

Como veremos nos tópicos a seguir, grande parte das críticas ao Papa Pio XII referem-se especialmente ao fato de ele ter permanecido em silêncio diante do massacre sofrido pelos judeus durante o regime nazista. Pesquisadores como Saul Friedländer (2020) e Robert Katz (1971; 2004), por exemplo, apontaram o fato de Pio XII ter se manifestado contra o regime, mas não ter feito mais do que algumas breves declarações contra a guerra, sem ter tomado uma atitude mais enérgica durante o conflito. Nessa mesma direção, pesquisadores como Hochhuth (1965) e Cornwell (2000), não só criticaram a apatia de Pio XII, como denunciaram certa postura colaboracionista do Pontífice em relação regime nazista.

Por outro lado, entre os defensores do Papa, destacam-se dois argumentos principais. O primeiro deles, defendido por autores como Pinchas Lapide (1967) e Joseph Lichten (1963), justificam o silêncio do líder da Santa Sé em relação aos massacres nazistas como uma difícil decisão que visava evitar represálias de Hitler em relação ao estado do Vaticano e aos católicos nas regiões da Europa dominadas pelos nazistas. A segunda argumentação, encontrada na obra de pesquisadores como Michael O'Carroll (1980) e Gordon Thomas (2013) baseia-se na fundamentação de que o papa teria agido de maneira estratégica ao se manter neutro publicamente enquanto atuava como um grande protetor dos refugiados por detrás das cortinas.

Este debate foi denominado pelo intelectual estadunidense Joseph Bottum como as Guerras de Pio XII, numa curiosa alusão aos debates acerca da postura de um dos Papas cujo pontificado se deu no contexto de tantos conflitos de nível global como a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria (Bottum, 2004). Alguns pormenores deste debate serão apresentados nos tópicos a seguir que abrange o período da década

de 1960, quando a discussão passa a ter mais visibilidade até as duas primeiras décadas do século XXI, antes da abertura dos Arquivos do Vaticano pelo Papa Francisco.

3. As Guerras de Pio XII

Em 1963, o jovem escritor alemão Rolf Hochhuth (1965) chamou a atenção para o tema quando trouxe a público a peça de teatro intitulada “O Vigário” (*Der Stellvertreter*), que estreou em Berlim no dia 20 de fevereiro daquele ano. Na peça, o fato de o Papa não ter condenado o nazismo de maneira contundente, bem como sua complacência após testemunhar a deportação de milhares de judeus da praça de São Pedro para as câmaras de gás nazistas são indícios de um suposto alinhamento de Pio XII aos ideais de Hitler. Além disso, por meio de comentários de personagens durante a trama, especialmente no ato II, o roteiro busca transmitir a ideia de que o papa via nos nazistas uma esperança na luta contra o avanço do comunismo na Europa (Hochhuth, 1965).

Apesar de muitos dos personagens serem fictícios, Hochhuth (1965) mencionava documentos reais para embasar sua denúncia, como o *Reichskonkordat*, uma Concordata de 1933, assinada por Hitler e por Pacelli, quando este ainda era cardeal. O documento estabelecia diretrizes para a liberdade religiosa na Alemanha, permitindo à Igreja Católica desenvolver suas atividades no país desde que a Santa Sé não interferisse em assuntos políticos⁵. Em “O Vigário”, contudo, o documento é tido como responsável por legitimar e conferir popularidade à política hitlerista a nível internacional (Hochhuth, 1965).

A peça foi o estopim para um grande debate sobre a postura de Pio XII durante o Holocausto e, um ano depois de sua estreia, o historiador Saul Friedländer (2020) publicou o livro “Pio XII e o terceiro Reich”, no qual analisou o caso do ponto de vista historiográfico. Com objetivo de analisar a postura de Pio XII no período em que seu pontificado coincidia com o regime nazista na Alemanha, o historiador dedica-se a análise de documentos diplomáticos britânicos e estadunidenses, como

⁵ Sobre a Concordata, ver: BOKENKOTTER, Thomas. *A Concise History of the Catholic Church*. Doubleday, 2004.

ofícios e telegramas trocados com a Santa Sé, relatórios produzidos por instituições judaicas como a *World Jewish Congress*, além de notas e mensagens publicadas pelo Vaticano que expressavam repúdio do Papa à Guerra. Contudo, Friedländer dá maior ênfase à documentos produzidos pelos próprios agentes do governo nazista. Tais fontes consistem majoritariamente em documentos produzidos no contexto da política externa do Terceiro Reich, especificamente pelo Ministério das Relações Exteriores da Alemanha, como mensagens e informações trocadas por diplomatas e embaixadores nazistas sobre a Santa Sé.

Ciente das limitações das fontes disponíveis naquele momento - já que os Arquivos do Vaticano ainda eram secretos -, Friedländer sugere que o silêncio do Papa apontava para inúmeras hipóteses como possíveis estratégias para não abalar a diplomacia entre Vaticano e Alemanha e o receio de que os nazistas pudessem agir em represália à Santa Sé. Sua investigação também aborda o já mencionado *Reichskonkordat* que, para o historiador, foi um obstáculo para que o Papa se manifestasse contra o nazismo, contribuindo para sua postura de silêncio em relação a Hitler.

Ainda na década de 1960, o escritor Robert Katz (1971) publicou o livro “*Morte a Roma. Il massacro delle Fosse Ardeatine*” no qual denunciava o silêncio de Pio XII em relação ao massacre das Fossas Ardeatinas em 1944. O ato, ocorrido em 24 de março de 1944, foi uma represália de Hitler que, após a morte 33 soldados alemães num ataque de *partigiani* na Via Rasella, ordenara o assassinato de 10 civis italianos para cada militar alemão morto no ataque. Na ocasião, 335 civis – dentre os quais 70 eram judeus - foram retirados de prisões italianas por soldados da SS e executados em túneis próximos da Via Ardeatina, em Roma.

As reações ao livro foram diversas, chama a atenção, contudo, a ação judicial movida pela condessa Elena Pacelli Rossignani, sobrinha de Pio XII, que acusava Katz de difamação. Ainda que o escritor tenha sido condenado, num primeiro momento, a *Corte d’Appello di Roma* decidiu, logo em seguida, absolver os acusados considerando o direito à crítica histórica.

Ainda em relação ao caso das Fossas Ardeatinas, no ano de 1980 um relevante documento foi encontrado nos Arquivos do Vaticano e divulgado por seus porta-vozes. O chamado “*documento Governatorato*”, endereçado ao Secretariado Papal na manhã de 24 de março de 1944, mostrava que o Vaticano tinha sido informado do plano dos alemães de punirem os cidadãos italianos. A informação, contudo, era vaga e não continha informações sobre hora e local, e fora recebida por seus destinatários 5 horas antes do massacre (Katz, 2004).

Joseph Lichten, advogado e diplomata polonês-americano, foi um dos grandes defensores do Papa no que diz respeito à sua passividade diante da crueldade nazista. Em 1963, pouco após a estreia da peça de Rolf Hochhuth, “O Vigário”, Lichten escreveu uma monografia intitulada *A question of judgment: Pius XII and the jews*, justificando as ações (ou falta de ações) de Pacelli. Segundo ele, o Secretário de Relações Exteriores alemão, Joachim von Ribbentrop, teria telegrafado a Ernst Freiherr von Weizsäcker, então embaixador alemão na Santa Sé, no dia 24 de janeiro de 1943, deixando claras as intenções de Hitler de retaliar quaisquer manifestações políticas ou propagandísticas contra a Alemanha. Esta teria sido também a razão de Pio XII se manter em silêncio diante dos ataques a padres católicos e ao fechamento de escolas e igrejas católicas em países dominados pelo Reich (Lichten, 1963).

Em 1988, Lichten publicou um capítulo no livro *Pius XII and the Holocaust: A Reader*, organizado por Robert Graham e publicado pela *Catholic League Religious*. Intitulado *Via Rasella and the Fosse Ardeatine*, o capítulo fazia uma defesa do Papa em relação ao caso das Fossas Ardeatinas, especialmente diante da iminência de um ataque da Alemanha em represália aos *partigiani*:

É impossível supor que Pio XII pudesse deixar de reagir com algum esforço para evitar o pior, e o registro da preocupação do Pontífice com as vidas dos infelizes que caíram nas mãos de alemães e neofascistas durante aqueles meses mostra eloquentemente sua sensibilidade a tais situações. Na ausência de documentação, portanto, resta supor que o Pontífice interveio pessoalmente, como fez em tantas ocasiões anteriores, por meio de seu sobrinho, o príncipe Carlo Pacelli, ou pelo superior geral dos Padres Salvatorianos, Padre Pancrazio Pfeiffer. Nem deveria surpreender que tal suposta intervenção tivesse pouca chance de sucesso; a ordem veio de Berlim e, além disso, que argumento um emissário papal poderia usar em favor da contenção? Nos últimos meses, o Papa

argumentou que a contenção alemã aliviaria a tensão em Roma. De repente, toda a estratégia papal foi minada pela espetacular e trágica liquidação de 33 soldados alemães (Lichten, 1988, *online*)⁶

As críticas à Pacelli, contudo, eram inúmeras. A Pio XII, outorgou-se a alcunha de “o Papa de Hitler”. Este, inclusive, tornou-se nome de livro. Em 1999, foi publicado “O Papa de Hitler: a história secreta de Pio XII”, escrito pelo jornalista investigativo britânico John Cornwell. Na obra, o autor parte do princípio de que o papa era, ele próprio, antissemita, de modo que “acalentava uma antipatia secreta contra os judeus, evidente desde os seus 43 anos” (Cornwell, 2000, p. 332) e que, mesmo que de maneira indireta, chegou a contribuir com o regime nazista em sua política de limpeza étnica. Em suas palavras:

A omissão em dizer uma palavra franca sobre a Solução Final em execução proclamava para o mundo que o vigário de Cristo não podia ser levado à compaixão e à raiva. Desse ponto de vista, ele era o papa ideal para o plano abominável de Hitler. Era um peão de Hitler. Era o papa de Hitler (Cornwell, 2000, p. 333)

Com a chegada de um novo século, o tema continuou a reverberar em meios artísticos, intelectuais e religiosos, especialmente a partir do cineasta greco-francês Constantin Costa-Gravas que, em 2002, adaptou a peça “O Vigário” para o cinema, sob o título de “Amen”. Com auxílio de Rolf Hochhuth, autor da peça que iniciaram o debate na década de 1960, o filme reacendeu o debate no 52º Festival de Cinema de Berlim – também conhecido como *Berlinale*, iniciando já com uma grande polêmica, ao ser divulgado a partir do controverso cartaz que trazia a imagem de uma cruz em formato de suástica (Deutsche Welle Brasil, 2002a). Após a estreia do filme, Costa-Gravas afirmou que a obra não tinha qualquer intenção de atacar a Igreja Católica, mas acreditava que esta era a única instituição capaz de fazer algo contra os nazistas.

⁶ No original: “It is impossible to suppose that Pius XII could fail to react with some effort to avert the worst, and the record of the Pontiff’s concern for the lives of the unfortunates who fell into German and neo-Fascist hands during those months shows eloquently his sensitivity to such situations. In the absence of documentation, therefore, one is left to surmise that the Pontiff intervened personally, as he had on so many earlier occasions, through his nephew Prince Carlo Pacelli or through the General Superior of the Salvatorian Fathers, Father Pancrazio Pfeiffer. Nor should one be surprised that such a supposed intervention had little chance of success; the order had come from Berlin and, moreover, what argument could a papal emissary use in favor of restraint? For the past several months, the Pope had argued that German restraint would ease the tension in Rome. Suddenly, the entire papal strategy had been undermined by the spectacular and tragic liquidation of 33 German soldiers” (tradução nossa).

Segundo ele, “houve resistência interna (do vaticano em relação ao extermínio nazista), porém nenhuma manifestação pública” (Deutsche Welle Brasil, 2002b).

Ainda sobre as relações nazismo/Igreja Católica, em 2004, o advogado e diplomata brasileiro Sergio Corrêa da Costa afirmou em suas “Crônicas de uma Guerra Secreta” que certas redes católicas foram fundamentais na fuga de criminosos nazistas para países como Argentina e Brasil.

Costa (2004) apresenta um olhar sobre as relações de países como Brasil e Argentina com a Alemanha antes e durante a II Guerra Mundial. Em certo ponto de sua investigação, o autor afirma que a possibilidade de muitos criminosos nazistas fugirem para a América Latina após a morte de Hitler se deu graças ao que ele chama de Rota dos conventos. Segundo o autor, o então presidente argentino, Juan Domingo Perón, havia confiado a religiosos, como o sacerdote José Clemente Silva, a responsabilidade pela entrada na Argentina de imigrantes europeus aptos a trabalhar nas novas resoluções econômicas, políticas e sociais do país. Em meio a este trabalho, José Clemente teve contato com o ex-espião Reinhard Kops e com o bispo Alois Hudal que teriam contribuído para o encaminhamento de centenas de nazistas foragidos para a Argentina. Dalí, muitos deles vinham também para o Brasil (Costa, 2004). Apesar de não nominar o Papa Pio XII de maneira direta, a obra de Costa deixa clara sua suspeição em relação à suposta conivência do Vaticano, responsável pela rota dos conventos⁷.

Inúmeros trabalhos, é claro, demonstraram outras faces desse mesmo conflito. Em 1967, o historiador e diplomata israelense Pinchas Lapide, que serviu como cônsul de Israel em Milão, publicou *Three Popes and the Jews*, livro em que analisava a relação dos Papas Pio XI, Pio XII e João XXIII com os judeus. A segunda parte do livro consistia em uma extensa defesa da atuação do pontífice durante a II

⁷ Vale mencionar que com a abertura dos Arquivos do Vaticano em 2020, o historiador eclesiástico Hubert Wolf se comprometeu em iniciar uma investigação com o intuito de encontrar respostas acerca da pergunta: Afinal, o papa Pio XII sabia ou não da fuga de criminosos nazistas pela rota dos conventos? Sobre isso, ver: América Latina, os nazistas e o papel do Vaticano. Deutsche Welle Brasil. 01 de março de 2020. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/cartaz-do-fot%C3%B3grafo-da-benetton-agita-a-berlinal/a-438220>>. Acesso 05 jan 2025.

Guerra Mundial. Para isso, o autor entrevistou inúmeros sobreviventes do Holocausto e utilizou documentos diplomáticos de governos, matérias de jornal, entre muitas outras fontes para demonstrar que a atuação de Pio XII teria permitido a sobrevivência de centenas de milhares de judeus. Segundo ele:

Quando a força armada governava quase onipotente, e a moralidade estava em seu ponto mais baixo, Pio XII não comandava nada do primeiro e só podia apelar para o último, ao confrontar, com as próprias mãos, todo o poder do mal. Um protesto sonoro, que poderia acabar sendo frustrado — ou um resgate silencioso e fragmentado? Palavras gritadas — ou ações prudentes? O dilema deve ter sido pura agonia, pois qualquer que fosse o caminho que ele escolhesse, consequências horríveis eram inevitáveis. Incapaz de curar a doença de uma civilização inteira e não querendo suportar o peso da fúria de Hitler, o Papa, ao contrário de muitos muito mais poderosos do que ele, remediou, suavizou, recuperou, apelou, peticionou — e salvou o melhor que pôde por suas próprias maneiras. (Lapide, 1967, p. 267)⁸

Apesar de ter se tornado um importante instrumento para os defensores do Papa em exercício durante a Segunda Guerra Mundial (Doino Junior, 2010; Dalin, 2019), o livro recebeu inúmeras críticas de historiadores e pesquisadores sob a alegação de que as fontes foram mal interpretadas e que o livro estaria repleto de erros (Ritner; Roth, 2002; Zuccotti, 2004).

Outro trabalho de grande relevância para esta historiografia é *The Vatican in the Age of Dictators 1922-45*, no qual o historiador britânico Anthony Rhodes faz uma defesa, não necessariamente da atuação do Papa, mas dos agentes pastorais da Igreja católica durante o conflito. Lançado em 1973, o livro foi o primeiro volume de uma trilogia que se propunha a analisar a atuação política do Vaticano em diferentes momentos históricos. Neste primeiro volume, Rhodes (1974) analisa a posição do Vaticano durante o papado de Pio XI e de Pio XII em relação ao período em que a Itália passava pelo regime fascista de Mussolini e a Alemanha vivia o Nazismo de

⁸ No original: “When armed force ruled well-nigh omnipotent, and morality was at its lowest ebb, Pius XII commanded none of the former and could only appeal to the latter, in confronting, with bare hands, the full might of evil. A sounding protest, which might turn out to be self-thwarting — or quiet, piecemeal rescue? Loud words — or prudent deeds? The dilemma must have been sheer agony, for whichever course he chose, horrible consequences were inevitable. Unable to cure the sickness of an entire civilization, and unwilling to bear the brunt of Hitler’s fury, the Pope, unlike many far mightier than he, alleviated, relieved, retrieved, appealed, petitioned—and saved as best he could by his own lights” (tradução nossa).

Hitler, passando também, de maneira breve, pelos regimes Franquista na Espanha e Salazarista em Portugal. Ao falar de Pio XII e o nazismo, Rhodes, afirma que apesar da oposição pouco enérgica do Papa ao regime de Hitler no espaço público – motivada, segundo ele, pelo receio de uma represália – à atuação de bispos e outros agentes relacionados à política do Vaticano é notável entre os esforços para salvar milhares de refugiados (Rhodes, 1974).

A própria Igreja Católica, é claro, não se manteve em silêncio diante de tantas críticas. Logo após a polêmica instalada ainda no início dos anos 1960 a partir da peça de Hochhuth, o Vaticano passou a trabalhar na compilação, organização e publicação de um conjunto de documentos produzidos durante a II Guerra Mundial sobre a atuação política do Papa frente ao conflito. O trabalho foi realizado pelos padres-historiadores jesuítas Pierre Blet (França), Angelo Martini (Itália), Burkhart Schneider (Alemanha) e Robert A. Graham (Estados Unidos) que, após se debruçar sobre os documentos dos arquivos históricos do Vaticano, produziram uma coleção de 11 volumes sobre o tema⁹. Autorizada pelo Papa Paulo VI em 1964, a coleção foi publicada entre 1965 e 1981 sob o título “Atos e Documentos da Santa Sé relativos à Segunda Guerra Mundial”¹⁰.

Na década de 1980, o Padre John F. Morley foi um dos primeiros a utilizar os documentos apresentados pelo Vaticano como fonte para a produção de seu livro *Vatican Diplomacy and the Jews During the Holocaust, 1939–1943*. No estudo, Morley (1980) criticou o fato de o Vaticano não se opor publicamente ao nazismo e ter dedicado seus esforços especialmente a ajudar os judeus que se converteram e foram batizados pela Igreja Católica. Como resposta, o Padre Michael O’Carroll utiliza os mesmos “Atos e Documentos da Santa Sé...” juntamente com um conjunto de transcrições do Julgamento de Nuremberg e uma vasta gama de documentos para contrapor Morley. Em *Pius XII: Greatness Dishonored*, um estudo documentado, O’Carroll (1980) afirma que, ao contrário do que dizem os críticos, o Papa Pio XII

⁹ Todos os volumes estão disponíveis online em https://www.vatican.va/archive/actes/index_po.htm. Acesso em 15 jan 2025.

¹⁰ No original: *Actes et Documents du Saint Siège relatifs à la Seconde Guerre Mondiale*.

foi um grande líder diplomático que agiu de maneira estratégica para proteger judeus e outros perseguidos pelo nazismo em propriedades da Igreja como mosteiros e conventos.

As obras de Morley e O'Carroll foram algumas das últimas a obter maior repercussão acerca deste tema na década de 1980, pouco antes do tema passar por um arrefecimento até a publicação, no fim da década de 1990, da já mencionada obra de John Cornwell, “O Papa de Hitler”.

Já no século XXI, destaca-se a publicação de “Os judeus do Papa: o plano secreto do Vaticano para salvar os judeus das mãos dos nazistas”, de autoria do jornalista britânico Gordon Thomas. Em seu livro, Thomas afirma que Pio XII fora mais uma vítima de uma “verdade forjada”. Em seu ataque aos críticos do Papa, ele afirma que, nos esforços para sua condenação pública, “fatos foram deixados de lado, fontes primárias foram rejeitadas e argumentos sobre a necessidade de interpretações equilibradas foram simplesmente ignorados” (Thomas, 2014, p. 21). Por meio de fontes como cartas, registros oficiais, relatórios, documentos públicos e privados e de entrevistas com testemunhas, Thomas afirma que o Papa teria secretamente construído uma rede de apoio que fornecia vistos de imigração, documentos falsos, abrigo e alimentação para milhares de judeus durante o conflito.

O livro de Thomas, na verdade, se insere numa mesma esfera em que “O Papa de Hitler” de John Cornwell, buscando abordar o tema a partir de uma perspectiva que beira o sensacionalismo, deixando transparecer o problema por trás do debate. Sobre isso, evocando reflexões de Vargas Llosa, o historiador Jair Santos afirma que:

Embora as questões não sejam novas, o tom polemista de alguns dos estudos que lhes foram dedicados, evidenciado por títulos como “O Papa de Hitler” (Cornwell, 1999) ou “Os Judeus do Papa” (Thomas, 2014), sugere que o debate se presta facilmente a antagonismos que poderiam corroborar a provocadora definição de história formulada por Mario Vargas Llosa: “una rama de la fabulación que pretendía ser ciencia” (Santos, 2010, p. 274)

Após a obra de Gordon Thomas, o debate passa por um novo período de arrefecimento, sem que novos estudos reverberem de maneira tão intensa. Esse arrefecimento dura até o início da década de 2020, quando a abertura do Arquivo Secreto do Vaticano dá início a uma nova fase na historiografia das relações entre Pio XII, Hitler e os refugiados do nazismo. Nesta nova fase, o governo brasileiro de Getúlio Vargas acaba exercendo um papel central na compreensão do período.

4. O Brasil em meio às guerras de Pio XII

No dia 05 de abril de 1973, um dia após a publicação dos volumes VI e VII dos “Atos e Documentos da Santa Sé”, os jornais brasileiros surpreenderam ao anunciar que a história do Governo de Getúlio Vargas se cruzava intimamente com a controvérsia entre o Papa Pio XII e os judeus perseguidos. Com a manchete “Ditadura não ajudou refugiados”, o jornal O Estado de São Paulo anunciou que

a despeito dos esforços diplomáticos do papa Pio XII, o governo ditatorial do Brasil criou uma série de dificuldades para o ingresso de refugiados judeus no país durante a II Guerra Mundial (Estado de S. Paulo, 1973, p. 01)

Na página seguinte, a matéria dizia que os documentos publicados revelam:

Os esforços desenvolvidos pelo Vaticano a favor dos judeus alemães e dos poloneses envolvidos nas operações de guerra entre a Alemanha e a União Soviética. Os documentos ressaltam a decisão tomada pelo governo do Brasil, que, a pedido de Pio XII, autorizou a entrada no país de 3 mil judeus que fugiam do regime nazista. Poucos, contudo, conseguiram escapar e obter refúgio, dada a intensa perseguição que lhes era movida pela Gestapo e “a má vontade de alguns representantes brasileiros na Alemanha” (Estado de S. Paulo, 1973, p. 02)

Na historiografia brasileira, contudo, as intersecções entre o Estado Novo e os esforços do Papa Pio XII em relação aos refugiados só foi explorada de maneira mais sistemática a partir dos anos 1990, com o trabalho do historiador Avraham Milgram. Em seu livro “Os judeus do Vaticano: a tentativa de salvação de católicos – não arianos – da Alemanha ao Brasil através do Vaticano (1939-1942)”, publicado em 1994, Milgram trouxe ao centro dos debates sobre a diplomacia brasileira no período da II Guerra Mundial, o contexto, as negociações e as dinâmicas por trás do acordo

firmado entre Santa Sé e o governo brasileiro na década de 1930, que resultaram na autorização de cerca de 3.000 vistos de entrada no Brasil para “católicos não-arianos”.

Como demonstra o historiador, o Papa Pio XII buscou uma negociação com o presidente Getúlio Vargas em prol da flexibilização das leis de imigração brasileiras que desde o início da ditadura do Estado Novo (1937-1945) se tornavam cada vez mais restritas.

Isso porque, enquanto exercia política rígida e pouco flexível, fechando o parlamento, suprimindo os direitos políticos e eliminando a liberdade de imprensa (Codato, 2013, p. 190), Getúlio Vargas investiu também num projeto nacionalista que vislumbrava a constituição de um país unificado. Para isso, seu governo dedicou-se à construção de uma ideia de “brasilidade” moderna, cultuada como a essência do povo e do governo brasileiro, carregando os referenciais culturais e sociais que “deviam convergir numa homogeneidade de pensamento e ação” (Santos, 2010, p. 85).

Esta política teve um grande impacto em relação à chegada e à permanência de estrangeiros no país que, sob justificativa de se orientar para “o futuro da nação”, adotou critérios racialistas e ideológicos para permitir apenas a entrada daqueles que eram considerados “bons” imigrantes (Venâncio; Facchinetti, 2005). Nesta dinâmica, judeus, negros, japoneses e outras etnias tidas como indesejáveis, supostamente, “colocavam em risco o processo de construção da raça e da brasilidade” (Carneiro, 2018, p. 118).

Milgram (1994) demonstra que, como forma de driblar esta lei sem ferir os princípios da política migratória antijudaica, o governo brasileiro autorizou a entrada de 3000 imigrantes identificados, não como judeus, mas como “católicos não-arianos” (Milgram, 1994, p. 89). Destes 3 mil, a embaixada do Brasil no Vaticano se responsabilizaria pela distribuição de 1000 vistos para imigração, enquanto a distribuição dos 2000 vistos restantes ficaria a cargo da embaixada brasileira em Berlim. O acordo, no entanto, foi ignorado por Cyro de Freitas Valle, que atuou como embaixador brasileiro na Alemanha entre 1939 e 1942 e se mostrou um ferrenho opositor da entrada de judeus no Brasil. Por conta desta atitude, daquela cota que

autorizava a entrada de 3000 refugiados em território brasileiro, pouco menos de 1000 pessoas conseguiram, de fato, a autorização (Milgram, 1994).

Em diversos outros momentos, outras obras acabaram mencionando também a ajuda do Vaticano ao tratar de relatos pessoais ou ao narrar a história de suas próprias famílias. Este é o caso do ensaio intitulado “De que modo o Vaticano nos salvou (a fuga do nazismo: na Europa e no Atlântico)”, o intelectual alemão Hermann Mathias Görgen já havia mencionado o papel da Santa Sé em sua travessia da Europa para o Brasil em 1941, juntamente com um grupo de quase 50 pessoas perseguidas pelos nazistas por motivos raciais ou por integrarem a resistência política e religiosa (Görgen, 1991).

Sob a justificativa de abrir uma fábrica no município de Juiz de Fora, Minas Gerais, Görgen conseguiu a autorização de imigrar para o Brasil juntamente com seu grupo que formaria a mão-de-obra do empreendimento. Portugal, naquele momento, possuía o principal porto de saída para o Rio de Janeiro, mas isso colocava Görgen e seu grupo diante de um grande obstáculo a ser superado: Como passar com um grupo de judeus e outros perseguidos pelo regime nazista pela França vigiada pela Gestapo e pela Espanha de Francisco Franco?¹¹

Conforme narra em seu ensaio, o Vaticano teve um grande papel na resolução deste problema. Com ajuda de Felipe Bernardini, Núncio apostólico em Berna, na Suíça, a situação foi apresentada ao Papa Pio XII que “deu instrução expressa de ajudar, de qualquer modo, os fugitivos, ‘antes de mais nada aos perseguidos racialmente’” (Görgen, 1991, p. 111). Foi por meio desta intervenção que Görgen conseguiu vistos de trânsito que autorizaram seu grupo a atravessar de trem pela Espanha e de lá alcançar Lisboa, de onde finalmente partiriam para o Brasil (Görgen, 1991). Segundo ele:

¹¹ Apesar de ter afirmado certa neutralidade da Espanha durante a II Guerra Mundial, o governo espanhol, sob a ditadura de Francisco Franco, havia firmado um acordo com Hitler de decretar a prisão de todos os refugiados que entrassem na Espanha vindos das regiões ocupadas pela Alemanha (Görgen, 1999, p. 110).

Sem a intervenção do Vaticano, contudo, nossa tentativa teria fracassado. Os refugiados são pessoas desarmadas e sem direitos. Quando enfim embarcamos, em 27 de abril de 1941, no Cabo de Hornos, rumo ao Brasil, não só as mulheres agradeceram de joelhos ao Papa em Roma, que a todos nós – sem distinção de crença, origem, “raça” e destino – tinha ajudado a sair da desgraça (Görgen, 1991, p. 115)

Vale mencionar que as histórias de muitos dos refugiados que integraram o grupo Görgen se cruzaram com as histórias de outros refugiados no Brasil, dando origem a inúmeras histórias que foram traçadas por pesquisadores como Kestler (2003), Eckl (2011), Parada (2024) e outros.

Em obra intitulada “Os Indesejados: uma história de refugiados no tempo do nazismo”, o jornalista Rubens Glasberg (2021) conta a história de sobrevivência de seu pai, Hans Glasberg, que conseguira imigrar graças a uma certificação falsa de que era católico. Um ponto interessante da obra é a de que muitos dos refugiados poderiam não estar completamente cientes do acordo que tornará sua viagem possível. Apesar de seu pai integrar o número 229 da lista divulgada por Milgram, o jornalista afirma: “tenho certeza que meu pai não sabia do acordo entre Vargas e Pio XII. Nunca me falou de sua existência. Contou que devia sua vida ao cardeal Schuster de Milão.” (Glasberg, 2021, p. 134).

Sua obra pode também dizer muito sobre certas estratégias utilizadas pelos refugiados para poderem se enquadrar na cota dos imigrantes, como a busca por documentos forjados que permitissem a imigração. Isso pode ser observado, por exemplo no trecho em que o autor descreve o falso certificado de batismo de seu pai:

Meu pai teria sido batizado na Polônia com o nome de Hans Glasberg Jerzy, em 12 de fevereiro de 1935, na cidade de Drohobycz. Ele jamais esteve na Polônia. O documento, forjado com um timbre da paróquia Swiety Wojciech (Santo Adalberto), tinha autenticidade difícil de ser comprovada em 1940 (Glasberg, 2021, p. 134)

Conforme esclarece o autor, cada detalhe era importante no processo de falsificação. Mesmo a escolha da data de batismo era relevante. No caso da falsa data escolhida para representar o batismo de seu pai (fevereiro de 1935), leva-se em conta de que esta “é anterior às leis raciais de Nuremberg de setembro daquele ano. Indicava

assim que o batismo se dera por opção religiosa. Não seria só um embuste de última hora para se passar por católico” (Glasberg, 2021, p. 134).

A questão do falso batismo fora abordada em outros casos, como por exemplo, na entrevista da artista Agathe Deutsch, popularmente conhecida como Agi Straus, à Rachel Mizrahi¹². Apesar de não ter mencionado a cota específica dos 3 mil católicos não arianos, a artista afirma que a certificação do batismo fora essencial para a fuga de sua família da Áustria, que fora ocupada pelos nazistas quando ela ainda era uma criança:

Foi neste momento que meu pai (acho) se tocou. Foram atrás de conseguir um visto para os Estados Unidos, que era difícilimo, e já não dava mais. Conseguimos vir para o Brasil, graças a Deus. Meu pai conseguiu os vistos através de um padre. Não sei o nome, mas esse padre foi maravilhoso! Estávamos em Viena onde esse padre batizou todos nós como católicos. Somente assim conseguiríamos sair de Viena e conseguir esse papel (como chama?), com vistos para o Brasil, que somente aceitava católicos (Strauss, 2013, p. 06-07)

A mesma estratégia fora mencionada também na trajetória narrada por Eugênia Schur, que integrou o livro “Carta de Chamada: relatos da imigração judaica em São Paulo de 1930 até 1942”, organizado por Marília Levi Freidenson. Eugenia foi a filha mais velha da família Tugendhat e conta que grande parte de sua família pôde escapar dos horrores nazistas graças à cota de imigrantes católicos não-arianos resultantes do acordo entre o Papa Pio XII e Getúlio Vargas. Contudo, sua trajetória nos permite pensar também sobre as limitações deste acordo. Observe este trecho de sua narrativa:

Meus pais estavam em Varsóvia no começo da guerra e realmente passaram uma época muito horrível lá, mas como meu pai, graças a deus, tinha dinheiro, ele comprou certificados que são católicos e saíram para nos encontrar na Itália. Chegaram em Gênova no mês de fevereiro de 1940, e com aqueles certificados que meu pai tinha, ele foi para Roma e conseguiu os vistos para o Brasil – mas não para nós, porque não tivemos certificado que fomos batizados (Schur, 2014, p. 343-345)

¹² A entrevista foi concedida à Rachel Mizrahi, com a participação de Laís Rigatto Cardilo, responsável pela gravação em áudio e vídeo, e de Diana Luz da Costa Leme Correa. São Paulo, 1/05/2013. A transcrição foi realizada por Samara Konno e Maria Luiza Tucci Carneiro. Disponível em <<https://travessias-arqshoah.com/survivors/104>>. Acesso 15 jan. 2025.

Impedida de viajar para o Brasil por não ter o certificado de batismo, Eugenia e seu marido se refugiaram em Xangai, na China, por cerca de 5 anos, quando em 1946, após a Guerra, foram para San Francisco nos Estados Unidos e, de lá, partiram para o Brasil onde reencontram a Família Tugendhat. Sua história, contudo, nos leva a refletir sobre as maneiras pelas quais, em certa medida, o acordo favorece - para além daqueles que haviam se convertido - apenas àqueles mais abastados que tinham condições de comprar uma certificação falsa. Isso se torna claro no momento em que Eugênia afirma: “Meu pai, graças a deus, tinha dinheiro”. Esta questão nos leva a inúmeras questões sobre o destino daqueles que não tinham dinheiro suficiente para poder pagar a certificação.

Outro fato a ser observado é a rígida obrigatoriedade do certificado de batismo católico que fora capaz até mesmo de separar Eugenia Schur de sua família. Algo nos remete a uma crítica feita ainda nos anos 1980 pelo Padre Morley que, com base nos “Atos e Documentos...” teceu duras críticas ao fato de o Vaticano concentrar sua ajuda apenas aos judeus batizados na Igreja Católica.

Nesta mesma esteira, Glasberg já havia trazido também outro questionamento, já que, segundo ele, no território do Reich “os que a Igreja considerava católicos, mas eram tratados como judeus pelo nazismo, perfazem um total aproximado de 200 mil pessoas” (Glasberg, 2021, p. 130). Por que, o autor se questiona, diante de um número tão grande, apenas 3 mil vistos foram negociados? Em sua hipótese, o fato de que judeus não se adequavam aos critérios raciais idealizados pelo Estado Novo e que “os religiosos alemães autores da solicitação estavam informados que Vargas não aceitaria um número maior e que eram ‘indesejáveis’ pelos critérios da discriminação racial do ministro brasileiro da justiça” (Glasberg, 2021, p. 130).

Tais debates nos levam a notar que a atuação de Pio XII em relação ao Holocausto continua a fomentar pontos de vista diversos. Contudo, nota-se no caso brasileiro, que a crítica ao descaso em relação aos refugiados não recai apenas sobre os ombros da Santa Sé, mas também da ditadura Varguista.

5. Após a Abertura dos Arquivos

Ainda que pouco tempo tenha se passado desde que os Arquivos do Vaticano deixaram de ser secretos, muitos trabalhos de grande relevância já foram realizados com base nas novas fontes disponíveis e têm permitido a construção de novos olhares e novas perguntas sobre o tema em questão. Mencionaremos aqui alguns destes trabalhos, dando ênfase especialmente naqueles que apresentam o papel do governo brasileiro na dinâmica investigada.

A historiadora Nina Valbousquet (2022), por exemplo, tem se interessado pelos conflitos que se sucederam a partir das categorizações raciais e religiosas – como a noção de católicos não-arianos - que deram o tom da distribuição dos vistos para aqueles que imigraram para o Brasil com o apoio do Vaticano. Partindo desta premissa, a historiadora se dedica a estudos de caso individuais de refugiados de modo a compreender “a natureza mutável dos critérios e categorias administrativas” em relação à categorias raciais, que se sucediam diante da perseguição nazista e a possibilidade de migração. Em sua análise, ela afirma:

Para além das relações diplomáticas entre o Vaticano e o Brasil para o estabelecimento de uma rede migratória transatlântica pontual, a definição de “católicos não-arianos” e a construção de uma categoria ao mesmo tempo rígida e fictícia, meio religiosa, meio racial, geram um drama mais íntimo: a separação de famílias mistas cujos membros têm status e datas de conversão diferentes. Devido a este critério religioso e racial, estes refugiados são muitas vezes vistos e tratados através do prisma do preconceito antijudaico (Valbousquet, 2022)

Numa perspectiva semelhante, David Kertzer (2022) publicou nos Estados Unidos o livro *The Pope at War*, tecendo críticas à Santa Sé sob argumento de que suas políticas se preocupavam unicamente com a salvação dos católicos. Segundo ele, os únicos judeus que foram salvos na ocasião eram aqueles convertidos ou que eram filhos de casamentos inter-religiosos. Para Kertzer, as ações de Pio XII não indicam que o papa era antissemita, mas apontam para a pressão sofrida por ele diante do dilema entre os riscos que os fiéis católicos corriam nos territórios alemães caso o Eixo ganhasse a guerra e, por outro lado, com o crescimento da ameaça comunista, caso os nazistas fossem derrotados.

Da mesma forma, Wolf et al. (2024) se propõem analisar o baixo número de vistos concedidos para a entrada de refugiados – apenas 3 mil - e a maneira pelas quais uma perspectiva racial e antissemita impactou nas deliberações e negociações entre Vaticano e o governo de Getúlio Vargas. Apesar de estas questões terem sido anteriormente investigadas por historiadores como Milgram (1994) e Tucci Carneiro (2018), o trabalho de Wolf et al. (2024) apresenta um conjunto de documentos até então inéditos para repensar o papel de Pio XII durante o Holocausto: as centenas de pedidos feitos por judeus e autoridades judaicas à Santa Sé em busca de ajuda.

No que tange a historiografia brasileira atual, em artigo de 2022, o historiador Jair Santos faz uma avaliação das novas possibilidades permitidas pela abertura dos Arquivos do Vaticano no cruzamento entre a história das políticas migratórias brasileiras e a história recente do catolicismo. Segundo ele, as fontes disponíveis até então – como os documentos disponibilizados nos “Atos e Documentos...” – permitiam vislumbrar as negociações político-diplomáticas da Santa Sé que permitiram o auxílio a milhares de refugiados. As novas fontes disponíveis, contudo, permitirão conhecer mais sobre os sujeitos que migraram, conhecendo suas particularidades:

Por meio dessas fontes, será possível, por exemplo, conhecer a origem e a trajetória dessas pessoas, além de detalhes acerca do contexto cultural e religioso no qual viviam. Também será possível reconstituir o itinerário dos pedidos de assistência, desde a formulação até a apreciação pelo cardeal Luigi Maglione, cuja ação à frente da Secretaria de Estado entre 1939 e 1944 fez dele um personagem central dos acontecimentos (Santos, 2022, p. 06)

Destacam-se também os trabalhos de Facchinetti et al. (2025), que integram um grupo de pesquisadores vindos de diversas áreas do saber – a história, a psicologia, a biblioteconomia e outros - dedicado a investigar a atuação do Vaticano e do Papa Pio XII como parte de uma rede de apoio que atuou ativamente no deslocamento dos chamados “Judeus do Vaticano”, que vieram para o Brasil fugindo dos conflitos e da perseguição nazista na Europa. Em nota de pesquisa publicada em 2025, os pesquisadores afirmam que seu trabalho lança um olhar à história transnacional destes refugiados sob a perspectiva da história das emoções, dos estudos judaicos e do

holocausto, em um diálogo com o estudo prosopográfico e das redes sociais de apoio. Para tanto, dedicam-se à análise de toda uma gama de fontes primárias, tais como cartas, passaportes, fichas de imigração e documentos oficiais diplomáticos entre a Secretaria de Relações Exteriores do Brasil e embaixada do Brasil na Alemanha e no Vaticano. A partir da análise destas fontes, os pesquisadores visam comprovar a tese levantada de que o “Grupo Görgen” — um grupo de intelectuais, políticos, artistas, comunistas e judeus que foram perseguidos pelos nazistas na Europa — e os “refugiados do Vaticano” são parte de um mesmo grupo de imigrantes que receberam auxílio da Igreja Católica, e não grupos distintos como pontua a maior parte da historiografia atual.

6. Considerações Finais

A revisão apresentada por este artigo demonstra que o debate acerca da atuação do Papa Pio XII durante a ascensão nazista na Europa pode ser dividido em dois momentos específicos: antes e depois da abertura dos Arquivos do Vaticano.

Num primeiro momento, boa parte da discussão era pautada pelo debate sobre a responsabilidade do Papa Pio XII. De um lado, muitos diziam que o pontífice poderia ter feito muito mais contra o nazismo e não o fez. Muitos destes críticos, chegaram a sugerir certa conivência de Pio com as políticas de Hitler. Por outro lado, muitos diziam que o líder do Vaticano fez tudo que estava a seu alcance e que seu silêncio se justificava pelo receio de represálias contra os católicos que viviam em territórios ocupados pelos nazistas.

O debate teve consequências práticas no mundo católico. Em 26 de dezembro de 2007, o jornal “O Estado de São Paulo” publicou um artigo de Gilles Lapouge, correspondente do jornal em Paris, sobre o fato de o então Papa Bento XVI ter desacelerado o processo que tramita no Vaticano para a canonização de Pio XII. A decisão teria se dado em razão das discussões sobre o líder do Vaticano em exercício no período “não ter se empenhado na defesa dos judeus ameaçados pelo nazismo”. Pio XII, conforme conta Lapouge:

é repetidamente acusado pelos inimigos da Igreja e também por historiadores rigorosos de não ter feito grandes esforços para proteger judeus europeus do furor hitlerista. No entanto, segundo estes historiadores, o Vaticano era, junto com Berlim, o lugar do mundo onde se estava mais bem informado sobre as infâmias das câmaras de gás. Pio XII, porém, se calou (Lapouge, 2007, p. 12)

O fato de muitos dos sobreviventes do Holocausto ainda estarem vivos naquele momento tornava a questão ainda mais delicada e muitos líderes religiosos defenderam que o processo de beatificação de Pio XII deveria ser interrompido ao menos por uma geração em relação eles (Revista Exame, 2014). Ainda diante da polêmica que impedia o processo de beatificação, em 2009 o então papa Bento XVI proclamou Pio XII como “venerável” e assinou um decreto reconhecendo as “virtudes heroicas do venerável Servo de Deus” (Correio Braziliense, 2009).

Ainda assim, muitos estudos, especialmente aqueles fomentados pela publicação dos “Atos e Documentos da Santa Sé...”, se dedicaram a analisar a atuação do pontífice a partir de sua faceta mais diplomática, atuando como intermediador na flexibilização de políticas migratórias que permitiram a fuga e o refúgio à muitos daqueles que eram então perseguidos pelo nazismo.

Este tema tem ganhado ainda mais destaque desde 2020, quando a abertura dos Arquivos do Vaticano dá início a uma nova fase deste debate. Ainda que esta seja uma fase em seu estágio inicial, os estudos publicados até aqui demonstram um redirecionamento nos interesses dos pesquisadores. Se até então os protagonistas das investigações eram os grandes políticos e as autoridades religiosas do alto escalão, agora vemos um foco muito maior nas vítimas do nazismo e naqueles que migraram.

Não poderíamos dizer, contudo, que se trata de uma história vista debaixo, já que as questões políticas dos grandes homens ainda são levadas em consideração, mas nota-se uma tendência a valorizar as trajetórias individuais, particularidades dos sujeitos cujas vidas foram impactadas por tais políticas.

Unindo tais trajetórias e documentos políticos do Vaticano à antigas fontes sobre as políticas diplomáticas e de imigração de outros governos – especialmente do

Brasil – a historiografia pós 2020 vem demonstrando novas interpretações sobre como questões raciais e religiosas marcaram todo este processo.

A abertura dos Arquivos do Vaticano ainda é um evento recente, mas os primeiros trabalhos resultantes desta iniciativa têm demonstrado que seu impacto na historiografia será notável. Como demonstra a breve revisão aqui apresentada, o que podemos esperar para os próximos anos são grandes reinterpretações que envolvem não apenas a historiografia do Vaticano durante o Holocausto, mas a própria historiografia do Estado Novo brasileiro e suas políticas migratórias.

REFERÊNCIAS

BBC News Brasil. **A carta que mostra que papa Pio 12 provavelmente sabia do extermínio nazista em 1942** — antes do que admite o Vaticano. 20 de setembro de 2023. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/articles/c03v4g5p5rjo>>. Acesso 14 jan 2025.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, 5, 11, p. 121-136, 2011.

BOTTUM, Joseph. The end of the Pius Wars. **First Things: A Monthly Journal of Religion and Public Life**, v. 142, 2004.

BOTTUM, Joseph; DALIN, David G. **The Pius War: Responses to the Critics of Pius XII**. Lexington Books, 2010.

CAPELLI, Benedetta. **O Arquivo do Papa aberto ao mundo. 22 de março de 2021**. Disponível em <<https://www.vaticannews.va/pt/vaticano/news/2021-03/dentro-vaticano-pagano-arquivo-apostolico.html>>. Acesso 13 jan 2025.

CARNEIRO, M.L.T. Imigrantes indesejáveis: a ideologia do etiquetamento durante a Era Vargas. **Revista USP**, n. 119, p. 115-130, 2018.

CAVALCANTE, Livia T. C.; OLIVEIRA, Adélia A. S. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em Revista**, v. 26, n. 1, 2020.

CODATO, A. Os mecanismos institucionais da ditadura de 1937: uma análise das contradições do regime de Interventorias Federais nos estados. **História** (São Paulo), v. 32, n. 2, p. 189-208, 2013.

CORREIO Braziliense. **Bento XVI proclama veneráveis os papas Pio XII e João Paulo II**. 19 de dezembro de 2009. Disponível em: **Revista Espacialidades** [online]. 2025.1, v. 21, n. 1, ISSN 1984-817X [227]

<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2009/12/19/interna_mundo,161993/bento-xvi-proclama-veneraveis-os-papas-pio-xii-e-joao-paulo-ii.shtml>. Acesso 19 jan 2025.

CORNWELL, John. **O Papa de Hitler**: a história secreta de Pio XII. Imago, 2000.

COSTA, Sergio C. **Crônicas de uma guerra secreta**. Ed. Record. 2004.

DALIN, David G. **O mito do papa de Hitler**. Quadrante editora, 2019.

DEUTSCHE Welle Brasil. **Cartaz do fotógrafo da Benetton agita a Berlinale**. 08 de fevereiro de 2002a. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/cartaz-do-fot%C3%B3grafo-da-benetton-agita-a-berlinale/a-438220>>. Acesso 30 dez 2024.

DEUTSCHE Welle Brasil. **Igreja escondeu judeus dos nazistas em Roma, aponta pesquisa**. 07 de setembro de 2023. Disponível em <https://www.dw.com/pt-br/igreja-escondeu-judeus-dos-nazistas-em-roma-aponta-pesquisa/a-66752451>>. Acesso 14 jan 2025.

DEUTSCHE Welle Brasil. **Novo filme de Costa-Gavras estreia com polêmica**. 13 de fevereiro de 2002b. Disponível em < <https://www.dw.com/pt-br/novo-filme-de-costa-gavras-estr%C3%A7ia-com-pol%C3%AAmica/a-441309>>. Acesso 30 dez 2024.

DOINO JUNIOR, William. An annotated bibliography of works on Pius XII, the Second World War, and the Holocaust. In: BOTTUM, Joseph; DALIN, David G. **The Pius War**: Responses to the Critics of Pius XII. Lexington Books, 2010, p. 97-280.

ECKL, Marlen. O exílio no Brasil ou “a Europa no meio do mato”: desencontros entre Stefan Zweig e Ulrich Becher. **Revista IEB**, n. 53, p. 127-148, 2011.

FACCHINETTI, C.; VENANCIO, A. T. Gentes provindas de outras terras: ciência psiquiátrica, imigração e nação brasileira. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 8, n. 2, p. 356–363, 2005.

FACCHINETTI, Cristiana.; MUÑOZ, Pedro F.; PEREIRA DA SILVA, Marcus V. et al. “Vatican Refugees” intellectuals, knowledge, and technologies in the flight from Nazism to Brazil (1938-1953). **Revista de História Comparada**, v. 17, n. 02, ed. 17, p. 157-172, 2025.

FRIEDLÄNDER, Saul. **Pio XII e o Terceiro Reich**. Ed Porto/Sextante, 2020.

GLASBERG, Rubens. **Os indesejáveis**: uma história de refugiados no tempo do nazismo. Ed. Terceiro nome, 2021.

GÖRGEN, Hermann M. De que modo o Vaticano nos salvou (a fuga ao nazismo: na Europa e além do Atlântico). In: GÖRGEN, Hermann M. **Ensaio**s. Presença, p. 19-115, 1991.

HAACK, Jana; HINKEL, Sascha; RICHTER, Elizabeth-Marie et al. “I Think It Would Take Not 3,000, But 300,000 Visas!!”: New Questions and Perspectives on the Holy See’s Brazilian Visa Project Arising from the Opening of the Vatican Archives for the Pontificate of Pius XII. **Antisemitism Studies**, v. 08, n. 01, p. 63-116, 2024.

HOCHHUTH, Rolf. **O Vigário**. Ed. Grijalbo, 1965.

KATZ, Robert. **Morte a Roma**: il massacro delle Fosse Ardeatine. Macmillan. Ed. Riuniti, 1971.

KATZ, Robert. **Fatal Silence**: The Pope, the Resistance and the German Occupation of Rome. Phoenix, 2004.

KERTZER, David. **The Pope at War**: The Secret History of Pius XII, Mussolini, and Hitler. Random House, 2022.

KESTLER, Izabela M. F. **Exílio e literatura**: escritores de fala alemã durante a época do nazismo. Edusp, 2003.

LAPIDE, Pinchas. **Three Popes and the Jews**. Hawthorn Books, Inc., 1967.

LAPOUGE, Gilles. **Bento XVI e o processo de canonização de Pio XII**. Jornal O Estado de S. Paulo. 26 de dezembro de 2007, p. 12. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/20071226-1-nac-0001-999-1-not>>. Acesso 15 de Janeiro de 2025.

LICHTEN, Joseph. **A question of judgment**: Pius XII and the Jews. National Catholic Welfare Conference, 1963. Disponível em <<https://archive.org/details/questionofjudgme00lich/mode/2up>>. Acesso em 13 jan 2025.

LICHTEN, Joseph. Via Rasella and the Fosse Ardeatine. In: Graham, Robert (org.). **Pius XII and the Holocaust**: A Reader. Catholic League Religious, 1988. Disponível em <https://home.olemiss.edu/~rrychlak/web20061010/A%20Reader/Project%20Files/www.catholicleague.org/piusxii_and_the_holocaust/piusxii.htm>. Acesso 10 jan 2025.

MILGRAM, A. **Os judeus do Vaticano**: a tentativa de salvação de católicos não-arianos da Alemanha ao Brasil através do Vaticano (1939-1942). Imago, 1994.

MORLEY, John F. **Vatican Diplomacy and the Jews During the Holocaust, 1939–1943**. Ktav Pub & Distributors In, 1980.

O'CARROLL, Michael. **Pius XII: Greatness Dishonored**. Franciscan Herald Press, 1980.

O ESTADO de S. Paulo. **Ditadura não ajudou refugiados**. 05 de abril de 1974, p. 01. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19730405-1-nac-0001-999-1-not>>. Acesso 15 de Janeiro de 2025.

O ESTADO de S. Paulo. **Vaticano evoca era fascista**. 05 de abril de 1974, p. 02. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19730405-1-nac-0001-999-1-not>>. Acesso 15 de Janeiro de 2025.

O GLOBO. **Papa Francisco anuncia abertura de arquivos secretos do pontificado de Pio XII durante 2ª Guerra Mundial**. 04 de março de 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/mundo/papa-francisco-anuncia-abertura-de-arquivos-secretos-do-pontificado-de-pio-xii-durante-2-guerra-mundial-23497988#:~:text=CIDADE%20DO%20VATICANO%20%E2%80%94%20O%20Papa,diplomacia%20oculta%2C%20mas%20ativa%22>>. Acesso 13 jan 2025.

PARADA, M. Arquivo e melancolia: Susanne Eisenberg Bach e sua trajetória exilar no Brasil. **Projeto História** - Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História, n. 81, p. 197-218.

REVISTA Exame. **Papa estuda abrir arquivos sobre polêmico Pio XII**. 03 de fevereiro de 2014, p. 02. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/papa-estuda-abrir-arquivos-sobre-polemico-pio-xii/>>. Acesso 15 de Janeiro de 2025.

RITNER, Carol.; ROTH, John K. (eds.). **Pope Pius XII and the Holocaust**. Leicester, 2002.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, 20, 2, p. 5-6, 2007.

RHODES, Anthony. **The Vatican in the Age of Dictators 1922-45**. Holt, Rinehart and Winston. 1974.

SANTOS, A.V. Educação e nacionalismo configurando a escola primária catarinense na Era Vargas. **Revista Brasileira de História da Educação**, n. 24, p. 55-82, 2010.

SANTOS, J. A diplomacia pontifícia e os refugiados judeus no Brasil (1939-1941): uma investigação preliminar nos arquivos de Pio XII. **Rev. Hist.**, n.181, 2022.

SCHUR, Eugenia. In: FREIDENSEN, M.L. **Carta de chamada: relatos de imigração judaica em São Paulo de 1930-1942**. Annalume, p. 343-345, 2014.

STRAUS, Agi. **Entrevista concedida a Rachel Mizrahi**. Disponível no repositório ArqShoah. Disponível em <<https://travessias-arqshoah.com/survivors/104>>. Acesso 15 jan 2025.

THOMAS, Gordon. **Os judeus do Papa**: o plano secreto do Vaticano para salvar os judeus das mãos dos nazistas. Geração, 2014.

VALBOUSQUET, Nina. Expériences migratoires et trajectoires familiales des réfugiés catholiques d'origine juive: un périple transatlantique entre Allemagne, Vatican et Brésil (1939-1942). **Diásporas**: Circulations, migration, histoire, n. 39, p. 63-78, 2022.

ZUCCOTTI, Susan. Pope Pius XII and the Rescue of Jews in Italy: Evidence of a Papal Directive? **Holocaust and Genocide Studies**, v. 18, n. 2, p. 255-273, 2004.

A MIGRAÇÃO PARA A AMAZÔNIA: trajetórias de sertanejos abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas (Ceará, década de 1950)

Renata Felipe Monteiro¹

Artigo recebido em: 20/01/2025.

Artigo aceito em: 10/07/2025.

RESUMO:

A migração de sertanejos abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas (Fortaleza) teve início durante a Segunda Guerra Mundial, quando houve o deslocamento de nordestinos para a região amazônica, com o intuito de extrair a borracha. Após o fim da guerra, porém, a hospedaria continuou recebendo diversos retirantes durante toda a década de 1950 e, sobretudo, durante as estiagens de 1951-53 e 1958. O objetivo desses sujeitos era partir em busca de melhores condições de vida, encaminhando-se para diversas regiões do país, mas, em especial, para a região amazônica. Assim, através da análise de uma diversidade de fontes (documentos oficiais, relatos e, sobretudo, jornais) tentamos entender as trajetórias de migração de alguns nordestinos, que, na luta por sobrevivência, enfrentavam fome, lotação, doenças etc. Para isto nos embasamos em autores consagrados que abordam sobre migração, tais como Martins (2019), Martinello (2018) e Sayad (1998).

PALAVRAS-CHAVE: Migração; Trajetórias; Hospedaria Getúlio Vargas.

Migration to the Amazon: trajectories of country people staying at the Getúlio Vargas Hostel (Ceará, 1950s)

ABSTRACT:

The migration of sertanejos sheltered at the Getúlio Vargas Hostel (Fortaleza) began during the Second World War, when people from the Northeast moved to the Amazon region to extract rubber. After the end of the war, however, the hostel continued to receive many migrants throughout the 1950s and, especially, during the droughts of 1951-53 and 1958. The objective of these individuals was to leave in search of better living conditions, heading to various regions of the country, but especially to the Amazon region. Thus, through the analysis of a variety of sources (official documents, reports and, above all, newspapers) we attempt to understand the migration trajectories of some people from the Northeast, who, in the struggle for

¹ Doutora em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Professora da rede municipal de educação de Fortaleza. Professora formadora no curso de história da Universidade Estadual do Ceará, modalidade à distância. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1415292137020166>. Email: renata.felipe.monteiro@gmail.com.

survival, faced hunger, overcrowding, disease etc. To this end, we draw on renowned authors who address migration, such as Martins (2019), Martinello (2018) and Sayad (1998).

KEYWORDS: Migration; Trajectories; Getúlio Vargas Hostel.

1. Introdução

Em março de 1942 foram assinados diversos acordos entre Brasil e EUA para facilitar o encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia, no intuito de extrair borracha que seria usada na Segunda Guerra Mundial (Secreto, 2007). Com isso, diversos pousos e hospedarias foram construídos entre as regiões Norte e Nordeste pelo Serviço Especial de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA). À princípio, foram encaminhados homens solteiros ou casados desacompanhados dos familiares – esposas e filhos permaneciam em pousos em Fortaleza. Eram os chamados “soldados da borracha”. A partir de 1943, contudo, houve uma reformulação nesse sistema de deslocamento, sendo as famílias abrigadas na Hospedaria Getúlio Vargas, inaugurada naquele ano. Havia assim o encaminhamento de todos do núcleo familiar.

Mas, com o final da 2ª Guerra Mundial esses deslocamentos não cessaram. Pelo contrário, durante os períodos de estiagem que atingiram o Nordeste na década de 1950, 1951-1953 e 1958, tornou-se intensa a migração, não apenas para a região amazônica, mas para outras paragens do Brasil, como a região Sudeste, sobretudo, São Paulo e para o Centro-Oeste para a construção de Brasília.

Compreender a trajetória de migração, nos períodos de seca na década de 1950, de alguns sujeitos que partiram para a Amazônia é o cerne do artigo. Pessoas que, diferentemente do interregno entre 1942 e 1945, não eram convencidas por propagandas do governo federal. Partiam quando não havia mais motivos para permanecer, tendo em vista que tinham perdido colheitas e alimentos, animais e trabalho, havendo ainda a constante exploração nos latifúndios.

Com isso, acompanharemos o percurso de deslocamento de algumas pessoas, que porventura tiveram suas histórias evidenciadas em periódicos, em fontes

orais ou por parentes e pesquisadores. Trajetórias que não representam, devido a ínfima quantidade de documentos que foram registrados ou resguardados, o percurso de todas as pessoas que fizeram o mesmo caminho: sair de suas paragens em direção à Fortaleza, se registrar nas dependências da Hospedaria Getúlio Vargas para obter passagens do governo, aguardar os navios da Loyde – às vezes por meses – para se deslocarem em direção à região amazônica ou para outro destino. Um trajeto que era eivado de desilusões. Percalços que tinham continuidade ou eram multiplicados ao desembarcarem.

2. Trajetórias de Migração

Em fins de 1951 o jornalista cearense Edmar Morel a serviço do jornal *Última Hora* percorreu três hospedarias federais existentes no Brasil, Getúlio Vargas (Fortaleza), Tapanã (Belém) e Eduardo Ribeiro (Manaus) – remanescentes do período da Segunda Guerra Mundial – no intuito de averiguar a situação de penúria no qual se encontravam os migrantes nordestinos naqueles abrigos. Uma das críticas estava relacionada ao descaso do governo federal perante a saúde dos abrigados, tendo em vista que havia a proliferação de diversas doenças nestes espaços e uma quantidade ínfima de médicos. Na Hospedaria Tapanã, por exemplo, o repórter denunciava que “não existe um só médico do Ministério do Trabalho, nem uma enfermaria, transferidos, aliás, para a ilha das Flores no Rio” (A tragédia..., 26/12/1951, p. 8).

Durante o interregno de 1942 e 1945 havia um grande aparato logístico para encaminhar os trabalhadores para os seringais amazônicos que incluía a edificação de hospitais e enfermarias. Apesar disso, eram constantes os casos de epidemias e mortes nos pousos e hospedarias federais. Problemática que seria recorrente durante a década de 1950, quando já não havia um projeto de deslocamento em massa de pessoas para a Amazônia. Com isso, aumentaram exponencialmente os casos de doenças e falecimentos nos locais de abrigo dos nordestinos.

O jornalista Morel, no intuito de expor as mazelas existentes nos espaços que percorreu, trouxe à tona o percurso e os percalços que alguns trabalhadores migrantes enfrentaram até chegar à Amazônia. Um destes sujeitos foi o cearense Antônio

Teófilo, que saiu de Fortaleza – provavelmente já doente – e foi encaminhado para a Hospedaria Tapanã, em Belém. Naquele espaço foi constatado que o mesmo, juntamente com a esposa e os 9 filhos, encontravam-se tuberculosos. Mas como não havia um espaço para isolamento no hospital, os abrigados com diferentes enfermidades – coqueluche, difteria, tuberculose, raquitismo - convalesciam juntos.

Outra família entrevistada pela reportagem do jornal *Última Hora* foi do paraibano Manoel Henrique Filho. O mesmo havia embarcado com a esposa Joana M. Conceição e mais 7 filhos na cidade de Cabedelo/PB, mas durante a travessia até a cidade de Belém, dois filhos, Rivaldo e Luiza, faleceram, sendo seus corpos jogados ao mar. Mais dois filhos, Manoel e Dorival, “morreram de fome na fazenda ‘Boa Vista’, de um certo Joaquim Cabeça, a 30 quilômetros de Belém”. No período que o jornalista Morel estava em Belém, o migrante encontrava-se na Hospedaria Tapanã com a esposa e os filhos que sobreviveram, Eduardo, Oswaldo e Lourival. Estes, porém, encontravam-se tuberculosos. Provavelmente a convalescência dos filhos, atrelada às péssimas condições de vida na fazenda Boa Vista, os obrigou a procurar a assistência médica no abrigo federal, tendo em vista que na propriedade de Joaquim Cabeça “trabalhava na enxada de sol a sol para ganhar 5 cruzeiros por dia” (A tragédia..., 26/12/1951, p. 8).

Além das críticas à precariedade do hospital na Hospedaria Tapanã, o periódico trazia em suas páginas outras críticas às ações do governo de Getúlio Vargas desde o período de recrutamento de trabalhadores na década de 1940. Censuras que surpreendem, na medida que o jornal *Última Hora* era um dos principais meios de comunicação que apoiava às ações do governo varguista na década de 1950. Com isso, Morel afirmava que os trabalhadores enviados para a extração da borracha na Amazônia, entre os anos de 1942 e 1945, foram escolhidos de forma indiscriminada – exerciam em seus rincões de origem as funções de pedreiros, sapateiros, operários, entre outras – não havendo a preocupação com a aptidão ao trabalho no seringal. Assim, “de 30.880 pessoas que participaram da Batalha da Borracha, apenas, 4.202 regressaram com passagens fornecidas pelo Departamento Nacional de Imigração” (A tragédia..., 26/12/1951, p. 8).

É importante ressaltar que a quantidade de pessoas que regressaram para a região Nordeste, com passagens subsidiadas ou não pelo governo federal, após o final da Segunda Guerra Mundial foi bastante desproporcional em comparação ao número de sujeitos que se deslocaram para a Amazônia entre 1942 e 1945. A partir da publicização de uma documentação existente na Hospedaria Tapanã pelo jornal *O Povo* podemos entender, minimamente, quantas pessoas foram registradas na hospedaria, quantas foram encaminhadas aos seringais, quantas nasceram ou morreram nas dependências do abrigo federal, assim como saber quantas pessoas retornaram ao Nordeste, entre os anos de 1943 e 1952.

No ano de 1943, quando a movimentação de nordestinos entre as hospedarias federais localizadas em Fortaleza e Belém se intensificou, a Hospedaria Tapanã registrou a entrada de 18.563 migrantes, vindos de diversas regiões nordestinas. Mas somente 234 migrantes retornaram para seus locais de origem. Já em 1945, quando os acordos entre Brasil e EUA para a extração de borracha se finalizaram, houve o registro de entrada de 4.050 pessoas no abrigo em Belém, 1.422 retornados dos seringais que buscavam passagens no recinto de hospedagem e o retorno efetivo (*O povo...*, 11/01/1954). Nos anos de 1951 e 1952, mesmo com a ocorrência de uma grande estiagem na região Nordeste, os números apresentados sobre a emigração para a Amazônia ficaram aquém daqueles existentes no interregno da Segunda Guerra. Em 1951: chegados 2.242, retornados dos seringais 203, nascidos na hospedaria 12, encaminhados aos seringais 2.104, recambiados 110, falecidos 10. Em 1952: chegados 2.881, retornados dos seringais 339, nascidos na Hospedaria 9, encaminhados aos seringais 2.607, recambiados 235, falecidos na Hospedaria 1 (*O povo...*, 11/01/1954).

Para se explicar essa diminuição drástica dos números devemos analisar alguns aspectos: primeiro, não havia mais o apoio do governo federal para que as pessoas migrassem em massa para a Amazônia, como ocorreu na década de 1940. Pelo contrário, houve a tentativa de cercear a circulação dos migrantes nordestinos, buscando-se criar leis específicas que freassem esse deslocamento, sobretudo, para o estado de São Paulo. Além disso, nos idos de 1950, a região amazônica ganhou um

concorrente em potencial, o Sudeste, sendo para esta área que muitos nordestinos preferiram migrar devido a maior oferta de trabalho (Fontes, 2002). Por fim, haviam os discursos de diversos setores da sociedade – Igreja Católica, imprensa, políticos, dentre outros – que criticavam a emigração, acusando-a de esvaziar o Nordeste de mão de obra barata nas propriedades rurais (Ferreira, 2016).

A cidade de Fortaleza na década de 1950, sobretudo nos períodos de grande estiagem que ocorreram neste recorte (1951-1953 e 1958), também recebeu uma quantidade significativa de migrantes, vindos das mais diversas regiões do Ceará e de outros estados do Nordeste. A partir dos dados coletados pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, em 1967, sobre o registro dos abrigados na Hospedaria Getúlio Vargas entre 1956 e 1961 conseguimos entender, mesmo que precariamente, a quantidade de sujeitos que estiveram na capital cearense naquele ínterim e de quais localidades migraram: das 38.596 pessoas registradas na hospedaria 36.622 (94,9%) provinham do Ceará, sendo 28.801 (74,6%) do interior e 7.821 (20,3%) de Fortaleza. Além disso, migrantes de outros estados também foram registrados, sendo um total de 1.849 (4,8%) (Ceará, 1967, p. 41).

De acordo com a pesquisa acima, as regiões que apresentaram as maiores taxas de migração para Fortaleza foram “Baturité, Litoral, Sertão Centro-Norte, Sertão do Sudoeste e Cariri” (Ceará, 1967, p. 41). As cidades cearenses com maior incidência de migrantes que se deslocaram, no período de 1956 a 1961, foram Paracuru (Litoral), com 2.145, Redenção (sertão de Baturité), com 1.599, Uruburetama, com 1.571, e Itapipoca, com 1.088 pessoas, ambas áreas do Litoral. Mas a trajetória de migração que gostaríamos de problematizar é do agricultor Manoel Antônio, que durante a seca de 1958 saiu da cidade de Acaraú (Litoral) - localidade que teve 262 migrantes registrados pelo Instituto Joaquim Nabuco - em direção à Hospedaria Getúlio Vargas.

Diante de uma imensidão de sujeitos que se deslocaram do Nordeste em direção à Amazônia e/ou ao Sudeste nesta década de 1950 e em especial durante a estiagem de 1958, ter acesso a trajetória de alguns desses migrantes é

concomitantemente um privilégio e um grande desafio. É desafiador na medida em que a discussão em torno da migração se concentra mais na perspectiva macro das causas desse deslocamento, sendo o quesito econômico apontado como o principal impulsionador desse deslocamento em massa. Outra dificuldade encontrada está relacionada à ínfima quantidade de fontes disponíveis que abordam sobre a vida e o caminho percorrido por estes nordestinos na travessia para diversas regiões do país.

Nos propomos a entender, a partir da documentação disponível, como alguns trabalhadores migrantes realizaram esse movimento migratório por uma perspectiva da micro-história. Com isso, idealizamos problematizar sobre os motivos dessa migração constante na década de 1950 e, sobretudo, nos momentos de grande estiagem tendo como parâmetro as motivações pessoais desses sujeitos, ou seja, diminuiremos a escala de análise para entender as causas desses deslocamentos sob o viés dos sertanejos (Revel, 2010). Buscaremos, contudo, não negligenciar os motivos que denominamos como macro: econômicos, políticos, religiosos, entre outros.

O agricultor Manoel Antônio, morador da cidade de Acaraú, relutou bastante para partir durante a seca de 1958. Sua trajetória de vida e de migração foi evidenciada nas páginas do jornal *O Estado*, em uma longa reportagem publicada em 23 de agosto daquele ano. Ele trabalhava na agricultura para manter a esposa e os seis filhos, mas, durante a estiagem, viu-se sem a possibilidade de obter alimentos, tendo em vista que não era o proprietário da terra no qual trabalhava, ficando à mercê do grande latifundiário.

Entre o início do ano de 1958 e o dia de São José², 19 de março, o agricultor continuou tendo esperança de haver chuvas, buscando sobreviver coletando e vendendo lenha na região. Mas suas expectativas esvaíram-se quando não houve nenhum chuveiro no dia do padroeiro do Ceará. Assim, sem conseguir obter alimentos com o plantio na terra, sem ter direitos trabalhistas como, por exemplo, salário mínimo e sem conseguir obter dinheiro vendendo lenhas, viu-se sem outra

² São José é o padroeiro do Estado do Ceará e de acordo com a tradição popular e a crença religiosa, caso não chova até ou no dia de São José, dia 19 de março, teremos um período de seca.

possibilidade que não fosse se alistar nas obras de emergência do governo federal, oferecidas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). Alistou-se na obra do açude Riachão, transformando-se assim em um “trabalhador-cassaco”, ou seja, em um trabalhador das obras emergenciais contra as secas (O homem..., 23/08/1958).

Na década de 1950, a expressão “cassaco” – animal existente no Nordeste, que se caracterizava como fedorento e faminto – foi associada aos trabalhadores que se dirigiam às frentes de trabalho durante as secas. Designação pejorativa que passou a ser largamente utilizada em jornais e em livros – publicados por engenheiros e jornalistas –, tornando-se corriqueira no linguajar popular. Luciano Barreira que, durante a estiagem de 1958, acompanhou os serviços realizados nas obras emergenciais, narrou no livro “Os Cassacos” a trajetória do personagem fictício Zuca Machado e de tantos outros cearenses. Sujeitos que recorriam às obras federais e estaduais, sobretudo a construção de açudes e estradas de rodagem, em última instância, quando já não havia mais animais para caçar, como sobreviver dos gêneros agrícolas plantados ou a “proteção” dos fazendeiros.

A narrativa sobre as dificuldades enfrentadas por Zuca Machado na obra fictícia – alimentação ruim, problemas com fiscais da obra, entre outros – assemelhavam-se em demasia à situação vivenciada por Manoel Antônio na obra do açude Riachão. No jornal *O Estado* encontramos seu relato sobre os desmandos do fornecedor naquele espaço, que lhe dava o que queria, ganhando muito pouco pelo trabalho. Aos sábados, retornava nos vagões dos trens da Rede de Viação Cearense (RVC) para sua residência, levando comida para a família. Mas “a comida era ruim. O milho era só o pó. O feijão era duro, velho e preto” (O homem..., 23/08/1958).

Diante dessas dificuldades – problemas com o fornecedor, pouco dinheiro, comida ruim –, Manoel ficou fascinado com a fala de um conhecido, Florêncio, que conversava em uma “bodega”³ próxima a Praça da Igreja Católica de Acaraú. Florêncio relatava as aventuras vivenciadas como “soldado da borracha” na década

³ Pequeno armazém no qual se vende secos e molhados.

de 1940 e as maravilhas da Amazônia (abundância das chuvas, dos rios, dos peixes, das matas com caças, das árvores com frutos e da fartura). A reportagem do periódico *O Estado* relatava ainda que

Manoel voltou para casa pensando nas palavras de Florêncio e na fartura da Amazônia. E no caminho para casa tomou a decisão de ir para a Amazonas, levando tudo e todos. Pela manhã informou a mulher Purificação da sua decisão. Ela que estava sofrendo com a fome, não via melhor solução que não fosse fugir dali, fugir da fome. Na segunda, no trem que levava os cassacos para a obra do governo não estava Manoel. Iria empreender uma viagem muito mais longa. Gastou o dia arrumando os pertences, liquidando os pertences e arranjando um dinheirinho. Depois foram rumo à Sobral. De Sobral vieram em um vagão de segunda classe para Fortaleza. Vieram parar no Otávio Bonfim e de lá, quase tateando, foram em direção à Hospedaria Getúlio Vargas (O homem..., 23/08/1958)

Assim, influenciado pelas palavras de Florêncio, Manoel resolveu abandonar tudo e empreender uma longa viagem em direção ao norte do país, em busca de melhorias para ele e sua família. Em que medida, contudo, Florêncio vivenciou todas essas benesses na Amazônia, enquanto trabalhava como “soldado da borracha”, que foram narradas para Manoel? Essa problemática é pertinente, já que, nos documentos oficiais, consta que, dos 65 mil brasileiros (homens e mulheres) que migraram em direção à Amazônia para trabalhar na extração do látex, entre 1942 e 1945, 45 mil morreram (Jornal de Brasília..., 26/06/1988). Daqueles que sobreviveram às doenças e ao trabalho exaustivo, muitos não conseguiram passagem para retornar às suas localidades de origem.

Essa discussão encontra paralelo com os pontos observados pelo sociólogo argelino Abdelmalek Sayad que, ao analisar a situação dos jovens em uma pequena aldeia na Cabília (Argélia) que migravam para a França no período posterior à Segunda Guerra, percebeu que aqueles que retornavam para a respectiva aldeia construíam uma versão diferente de suas condições de vida, sem problemas, apenas com vantagens. De acordo com um emigrante de Cabília entrevistado por Sayad, antes de emigrar, acreditava que na França seria como na aldeia, pois iria se encontrar com seus parentes e usufruir de todas as maravilhas descritas na aldeia por aqueles que migraram antes dele. Mas o que descobriu foi que era preciso chegar à França para descobrir a

verdade. Somente naquele lugar os sujeitos, seus conterrâneos de Cabília, contavam concretamente sobre suas péssimas condições de vida (Sayad, 1998).

Será que, tal como os jovens da aldeia de Cabília, Florêncio criou outra versão para sua experiência como “soldado da borracha” na Amazônia e contou apenas essa versão para Manoel? Este percebeu, quase imediatamente à sua chegada em Fortaleza, na estação do Otávio Bonfim, espaço que recebia desde a seca de 1932 grandes levas de migrantes vindos do interior, que sua jornada em direção às maravilhas da região amazônica teria muitos reveses.

No jornal *O Estado* há o relato que a primeira dificuldade encontrada pelo agricultor foi a superlotação da Hospedaria Getúlio Vargas. Os registros de movimento de entrada da respectiva hospedaria, entre os meses de janeiro e junho de 1958 – período que possivelmente Manoel e sua família esteve na hospedaria –, comprovam essa afirmativa: “23.300 pessoas foram registradas, dos quais 10.218 viajaram, 1.344 desistiram de migrar, 517 morreram e 11.177 ainda aguardavam embarque” (Araújo, 2000, p. 85). Assim, um recinto de hospedagem que teria a capacidade máxima para 1.200 pessoas, estava, em junho de 1958, com mais de 11 mil pessoas aguardando embarque para migrar. Com essa grande quantidade de pessoas, os problemas aumentavam sobremaneira: fome, doenças, mortes, ausência de condições sanitárias, entre outros. Percalços que impulsionaram os alojados a participarem de movimentos sociais, como, por exemplo, passeatas da fome.

Após sofrer “todas as humilhações possíveis” na Hospedaria Getúlio Vargas, Manoel um dia foi levado ao porto do Mucuripe, sendo “sacudido dentro de um navio, com suas parcas economias, pertences e sua família”. Mas a esperança de ver “a fartura da Amazônia” o fez aguentar todas as atribulações. Ao chegar, contudo, à Hospedaria Tapanã, em Belém, foi tão maltratado quanto nas obras do governo em Acaraú ou na Hospedaria Getúlio Vargas, em Fortaleza (O homem..., 23/08/1958). Sofrimento que se agravou com a espera, durante dias, por colocação de trabalho na região amazônica. Possivelmente, a respectiva demora tinha relação com a sua

inexperiência nas atividades extrativas nos seringais, dificultando assim sua contratação.

Um dia, porém, outro cearense “curtido e endurecido pelo trabalho no seringal” contratou alguns trabalhadores alojados na Hospedaria Tapanã para trabalhar no seu seringal no baixo Juruá, dentre eles Manoel Antônio. “Lá se foi Manoel e sua família. Outros dias de sofrimento no gaiola⁴. Os meninos adoeceram e os dois mais novos morreram durante a viagem”. Os momentos de angústia, contudo, não limitaram-se à travessia até o seringal. O jornal *O Estado* relatava que o cearense escreveu diversas cartas para seus familiares que moravam na região de Acaraú, relatando sobre seus infortúnios cotidianos na floresta amazônica.

As cartas sucederam-se e seguiram Manoel Antônio aonde ia de seringal em seringal. A insatisfação e o desejo de encontrar um lugar bom, para ele e para Purificação, mandavam-no andar. Um dia ele escreve satisfeito. Estava num seringal do Purus. Ali tinha sabido que um deputado do lugar deles, Acarau, em quem votaram, Dr. Colombo de Souza, tinha feito uma lei que dava um pedaço de terra para os retirantes na beira do Rio Amazonas e mandava o governo manter os pobres quando lá chegassem (O homem..., 23/08/1958)

O deputado federal José Colombo de Souza, eleito pelo Partido Social Progressista no Ceará, apesar da informação repassada pelo cearense Manoel Antônio, não propôs enquanto deputado qualquer projeto de lei que visasse distribuir terras para os migrantes nordestinos na região amazônica. Outras propostas com esse viés, porém, teriam sido postas em prática desde pelo menos a década de 1930, com a denominada “marcha para o Oeste”. Projeto implementado pelo presidente Getúlio Vargas em 1937, quando buscou-se povoar e desenvolver o interior do país (Secreto, 2007).

Além dessa informação, o cearense Manoel Antônio relatou ainda em missivas que após conseguir um pedaço de terra, um “sonho velho”, esperava que o governo federal proporcionasse aos nordestinos os mesmos benefícios que eram

⁴ Gaiolas são embarcações movidas a motor que no Brasil fazem a navegação fluvial.

ofertados aos “japoneses que chegavam lá, todos bem tratados e com documentos de posse da terra” (O homem..., 23/08/1958).

Essa aparente animosidade entre o cearense Manoel Antônio e os japoneses na disputa pela posse da terra na Amazônia nos permite refletir sobre a ideia de fronteira no Brasil, definido por Martins (2019) como o lugar no qual ocorre conflito social. No caso dos retirantes nordestinos que se deslocavam para a região amazônica, desde pelo menos metade do século XIX, havia um estranhamento com o *outro* que ali residia – indígenas, seringalistas, posseiros, etc. – e com a própria floresta, *habitat* tão diferente daquele existente nos seus rincões de origem. Estranheza que às vezes não era superada, sendo necessário retornar ao Nordeste. Além disso, para Martins,

a fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os ditos civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro (Martins, 2019, p. 133)

Se por um lado havia nordestinos entrando em conflito com os imigrantes japoneses pela posse da terra e, sobretudo, exigindo o mesmo tratamento por parte do governo federal nos núcleos de colonização; por outro lado, havia aqueles migrantes nacionais que criavam uma relação amistosa com o outro, o estrangeiro, como veremos ao longo do texto.

No período do pós-guerra a imigração de japoneses para o Brasil e, em especial, para a região norte, foi incentivada pelo governo japonês. De acordo com Muto (2010) houve uma imigração dirigida, ou seja, planejada e autorizada pelos órgãos governamentais, havendo, porém, o intermédio de empresas promotoras da imigração que os encaminharam para colônias agrícolas. Com isso,

acertado os preparativos para receber os primeiros imigrantes de pós-guerra, em março de 1953 chegava o primeiro contingente composto de 17 famílias, totalizando 54 pessoas, os quais foram distribuídos entre as fazendas produtoras de juta da Região do Baixo Amazonas (Muto, 2010. p. 198)

Nos anos seguintes os japoneses foram sendo alocados em outros espaços da região norte. Mas diferentemente do que imaginava o cearense Manoel Antônio,

Revista Espacialidades [online]. 2025.1, v. 21, n. 1, ISSN 1984-817X [243]

as experiências desses imigrantes não eram as mais satisfatórias. Na colônia agrícola de Guamá, por exemplo, os grupos de japoneses começaram a chegar no final de 1955 e alguns foram enviados para as plantações de arroz em espaços que canais de irrigação e drenagem não haviam sido finalizados. Assim, “os colonos se viam abandonados pelo governo, e isso incentivou as deserções” (Muto, 2010, p. 211).

Além dessa problemática, os imigrantes japoneses relataram que não havia água potável, pois “tinham que beber e utilizar a água barrenta do rio Guamá, o que não é novidade para os ribeirinhos da região”. Para os japoneses, contudo, era uma péssima novidade tendo em vista que estavam habituados em seu país a ter água de qualidade. De acordo com Muto, “o maior problema, no entanto, era com as crianças, devido à proximidade do rio. Às vezes eram mordidas por piranhas, muitas se afogavam no banho” (Muto, 2010, p. 212).

Enaltecer o projeto de colonização na Amazônia era a proposta de diversos periódicos, sobretudo, daqueles ligados aos Diários Associados. Mas os núcleos coloniais eram exaltados inclusive por alguns jornais de oposição. No *Correio da Manhã* - apontado como um jornal de oposição ao presidente Juscelino Kubitschek -, por exemplo, foi publicada uma reportagem no dia 18 de março de 1956 no qual defendia-se que as experiências de povoamento na região amazônica eram exitosas. A vinda de imigrantes espanhóis na região de Bragantina, assim como de japoneses em Guamá, demonstrava a importância do

braço alienígena para a valorização econômica da agricultura da região, não só pelos novos processos e técnicas de trabalho que esses colonos tem implantado, como também pelo exemplo de ocupação sedentária bem sucedida que tem oferecido aos habitantes da região (*Correio da manhã...*, 18/03/1956, p. 12)

É perceptível que os objetivos da reportagem eram evidenciar a ausência de trabalhadores nacionais qualificados para as atividades agrícolas na região norte, sendo necessário recorrer à mão de obra estrangeira, assim como enfatizar que o êxito desses estrangeiros iria incentivar o projeto de povoamento arquitetado pelo governo federal. Essa ideia tornou-se mais evidente quando o periódico informou na matéria,

que a partir das experiências exitosas com espanhóis e nipônicos, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização (INIC) iria

iniciar a elaboração de um planejamento de povoamento da Amazônia, mediante a drenagem dos excedentes populacionais do Nordeste, simultaneamente com a seleção de imigrantes adaptáveis à ecologia da Amazônia (Correio da manhã..., 18/03/1956, p. 12)

Apesar da informação contida no periódico acima, sobre as expectativas do INIC durante o ano de 1956 a respeito da migração de nordestinos para os rincões amazônicos, é importante salientar que o projeto voltado para o povoamento da Amazônia na década de 1950 teve início com a promulgação da Lei nº 1806, de 06 de janeiro de 1953. A respectiva lei determinava a criação de um Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

Um dos sujeitos que partiram neste ano de 1953 para a região de Guamá, após a promulgação da Lei nº 1806 de 06 de janeiro, foi o nordestino Gabriel Gomes de Lima. Sua trajetória de travessia, semelhante a de tantos outros migrantes, foi eivada de dificuldades. O mesmo saiu em março de 1953 da localidade de Pedro Velho (Rio Grande do Norte) com a esposa e os filhos em direção à Hospedaria Getúlio Vargas em Fortaleza.

De acordo com os relatos dos familiares, cedidos à socióloga Coutinho (2015), Gabriel Gomes exercia as funções de tropeiro e negociante, saindo da localidade de Caiçara onde nasceu – interior da Paraíba – em direção à praia da Pipa no Rio Grande do Norte para vender feijão, milho, mandioca e outros gêneros alimentícios. Entre 1948 e 1953, contudo, o paraibano arrendou uma propriedade em Pedro Velho, ficando a lida da terra à cargo da esposa Satina e dos filhos, já que o senhor Gabriel Gomes preferia o trabalho como tropeiro, circulando entre as cidades limítrofes do Rio Grande do Norte e da Paraíba, vendendo alho, cebola, fumo, entre outras mercadorias.

A seca que atingiu o Nordeste em 1951 dificultou, porém, que Gabriel Gomes encontrasse compradores para seus produtos. Adversidade que agravou-se com a extensão da intempérie climática nos dois anos seguintes. Como explicou

Demétrio Gomes de Lima, o filho mais velho do senhor Gomes, a vida da família no ano de 1953, período que se deslocaram da localidade de Pedro Velho, ficou complicada: “houve uma época que teve um verão pesado. O comércio ficou ruim e uns amigos de papai diziam que o Pará era muito bom, tinha terra boa” (Coutinho, 2015, p. 101). Assim, tal como o cearense Manoel Antônio em 1958 migrou em direção à Amazônia induzido pelas palavras do ex-soldado da borracha Florêncio, Gabriel Gomes de Lima deixou-se persuadir pelas ideias dos conterrâneos e partiu rumo aos rincões amazônicos.

Além da influência dos amigos, com histórias de bonança e prosperidade na região amazônica, outro fator foi decisivo para que Gabriel Gomes optasse pela migração: a perspectiva de se tornar morador de algum fazendeiro, ficando impedido de exercer a função de tropeiro. Arelado a isto, soube que poderia obter passagens subsidiadas pelo governo federal até o Norte, saindo o navio da cidade de Fortaleza em direção à Belém. Assim, “uma vez tomada a decisão de partir, a família cuidou de vender o pouco que tinha” e com o dinheiro arrecadado, pagou as passagens entre a localidade de Pedro Velho, no Rio Grande do Norte, e a capital cearense. Percurso que “Gabriel, Satina, à época grávida, e seis dos sete filhos viajaram durante vários dias, em trens, ônibus e paus de arara, até Fortaleza” (Coutinho, 2015, p. 102).

Ao chegar à Fortaleza, a família se dirigiu até a Hospedaria Getúlio Vargas, mas não encontrou vagas disponíveis, permanecendo aproximadamente um mês debaixo de cajueiros que ficavam em frente ao abrigo. Enquanto aguardavam que outros migrassem, surgindo assim vagas disponíveis para que pudessem se alistar, Demétrio “vendia macaxeira para ajudar a sustentar a família” (Coutinho, 2015, p. 105). Estes sujeitos em deslocamento enquanto aguardavam nesse território da espera circulavam pela cidade com o intuito de obter alimentos e/ou dinheiro, às vezes mendigando, outras vendendo mercadorias ou envolvendo-se em saques e outras ações de massa. Esperar não era sinônimo de ficar estático.

Mas, na área compreendida por terrenos baldios, no qual havia cajueiros que Gabriel Gomes e sua família abrigaram-se, vivenciaram momentos de angústia. Quem

narrou à socióloga Coutinho a aflição familiar foi José Ramos, um dos filhos do senhor Gomes:

Toda vez que dava 20h vinha chuva. A nossa barraca ficava embaixo de um cajueiro no Alagadiço, aí todo dia vinha inverno, né. Aí o pai disse que ia invadir a igreja, né. Aí três pais de família disse: Seu Gabriel, corta o baralho pra mim? Quer dizer, pra entrar no meio, né? Aí foi os três pais de família na frente e as mulheres atrás com a meninada. Veio aquela fila. Aí o vigia veio, começou a se zangar e meu pai disse: ‘Olha, pelo amor de Deus, você fique quieto aí, senão você vai pro Americano’. O Americano era um vagão que tinha. Aí ele disse que ia ligar pras Forças [armadas]. Quando as Forças chegaram, aí eles deram comida, remédio, aí chegou com tudo. Aí fomos apoiados pelas forças (Coutinho, 2015, p. 107)

Na memória de José Ramos, uma criança de apenas 5 anos naquele ano de 1953, a figura de Gabriel Gomes foi idealizada tal como a de um herói. Para ele, foi a partir da iniciativa do pai, de tentar invadir a Igreja Católica, ainda em construção, que outros companheiros de infortúnio se uniram à sua causa e juntos, mesmo diante da ameaça do vigia em prendê-los em um vagão, conseguiram o apoio do Exército.

Além da idealização da figura paterna, José Ramos construiu uma imagem idílica das forças armadas, tendo em vista que na sua memória foi somente após a intervenção do Exército que os sertanejos alojados no terreno baldio conseguiram alimentos, remédios, entre outros benefícios, como fica nítido no seguinte depoimento:

Quando o Exército tomou de conta aí melhorou tudo. Houve a invasão do mercado dos aflagelado, né... Num tinha médico, tudo cabeludo, aí o Exército chegou com aquelas máquinas, né, aquelas riiiiiiiiiiii... Aí era dois minutos pra fazer o cabelo. Só não dava acabamento, mas era ligeira a máquina. Aí dizia: “Abre a boca!” Abria a boca: Dentes ruins. “Entra aí!” Entrava o dentista, extraía os dentes. Aí arrumaram de comer e barraca de lona (Coutinho, 2015, p. 107)

Essas ações assistencialistas eram enaltecidas também por alguns jornais em Fortaleza, sobretudo, pelos periódicos que apoiavam o governo estadual. Na edição do dia 24 de abril de 1953, o jornal *Unitário*, por exemplo, trazia uma reportagem informando que o Exército havia doado naquele mês diversas barracas de lona, sendo levantadas 12 no total, com o uso da mão de obra dos migrantes.

A família de Gabriel Gomes, como ficou subentendido pela fala de José Ramos, foi beneficiada com a instalação das barracas de lona cedidas pelo Exército, diminuindo assim os percalços relacionados à exposição constante ao sol e à chuva. Naquele abrigo improvisado permaneceram por alguns dias, pois na Hospedaria Getúlio Vargas não havia vagas suficientes para todos os inúmeros emigrantes que chegavam em Fortaleza naquele ano de 1953. Situação tão alarmante em todo o Nordeste que mobilizou a imprensa, entidades filantrópicas, políticos, artistas, entre outros sujeitos, em prol de auxiliar os nordestinos em uma campanha intitulada “Ajuda teu irmão”. A respectiva campanha, de acordo com o jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro (*Gazeta de notícias...*, 17/04/1953) foi iniciativa do político Carlos Lacerda, um ferrenho opositor do então presidente Getúlio Vargas.

Nas páginas do seu jornal *Tribuna da Imprensa*, Lacerda publicou inúmeras reportagens cujo principal debate era a citada campanha “Ajuda teu irmão”. Na edição do dia 24 de fevereiro de 1953, publicou, na seção carta dos leitores, uma missiva de um dos grandes apoiadores da ação, o cearense Humberto Teixeira. Na carta o compositor solicitava o apoio dos radialistas para divulgar a campanha, prometendo, além disso, compor “o baião ‘Ajuda teu irmão’, cujos direitos autorais e artísticos da gravação reverterão integralmente em benefício dos nossos irmãos necessitados” (*Tribuna da imprensa...*, 24/02/1953, p. 4).

A revista *A Cena Muda*, que dedicava-se a divulgar as atividades artísticas realizadas no país, lançou no dia 01 de abril de 1953 uma reportagem sobre a iniciativa de Humberto Teixeira de compor uma música exclusivamente com o propósito de auxiliar na respectiva campanha.

Assim, após matutar durante vinte e quatro horas, compôs o baião ‘Ajuda teu irmão’. Feitas a música e a letra, saiu à cata de um intérprete que quisesse colaborar no movimento filantrópico. Não andou muito, entretanto, pois Carmélia Alves, tão logo soube dos fins a que se destinava o baião, acedeu em grava-lo, abrindo mão de todo e qualquer direito sobre a venda dos discos (*Revista a cena...*, 01/04/1953, p. 25)

A gravadora Continental ficou responsável pela gravação da música “Ajuda teu irmão”, iniciada no dia 27 de fevereiro de 1953, cuja letra buscava evidenciar as

agruras vividas pelos sertanejos devido ao flagelo da seca e instigar o lado solidário dos ouvintes.

Além das atividades realizadas pelo cearense Humberto Teixeira para arrecadar donativos para a região Nordeste, outro nordestino contribuiu na campanha “Ajuda teu irmão”, o cantor pernambucano Luiz Gonzaga. Além de participar de festivais com outros artistas, com o intuito de angariar doações para a população nordestina, compôs o baião “Vozes da Seca”, junto com o compositor e médico José Dantas. A música foi idealizada após a fala do presidente Getúlio Vargas, que “prometeu dar ao Nordeste e aos flagelados da sêca a assistência que se faz necessária” (Diário de notícias..., 10/04/1953, p. 4). Mas, diferentemente do baião “Ajuda teu irmão”, que visava instigar o assistencialismo dos brasileiros, a intenção da canção “Vozes da Seca” era cobrar do governo Varguista ações efetivas que proporcionassem trabalho e melhorias para o Nordeste.

É importante ressaltar que um dos shows realizados pelo músico Luiz Gonzaga na campanha “Ajuda teu irmão” foi nas dependências da Hospedaria Getúlio Vargas, em 20 maio de 1953. Mas de acordo com o jornal *Diário de Notícias*, após cantar para os abrigados o cantor

disse estar impressionado em haver tomado parte em vários festivais no sul do país, arrecadando milhares de cruzeiros em benefício dos flagelados cearenses e que até o momento não houvessem recebido. Disse, também, que, em face do acontecido faria, de agora por diante, uma campanha contra a doação de auxílio aos flagelados (Não foram ..., 21/05/1953, p. 2)

O discurso do músico Luiz Gonzaga na Hospedaria Getúlio Vargas deve ter sido bastante impactante, pois uma das principais lembranças dos filhos do nordestino Gabriel Gomes – Demétrio, Ramos, Darcy e Maria –, durante a permanência na respectiva hospedaria foi este show, no qual relataram à socióloga Coutinho que o cantor chorou de tristeza ao ver a situação dos trabalhadores abrigados naquele espaço, denunciando os “tubarões que haviam roubado o dinheiro que ele mandou para ajudar os aflagelados da hospedaria” (Coutinho, 2015, p. 107).

Apesar de Carlos Lacerda publicar quase que diariamente no seu jornal *Tribuna da Imprensa* notícias sobre o envio dos donativos arrecadados à região do Nordeste, assim como a prestação de contas sobre quais empresas, organizações e indivíduos estavam doando, as denúncias sobre desvios dos donativos eram constantes. Uma das acusações foi publicada na *Revista Momento Feminino*, um ano depois do início da campanha “Ajuda teu irmão”, no qual a equipe do periódico dirigiu-se até Fortaleza para averiguar as queixas sobre o desaparecimento do dinheiro e dos donativos arrecadados. Segundo um funcionário da Hospedaria Getúlio Vargas, “dessa campanha não chegou aqui nem mesmo uma camisa sem mangas” (*Revista momento...*, abril de 1954, p. 7).

Mesmo sem o auxílio dos donativos da campanha “Ajuda teu irmão”, foi naquele abrigo federal que a família de Gabriel Gomes permaneceu por muitos dias, aguardando passagens para embarcar para a região norte do país. Um período de espera que provavelmente não foi tranquilo, tendo em vista a lotação da hospedaria e os problemas inerentes a isto. Apesar de não haver relatos de José Ramos e dos outros filhos sobre este íterim, especificando sobre outras experiências vivenciadas naquele local até a travessia para a Amazônia, a partir da imprensa temos um vislumbre sobre os percalços vivenciados por estes.

No *Jornal Pequeno (PE): a verdade nua e crua* – periódico de média circulação e voltado para a população mais carente de Recife – houve a publicação de uma matéria de capa no dia 22 de abril de 1953, cujo título era “Gravíssima a situação do Ceará – CINCO CRIANÇAS MORREM POR DIA NA HOSPEDARIA GETÚLIO VARGAS”. Em letras garrafais, o jornal buscava alertar aos seus leitores sobre os percalços vividos pelos abrigados na hospedaria federal localizada em Fortaleza. Um desses problemas era a lotação, já que o recinto tinha a capacidade máxima de abrigar 1.200 pessoas e possuía em suas dependências “1.500 flagelados, registrando-se a média de cinco óbitos de crianças, por dia”, como salientou o governador em exercício Stênio Gomes (*Gravíssima...*, 22/04/1953, p. 1).

Reinava na Hospedaria Getúlio Vargas um ambiente propício para que houvesse um alto índice de mortalidade, sobretudo, infantil, tendo em vista a superlotação, a proliferação de doenças, assim como a ausência de uma grande equipe de médicos e outros profissionais para atender as pessoas. Com isso, sair daquela hospedaria era a alternativa mais segura em meados de 1953. Assim, Gabriel Gomes, a esposa Satina e os filhos migraram na primeira oportunidade para a região amazônica em um navio da Lloyd Brasileiro, denominado Poconé, travessia que durou 8 dias. Mas de acordo com José Ramos, a viagem teve alguns inconvenientes:

Passamos pela Ilha das Pororocas. Foi onde deu mais zebra. É quando tem o encontro do Rio Negro com as águas do mar. Foi lá que eu me lembro que a água batia muito no navio. Eu achava bonito era quando amanhecia o dia, o sol saindo, a água batendo nele [no Poconé]. Eu lembro que ele parou um dia e meio em São Luís [do Maranhão] (Coutinho, 2015, p. 109)

Ao chegarem ao Pará – local indicado a Gabriel Gomes pelos amigos no Rio Grande do Norte como a representação da prosperidade e da bonança – foram transferidos para outra hospedaria federal, a Tapanã. Naquele abrigo, permaneceram por vários dias, pois segundo seu filho, José Ramos, o patriarca se recusava a aceitar qualquer oferta de trabalho.

Aí todo dia chegava muita gente atrás de papai [na Hospedaria Tapanã] pra trabalhar na vacaria, mas ele não queria. Já que tava lá, queria um negócio melhor, né. Aí chegou um senhor com nome de Zé Guedes e ajudou com ele pra ir pra fazenda dele. Aí ele foi, ajudou e marcou o dia na quarta-feira que ele vinha, que ele era proprietário do caminhão naquela época e vinha apanhar a gente. Foi chegar era 6 horas da noite, aí nós viemos e fomos chegar era 12 horas na fazenda. Aí ele ficou lá um ano, mas com um ano ele não queria mais ser sujeito, sabe? Ele queria crescer. Aí falou com o homem que queria botar três hectares de terra, mas só se fosse de mata virgem... aí ele exigiu isso porque ele sabia que o homem não tinha essa terra lá, sabe? Num tinha como arrumar, né. Era pra ele poder sair fora, né. Aí disse: ‘Dom João que tem esses terreno todo, mas ele é muito bravo’. Só que ele falava alto por ele mesmo, sabe? Não tinha nada disso não, não era bravo não. Aí ele foi lá com Dom João e levou um outro ano, mas lá ele já montou comércio, começou a subir, né. Aí no fim do ano ele colheu 360 sacos de arroz... eu lembro ainda. Colheu muito arroz e depois comprou a terrinha dele (Coutinho, 2015, p. 110)

O depoimento, bastante extenso, nos possibilita problematizar sobre diferentes aspectos dessa família de emigrantes. Primeiramente, o senhor Gabriel Gomes era descrito pelos filhos e por outros parentes como alguém que não havia se

adaptado ao trabalho na agricultura, quando comprou uma terra em Pedro Velho (RN), preferindo exercer a função de tropeiro. Com isso, acreditamos que possivelmente aguardava uma proposta de trabalho que não estivesse relacionada ao extrativismo da borracha, atividade que lhe era completamente estranha. Outro enfoque era a percepção que José Ramos, na época uma criança muito pequena, tinha sobre o próprio pai, tendo em vista que enxergava-o como uma pessoa que, por ser alfabetizada, não se submeteria a aceitar qualquer tipo de emprego.

Mesmo após obter um trabalho, Gabriel Gomes, na memória construída por José Ramos, não queria se sujeitar às ordens do patrão, assim como não queria se tornar morador de um proprietário de terras no Rio Grande do Norte. Por isso, buscou adquirir posteriormente uma propriedade no qual pudesse plantar para si e sua família, investindo na plantação de arroz. De acordo com Coutinho,

a região onde Gabriel comprou sua terra chamava-se Miritueira, nos limites dos municípios de São José do Guamá e daquele que em 1961 se tornaria o município de Santa Maria do Pará (Coutinho, 2015, p. 112)

Propriedade que valorizou-se devido à proximidade com a rodovia Belém-Brasília.

Além disso, o arroz cultivado pela família era vendido nas mercearias da região e, de acordo com Maria – uma das filhas de Gabriel Gomes –, um estrangeiro comprava com frequência o produto: “ele era do comércio. Comprava para revender. A gente chamava ele de polonês, mas ele era japonês” (Coutinho, 2015, p. 113). Com isso, a presença do imigrante japonês em Guamá, o outro, não era percebida com desconfiança pelos nordestinos citados. Pelo contrário, a presença desse sujeito era aguardada constantemente, pois representava a comercialização do cereal produzido na propriedade familiar.

É importante ressaltar que, apesar de Gabriel Gomes e dos filhos terem conseguido se adaptar bem à região de Guamá, desenvolvendo vários projetos na agricultura, a família precisou retornar à Paraíba – cidade de Caiçara – no ano de 1960, pois dona Satina não havia se adaptado à região amazônica, sentindo muita saudade dos parentes que permaneceram no Nordeste.

3. Considerações Finais

As trajetórias de migração dos nordestinos Manoel Antônio e Gabriel Gomes e suas respectivas famílias são significativas para a pesquisa no sentido que possibilitam entender por quais experiências os migrantes alocados na Hospedaria Getúlio Vargas passaram nesses idos entre 1951 e 1958. Além disso, percebemos que estes sujeitos optaram, entre outros destinos possíveis naquele recorte, pela migração para a região amazônica. Um lugar considerado como o espaço do recomeço. Mas nessa década de 1950 o Norte ganhou concorrentes em potencial: as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul. Uma grande leva de emigrantes partiu em direção, principalmente, ao estado de São Paulo. De acordo com o historiador Paulo Fontes,

os anos 50 foram, provavelmente, o momento no qual o impacto da migração interna foi mais acentuado. Pela primeira vez na cidade de São Paulo o número de migrantes de outras regiões ultrapassava o das pessoas vindas do interior do estado. [...] Os trabalhadores oriundos dos estados nordestinos compunham a grande maioria dos recém chegados e empregavam-se em massa nos variados ramos da indústria e serviços em franca expansão na região metropolitana (Fontes, 2002, p. 54-55)

Na década de 1950, muitos nordestinos migraram para São Paulo, vindos de diversos estados da região, com destaque para a Bahia, de onde partia a maioria. No entanto, seria correto atribuir esse aumento do fluxo migratório apenas às estiagens que afetaram o Nordeste entre 1951-1953 e, com mais intensidade, em 1958?

Explicar esse deslocamento constante, fosse para São Paulo, para a região amazônica ou para outras paragens, apenas pelo fator climático é uma análise limitada, pois outros elementos também impulsionaram essa migração. Essa justificativa se torna ainda mais frágil ao observarmos que, ao longo de toda a década, mesmo em períodos de estabilidade climática, nordestinos, em especial os cearenses, recorriam à Hospedaria Getúlio Vargas em busca de passagens para migrar. A fuga das violências impostas pelos grandes latifundiários e a busca por melhores condições de vida, seja no campo ou na cidade, como salários justos, direitos trabalhistas e acesso à terra, parecem oferecer uma explicação mais consistente para o contínuo deslocamento populacional, fosse por meio de passagens subsidiadas pelo governo federal ou por iniciativa própria.

REFERÊNCIAS

FONTES

A TRAGÉDIA sem fim dos nordestinos na Amazônia. A Última Hora, Rio de Janeiro, 26/12/1951, p. 8. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

CORREIO da Manhã. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 18/03/1956, p. 12. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

GAZETA de Notícias. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, 17/04/1953. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

GRAVÍSSIMA a situação do Ceará. “Jornal Pequeno (PE): a verdade nua e crua”, Pernambuco, 22/04/1953. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

JORNAL de Brasília. Jornal de Brasília, Distrito Federal, 26/06/1988.

NÃO foram entregues os donativos. Diário de Notícias, Rio de Janeiro, 21/05/1953, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

O HOMEM que fugiu da seca. O Estado, Ceará, 23/08/1958. Plebeu Gabinete de Leitura. Associação Cearense de Imprensa.

O POVO. O Povo, Ceará, 11/01/1954. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

REVISTA A Cena Muda. Revista A Cena Muda, Rio de Janeiro, 01/04/1953, p. 25.

REVISTA Momento Feminino. Revista Momento Feminino, Rio de Janeiro, abril de 1954, p. 7.

TRIBUNA da Imprensa. Tribuna da Imprensa, Rio de Janeiro, 24/02/1953, p. 4. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

UNITÁRIO. Unitário, Ceará, 24/04/1953. Biblioteca Pública do Estado do Ceará.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Maria Neyara de Oliveira. **A miséria e os dias:** história social da mendicância no Ceará. São Paulo: Hucitec, 2000.

CEARÁ. **As migrações para Fortaleza.** Fortaleza: Secretária de Administração/Imprensa Oficial, 1967.

BARREIRA, Luciano. **Os cassacos.** Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1992.

COUTINHO, Priscila de Oliveira. **“Meu sonho era maior que eu”**: Biografia sociológica de uma trãnsfuga de classe. 2015. 300 f. Tese, Centro de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FERREIRA, Lara Vanessa de Castro. **Cassacos**. Trabalhadores na Lida Contra a Fome e a Degradação nas Obras Públicas em Tempos de Seca (Ceará – Anos 1950). Tese, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

FONTES, Paulo Roberto Guerra. **Comunidade operária, migração nordestina e lutas sociais**: São Miguel Paulista (1945-1966). Tese, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: a degradação do Ouro nos confins do humano. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

MUTO, Reiko. **O Japão na Amazônia**. Dissertação, Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010.

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massas no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará. Fortaleza. CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. Tradução: Anne-Marie Milon de Oliveira. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, set./dez., 2010.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração**: ou os paradoxos da alteridade. São Paulo: EdUSP, 1998.

SECRETO, Maria Verônica. A ocupação dos “espaços vazios” no governo Vargas: “Discurso do rio Amazonas” à saga dos soldados da borracha. **Estudos Históricos**, n. 40, p. 115-135, 2007.

SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da borracha**: trabalhadores entre o sertão e a Amazônia no Governo Vargas. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

USOS DA MEMÓRIA E NARRATIVA NA OBRA LITERÁRIA “NIHONJIN” (2011) DE OSCAR NAKASATO

Esther Yuri Matsuo¹
Iara Cunha De Lima²
Beatriz Santos Simões³

Artigo recebido em: 20/01/2025.

Artigo aceito em: 09/07/2025.

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo principal analisar os usos da memória na (re)construção de uma identidade nikkei na obra literária *Nihonjin* (2011) de Oscar Nakasato. Para isso, a metodologia consiste em uma breve análise crítica a partir da redução estrutural, como proposta por Candido (1985), tendo em vista sua compreensão sobre a coesão do texto com as questões sociais e históricas. Dessa forma, utilizamo-nos da revisão bibliográfica do aporte teórico sobre memória e seus usos, sobretudo de Le Goff (2003) e Halbwachs (1990). Na análise da obra é apresentado o autor como elemento da comunicação artística (Candido, 1985), assim abordando contextos de produção, intenção e cenário histórico utilizado. Por último, é apresentado como o narrador-personagem se utiliza dessa memória intergeracional, da história e da imaginação para construir a narrativa de uma identidade nikkei e dos espaços ocupados pelo imigrante japonês e seus descendentes no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Memória; Nihonjin; Narrativa; Identidade nikkei.

Uses of memory and narrative in the literary work “Nihonjin” (2011) by Oscar Nakasato

ABSTRACT:

The main objective of this article is to analyze the uses of memory on the (re)construction of a Nikkei identity in the literary work *Nihonjin* (2011) by Oscar Nakasato. To do so, the methodology consists of brief critical analyses based on

¹ Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Membro pesquisadora do grupo de pesquisa interinstitucional DiASPoRA - Discursos de/sobre Acolhimento: Saber-Poder, Refúgio e Alteridade (UFSM/UFS/PUC - Campinas/UFS/CNPq). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5145262633144842>. ORCID: 0000-0003-3950-2713. Email: esther.y.matsuo@gmail.com.

² Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9429047252504973>. E-mail: iaracunhadelima28@gmail.com.

³ Graduada em História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC - Ilhéus-BA). Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0383556141942599>. ORCID: 0009-0000-5143-8158. Email: biassimoes12@gmail.com.

structural reduction, as proposed by Candido (1985), considering his understanding of textual cohesion as it relates to social and historical issues. Therefore, we use bibliographic reviews of theoretical contributions on memory and its uses, especially Le Goff (2003) and Halbwachs (1990). In the analysis of the work, the author is presented as an element of artistic communication, as proposed by Candido (1985), thus addressing the contexts of production, intention, and historical background. Lastly, it is presented how the character-narrator uses this intergenerational memory, history and imagination to create the narrative of a Nikkei identity and the spaces occupied by the Japanese immigrant and its descendants in Brazil.

KEYWORDS: Memory; Nihonjin; Narrative; Nikkei Identity.

1. Introdução

Escrito por Oscar Nakasato, *Nihonjin* (2011) é uma obra literária na qual o narrador-personagem, Noboru, através de uma narrativa intergeracional, explora a saída do seu avô – Hideo Inabata – do Japão no início do século XX em seu processo de imigração ao Brasil. No livro, são narrados os anos de trabalho do avô na lavoura de café e depois no comércio, a construção da sua família e como seus filhos estabeleceram laços, ao mesmo tempo em que tenta manter seus costumes japoneses em condições econômicas adversas, em meio a um ambiente e cultura diferentes. Nesse sentido, Nakasato (2011) traz uma história fictícia, logo fazendo uso de um *quinhão de fantasia*⁴ (Candido, 1985), isto é, o recurso da imaginação para tornar a leitura mais expressiva, mas com fundamento em momentos históricos da imigração japonesa no Brasil. Essa escolha de construção narrativa possibilita a reflexão acerca da construção de uma memória coletiva e dos espaços construídos pelos imigrantes e seus descendentes a partir de uma identidade imaginada compartilhada coletivamente.

A dinamicidade dos grupos sociais enquanto constituição variada de corpos, vivências e espaços se insere na própria dinâmica histórica. Logo, narrar a história pela literatura também é um esforço de reconstituição do olhar sobre determinada instância e reproduz sentidos no contexto que o faz. No caso das imigrações japonesas ao Brasil, sob olhar dos descendentes – nikkeis –, as narrativas dos processos que garantiram presença e existência em território brasileiro foram

⁴ Candido (1985) chama de quinhão de fantasia o recurso da liberdade criativa utilizado por autores literários. No caso, são aqueles elementos que fogem da realidade, e são usados também em obras que se propõem a ser realistas, no sentido de não fantasiosas.

fomentadas sob diversos modos e instrumentos ao longo do tempo, seja através da história oral⁵, de produções artísticas⁶ e acadêmicas⁷, entre outros. Esses esforços são acentuados em períodos propícios para esse incentivo, como datas comemorativas da imigração japonesa ao Brasil, pois são esses períodos que há maior visibilidade à temática. A literatura nacional, portanto, funciona como meio para dar visibilidade às experiências imigratórias, demonstrando que essas são plurais ao passo que nela são inseridas diversidade de vivências.

Nesse sentido, *Nihonjin* (Nakasato, 2011) consiste em uma obra literária não científica, pois, apesar de ter a realidade permeando e sendo elemento de sua construção, como parte coesa da historicidade — o que não significa livre de conflitos —, o autor também utiliza do recurso do recurso imaginativo para apresentar um recorte sobre uma experiência vivida pelos imigrantes japoneses e nikkeis no Brasil. No texto isso é expresso na reconstrução da narrativa familiar pelos usos da memória e recursos da imaginação como algo consciente do narrador-personagem que afirma que o “passado agora habitava outro espaço, surgia para justificar o presente, era reconstruído, e não se necessitava ter restauradores” (Nakasato, 2011, p. 174).

Ainda, é possível observar que o próprio narrador-personagem da obra (Nakasato, 2011) realiza uma seletividade da memória (Pollak, 1992) quando faz uma escolha de dizer e não dizer sobre a memória de sua família. A memória não é um recurso pleno em si mesmo, é um processo ativo que pode ser alterado pelo contexto, pelas emoções, pelo próprio indivíduo ao passar do tempo (Pollak, 1992). Logo, ocorre uma seletividade da memória no dizer e registrar informações que são

⁵ A história oral, como aponta Uchigasaki (2019), é uma metodologia importante nos estudos sobre migração, pois pode proporcionar um contato direto com a fonte, o narrador. Desse modo, os relatos buscam reconstruir trajetórias, memórias e representações (Uchigasaki, 2019).

⁶ A arte como formato e processo de preservação e existência nos espaços é continuamente utilizada para reforçar a presença dos desdobramentos dos deslocamentos migratórios japoneses no Brasil. Sobre isso, vale mencionar esforços institucionais na promoção da produção artística com esse fim, com destaque para o Museu da Imigração Japonesa.

⁷ Dentre inúmeros trabalhos sobre a imigração japonesa, destacamos o livro “Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil” (Sakurai; Coelho, 2008) promovido pelo IBGE. Essa obra teve sua importância em consolidar a imigração japonesa no território brasileiro ao tratar dessa temática trazendo a presença, vivência e memória de imigrantes japoneses e de seus descendentes como parte da historicidade brasileira, e não como um momento isolado.

escolhidas enquanto relevantes para serem lembradas (Pollak, 1992). Com isso, a memória sofre flutuações a partir do momento em que ela é articulada, como também a partir das preocupações do indivíduo durante a sua estruturação (Pollak, 1992).

A presente pesquisa é do tipo exploratório e qualitativo, com o texto literário analisado sob noção metodológica de Antonio Candido, partindo de seu ponto de vista sobre a relação dialeticamente íntegra entre a escrita, a realidade social e a história (Candido, 1985). Dessa forma, analisamos a obra *Nihonjin* (Nakasato, 2011) a partir da redução estrutural (Candido, 1985; 1993) como método de análise do texto, o reconhecendo como esse *todo indissolúvel* coeso com o mundo. Temos por premissa, então, o trato do nosso objeto não como reflexo ou pista descritiva do mundo: o texto literário é parte do mundo e merece ser analisado como um objeto que possui funcionamento próprio, composto por elementos externos e internos a obra (Candido, 1985). Utilizamos também da revisão bibliográfica para introduzir os conceitos de senhor da memória (Le Goff, 2003) e de sementes de rememoração (Halbwachs, 1990), os quais são aplicados na análise da obra. Os conceitos são, nesse sentido, fundamentais para entender o processo de preservação da memória exercido por meio da escrita literária e estimulado pela comemoração dos cem anos de imigração japonesa no Brasil.

Para isso, este trabalho é organizado em três partes: I. introdução dos conceitos de memória e usos da memória (Le Goff, 2003; Halbwachs, 1990) como arcabouço teórico da pesquisa seguido de uma explicação acerca da metodologia de análise literária adotada a partir de Antonio Candido (1993); II. análise da obra *Nihonjin* (2011), centrada na utilização dos usos da memória na estruturação de sua narrativa, também considerando o papel, lugar e intenção do autor juntamente com o contexto histórico de fundo na elaboração da obra e, por fim; III. é apresentado o uso da memória na construção de espaços e de identidades relacionadas a imigração japonesa no Brasil.

2. Diálogos entre memória e o texto literário: discussões teóricas e metodológicas

Em *Nihonjin* (Nakasato, 2011) a memória surge como um dos elementos principais da construção narrativa, em específico, no resgate e (re)constituição da história familiar. A memória trazida pelo autor é colocada como um elemento socialmente construído, isto é, não um fato dado estático.

O texto literário não é um objeto transparente, em que há somente uma interpretação baseada na intenção do autor ou interpretação textual. A literatura mobiliza e é mobilizada por sentidos que a fazem ser compreendida pelo leitor, de modo que o contexto, momento histórico, discurso e a intenção do autor são fatores que interferem na leitura desse material, possibilitando múltiplas interpretações baseadas na coerência do texto com a realidade (Candido, 1985; 1993). Por isso, a análise do texto literário, ou da sua narrativa, não se limita a interpretação textual, pois a literatura aponta para além do texto, sua exterioridade marcada pela historicidade (Candido, 1985).

Analizamos a obra *Nihonjin* (Nakasato, 2011) como esse *todo indissolúvel* (Candido, 1985) constituído dos seus fatores externos — a saber, as intenções do autor, enquanto sujeito de uma ordem social, e os aspectos contextuais de produção da obra, como o marco histórico do centenário da imigração japonesa ao Brasil —, e fatores internos do livro, principalmente, como o narrador-personagem constrói e reconstrói uma história a partir de relatos, memória e imaginação. Dessa forma, antes de analisar os elementos estruturais em *Nihonjin* (Nakasato, 2011), é preciso que sejam introduzidas noções conceituais sobre a memória e seu funcionamento. Autores como Jacques Le Goff (2003), Pollak (1992) e Maurice Halbwachs (1990) abordam e apresentam aspectos sobre seu funcionamento em diferentes esferas de análise.

A memória, segundo Le Goff (2003), pode ser entendida como a propriedade humana de conservar certas informações e remete, dessa maneira, a um conjunto de funções psíquicas. Ainda segundo o autor existem tipos de memória, aos quais são divididas em: I. memória étnica, a qual garante a reprodução dos comportamentos das sociedades humanas; II. específica, que define a fixação e o comportamento dos animais, e; III. artificial, recente, relacionada a aparelhos eletrônicos (Le Goff, 2003,

p. 425-426). Neste trabalho, tratamos primordialmente da ligação entre memória e identidade social (Pollak, 1992), um fenômeno essencial para a coletividade e para a construção da memória coletiva (Halbwachs, 1990), principalmente com relação aos comportamentos que constituem a memória étnica de sociedades (Le Goff, 2003).

O sentimento de identidade, relacionado com a memória, remete ao “sentido de imagem de si, para si e para os outros” (Pollak, 1992, p. 5). Outro aspecto importante da relação de memória e identidade é que elas são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais (Pollak, 1992), visto que memória e identidade são fenômenos construídos e, por isso, há disputas para saber qual memória e identidade são ditos e expressados e quais serão esquecidos.

Outrossim, juntamente com o que é selecionado da memória, existe o agente que realiza esse papel e, com isso, Le Goff (2003) apresenta a ideia de senhores da memória para se referir a esses agentes, ressaltando que essa ocupação é uma das principais preocupações das classes, dos grupos que dominaram e dominam as sociedades históricas – mesmo que não se restrinja a eles. Esses senhores de memória relacionam, também, com a memória étnica, no qual Le Goff (2003) menciona que em sociedades sem escrita existem especialistas da memória. Eles são “a memória da sociedade” e são depósitos da história objetiva e ideológica (Le Goff, 2003, p. 429). Toma-se como um exemplo de senhor de memória os chefes de família, geralmente anciãos, os quais possuem importante papel de manter a coesão social de um grupo (Le Goff, 2003). Ou seja, esses senhores de memória são os responsáveis por guardar a memória de um grupo e garantir que ela será transmitida e mantida viva.

Sendo assim, Halbwachs (1990) afirma que as testemunhas são necessárias para recordar ou confirmar uma lembrança, porém, como o mesmo aponta, esses relatos não são suficientes em sua maioria, afinal, o que é reproduzido pelas testemunhas pode ser algo abstrato e incompleto, dada a capacidade do indivíduo de recordar e narrar. O papel das testemunhas é importante, mas acessório e complementar, e a partir disso, Halbwachs (1990) também apresenta sobre a semente de rememoração. O argumento do autor parte da percepção da insuficiência da

participação direta ou indireta para que, a partir dos testemunhos, possa haver a recordação. Segundo o autor (Halbwachs, 1990), pode ser que os testemunhos, quando usados de maneira única, possam reproduzir o passado de modo fragmentado. Por isso, os resquícios de certo acontecimento no espírito de um indivíduo podem gerar a expressão mais exata de tal fato (Halbwachs, 1990). Dessa forma, quando se toma os testemunhos, “para algumas lembranças reais junta-se assim uma massa compacta de lembranças fictícias” (Halbwachs, 1990, p. 28).

A semente de rememoração, segundo Halbwachs (1990), é um elemento que permite que o conjunto de depoimentos exteriores ao sujeito possa se transformar em uma forma densa de lembranças. O autor afirma que um depoimento não será a única coisa capaz de trazer uma lembrança “se não permanecer em nosso espírito algum traço do acontecimento passado” (Halbwachs, 1990, p. 28). Dessa forma, ao fazer parte de um grupo com elementos em comum entre os integrantes, alguns aspectos permanecem e facilitam o contato e a identificação. Com a semente de rememoração, é possível colocar o ponto de vista de um indivíduo, membro de um grupo e todas as noções que são comuns a seus membros para a constituição da memória.

Dessa forma, a memória é seletiva, pois em alguns casos existe a incapacidade de registrar em totalidade os acontecimentos, afinal, a memória sofre flutuações do momento em que algum fato ocorre até o momento em que ele é expresso (Pollak, 1992). Ainda segundo Pollak (1992), este fato acontece em detrimento de uma estruturação da memória, que também ocorre na memória coletiva. A estruturação da memória diz respeito à seletividade de elementos com o fim de promover a organização de certo fato, ao qual Pollak (1992) utiliza como exemplo as datas comemorativas nacionais que são estrategicamente escolhidas para fazer parte de uma memória nacional. A organização da memória em detrimento de preocupações pessoais e políticas expõe o caráter social da memória como um fenômeno que pode ser construído, seja pela memória individual e coletiva.

2.1 Antonio Candido e análise literária: abordagem teórico-metodológico

Partindo do questionamento de como os usos da memória são feitos na construção da narrativa na obra literária, torna-se necessário observar como esses sentidos são constituídos na estrutura da obra. Por isso, apoiamo-nos na concepção de Antonio Candido (1985; 1993) para a estruturação metodológica deste trabalho, tendo em vista a nossa busca em analisar o elemento estrutural da obra *Nihonjin* (Nakasato, 2011), entendida como resultado de uma vivência social e que também se torna parte da sociedade brasileira.

O intelectual brasileiro, crítico literário e sociólogo, Antonio Candido (1993, 2006) defende o texto literário como produto da ordem social. Segundo Arnt (2018), Candido compreende que ocorre uma “internalização do elemento externo” (Arnt, 2018, p. 121) na estruturação da obra, como *um todo indissolúvel*, não se detendo a questões sobre origem da determinação da forma e conteúdo. Assim, segundo Candido (1985; 1993), a obra como um elemento coerente e coeso se utiliza do social na construção estrutural dela, unificados de modo orgânico. Nesse ínterim, ele ressalta a comum dificuldade de realizar uma análise crítica integral do texto literário, visto que o manejo do texto como um objeto coeso de elementos da linguagem, condições sócio-históricas e a narrativa é um desafio assumido pelo próprio autor e, baseado nisso, Candido (1985; 1993) desenvolve um método de análise denominada redução estrutural.

Candido apresenta a redução estrutural como um meio de condução investigativo baseado na descrição e análise dos elementos estruturantes do texto enquanto objeto coeso à sociedade, pois o “alvo é analisar o comportamento ou o modo de ser que se manifestam *dentro* do texto, porque foram criados nele e partir dos dados da realidade do exterior” (Candido, 1993, p. 10). Assim, com esse conceito, Candido sugere uma superação da separação entre o interno e externo do texto, mas sem lançar fora o reconhecimento de métodos e estratégias de análise considerando essa separação, tais como a análise voltada ao externo, denominado pelo autor como sociologia da literatura, que procura enfaticamente os condicionamentos externos da obra, e a crítica estruturalista, voltada para a análise da composição gramatical e enunciativa dos encadeamentos do texto (Candido, 1985).

O equilíbrio delicado defendido por Candido na condução da análise reflete em uma necessidade de flexibilização de estratégias que se adequem à qualidade da obra, o que resulta na compreensão da obra como autônoma, implicando na necessidade de adequação específica à obra a ser analisada para demonstrar e analisar os encadeamentos da estrutura do texto, isto é, analisar a sua redução estrutural (Candido, 1993).

Para uma obra ser considerada autônoma, ainda segundo Candido, é necessário que haja uma “impressão de verdade porque antes de serem ou não verossímeis são articulados de maneira coerente” (Candido, 1993, p. 11) com o mundo. Isso implica que a ‘verdade’ no texto não possui relação com seu compromisso científico verossímil aos fatos históricos, mas sim “da sua organização própria que dá referência ao mundo exterior, pois este só ganha vida na obra literária se for devidamente reordenado pela fatura” (Candido, 1993, p. 11), implicando uma observação da coerência de *Nihonjin* (Nakasato, 2011) com o mundo no qual dialoga.

Sobre isso, Candido reconhece que a obra é formada também pela intencionalidade e lugar do autor para determinado público receptor pois

não convém separar a repercussão da obra da sua feitura, pois, sociologicamente ao menos, ela só está acabada quando repercute e atua, porque, sociologicamente, a arte é um sistema simbólico de comunicação inter humana (Candido, 1985, p. 31)

Entretanto, apesar de ser uma peça importante no mosaico de estruturação da narrativa como resultado da sociedade, não é a totalidade do texto devido à variedade de sentidos que uma obra pode conter e ser compreendida, pelas variáveis das lentes ou critérios de avaliação e interpretação da obra (Candido, 1993). Logo, apesar de Oscar Nakasato, autor de *Nihonjin*, ter uma intenção de conduzir uma determinada mensagem para um público receptor, a possibilidade de interpretação polissêmica do texto é algo que escapa do sujeito individual pois também faz parte da experiência coletiva. Além disso, a polissemia nas possibilidades de interpretação do texto nos leva a organizar nossa análise centralizando na redução estrutural do texto nos usos da memória, como elemento estruturante da obra *Nihonjin* (2011). Assim,

questionamos como é o funcionamento dos usos da(s) memória(s) de uma vivência intergeracional nikkei no Brasil neste texto literário.

Por razões didáticas dividimos nossa análise em duas etapas: I. descrição das condições sociais que permeiam a obra, isto é, introdução sobre o autor Oscar Nakasato, e o contexto no qual a obra foi produzida que a influenciou e; II. breve análise dos usos da memória na obra pela redução estrutural (Candido, 1985; 1993). Justifica-se essa sistematização pela consideração da interrelação do contexto sócio-histórico e a intenção de um autor na obra, de maneira que importa compreender o autor — no sentido de que este possui uma posição social que constitui um aspecto da estrutura da sociedade (Candido, 1985) — e o texto — no sentido de ser resultado da sociedade (Candido, 1985).

Com base na condução de Nakasato (2011) na estruturação da obra, foram utilizados dois critérios de análise sobre os usos da memória no texto: I. o uso da memória na construção das tensões externas aos personagens da família de Hideo e; II. o uso da memória na construção das tensões internas do narrador-personagem, neto de Hideo, Noboru. Apesar dessa divisão, esses elementos são inter-relacionados e compõem a base estrutural da obra de modo coeso. O elemento de coesão entre essas duas bases é o tempo, a instância de evocação e reconstituição da memória, que não é somente individual, também é coletivo.

3. Breve análise da obra literária *Nihonjin* (2011) de Oscar Nakasato

Em consideração à influência mútua que as condições sociais e a iniciativa do autor de uma obra possuem, importa entender o autor no sentido de que este possui uma posição social que constitui um aspecto da estrutura da sociedade (Candido, 1985). Oscar Nakasato é neto de japoneses, nascido em 1963 em Maringá no estado do Paraná, possui doutorado em Literatura Brasileira pela Universidade Estadual Paulista, sendo professor na Universidade Tecnológica Federal do Paraná, local onde leciona literatura e linguagem (Teixeira, 2014). Como resultado de sua pesquisa,

Nakasato⁸ chega à conclusão de que os personagens de origem nipônica na literatura nacional brasileira, até então, eram comumente representados de maneira caricata e rasa. Dessa forma, personagens mais profundos e complexos, dentro desta temática de identidade nipo-brasileira e seus dilemas, surgem de forma mais expressiva apenas a partir da década de 1990, com mais produções de autores com ascendência japonesa (Teixeira, 2014).

Nesse ínterim, a obra se insere num momento de fomento à produção sobre a imigração japonesa, pela proximidade à data comemorativa do centenário. Nas oportunidades de datas comemorativas foram instauradas instituições com o intuito de preservar a memória e a história da vida dessas pessoas, a exemplo do centenário, ocorrido em 2008, com a criação do banco de dados com os nomes, locais de origem e locais para os quais foram mais de 200 mil imigrantes japoneses ao longo dos anos pelo Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil (MHIJB)⁹ (Motoyama, 2008).

Nihonjin (Nakasato, 2011) teve sua escrita finalizada em 2006 e foi seu romance de estreia, sendo publicado apenas em 2011 pela editora Benvirá. Quanto à repercussão entre críticos literários, motivadas pelo prêmio Jabuti na categoria Romance em 2012, Teixeira (2014) observa que houve críticas a escrita simples da obra, que mesmo se utilizando de termos acadêmicos, “concordam em um ponto fundamental da obra: a escrita ‘simples’, sem apelo à experimentação estética, marcado pela busca de clareza para facilitar o entendimento” (Teixeira, 2014, p. 19).

Já o resenhista Gilberto Araújo (2011) traz um foco na representação de personagens japoneses e descendentes, apontando a dualidade entre ser japonês (*nihonjin*) e ser brasileiro (*gaijin*), assim como as xenofobias e conflitos internos que são tratados, colocando que Nakasato possui o diferencial “por historicizar e enfatizar

⁸ Para a sua tese de doutorado, defendida na UNESP, Nakasato trabalhou com os personagens de origem japonesa na literatura brasileira no século XX, traçando um panorama a partir de romances e contos de autores de origem diversas, na tese intitulada “Imagens da integração e da dualidade: personagens nipo-brasileiros na ficção”, publicada pela Blucher em 2009 (Teixeira, 2014).

⁹ O MHIJB funciona, nesse sentido, como um lugar de memória, sendo material, simbólico e funcional. E com lugar de memória, Nora (1993) coloca como suporte material para a memória do processo migratório, tão essencial para a identidade dos imigrantes e dos seus descendentes.

a pesquisa subjetiva. No romance, tudo é migratório: famílias, espaços, crenças, valores e identidades” (Araújo, 2011)¹⁰.

Em entrevista, à Revista Polifonia (Duarte, 2014), Nakasato afirma que sua vivência pessoal e seu doutorado foram fundamentais para a escolha e condução da temática, sendo a pesquisa acadêmica “uma forma de resgatar minha própria história” (Duarte, 2014) como “um exercício de autoconhecimento” (Duarte, 2014). Nakasato afirma na ocasião que no período em que escreveu a obra *Nihonjin* (2011) havia falta de diversidade na literatura nacional com personagens complexos de origem japonesa, e surge assim a oportunidade de preencher essa falta (Duarte, 2014).

Nesse sentido, ao Jornal Cândido (s.d.) Nakasato discorre sobre um conflito identitário compartilhado entre muitos nikkeis, representado na palavra nipo-brasileiro, que segundo o autor, “define bem esse sujeito que incorpora a cultura ocidental, mas preserva ao mesmo tempo, os laços que o mantém ligado à cultura japonesa” (Jornal Cândido, s.d).

Na obra, esse conflito identitário surge em todas as gerações apresentadas, com suas particularidades alinhadas com os contextos em que vivem. Os contextos históricos que são vivenciados abarcam desde a imigração japonesa do século XX até o movimento de nikkeis para o Japão no século XXI, esse movimento é comumente denominado *dekassegui*. Em todos esses movimentos nos é apresentado a perspectiva do personagem Noboru, no qual narra os acontecimentos, como quem os vivencia também, e participa de fato juntamente com seus familiares. Assim, partindo do entendimento de que a “arte, e, portanto, a literatura, é uma *transposição do real para o ilusório*¹¹ por meio de uma estilização formal, que propõe um tipo arbitrário de ordem para as coisas, os seres, os sentimentos” (Candido, 1985, p. 53, grifo nosso) é relevante

¹⁰ Ainda segundo Teixeira (2014) foram comuns críticas sobre a representação da figura da mulher na obra, mas que, se revelariam injustas pois essas personagens não se reduzem a concepções rígidas e caricatas, mas transitam e subvertem em determinados momentos da narrativa.

¹¹ Não confundir o termo ilusório de Candido (1985) por irreal, falso ou ficção, pois a intenção do autor é tratar sobre a criação de uma ordem interna do texto a partir de componentes da realidade que o sustentam e o fazem ser entendido pelos leitores.

apresentar esses contextos internalizados na obra para realizar a análise sobre os usos da memória nela.

Nihonjin (2011) é dividido em sete capítulos, com cada um focado em determinado momento da família de Hideo que também são traduzidos em momentos da imigração japonesa no Brasil. Cada capítulo, apesar de não ter títulos, possui a primeira frase ressaltada como prelúdio sobre os acontecimentos a serem narrados pelo personagem, Noboru, determinado em reconstruir os percursos da imigração de Hideo, seu avô (“*ojiichan*”), até o “quase retorno” (Nakasato, 2011, p. 162) de Noboru ao Japão.

O livro possui um narrador-personagem que é responsável por cumprir o papel de reconstituir, transmitir e manter a memória dentro da narrativa da obra (Nakasato, 2011), podendo ser compreendido como senhor da memória (Le Goff, 2003), indivíduo responsável por transmitir e manter as lembranças de um grupo vivas. Deste modo, o narrador-personagem utiliza de fotos e dos testemunhos de seu avô Hideo para fazer a reconstituição da memória. Então, a memória desses fragmentos pelas testemunhas que os vivenciaram, o seu avô Hideo (“*ojiichan*”), sua avó Shizue (“*obâchan*”), a primeira esposa de seu avô (Kimie), seus tios (Hanashiro, Hitoshi, Haruo e Hiroshi), tias (Tomie e Emi) e seus pais (Sumie e Ossamu), conduzem o fio que arranja a percepção do narrador de si mesmo. Dessa forma, ele é resultado e parte dessas relações, mesmo que conflituosas, das gerações de sua família com o processo de deslocamento do Japão e adaptação ao Brasil em diferentes contextos históricos, políticos e sociais.

3.1 Uso da memória da imigração japonesa ao Brasil

Entre 1908 e 1924, a imigração era subsidiada pelo governo do estado de São Paulo e foi impulsionada, no Brasil, pela necessidade de mão de obra para a economia cafeeira em recuperação (Suzuki, 1995) e, no Japão, por dificuldades financeiras consequentes da guerra com a Rússia (Uehara, 2008) e da Restauração Meiji, desde

1868, que proporcionou internamente diversas reformas de base que pressionaram a população mais pobre a emigrar do país (Kodama; Sakurai, 2008).

Era comum entre os imigrantes japoneses a idealização de gerar fortunas nessas terras distantes, pensamento que levou muitos a adquirirem empréstimos para custear a viagem (Handa, 1987). Não apenas isso, mas exigia-se um certo número de pessoas em uma casa, levando a formação de famílias de forma descuidada e a agregação de pessoas sem aptidão para a agricultura, sem o conhecimento do funcionamento de uma fazenda de café. Na obra, narrador-personagem destaca que um dos motivos para a imigração de seu avô e seus companheiros é a questão econômica, a exemplo de um diálogo imaginado — pelo narrador-personagem — de Hideo sobre seus planos: “Hideo prosseguiu falando, agora sobre os seus projetos pessoais: teria uma loja de utensílios domésticos em Tóquio ou Osaka, já que o Japão estava se industrializando” (Nakasato, 2011, p. 15). Contudo, posteriormente, ocorre a realização sobre a impossibilidade de concretizar seus planos pois:

os mesmos anos também lhe indicaram que fora iludido sobre a possibilidade de se ganhar bastante dinheiro na lavoura cafeeira. [...] Jamais cogitou culpar o imperador, que sempre incentivara as viagens dos japoneses para além-mar. [...] Sim, as fazendas de café enriqueciam, mas somente os proprietários (Nakasato, 2011, p. 46)

Neste trecho, é possível observar a interferência do contexto histórico nas condições psicológicas dos personagens, principalmente em Hideo, que nesta passagem relata ao neto, Noboru, e este repassa com suas impressões no texto pois “o escutava com os ouvidos de quem crê” (Nakasato, 2011). Ainda sobre o trecho sobre a frustração de Hideo, evidencia as condições externas interferindo sobre sua vida e em sua família — pois dadas as mesmas condições fora obrigado a se casar novamente após o falecimento de sua primeira esposa, Kimie, e o abandono de seu amigo, Jintaro —, e seus esforços diante do cenário imposto sobre ele. Assim é contornado os limites possíveis de sua adaptação no Brasil, marcado por dificuldades.

Dentre as dificuldades de adaptação, é possível apontar condições como a vivência em um local com língua, clima e culinária completamente diferentes daqueles

de seu país de origem (Beltrão; Sugahara; Konta, 2008). Essas questões são colocadas ao longo do texto, mas as dificuldades na vida no campo são estruturadas de maneira mais evidente nos desafios de adaptação ao português.

As questões relacionadas à língua portuguesa são materializadas no texto através da narração, evidenciando as dificuldades que seu avô enfrentou com o novo idioma. Isto pode ser visto numa fala orquestrada pela imaginação do narrador-personagem que antecipa os desafios de adaptação linguística: “não se aprende a falar uma língua estrangeira de um dia para o outro. Vocês devem se preparar para um começo de dificuldades para não serem surpreendidos” (Nakasato, 2011, p. 15). Estas dificuldades que o narrador-personagem comenta são relacionadas ao convívio dos imigrantes com os outros indivíduos da sociedade brasileira. Assim que chegaram ao Brasil, o narrador-personagem destaca que foi preciso um intérprete da Companhia de Imigração traduzisse as primeiras palavras trocadas entre os imigrantes e os brasileiros. Entretanto, em toda a experiência nas lavouras era preciso se comunicar misturando algumas palavras japonesas com o português e gestos¹², dificultando — porém, não impossibilitando — o convívio social, afinal a comunicação se torna complexa.

Em certo ponto da história, é abordado que seria melhor os imigrantes se conformarem e aprenderem português, para “tentar construir uma vida no país que os acolhera e se tornara, [...] fazer as crianças estudarem a língua portuguesa, que era o único modo de garantir que tivessem uma vida melhor no futuro” (Nakasato, 2011, p. 72). Neste trecho é colocado a importância do idioma para a melhora do convívio social, pois em vários momentos é demonstrado a vulnerabilidade que se encontram por não terem o domínio da língua portuguesa.

¹² Como pode ser observado no trecho: “Com uma enxada nas mãos e falando muito, esquecendo-se de que aqueles aprendizes não podiam compreendê-lo, pôs-se a ensinar com palavras e gestos” (Nakasato, 2011, p. 22)

Uma outra questão sobre o contexto da imigração japonesa que estrutura a obra nos usos da memória é a espera de Kimie (ou “Kimichan”) por neve nos invernos de São Paulo:

Em seu primeiro inverno no Brasil, Kimie esperou pela neve. Foi o que me chamou atenção. A gênese genuína, inscrita no passado de ojii-chan. A partir dela surgiram os demais, algumas partes exatas, outras inexatas, pois a escritura do que precisa é de papel e tinta. As conversas com vovô, as entrevistas com tio Hanashiro, as leituras do livro de Tomoo Handa e a minha mania de arquitetar com palavras: eis a história (Nakasato, 2011, p. 39)

Aqui é possível observar a seletividade da memória sendo utilizada para construir a memória individual (observado em “Foi o que me chamou atenção” (ibid.) e “a minha mania de arquitetar com palavras” (ibid.) e coletiva (“as leituras do livro de Tomoo Handa” e menção ao “passado de ojii-chan” (ibid.) do narrador-personagem. O narrador-personagem assume esse papel de senhor da memória (Le Goff, 2003), e explicitamente afirma que se utiliza de sementes de rememoração (Halbwachs, 1990) para construir essa memória, que não se enrijece aos fatos pois “a escritura do que precisa é de papel e tinta” (Nakasato, 2011, p. 39), e a memória necessita apenas de uma “gênese genuína” (Nakasato, 2011, p. 39) e coerência. Apesar de não se limitar a exatidão, na elaboração da memória coletiva apoia-se em registros como o livro citado de Tomoo Handa, artista imigrante japonês e autor do livro *O imigrante japonês* (1987), uma das fontes que o narrador-personagem se apropria para compor a coerência coletiva da memória narrada. Além disso, sob uma outra perspectiva, é possível compreender a espera de Kimie pela neve como uma metáfora à condição em que se encontrava, aguardando por algo que nunca viria ser possível, isto é, o retorno ao Japão.

Essa expectativa de retorno estrutura as relações familiares de Hideo, pois fundamentado nessa crença, procura manter em si e em seus familiares elementos culturais e identitários que os mantivessem como japoneses (“*nihonjin*”) em terra estrangeira, até se tornar insustentável. A condição de insustentabilidade se revela nos conflitos constantes entre Hideo e seu filho, Haruo, que sempre o questiona sobre as

contradições em suas crenças, e intensificadas pelo contexto de incentivo ao patriotismo juntamente a proibição do ensino e uso das línguas dos países do Eixo.

Por isso, é interessante encarar a narrativa de *Nihonjin* (2011) como que perpassa e se confunde, pela internalização, com a própria historicidade da imigração japonesa no Brasil. Dessa forma, *Nihonjin* (2011), mesmo com a interferência do narrador-personagem e com a seletividade da memória, ao reconstituir a memória de sua família procura também reconstruir uma memória coletiva dos imigrantes japoneses, como aponta Nakasato em entrevista a Duarte (2014).

Sendo assim, o narrador-personagem, Noboru, imagina e vê a história. Por meio de sua imaginação, dos testemunhos de seu avô Hideo, registros históricos, fotografias e entrevistas com demais familiares, o narrador-personagem consegue dar forma a história que seu avô, japonês, passou durante o processo de imigração no século XX. Pode-se, então, compreender a estruturação da obra semelhantemente aos próprios marcos da imigração japonesa ao Brasil, visto que esses marcos são internalizados na condução dos acontecimentos da narrativa pelo uso da memória na reconstrução dos fatos.

Dessa forma, a memória nikkei apresentada em *Nihonjin* (2011) é marcada por essas condições sociais, adaptação linguística e da dificuldade financeira dos imigrantes, questões essas que permeiam e movimentam a vida dos personagens construídos por Nakasato (2011) através do narrador-personagem. Esses aspectos são retomados na aproximação desses espaços e tempos, percorridos e vivenciados pela família, demonstrando a complexidade de fatores que levaram a conflitos geracionais passados e presentes. Logo, aponta para produção de sentidos do narrador-personagem com os espaços, não se restringindo a descrição histórica, mas um envolvimento ativo que culmina nos deslocamentos entre esses espaços — Brasil e Japão.

3.2 Uso da memória na construção dos espaços e identidade

A memória como ferramenta de construção de noção de si em relação ao mundo perpassa pela construção da narrativa. Essa narrativa é construída em cima de elementos discursivos, como a memória discursiva (Fernandes; Sá, 2021) — o que não significa necessariamente isenta de contradições ou sem conflitos —, pois para que algo seja compreendido num dado contexto foi preciso que antes fosse enunciado na historicidade. A fundamentação da obra na composição psicológica, social e política é estruturada nos usos da memória da própria constituição individual e coletiva do narrador-personagem e, conseqüentemente, de seus familiares. A obra, como um todo coeso, tem como material estrutural a dualidade *nihonjin* (japonês) x *gaijin* (estrangeiro ou brasileiro), com a essas identidades relacionadas a elementos intergeracionais, linguísticos, espaços, migratórios, étnicos e culturais que, em específico, tratam da identidade nikkei.

O termo *nikkei* tem sua origem na palavra japonesa *nikkeijin*, que traduzido seria “pessoa de origem japonesa, nascida fora do Japão” (Ischida, 2010, p. 13). Logo, identidade nikkei pode ser compreendida como uma identidade diaspórica intimamente relacionada com fatores intergeracionais. Por isso, detém de especificidades e dilemas influenciados pelas condições sociais e históricas - como formação educacional, língua, geração (Ishikawa, 2016) - decorrentes dos processos migratórios, não sendo exclusiva do Brasil.

Um dilema comum da tensão entre ser *nihonjin* (japonês) e *gaijin* (estrangeiro) é forjada em marcadores de diferença que ora se sustentam por imposição externa - sobretudo por meio da estrangeirização de relacionar o nacional enquanto o outro, estrangeiro - ora se sustentam por vontade e resgate interno, como mencionado no trecho:

Um dia, na escola, a professora disse: - Haruo, Hitoshi, vocês não são japoneses, são brasileiros. Vocês não nasceram no Brasil? [...] e lembrou que seu pai sempre lhe ensinara que era nihonjin, que nihonjin era diferente de gaijin [...] (Nakasato, 2011, p. 62-63)

Nesse trecho, é possível observar a interferência de duas instituições sociais, a escola e a família, no estabelecimento da dualidade nacional (“*gaijin*”) e estrangeiro

(“*nihonjin*”). Existe, então, normativa sobre essa dualidade baseada no nascimento - “você não nasceu no Brasil?” (Nakasato, 2011, p. 62) - e na identidade familiar “seu pai sempre lhe ensinara que era *nihonjin*” (ibid). Como encadeamento desse confronto, os argumentos de Hideo a Haruo sobre quais os fundamentos ele seria *nihonjin*, mesmo sua professora lhe dizendo era brasileiro por ter nascido no Brasil:

Repetiu a história sobre a viagem, longa e sacrificada viagem em que alguns morreram e foram lançados no mar. E o que importava era o que ia na alma, no coração. — E na alma, você é japonês. [...]. E na cara, também. O que adianta você sair por aí dizendo que é brasileiro? Todos olham para você e sabem que você é japonês. [...] - Seu nome é Haruo — prosseguiu. — Se você fosse brasileiro, se chamaria João, Antonio, José...[...] O que importa é o que otôchan está dizendo: o coração. E eu sinto que meu coração é brasileiro (Nakasato, 2011, p. 66-67)

A subjetivação de sujeitos enquanto pertencentes a um determinado espaço, neste caso, conduz a processos coletivos e individuais de identificação com base nessa experiência comum, como mencionado em “Você tem o espírito de japonês. E na cara também” (Nakasato, 2011, p. 67). Para além dos conflitos familiares, essa subjetivação dos sujeitos nikkeis enquanto nacionais – *gaijin* – ou estrangeiros – *nihonjin* –, aponta para uma construção discursiva sobre espacialidade nos corpos, isto é, são entrelaçados sentidos de estrangeiridade a determinados espaços, de maneira que são conectados língua, corpos, cultura a determinadas geografias (Matsuo; Batista; Ribeiro, 2024). Além disso, a menção do idioma como no trecho “Seu nome é Haruo [...]. Se você fosse brasileiro, se chamaria João, Antonio, José” (Nakasato, 2011, p. 67) é comumente retomada durante toda a sustentação argumentativa sobre essa dualidade identitária (*nihonjin* x *gaijin*), no qual ressaltamos uma passagem: “fizera-se japonês através da aprendizagem da língua japonesa, que falava japonês melhor que a língua portuguesa, e da cultura japonesa, o que o qualificava como um japonês” (Nakasato, 2011, p. 69). A língua aqui então, possui papel fundamental na percepção do indivíduo a determinado grupo, que por sua vez, é também nomeado e constituído por marcas de pertencimento.

Nesses diálogos estão contidos o tensionamento dessas questões quando ocorre uma conjunção de elementos normativos e subjetivos, do ser e se sentir

estrangeiro, pela experiência de deslocamento familiar e que, portanto, existe forte influência sobre a aproximação da experiência da migração. Os paralelos feitos de sua trajetória e a de sua família são mediados pelo tempo e espaço, que aqui são trazidos como dinâmicos, isto é, não rígidos e estáticos numa única linearidade conectada pela sequência dos fatos. O uso da memória, nesse sentido de constituição de si pelo narrador, como citado no trecho: “Repetiu a história sobre a viagem, longa e sacrificada viagem em que alguns morreram e foram lançados no mar” (Nakasato, 2011, p. 66), detém de inconstâncias ao longo da narrativa quando se trata de pertencimento. Pois a dinâmica entre ser, ser compreendido e se sentir *nihonjin* (japonês) em contraposição – e em alguns momentos em conjunção – a ser compreendido e se sentir *gaijin* (brasileiro) é a questão central impulsionadora dos acontecimentos, escolhas e relacionamento dos personagens que afetam diferentes temáticas, sobretudo, as relações familiares intergeracionais do narrador-personagem trazidas intencionalmente na condução narrativa.

O narrador-personagem partindo de uma localidade, temporalidade e nacionalidade diferente, retoma como continuidade e não somente na mera reconstrução narrativa do passado, inserindo-se nela com novas significações, como vemos no trecho: “Não se pode fiar em palavras, mesmo as de vovô, em cujas lembranças procuro os vestígios de Kimie¹³ [...]. Mas é o que tenho além da fotografia desbotada, *onde a vejo*” (Nakasato, 2011, p. 9-10, grifo nosso). A interação do narrador-personagem com os registros, como “a fotografia desbotada” (Nakasato, 2011, p. 10), provoca o surgimento de imagens desse passado coletivo, internalizado em si quando se coloca em cena, como mencionado em “onde a vejo” (Nakasato, 2011, p. 10). E partindo das sementes de rememoração (Halbwachs, 1990), o uso da memória para essa conexão só é possível pela inserção do indivíduo no grupo ao qual coleta, interpreta e transmite a memória, pois segundo Halbwachs (1990) a coerência das sementes de rememoração se dá na coesão do indivíduo ao grupo social.

¹³ Primeira esposa de Hideo.

O contexto em que o narrador-personagem realiza seu deslocamento é situada na crise econômica brasileira da década de 80 paralelamente a ascensão econômica japonesa (Schpun, 2008), conjuntura que levou um intenso fluxo de nikkeis para o Japão com o objetivo de trabalhar e retornar aos países de origem. Esse movimento é denominado *dekassegui*, que além de possuir caráter econômico também continha motivação identitária pois possuem expectativa de não serem mais subjetivados pela estrangeiridade por agora estarem no Japão, onde imaginam, ainda enquanto sujeitos em deslocamento, que se fundiriam “às massas urbanas” (Schpun, 2008, p. 148).

Como no próximo trecho, em que o narrador, neto de Hideo, agora num movimento contrário de seu avô, decide ir – retornar – ao Japão a trabalho e por estar procurando algo que lhe falta, e que achava que encontraria no Japão. O resgate de registros, momentos da memória, sobretudo, de seu avô Hideo (“Ojichan”) são conduzidos de forma que se traduzem na sua própria trajetória e que imagina como continuação da memória de seu avô, tanto que nomeia essa viagem enquanto “quase retorno” (Nakasato, 2011, p. 162), mas ainda é confrontado pelo próprio avô (“ojichan”):

Ojichan ergueu os olhos cansados, quase sem brilho, e disse em palavras novas que o Brasil era a minha terra. Eu não contestei, somente entendi que ojichan gostava de mim, que ele não queria para o neto a sua experiência do desterro (Nakasato, 2011, p. 173)

Seu avô ressalta a condição de seu neto como brasileiro, como um aviso. A mudança de percepção de Hideo sobre ser nikkei adveio dos acontecimentos com seu filho e da proximidade geracional do seu neto com o Japão. A memória aqui então é utilizada como estratégia de construir uma narrativa sobre a trajetória do próprio narrador, que remonta utilizando um quinhão de fantasia (Candido, 1985), isto é, um recurso imaginativo, para sobrepor a falta e reconstruir a memória de sua família. Ou seja, a obra *Nihonjin* (2011) enquanto parte e resultado do mundo e da sociedade brasileira, indica um recorte da vivência nikkei no Brasil, sobretudo dos *dekasseguis* que decidem realizar o movimento contrário de seus antepassados. O narrador, então, se empossa dessa posição de senhorio da memória (Le Goff, 2003) para poder elaborar

uma narrativa que lhe confere sentido nos deslocamentos passados, presentes e futuros.

Essas questões resultam no narrador a sua decisão de se mudar para o Japão para trabalhar como operário, em um “quase retorno” (Nakasato, 2011, p. 162) visto que espera reconhecer no Japão uma familiaridade, de onde reconheceria “um reencontro” (Nakasato, 2011, p. 162). De modo que o uso da memória na construção das relações sociais e familiares resulta na transformação dos espaços — reais e imaginados. Pois o fator que sustenta o dilema identitário *nihonjin* x *gaijin* é a construção social dos espaços, onde se constrói discursivamente elementos que se atribuem a uma geografia, como raça, cultura e língua. As contradições do texto, pela liberdade criativa do autor, ao invés de enfraquecer a narrativa, a fortalece, já que a coerência se dá na ressonância com o que se diz — e não diz. O *todo indissolúvel* (Candido, 1985) garante a coerência do texto, mesmo com contradições, pois mesmo no texto a construção dos espaços e identidades são permeados de conflitos. De maneira que o texto intervém na realidade quando realiza essa manutenção discursiva e a compõem, representando um fragmento da história coletiva brasileira e nikkei.

4. Considerações finais

A partir de uma breve análise de *Nihonjin* (2011), percebe-se que essa obra é um importante objeto para compreensão da realidade dos imigrantes japoneses no Brasil, visto que é resultado desse processo. O *todo indissolúvel* (Candido, 1985), resultado desse esforço, conta com fatores externos e internos da narrativa que são importantes aspectos de análise. E, no caso desse texto literário, os usos da memória são o elemento estrutural basilar da obra por ser o que movimenta as ações no presente pela evocação do passado, não como algo rígido, mas sim dinâmico que conduz as interações e percepção de si com o mundo. O narrador-personagem se utiliza da memória de parentes e instrumentos narrativos literários para (re)constituir os conflitos identitários relacionados à imigração japonesa no Brasil. A narrativa das suas dinâmicas intergeracionais sob olhar de um nikkei apresenta uma forma de observar o fenômeno da imigração japonesa e a vivência enquanto nikkei. Conclui-se

que o narrador-personagem pode ser visto como o senhor da memória (Le Goff, 2003) responsável pela transmissão e constituição da memória desses imigrantes no Brasil.

Assim, o processo pelo qual é usado a memória, tanto em resgate pela evocação dos acontecimentos quanto para significação da própria identidade só é possível ser realizado através dos relatos e relacionamento com os familiares e os registros deixados. Isso nos mostra duas questões fundamentais em relação à memória: primeiro, ela está submetida aos processos naturais de esquecimento da mente humana, mas também a seleção do dizer — e do não dizer —; segundo, as interações com os membros da família são importantes sementes de rememoração para o narrador, enquanto membro de um grupo. O narrador, por assumir essa responsabilidade, nos apresenta fragmentos da história que atua em nós a rememoração sobre esse recorte da história nacional. Portanto, analisar criticamente a estruturação do texto intrinsecamente fundamentada na realidade social como parte coesa, impulsiona demais trabalhos a tratarem a historicidade, a textualidade, sociedade e discurso dentro do texto literário.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Gilberto. Um sentido de retorno. **Rascunho, o jornal de literatura do Brasil**, ed. 137, 11 set., 2011.

ARNT, Gustavo. O problema da dialética entre forma e conteúdo na crítica literária de Antonio Candido. **Revista Cerrados**, v. 26, n. 45, p. 118-130, 2018.

BELTRÃO, Kaizô Jwakani; SUGAHARA, Sonoe; KONTA, Ryohei. Vivendo no Brasil: características da população de origem japonesa. In: SAKURAI, Célia; COELHO, Magda Prates (org.). **Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária**. São Paulo: Nacional, 1985.

CANDIDO, Antonio. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Duas Cidades, 1993.

DUARTE, O. Entrevista – Oscar Nakasato: autor de Nihonjin (romance) e imagens da integração e da dualidade – personagens nipo-brasileiros na ficção (crítica e análise literária). **Polifonia**. Cuiabá, v. 21, n. 30, p. 289-306, jul.-dez., 2014.

FERNANDES, Cleudemar Alves; SÁ, Israel de. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. São Paulo: Pontes Editora, 2021.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HANDA, Tomoo. **O imigrante japonês**, história de sua vida no Brasil. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.

ISCHIDA, Camila Aya. **A experiência nikkei no Brasil**: uma etnografia sobre imaginários e identidade. 2010. 295 f. Dissertação, Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, São Paulo, 2010.

ISHIKAWA, Eunice Akemi. A identidade étnica dos jovens brasileiros no Japão. **Estudos Japoneses**, n. 36, p. 29-42, 2016.

JORNAL Candido (Biblioteca Pública do Paraná). **Entrevista**: Oscar Nakasato. Disponível em: <https://www.bpp.pr.gov.br/Candido/Pagina/Entrevista-Oscar-Nakasato>. Acesso em 05 out. 2024.

KODAMA, Kaori; SAKURAI, Célia. Episódios da imigração: um balanço de 100 anos. In: SAKURAI, Célia; COELHO, Magda Prates (org.). **Resistência & integração**: 100 anos de imigração japonesa no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2008, p. 16-29.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e Memória**. Trad.: Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 419-476, 2003.

MATSUO, Esther Yuri; BATISTA, João Paulo Santos; RIBEIRO, Jocenilson. A propagação de discursos hostis contra asiáticos amarelos na pandemia de covid-19: uma análise de discursos xenofóbicos em jornais on-line. **Migulim - Revista Eletrônica do Netlli**, v. 13, n. 2, p. 393-414, 2024.

MOTOYAMA, S. O Museu Histórico de Imigração Japonesa no Brasil. **Revista Comunicação e Educação**, ano XIII, n. 03, 2008.

NAKASATO, Oscar. **Nihonjin**. São Paulo: Benvirá, 2011.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, 1993.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SAKURAI, Célia; COELHO, Magda Prates (org.). **Resistência & integração**: 100 anos de imigração japonesa no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

SCHPUN, Mônica Raisa. Imigração japonesa no Brasil: riquezas de uma presença secular. In: SAKURAI, Célia; COELHO, Magda Prates (org.). **Resistência & integração: 100 anos de imigração japonesa no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, p. 136-149, 2008.

SUZUKI, T. A imigração japonesa no Brasil. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiro**, 39, USP: São Paulo, p. 57-65, 1995.

TEIXEIRA, Samuel Rodrigues. **Narrativa, História e Literatura em Nihonjin, de Oscar Nakasato**. 2014. 46 f. Monografia, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação, Curitiba, 2014.

UCHIGASAKI, Minoru. Metodologia da história oral e sua utilidade no estudo da imigração japonesa. **Hon no mushi - estudos multidisciplinares japoneses**, Amazonas, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/HonNoMushi/article/view/5180>. Acesso em: 12 mar. 2025.

UEHARA, A. Presença Nikkei no Brasil: integração e assimilação. In.: “Simpósio Internacional Comemorativo ao Centenário da Imigração Japonesa no Brasil”, 2008, São Paulo: CEJAP-USP/NICHIBUNKEN. **Revista Estudos Japoneses**, n. 28, São Paulo, USP, p. 177-194, 2008.

“CHINAMAN AND RICEATERS”: migração, racismo culinário e inferiorização chinesa nos EUA Contemporâneo (séculos XIX ao XXI)

Christian Fausto Moraes dos Santos¹
Eduardo Mangolim Brandani da Silva²
Gessica de Brito Bueno³

Artigo recebido em: 11/01/2025.

Artigo aceito em: 02/04/2025.

RESUMO:

O objetivo do artigo é analisar a imigração chinesa para os EUA no século XIX, abordando choques culturais e discriminação racial, especialmente o “Racismo Culinário” direcionado à comida sínica e sua persistência até o século XXI. A inferiorização culinária tem relação com o conceito de território na medida em que essas discriminações se destinavam a um grupo alocado em um território específico, as Chinatowns, portanto a inferiorização alimentar sínica marcava esses lugares. Para a investigação foram utilizadas fontes como jornais, mídias digitais, postais e jogos eletrônicos. As imagens usadas servem como exemplos que atestam a existência imagética do racismo culinário e fenotípico no contexto de 200 anos investigado. A metodologia aplicada na compreensão de tais estereótipos, assim como na formação e interação dos lugares de identidade sínica, foi a descritiva-qualitativa. Dentre os autores utilizados pode-se mencionar Edward Relph, para se pensar o espaço urbano, Michel Wieviorka, que introduz a temática do racismo cultural, Jack Chen, que fez um traçado histórico sobre o processo migratório sínico para os EUA, e Haiming Liu, que fornece evidências sobre as práticas culinárias sino americanas desde o século XIX.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação; Contemporaneidade; EUA; Migração chinesa; Racismo culinário.

¹ Professor Associado de História na Universidade Estadual de Maringá (UEM), Pós-doutor em História do Brasil colonial pela UFMG e em História das ciências pelo Conselho Superior de Investigações Científicas (CSIC), Doutor em História das ciências e da saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Mestre em Geografia pela UEM e Licenciado em História pela UEM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5914025585832203> E-mail: chrfausto@gmail.com

² Doutorando em História, Cultura e Narrativas pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Licenciado em História pela UEM e Mestre em História, Cultura e Narrativas pela UEM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0826321713568749> E-mail: edu.magnusdomini@gmail.com

³ Doutoranda em História, Cultura e Narrativas pela Universidade Estadual de Maringá (UEM), Licenciada em História pela UEM, Graduada em Artes Visuais pelo Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR) e Mestre em História, Cultura e Narrativas pela UEM. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6348036602304108> E-mail: iamgessicabueno@gmail.com

“Chinaman and riceaters”: migration, culinary racism and Chinese inferiorization in the Contemporary U.S. (XIX to XXI Centuries)

ABSTRACT:

The aim of this paper is to analyze Chinese immigration to the US in the 19th century, looking at culture clashes and racial discrimination, especially “Culinary Racism” directed at Sinic food and its persistence into the 21st century. Culinary inferiorization is related to the concept of territory insofar as these discriminations were aimed at a group allocated in a specific territory, the Chinatowns, and therefore Sinic food inferiorization marked these places. The research used sources such as newspapers, digital media, postcards and electronic games. The images used serve as examples that attest to the imagistic existence of food and phenotypic racism in the 200-year context investigated. The methodology used to understand these stereotypes, as well as the formation and interaction of places of Sinic identity, was descriptive-qualitative. Among the authors used, we can mention Edward Relph, to think about urban space, Michel Wieviorka, who introduces the theme of cultural racism, Jack Chen, who traced the history of the Sino-American migration process to the USA, and Haiming Liu, who provides evidence of Sino-American culinary practices since the 19th century.

KEYWORDS: Chinese Migration; Contemporaneity; Culinary Racism; Food; USA.

1. Introdução

A veiculação da ideia de que a culinária e a alimentação chinesa são práticas “imundas” ainda possui forte presença no imaginário imagético popular ocidental. Seja a partir do alimento obtido no lixo, ou da ideia de que os sínicos se alimentam de animais domésticos, tais noções presentes no tempo imediato possuem raízes de longo prazo que remontam ao século XIX. Quando se investiga o processo histórico da imigração sínica para os EUA a partir da década de 1820, condição que ocasionou disseminação da culinária desses povos, ficam evidentes bloqueios, preconceitos e a inferiorização sobre tais hábitos alimentícios, onde estereótipos da ideia de que o chinês era um comedor de imundícies germinaram no cotidiano dos EUA.

Este artigo, com base na história cultural e das ciências, explora tanto explicações bioquímicas quanto culturais sobre o apego aos alimentos e a repulsa à alimentação de outras culturas, vinculando o racismo como a base do que é aqui fundado como “racismo culinário”. Levando em consideração a temática da

inferiorização culinária, este artigo também busca entender os espaços e territórios ocupados pelos sino americanos nos EUA desde a década de 1820, considerando como esse grupo se estabeleceu na realidade americana. O interesse surge porque os espaços ocupados por esse grupo, como os primeiros assentamentos e as Chinatowns, não foram apenas locais excluídos e inferiorizados, mas também estigmatizados em relação às suas práticas alimentares tradicionais que carregavam a identidade chinesa.

Dentre as evidências que atestam a inserção dos chineses nos EUA e a elaboração de seus territórios, assim como as formas discriminatórias que incidiram sobre a alimentação desse povo, foram elencados casos de literatura e jornais estadunidenses do século XIX, assim como um cartão postal natalino, os quais todos contêm elementos de deboche e diminuição racial, até casos de mídia digital, jogos eletrônicos e difamações sino fóbicas por redes sociais no século XXI. Esses dados sinalizam uma duração considerável, incluindo o tempo presente, da inferiorização racial direcionada aos migrantes chineses nos EUA, por via da alimentação.

A metodologia aplicada foi qualitativa e descritiva, de forma que a primeira categoria corresponde ao enfoque sobre dados não numéricos, envolvendo evidências simbólico-significativas que englobam práticas de alimentação do grupo imigrante sínico, sua inserção espacial na realidade americana e os preconceitos direcionados à tais receitas (Martins, 2004, p. 292). A qualidade descritiva diz respeito à natureza narrativa do trabalho, que visa compreender e expressar como se deu a imigração e inserção de chineses nos EUA, detalhando as hostilidades espaciais e culinárias, resultantes desse acontecimento (Godoy, 1995, p. 62-63).

A fim de tratar sobre a questão da imigração chinesa para os EUA, a inserção desses indivíduos nessa realidade, assim como a formação de territórios excluídos nas grandes cidades, as Chinatowns, a principal escolha teórica foi a obra “The Chinese of America” de Jack Chen (1980). Com o intuito de destrinchar e detalhar o conceito de território e cidade, de forma a elucidar o debate sobre locais de exclusão no interior do espaço urbano, a obra “Place and Placelessness” de Edward Relph (1976) foi

selecionada. Seguindo a temática da discriminação culinária o referencial teórico “From Canton Restaurant to Panda Express: A History of Chinese Food in The United States” de Haiming Liu (2015) foi a principal obra optada, já que esse material não apenas esmiúça os locais onde a comida chinesa foi produzida, como também detalha estereótipos e a inferiorização direcionadas a essa culinária entre os séculos XIX e XXI. Diferentes aspectos desse processo discriminatório envolvem associações de teor racista, portanto o artigo conduz tais elementos para o debate da existência do “racismo culinário”, conceito aqui fundado que dependeu de aprofundamentos da discussão sobre o “racismo cultural” presente na obra “El racismo: Una Introducción” de Michel Wieviorka (2009).

A conexão entre os conceitos de lugar e território com a inferiorização da culinária chinesa está na segregação dos imigrantes sínicos em áreas, como as Chinatowns, marcadas por estigmas e estereótipos raciais. Nessas áreas, as receitas chinesas produzidas eram depreciadas, condição essa que só é entendível a partir das conotações negativas direcionadas a tais locais. É nesse sentido que o racismo contra os sino americanos ia além das características físicas, afetando também sua culinária. Nesse primeiro momento, a fim de garantir maior entendimento sobre a inserção desses migrantes no cotidiano estadunidense, assim como sobre a inferiorização de sua culinária, há aqui o interesse de se relacionar os primeiros redutos e Chinatowns com os conceitos de cidade, local e território. Isso porque esses conglomerados populacionais ocupam um local na cidade que se constitui enquanto território, possuindo produções internas e recebendo conotações pelos forasteiros (Gottmann, 2012, p. 523-524). Portanto, uma série de discursos e imagens racistas relacionados à culinária sínica são fruto das dinâmicas que ocorriam entre tais imigrantes, em seus territórios, e aqueles externos à tais comunidades.

No período investigado, a ideia de cidade mudou significativamente, começando no século XIX com pequenas vilas e evoluindo para grandes cidades com milhões de pessoas no final do século XX. A cidade pode então ser entendida como um conjunto de grupos humanos e locais funcionais, que desempenham, em

conjunto, funções diversas, como burocráticas, mercadológicas e de moradia, relacionadas ao sedentarismo (Lencioni, 2008, p. 113-117). Ao longo do tempo, as formas assumidas pelos territórios chineses nas cidades e os processos discriminatórios mudaram continuamente. O território define as fronteiras de um lugar e está sempre em disputa, pois envolve dinâmicas de poder no cotidiano urbano. (Gottmann, 2012, p. 523-524). As relações de poder se manifestaram tanto fisicamente nas Chinatowns quanto nos discursos direcionados a elas. No século XIX, esses locais eram já excluídos e inferiorizados, tendo suas infraestruturas negligenciadas pelo poder citadino, mas no final do século XIX e início do XX, esses locais tornaram-se isolados, sendo alvos de discursos racistas que retratavam os chineses como devoradores de imundícies (Chen, 1980, p. 57-184).

Enquanto territórios, os bairros chineses eram também lugares de um cotidiano próprio envolvido por intercâmbios com os locais nos arredores. Dentro desses espaços, as práticas diárias refletiam tradições e ajudavam a configurar uma identidade, especialmente ligada à alimentação (Staniski et al., 2014, p. 2-8). As práticas de um lugar, especialmente as culinárias, desempenham um papel crucial na formação da identidade coletiva de um grupo, seja ao atribuir significado ao mundo, resistir às adversidades ou como forma de exaltação do grupo. Elas destacam semelhanças entre os membros de uma comunidade e marcam diferenças em relação aos estrangeiros (Relph, 1976, p. 44-48). A agressão ao diferente se manifestou em estereótipos negativos sobre a alimentação chinesa, devido às técnicas de preparo distintas, associadas a uma inferiorização cognitiva e fenotípica do grupo.

A inferiorização culinária será nosso tema principal, onde o conceito de território servirá como suporte para nossa discussão, na medida em que isso indica a segregação espacial, e cultural, da população chinesa no período entre os séculos XIX e XX nos EUA. Em um primeiro momento, o texto aborda noções racistas no período estudado e seus desdobramentos sobre as práticas de cozinha, com enfoque na chinesa, como forma de garantir suporte ao debate póstumo no artigo sobre a discriminação da alimentação sínica e a relação disso com seus locais de ocupação nos

EUA. Em seguida o trabalho expõe a longa tradição culinária chinesa e segue em comentar a migração e inserção dos sínicos no espaço americano, situando o surgimento, desenvolvimento e exclusão das Chinatowns entre 1820 e 1900, de forma a delimitar como a comida que era produzida nesses espaços foi alvo do racismo culinário. Posteriormente o texto visa entender como as comunidades sínicas foram integradas às cidades, determinando como a maioria das Chinatowns foram desmanteladas, além de demonstrar que apesar de esforços institucionais para se extinguir o racismo, os preconceitos e estereótipos culinários persistem no tempo presente, porém sem necessariamente serem direcionados a um território específico.

2. Da raça inferior ao alimento menosprezado: Hierarquias raciais e a Métrica gustativa do século XIX ao XXI

O debate sobre a discriminação das comunidades sino americanas e suas receitas tradicionais aborda formas antigas de depreciação cultural, destacando o racismo científico do século XIX e o racismo cultural do século XX, que impactaram nas estruturas sociais e no cotidiano das cidades dos EUA. Esta seção explora as origens e a constituição dessas manifestações racistas.

A ideia de existência de um “outro”, que é distinto do próprio grupo, é antiga e tem evoluído ao longo do tempo, com base em critérios como localização, cultura, religião, política e discriminação fenotípica, sendo esta última a fundamentação do “Racismo científico” do século XIX (Seyferth, 1995, p. 175-176). Desde a época de Heródoto, já existiam obras que inferiorizam o “outro”. Em sua obra *História*, o autor grego estabeleceu uma hierarquia entre os grupos humanos, diferenciando-os com base na cultura e geografia, destacando a superioridade grega (Hartog, 1999, p. 227-255). Nos séculos XVI e XVII, a Europa passou a conceber o “outro” em oposição ao “ocidental”, noção que emergiu da dicotomia, fruto do processo colonial, entre a “Europa” e o resto do mundo, que seria “exótico” (Schmidt, 2015, p. 1-6). Populações asiáticas, como a chinesa, foram enquadradas nessa última categoria, tendo seus valores e práticas, como a alimentação, subjugados.

Diante dos fundamentos religiosos para se explicar as diferenças humanas, autores do século XVIII como Lineu, Blumenbach, Georges Cuvier e Étienne Saint-Hillaire buscaram a natureza para determinar as origens do que foi chamado de “grupos humanos” (Seyferth, 1995, p. 176-177). Esses grupos eram enquadrados na teoria da “cadeia do ser”, ideia de que havia uma escala ascendente entre os humanos, onde os negros eram questionados quanto à sua humanidade, e os grupos “mongólicos”, como os chineses, eram vistos como inferiores, abaixo dos brancos (Santos; Campos, 2014, p. 1216-1228). No início do século XIX, a biologia se tornou a via explicativa para a existência do racismo, fundando vertentes teóricas do “racismo científico”, como o monogenismo e o poligenismo (Gould, 1991, p. 18-25). Essas teorias do século XIX influenciaram o pensamento popular americano, impactando diretamente na maneira como os grupos brancos trataram e lidaram com os migrantes chineses nos anos 1800.

O monogenismo, baseado na cadeia do ser, defendia que todas as raças humanas descendiam de uma mesma dupla ancestral, Adão e Eva. Já o poligenismo, mais reacionário, afirmava que diferentes grupos raciais tinham ancestrais distintos, cada um com seu próprio “casal” de Adão e Eva. Essas ideias, junto da frenologia e da eugenia, fundamentavam o racismo científico do século XIX (Gould, 1991, p. 26-38). Os sino americanos, estigmatizados por essa lógica racista do século XIX, eram depreciados tanto fisicamente quanto em relação aos seus hábitos e costumes. Embora a influência do racismo científico tenha diminuído após a Primeira Guerra Mundial, a discriminação persistiu por meio do racismo cultural, que foca principalmente na condenação de práticas e formas de expressão de diferentes grupos, como a alimentação, além de incluir aspectos biológicos (Wieviorka, 2009, p. 42-50).

A fluidez do racismo cultural está ligada à criação de estereótipos sobre as práticas das populações. O conceito de racismo culinário, que já tinha manifestação no século XIX, tornou-se mais forte e versátil no século XX, a partir do racismo cultural. O racismo culinário envolve o desprezo pelos alimentos e práticas alimentares de um grupo, refletindo na depreciação de sua identidade, já que a

culinária é aspecto fundante das identidades humanas (Perlès, 1998, p. 30-38). O alimento como formador de identidade, parte do princípio que esse elemento não é apenas encarado como recurso utilitário, mas também de prazer (Franco, 2010, p. 9-16).

A comida envolve forte identificação por gerar um processo sensorial sinestésico, envolvendo o cheiro, a aparência, a textura e o gosto, que são captados pelas papilas gustativas e reforçados pelo olfato, o qual tem um forte poder mnemônico (Spence, 2017, p. 30-33). A memória olfato-gustativa cria sensações prazerosas e associações a cenários agradáveis (Bartoshuk; Duffy, 2017, p. 21-23). O alimento também contribui para a ideia de pertencimento, o que faz com que o desconhecido se torne exótico gerando estranhamentos (Porteous, 2006, p. 90-94). Entre os séculos XVI e XVIII, as hierarquizações de povos pela Europa influenciaram os hábitos alimentares, criando uma régua gustativa baseada em uma perspectiva eurocêntrica que definia “boas” e “más” receitas (Franco, 2010, p. 121).

No século XIX, a métrica gustativa ocidental definia o que era considerado um “bom prato”. O que se afastava do padrão europeu era visto como inferior, com os alimentos dito “exóticos”, sendo desvalorizados em comparação ao “usual”. Entre os séculos XVII e XVIII, a França, com sua indústria de luxo, conquistou a nobreza europeia, tornando seus pratos e temperos referências de superioridade gastronômica. No século XIX, os hábitos burgueses, fortemente inspirados nas tradições nobiliárias, e o imperialismo, fortaleceram as percepções eurocêntricas, enquanto o racismo científico reforçava a ideia de “debilidade cognitiva”, influenciando as opiniões gustativas (Franco, 2010, p. 120-160).

No século XX, a “métrica gustativa” ainda influenciava a opinião pública. A culinária chinesa nos EUA continuou sendo desprezada até a metade desse século, e inclusive, após 1949, com a Guerra Fria e a Revolução Chinesa, os EUA criaram narrativas negativas sobre os chineses, tanto sobre o Estado quanto sobre o povo, retratando-os com hábitos repulsivos. Essas táticas de *Soft Power*, onde os sínicos eram

descaracterizados enquanto devoradores universais, partia de antigos tabus, como o consumo, que nunca foi usual, de caninos, de forma que esses movimentos visavam garantir o apoio popular diante de medidas da ordem do *Hard Power* (Rothman, 2011, p. 49-57).

Após o fim da Guerra Fria, em 1991, a diversidade culinária tornou-se mais aceitável, com a quebra de antigas barreiras. No entanto, isso não significa que os preconceitos sobre alimentos de outras culturas tenham desaparecido. O “racismo culinário” persiste no século XXI, tendo um poder discriminatório alicerçado em heranças do século XIX (Nye, 2021, p. 201-205). Nesse contexto multipolar, os diferentes estados visam ampliar suas influências. A China, enquanto nação emergente, que ameaça a soberania ocidental, tornou-se alvo de críticas e estereótipos do eixo EUA-Europa (Huntington, 1997, p. 26-34). Como ficará evidente por meio das fontes analisadas em seções posteriores, a discriminação da culinária sino americana no século XXI se direciona mais a essa cozinha em si, ou a um estabelecimento específico, do que em relação a um bairro ou distrito.

Esse traçado sobre as bases do “racismo culinário” e da “métrica gustativa”, envolvendo vertentes do racismo científico e cultural, tem o objetivo de servir de suporte teórico para o debate que está por vir sobre as práticas de inferiorização direcionadas à culinária e alimentação dos redutos sino americanos entre os séculos XIX e XX. No entanto, antes de detalhar tais processos de discriminação alimentar, o texto focará na longa tradição da culinária chinesa, explicando seus elementos que foram introduzidos nos EUA pelos migrantes sino americanos no século XIX.

3. A tradição da culinária sínica e sua chegada aos EUA

A culinária chinesa, assim como outras, é moldada por influências e heranças ao longo do tempo. Hábitos e costumes evoluem, criando tradições com base nos interesses culturais de um grupo (Hobsbawn; Ranger, 1997, p. 10). Antes da Era Neolítica, sabe-se pouco sobre como era a alimentação dos povos sínicos, mas existem registros de aves, suínos e até caninos servindo de alimentos. Durante a

dinastia Zhou (1066-221 a.C.), grãos como trigo, arroz, milho, cevada e milho eram a principal fonte de energia, de forma que a proteína animal era complementar. Pratos sofisticados, preparados para a monarquia, incluíam composições complexas e especiarias caras (Zhayouan, 2015, p. 8). A ideia de equilíbrio entre corpo e mente persiste nessa culinária diversa, o que reforça uma dieta plural, indo além de pratos que foram ocidentalizados como o *Yakimeshi* e o *Yakisoba* (Couto, 2008).

A variedade de receitas advindas da China reflete a diversidade de grupos étnicos do país, porém os pratos mais difundidos globalmente foram os da dinastia Han (202 a.C. – 220 d.C.), que incluíam ingredientes derivados da soja, carnes e frutos do mar fermentados, comuns desde a antiguidade (Zhayouan, 2015, p. 8). Os Han, que representam 93% dos 1,4 bilhões de chineses, têm como prato mais famoso o Chop Suey, que chegou aos EUA no século XIX e foi americanizado. Originalmente, essa receita caseira era consumida por trabalhadores chineses na costa oeste. No final do século XIX, devido ao movimento antichinês, os restaurantes de “Chop Suey frito” se tornaram locais de resistência e sustento para esses indivíduos, que enfrentavam discriminação racial e inferiorização culinária. O abandono da receita tradicional gerou uma nova culinária chinesa americanizada, uma que apetece os gostos locais (Liquan, 2020, p.31).

O “racismo culinário”, como será mostrado, possui nuances, com alguns indivíduos rejeitando tanto a comida quanto o povo, enquanto outros desprezam o grupo, mas apreciam sua culinária, pois a experiência alimentar envolve aspectos biosensoriais que vão além da cultura. A seguir, será explorada a migração dos chineses nos EUA, sua inserção urbana e as formas discriminatórias sobre a culinária chinesa.

4. A Febre do ouro, o nascimento e a exclusão das Chinatowns: Migração, exclusão e inferiorização sínica nos EUA (1820 – 1900)

O processo migratório de populações de origem sínica para os EUA fez parte das ondas de migração, do século XIX, para o país recém formado após sua guerra de independência (1775-1783) (Hunt, 2009, p. 13-26). A Guerra Anglo-Americana

(1812-1815) fortaleceu o Estado-Nação dos EUA, impulsionando interesses como a expansão territorial e o desenvolvimento econômico, com base na lógica do divino manifesto (Hickey, 2012, p. 305-311).

A doutrina do destino manifesto, criada em 1845 por John Louis O’Sullivan, baseava-se em preceitos religiosos, afirmando que os americanos eram predestinados por Deus a civilizar o continente. Isso envolvia a anexação do Oeste, moldando-o a partir de ideais do “progresso” e da fé cristã (Bowes, 2016, p. 95-101). A expansão territorial e a industrialização dos EUA geraram a necessidade de mais mão de obra assalariada, com os novos territórios exigindo infraestrutura e um modelo de trabalho para garantir a expansão econômica. Entre 1820 e 1870, ocorreu a primeira grande onda migratória para os EUA, com destaque para imigrantes da Irlanda e Alemanha, sendo o pico da migração entre 1880 e 1914 (Vandenbroucke, 2008, p. 81-93).

Os imigrantes chineses chegaram aos EUA entre 1849 e 1882, motivados pela formação do estado da Califórnia em 1850 e pela descoberta de ouro na região em 1849. Além da busca pelo ouro, esses imigrantes também encontraram trabalho doméstico e no campo. Na década de 1860 a empresa “The Central Pacific Railroad Company⁴” empregou cerca de quinze mil operários chineses para construir a “Transcontinental Railroad⁵”, uma ferrovia de integração que ligava o país de leste a oeste. Outra área onde esses trabalhadores foram essenciais foi na indústria Californiana durante a guerra civil, com ênfase nas de transformação vegetal. Os locais de moradia eram acampamentos provisórios (Chen, 1980, p. 41-70).

A ida dos sino-asiáticos para os EUA também dependeu de fatores internos na China, como as Guerras do Ópio e a Rebelião de Taiping, conflitos prolongados entre 1839 e 1864, que impulsionaram a busca por oportunidades no continente americano. O caos econômico, a fome e a pobreza, marcaram a China em meados do século XIX, dessa maneira a ineficiência do governo chinês em manter a paz social,

⁴ Companhia ferroviária do Pacífico central.

⁵ Ferrovia Transcontinental.

levou milhares de indivíduos a migrarem. Esses fatores, ao lado da ideia de “trabalhadores baratos”, geraram interesses dos dois lados do pacífico pelo movimento migratório síncico (Holland, 2009, p. 150-152).

Ao se analisar documentos do “National Archives and Records Administration⁶” (NARA) como o “Chinese Immigration and Chinese in The United States⁷”, fica evidente que dos mais de 32 milhões de indivíduos que migraram para os EUA entre 1820 e 1930, os chineses compuseram cerca de 300 mil indivíduos (Lowell, 1996, p. 1-3). Em 1850, os chineses que viviam nas grandes cidades dos EUA, especialmente em São Francisco, não tinham uma área de moradia centralizada, estando espalhados pela cidade. O ponto de encontro comum em São Francisco era o Rincon Point, conhecido como “China Point”, que era próximo à Baía, onde ficavam os mercados de pesca. Para além desse ponto de concentração, havia também lavanderias, farmácias e restaurantes chineses, como o famoso “Little Canton” (Chen, 1989, p. 57). Os pratos mais comuns eram os cozidos, “Curries” e refogados de vegetais com porco. Apesar dos preconceitos, muitos estadunidenses visitavam e apreciavam esses espaços (Liu, 2015, p. 20).

A Chinatown de São Francisco, a primeira dos EUA, é datada de 1853, e era situada entre as ruas Stockton e Kearny. Com poucos estabelecimentos, como restaurantes, o cotidiano desse lugar envolvia trabalho, alimentação, serviços básicos e moradias. Os sínicos, inseridos nesse novo contexto, tinham interesse central em recriar sua antiga realidade nesse novo local. Seja pela língua, pelos cheiros, sabores e elementos iconográficos, a identidade desse lugar evocava o exótico. A singularidade era a marca da integração desse grupo ao espaço urbano (Chen, 1980, p. 57-59). Até 1880, pouco se alterou nessa culinária, mas os restaurantes chineses adaptaram pratos como o “Chow Mein” para incluir carne bovina, que era a principal proteína animal

⁶ Arquivos Nacional e Administração de registros.

⁷ Imigração chinesa nos Estados Unidos.

consumida pelos anglo-americanos. Além disso, o arroz se tornou mais comum (Liu, 2015, p. 33-34).

A grande presença desse grupo étnico na “Costa Dourada” gerou percepções contraditórias, sendo visto como essencial para o desenvolvimento regional, mas também alvo de preconceitos e estereótipos. Desde a década de 1860 havia grandes debates raciais no interior da política, do mundo trabalho e nas ciências sobre o local que o chinês ocupava no interior do tecido social. O sínico era entendido como obediente e barato, sendo mais produtivo que o mexicano e mais dócil que o negro, porém ainda assim inferior ao branco. Seja pela justificativa da raça ou da religião, esse grupo era considerado incivilizado para receber plena cidadania estadunidense. A histeria sinofóbica marcou a Califórnia desde a década de 1850 e se intensificou após a crise global de 1870, culminando no “The Chinese Exclusion Act of 1882⁸” que proibiu a entrada de chineses nos EUA por 10 anos, gerando deportações e restrições à cidadania para esse grupo (Black, 1963, p. 59-65).

O governo dos EUA, a partir do racismo científico, incentivava a imigração de europeus, especialmente anglos, germânicos e escandinavos, enquanto a sinofobia crescia entre os trabalhadores brancos, que viam os baixos salários dos chineses como uma ameaça aos seus empregos e salários (Seager II, 1959, p. 58-59). A reação sinofóbica não se limitou aos conservadores. Grupos que defendiam direitos trabalhistas, como o “Friends of Labour”, se opunham à cidadania e presença chinesa nos EUA, alegando que esse grupo representava uma competição injusta para os trabalhadores americanos. Indivíduos mais à esquerda como o jornalista John Swinton, que orgulhosamente entrevistou Marx em 1880, e em 1894 lançou o livro de defesa à greve e direito aos trabalhadores, “Striking for Life¹⁰”, se opunha aos sínicos a partir dos fundamentos da raça, política, moralidade e economia. Swinton

⁸ Lei de exclusão chinesa de 1882.

⁹ Amigos dos Trabalhadores.

¹⁰ Protestando pela vida.

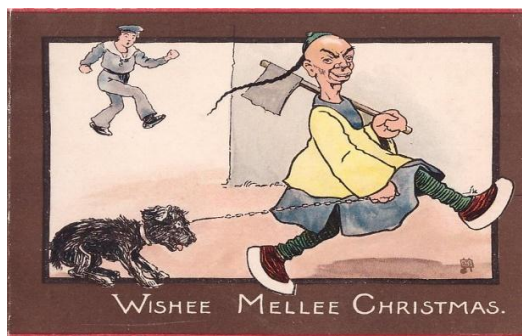
entendia que esse grupo migrante empobrecia os “trabalhadores nacionais”, beneficiando o enriquecimento dos mais ricos (Black, 1963, p. 65-66).

Os grupos sino americanos, especialmente em cidades como São Francisco, Nova Iorque e Los Angeles, reagiram ao clima de perseguição e difamação se isolando nas “Chinatowns”, que se tornaram uma espécie de “fortaleza” e refúgio, devido ao clima de união e defesa de suas identidades. Nessas áreas, a culinária chinesa era consumida nas casas e restaurantes, como o Macau e o Woosung em São Francisco, que desde meados do século XIX serviam os trabalhadores da comunidade, ou entusiastas não sínicos. Entre 1882 e 1943, o simbolismo de “muralha” das Chinatowns reforçava a identidade divergente desses locais aos forasteiros. A presença de transeuntes brancos nesses territórios era vista como marcante e suspeita pelos moradores (Chen, 1980, p. 179-184).

Apesar das suspeitas, em muitos casos os forasteiros só estavam curiosos em relação ao cotidiano dessas comunidades e seus hábitos alimentares. Parte da população apreciava pratos, como o “Chow Mein”, enquanto outros consideravam eles nocivos por pressuporem que os chineses eram “sujos”, comedores de ratos. Esse estereótipo, vindo dos britânicos, invadiu o pensamento americano. Mark Twain, em sua obra *Roughing It*, comentou que ao visitar um restaurante chinês, temia que havia sido servido de uma cesta com ratos fritos (Liu, 2015, p. 35-39).

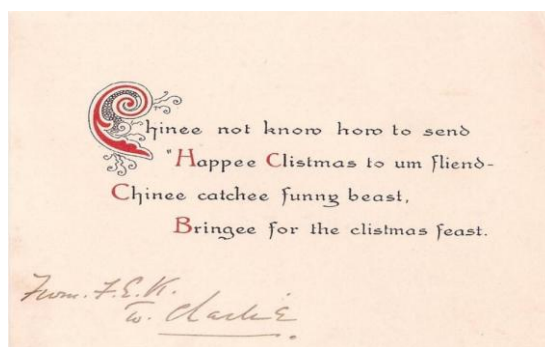
O século XIX também foi palco de registros imagéticos sinofóbicos. A maioria dos documentos estadunidenses desse tipo, focaram em questões fenotípicas. Porém, há um relevante registro de racismo culinário contra os sínicos, de conteúdo similar ao da obra mencionada, de Twain. No final do século XIX e começo do século XX (1870-1920) a empresa gráfica *Raphael Tuck & Sons*, sediada em Londres, mas com venda de seus produtos nos EUA, produziu um cartão postal natalino caracterizando o imigrante chinês como um devorador de cachorros.

Figura 1: Cartão Postal natalino sinofóbico



Fonte: <https://www.tuckdbephemera.org/items/23189-wishee-mellee-christmas-man-holding-axe-walks-right-with-dog/picture/1,%201870%20%E2%80%93%201920>.

Figura 2: Verso do cartão postal insinuando que o cachorro seria alimento



Fonte: <https://www.tuckdbephemera.org/items/23189-wishee-mellee-christmas-man-holding-axe-walks-right-with-dog/picture/2,%201870%20%E2%80%93%201920>.

O desenho do postal caracteriza o chinês como um devorador de animais domésticos, com ênfase no cachorro. A frase no verso do cartão fecha a composição racista: “O chinês não sabe como mandar feliz natal, então ele leva uma besta engraçada para o banquete de natal¹¹” (Raphael Tuck & Sons, 1870 – 1920, tradução nossa). O conjunto diminui o intelecto dos chineses, visível pelo inglês errôneo aplicado na narrativa do cartão, além de elaborar uma imagem de perversão inerente a tal povo, pelo fato de que o cachorro, um animal doméstico tradicionalmente pensado como companheiro no ocidente, está sendo registrado como um alimento. Certamente a delimitação de quais animais são comestíveis é fluida, dependendo de horizontes culturais. No entanto, a imagem reforça que o chinês seria um devorador de animais que eram inaceitáveis de serem lidados como alimento no ocidente (Vialles,

¹¹ Chinee not know how to send “Happee Clistmas to um fliend-Chinee catchee funny beast, Bring for the clistmas feast” (Raphael Tuck & Sons, 1870 – 1920).

1994, p. 7-19). A problemática é que o registro se baseia em narrativas antigas, sobre um hábito alimentar que nunca foi comum entre os sínicos, produzindo um falseamento racista sobre os chineses e os sino americanos. Imagens desse tipo tiveram plena circulação nos EUA do século XIX até o final da segunda guerra mundial.

As diferentes práticas discriminatórias culminaram no surgimento de adjetivos pejorativos como “Chinaman” e “Riceaters¹²”. O ato de exclusão chinês aliado à depressão econômica de 1870, tornaram os últimos 30 anos do século XIX, um período conturbado para os sino americanos (Liu, 2015, p. 41-52). Mudanças significativas só viriam a ocorrer a partir do século XX, período em que os direitos dos sino americanos foram ampliados, assim como a aceitação da culinária chinesa cresceu devido à sua massificação, o que repercutiu diretamente na valorização das Chinatowns, já que esses antigos locais menosprezados eram o berço dessa culinária.

5. Entre o *Panda Express* e o *Dirty Chinese Restaurant*: Integração dos espaços e culinária sínicos e a persistência do Racismo Culinário Sinofóbico (1900 – 2024)

O século XX trouxe mudanças para os sino americanos, com a década de 1910 marcando o surgimento de restaurantes chineses fora das Chinatowns, que popularizaram o “Chop Suey”. Na década de 1920, esse prato foi enlatado, sinalizando o início da comida chinesa mais adaptada ao gosto americano, como a versão “China in Box” (Liu, 2015, p. 41-65).

Apesar disso, a situação das populações sínicas dos EUA se mantinha complexa, envolvendo adversidades como a pobreza e a criminalidade. A melhoria concreta só se deu a partir de 1943, quando o presidente Franklin D. Roosevelt promulgou o “Magnuson Act¹³” em 1943, popularmente conhecido como “Chinese Exclusion Repeal Act¹⁴”. Essa lei garantiu cidadania e direito ao voto aos sino

¹² “Comedores de arroz”.

¹³ Lei Magnuson.

¹⁴ Lei de revogação à exclusão chinesa.

americanos. Em 1943 a população chinesa nos EUA compunha 0,05% da população total, sendo cerca de 78 mil indivíduos na época. O que restou ao menor grupo étnico dos EUA no período, foram movimentos de integração dessas comunidades às suas cidades e ao modo de vida americano. As “Chinatowns” fortalezas tiveram seus muros simbólicos solapados em prol da maior circulação humana (Chen, 1980, p. 191-205).

O período entre 1943 e 1980 foi marcado pela incorporação dos hábitos estadunidenses por essa população, fato favorecido por novas leis que baniam a discriminação. Nas décadas de 1960 e 1970, o crescimento do mercado imobiliário levou à destruição de várias Chinatowns, sendo elas substituídas por empreendimentos comerciais e residenciais, além de garantir a expansão da malha viária. As populações sino americanas se espalharam pelas cidades, e, com novas migrações, essa etnia chegou a cerca de 800 mil indivíduos em 1980 (Chen, 1980, p. 211-235). Em um movimento ascendente, os restaurantes chineses se tornaram cada vez mais populares, inclusive adentrando os sistemas de fastfood, com a famosa rede *Panda Express* em 1983. Esse fato sinalizou a massificação e maior aceitação da culinária chinesa, através de sua adequação ao gosto americano (Liu, 2015, p. 140-149).

A destruição das Chinatowns fez parte de um fenômeno global, que durou do Pós-segunda guerra até meados da década de 1970, que buscou a uniformização dos espaços, onde o velho e diferente foi solapado em prol de edificações modernas padronizadas (Relph, 2016, p. 25). Essas demolições fizeram com que apenas cerca de 50 desses locais restassem nos EUA atual. A justificativa para isso envolvia o interesse pela otimização do espaço público (Chen, 1980, p. 248-268).

Essa longa, e disseminada, destruição entre 1940 e 1980, gerou uma reação em prol da valorização de lugares peculiares e “únicos” das cidades, muitos deles que haviam sido desde sempre depreciados. A preservação se tornou reivindicação dos seus habitantes, simpatizantes e defensores de patrimônios. Seja pela relevância da

identidade, memória e história desses lugares, ou por interesses escusos e mercadológicos, como a gentrificação, esses locais passaram a ser defendidos. Aos antigos habitantes dos locais desmantelados, o velho cotidiano estava aniquilado, tendo eles de buscar novos espaços sem os velhos significados. No entanto, a permanência física dos que restaram não significou a persistência das dinâmicas cotidianas que eram usuais. Em seu interior esses locais estavam moldados, tendo eles se tornado eixos gastronômicos e turísticos, sem as vivências, tradições e isolamento, de outrora (Relph, 2016, p. 25-27). A imagem física da diferença se manteve, porém apenas na superfície, já que a identidade ganhou contornos mercadológicos relacionados à variedade culinária oriental

Após 1980 os restaurantes sino americanos tiveram facilidade de disseminação nas cidades estadunidenses. Isso significa que além da ocupação de territórios que iam além das fronteiras das Chinatowns, esses estabelecimentos também se ampliaram em número. Negócios familiares, restaurantes mantidos por investidores e redes de fastfood, como *P.F. Chang's* e *Panda Express* passaram a ocupar diferentes bairros das grandes cidades dos EUA. Lugares plurais e variados que se formaram a partir da lógica de mercado, como os shoppings centers, passaram a ter restaurantes chineses. Esses locais tornaram o contato com a comida chinesa mais acessível aos indivíduos de ancestralidade não sínica, permitindo o abrandamento de percepções estereotipadas sobre a alimentação chinesa (Liu, 2015, p. 119-135).

Desde 1943, a qualidade de vida da população sino americana melhorou social e culturalmente, com mudanças nas percepções raciais, o que surtiu efeitos institucionais e na opinião popular. No entanto, o racismo persiste, tendo presença nas narrativas e pensamentos cotidianos, propiciando atitudes de discriminação, inclusive alimentar, embora com conotações híbridas, envolvendo tanto a dimensão biofenotípica quanto cultural. Essas questões fazem parte da história de aceitação, assimilação e sucesso da culinária chinesa nos EUA, inclusive com o surgimento da versão sino americana. Isso significa que há uma condição dupla, e contraditória, no imaginário alimentar estadunidense em relação às heranças gastronômicas sínicas. Isso

porque o sucesso desses empreendimentos denota um amplo público que aprecia esses pratos, enquanto que a disseminação de imagens sinofóbicas permanece existente. O racismo do século XXI, com sua faceta culinária, não se expressa, nem se fundamenta na inferiorização total do outro como aquele do século XIX. Uma mesma sociedade pode menosprezar um grupo, mas ainda assim tomar gosto por algumas de suas práticas, como aquelas que são culinárias (Wieviorka, 2009, p. 47-50).

A persistência dos estereótipos de inferiorização é vista no século XXI de forma mais explícita, principalmente a partir de dados midiáticos, sendo tais informações disseminadas rapidamente por via digital e pela internet (Wieviorka, 2009, p. 159-163). Uma fonte que evidencia essa forma de racismo do século XXI, com destaque para a questão alimentar, e sua rápida velocidade de propagação, é o caso do jogo para celular intitulado *Dirty Chinese Restaurant*¹⁵, que foi cancelado após seu polêmico anúncio em 2017 (Big-o-Tree, 2017). Isso fica evidente na seguinte imagem abaixo que foi retirada do trailer do jogo:

Figura 3: Cena do jogo *Dirty Chinese Restaurant*



Fonte: <https://www.grubstreet.com/2017/09/racist-video-game-dirty-chinese-restaurant-lets-players-hunt-dogs.html,%202017>.

Evocando antigos preconceitos culinários direcionados ao sínicos, a imagem demonstra um chefe de descendência chinesa, o protagonista, caçando um gato. Em outras cenas do trailer, o mesmo indivíduo surge caçando cachorros e ratos, e coletando vegetais em lixeiras. Essa composição, apesar de ter sido rechaçada, expõe resquícios da ideia racista, similar à do século XIX, de que os chineses, enquanto

¹⁵ Restaurante chinês sujo.

grupo mongólico menos avantajado, teriam noções de higiene mais rudimentares, além de serem devoradores universais (Liu, 2015, p. 2-3). Como os paradigmas do século XXI sobre raça são outros, o jogo nem sequer teve possibilidade de lançamento. Porém, o reavivamento desse tipo de narrativa repercute e instiga práticas racistas e discriminatórias nocivas no tempo imediato, isso perceptível pelo caso exposto abaixo.

Em janeiro de 2024 o grupo de notícias *ApNews* publicou uma matéria com o chefe de cozinha David Ravasong, sobre os problemas que seu restaurante *Love & Thai*, sediado em Fresno na Califórnia, vinha enfrentando. Ravasong comentou que em 2023 ele teve de fechar seu restaurante por cerca de seis meses devido à desinformação nas redes sociais, sobre um caso de maus-tratos caninos que ocorreu próximo de seu estabelecimento. Uma denúncia sobre um cão da raça pitbull que estava acorrentado, fez com que um grande número de internautas dissesse que Ravasong seria o culpado, enquanto outros o acusavam de ser um “devorador de cães”. Não bastando o fato que Ravasong percebeu como o racismo aos orientais poderia gerar reveses financeiros, importa comentar que ele notou que existe um processo de generalização em relação às populações do extremo oriente, já que por ser de origem laociana, ele ainda assim foi considerado como chinês (Tang, 2024). Esse caso expõe a fluidez do racismo culinário, já que ele não precisa incidir sobre um território ou local específico, como se dava com as Chinatowns, mas sim sobre a cultura alimentar de um povo como um todo, onde quer que ela seja, ou se creia que seja praticada, o que gera consequências aos descendentes de asiáticos.

6. Conclusão

A partir da combinação dos conceitos de racismo culinário e território, o texto permitiu a verificação de como se deu a segregação espacial dos chineses nos Estados Unidos entre os séculos XIX e XX, assim como sobre quais foram, e são, as formas de discriminação fenotípico-alimentar praticadas contra eles que reforçavam a condição de excluídos. A partir da exposição do processo de migração sínica para os EUA e do surgimento das Chinatowns, ambos no século XIX, foi-se possível

demonstrar, por meio da análise das fontes, a existência de práticas de racismo culinário sinofóbico contra essas comunidades, o que impactava na identidade e no cotidiano desses locais. A discussão seguiu em evidenciar o desmantelamento das Chinatowns, situando que apesar dos esforços institucionais em prol da erradicação do racismo, os preconceitos culinários ainda persistem, porém de forma difusa, sem que o alvo seja um território específico com sua comunidade.

A relação com o alimento é influenciada por “apegos” culturais e bioquímicos, sendo também moldada por um chauvinismo culinário político-racial visível desde o século XIX. Além disso, o cotidiano gustativo cria familiaridade, gerando um senso de “conforto” e de pertencimento, que envolve o local e o território onde essa experiência gustativa é realizada, aspecto que se inscreve no campo mnemônico (Long, 2017, p. 132-134). É nesse sentido que se pode perceber a relação entre práticas de racismo culinário com locais e territórios que são historicamente excluídos. A segregação de indivíduos e seus locais de vivência, e cotidiano, envolve procedimentos de inferiorização fenotípico-intelectual, que são marcas evidentes, e lembradas do racismo (Wieviorka, 2009, p. 47-50). No entanto, as diferentes fontes expostas sugerem que a alimentação, enquanto prática formadora de identidade e que significa o mundo, é também veículo de poder, envolvendo comparações nocivas e pejorativas, que hierarquizam os alimentos a partir de uma “métrica gustativa”.

A alimentação dos sínicos em suas Chinatowns se tornou elemento fundante e estrutural da identidade desses locais. No interior desses territórios, essas receitas eram marca de orgulho e resistência, enquanto que, antes da segunda metade do século XX, aos forasteiros de ascendência europeia tais práticas alimentares envolviam estranhamentos e estereotipização. Esses preconceitos também marcavam tais territórios, isolando-os enquanto pontos de inflexão nas cidades (Relph, 1976, p. 44-48). No tempo presente, seja pela destruição ou desconfiguração desses espaços tradicionais, o racismo culinário perdeu parte de sua associação com territórios e suas comunidades, assumindo forma mais fluída e abrangente, se destinando à discriminação global da alimentação de diferentes etnias. A persistência do racismo

culinário, mesmo que com novas feições, se dá pela confluência entre heranças do racialismo, a disseminação midiática de estereótipos, assim como a permanência de barreiras gustativas (Regnier, 2009, p. 134-137).

Apesar da adequação de receitas milenares chinesas, ter permitido maior aceitação entre os estadunidenses por essa culinária, isso não significa que o racismo culinário desapareceu, mas sim que foi requalificado (Liu, 2015, p. 157-158). Em uma sociedade marcada pelo consumo de ultraprocessados, carnes embutidas e açúcares complexos, os estranhamentos e ataques aos alimentos não convencionais se tornam apreensíveis. Os aspectos socioeconômicos reforçam práticas e percepções preconceituosas, pois as massas, com poder aquisitivo limitado, dependem desses ultraprocessados encontrados nos supermercados, sendo esses elementos os referenciais de “comum” para a alimentação. Mesmo que grupos de maior renda tenham se aberto às experiências gustativas, ainda há forte resistência alimentar no imaginário popular dos EUA, o que mantém noções de inferiorização em relação à culinária de outras culturas presentes no país (Pillsbury, 1998, p. 187-200).

REFERÊNCIAS

BARTOSHUK, Linda; DUFFY, Valerie. Chapter 2: Chemical Senses, Taste and Smell. In: KORSMEYER, Carolyn. **The Taste Culture Reader**. Londres: Bloomsbury Academic, 2017, p. 21-28

BLACK, Isabella. American Labour and Chinese Immigration. **Past & Present**. Oxford, n. 25, p. 59-76, Julho, 1963.

BOWES, John. Chapter 5: US Expansion and Its Consequences, 1815-1890. In: HOXIE, Frederick. **The Oxford Handbook of American Indian History**. New York: Oxford University Press, 2016, p. 93-110.

CHEN, Jack. **The Chinese of America**. São Francisco: Harper e Row Publishers, 1980.

COUTO, Sérgio. **A extraordinária história da china: cultura, religião, economia, política, sociedade tecnologia e lendas**. São Paulo: Universo dos Livros, 2008.

FRANCO, Ariovaldo. **De Caçador a Gourmet: Uma História da gastronomia**. São Paulo: Senac, 2010.

GODOY, Arilda. INTRODUÇÃO À PESQUISA QUALITATIVA E SUAS POSSIBILIDADES. **Revista de Administração de Empresas**. v. 35, n. 2, p. 57-63, Abril, 1995.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**. v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

GOULD, Stephen. **A Falsa Medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto: Ensaio sobre a representação do Outro**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

HICKEY, Donald. **The War of 1812: A Forgotten Conflict**. Chicago: University of Illinois Press, 2012.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

HOLLAND, Kenneth. A History of Chinese Immigration in the United States and Canada. **American Review of Canadian Studies**. Bridgewater, v. 37, n. 2, p. 150-160, Novembro, 2009.

HUNT, Lynn. **A Invenção dos Direitos Humanos: Uma História**. São Paulo: Edirtora Schwarcz, 2009.

HUNTINGTON, Samuel. **O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial**. São Paulo: Objetiva, 1997.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de Cidade e Urbano. **Espaço e Tempo**. N. 24, p. 109-123, 2008.

LIQUN, Yu. A difusão da comida chinesa no Ocidente: Uma investigação de um prato chinês americanizado. **Ludong University Journal (Philosophy and Social Sciences Edition)**. v. 37, n. 5, p. 31-36, 2020.

LIU, Haiming. **From Canton Restaurant to Panda Express: A History of Chinese Food in The United States**. New Jersey: Rutgers University Press, 2015

LONG, Lucy. COMFORT FOOD IN CULINARY TOURISM: NEGOTIATING “HOME” AS EXOTIC AND FAMILIAR. In: JONES, Michael Owens; LONG, Lucy. **Comfort Food: Meanings and memories**. Jackson: University of Mississippi Press, 2017, p. 126-149.

LOWELL, Waverly. **Chinese Immigration and Chinese in The United States**. Washington D.C.: National Archives and Records Administration, 1996.

MARTINS, Heloisa Helena. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**. v. 30, n. 2, p. 289-300, Agosto, 2004.

NYE, Joseph. Soft Power: The Evolution of a Concept. **Journal of Politic Power**. v. 14, p. 196-208, Fevereiro, 2021.

PERLÈS, Catherine. As Estratégias Alimentares nos Tempos Pré-Históricos. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo. **História da Alimentação**. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, p. 29-41.

PILLSBURY, Richard. **No Foreign Food: The American Diet in Time and Place**. Boulder: Westview, 1998.

PORTEOUS, Douglas. Chapter 7: Smellscape. In: DROBNICK, Jim. **The Smell Culture Reader**. Nova Iorque: Berg, 2006, p. 89-106.

REGNIER, Foustine. Chapter 9: How We Consume New Products: The Example of Exotic Foods (1930–2000). In: BARBOSA-CÁNOVAS, Gustavo; COLONNA, Paul. **Global Issues in Food Science and Technology**. Cambridge: Academic Press, 2009, p. 129-144.

RELPH, Edward. **Place and Placelessness**. 1 ed. Londres: Pion Limited, 1976.

RELPH, Edward. Chapter 1 – The Paradox of Place and the Evolution of Placelessness. In: FRESSTONE, Robert; LIU, Edgard. **Place and Placelessness Revisited**. Nova Iorque: Routledge, 2016, p. 20-34.

ROTHMAN, Steven. Revisiting the Soft Power Concept: What Are the means and the mechanisms of Soft Power? **Journal of Politic Power**. v. 4, n.1, p. 49-64, Abril, 2011.

SANTOS, Christian Fausto Moraes; CAMPOS, Rafael Dias da Silva. Apontamentos acerca da Cadeia do Ser e o lugar dos negros na filosofia natural na Europa setecentista. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 1215-1234, 2014.

SCHMIDT, Benjamin. **Inventing Exoticism: Geography, Globalism and Europe's Early Modern World**. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 2015.

SEAGER II, Robert. Some Denominational Reactions to Chinese Immigration to California, 1856-1892. **Pacific Historical Review**. Berkeley, v. 28, n. 1, p. 49-66, Fevereiro, 1959.

SEYFERTH, Giralda. A INVENÇÃO DA RAÇA E O PODER DISCRICIONÁRIO DOS ESTEREÓTIPOS. **Anuário Antropológico**. Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 175-203, 1995.

SPENCE, Charles. Chapter 3: Multisensory Flavour Perception. In: KORSMEYER, Carolyn. **The Taste Culture Reader**. Londres: Bloomsbury Academic, 2017, p. 29-36.

STANISKI, Adelita; KUNDLATSCH, Cesar; PIREHOWSKI Dariane. O Conceito de Lugar e Suas diferentes Abordagens. **Perspectiva Geográfica**. v. 9, n. 11, p. 1-10, 2014.

TANG, Terry. California restaurant's comeback shows how outdated, false Asian stereotype of dog-eating persists. **ApNews**, 04, janeiro, 2024. Disponível em: <https://apnews.com/article/asians-eat-dog-food-restaurants-stereotypes-d81b0459d9725e950d00fadc1e856a94>. Acesso em: 07 de Jan. 2025.

TUCK & SONS, Raphael. Cartão Postal Natalino com Chinês estereotipado. 1870 – 1920. Cartão Postal, TuckDB Ephemera, Disponível em: <<https://www.tuckdbephemera.org/items/23189-wishee-mellee-christmas-man-holding-axe-walks-right-with-dog/picture/1>>. Acesso em: 07 de Jan. 2025.

TUCK & SONS, Raphael. Verso do cartão postal indicando o interesse de se devorar o cachorro. 1870 – 1920. Cartão Postal, TuckDB Ephemera, Disponível em: <<https://www.tuckdbephemera.org/items/23189-wishee-mellee-christmas-man-holding-axe-walks-right-with-dog/picture/1>>. Acesso em: 07 de Jan. 2025.

VANDENBROUCKE, Guillaume. The U.S. Westward Expansion. **International Economic Review**. Filadélfia, v. 49, n. 1, p. 81-110, Fevereiro, 2008.

VIALLES, Noëlie. **Animal to Edible**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 1994.

WIEWIORKA, Michel. **El Racismo: Una Introducción**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2009.

ZHAOYUAN, Lu. China - un tesoro culinario milenario Propuesta de una ruta culinaria por China para turistas europeos. **Trabajo Fin de Grado**. Universidade Politécnica de Valencia, Gandia, 2015.

ALDEIA DA JAQUEIRA EM PORTO SEGURO/BAHIA:

onde a água, a Natureza são de fundamental importância
socioambientais¹

Allívia Rouse Carregosa Rabbani²

Ricardo Almeida Cunha³

Roberto Muhájr Rahnemay Rabbani⁴

Artigo recebido em: 14/08/2024.

Artigo aceito em: 06/06/2025.

RESUMO:

Apresentamos neste texto uma reflexão sobre a importância do povo Pataxó no município de Porto Seguro, para a conservação da fauna, flora e especificamente da água como elemento fundamental para os indígenas na Aldeia da Jaqueira. A construção desse artigo é parte de procedimentos metodológicos utilizados ao longo da pesquisa como registros de informações e fotográficos nos trabalhos de campo com um arcabouço teórico envolvendo diversas áreas do conhecimento como a Geografia, as Ciências Ambientais, o Direito e a Filosofia; sempre com uma visão humanista sobre a água, justificando o caráter do texto ser eminentemente qualitativo. Ainda que tenha ocorrido várias interferências desenvolvimentistas no território, os Pataxó resistiram e conservaram parte dos elementos naturais que compõem a paisagem do lugar.

PALAVRAS-CHAVE: Povos Originários; Território; Natureza; Água.

¹ Texto resultante de uma tese de doutorado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia (PPGES/UFSB).

² Doutora em Pesquisa Agrícola e Florestal pela Universidade de Santiago de Compostela (Espanha). Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais (IFBA/UFSB). Coordenadora do Núcleo de Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Sergipe (IFS). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9716789774090901>. E-mail: alliviarouse@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0564-7113>.

³ Mestre em Ciências e Tecnologias Ambientais pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0434063426078155>. E-mail: ricardocunha92@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4819-2649>.

⁴ Doutor em Direito pela Universidade de Santiago de Compostela (Espanha). Professor da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências e Tecnologias Ambientais (IFBA/UFSB). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8576195795981994>. E-mail: robertorabbani@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3175-6332>.

Jaqueira Village in Porto Seguro/Bahia: where water, Nature are social assets

ABSTRACT:

This text presents a reflection on the importance of the Pataxó people in the municipality of Porto Seguro for the conservation of fauna, flora and specifically water as a fundamental element for the indigenous people in the Jaqueira Village. The construction of this article is part of methodological procedures used throughout the research, such as information and photographic records in the fieldwork with a theoretical framework involving several areas of knowledge such as Geography, Environmental Sciences, Law and Philosophy; always with a humanist view of water, justifying the text's eminently qualitative character. Even though there have been several developmental interferences in the territory, the Pataxó have resisted and preserved part of the natural elements that make up the landscape of the place.

KEYWORDS: Original Peoples; Territory; Nature; Water.

1. Introdução

O município de Porto Seguro, localizado no Extremo Sul da Bahia (figura 01) é habitado por indígenas Pataxó. Um dos problemas dessa relação está na dicotomia entre a afirmação sociocultural desse povo e a inevitável influência de fatores externos nos territórios, como por exemplo, o turismo e, um certo grau de urbanização, influenciando diretamente na qualidade dos corpos hídricos. Por outro lado, essa relação é fundamental para a vida econômica. No entanto, a água para os povos originário não se trata apenas de um elemento físico da natureza, pois possui outras dimensões imateriais, por isso este artigo apresenta a descrição física do principal rio na Aldeia da Jaqueira, o rio Itinga, juntamente a uma abordagem mais filosófica e sociológica sobre a água, bem como a visão de que a ciência por meio das tecnologias ambientais pode ser um suporte aos povos originários.

Figura 01: Localização do Extremo Sul da Bahia



Fonte: Cerqueira Neto (2012)

Esse artigo utilizou como delimitação geográfica o trecho do Rio Itinga na Reserva Pataxó da Jaqueira (RPJ). O território na Reserva da Jaqueira com aproximadamente 827 hectares é localizado a 5 km da área urbana de Porto Seguro-BA (a partir da Orla Norte do município) e é habitado pela etnia Pataxó. Sendo uma área de preservação ambiental, atualmente no local residem aproximadamente 40 famílias indígenas. Foi fundada em 1998 por um grupo de indígenas originários da aldeia de Coroa Vermelha (município de Santa Cruz Cabrália-BA). Os indígenas justificam o foco na conservação do ecossistema e principalmente a afirmação sociocultural como pilar da existência naquele território. Os rios que banham esta reserva são o Rio dos Mangues e o Rio Itinga (figura 02) utilizado pelos indígenas para lazer e lavagem de roupas, tendo as suas margens protegidas pela vegetação da Mata Atlântica, como observado nos trabalhos de campo.

Figura 02: Rio Itinga na sua parte norte, na divisa com a Aldeia Juerana (também da etnia Pataxó)



Fonte: Acervo próprio

A Reserva não possui nenhum tipo de serviço de tratamento de água e esgoto (a empresa seria a EMBASA, que não atende a localidade). O serviço de poço artesiano é o meio para suprir a população. A água encanada é destinada ao banheiro comunitário, o posto de saúde e a escola. Os indígenas habitam nas casas, chamadas de Kijeme. E antes da implantação do poço artesiano era necessário apanhar água em bacias e armazenar em pequenos reservatórios para uso pessoal de higiene e alimentação.

O Rio Itinga é localizado no município de Porto Seguro-BA, com a nascente na Estação RPPN da Veracel, e desaguando próximo da Reserva da Jaqueira, no mar, próxima da barraca de praia Barramares, com aproximadamente 12km de percurso, desde sua nascente até o desaguamento. Este mesmo rio corta as Aldeias Juerana e Jaqueira. Segundo a resolução do CONAMA 357/2005 (alterada para a Resolução 430/2011), pertence a Classe Especial (à preservação dos ambientes aquáticos em unidades de conservação de proteção integral) de Classe 1 (à proteção das comunidades aquáticas em Terras Indígenas).

2. Olhar humano sobre a dinâmica ambiental

Neste tópico reunimos alguns estudiosos com um olhar mais humanista para a análise socioambiental como Milton Santos, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro e Josué de Castro. Iniciaremos a abordagem a partir de Milton Santos que faz uma análise evolutiva da relação do homem com a natureza a partir da concepção de meio natural até o que ele chamará de meio técnico-científico-informacional.

Ao falar sobre o meio natural e a relação com o humano, Santos (2006, p. 157) escreveu: “quando tudo era meio natural, o homem escolhia da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando [...] essas condições naturais que constituíam a base material da existência do grupo.” O autor se refere a uma situação na qual o ser humano dependia da dinâmica ambiental, originando o pensamento do Determinismo Ambiental.

Em relação ao meio técnico, Santos (2006) descreveu a condição de poder do ser humano diante da Natureza para modificá-la. Assim, ele passa a

enfrentar a Natureza, natural ou já socializada, vinda do período anterior, com instrumentos que já não são prolongamento do seu corpo, mas que representam prolongamentos do território, verdadeiras próteses (Santos, 2006, p. 159)

Essas próteses são equipamentos, construções, sobretudo, facilitando sua apreensão e locomoção pelo território natural ou urbanizado. Esta fase é chamada de Possibilismo, que ao contrário do estágio anterior o humano transforma a Natureza a partir das técnicas e do capital.

Numa terceira fase, Santos (2006) entendeu que

a ideia de ciência, a ideia de tecnologia e a ideia de mercado global devem ser encaradas conjuntamente e desse modo podem oferecer uma nova interpretação à questão ecológica, já que as mudanças que ocorrem na natureza também se subordinam a essa lógica. (Santos, 2006, p. 159)

A união da ciência com a tecnologia, que apresentando também um caráter de informação é o que Santos (2006) chamou de meio técnico-científico-informacional utilizado para a universalização dos lugares, porém, não numa perspectiva humanista, mas, exploratória, mormente, dos recursos naturais.

Outrossim, quando a ciência e a tecnologia se instalam em um determinado território, este se torna um lugar luminoso, a falta delas tornarão os lugares opacos. Assim, “numa região desprovida de meios para conhecer, antecipadamente, os movimentos da natureza, a mobilização dos mesmos recursos técnicos, científicos, financeiros e organizacionais obterá uma resposta comparativamente mais medíocre” (Santos, 2006, p. 162).

Um dos maiores envolvimento de Milton Santos com a questão ambiental foi evidenciado no texto intitulado “A redescoberta da natureza” (1992) onde ele discorreu sobre a relação humano/natureza de um estágio de harmonia para um estágio de dominação. De acordo com Santos (1992),

A história do homem sobre a Terra é a história de uma ruptura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para dominá-la. (Santos, 1992, p. 04-05)

Nessa evolução tecnológica e científica o ser humano passou a dominar a Natureza, inclusive influenciando em sua dinâmica em diferentes escalas, como também impondo um poder sobre outros lugares e, conseqüentemente, subjugando outros povos. Também sendo importante ressaltar, mesmo em menor quantidade, alguns territórios dos povos originários estão totalmente ou parcialmente integradas através da tecnologia. Por exemplo, na Aldeia da Jaqueira há *smartphones* conectados à internet e o uso de máquinas de cartão de crédito para atender aos turistas. Contudo, essa inserção dos povos originários na tecnologia não os tiram da condição de indígenas, como alguns não-indígenas imaginam.

Se antes os eventos naturais provocaram incidentes com perdas humanas e econômicas, em alguns espaços de tempo, agora o ser humano também se configura com um vetor que interfere na geologia, na geomorfologia, no clima provocando efeitos devastadores contínuos “e cumulativos graças ao modelo de vida adotado pela Humanidade” (Santos, 1992, p. 05). Na mesma perspectiva, Peloggia (1998) afirmou vivermos num período geológico chamado de Quinário ou Tecnógeno. O corte de algumas falésias para a construção de bairros e condomínios no município de Porto Seguro, confirma essa análise de Peloggia.

E Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, no livro “A questão ambiental no Brasil 1960-1980”, apresentou uma síntese dos caminhos do suposto desenvolvimento brasileiro e as relação com o meio ambiente. Ao interpretar o papel da Conferência de Estocolmo (1972) como um marco histórico do debate mundial sobre as questões ambientais, e conseqüentemente, a participação dos países,

Monteiro (1981, p. 21) apontou que “o grande dilema dos países que tentam quebrar a barreira ao desenvolvimento é conciliar as ideologias do ecologismo e do economismo”. Essa dicotomia atravessou do século XX para o século XXI e em alguns países não se vê perspectiva de mudanças, pois, ambos os vetores se mostram, quase sempre, radicais; ainda que as diferentes áreas do conhecimento tenham produzido pesquisas diminuindo o confronto.

Ao descrever a política ambiental e o aparelho institucional no limite temporal do seu livro, Monteiro (1981) colocou em questão a relação entre ciência e política em nosso país. De acordo com o autor, “a percepção comercial e o valor que se imputa aos recursos naturais têm estado sempre além e sido mais decisivo na tomada de decisão do que a percepção científica do ambiente” (Monteiro, 1981, p. 28). Nesse século XXI, mesmo com todo o avanço das ciências no Brasil, se vive uma negação científica (não apenas pela pandemia) também na área ambiental. Por exemplo, as demissões, exonerações de pessoas técnicas e cientistas de órgãos fundamentais para o planejamento, seja nas mudanças urbano, rural, bem como na proteção de áreas com residuais considerados de biodiversidade e onde vivem as chamadas comunidades tradicionais e os povos originários.

Nessas referências teóricas as reflexões de Josué de Castro (1984) são imprescindíveis para compreender a fome em nosso país a partir de suas análises social, econômica e ambiental. Sendo, sobretudo, da classe política remeter a miséria do povo brasileiro às condições geográficas onde vive. Ao denunciar a precária alimentação do brasileiro, Castro (1984, p. 50) afirmou que a fome é muito mais um “produto de fatores socioculturais do que de fatores da natureza geográfica”. Após a primeira edição do livro “Geografia da Fome” (1946) o Brasil não aprendeu com os estudos de Josué de Castro. Mesmo com toda a vitalidade do agronegócio no país, com os projetos de fortalecimento da agricultura família, o Brasil ainda é um país de famintos.

Para Castro (1984), o Brasil com sua

Infinita variedade de quadros climato-botânicos seria possível produzir alimentos suficientes para nutrir racionalmente uma população várias vezes igual ao seu atual efetivo humano [...] é que nossa estrutura econômico-social tem agido sempre num sentido desfavorável ao aproveitamento racional de nossas possibilidades geográficas. (Castro, 1984, p. 50)

Portanto, sendo necessário exigir dos responsáveis o porquê da continuidade dessa contradição que, detectada por Josué de Castro no século passado, prolonga-se pela segunda década do século XXI. Ou seja, por que a riqueza da produção dos setores econômicos não consegue diminuir a carência alimentar de parte da sua população mais vulnerável? E os povos originários que geralmente estão alijados das riquezas produzidas no país, por diferentes motivos, convivem com a insegurança alimentar, pois na maior parte dos seus territórios já não há pesca e caça em abundância, mas a prática de uma agricultura mínima dependente da variação climática e com o uso de ferramentas rústicas.

O pesquisador Castro (1984) foi enfático ao escrever,

a fome no Brasil, que perdura, apesar dos enormes progressos alcançados em vários setores de nossas atividades, é consequência, antes de tudo, de seu passado histórico, com os seus grupos humanos, sempre em luta e quase nunca em harmonia com os quadros naturais. (Castro, 1984, p. 267)

Portanto, a grande contribuição de Josué de Castro está na dissociação da fome com as características ambientais. A solução desse problema sempre foi pela falta de vontade política, não pelas condições geográficas.

Em Porto Seguro, localizado na Região Nordeste, mas que não faz parte do polígono da seca, há muitas pessoas que estão em situação de pobreza e miséria ainda vivendo num município farto em diversos setores econômicos como, por exemplo, o turismo, o Complexo do Eucalipto, o comércio, a agricultura.

3. A água e sua importância para a humanidade

A importância da água transcende o seu caráter de elemento natural ou uma riqueza a ser monetizada, estabelecendo-se como um recurso essencial na vida prática humana. As obras de Thomas Hobbes em “Leviatã” e René Descartes em “Discurso

do Método” abordaram a água de maneiras que realçam sua relevância vital na sobrevivência humana e na manutenção da ordem social.

Hobbes, na análise do estado de Natureza e da necessidade de um contrato social, reconheceu a água como um bem fundamental para a existência humana. E argumentou que a água é elemento indispensável não apenas para a sobrevivência física, mas também como um recurso que deve ser gerenciado e protegido para manter a paz e a ordem social. Hobbes (2003) escreveu: “a água é um recurso tão essencial que sem ela, a própria fundação da vida e da sociedade estaria em perigo”. Esta perspectiva enfatiza a água não apenas como uma necessidade biológica, mas também como um pilar central na estrutura social e política.

Por outro lado, Descartes, com sua abordagem metódica e racional, destacou a importância do uso consciente e eficiente da água. No “Discurso do Método”, discutiu a necessidade de uma gestão racional dos recursos naturais, incluindo a água. Descartes (2011) alertou para pensarmos no uso prudente e calculado da água objetivando a conservação do meio ambiente e ao mesmo as mudanças econômicas da humanidade. Esta visão ressalta a água como um recurso limitado, cujo uso responsável é crucial para o chamado desenvolvimento sustentável e o bem-estar futuro da humanidade.

A integração das visões de Hobbes e Descartes sobre a água revelam a sua importância prática e multifacetada. Enquanto Hobbes focou na água como um elemento vital para a vida e a ordem social, Descartes salientou a necessidade de sua gestão racional e sustentável. Juntos, esses pensadores nos lembraram que a água é um recurso precioso para ser valorizado, protegido e gerido com sabedoria.

No contexto contemporâneo, essas ideias alcançam uma relevância ainda maior. Com o crescimento da população mundial e o avanço das atividades industriais, a demanda por água tem aumentado exponencialmente, com pressões sobre este recurso finito. A perspectiva de Hobbes sobre a água como um bem fundamental para a sociedade pode ser aplicada no sentido de garantir que todos tenham acesso a água limpa e segura, evitando conflitos e desigualdades. Ao mesmo

tempo, a visão de Descartes sobre a gestão racional da água se torna crucial para garantir sua sustentabilidade a longo prazo.

Essa dupla perspectiva implica na necessidade de políticas e práticas que equilibram a acessibilidade e a eficiência no uso da água. Isso incluindo investimentos em infraestrutura hídrica, tecnologias de conservação e reuso da água, além de esforços para educar a população sobre a importância do uso consciente da água. A água, como recurso vital, gerida de forma que atenda às necessidades atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender às necessidades. Nesse sentido Franco (2000) afirmou que o

planejamento ambiental trabalha com o conceito de economia de longo prazo fundamentada numa ética ecológica, onde a manutenção da integridade dos bancos genéticos entra no conjunto de medidas ligadas a garantir a possibilidade de vidas e civilizações futuras. (Franco, 2000, p. 36)

Além disso, a importância da água na manutenção da saúde pública e na prevenção de doenças é outro aspecto crucial. A disponibilidade de água limpa e segura é fundamental para evitar doenças transmitidas pela água, o que é especialmente importante em regiões com infraestrutura hídrica inadequada.

Em resumo, a compreensão da água como um recurso essencial na vida prática humana, conforme apresentada por Hobbes e Descartes, é fundamental para abordar os desafios da gestão hídrica no mundo contemporâneo. Reconhecendo a água como um bem vital para a sobrevivência da humanidade, avançando em direção a um futuro quando este recurso precioso é gerido de forma equilibrada, sustentável e acessível. A visão de Hobbes sobre a água como um pilar da vida e da sociedade e a ênfase de Descartes na gestão racional desse recurso se entrelaçam para formar uma base sólida para abordagens contemporâneas de sustentabilidade hídrica. Certamente que sem a água, a própria existência da sociedade estaria em risco; sua gestão, portanto, deve ser uma prioridade inquestionável, como afirmou Hobbes (2003), ressaltando a importância crítica da água na manutenção da ordem social e da vida humana.

Descartes (2011), com sua abordagem racionalista, adicionou uma camada de análise ao destacar a necessidade de uma gestão eficiente da água. E propôs que o uso racional da água é um indicador da capacidade humana de ordenar e aproveitar o ambiente natural de forma sustentável. Esta perspectiva lembra a responsabilidade humana em conservar e gerenciar este recurso vital de maneira prudente, garantindo sua disponibilidade para as gerações futuras. E, de acordo com Branco (1988, p. 09), “o meio ambiente do ser humano inclui muitos fatores que não apenas os físicos, químicos e biológicos”, mas, também o fator cultural. Eis porque pensarmos na concepção de sistema que os povos originários têm com a Natureza.

A aplicação prática dessas teorias filosóficas no mundo moderno é evidente em diversos aspectos da vida cotidiana. Desde a agricultura, dependendo fortemente da água para a produção de alimentos, até as indústrias, que requerem grandes quantidades de água para seus processos de produção, a gestão eficiente deste recurso é crucial. Além disso, a água desempenha um papel fundamental na geração de energia, especialmente em formas de energia renovável, como a hidrelétrica.

No contexto da saúde pública, a importância da água é inegável. O acesso a água limpa e segura é essencial para prevenir uma série de doenças e promover uma vida saudável. Áreas enfrentando escassez de água ou falta de acesso a água potável são frequentemente as mais afetadas por doenças e problemas de saúde. Como Hobbes (2003) sugeriu, a água não é apenas um recurso natural, mas um direito básico garantido a todos os indivíduos.

A visão de Descartes sobre o uso racional da água também apontou para a necessidade de inovação e tecnologia na gestão dos recursos hídricos. Isso envolve a necessidade de novas tecnologias para purificação, dessalinização e reúso de água, bem como métodos de captação e armazenamento eficientes. Além disso, a informação sobre a importância da conservação da água e a promoção de práticas sustentáveis entre os indivíduos e comunidades são igualmente importantes.

Além de sua importância prática, a água também tem um significado sociocultural e espiritual em muitas sociedades. Ela é frequentemente vista como um

símbolo de pureza e renovação, desempenhando um papel central em rituais religiosos e práticas socioculturais. Este aspecto da água também deve ser considerado na sua gestão, respeitando e preservando seu valor sociocultural e espiritual. Uma relação constatada no dia a dia na Aldeia da Jaqueira.

Em resumo, as ideias de Hobbes e Descartes apresentaram uma compreensão abrangente da importância da água na vida humana, tanto do ponto de vista prático quanto filosófico. Reconhecendo a água como um recurso essencial para a sobrevivência, a ordem social e o chamado “desenvolvimento sustentável”, sendo possível adotar abordagens de gestão eficientes, equitativas e respeitadas com as diferentes dimensões da água. Esta abordagem holística é fundamental para garantir que a água continue a ser um recurso vital e acessível para todas as pessoas, agora e no futuro.

Em suma, que a água seja tratada como um bem comum onde todos tenham direito ao acesso independentemente da sua condição socioeconômica e do território onde vive. De acordo com Bressan (1996)

a compreensão da natureza como bem público constitui uma etapa indispensável à superação das intervenções predatórias sobre o ambiente e à identificação e controle dos grupos sociais que operam essas mudanças. (Bressan, 1996, p. 77)

4. A água como direito humano

Nesses tempos de globalização onde o capital comanda e precifica tudo aquilo que lhe interessa, a água é tratada como o ouro azul, portanto, cada vez mais distante das populações mais vulneráveis. Por outro lado, os povos originários a tratam como um bem comum que deverá ser utilizada e conservada por todos, pois dela depende a qualidade de vida nos territórios nativos.

A compreensão sobre a água como um direito humano e sua relação com a sustentabilidade são temas centrais nas discussões contemporâneas sobre recursos hídricos. Anthony Giddens, em “Teoria da Modernidade” (2013), e Ulrich Beck em “Sociedade de Risco” (2010), abordaram esses temas, apresentando *insights* críticos

sobre como a água se enquadra nos desafios globais da Modernidade e da sustentabilidade.

Giddens discutiu a água no contexto da Modernidade, argumentando que o acesso a recursos básicos, incluindo a água, é um direito humano fundamental. E afirmou que “na sociedade moderna, o acesso à água limpa e segura é um indicador de igualdade e justiça social” (Giddens, 2013). Esta perspectiva ressalta a importância da água não apenas como um recurso essencial para a sobrevivência, mas também como um elemento chave na garantia dos direitos humanos e na promoção da equidade social.

Por outro lado, Beck focou na relação entre a água e os riscos ambientais associados à Modernidade. Em “Sociedade de Risco” analisou como as práticas industriais e as políticas públicas influenciam a gestão dos recursos hídricos, muitas vezes com consequências imprevistas e desafios de sustentabilidade. O autor apontou que a água está no centro de muitos riscos ambientais da modernidade, desafiando-nos a repensar nossas abordagens para sua gestão e conservação. Esta perspectiva destaca a água como um ponto crítico nas discussões sobre riscos ambientais e sustentabilidade. E, pontualmente no caso da nossa pesquisa, os riscos socioculturais. Infelizmente nesses tempos de globalização “os traços culturais e o meio ambiente são tratados como empecilhos do desenvolvimento tecnológico” (Boneti, 1998, p. 14).

A integração das ideias de Giddens e Beck possibilita uma base para entender a água como um direito humano e como um elemento central nas questões de sustentabilidade ambiental. A água, sendo essencial para a vida, deve ser gerida de maneira que garanta seu acesso equitativo e sua sustentabilidade a longo prazo. Isso envolve a implementação de políticas que promovem o uso eficiente da água, a proteção dos ecossistemas aquáticos e o acesso igualitário a este recurso vital.

No contexto atual, marcado por uma crescente pressão sobre os recursos hídricos devido à população em expansão, mudanças climáticas e poluição, as visões de Giddens e Beck são especialmente relevantes. Pois nos lembram da necessidade

de abordagens holísticas e integradas na gestão da água, considerando tanto os direitos humanos quanto a sustentabilidade ambiental. Isso implica em desafios como garantir acesso universal a água potável, implementar práticas de gestão sustentáveis e enfrentar as disparidades na distribuição e no uso da água.

Além disso, a compreensão sobre a água como um direito humano implica na responsabilidade dos governos e das comunidades internacionais de garantir que todos os indivíduos tenham acesso a água limpa e segura. Isso requer investimentos em infraestrutura, políticas eficazes de proteção ambiental e programas educacionais que promovam a informação crítica sobre a importância da conservação da água.

Beck (2010) também chamou a atenção para os desafios impostos pelos riscos ambientais associados à água, como a poluição, a escassez e os impactos das mudanças climáticas. E argumentou que a gestão sustentável da água é crucial para mitigar esses riscos e garantir um futuro sustentável. Isso envolve não apenas ações governamentais, mas também a participação ativa da sociedade civil e do setor privado.

Em resumo, as perspectivas de Giddens e Beck sobre a água como um direito humano e seu papel na sustentabilidade apresentam uma compreensão profunda das complexidades envolvidas na gestão dos recursos hídricos. Reconhecendo a água como um direito fundamental e um elemento crítico na sustentabilidade ambiental, avançaremos em direção a um futuro onde a água é acessível a todos e gerida de forma responsável, garantindo a saúde do nosso Planeta e o bem-estar das gerações presentes e futuras.

A abordagem integrada à água, enfatizando tanto os direitos humanos quanto a sustentabilidade, é essencial para enfrentar os desafios globais. Giddens (2013) salientou que o acesso à água limpa e segura não é apenas um direito humano básico, mas também um pilar fundamental para o chamado desenvolvimento sustentável. E enxergou a interdependência entre o acesso equitativo à água e a promoção de práticas sustentáveis que garantem a disponibilidade deste recurso para as gerações futuras.

Enquanto Giddens se concentrou na água como um direito humano, Beck (2010) discutiu o paradoxo que a sociedade moderna enfrenta; enquanto depende da água para suas ações muitas vezes comprometendo a sustentabilidade deste recurso vital. Esta observação aponta para a necessidade crítica de abordagens inovadoras e responsáveis na gestão da água, considerando tanto as necessidades humanas quanto os impactos ambientais. Uma das possibilidades para superar esse paradoxo será um “estilo de desenvolvimento que, em cada ecorregião, insiste nas soluções específicas de seus problemas particulares, levando em conta os dados ecológicos das mesma forma que os culturais” (Sachs, 1986, p. 18); é o que o autor chamou de *ecodesenvolvimento*.

No cenário atual, onde a escassez de água se torna uma realidade em muitas partes do mundo, a implementação de políticas que asseguram o acesso universal à água limpa e segura é mais importante do que nunca. Isso envolve o fortalecimento de leis e regulamentações para proteger e conservar os recursos hídricos, o investimento em tecnologias de tratamento e purificação de água, e a promoção da cooperação internacional para resolver desafios transfronteiriços relacionados à água.

Além disso, é vital reconhecer a água como um elemento chave nas mobilizações contra as mudanças climáticas. As práticas de gestão sustentável da água não apenas ajudam a preservar este recurso essencial, mas também contribuem para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. Isso inclui a proteção de ecossistemas aquáticos, como pântanos e manguezais, que desempenham um papel crucial na absorção de carbono e na proteção contra eventos climáticos extremos atingindo a todos, mas, principalmente os mais vulneráveis nas questões socioeconômicas e tecnológicas.

O papel da Educação na promoção de uma visão crítica sobre a importância da água e da sustentabilidade também não pode ser subestimado. Iniciativas educacionais enfatizando a importância da conservação da água e práticas sustentáveis contribuem para moldar uma nova geração de cidadãos e líderes comprometidos com a gestão responsável dos recursos hídricos. E dentro desses atores não se pode

negligenciar os conhecimentos tradicionais propostos pelos povos originários na conservação da água e de todos os outros elementos que formam a paisagem de um território.

A responsabilidade pela gestão da água não recai apenas sobre os governos, mas também sobre o setor privado e a sociedade civil. Como Beck (2010) observou, “a gestão da água é um desafio compartilhado que requer a colaboração de todos os setores da sociedade”. Empresas, Ongs, comunidades locais e indivíduos têm papéis cruciais a desempenhar na conservação da água e na promoção de práticas sustentáveis.

Em última análise, a abordagem de Giddens e Beck possibilitam uma compreensão mais profunda sobre a complexidade da gestão da água no mundo moderno. Reconhecendo a água como um direito humano e um componente chave da sustentabilidade ambiental, somos desafiados a criar soluções inovadoras e colaborativas para garantir que esse recurso vital seja preservado e acessível a todos, agora e no futuro. A água, como um direito e um recurso, deve estar no centro das políticas do chamado desenvolvimento sustentável, garantindo um acesso equitativo e sustentável para todas as populações.

5. Aldeia da Jaqueira: território e lugar

Ao priorizar a abordagem de território e lugar neste artigo seguimos os termos utilizados pelos povos originários na Aldeia da Jaqueira para referenciar o espaço onde vivem, como por exemplo, “nosso território”, “nosso lugar”. Neste tópico introduzimos uma ínfima parte de um artigo intitulado “Teoria e conceitos aplicados no estudo do Extremo Sul da Bahia” aproveitando alguns conceitos da Geografia utilizados pelo autor para formular os estudos sobre a dinâmica do Extremo Sul da Bahia, região econômica onde se localiza a Aldeia da Jaqueira.

Os pesquisadores Silva e Silva (2003) entendem o território como uma “organização social”, por apresentar aspectos socioculturais contribuindo para a identificação do mesmo. E, para Porto-Gonçalves (1995, p. 311) o território é

“originalmente um conceito jurídico-político torna-se um conceito-chave para os geógrafos”. Estes pensamentos evidenciam o território não como um componente passivo, mas sendo o resultado das ações humanas, refletindo mudanças ou uma nova vertente de interpretar a dinâmica social nos limites geográficos.

No entanto, Haesbaert (2002, p. 21) lembrou que “dentro da dimensão material do território é necessário, portanto, considerar essa dimensão natural, que em alguns casos ainda se revela um de seus componentes fundamentais”. E, ainda que o uso, nos dias atuais, seja considerado reducionista ele continuará tendo um caráter geográfico. Machado (1997, p. 24) escreveu que “o conceito de território se origina dentro das Ciências Naturais, na Botânica e na Zoologia, as quais designam território como área de disseminação de espécies vegetais ou animais”. Este conceito também valoriza a delimitação de uma área territorial, não considerando a presença humana.

Através dessa diversidade de olhares, que se complementam, construímos nossa percepção sobre a Aldeia da Jaqueira, pois ela é uma organização sociocultural, um território jurídico-político constituído também por uma diversidade ambiental.

Para o conceito de lugar, buscamos em Santos (1996) a sua ideia de que a cidade representa o lugar de liberdade para aqueles libertos da escravidão e é também um lugar revolucionário, pois na cidade se concentra a explosão de tecnologia e do conhecimento. A cidade se tornando, então, um lugar construído cheio de simbolismo refletindo a economia, a sociedade e a cultura praticada no seu interior. Lefebvre (1999) chamará a rua de lugar, um lugar de encontros, da prática teatral, da mistura, do comércio, enfim, das relações. Nas ruas não oficiais da Aldeia da Jaqueira, porque elas não tem nomes nem CEP, mas todas em direção ao centro da aldeia, para o comércio e das apresentações socioculturais também para a economia do turismo.

Para Tuan (1983) o lugar é um mundo de significado organizado. O espaço e lugar não se dissociam. Nesse sentido, os Pataxó na Aldeia da Jaqueira têm essa mesma percepção. Para essa etnia o espaço, território e lugar tem um mesmo sentido; e a nossa pesquisa procurou respeitar esse sentimento. Segundo Castells (2003, p.

515), lugares não são necessariamente comunidades, embora contribuam para sua formação. Todavia, a vida dos habitantes é marcada por suas características, portanto são, na verdade, lugares bons ou ruins dependendo do julgamento de valor do que seja uma vida boa.

A definição de Castells contrapõe a ideia de que o lugar é sempre perfeito, quase um paraíso, onde as pessoas desejam viver. A definição de lugar para Carlos (1996, p. 29) tem intrinsecamente o sentido de efervescência e transformação social quando ser o produto das relações humanas, entre humanos e Natureza, tecido por relações sociais realizadas no plano do vivido, garantindo a construção de uma rede de significados e sentidos tecidos pela história e cultura, produzindo a identidade, posto que onde o ser humano se reconhece porque é o lugar da vida.

Em suma, percebendo que os conceitos de território e lugar apresentam certa uniformidade quando elaborados por pesquisadores que tomam como norteamento uma determinada sociedade e suas ações. Em cada uma dessas partes no espaço geográfico existem componentes naturais, econômicos e socioculturais. Território e lugar são partes de um todo, do espaço geográfico, e como nenhuma parte é igual a outra, todos eles são únicos. Nesse pequeno rol de conceitos foi possível identificar que a dinâmica da Aldeia da Jaqueira apresenta características em cada um deles.

Assim, a Aldeia da Jaqueira é compreendida como território com uma organização social de acordo com Silva e Silva (2003); tendo a dimensão natural como explicou Haesbaert (2002); é um lugar de liberdade como entendeu Santos (1996); e a Aldeia da Jaqueira também é o território, o espaço e o lugar se optarmos pela análise de Tuan (1983). Portanto, território ou lugar e espaço compreendido por suas características sociocultural, ambiental e econômica lhe fazendo singular diante da diversidade no município de Porto Seguro (BA).

6. Tecnologia ambiental a serviço dos povos originários

A água é um recurso insubstituível, essencial para a manutenção da vida e para a sustentação de inúmeros ecossistemas existentes no Planeta. No entanto, a

crescente pressão antrópica, refletida em atividades industriais, agrícolas e urbanas, tem comprometido a qualidade dos corpos d'água em diversas regiões do mundo (Pnuma, 2012). Por isso é cada vez maior a preocupação em elaborar tecnologias que satisfazem a necessidade imperativa de monitorar os principais parâmetros da água em nossos rios. Pois, são veias vitais que sustentando ecossistemas e comunidades, e a saúde deles é um indicador chave da sustentabilidade ambiental e da segurança hídrica.

Diante deste cenário, o monitoramento da água, por meio das tecnologias ambientais, emerge como uma ferramenta fundamental, não apenas para detectar e prevenir contaminações, mas também para informar e sensibilizar a sociedade sobre os principais parâmetros dos recursos hídricos. Neste contexto, a tecnologia surge como uma grande aliada em todas as etapas do monitoramento, desde sensores para captação, internet para transmissão dos dados coletados em aplicativos e plataformas *online* para tratamento, análise e exibição das informações coletadas.

As novas tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) tem revolucionado de forma rápida e inequívoca o dia a dia de toda sociedade e como o ser humano lida com as informações, seja ele pertencente a qualquer espaço geográfico. Mesmo de forma deficitária em algumas regiões mais afastadas, as tecnologias já se fazem presente e de uso comum por grande parte da sociedade contemporânea. Responsável por parte do grande mudança tecnológica do Planeta, a internet, tem sido a porta de entrada e divulgação do conhecimento sobre muitas sociedades isoladas, podendo assim se fazerem conhecer e por muitas vezes exigirem seus direitos.

Para Castells as “redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (Castells, 2002, p. 565). Ao abordar temas como internet, ciberespaço, portais de divulgação de dados, Barros (2022, p. 376) apresentou-os como sendo todos pertinentes à ação

humana para organizá-los da melhor forma desejável gerando empoderamento por meio da conquista de autonomia.

No processo de elaboração da Tese entendemos que a transferência de tecnologia para os povos originários é fundamental para continuarem na conservação das águas em seus territórios. Assim foi realizada a distribuição de sondas de monitoramento da qualidade da água e a capacitação técnica para manuseio do equipamento, possibilitando a indígenas da Aldeia da Jaqueira utilizar o dispositivo, e assim que as informações sejam coletas, historicizadas e analisados *online*.

Sendo assim, a combinação das tecnologias com a ciência cidadã, uma abordagem motivando a participação do público leigo na pesquisa científica, é altamente eficaz. Segundo Irwin (1995), a ciência cidadã representa uma nova maneira de pensar sobre o envolvimento do cidadão na produção de conhecimento. Dessa forma, não há como “desconsiderar as contribuições que a ciência e a tecnologia podem proporcionar em suas intervenções sobre a natureza” (Bressan, 1996, p. 56). Quando essa abordagem é integrada à visão crítica ambiental, especificamente no monitoramento da água, cria-se um mecanismo ainda mais poderoso.

A visão crítica ambiental, enriquecida pelos avanços tecnológicos e pelo inclusivo modelo da ciência cidadã, possibilita uma estrutura robusta amplificando as iniciativas de conservação e gestão sustentável dos recursos hídricos. Essa sinergia entre as três áreas não apenas aumenta a eficiência das ações de preservação ambiental, mas também fomenta uma maior visão crítica e participação ativa da sociedade na proteção dos ecossistemas aquáticos. No caso específico da nossa pesquisa é pensar na capacidade de que os Pataxó têm na manipulação do equipamento de monitoramento, para as possibilidades de combinar os conhecimentos tradicionais com o uso da tecnologia a favor da conservação do seu território indígena.

Esta abordagem colaborativa e participativa, para além do monitoramento, empodera os povos originários tendo nos territórios corpos hídricos (rios, córregos, lagoas) possibilitando não apenas entender, mas ativamente participar na gestão e

conservação dos recursos hídricos. Concordamos com Boneti (1988, p. 14) quando escreveu que “a ciência é empregada no sentido de dominar a natureza e ignorar os traços culturais materializados em experiências de vida”. Por isso, no caminho inverso, o que estamos fazendo é valorizar e reconhecer a importância dos Pataxó na conservação ambiental no município de Porto Seguro com transferência de tecnologia para que a gestão do território indígena possa ter a ciência como parceira.

7. Considerações Finais

Ao contemplar as diversas perspectivas apresentadas nesta análise sobre a água e seu papel na sociedade, foi evidente que a água transcende sua natureza física, assumindo uma relevância profunda e multifacetada nas esferas filosófica, social, econômica, cultural e ambiental.

Ao sintetizar estas perspectivas, ficou evidente que a água é um recurso não reduzido a uma única dimensão, principalmente, quando a água está localizada nos territórios dos povos originários. Isso implicando em políticas e práticas que promovem o uso sustentável da água, respeitando seus valores socioculturais e sociais, e com acesso democrático.

Observamos que os Pataxó na Reserva da Jaqueira, assim como em outros territórios dos povos originários, têm cada vez mais procurado se aproximar da vida acadêmica e vice-versa. Essa aproximação entre os conhecimentos tradicionais se encontrando com o conhecimento científico tem proporcionado o intercâmbio com os povos originários no município de Porto Seguro e a ciência; um cenário possibilitando nossa pesquisa sobre o Rio Itinga e o valor da água para esse território.

A relevância de estudar parte da dinâmica ambiental em comunidades tradicionais é que são territórios, muitas vezes, marginalizados pelos governos municipal, estadual e federal, e por isso ficam suscetíveis a degradação ambiental, seja por condições internas de falta de infraestrutura sanitária ou por ações de grandes empreendimentos no seu entorno. Próximo ao território da Reserva da Jaqueira há empreendimentos imobiliários de grande porte que podem, no futuro, influenciar

negativamente na dinâmica do Rio Itinga; gerando diversos tipos de conflitos, mormente, por omissão do poder público.

A importância da Aldeia da Jaqueira pode/deve ser considerada como a garantia da proteção a territórios que apresentam características ecológicas e ambientais relevantes e devem ser mantidos sob um regime específico de administração, bem como oportunidade de garantir a mesma proteção aos povos e comunidades tradicionais (Brasil, 2014, p. 12), que são os guardiões daquilo que a Natureza resistiu em meio aos processo de urbanização, sobretudo, no Extremo Sul da Bahia e, pontualmente, no município de Porto Seguro.

REFERÊNCIAS

BECK, Ulrich. **Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade**. São Paulo: Editora 34, 2010.

BONETI, L. W. **O silêncio das águas**. Políticas públicas, meio ambiente e exclusão social. Ijuí: UNIJUÍ, 1998.

BARROS, Paulo César P. et al. A aliança indígena com as novas tecnologias da informação: as investidas dos povos originários amazônicos diante um cenário multifacetado. **Boletim de Geografia**, v. 40, p. 369-384, 2022.

BRANCO, Samuel. **O meio ambiente em debate**. São Paulo: Moderna, 1988.

BRASIL. **Territórios de povos e comunidades tradicionais e as unidades de conservação de proteção integral: alternativas para o asseguramento de direitos socioambientais/6**. Câmara de Coordenação e Revisão; coordenação Maria Luiza Grabner; redação Eliane Simões, Débora Stucchi. Brasília: MPF, 2014.

BRESSAN, D. **Gestão racional da Natureza**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. São Paulo: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

CARLOS, Ana Fani. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CERQUEIRA-NETO, Sebastião P.G. Uma Análise da Dicotomia entre Urbanização e Meio Ambiente no Município de Porto Seguro/BA. **Revista Geografares**, n. 11, p.60-86, jun., 2012.

DESCARTES, René. **Discurso do Método**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

FRANCO, Maria de A. R. **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. São Paulo: Annablume: FAPESB, 2000.

GIDDENS, Anthony. **Teoria da Modernidade**. São Paulo: Unesp, 2013.

HAESBAERT, Rogério. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. Território Territórios/Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO-UFF/AGB). Niterói, 2002.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

IRWIN, A. **Citizen Science**. A study of people, expertise and sustainable development. Londres: Routledge, 1995.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MACHADO, Mônica S. Geografia e epistemologia: um passeio pelos conceitos de espaço, território e territorialidade. **GEO UERJ**, n.1. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia da UERJ, p. 17-32, 1997.

MONTEIRO, Carlos A. F. **A questão ambiental no Brasil (1960-1980)**. São Paulo: IGEOU-USP, 1981.

PELOGGIA, A.U.G. O homem e o ambiente geológico: geologia, sociedade e ocupação urbana no município de São Paulo. **Xamã**, São Paulo, 1998.

PNUMA. **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente**. A água e o desenvolvimento sustentável: visão para 2050, 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. Formação sócio-espacial e questão ambiental no Brasil. In: BECKER, Berta et al. **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, p. 309-333, 1995.

SACHS, I. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. Vértice, 1986.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4a. ed. 2. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. A Redescoberta da Natureza. **Revista Estudos Avançados**, USP/SP, n. 06, v. 14, p. 95-106, 1992.

SILVA, Sylvio C.B.M.; SILVA, Barbara-Christine N. **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Salvador: UFBA, 2003.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 1983.

ESPAÇO E RESISTÊNCIA:

as fugas como ato de subversão da escravizada Maria em
Mariana - MG (1840-1854)

Ana Vitória Vieira¹
Carla Aparecida Nunes²

Artigo recebido em: 07/08/2024.

Artigo aceito em: 27/03/2025.

RESUMO:

O presente artigo investiga as formas de resistência e sobrevivência na sociedade escravista do século XIX, com foco específico na fuga como estratégia de ruptura com a condição de cativo. Fundamenta-se na análise histórico-social e nos conceitos de espaço e resistência de autores como Michel de Certeau e Muniz Sodré, o estudo foca no caso da escravizada Maria, destacada no inventário de Maria Catharina do Espírito Santos, realizado em 1840, no Arraial de Furquim, termo de Mariana, Minas Gerais. A partir dessa fonte primária, examina-se como o inventário reflete os métodos de controle e as práticas de subversão, evidenciando as dinâmicas de opressão e as possibilidades de resistência em um contexto marcado pela escravidão.

PALAVRAS-CHAVE: Resistência escravista; Vício em fuga; Subversão social.

Space and resistance: escapes as an act of subversion by the enslaved Maria in
Mariana – MG (1840-1854)

ABSTRACT:

This article investigates the forms of resistance and survival in the 19th-century enslaved society, with a specific focus on escape as a strategy to break free from the condition of captivity. Based on historical-social analysis and the concepts of space and resistance from authors such as Michel de Certeau and Muniz Sodré, the study focuses on the case of the enslaved woman Maria, highlighted in the inventory of Maria Catharina do Espírito Santos, conducted in 1840 in the Arraial de Furquim, district of Mariana, Minas Gerais. From this primary source, it examines how the inventory reflects methods of control and practices of subversion, highlighting the dynamics of oppression and the possibilities of resistance in a context marked by slavery.

¹ Mestranda em História, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGHIS-UFOP/ ICHS). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2444324053818486>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-8481-6390>. Orientador: Professor Dr. Bruno Tadeu Salles.

² Mestranda em História, Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto (PPGHIS-UFOP/ ICHS). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0041716481459844>. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-3434-9012>. Orientador: Paulo Roberto de Oliveira.

KEYWORDS: Slavery resistance; Escape addiction; Social subversion.

1. Introdução

Os modos de resistência e sobrevivência de cativos e forros em uma sociedade escravista se circunscrevem em diversos meios, entre eles a fuga. O ato de romper com o cativo foi estudado em vários momentos da História Social, e as contribuições dessas pesquisas alcançaram diferentes sujeitos ao longo de todo o processo de escravização. Minas Gerais, devido às atividades extrativas e agropecuárias durante o Império, reuniu um número colossal de cativos. Nesse contexto, nas relações entre senhores e escravizados, estabeleciam-se circunstâncias ímpares para a compreensão dos alicerces do sistema escravista. Diante da identificação de atos que rompem com o trabalho compulsório, este artigo tem como objetivo analisar o “vício em fugir” atribuído a Maria.

No processo de inventário de Maria Catharina do Espírito Santo, residente em Furquim, região pertencente ao termo de Mariana, no ano de 1840, evidenciam-se os trâmites de controle e subversão empregados durante a partilha da jovem. A dinâmica observada nesse espaço se estende pelos recursos burocráticos da sede municipal e pela circulação dessas pessoas na casa dos herdeiros. A questão suscitada neste texto busca refletir se a posição da escravizada e os seus processos de partilha influenciaram na sua ruptura e busca por outros espaços sociais. Ainda que de forma breve, pretende-se contribuir para análises dissidentes através da perspectiva da micro-história, buscando resgatar a memória dos marginalizados que se estabeleceram no interior de um dos maiores estados escravistas, a fim de reconhecer a presença negra e a individualização dos sujeitos.

O primeiro tópico do artigo discute o conceito de “espaço” a partir de perspectivas geográficas e históricas, destacando a importância de compreender o espaço além de suas definições físicas e científicas. A análise incorpora visões de autores que destacam a territorialização como um processo ativo de apropriação simbólica do espaço e explora o papel do urbano como palco de formação e

transformação das identidades culturais e sociais dos negros em condição de escravizados no Brasil. No segundo tópico, busca-se oferecer um panorama da instituição escravista em Mariana e as particularidades do Arraial de Furquim, dentro do contexto escravista mineiro. Por último, espera-se analisar o caso específico de Maria, detalhado por meio de dois documentos principais: o inventário de Maria Catharina do Espírito Santo de 1840 e a ação cível requerendo a nulidade da venda da escravizada em 1854. A análise desses documentos fornece um panorama sobre a escravidão na região de Mariana, especialmente a experiência dessa mulher e o seu “vício em fuga”.

2. O conceito de espaço e sua relevância para a compreensão da escravidão no Brasil

Pensar sobre o conceito de “espaço”, seja ele rural ou urbano, muitas vezes requer recorrer às definições de diversas áreas, como o campo geográfico e histórico. Para tanto, é necessário conduzir uma reflexão sobre as diversas formas de conceituar o termo e de compreendê-lo. Assim, este tópico buscará, brevemente, trazer uma discussão historiográfica sobre o conceito de espaço e as diferentes formas de pensá-lo, a fim de compreender a importância dessas definições para pensar historicamente o processo de escravidão no Brasil.

A geografia, enquanto disciplina científica, desenvolveu-se durante a modernidade, impulsionada pela razão e pela técnica. Milton Santos, um dos principais teóricos da área, argumenta que, na tentativa de se firmar como ciência, a geografia afastou-se da literatura e da arte, adotando o rigor do pensamento científico (Santos, 1994, p. 7). Assim, o conceito de “espaço” formulado na modernidade reflete essa perspectiva científica, muitas vezes negligenciando as subjetividades humanas.

Durante a escravidão no Brasil, marcada pelo trabalho forçado de africanos, a concepção de espaço pela geografia científica foi amplamente promovida por instituições políticas, que financiavam viajantes, cosmógrafos e exploradores (Fiorante; Ferreira, 2020, p. 2). No livro “A Antropologia da Viagem: Escravos e Libertos em Minas Gerais no Século XIX” (1996), a historiadora Ilka Boaventura

Leite explora o papel da “ciência do espaço” na modernidade, com ênfase no contexto escravista de Minas Gerais. Ela destaca as percepções dos viajantes naturalistas estrangeiros, cujo objetivo era descrever o espaço natural brasileiro, focando em relevos, superfícies e aspectos da natureza.

Apesar dessa tentativa de objetividade, esses viajantes não conseguiam evitar o elemento humano. Descreveram modos de vida, espaços de lazer, trabalho e rituais religiosos, oferecendo, ainda que de forma não intencional, uma visão multifacetada da sociedade brasileira. No entanto, como observa Boaventura, esses relatos eram filtrados pela visão de mundo dos viajantes, carregados de preconceitos e estereótipos em relação aos povos que encontravam.

Muniz Sodré avança na discussão dessas problemáticas ao complexificar o conceito de espaço, destacando diferentes perspectivas ao longo da história do pensamento e das ciências sociais. Em sua obra “O terreiro e a cidade: a forma social do negro brasileira”, de 2002, o autor analisa diversas concepções do conceito de espaço por pensadores importantes que conceituam o “espaço”.

Sodré (2012, p. 13) critica a visão reducionista que transforma fenômenos geográficos e físicos em explicações sociológicas simplistas, sem mediação adequada. A obra enfatiza como concepções sociobiológicas tentam transferir instintos animais de territorialidade aos comportamentos humanos, passando a entender o espaço territorial somente como instinto ou necessidade ecológica. Além disso, o autor discute a negligência das afetações simbólicas do espaço na cultura, argumentando que o espaço não é apenas um objeto físico a ser explorado ou controlado, mas uma força propulsora que pode gerar ações significativas.

Essas visões evolutivas do espaço refletem e moldam nossa compreensão contemporânea, não limitando o espaço ao que é puramente objetivo, como técnica, método ou física. Elas criticam uma visão etnocêntrica que centraliza o poder de representação espacial e promovem um universalismo técnico-científico moderno, o que constitui também uma crítica ao modelo iniciado pelos viajantes naturalistas mencionados anteriormente.

Assim, aqui ainda subjaz a indagação: o que poderia então ser o conceito de “espaço”? Como podemos compreender o espaço além de suas definições físicas e científicas dominantes? Seria possível integrar as dimensões simbólicas, culturais e sociais do espaço em nossa compreensão contemporânea? E quais os meios possíveis para pensar o espaço de forma que contemple as experiências históricas no Brasil?

Para Muniz Sodré, o que se torna essencialmente definidor do conceito de “espaço”, é o território, aquilo construído essencialmente a partir da interação humana. O autor busca compreender o espaço enquanto territorialização, o que por sua vez, pode ser descrito como um processo ativo de apropriação simbólica do espaço, capaz de criar regimes de relacionamento e definir distâncias sociais. Essa visão contrasta com abordagens universalistas que ignoram a complexidade e a especificidade dos territórios e lugares. A territorialização, para Sodré, não é apenas um decalque da territorialidade animal, mas uma força de apropriação exclusiva do espaço, capaz de criar relações de proximidade e distância.

Assim, compartilhamos da mesma visão teórica de Sodré, buscando pensar o espaço como heterogêneo, ambivalente e plural, bem como *locus* necessários para a formação da identidade grupal e individual, e o reconhecimento de si por outros. Logo, o espaço é campo de negociação e estabelecimento de valores, ou nas palavras de Sodré, é “lugar marcado de um jogo, que se entende em sentido amplo como a protoforma de toda e qualquer cultura: sistema de regras de movimentação humana de um grupo, horizonte de relacionamento com o real” (Sodré, 2002, p. 23).

Delimitado este primeiro entendimento, podemos buscar traçar compreensões sobre o espaço urbano, essencial para pensar as vidas de diversas pessoas que estiveram em condição de cativo durante a escravidão. Na sociedade brasileira escravista, a questão do espaço é crucial, especialmente para comunidades que sofreram a diáspora durante o período da escravidão. O espaço compreendeu para elas um suporte territorial para a continuidade da cultura de África, sendo a tela possível para tornarem inteligíveis suas ações e representações como um princípio de coexistência da diversidade.

No artigo “Considerações sobre o espaço urbano no Brasil”, datado de 2003, os autores Paulo Roberto Teixeira de Godoy e Silvio Carlos Gray, trazem reflexões importantes sobre a condição histórica do urbanismo no Brasil. Segundo os autores, “a ação urbanizadora do sistema colonial português deu ao Brasil um caráter urbano antes mesmo do rural” (Godoy; Gray, 2003, p. 185). Ou seja, a urbanização está no cerne de qualquer chave de compreensão do território brasileiro, seja ele enquanto território colonial, território imperial ou republicano.

Michel de Certeau, em seu livro “A Invenção do Cotidiano”, também apresenta uma análise profunda sobre o papel do espaço urbano, que podemos ampliar para pensar as implicações do urbanismo tanto na manutenção do sistema escravista quanto nas possibilidades de resistência abertas por ele. Certeau contrasta dois tipos de interação com a cidade: a dos *voyeurs* e a dos caminhantes. Os *voyeurs* observam a cidade de uma perspectiva panorâmica e distante, sem se envolver diretamente, enquanto os caminhantes interagem de maneira íntima e prática com o espaço urbano, moldando-o e sendo moldados por ele. A visão dos *voyeurs*, que ele caracteriza como aqueles que observam sem participar, é totalizadora e abstrata, ignorando as práticas cotidianas e o entrelaçamento dos comportamentos diários dos habitantes. Para esses observadores, a cidade se torna um simulacro, uma representação óptica que exclui a complexidade das interações humanas que realmente constituem a vida urbana.

Em contrapartida, Certeau celebra os caminhantes, os praticantes ordinários da cidade. Os caminhantes escrevem o texto urbano com seus movimentos, criando uma história múltipla e fragmentada que desafia a visão ordenada dos urbanistas. A cidade, nesse contexto, não é apenas um espaço físico, mas uma construção contínua de significados e memórias através das práticas cotidianas dos seus habitantes. Assim, planejar a cidade é, segundo ele, articular a pluralidade do real, dando efetividade a este pensamento do plural. A cidade é um “lugar sonhado ou um não-lugar” (Certeau, 2004, p. 183).

É neste lugar sonhado que a história da cidade no Brasil se consolida como a história das cidades negras, marcada pela dialética do conflito, do movimento, da troca e da interação. As cidades eram negras, constituindo espaços onde a agência coletiva desempenhava um papel crucial nos processos de busca pela liberdade. Para Juliana Barreto Farias, em “Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX”, a resistência dos afrodescendentes se dava no espaço da cidade e não se limitava a uma única forma; ela era multifacetada, englobando estratégias cotidianas e atos de resiliência. Nesse sentido, a cidade sempre foi um elemento presente na história do nosso país e, portanto, local de integração de experiências sociais. Especialmente para a população negra em cativeiro no Brasil escravista, a cidade herdou o papel de palco onde as identidades culturais e sociais foram formadas e transformadas. A história de Maria, uma escravizada que vivenciou a cidade como espaço de resistência e resiliência, exemplifica esse contexto. Através de suas fugas e de suas estratégias para romper com o sistema escravista, Maria utiliza o espaço urbano não apenas como cenário, mas como um meio de exercício de sua agência.

No contraste apresentado por Certeau, Maria pode ser vista como uma “caminhante”, utilizando a cidade como um espaço de ação direta e cotidiana, em que sua localização pelas ruas e o uso de espaços ocultos ou transitórios representam uma forma de escrita e reescrita de seu próprio lugar. Certeau vê no caminhar um texto urbano composto de significados e memórias, criado pelos habitantes comuns. Maria contribui para essa narrativa fragmentada ao transformar suas fugas em atos de resistência que desafiam a visão ordenada dos senhores e administradores do sistema. A cidade, nesse contexto, vai além de um espaço físico, funcionando como um local de práticas subversivas e de construção contínua de significados.

Dessa maneira, o espaço urbano oferece aos afrodescendentes, como Maria, lugares de liberdade e criatividade para resistir ao domínio colonial. As fugas e estratégias que ela adotava não eram apenas movimentos físicos, mas formas de reconstruir tradições e identidades em meio à repressão. Ao ocupar as ruas e o território urbano, Maria e outros escravizados reformulam o espaço urbano como um

palco de resistência e expressão cultural, onde a agência negra se articula. Assim, o espaço urbano oferecia locais de liberdade, mesmo sob o jugo colonial.

3. O Arraial de Furquim e a escravidão em Mariana: dinâmicas e resistências no Brasil oitocentista

Antes de avançar nas considerações do caso da Maria, é importante contextualizar o território. Como o tópico acima elenca uma breve discussão sobre as dinâmicas de espaço e como dialogam com a experiência de diferentes sujeitos, cabe evidenciar a tessitura histórica da produção da fonte e local em que a jovem percorre.

A primeira metade do século XIX, foi marcada por mudanças políticas ligadas à escravização e à economia, que influenciaram profundamente a estrutura política e social do Brasil. Assim, as considerações inserem a formação da cidade e de seu espaço no contexto mais amplo de Minas Gerais, buscando destacar as particularidades do Arraial de Furquim.

Mariana, antigo Arraial e posteriormente Vila de Nossa Senhora do Carmo, é resultado dos processos de colonização e conquista portuguesa no final do século XVII. Em busca de ouro, riquezas minerais, posses, cargos e, ainda, da escravização de indígenas, diversas bandeiras paulistas avançaram pelo “sertão dos Cataguases”. Segundo Diogo de Vasconcelos, uma expedição dirigida pelo Coronel Salvador Fernandes Furtado e Miguel Garcia, no dia 16 de julho de 1696, tomou posse de um ribeirão que ficou conhecido como Nossa Senhora do Carmo (Vasconcelos, 1974, p. 131-132).

Assim, os primeiros núcleos populacionais de Mariana se estruturaram nas margens do referido rio, em Mata Cavalos, no Arraial de Cima, onde também se ergueu uma capela dedicada à mesma santa católica que deu nome às águas. O esvaziamento da região devido à fome é um aspecto marcante na fase inicial da ocupação. De acordo com Claudia D. Fonseca, na virada do século XVII para o XVIII, mesmo com a certeza do ouro e a ganância dos colonizadores, a mineração foi interrompida por conta da fome (Fonseca, 2012, p. 85).

Nesse contexto, as atividades de subsistência foram fundamentais para a ocupação permanente deste território, especialmente diante da redução da extração mineral no início do século XIX. Fragoso aponta que, frente à diluição da extração mineral:

a economia de Minas Gerais deixará de ter como eixo dinâmico a atividade mineradora, passando a se basear, em finais dos anos de 1700, numa agricultura e na pecuária voltadas para o mercado interno. Na verdade, o que observamos é, ao lado do definhamento da atividade mineradora, o crescimento de uma agricultura e de uma pecuária mercantil não-exportadoras já existentes desde o início do século XVIII (Fragoso, 1998, p. 125)

Assim, a mineração trouxe um significativo volume de crescimento e estabilização ocupacional para essa região mineira. O comércio se encarregava de abastecer e disponibilizar produtos para a alimentação dessas áreas, tornando a relação entre minerar e vender alimentos bastante acentuada em Mariana nos anos iniciais da formação do território. A dinâmica local passava pela interação entre esses espaços, as cidades vizinhas e os principais eixos econômicos, com intercâmbios de mercadorias com o Rio de Janeiro e o exterior.

O termo da cidade, no século XIX, era constituído por aproximadamente 44 municípios. Nesse sentido, vale ressaltar que Minas Gerais era, à época, composta por diversas cidades, e essas áreas consistiam em um conjunto de unidades urbanas com uma população que girava em torno de 5 mil habitantes, alguns mais e outros menos distantes dos grandes núcleos urbanos. Parte dessas localidades era composta por arraiais, freguesias e vilas com um número variado de moradores. Em meados dos oitocentos, a sociedade mineira estava organizada em torno das atividades rurais e de bens manufaturados, ainda que alguns centros urbanos já despontavam, como Ouro Preto, Serro, entre outros (Rodarte; Paula; Simões, 2004, p. 14).

Nesses espaços, a delimitação entre as atividades consideradas urbanas e rurais se entrelaçava. O poder administrativo era representado pelas Câmaras Municipais, cadeias e outras unidades de controle, em conjunto com as figuras locais, como coronéis, fazendeiros, comerciantes e outros. A economia do município, por sua vez, era composta por diversas atividades, incluindo o comércio de secos e

molhados produzidos em diferentes regiões e, em maior escala, algumas atividades manufatureiras e a mineração. Em vista do tamanho do território, não havia uma uniformidade produtiva, e existiam diferenças na organização do espaço.

Nesse cenário, Minas Gerais despontava como a maior economia escravista do período, reunindo um número colossal de cativos. Esses trabalhadores desenvolviam atividades diversas além dos cafezais e da mineração, exercendo ofícios múltiplos, como sapateiro, carpinteiro, entre outros.

A tendência da economia mineira do século XIX era a da diversificação da base produtiva. As fazendas mineiras apresentavam uma pauta produtiva diversificada, além de apresentarem uma quase autossuficiência, pouca dependência de fatores externos e uma flexibilidade na alocação dos recursos produtivos. A agenda agrícola tendia à complexificação e a mão-de-obra tendia, cada vez mais, à multifuncionalidade. A escolha dos produtos a serem exportados estava sujeita a fatores naturais e de mercado, e realizava-se sempre em regime de semi-especialização (Do Val Consentino, 2008, p. 38)

No início do século XIX, as estruturas da sociedade escravista brasileira tornaram-se alvo de tentativas de coibir o tráfico devido à pressão interna e internacional. Em termos diplomáticos, a Coroa portuguesa buscou criar acordos para reduzir o tráfico negreiro. As medidas, iniciadas em meados de 1810, permitiram que a Inglaterra apreendesse navios tempos depois (Parron, 2011, p. 28).

Diante da disputa de interesses dos mais abastados e da insatisfação de diversas camadas sociais, o reino, juntamente com a Coroa portuguesa na América, foi declarado independente em 1822. O Império do Brasil manteve-se pela estrutura escravista, equilibrando a pressão inglesa com a manutenção do sistema de trabalho compulsório. Ainda que medidas fossem tomadas, os proprietários de *plantations* exerciam forte influência política e utilizavam diversos mecanismos para preservar seus interesses. Apenas na segunda metade do século XIX houve uma significativa redução na entrada de cativos. Parte das consequências desse processo levou ao aumento do tráfico interno. Assim, as vendas de escravizados e a manutenção dessas pessoas tornaram-se mais lucrativas para os senhores (Tamis, 2011, p. 28-29).

Diante de todas essas questões que surgem no seio do Brasil oitocentista, as dinâmicas de sociabilidade do Arraial de Furquim também se modificaram. A localidade em questão foi demarcada e nomeada por Antônio Furquim da Luz, que descobriu as minas na região, onde, em 1704, fundou a Capela de Bom Jesus do Monte. A área situa-se a leste da sede, mais próxima do percurso que leva aos portos.

Ainda que afastado da cidade, o Arraial continha um contingente populacional relevante (Silveira, 2013, p. 11). De acordo com levantamento de Andrade (2011) a população de livres e escravizados em Furquim era mais que o dobro da sede entre 1819 e 1822, comparando com as informações de Silveira (2013), esse número é considerável frente à soma populacional permitida pelas fontes consultadas. Dessa junção é possível compreender a composição populacional presente nessa dinâmica territorial.

Alguma das particularidades que constituem o Arraial de Furquim, em que resida Maria, foi estudado por Leandro Braga de Andrade, conforme o autor:

Na primeira metade do século XIX, tanto em Mariana (distrito sede do termo) quanto em Furquim, a indústria doméstica (tecelagem, fiação e costura) e os serviços de ofícios manuais cresciam na medida em que o comércio e o setor agropecuário também se deslanchavam, mas era no campo que se encontravam as principais oportunidades. As pequenas, médias e grandes propriedades produziam milho, arroz, feijão, café, cana, além da produção beneficiada da farinha (de milho), da aguardente e outros derivados da cana. Havia também a criação de porcos e bois para o comércio local e de cavalos, éguas, mulas e bois de carro para o transporte (Andrade, 2027, p. 12, grifo nosso)

As atividades econômicas mencionadas acima captam as transformações e o desenvolvimento local em meados do século XIX. Na formação do núcleo mais povoado, em torno da capela, o comércio era realizado por meio do intercâmbio de mercadorias entre os residentes, além da relação com a sede e com as regiões vizinhas.

Segundo Francisco de Andrade (1997), o Arraial possuía a maior produção de aguardente da região em 1820. O trabalho nos engenhos era realizado por poucos escravizados e pelos donos, que utilizavam a tração animal para a fabricação do produto. A maior concentração de pessoas cativas estava, de fato, nas produções de

alimentos e nas manufaturas. Com exceção dos fazendeiros, as escravarias eram compostas por 1 a 10 pessoas.

Em relação às mulheres, além dos trabalhos domésticos, “em 1804, nas povoações de Furquim e São Caetano, [...] segundo as relações nominais de habitantes, estavam ocupadas com fiação e tecelagem de algodão” (Andrade, 1997, p. 108). O trabalho de Claudia A. Ângelo (2001), posterior ao de Andrade (1997), evidencia a ocupação feminina no Arraial. Conforme a autora:

um número considerável de mulheres como chefes de domicílios, desenvolvendo principalmente a atividade de fiar, bem como um número considerável de mulheres na agricultura. Observamos também o desempenho de mulheres nas mesmas ocupações que os homens desempenhavam, como na mineração, na costura, na mendicância. (Ângelo, 2001, p. 112)

Camilo (2014), em seu estudo sobre a participação de pessoas de ascendência africana no comércio em Mariana, destaca a formação de lares femininos. Cabia a essas mulheres sustentar os membros da família por meio da venda, produção de bens e prestação de serviços. Os ofícios eram transmitidos de geração em geração, de modo que o aprendizado era compartilhado, e as habilidades eram desenvolvidas por meio dessa interação. As mulheres cativas atendiam às demandas impostas e desenvolviam diversas atividades dentro e fora de casa. No levantamento de Camilo (2014), é apontado como, dentro da estrutura social do período, essas pessoas juntavam pecúlios para garantir sua sobrevivência e, em determinados casos, comprar sua liberdade. O protagonismo econômico dessas mulheres é identificado pelas diferentes práticas remuneratórias exercidas nos espaços.

Em suma, o Arraial de Furquim era marcado por particularidades entre as práticas urbanas e rurais, cenário típico nas minas oitocentistas. Havia um contingente populacional diverso e numeroso. Diante do crescimento econômico, a região oferecia certa estabilidade para que as pessoas se fixassem. As questões inerentes à lógica escravista estavam presentes, dada a quantidade de cativos e libertos. Nesse contexto, compreender essas características nos ajuda a pensar a experiência de Maria, a partir das fontes oficiais que a mencionam.

4. Análise do caso de Maria em Mariana (1840-1854)

Neste tópico, abordaremos mais detalhadamente fragmentos da vida de Maria, em condições de cativo, que viveu em Mariana, Minas Gerais, no início do século XIX. A análise do caso será feita por meio do Inventário³ datado de 1840 de Maria Catharina do Espírito Santo, falecida que, no período, era proprietária da escravizada, e da Ação Cível⁴ requerendo a nulidade da venda das escravizadas, datada de 1854. Ambos os documentos estão disponíveis no Arquivo da Casa Setecentista de Mariana (ACSM)⁵.

Maria Catharina do Espírito Santo, a inventariada em questão, foi casada com Francisco Ferreira Gomes, ambos residentes no Arraial de Furquim, pertencente ao Termo de Mariana, em Minas Gerais. Em 1840, seus herdeiros eram os filhos do casal: Antônia, de doze anos; Francisca, de oito anos; Manoel, de seis anos; Francisco, de quatro anos; e Maria, de idade de dez meses que foi dada por falecida, levando posteriormente a uma nova divisão da herança em quatro partes, ao invés de cinco. Os bens da família foram avaliados em 1:998\$820 (um conto, novecentos e noventa e oito mil, oitocentos e vinte réis) para serem divididos entre os familiares.

A riqueza dessa família era composta por itens de uso doméstico, como bacias, ferramentas agrícolas, armas, alguns animais, e três mulheres escravizadas. O valor total não era muito alto se comparado com os inventários do mesmo período⁶. Esse valor se torna ainda menor diante das dívidas, que somavam cerca de 1:675\$040 (um conto, seiscentos e setenta e cinco mil, quarenta réis). Não é possível medir ou

³ ACSM, inventário, 2º Ofício, 1840.

⁴ ACSM, processo crime, 1º Ofício, 1854.

⁵ Cabe destacar o trabalho de conservação, digitalização e divulgação dos documentos que compõem o primeiro e o segundo ofício do Arquivo da Casa Setecentista de Mariana. Esse trabalho foi realizado por meio de um convênio envolvendo a Universidade Federal de Viçosa, representada por pesquisadores ligados ao LAMPEH, e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Este artigo, assim como inúmeras outras produções, é fruto dessa importante iniciativa.

⁶ O catálogo disponibilizado pelo ACSM informa os valores de monte-mor dos inventários catalogados. A partir desses dados de 1000 inventários de todo o termo Mariana, entre 1800 e 1850 disponibilizados, fizemos o seguinte levantamento; excluindo os 351 documentos que não possuem valor registrado, restam 649 exemplares. Entre esses, aproximadamente 24,80% apresentam valores entre 1:000\$000 (um conto) e 2:000\$000 (dois contos).

qualificar com precisão as posses ou a condição social da família apenas com base no patrimônio acumulado no momento do falecimento, especialmente pela falta do inventário do marido. Contudo, com o que está ao nosso alcance, podemos perceber que não se tratava de uma família com um padrão financeiro elevado, algo que se confirma ao longo do inventário, especialmente nas questões que surgem em torno dos escravizados pertencentes a eles.

Na listagem de bens do inventário de Maria Catharina do Espírito Santo, está descrita a avaliação de três mulheres em sua posse. Segundo o inventário, elas eram: Vitória, do Congo, de 24 anos, avaliada em 400 mil réis; e suas filhas, Maria Crioula⁷, de 12 anos, e Joaquina, de 6 meses, avaliadas em 250 mil réis e 100 mil réis, respectivamente. Este inventário ilustra a prática comum de avaliar escravizados como parte do patrimônio familiar, onde as escravas eram vistas tanto como força de trabalho quanto como capital financeiro. O arranjo familiar, listado como bem, evidencia a formação de lares no cativeiro. O valor atribuído a cada mulher está relacionado com sua idade e aptidão. Na ótica escravista, a mais nova, ainda bebê, era considerada mais vulnerável e suscetível à morte, enquanto a mãe, ainda jovem, possuía habilidades e, portanto, tinha mais valor.

No contexto do inventário de Maria Catharina do Espírito Santo, além da descrição detalhada dos bens, destaca-se a tentativa de arrematação das escravizadas Maria e Joaquina. Ambas as mulheres foram alvo de interesse para aquisição por Joaquim Gonçalves Gomes, em nome de sua esposa, Francisca de Paula Martins, uma das herdeiras da viúva. Nesse ponto o arranjo familiar recebe a adição dos cônjuges, em vista dessa extensão, segue um organograma para localizar os sujeitos:

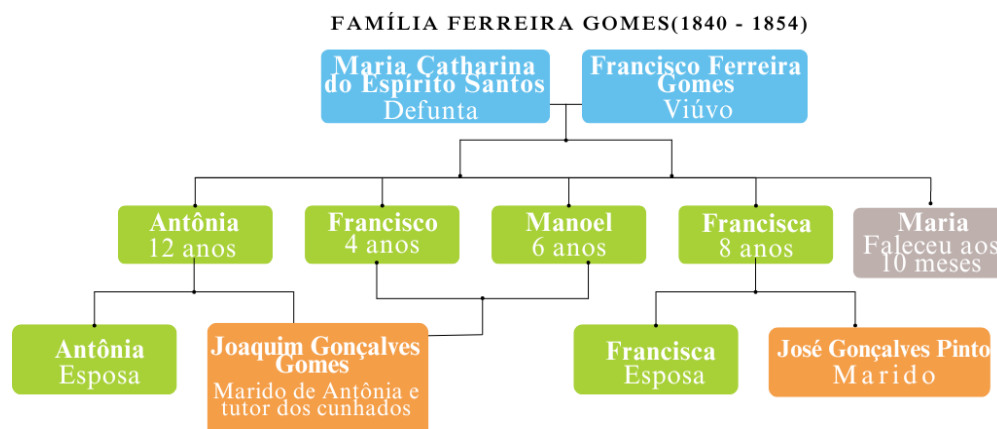
Organograma 1: Família Ferreira e Gomes (1840 - 1852)⁸

⁷ A documentação revela que Maria é identificada como crioula e filha de Vitória do Congo. Esses termos refletem a definição racial da época. O termo “crioulo” tinha conotações variadas, sendo frequentemente usado para diferenciar os negros nascidos no Brasil daqueles que vieram da África (Ferreira, 1986, p. 499). A menção à origem de sua mãe também ajuda a compreender o processo de chegada e formação da família.

⁸ Elaborado pelas autoras disponível para download em:

https://www.canva.com/design/DAGNBhbsKIo/RB1fdO_xJCStmKfmUaMeeA/edit

Revista Espacialidades [online]. 2025.1, v. 21, n. 1, ISSN 1984-817X



É importante notar que, embora a venda de ambas as escravizadas tenha sido um ponto de destaque no inventário, o foco deste artigo se volta especialmente para Maria. Isso se deve ao fato de Maria ter sido marcada por um comportamento de fuga constante, o que influenciou significativamente a percepção e a valorização de sua condição pelos proprietários.

O pedido de arrematação, embora anexado ao inventário da falecida datado de 1840, foi realizado em 1852, o que representa um intervalo significativo entre a abertura da partilha de bens e a tentativa de arrematação das escravizadas. Esta discrepância de datas oferece um dado importante para nossa análise: a projeção da idade de Maria e Joaquina durante este período. O inventário de 1840 fornece a idade das escravizadas no momento do falecimento de Maria Catharina do Espírito Santo, que como mencionamos acima era de 12 anos para Maria e 6 meses para Joaquina. Considerando que o pedido de arrematação foi feito em 1852, é possível calcular a idade aproximada das duas mulheres nesse novo contexto. Se assumirmos que as idades registradas no inventário de 1840 eram precisas e não sofreram alterações ao longo do tempo, Maria, que tinha 12 anos em 1840, teria aproximadamente 24 anos em 1852. Joaquina, que era um bebê de 6 meses na mesma data, teria cerca de 12 anos em 1852.

Essas projeções de idade são cruciais para entender o contexto da arrematação. A tentativa de aquisição de Maria e Joaquina em 1852, considerando suas idades projetadas, reflete o interesse dos compradores nas condições e no valor das escravizadas. Para Maria, a idade de 24 anos indicava uma fase adulta com

Revista Espacialidades [online]. 2025.1, v. 21, n. 1, ISSN 1984-817X [344]

experiência e potencial produtivo, além de um histórico de tentativas de fuga. Joaquina, com 12 anos, estava em uma fase intermediária da vida, sendo considerada para um futuro longo de trabalho e serviços.

Em relação às condições de vida de Maria e Joaquina, conforme consta no inventário, ambas viviam em condições de escravas quarteadas, ou seja, estavam em posse compartilhada pelos herdeiros de Maria Catharina do Espírito Santo. A partilha dessas duas mulheres foi marcada por conflitos legais que se desdobraram em uma tentativa de venda das escravizadas e, posteriormente, em uma ação cível solicitando a anulação da venda. A posse compartilhada, que a princípio poderia ajudar a apaziguar os conflitos entre os herdeiros, criou uma situação difícil de ser sustentada, especialmente no caso de Maria, cuja vida era marcada por constantes fugas.

Em 1852, ao relatar ao juiz a difícil situação gerada pelo quarteamento das escravizadas e, especialmente, pelas constantes fugas de Maria, Joaquim Gonçalves Gomes solicitou que a parte pertencente aos órfãos fosse vendida em hasta pública, com os valores sendo depositados em cofres públicos para proteger os interesses dos menores. Joaquim argumentou que essa medida visava resolver o problema das contínuas insubordinações de Maria e garantir algum retorno financeiro para os herdeiros.

Antes da solicitação de Joaquim sobre a arrematação, um contrato datado de 8 de abril de 1851, na Freguesia de Furquim, estabeleceu que Maria seria utilizada alternadamente pelos sócios que a possuíam, incluindo Joaquim, Manuel Martins Gomes e Francisco Martins Gomes – os dois últimos filhos legítimos da falecida Maria Catharina do Espírito Santo. De acordo com o contrato, Maria trabalharia um mês para Joaquim e o mês seguinte para Manuel e Francisco. Esse contrato foi uma tentativa de organizar a utilização da escravizada e minimizar os conflitos entre os herdeiros, mas também destacou a falta de controle sobre a vida de Maria, que estava constantemente em movimento.

Com a falha na organização da divisão dos trabalhos de Maria entre os herdeiros, a arrematação ganhou força. Joaquim, em seu pedido, relatou que nem os

herdeiros adultos nem os menores conseguiam colher qualquer benefício real de Maria devido à sua insubordinação. Joaquim afirmou que Maria “por ser pertencente a muitos herdeiros, ora procurava a um, ora procurava outro, e muitas vezes anda fugida procurando quem a compre” (ACSM, inventário, 2º Ofício, 1840, p. 13). As alegações de Joaquim Gonçalves Gomes, em nome de sua esposa Francisca de Paula Martins, indicavam que Maria frequentemente fugia e procurava novos donos, o que pode sugerir sua insatisfação e desejo de escapar das condições opressivas em que vivia.

Dada a situação instável e a falta de retorno financeiro gerado por essa situação, Joaquim solicitou que a parte da escrava pertencente aos órfãos fosse vendida em hasta pública, argumentando que “a escrava anda sem sujeição pelas razões expedidas” (ACSM, inventário, 2º Ofício, 1840, p. 13). Essa medida visava proteger os interesses dos menores e resolver o problema da escrava, que, devido à sua indisciplina, não trazia benefício para os herdeiros. O pedido de Joaquim foi uma tentativa de transformar a insubordinação de Maria em um ganho financeiro, uma prática comum na época para lidar com escravos considerados problemáticos.

A primeira tentativa de venda de Maria ocorreu em 1852, por meio de um leilão público, com um valor inicial estabelecido em 125\$000 (cento e vinte e cinco mil réis). O leilão se estendeu por vários dias e, no último dia, 22 de julho de 1852, Joaquim Gonçalves Gomes, o próprio solicitante, arrematou Maria por 21\$000 (vinte e um mil réis), resultando em um valor total de 146\$000 (cento e quarenta e seis mil réis), somando o valor mínimo inicialmente estipulado. No entanto, essa venda não resolveu os conflitos existentes. Os herdeiros estavam insatisfeitos com o valor final da arrematação, argumentando que Maria tinha “boas qualidades” e, portanto, valia mais do que o valor pelo qual foi vendida (ACSM, inventário, 2º Ofício, 1840, p. 22).

Vale ressaltar que a avaliação de Maria em 1840 era muito superior ao valor pelo qual ela foi arrematada em 1852. Esse descontentamento levou a novos processos legais para tentar anular a venda e redefinir a partilha. É importante considerar que os novos contornos do quarteamento de Maria e Joaquina em 1852,

podem ter motivações no contexto histórico da época. A aprovação da Lei Eusébio de Queiroz, em 4 de novembro de 1850, que visava proibir o tráfico negreiro, pode ter tido um impacto significativo na motivação da arrematação das escravizadas. A lei aumentou a valorização dos escravos existentes, uma vez que a importação de novos cativos foi proibida. Isso pode ter exacerbado os conflitos sobre a posse e o valor dos escravos, como evidenciado no caso de Maria e Joaquina. A proibição do tráfico negreiro ganha ainda mais relevância considerando a situação financeira da família de Maria Catharina do Espírito Santo, que, como mencionado, não possuía recursos financeiros significativos.

Logo, a insatisfação com o valor da venda levou, poucos meses após a arrematação, a solicitação de anulação de venda por Francisco Martins Gomes, filho da falecida Maria Catharina do Espírito Santo. Em um documento datado de 30 de agosto de 1852, Francisco alegou que Joaquim Gonçalves Gomes, “levado por ambição” (ACSM, inventário, 2º Ofício, 1840, p. 22), realizou a venda da escravizada sem o ajuste adequado de valor, argumentando que Maria valia, na época da arrematação, pelo menos o dobro do valor pelo qual foi vendida.

No entanto, em 14 de março de 1853, Francisco atualizou seu posicionamento sobre o pedido de anulação. Embora inicialmente buscasse a anulação do leilão, Francisco percebeu que essa medida pouco beneficiaria. Ele reconheceu que Maria frequentemente fugia e prestava pouco serviço útil, mencionando que “algumas vezes a mesma escrava fugia e não prestava serviço algum; além disso, pertencendo a vários senhores, no caso de invalidação da praça, pouca utilidade teria para o suplicante.”. Francisco também considerou os riscos adicionais, como doenças e a possível morte de Maria, que poderiam ocorrer se a situação permanecesse instável. Assim, em 1853, parecia inclinado a manter a arrematação, garantindo o valor já recebido e evitando futuras perdas (ACSM, inventário, 2º Ofício, 1840, p. 30).

No entanto, os conflitos familiares ressurgiram no processo criminal datado de 4 de março de 1854. Neste documento, Manoel Martins Gomes, outro filho e

herdeiro de Maria Catharina do Espírito Santo, solicitou sua parte da herança, já que ele e seus irmãos eram menores durante a partilha original e agora haviam alcançado a maioridade. Manoel retomou a arrematação de 14 de julho de 1852, destacando vários pontos para a nulidade da venda, sendo eles: 1) Joaquim não teria direito de solicitar a arrematação sem considerar a parte dos órfãos; 2) o suplicante, agora com 19 anos, tinha capacidade para administrar seus próprios bens, mas não foi ouvido no ato da arrematação; 3) a arrematação foi baseada na avaliação de 1840; e 4) “e como se não fosse bastante estas nulidades, quem será o Arrematante? Ele o próprio Tutor!!!” (ACSM, inventário, 2º Ofício, 1840, p. 42V). Apesar dessas argumentações, o desfecho foi similar ao anterior, com o suplicante reconhecendo que, devido ao comportamento indisciplinado de Maria, a anulação da arrematação não seria benéfica.

Os impasses relacionados a Maria persistiram. No entanto, apesar de receber menos atenção, a situação de Joaquina, irmã mais nova de Maria, também começou a ser discutida. Até meados de 1852, Joaquina, então com idade entre doze e treze anos, não havia sido muito mencionada. Contudo, agora ela se tornava um ponto de controvérsia entre os familiares. Nos autos do processo, Joaquim Gonçalves Gomes relata que, no momento da partilha, quando Joaquina tinha apenas 6 meses, foi estabelecido que a jovem serviria igualmente a todos os herdeiros por períodos de três meses. Posteriormente, Joaquim adquiriu as partes de Manoel e Francisco, garantindo assim o serviço de Joaquina por um período mais extenso.

Entretanto, surgiu uma reclamação de que Joaquina havia trabalhado por mais tempo para José Gonçalves, cunhado de Joaquim e casado com Francisca (filha da falecida Maria Catharina do Espírito Santo), do que o inicialmente acordado. Em resposta, Joaquim solicitou que Joaquina fosse trazida de volta para ele, conforme consta no item nº 4 do inventário:

vem o suplicante requerer a Vossa Senhoria se sirva de mandar passar o mandado de apreensão da mencionada escrava para que seja à mesma apreendida em mão do suplicado, ou do Capitão Manoel Carvalho Sampaio, para quem constar a venda, ou qualquer lugar seja encontrada (ACSM, inventário, 2º Ofício, 1840, p. 49).

A solicitação foi atendida favoravelmente a Joaquim, e uma ordem foi emitida dias depois para que Joaquina retornasse para ele (ACSM, inventário, 2º Ofício, 1840, p. 102).

A situação das filhas da escravizada Vitória parecia resolvida até que o Capitão Manoel Carvalho Sampaio, residente no Arraial de Cachoeira do Brumado, apresentou uma nova reclamação. O capitão alegou ter adquirido a parte de Maria e Joaquina de José Gonçalves em 1847. Segundo o Capitão, a compra feita por Joaquim não respeitou a transação realizada anteriormente. Joaquim, ao receber a intimação, afirmou estar cumprindo com os direitos de posse do Capitão e indicou que Maria estava sob sua posse (ACSM, inventário, 2º Ofício, 1840, p. 77). Esse argumento é detalhado nos autos subsequentes.

E qual é a matéria da questão? Não será o domínio, e ao mesmo tempo a posse da escrava Maria? Como é, portanto, que sem essa alta averiguação, e independente de se houvessem empregado os meios por Vossa Senhoria mesmo reconhecidos necessários, já se pode dar decisão sobre uma parte da disputa, sobre um direito mui importante, o da posse, mandando se cassar esse mandado de manutenção, e depois, decretando se a efetiva privação de um tal direito, por via de mandando de sequestro, ou depósito? A posse por si só fornece matéria para uma acção, bem conhecida de todas, e frequentemente empregada em o nosso Foro. Por tão ilegal, e capcioso [mais] não deve o suplicante ser desapossado da em que está. Nota agora Vossa Senhoria que três quartas partes da predita escrava Maria são propriedade do suplicante por ninguém contestada. (ACSM, inventário, 2º Ofício, 1840, p. 78, grifos nossos)

Este trecho destaca questões complexas relacionadas ao direito de posse e domínio sobre escravizados no contexto jurídico da época, sendo a matéria da disputa o direito de posse e domínio sobre a escravizada Maria. O trecho ressalta a importância da posse como um direito legal significativo, que deveria ser protegido e respeitado, questionando se o suplicante, Joaquim, deveria ser desapossado sem o devido exame das circunstâncias e das evidências. Ainda é mencionado que três quartos da escravizada Maria eram propriedade do suplicante (Joaquim), e que essa posse não era contestada por ninguém. Isso indica que, apesar dos conflitos, a posse de Joaquim sobre a maior parte de Maria estava formalmente reconhecida e não havia disputa quanto a essa parte específica.

Por fim, as fugas e as insubordinações de Maria, embora inicialmente destacadas, não foram o foco final do processo. Em vez disso, a ênfase foi colocada no valor e na utilidade dos serviços prestados. Assim, o que conseguimos concluir é que Joaquim Gonçalves Gomes conseguiu manter a posse de Maria, demonstrando a persistência e a influência dos interesses familiares na administração dos escravizados. Em contraste, o desfecho de Joaquina não é claramente documentado, mas a ausência de mais conflitos sugere que a situação pode ter sido resolvida de maneira mais tranquila.

5. Considerações Finais

A partir dos motivos apresentados no pedido de arrematação de Maria, foi possível compreender, em partes, as condições de vida dessa mulher durante o período de escravização em Furquim, Minas Gerais. No entanto, nossa análise enfrenta obstáculos significativos, pois a documentação disponível não oferece acesso direto à sua voz e à sua história completa, uma vez que não há registros diretos de suas falas. Além disso, a dificuldade em determinar sua idade exata acentua os desafios deste estudo. O inventário de 1840 e os processos de arrematação de 1854 apresentam, em algumas passagens, idades diferentes para Maria, dificultando uma compreensão precisa de suas experiências de vida. Essas inconsistências nos documentos históricos não apenas complicam a reconstrução de sua biografia, mas também ressaltam as limitações inerentes à pesquisa sobre indivíduos que, durante o período da escravidão, frequentemente estavam à margem das narrativas escritas e oficiais. Contudo, apesar dessas barreiras, a análise cuidadosa dos espaços de resistência que Maria criou e ocupou permite vislumbrar a complexidade e a agência de sua luta pela liberdade, bem como fornecer pistas sobre a vida de sua família.

No que diz respeito à sua família, composta pela mãe Vitória e pela irmã Joaquina, a análise dos documentos relacionados ao inventário, partilha e arrematação revela a complexa dinâmica de uma família matrifocal no contexto da escravidão em Minas Gerais. Em 1840, Vitória do Congo era um ativo valioso, mas não há registros posteriores sobre ela, exceto na listagem de bens daquele ano. A princípio, Vitória

não estava em regime de quarteamento e foi atribuída a um único herdeiro, o viúvo Francisco Ferreira Gomes. No entanto, após o falecimento dele, não sabemos ao certo o destino de Vitória. Esta ausência de informações posteriores sugere que Vitória pode ter enfrentado uma condição de invisibilidade ou marginalização dentro da documentação, refletindo a fragilidade da voz dos escravizados na narrativa histórica.

Joaquina, irmã de Maria, também desempenhou um papel significativo no complexo cenário da escravidão em Minas Gerais. Joaquina, embora menos documentada, não estava isenta das dificuldades e desafios impostos pelo sistema escravista. As disputas de posse que envolviam Maria também implicavam diretamente Joaquina, uma vez que ambas eram peças importantes no patrimônio familiar. A presença de Joaquina nos documentos, embora não tão proeminente quanto a de Maria, é indicativa das complexas dinâmicas familiares e das tensões associadas à posse de escravizados. A falta de documentação direta sobre Joaquina não diminui sua importância; ao contrário, destaca as lacunas e limitações nas narrativas históricas sobre os indivíduos escravizados.

Maria, por outro lado, emergiu como a figura central desse processo judicial. Suas fugas e as disputas sobre sua posse evidenciam uma constante negociação de sua liberdade e um desafio ao controle dos senhores. Apesar das múltiplas fugas e da resistência manifestada, o interesse por Maria foi mantido pelos membros da família, especialmente Joaquim Gonçalves Gomes, que buscava justificar sua posse com base nas qualidades da escravizada. A persistência de Maria em fugir, mesmo quando era encontrada, indica um ato contínuo de resistência e uma tentativa de redefinir sua própria liberdade dentro dos limites impostos pelo sistema escravista. A movimentação de Maria revela como as dinâmicas de sociabilidade muitas vezes ultrapassavam os limites impostos pelos senhores, impactando diretamente na estrutura familiar dos herdeiros.

As fugas de Maria e a documentação associada mostram como o espaço e a mobilidade foram elementos cruciais em sua resistência. Suas fugas não apenas

desafiavam a autoridade dos senhores, mas também exploravam a configuração do espaço urbano e rural de Minas Gerais. Sua constante movimentação e as disputas sobre sua posse revelam a importância do espaço como um cenário de luta pela liberdade. Como destacado por Muniz Sodré, a territorialização é um processo ativo de apropriação simbólica do espaço e Maria utilizava-se deste espaço para se movimentar entre diferentes proprietários e áreas, desafiando os limites impostos pelo sistema escravista. Sua capacidade de escapar e, possivelmente de se esconder, demonstra como o espaço urbano e rural se tornava um *locus* de resistência e subversão.

Assim, a trajetória de Maria ilustra como o conceito de espaço pode ser entendido de maneira mais complexa e multifacetada, integrando suas dimensões físicas, sociais e culturais. Nos termos de Michel de Certeau, Maria definitivamente seria uma caminhante, moldando o espaço através de suas práticas cotidianas e estratégias de fuga. Para ela, o espaço não era apenas um cenário físico, mas um campo ativo de resistência e negociação. De acordo com Juliana Barreto Farias (2006), as fugas eram estratégias de resistência que envolviam a formação de redes de apoio e a exploração dos espaços para desafiar o controle dos senhores. Maria utilizava seu conhecimento da região do Arraial e sua capacidade de movimentação para criar oportunidades de subversão, desafiando as dinâmicas de controle (Farias, 2006, p. 22-33).

O espaço, longe de ser um mero cenário, é um elemento ativo na construção e expressão da resistência e da identidade dos escravizados. O conceito de “vício em fuga” e a relação entre espaço e resistência destacam a luta de Maria contra a opressão. Sua movimentação entre diferentes locais e proprietários reflete uma estratégia consciente para escapar do cativeiro, explorando as brechas deixadas pelos conflitos familiares e disputas legais. Essa mobilidade permitia que Maria navegasse entre diferentes formas de controle, enfatizando a importância do espaço como um campo de luta e negociação para os escravizados.

Apesar das limitações da documentação, que não permite uma visão completa das experiências e da voz de Maria, a análise revela a complexidade e a agência de sua resistência. A constante luta de Maria pela liberdade, aliada à sua capacidade de se movimentar e desafiar o sistema escravista, oferece uma visão significativa das estratégias de resistência no contexto da escravidão em Minas Gerais. Assim, mesmo com o processo de quarteamento sendo experienciado por Maria e Joaquina, os processos no inventário giram quase que exclusivamente em torno de Maria e sua fuga. Isso demonstra como a fuga se tornou um elemento crucial na dinâmica escravista, levando à amplas medidas de tentativa de controle.

Em resumo, o espaço, enquanto palco de disputas simbólicas como mencionado por Muniz Sodré, permitiu que Maria utilizasse suas estratégias para buscar a liberdade, desafiando as dinâmicas de controle impostas pelo sistema escravista. A análise histórica dessas fugas, à luz de conceitos geográficos e culturais, nos permite compreender a complexidade das experiências escravistas e a importância do espaço como elemento crucial de resistência e luta por liberdade. Maria, residindo em Furquim, utilizava as oportunidades de mobilidade para desafiar sua condição de cativo. Sua constante movimentação, “ora procurando um, ora outro” dono, indica uma estratégia consciente de resistência. Ao deslocar-se continuamente entre diferentes espaços e proprietários, Maria dificultava o controle absoluto sobre sua vida. Assim, a mobilidade oferecia um cenário propício para táticas de subversão, onde a supervisão direta era menos intensa, permitindo que Maria se evadisse das autoridades e dos vigilantes. Para Maria, o espaço não era apenas um cenário passivo, mas um campo ativo de luta e negociação.

REFERÊNCIAS

FONTES

Arquivo da Casa setecentista de Mariana:
Inventário, 2º Ofício, 1840⁹.

Processo crime, 1º Ofício, 1854.

⁹ Acessado em <https://casasetecentista.lampeh.ufv.br/visualizador?id=3633> no dia 05/08/2014 às 15:35.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Francisco Eduardo. Roceiros em Minas Gerais do Segundo Quartel do Século XIX: hierarquia na agricultura de Mariana da primeira metade do século XX. **Revista do LPH**, n° 7, p. 108-118, 1997.

ANDRADE, Francisco Eduardo. **Espaço econômico agrário e exteriorização colonial: Mariana das Gerais nos séculos XVIII e XIX**. Termo de Mariana: História e documentação. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, p. 98-113, 1998.

ÂNGELO, Claudia Aparecida. **Antônio Pereira e Furquim no contexto da mineração no início do século XIX**. Instituto de Ciências Humanas e Sociais/UFOP, p. 1-41, 2001.

CAMILO, Débora Cristina de Gonzaga. **As donas da rua: comerciantes de descendência africana em Vila Rica e Mariana (1720-1800)**. Ouro Preto: Editora UFOP, 2014.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Artes do Fazer. 22ª. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DE ANDRADE, Leandro Braga. **Senhor ou camponês? Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX**. Mariana: 1820-1850. 2007.

DO VAL COSENTINO, Daniel. A economia mineira no século XIX e a transição do trabalho escravo para o trabalho livre. **Revista Debate Econômico**, v. 1, n. 2, p. 28-53, 2013.

FARIAS, Juliana Barreto et. al. **Cidades negras: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2006.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. 2ª edição. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1986, p. 499.

FIORANTE, Karina Eugenia; FERREIRA, Lohanne Fernanda Gonçalves. Geografias do Brasil no século XVIII: a Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 14, p. 1-17, e2014474, 2020.

FONSECA, Cláudia Damasceno. Urbs e civitas: A Formação dos espaços e territórios urbanos nas Minas setecentistas. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 20. n. 1, p. 77-108.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro, 1790-1830**. Editora Record, 1998.

GODOY, Paulo; BRAY, Silvio. Considerações sobre o espaço urbano no Brasil. In: GERARDI, L. H. O (Org.). **Ambientes: estudos de Geografia**. Rio Claro: Ageteo, p. 185-200, 2003.

LEITE, Ilka Boaventura. **Antropologia de Viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX**. Belo Horizonte: UFMG, 1996.

PARRON, Tamis Peixoto. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2011.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio; PAULA, João Antônio de; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Redes de cidades em Minas Gerais no século XIX In: **História Econômica & História de Empresas**, vol. VII, n. 1, jan-jun 2004, São Paulo: Hucitec/ABPHE, 2004.

SANTOS, Milton. O mundo não existe. **Veja**, Rio de Janeiro, Editora Abril, ano 27, n. 46, 16 nov. 1994.

SILVEIRA, Marco Antonio. Justiça e poder numa sociedade em transformação- Mariana, Minas Gerais (1745-1872). In: **XIV Jornadas Interescuelas/Departamentos de História**. Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Letras. Universidade Nacional de Cuyo, 2013.

SODRÉ, Muniz. **O Terreiro e a Cidade: a forma social negro-brasileira**. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo: Imago, 2002.

VASCONCELOS, Diogo de. **História antiga das Minas Gerais**. Belo Horizonte, Itatiaia, Brasília, 1974.

EM LUTA PELOS ANIMAIS: os processos judiciais envolvendo Palmira Gobbi e a ARPA (1950-1980)

Elenita Malta Pereira¹
Thamires Aparecida Pereira da Silva²

Artigo recebido em: 01/09/2024.
Artigo aceito em: 12/12/2024.

RESUMO:

Ao longo de trinta anos, Palmira Gobbi foi protagonista da defesa animal no Rio Grande do Sul, e, com isso, se envolveu em várias disputas judiciais. O artigo tem como objetivo analisar as situações em que Palmira foi citada em processos judiciais entre as décadas de 1950-1980, com acusações de calúnia e difamação, invasão de domicílio, apropriação indevida de animais e armas, entre outras questões de natureza legal. A atuação de Palmira desafiava os padrões de gênero da época, não se restringindo ao âmbito privado, como era esperado para mulheres de classe média alta. Nesse sentido, os processos judiciais nos permitem conhecer um pouco mais dessa trajetória importante para a história da proteção animal no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Palmira Gobbi; Proteção animal; Processos judiciais; Relações de gênero; História ambiental.

Fighting for animals: the lawsuits involving Palmira Gobbi and ARPA (1950-1980)

ABSTRACT:

For thirty years, Palmira Gobbi Dias was a leading figure in animal rights in Rio Grande do Sul, and as a result, she was involved in several legal disputes. This article aims to analyze the situations in which Palmira was indicted or a plaintiff in legal proceedings between the 1950s and 1980s, with accusations of slander and defamation, home invasion, misappropriation of animals and weapons, among other

¹ Professora e Coordenadora no Curso de História da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3153957325053957>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9835-391X>. E-mail: elenita.malta@ufr.edu.br. Coordenadora do projeto de pesquisa “Palmira Gobbi, a protetora dos animais: Relações entre humanos e animais no Brasil (1949 -1979)”, que deu origem ao presente artigo.

² Graduanda no Curso de História da Universidade Federal de Rondonópolis (UFR). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5863705796181792>. E-mail: thamirisp699@gmail.com. Foi bolsista de Iniciação Científica do projeto de pesquisa “Palmira Gobbi, a protetora dos animais: Relações entre humanos e animais no Brasil (1949 -1979)”, desenvolvido na UFR.

legal issues. Palmira's actions challenged the gender standards of the time, not being restricted to the private sphere, as was expected for upper-middle-class women. In this sense, the legal proceedings allow us to learn a little more about this important trajectory in the history of animal protection in Brazil.

KEYWORDS: Palmira Gobbi; Animal protection; Legal proceedings; Gender relations; Environmental history.

1. Introdução

Por trinta anos, Palmira Gobbi Dias (1909-1979), mais frequentemente citada apenas como Palmira Gobbi, foi personagem marcante na proteção animal no Rio Grande do Sul. Nascida em 09 de abril de 1909, em Porto Alegre, foi uma das fundadoras da Associação Riograndense de Proteção aos Animais (ARPA), em 13 de maio de 1949. Ocupou o cargo de presidente da ARPA por vários anos, posição em que se destacou nos embates com aqueles que maltratavam os animais de diferentes formas.

A atuação de Palmira desafiava os padrões de gênero da época no Brasil, não se restringia ao âmbito privado, como era esperado para mulheres de classe média alta. Seus embates se davam em vários espaços públicos: nas ruas, na sede da ARPA, nos jornais e no âmbito judiciário. Essa atuação gerou muito interesse da imprensa na época, várias matérias jornalísticas trataram tanto a trajetória da protetora, como as situações em que essa se envolvia para defender os animais. Por conta desses embates, ela se envolveu em disputas que geraram processos judiciais, fontes que evidenciam a agressividade e violência que permeava a atuação de Palmira como protetora animal, muitas vezes.

O artigo é um dos resultados de pesquisa maior, de cunho biográfico sobre Palmira Gobbi, e busca oferecer uma visão mais abrangente das suas lutas, no contexto em que atuou: as décadas de 1950-1970. Este estudo se enquadra na história das relações entre animais humanos e não humanos, uma das possibilidades de pesquisa da história ambiental, que busca entender as interações entre seres humanos e o ambiente ao longo do tempo. Abordaremos os processos judiciais encontrados

em dois acervos³, que envolvem Palmira Gobbi e a Associação Riograndense de Proteção aos Animais (ARPA), bem como suas implicações na história da proteção animal no Brasil.

O estudo analisou seis processos específicos, que envolveram acusações de calúnia, difamação, invasão de domicílio, apropriação indevida de animais e armas, entre outras questões legais. Percebemos que Palmira foi mais frequentemente ré do que autora. Os processos judiciais revelam que a atuação de Palmira muitas vezes exigia agressividade e até violência física, em confrontos em espaços públicos e privados.

Esta pesquisa inédita oferece insights valiosos sobre a história da proteção animal no Brasil, explorando as complexidades e desafios enfrentados por Palmira Gobbi em sua luta pela defesa dos animais. Estudar essa trajetória é fundamental para entender o desenvolvimento do movimento de proteção animal e as mudanças nas percepções e práticas em relação aos direitos dos animais em nosso país.

2. A protetora animal Palmira

O fato de Palmira ser uma mulher com um protagonismo importante na sociedade em que viveu nos traz questionamentos e reflexões sobre a temática de gênero. Na primeira metade do século XX, no Rio Grande do Sul, influenciado pela teoria positivista, ainda se esperava que as mulheres de classe média se dedicassem ao cuidado da casa, da família, do esposo e de filhos, contentando-se em seguir o destino de “rainha do lar”. Segundo os estudos de Joana Pedro (2000) e Celi Pinto (1986), o positivismo predominante no RS favoreceu certo avanço na posição da mulher, pois recomendava que as mulheres fossem educadas. Porém, “apesar de valorizar o papel da mulher na família e na sociedade, o positivismo reforçou o seu lado doméstico e sua exclusão no mundo político” (Karawejczyk, 2020, p. 71).

³ O Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS), onde foram encontrados três processos envolvendo Palmira, dois deles são objetos deste artigo; e o Memorial do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (MTJRS) onde constam 14 processos citando Palmira e a ARPA; neste artigo, analisamos quatro deles.

A trajetória de Palmira, no entanto, transcendia esse estereótipo. Palmira se casou duas vezes: no APERS, consta o processo de desquite do primeiro marido, José Salgueiro, com quem ficou casada quase vinte anos (entre 14/09/1927 e 31/05/1947). Palmira e José não tiveram filhos, se separaram de comum acordo, não tinham bens a partilhar, e ela renunciou “a qualquer pensão alimentícia por parte do referido cônjuge marido” (Estado do Rio Grande do Sul, Processo 208, 1947, APERS).

É interessante perceber nesse gesto, por parte de Palmira, um anseio por independência, algo que podemos vislumbrar ao longo de sua trajetória de protetora animal também. Em 1947, ainda não existia divórcio no Brasil. A Lei 6.515 seria introduzida apenas em 1977, inserindo a possibilidade de dissolução oficial do casamento (Brasil, Lei 6.515, 1977).

Palmira teve um segundo companheiro, com quem ficou até o final da vida, o comerciante português José Francisco Dias (1905-1986). Os dois se casaram oficialmente apenas em 1970, e ela passou a assinar Palmira Gobbi Dias. Não sabemos a data exata em que se conheceram, porém dois anos após o desquite ela já se apresentava com o sobrenome Dias, quando fez parte da comitiva que visitou o governador do Estado, Valter Jobim (PSD), em 1949, para explicar “os fins da Associação Protetora dos Animais” (Recorte de jornal S/pág., 1949, AHBB), recém fundada.

Com José Francisco, Palmira teve uma vida confortável, o casal fez várias viagens internacionais, em especial para Portugal e Espanha (Dias, 2023), pois ambos tinham ligação com esses países. Dias era nascido em Avintes, Portugal, e retornava para visitar a família, ocasionalmente; Palmira era filha de mãe espanhola, Dolores Gobbi e pai italiano, Virgílio Gobbi. A estabilidade financeira e o fato de não ter filhos biológicos talvez tenha contribuído para que Palmira tenha se voltado para outra forma de cuidado: a proteção animal.

A historiadora Ana Vosne Martins afirma que nos séculos XIX e XX “cuidar se tornou um verbo de ação feminina, da mesma maneira que certos sentimentos

passaram a ser associados à feminilidade, como é o caso da bondade e do altruísmo” (Martins, 2021, p. 154). As mulheres seriam “naturalmente” mais preparadas para cuidar da casa e da família. As que pertenciam às classes mais privilegiadas poderiam ocupar-se com outras formas de cuidado, como dos mais pobres. Palmira, no entanto, resolveu dedicar-se à causa animal, a partir de um suposto chamado, de São Francisco de Assis, para que assumisse a tarefa (Lima, 1955).

Aliando uma justificativa religiosa – São Francisco de Assis é conhecido como “santo protetor dos animais” – e a perspectiva do cuidado, algo visto como parte de um “papel feminino”, Palmira construiu uma atuação pública que recebeu muita visibilidade na época (Pereira, 2024). Essa atuação não foi unânime, como os processos judiciais deixam entrever.

3. História ambiental e proteção animal

A história ambiental é um campo de estudo que investiga as interações entre seres humanos e o ambiente ao longo do tempo. Ela “coloca a sociedade na natureza” (Drummond, 1991), para examinar como as sociedades moldam e foram moldadas pelo mundo natural, considerando os impactos e as transformações que essas interações trouxeram para ambos os lados.

A história ambiental não se limita apenas a narrativas cronológicas de eventos, mas busca compreender as motivações culturais, econômicas, políticas e tecnológicas que interpõem essas mudanças. Este campo de estudo ganhou destaque à medida que a consciência sobre os impactos humanos no meio ambiente aumentou. A história ambiental oferece *insights* valiosos para lidar com os desafios contemporâneos, como mudanças climáticas, perda da biodiversidade, usos do solo, escassez de recursos, florestas, águas, ativismo ambiental, proteção animal, entre outros.

Uma das características marcantes dessa área é a interdisciplinaridade. De acordo com Pádua (2010), “ao dialogar hoje com as ciências naturais, a história ambiental se situa em um contexto teórico muito diferente daquele que alimentou as

formulações deterministas do passado”. É preciso levar em conta “toda a crítica interna produzida nas ciências sociais em relação aos riscos dos reducionismos geográfico, biológico etc.”. Por outro lado, “as ciências naturais adquiriram maior sofisticação teórica, calcando-se em finas metodologias ecológicas, radicalmente abertas e interativas”.

Entre os tantos temas e possibilidades de estudo, na história ambiental, temos a história dos animais e a história da proteção animal. Ao estudar a trajetória de Palmira, nosso objetivo é compreender melhor o seu papel como protetora animal na segunda metade do século XX no Rio Grande do Sul, mas também, por meio dessa trajetória, acessar a história da proteção animal no sul do Brasil. Para Duarte (2019, p. 35) “a história dos seres humanos é também uma história dos animais. Não há retorno da segunda ruptura narcísica, desde que Darwin escandalizou a sociedade vitoriana ao evidenciar a condição do *Homo sapiens*. Integramos a vida animal no planeta”. Essa consideração é pertinente,

pois uma história que não inclui os animais omite um ponto crucial da trajetória das sociedades humanas no planeta Terra. E isso também vale, claro, para o Brasil, porque os animais sempre compuseram a vida dos seus habitantes. Muito antes da chegada dos portugueses, populações nativas relacionavam-se com a fauna na construção de visões de universo, na caça, aliança e convívio afetivo. Eram, por vezes, presas, por vezes, caçadores (Duarte, 2019, p. 35).

Os animais têm sido nossos companheiros leais, nos ajudando a enfrentar a solidão e trazendo alegria aos nossos dias. Além disso, eles nos ensinam a importância do cuidado e da empatia.

O conceito de proteção aos animais trata-se de um conjunto de práticas, leis e atitudes destinadas a garantir o bem-estar, a segurança e os direitos dos animais. Isso envolve a prevenção de crueldade, maus-tratos e exploração desnecessária de animais por parte dos seres humanos. A proteção aos animais busca assegurar que os animais sejam tratados com respeito e consideração, levando em conta suas necessidades naturais e seu direito a uma vida livre de sofrimento desnecessário.

No mundo, a proteção dos animais começou a ser pensada no século XIX. A primeira sociedade protetora dos animais foi a Sociedade Real para a Prevenção da Crueldade contra os Animais (Royal Society for the Prevention of Cruelty to Animals - RSPCA), fundada em 1824, em Londres, Reino Unido. Essa organização foi uma das primeiras na promoção do bem-estar animal e no combate contra a crueldade em relação aos animais. A RSPCA estabeleceu um marco importante na história do movimento de proteção aos animais e serviu como um dos primeiros modelos para a criação de sociedades em outras partes do mundo.

Referente ao contexto brasileiro, a historiadora ambiental Natacha Ostos estudou as sociedades de proteção aos animais em São Paulo e Rio de Janeiro (Ostos, 2017a; 2017b; 2019). Ela pesquisou a primeira entidade do gênero fundada no Brasil, a União Internacional Protetora dos Animais (Uipa), criada na cidade de São Paulo, em 1895. Seus membros iniciais eram da elite paulista (políticos, juristas, professores, etc.). Já no século XX, surgiu a Sociedade Brasileira Protetora dos Animais, no Rio de Janeiro, em 1907. As pesquisas de Ostos mostram que o estado de São Paulo se destacou na defesa dos animais, demonstrando um forte ativismo. As associações fundadas em São Paulo já possuíam um alto grau de organização e boa estrutura, mesmo se compararmos com as ONGs da atualidade. Por exemplo, a Uipa contava com “hospital, cemitério e asilo zoophilos, além de linhas telefônicas para receber denúncias e pedidos de ajuda, com um número exclusivo para o plantão noturno” (Ostos, 2017b, p. 55).

Em 1910, surgiu a Sociedade Protectora dos Animaes, no Rio Grande do Sul (*sic*), entidade que não teve longa atuação, o que demonstra que a proteção dos animais já era um tema presente no estado, antes da atuação de Palmira, mas que ganha muita força com a fundação da ARPA em 1949.

Natascha Ostos, em parceria com Regina Duarte, tratou da relação humanos e animais em Minas Gerais. Em um capítulo de livro, as autoras mencionam a fundação da Sociedade Mineira Protectora dos Animaes, em 1925, dirigida por Clotilde Isabel de Carvalho. Sob a liderança de Clotilde, a entidade promoveu diversas

ações em favor dos animais, usando referências caras aos mineiros para angariar a simpatia da população, a exemplo da religiosidade católica (Duarte; Ostos, 2020), postura muito semelhante à adotada por Palmira.

No campo da história ambiental e da história da proteção aos animais, não há estudo sobre a trajetória de Palmira Gobbi e da ARPA, ou, em um contexto mais amplo, sobre as entidades de proteção animal do estado do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, nossa pesquisa é inédita. Pode contribuir para introduzir o tema e, ao mesmo tempo, dialogar com as pesquisas já realizadas sobre outros estados, em especial as já realizadas pela historiadora Natasha Ostos.

4. Os processos judiciais como fontes históricas

Os processos judiciais que embasam o artigo foram classificados com base na temática, motivos, conceitos e termos recorrentes. Assim, relacionar os dados com as informações qualitativas foi de suma importância no auxílio de uma melhor compreensão histórica. Essa classificação facilitou o nosso trabalho para entender melhor as informações e significados presentes em cada processo.

Foram objeto de análise na nossa pesquisa seis processos judiciais, que estão guardados fisicamente em dois acervos: dois deles no Arquivo Público do Rio Grande do Sul (APERS) e quatro no Departamento de Arquivos do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (DARQ-TJRS). Desses processos, quatro envolvem diretamente Palmira Gobbi e dois a ARPA. Dos quatro processos em nome de Palmira, ela é ré/querelada/indiciada em todos. Nos dois processos em nome da ARPA, a Associação é a ré em ambos.

Discutindo o uso de fontes judiciais, Rodrigo Weimer (2021, p.115) entende que esses “documentos evidenciam muito mais sobre conjuntos de valores compartilhados ou interesses envolvidos, por meio das formas atravessadas como dizem e através de seus silêncios”. Nos processos judiciais de Palmira, percebemos isso, as situações expressas nos processos despertam nossa curiosidade sobre o resultado de uma acusação a ela, ou como foi a solução da contenda, no entanto, a

maioria das vezes, não é possível saber o desfecho exato, porque sobraram apenas fragmentos do passado. O autor entende que “isso não significa que as versões dos atores sociais envolvidos sejam inaudíveis, apenas que passam por inúmeros filtros” (Weimer, 2021, p.115).

Karl Monsma (2011, p. 30) acrescenta que “quando a amostra de unidades usada para uma análise estatística é limitada de alguma maneira por processos não aleatórios, existe a possibilidade de viés de seleção”. Assim, a seletividade da amostra “pode render resultados distorcidos porque a natureza das relações entre variáveis nos casos incluídos na amostra não é necessariamente igual às relações que observaríamos em uma amostra aleatória”.

Na tentativa de superar essas dificuldades, nossa análise está levando em conta também as fontes jornalísticas, felizmente, encontradas numa variedade e número razoável, pois a atuação de Palmira despertava a curiosidade da imprensa porto-alegrense da época. A seguir, descrevemos brevemente as características e andamentos de cada processo:

1) Nº XX-12/04/1955 – “Caso da Linguíça” – APERS

Esse processo foi movido pelo comerciante Reinaldo Sparenberger, de Canoas-RS, contra Palmira, alegando calúnia e difamação, porque, segundo ele, Palmira teria levado ao conhecimento de autoridades e da imprensa (Folha da Tarde, 10/03/1955, APERS) que ele fabricaria linguíça com carne de cachorro. A notícia do fato no jornal teria causado “um prejuízo incomensurável” para suas atividades comerciais. Foram ouvidas cinco testemunhas, todas favoráveis à atuação de Palmira.

O processo engloba tanto a acusação à Palmira e os depoimentos das testemunhas, como as matérias de jornais abordando o caso. Segundo a primeira reportagem, vizinhos de “Foguinho” (apelido de Sparenberger) teriam denunciado que ele fabricava em sua casa linguíças – na frente do local, haveria uma “taboleta” com os dizeres “Aceitam-se cachorros novos”. Além disso, foi acusado de maus tratos a cães, e por esses motivos, denunciado à ARPA. Foram publicadas três matérias no

jornal *Folha da Tarde*, de Porto Alegre (10/03/1955, 11/03/1955 e 30/03/1955)⁴, o que gerou uma repercussão na capital, levando Sparenberger a publicar um texto “A pedido” de resposta no mesmo jornal em 31/03/1955.

Nessa resposta, afirma que nunca fabricou linguiça com carne de cachorros e acusa Palmira de abuso de autoridade. É interessante que Sparenberger tece considerações relativas ao gênero em sua relação com Palmira:

Tratando de uma mulher, a quem não podia revidar com o gesto que ela merecia, restou então apenas lastimar pela influência que os animais, seus protegidos, tiveram sobre ela, conduzindo-a à irmandade (Sparenberger, 31/03/1955; APERS, p. 27)

Na sequência, Palmira se pronuncia, também num “A Pedido”, dizendo que as vizinhas de Sparenberger comunicaram-na que ele teria enforcado um cão e haveria em seu pátio outros dois, um deles estaria sendo devorado vivo por formigas. Palmira responde a ofensa de ser comparada a um animal, com ironia:

o senhor no seu primeiro ‘A Pedido’ me irmana aos irracionais, o que muito lhe agradeço, mas costumo usar forma racional para tratar os infratores do Decreto n. 24.645 e dou por encerrada qualquer polêmica neste sentido (Gobbi, 12/04/1955; APERS, p. 15)

O Decreto 24.645 (Brasil, 1934) foi publicado no governo Vargas, em 1934 e estabelecia medidas de proteção aos animais. Palmira o citava frequentemente e o usava como guia de sua atuação contra aqueles que maltratavam os animais.

Todas as cinco testemunhas prestaram depoimento a favor de Palmira. Um deles era veterinário da ARPA, Alonso Dauber Tenezes, que esteve na casa de Sparenberger e viu o cão sendo devorado por formigas. Como veterinário, realizou o sacrifício desse cachorro, e encontrou outro cão com pneumonia no mesmo local. Também relatou que Palmira sempre tentava “ser serena e imparcial, agindo da melhor forma de não desautorizar os donos e nem prejudicar os animais” (Estado do RS, Processo XX-12/04/1955, APERS, Folha 25). Em sua opinião, a Associação não teria nada a ver com a notícia publicada.

⁴ As matérias de jornal se encontram dentro do processo no APERS, em recortes, sem os números das páginas.

Das outras quatro testemunhas, cabe destacar que eram todas homens: dois eram membros da ARPA, um era policial (delegado de Polícia na Delegacia de Acidentes) e outro assistente legislativo da Assembleia Legislativa do Estado, mas que já fora Chefe de Polícia do Estado. Todos conheciam Palmira há bastante tempo e ressaltaram em comum sua idoneidade e dedicação à proteção dos animais.

Esse processo ficou sem desfecho, sendo arquivado, pois Sparenberger não compareceu à audiência de julgamento, sendo considerado “abandono da instância”, e “desinteresse pelo caso”. Talvez pela repercussão negativa na imprensa e pelo desgaste gerado ao querelante, este tenha resolvido não seguir adiante contra Palmira.

2) N ° 130-1966 - “Apropriação indébita do Cão King” – DARQ TJRS

O processo trata de uma acusação de apropriação indébita contra Palmira, indiciada pela estudante universitária Mariza Wildt, residente em Porto Alegre. A querelante era proprietária de um cão de raça “pequínês”, macho de quatro anos de nome “King”.

A querelante alegou que sua mãe, Maria Wildt Graziani, levou seu cão King até Palmira, pois a mesma era proprietária de um hospital para cães e uma pessoa muito conhecida na cidade de Porto Alegre, com a finalidade de tratá-lo de uma coceira alérgica. Mariza afirmou que, mesmo sem ver o cão, Palmira disse que o mesmo tinha uma doença incurável, e sugeriu que sua mãe entregasse o animal para ser levado a pessoas no interior do estado que se interessavam por cães de raça e não se importavam com as enfermidades. De acordo com o veterinário que acompanhava o cão da família, a doença de King era corriqueira em cães naquela época do ano, não seria algo crônico ou incurável.

Dessa forma, segundo o depoimento de Mariza, o acordo entre sua mãe e Palmira seria que o cão ficaria no hospital para o tratamento. Ela alega também que deixou o pagamento para o tratamento do cão. Passando depois para saber como King estava, descobriu que o cão havia sido eliminado, pois não responderia ao tratamento. Não contente com o ocorrido, após muitas evasivas de Palmira, e não

tendo certeza de que o cão fora abatido, foi à procura de pessoas que a ajudassem a interceder junto a Palmira. Porém, não conseguiu resolver, pois Palmira afirmou que o cão fora sacrificado.

Palmira, em sua defesa, afirmou que a senhora Maria Wildt levava o cão, que era portador de “Ecnaze crônica”. Palmira disse que a mulher levou o cão até ela para sacrifício, pois o mesmo “estava a agonizar com a doença”, com isso, ela pediu que Maria assinasse um papel para a autorização do sacrifício e o pagamento para o abate. Segundo a versão de Palmira, a senhora Maria teria pedido para que não contasse para sua filha que o cão seria abatido; Palmira alegou que não conhecia sua filha, então não teria porque contar, mas se a mesma telefonasse para saber do animal falaria que o mandara para o interior do estado.

Como previsto, Mariza telefonou para Palmira, que confirmou a história de que o cão teria sido levado para o interior do estado, e em resposta ouviu as seguintes palavras “A SENHORA É UMA LADRA, UMA CHANTAGISTA, ETC. [grifo no original]” (Estado do RS, Processo 130-1966-TJRS, Folha 7). Sendo assim, Palmira se viu obrigada a falar que o cão foi sacrificado a mando de sua mãe.

Constam no processo o depoimento de quatro testemunhas, entre elas, dois veterinários. O primeiro, Reno Lorenzoni, atestou que o cão “durante o período por si assistido profissionalmente, não apresentava nenhuma moléstia grave ou infecciosa” (Processo 130-1966-TJRS, Folha 13). O segundo, Alonso Menezes, por outro lado, disse que Palmira chegou em sua casa com um “um atestado passado pela dona do cão, que autorizava o sacrifício do referido animal”, após examiná-lo, constatou um eczema crônico “incurável”, com “cheiro insuportável”, e por isso o sacrificou (Estado do RS, Processo 130-1966-TJRS, Folha 14).

Convém destacar que o primeiro veterinário era membro fundador da ARPA, e deu uma opinião favorável à vida de King. O segundo veterinário, a pedido de Palmira, examinou o cão e foi de opinião de que a moléstia era incurável, por isso o sacrificou. Menezes é o mesmo veterinário que acompanhou Palmira no processo da linguíça, e que também sacrificou um dos cães de Sparenberger, como vimos acima.

Ambos os laudos são contraditórios entre si, e o segundo diverge do que se esperaria de uma atitude protetora do animal, hoje. Na falta de documento nos processos que esclareça melhor essa questão, podemos interpretar que, em 1966, diante da falta de melhores tratamentos para doenças caninas, alguns veterinários poderiam optar pela morte dos animais.

Não houve solução final, o caso não foi levado para frente, Palmira alegou que Maria mentiu para sua filha Mariza, pois teria deixado o cachorro King para sacrificar e não para tratamento. É interessante perceber que esse é o único processo em que consta o nome do animal motivador do conflito: King (Rei, em português), e uma foto do mesmo.

Figura 1: Cãozinho King



Fonte: Processo 130-1966-TJRS

3) Processo N° 60-1957 – “Violação de domicílio” - APERS

Nesse processo, Palmira Gobbi foi indiciada por violação de domicílio, acusada pela comerciante Luiza Laccarino Lauria. Ela afirmou que Palmira mandara arrombar a porta de seu estabelecimento para libertar um animal. Palmira em sua defesa afirmou que a porta já estava aberta antes das autoridades policiais chegarem ao local, e que a ARPA fora acionada, pois estava presa no estabelecimento uma cachorra que gritava muito por sua liberdade. As autoridades chegaram na loja e abriram a porta para o cão sair; a polícia técnica foi ao local para ver se houve o arrombamento: o perito técnico constatou que não houve. Ouvidas as testemunhas e depoimentos, o juiz que estava responsável entendeu que não se configuravam os

delitos atribuídos na representação de fatos, assim sendo, pediu o arquivamento do inquérito policial.

4) Processo 01178188239 – 1975 – ARPA – “Caso da cobra” - DARQ TJRS

Nesse processo, a ARPA foi a ré e o requerente foi Carlos Angelin Costa, proprietário de uma cobra “caninana” (*Spilotes pullatus*) medindo 1,80 m de comprimento, em cores preta e amarela”, que vivia com ele em sua casa, porém os vizinhos acionaram a ARPA para que aprendesse o animal. Com isso, Carlos entrou com o processo contra a Associação, alegando que tratava-se de um animal “altamente útil, doméstico e domesticado, já que é perfeitamente adaptável ao ambiente que lhe for proporcionado”. Carlos entendia que a cobra não ameaçaria os vizinhos, pois “sua alimentação consiste na caça a ratos, rãs, morcegos e outros insetos incômodos, em cada 10 dias uma vez, mais ou menos”, quando não havia animais para ela caçar, ele oferecia “de 3 a 4 pintos recém-nascidos, ao mês e nada mais” (Estado do RS, Processo 01178188239 – 1975 – TJRS, Folha. 2).

Em sua defesa, Carlos apresentou um atestado de que a cobra não era venenosa, emitido por um veterinário. Palmira não se pronunciou e muito menos a Associação, sendo então arquivado o processo. O juiz decidiu pela manutenção da cobra junto a Carlos, que continuou com seu bichinho de estimação exótico.

5) Processo 401-1966 – “Apropriação indébita de Arma que matou cão” - DARQ TJRS

Nesse processo, Palmira foi acusada de apropriação indébita de uma arma que matou um cão. A arma era de propriedade do querelante, Antônio Francisco de Paula. O motivo dessa apropriação foi pelo fato de que Antônio tinha matado um cão de propriedade de Pedro Osório Antunes Ferreira. O mesmo acusou Antônio de matar o cão e de maltratar muitas vezes animais na rua.

A partir de uma denúncia, a ARPA intimou o comparecimento de Antônio na sua sede. Segundo Antônio, Palmira teria apreendido seu relógio e disse que ficaria

com ele até a entrega da arma com que matou o cão. Então ele voltou com a arma, dias depois, e Palmira a apreendeu e entregou por ofício à Polícia.

Nesse processo, constam quatro depoimentos, incluindo o de Palmira. Segundo ela, Antônio “era acostumado a maltratar animais, inclusive, jogar nos mesmos água fervendo” (Estado do RS, Processo 401-1966-TJRS, Folha 5). Pedro, dono do animal, afirmou que o cão se soltou da corrente e correu para a rua; minutos depois, ouviu os disparos da arma de fogo, e com medo de ser atingido, perguntou de longe se Antônio teria matado seu cão, e o mesmo disse que sim. Então levou o caso à ARPA, onde relatou a Palmira todo o ocorrido, assim foram feitos os trâmites legais para a intimação de Antônio.

A arma não era de propriedade de Antônio, ele pegou emprestado com um amigo. O juiz não entendeu como um ato ilícito e decidiu que o querelante poderia entrar com pedido para recuperar sua arma de calibre 22.

6) Processo 01180013268-1980 – “Reintegração de posse” - DARQ TJRS

Outro processo em que a ARPA foi ré foi o de reintegração de posse. A querelante, Nilza Gomes, era dona de um chácara e acusou a Associação por violação de domicílio e por ter levado os seguintes animais de sua propriedade: duas vacas, dois touros, duas terneiras, três terneiros, seis cabritos e vinte e oito porcos.

Segundo Nilza, “os referidos animais foram retirados de sua chácara, a mão armada, nos dias de 19 e 20 de dezembro de 1979, pela ARPA, sem qualquer explicação e à margem de qualquer amparo legal” (Estado do RS, Processo 01180013268-1980 - TJRS, Folha 2). Teria havido flagrante de invasão ao domicílio a mão armada pelo grupo que foram ao local, fiscais e membros da Associação, sem mandado judicial, alegando que os animais estavam em situação de maus tratos.

O advogado de defesa de Nilza afirmou que seus animais sempre foram bem tratados e que não tinha o porquê de serem apreendidos. Segundo ele, depois da apreensão, os animais estariam “confinados em lugar insalubre (depósito de lixo), mal tratados, em situação incompatível com os preceitos da ARPA” (Estado do RS, **Revista Espacialidades** [online]. 2025.1, v. 21, n. 1, ISSN 1984-817X [370]

Processo 01180013268-1980 - TJRS, Folha 3). No dia em que os animais foram levados da chácara, Nilza encontrou o caminhão com seus porcos estacionado a uns três quilômetros de sua propriedade. Surpresa, ela

indagou sobre o que estava ocorrendo, quando foi violentamente repelida por determinação do Inspetor Reis (presume-se que da Delegacia de Viamão), que a viva voz disse para os demais componentes do grupo: ‘não deem bola para essa mulher. Ela é louca’ (Estado do RS, Processo 01180013268-1980 - TJRS, Folha 3)

A decisão do juiz considerou que Nilza havia sido notificada pela ARPA e “tinha o prazo de três dias para pagar despesas referentes aos animais, sob pena dos mesmo serem leiloados e ser processados pela Delegacia de Viamão por maus tratos aos animais”. Porém ele se declarou “incompetente para o exame e julgamento” e recomendou que a querelante procurasse a esfera competente para entrar com novo processo.

Tudo isso aconteceu logo após a morte de Palmira, ocorrida em 10 de novembro de 1979. Podemos perceber que a Associação continuou usando os métodos de Palmira, sendo muito aguerrida e até usando de violência na defesa dos animais.

5. O que os processos nos deixam entrever

Dentre os animais que são objeto de disputa nos processos, destacamos a maioria envolvendo cães – quatro deles; um processo sobre uma cobra (caninana); um processo envolve várias espécies de animais (duas vacas, dois touros, duas terneiras, três terneiros, seis cabritos, vinte e oito porcos, totalizando quarenta e três animais).

Analisando os processos em conjunto, é interessante perceber que a maioria tratava de disputas envolvendo cães, haja vista que de seis processos envolvendo o tema da proteção animal, quatro se referiam a cães. Podemos nos questionar: por que, na maioria das vezes em que a Associação era acionada, o chamado envolvia maus tratos a cães? Essa é uma pergunta importante, os cães como animais de estimação vivem em maioria na zona urbana.

Tanto naquela época como agora acontece a falta de empatia com os animais. Cães ou qualquer outro tipo de animal, não eram merecedores de misericórdia ou respeito pela vida por parte de alguns seres humanos. Muitas vezes, alguns seres humanos descontavam suas frustrações, vulnerabilidades financeiras ou emocionais em seus animais, na maioria das vezes cães. Matavam ou abandonavam, sem muito conhecimento de que vidas de animais, comparadas com seres humanos, importavam da mesma forma. Porém, na atualidade, essas atitudes cruéis ainda persistem, infelizmente.

Como o animal mais presente nos lares brasileiros, não é surpreendente que figurassem na maior parte dos casos tratados por Palmira. Percebemos também uma postura aguerrida de Palmira, às vezes até mesmo dura e violenta. Nos enfrentamentos com os contraventores do Decreto 24.645, ela não poupava esforços, chegando a brigar com eles nos jornais e nas ruas, uma atitude não esperada para uma mulher “respeitável” de classe média.

Surpreende o caso do cão King, em que Palmira, em vez de ser a guardiã, acaba enviando-o para sacrifício. Não conseguimos ter acesso a mais fontes que nos ajudassem a interpretar melhor esse fato, pois um veterinário teria emitido laudo de que a doença era incurável, e outro veterinário teria opinião contrária. Infelizmente, Palmira seguiu o primeiro.

No caso da suposta linguiça feita de carne canina, o mesmo veterinário, acompanhando Palmira, sacrificou um animal em situação lamentável, pois segundo os documentos, estaria sendo devorado por formigas. Esses eventos deploráveis, para os dias de hoje, talvez fossem comuns num tempo em que a medicina veterinária não estava tão desenvolvida, e que havia tantos cães abandonados nas ruas, que sacrificar muitos deles poderia ser visto como algo aceitável. Porém, essas são apenas deduções a partir das leituras dos processos, que precisam ser esclarecidas na continuidade da pesquisa.

6. Considerações Finais

Este artigo analisou a trajetória de Palmira Gobbi e os processos judiciais que envolveram sua atuação na defesa dos animais ao longo de três décadas. O objetivo geral foi compreender as situações em que Palmira Gobbi esteve envolvida em processos judiciais entre as décadas de 1950-1980, seus posicionamentos em cada processo e o que isso revela sobre os primórdios da proteção animal no sul do Brasil.

Os resultados revelaram que Palmira foi mais frequentemente ré (acusada em seis processos) do que autora. Palmira desafiava os padrões de gênero da época, atuando publicamente nas ruas, na sede da ARPA, nos jornais e no âmbito judiciário. A atuação de Palmira frequentemente envolvia agressividade e violência física, demonstrando a intensidade de seu compromisso com a proteção animal.

Por outro lado, a nossa análise dos processos revelou diferenças entre a atuação de protetores animais no passado e hoje. Em especial, a normatização da eutanásia de cães, chamada de “sacrifício”, na época de Palmira. A continuidade da pesquisa poderá chegar a uma conclusão melhor sobre porque isso ocorria, depois de analisar outros documentos e realizar mais leituras bibliográficas.

Esta pesquisa também apontou a falta de pesquisas anteriores sobre a ARPA e Palmira Gobbi, destacando sua relevância como contribuição inovadora para o campo. Outros estados, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, já têm pesquisas sobre sociedades de proteção animal, mas este estudo começa a preencher uma lacuna, focando no contexto do Rio Grande do Sul.

No aspecto metodológico, a pesquisa adotou a análise qualitativa e quantitativa, abordando os processos com critérios específicos e categorizando informações para uma melhor compreensão histórica.

Em resumo, este estudo revela a complexidade da atuação de Palmira Gobbi na proteção animal no Rio Grande do Sul, destacando suas batalhas legais e desafios enfrentados em uma época em que a proteção dos animais era uma causa inovadora. Palmira desafiou as normas de gênero de sua época, defendendo os animais de forma incansável e muitas vezes combativa. Por outro lado, os processos revelam algumas

práticas no mínimo perturbadoras, como o que aconteceu com o cãozinho King. A pesquisa foi muito importante para começar a desvelar essa atuação tão importante para a história da proteção animal no Brasil, contribuindo para o entendimento dessa trajetória essencial.

REFERÊNCIAS

FONTES

ASSOCIAÇÃO PROTETORA DOS ANIMAIS. Recorte de jornal, AHBB, 1949.

DIAS, Eduardo (neto de Palmira). Entrevista via Telefonema em 02/02/2023.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (RS). Processo 208, Desquite Amigável José Salgueiro e Palmira Gobbi. Porto Alegre, Cartório de Casamentos da 1ª Zona, APERS, 31/05/1947.

ESTADO DO RS. **Processo XX, Queixa Crime** – Querelante: Reinaldo Sparenberger; Querelada: Palmira Gobbi, Abertura: 12/04/1955 – “Caso da linguíça”. Porto Alegre, APERS, 1955.

ESTADO DO RS. **Processo Nº 60-1957, Indagações policiais** – Requerente: Luiza Iaccarino Lauria, Indiciada: Palmira Gobbi, Abertura: 02/03/1957– “Violação de domicílio”. Porto Alegre, APERS, 1957.

ESTADO DO RS. **Processo 130-1966, Investigações policiais** – Indiciada: Palmira Gobbi, Vítima: Mariza Wildt Graziani, Abertura: 20/01/1966 – “Apropriação indébita do Cão King”. Porto Alegre, DARQ TJRS, 1966.

ESTADO DO RS. **Processo 401-1966, Apropriação Indébita** – Indiciada: Palmira Gobbi, Vítima: Antônio Francisco de Paula, Abertura: 09/09/1966 – “Apropriação indébita de Arma que matou cão”. Porto Alegre, DARQ TJRS, 1966.

ESTADO DO RS. **Processo 01178188239**. Autor: Carlos Angelin Costa, Réu: Delegacia Associação Riograndense de Proteção aos Animais (ARPA), Abertura: 20/06/1975 – “Caso da cobra”. Porto Alegre, DARQ TJRS, 1975.

ESTADO DO RS. **Processo 01180013268-1980**. Autora: Nilza Gomes, Réu: ARPA, Abertura: 23/01/1980. “Reintegração de posse”. Porto Alegre, DARQ TJRS, 1980.

FOLHA DA TARDE. Fabricação de linguíça com carne de cachorro. Porto Alegre, 10/03/1955, recorte de jornal (APERS).

GOBBI, Palmira. **A Pedido**. Folha da Tarde. Porto Alegre, 12/04/1955, APERS, p. 15.

LIMA, Vinícius. Amigos sinceros o cão e o gato. **Revista da Semana**, Rio de Janeiro, Ano 56, N° 44, 29/10/1955.

SPARENBERGER, Reinaldo. **A Pedido**. Folha da Tarde, 31/03/1955, APERS, p. 27.

BIBLIOGRAFIA

BRASIL. **Decreto 24.645**. Estabelece medidas de proteção aos animais (revogado pelo Decreto nº 11 de 1991). Publicado em 10 de julho de 1934, pelo governo Getúlio Vargas.

BRASIL. **Lei 6.515**. Regula os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras providências. Publicada em 26 de dezembro de 1977.

DRUMMOND, José Augusto. A história ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. Rio de Janeiro, **Estudos Históricos**, 1991.

DUARTE, Regina Horta. História dos animais no Brasil: tradições culturais, historiografia e transformação. **HALAC – Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribenha**, v. 9, n. 2, p. 16-44, 2019.

DUARTE, Regina Horta; OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. As Minas Gerais: gentes e bichos. In: MENESES, José Newton Coelho. **Orbe e encruzilhada: Minas Gerais 300 anos**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

KARAWEJCZYK, Mônica. **As filhas de Eva querem votar: uma história da conquista do sufrágio feminino no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020.

MARTINS, Ana Paula Vosne. Narrativas do cuidado: contribuição ao debate teórico e historiográfico numa perspectiva de gênero. **Estudios Sociales del Estado**, v. 7, p. 119-154, 2021.

MONSMA, Karl. O problema de viés de seleção na pesquisa histórica com fontes judiciais e policiais. **História Social**, n. 21, 2011.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. A luta em defesa dos animais no Brasil: uma perspectiva histórica. **Ciência e Cultura**, v. 69, n. 2, São Paulo, abr./jun. 2017a.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. União Internacional Protetora dos Animais de São Paulo: práticas, discursos e representações de uma entidade nas primeiras décadas do século XX. São Paulo, **Revista Brasileira de História**, v. 37, n. 75, p. 297-318, 2017b.

OSTOS, Natascha Stefania Carvalho de. “Por que devemos ser bons para com os animais?” A formação prática e moral dos brasileiros por meio dos discursos de proteção aos animais (1930-1939). Bogotá, **História Crítica**, n. 71, p. 49-68, ene./mar., 2019.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. São Paulo, **Estudos Avançados**, 2010.

PEDRO, Joana. Mulheres do Sul. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

PEREIRA, Elenita Malta. “Uma São Francisco de Saias”: Palmira Gobbi e a proteção dos animais no Rio Grande do Sul. In: KMITTA, Ilsyane; ZIMMERMANN, Tânia. **Mulheres, meio ambiente e o sagrado**. Santa Maria: Arco Editores, 2024.

PINTO, Celi. **Positivismo**: um projeto político alternativo (RS, 1889-1930). Porto Alegre: LP&M, 1986.

SCOTT, Ana Silvia Volpi; CARDOZO, José Carlos da Silva; SILVA, Jonathan Fachini da (Orgs.). **História das mulheres no Brasil Meridional**. 2. ed. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2022.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez., 1995.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

WEIMER, Rodrigo de Azevedo. **Guia prático de leitura de documentos judiciais**. Porto Alegre: APERS, 2021.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

O DISPUTADO APODI: conflitos agrários e querelas familiares na conquista territorial da capitania do Rio Grande (séc. XVII-XVIII)

José Guilherme Oliveira da Silva¹

Artigo recebido em: 30/10/2024.

Artigo aceito em: 15/04/2025.

RESUMO:

O objetivo deste artigo é analisar os conflitos ocorridos durante a territorialização da capitania do Rio Grande. Após a expulsão dos holandeses em 1654, iniciou-se uma nova etapa do processo de colonização. A interiorização da capitania foi repleta de conflitos, muitos ocorridos entre conquistadores e indígenas, mas também internamente, entre os agentes da colonização, como o caso da disputa transgeracional entre a família Rocha Pita, originária da Bahia, e a família Nogueira Ferreira, da Paraíba, compondo o grupo de primeiros colonizadores da ribeira do Apodi. Os embates sociais, políticos e judiciais levados à frente pelos descendentes de ambas as famílias, oferecem subsídios que permitem vislumbrar algumas das estratégias utilizadas para consolidação da posse de terras na América portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: Conflitos agrários; Capitania do Rio Grande; Colonização.

The disputed Apodi: Agrarian conflicts and family feuds in the territorial conquest of the captaincy of Rio Grande (17th-18th century)

ABSTRACT:

This article aims to analyze the conflicts that occurred during the territorialization of the captaincy of Rio Grande. After the Netherlands were expelled in 1654, a new phase in the colonization process began. The settlement of the captaincy was full of conflicts, many of which occurred between colonizers and indigenous people, but also internally, between the agents of colonization, such as the case of the transgenerational dispute between the Rocha Pita family, originally from Bahia, and the Nogueira Ferreira family, from Paraíba, who were part of the group of first settlers on the Apodi riverbank. The social, political and legal battles carried out by the

¹ Licenciado em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Mestrando em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH/UFRN). Filiado ao grupo de pesquisa do CNPQ “Laboratório de Experimentação em História Social”. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3033125447235408>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-3555-404x>. E-mail: guilherme.oliveir4.silva@gmail.com.

descendants of both families offer insights into some of the strategies used to consolidate land ownership in Portuguese America.

KEYWORDS: Agrarian conflicts; Rio Grande Captaincy; Territorial conquest.

1. Introdução

Existe, na historiografia clássica sobre o Rio Grande do Norte colonial, produzida principalmente no século XX, uma série de mitos fundacionais, que localizam o início de várias cidades do oeste potiguar nas fazendas criadas pela ação colonizadora de um indivíduo chamado Manoel Nogueira Ferreira, proveniente da capitania da Paraíba e um dos primeiros colonizadores da região (Guerra, 1982; Lima, 1929). Junto com alguns familiares e outros indivíduos, o grupo recebeu, em 1680, uma sesmaria de 50 léguas, que, conforme os suplicantes relataram, foram encontradas com a ajuda de indígenas da etnia Paiacu.² De acordo com Nonato Motta, em *Notas sobre a ribeira do Apodi* (1921), a família Nogueira Ferreira, ao chegar à ribeira do Apodi, coexistiu pacificamente durante anos com os povos indígenas que ali viviam.³ Nestor Lima, na obra *Municípios do Rio Grande do Norte: Acari, Angicos e Apodi* (1929), afirma que, após o estabelecimento de “currais”, Nogueira Ferreira retornou a Filipéia de Nossa Senhora das Neves, atual João Pessoa, de onde havia saído, e retornou ao Rio Grande apenas em 1685, acompanhado de sua primeira esposa, Dona Maria de Oliveira Correa, e seu irmão, Balthazar Nogueira. Entre os anos de 1682 e 1684, Manoel Nogueira Ferreira recebeu a patente de “Capitão das entradas do sertão desde o Syará Grande até a Parayba”⁴, em cuja carta citou como justificativa os seus serviços prestados à obra colonizadora, tendo “pacificado” diversos grupos indígenas e fixado núcleos de povoamento em territórios antes não dominados pelos colonizadores. Sabe-se que em algum momento das duas últimas décadas do século XVII, teve início um confronto entre os Nogueira e os grupos indígenas Paiacu, os

² BR SILB RN 0220. Disponível em: plataformasilb.cchla.ufrn.br/sesmaria/482. Acesso em: 30-06-2024.

³ Nonato Motta foi um escritor e historiador nascido no município de Apodi, no final do século XIX, e que teve como mais notável trabalho a seção “Notas sobre a ribeira do Apodi” na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), que fez uso de uma gama de fundos documentais presentes no Instituto.

⁴ ANAIS do Arquivo Público do Estado da Bahia, v. 6 e 7, p. 124.

mesmos que os haviam auxiliado anteriormente, devido a ataques destes às fazendas da região em busca de alimento, principalmente gado, no contexto da chamada “Guerra dos Bárbaros” (Motta, 1921; Silva, 2023).

O conflito em que os Nogueira Ferreira envolveram-se no período final do século XVII foi narrado em um panegírico de autoria do capitão Gregório Varela de Berredo Pereira, onde este homenageou e narrou o breve período de um ano em que Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho governou a capitania de Pernambuco. Entre os manuscritos, foi narrada a atuação de Câmara Coutinho na nomeada “Guerra do Açú”, relatando que

Há dez anos, pouco mais ou menos, que se começaram a descobrir estes campos [do Açú] (...) No princípio que este sertão se começou a descobrir foram para ele alguns vaqueiros com gado, (...), e estavam vivendo, com os Tapuias com muita paz e amizade pelo interesse que tinham de lhe darem ferramentas de machados e foices. (...) e estando vivendo com esta união, se ateou uma dúvida entre eles, de que resultou matarem-lhe um filho dos principais dos seus, com muita pouca razão da nossa parte. (Revista do IHAGP, 1979, p. 264)

O capitão Berredo Pereira narrou também a falta de apoio do capitão-mor do Rio Grande, afirmando que, por não terem suas demandas atendidas, e percebendo o pouco cabedal dos conquistadores para o combate, os indígenas “degolaram todos os vaqueiros que ali havia” (Revista do IHAGP, 1979, p. 264). Segundo Motta (1921), os Nogueira informaram ao governador sobre os acontecimentos, o que fez com que esta autoridade ordenasse a criação de uma aldeia para os indígenas Paiacu, no lado esquerdo da lagoa do Itaú, em um córrego que hoje é conhecido como córrego das Missões de São João Batista. Patrícia de Oliveira Dias (2015) conjectura que tais acontecimentos tenham ocorrido na década de 1690, pois, em 1699, os padres responsáveis pela criação das missões do Apodi e do Jaguaribe, onde foram agrupados os indígenas Paiacu, já se encontravam na região. Posteriormente, em 10 de janeiro de 1700, foi criada a missão do Apodi, nomeada São João Batista do Apodi (Lopes, 2003).

A ação da família Nogueira Ferreira pode ser entendida, para além da expansão territorial que originou todo o processo de colonização, como um conjunto

de atuações que buscam não somente ocupar o espaço, mas efetivar tal ocupação. Antônio Carlos Robert Moraes (2002) afirma que existe um elemento de violência que ronda a apropriação e colonização de novas terras quando as mesmas possuem o que ele nomeia de “populações autóctones”. No caso aqui analisado, o componente inicial de violência ocorreu entre os grupos conquistadores e as populações indígenas no contexto da denominada “Guerra dos Bárbaros”, que na capitania do Rio Grande teve como consequência o aldeamento dos indígenas que viviam nas regiões em disputa (Puntoni, 2002). Robert Moraes (2002, p. 65) também afirma, ao analisar o processo de colonização da América portuguesa, que

a colonização envolve conquista, e esta se objetivava na submissão das populações encontradas, na apropriação dos lugares, e na subordinação dos poderes eventualmente defrontados (Moraes, 2002, p. 65)

Considerando o exposto, pode-se afirmar que, após a submissão de diversos grupos indígenas à ordem colonial por meio de aldeamentos e missões, os episódios de violência mencionados pelo autor passaram a incluir também conflitos entre os próprios agentes da colonização. Com o retorno de Manoel Nogueira Ferreira ao Rio Grande, este começou a fundar povoações ao longo da ribeira do Apodi, dando início a um conflito agrário que se estendeu por pelo menos cinco décadas, envolvendo múltiplas gerações tanto da família Nogueira Ferreira quanto do outro lado da disputa: a família Rocha Pita.

2. Conflitos agrários na colonização

No *Novo Dicionário da Terra*, a historiadora Márcia Motta (2023) conceituou “Conflito de terras” como o embate de agentes sociais opostos, no que diz respeito a diferentes entendimentos em relação ao direito à terra. A historiografia sobre a questão agrária na América portuguesa nos mostra que os conflitos agrários do período variaram desde embates jurídicos até interpelações violentas, causando transtornos em diversas localidades e em diferentes épocas, podendo ser citados os trabalhos de Carmen Alveal (2022), Manoela Pedroza (2020) e Márcia Motta (1998). A ocupação e colonização do atual Nordeste do Brasil foi envolta em tais conflitos,

ora entre colonizadores e povos indígenas, ora entre os próprios agentes da colonização.

Após a expulsão dos neerlandeses em 1654, uma nova fase teve início na exploração dos sertões das capitanias, com a reorganização do aparato governativo português, trazendo tanto novas oportunidades para os colonizadores quanto uma série de novos conflitos. Durante o processo de expansão do território ocupado, diversas mercês foram concedidas aos particulares responsáveis pela exploração dos sertões, pela subjugação das populações indígenas e pela formação de núcleos populacionais. Como parte das recompensas pela expulsão dos holandeses e outros serviços prestados, a Coroa portuguesa, por meio de seus representantes, como governadores e capitães-mores, distribuiu sesmarias de grandes extensões, com o objetivo de promover a exploração do interior das capitanias pelos concessionários, que precisavam ser homens com recursos suficientes para cumprir a tarefa que lhes era atribuída. Ao reorganizar a administração nos territórios previamente ocupados, a Coroa portuguesa retornou o governo das capitanias aos capitães-mores, que eram nomeados pelo governador-geral do Estado do Brasil, ou pelo próprio rei de Portugal, bem como foram designadas companhias de infantaria para a defesa de vilas e fortes, e alguns cargos responsáveis pela exploração dos sertões, os chamados “capitães de infantaria das ordenanças” (Dias, 2017).

Em sua tese de doutorado, intitulada *Governanças das terras: poder local e administração da justiça na capitania do Siará Grande (1699-1748)*, Reinaldo Forte de Carvalho (2015) discorre que a conquista dos sertões do Siará Grande ocorreu por meio da ação de três grupos: colonos buscando melhores condições sociais; indivíduos que solicitaram recompensas por terem lutado contra os holandeses e contra grupos indígenas; e pessoas que iam rumo ao interior da capitania, visando a conquista de mercês e títulos da Coroa. Pode-se afirmar que a ocupação da capitania do Rio Grande ocorreu em uma semelhante dinâmica. Além disso, no Rio Grande, a ocupação do interior da capitania ocorreu por meio da apropriação das ribeiras dos principais rios, como afirma Denise Monteiro (2007, p. 46), pontuando que

ao se iniciarem os anos de 1680, oficiais das ordenanças passaram a ser permanentemente designados para frentes de conquista nas “ribeiras” dos rios Ceará-Mirim, Assu, Apodi e Jaguaribe, sendo este último no atual estado do Ceará. (Monteiro, 2007, p. 46)

Fixar residência próximo a córregos de água doce facilitava a subsistência e a manutenção dos que buscavam estabelecer-se nos sertões, e sobre isso afirma Thiago Dias (2017, p. 36) que

no final do século XVI caminhos sertanejos foram sendo desbravados e as entradas dos conquistadores foram de encontro às ribeiras que, gradativamente, foram sendo ocupadas com o estabelecimento de fazendas de gado. (Dias, 2017, p. 36)

3. Entre a Bahia, o Rio Grande, Sergipe e Pernambuco: o poderoso Antônio da Rocha Pita

Uma ordem régia de 1726, dirigida a um juiz de fora da Bahia, determinava que alguns indivíduos da capitania fossem notificados para, no prazo de um ano, apresentarem os títulos de posse de suas extensas propriedades. Entre os mencionados na ordem régia estavam grandes proprietários de terras amplamente conhecidos pela historiografia, como Garcia de Ávila Pereira, Antônio Guedes de Brito e Domingos Afonso Sertão, mas também incluía Antônio da Rocha Pita, um nome menos estudado. Uma das poucas obras que aborda sua trajetória é *História de um Engenho do Recôncavo*, de Wanderley Pinho, na qual o autor reconstrói a história de uma porção de terras que passou por diversos proprietários, entre eles Antônio da Rocha Pita.

Sabe-se que Rocha Pita esteve em algumas posições que atestam seu poder e influência no contexto da Bahia colonial, como irmão da Santa Casa de Misericórdia e irmão-ministro da Venerável Ordem Terceira de São Francisco. A Ordem Terceira de São Francisco da Bahia foi a terceira a ser fundada na América portuguesa, em 1641, em um momento em que irmandades similares surgiam por todo o império português. A expansão desses grupos por todo o Império português esteve ligada, entre outras questões, com a constituição de uma rede de proteção social que, por estar presente em ambas as margens do Atlântico, propiciava assistência aos conquistadores portugueses espalhados pelo ultramar. Fazer parte de uma ordem

Revista Espacialidades [online]. 2025.1, v. 21.1, n. 1, ISSN 1984-817X [382]

terceira representava a garantia de proteção social a qualquer semelhante (Russell-Wood, 1989).

A chegada de Rocha Pita ao Rio Grande continua carecendo de fontes, mas sabe-se que diversos senhores presentes em outras capitanias passaram a interessar-se nas terras das Capitanias do Norte que estavam sendo palco das guerras de conquista, cujo conjunto viria a ser conhecido como “Guerra dos Bárbaros” (Puntoni, 2002; Silva, 2023). Seu avanço em direção às Capitanias do Norte aparentemente ocorreu de forma gradual: em 1678, um de seus familiares, Manoel da Rocha Pita, recebeu carta-patente para o cargo de Sargento-mor da capitania de Sergipe d’El Rei.⁵ Em 1680, Antônio da Rocha Pita recebeu uma sesmaria na capitania de Pernambuco, entre a Serra do Araripe e o Rio Pajeú⁶, e em 1692 recebeu em Sergipe d’El Rei a patente de “Capitão da companhia de infantaria da ordenança do distrito de Quebrados”.⁷

Não se sabe ao certo quando Antônio da Rocha Pita deixou seu cargo de capitão de infantaria em Sergipe d’El Rei e foi em direção ao Rio Grande, ou sequer se ele esteve de fato na capitania, mas sua presença, fosse ela física ou não, fez-se notar, quando uma ordem régia enviada ao governador de Pernambuco, Dom Fernando Martins Mascarenhas de Alencastro, aprovava a atitude tomada pelo capitão-mor do Rio Grande, não permitindo que Rocha Pita expulsasse dezenas de posseiros da ribeira do Assu e do Apodi por meio de seus mais de 40 vaqueiros. Yan Bezerra de Moraes (2023), ao analisar a atuação dos Rocha Pita na segunda metade do século XVIII nos sertões da Paraíba, afirma que provavelmente aqueles indivíduos sequer conheciam os sertões onde atuavam por meio de seus procuradores, que em alguns documentos eram nomeados como “vaqueiros”. Possivelmente os “vaqueiros” citados na ordem régia fossem procuradores de Rocha Pita, tentando expulsar moradores de terras que supostamente haviam sido compradas a Manoel Nogueira

⁵ DOCUMENTOS Históricos. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, v. 3, 1934. Códice 1/19/11/2., p. 5.

⁶ BR SILB PE0252. Disponível em: plataformasilb.cchla.ufrn.br/sesmaria/1418. Acesso em: 14-07-2024.

⁷ PT/TT/RGM/B-B/0005/2516. RGM, Mercês de D. Pedro II, liv. 5, f.11v.

Ferreira, como argumentado posteriormente nos autos do litígio judicial ocorrido a partir do ano de 1703, sendo julgado e decidido pelo Desembargador Cristóvão Soares Reimão, como consta na edição de 1921 da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN).

O processo prosseguiu e, em 1706, foi proferida uma sentença favorável a Manoel Nogueira Ferreira, em que o juiz responsável considerou que Rocha Pita não havia cumprido as obrigações impostas aos sesmeiros, como o cultivo das terras no prazo máximo de cinco anos. Embora não tenham sido encontrados registros de cartas de sesmaria concedidas a Antônio da Rocha Pita na capitania do Rio Grande, a possível destruição do documento ao longo do tempo deixa em aberto a confirmação de sua posição como sesmeiro. Isso se deve ao fato de que, na sentença, houve uma tentativa de uso da carta de sesmaria para comprovar seu direito sobre as terras em disputa, com Rocha Pita afirmando ter direito sobre as mesmas por ter recebido carta de sesmaria. Tal argumento pode ser analisado sob a ótica do “mito da primeira ocupação”, descrito por Márcia Motta como o uso da carta de sesmaria como tentativa de conceber um ponto zero no histórico de ocupação territorial da área em disputa, ignorando os preceitos jurídicos que determinavam uma série de procedimentos para regularização da ocupação, sendo o cultivo um dos principais (Motta, 2004).

Após a decisão favorável aos Nogueira, Rocha Pita recorreu, levando a disputa para a Casa de Suplicação de Lisboa. Sobre o encaminhamento às instâncias superiores da justiça do Império Português, Nonato Motta, na Revista do IHGRN, afirma que o processo não chegou a ser julgado. No entanto, essa versão é contestada por Valter de Brito Guerra (1982) e Nestor Lima (1929), que afirmam que a decisão da Casa de Suplicação foi proferida em 1713, confirmando a vitória de Nogueira Ferreira. Embora esses autores forneçam detalhes específicos, como o nome do escrivão da sentença e a data exata, não mencionam a fonte da informação, e o processo não foi localizado durante esta pesquisa. Ainda assim, a afirmação parece

plausível, pois, décadas depois, as herdeiras de Manoel Nogueira Ferreira solicitaram a execução da sentença, mencionando a vitória na Casa de Suplicação.⁸

4. As reverberações de um conflito

No início do século XVIII, uma ordem régia foi enviada ao desembargador Cristóvão Soares Reimão, ouvidor-geral da Paraíba que acumulou também o cargo de juiz de sesmarias, para que atuasse no conflito existente entre sesmeiros e oficiais do Terço dos Paulistas no contexto da “Guerra dos Bárbaros”. O desembargador iniciou então a tarefa de demarcar as sesmarias da capitania do Ceará, na região da ribeira do Jaguaribe, e depois seguiu para o Rio Grande. Não se sabe ao certo o ano de início de sua atuação no Rio Grande, como aponta Patrícia de Oliveira Dias em sua monografia, que estudou a trajetória do referido juiz, mostrando existir um apagão de informações sobre sua atuação entre 1703 e 1708 (Dias, 2011). Com base nas informações trazidas por Fátima Martins Lopes em *Índios, Colonos e Missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte*, sabe-se que as aldeias de Mipibu e Guarairas foram demarcadas no ano de 1704, mas que não há registro de quem as demarcou. Já Nonato Motta, na revista do IHGRN de 1921, afirmou que os autos do processo foram entregues à Reimão em 1704, quando o juiz estava em Mipibu, no exato ano em que a aldeia ali localizada teve sua demarcação realizada. O intervalo de anos em que Patrícia de Oliveira Dias (2011) não conseguiu localizar a atuação de Soares Reimão pode ser preenchido, entre outras situações, com a atuação do referido juiz no litígio aqui estudado.

A hipótese de Antônio da Rocha Pita ter atuado no Rio Grande por meio de procuradores é quase certa, haja vista que, no final do ano de 1704, foi enviada uma provisão régia para que ele servisse de vereador na Câmara de Salvador em 1705, o que no contexto da Bahia colonial, o caracterizava como pertencente a um segmento

⁸ AHU_ACL_CU_014, Cx. 16\Doc. 1344: Requerimento de Jerônimo José de Queiroz e Antonia de Freitas ao Rei, solicitando mandar que o ouvidor-geral da Paraíba seja juiz privativo e executor da sentença alcançada na Casa da Suplicação contra o coronel Luis da Rocha Pita, Simão da Fonseca Pita e Francisco da Rocha Pita; e meter os suplicantes na posse dos sítios e terras de criar gado no sertão do Apodi, denominado de fazendas dos Nogueiras.

social privilegiado, como analisa Avanete Sousa (1996, p. 50-51), ao afirmar que tanto os vereadores quanto os procuradores eram, sem exceção, membros de um grupo social muito restrito, caracterizado como “homens bons, nobres e puros de sangue”.

Provavelmente Rocha Pita atuou em suas intervenções no Rio Grande por meio de procuradores e de suas conexões na Bahia, como foi o caso das prisões ocorridas na ribeira do Apodi, em 1720, ordenadas pelo vice-rei a pedido de Rocha Pita.⁹ Na ocasião, o Vice-rei Vasco Fernandes César de Menezes ordenou que o ouvidor-geral da Comarca Paraíba, Manuel da Fonseca e Silva, prendesse alguns indivíduos relacionados a Manoel Nogueira Ferreira, que havia falecido há alguns anos. Segundo a ordem, enviada no mês de dezembro de 1720, Antônio da Rocha Pita havia requerido ao governador de Pernambuco que expulsasse Gaspar de Araújo e Pedro Ferreira Braga, respectivamente, capitão e sargento da cavalaria da ribeira do Apodi, João Nogueira e José Nogueira, que eram parentes de Manoel Nogueira Ferreira. A justificativa do pedido das prisões ocorreu pela alegação de que os indivíduos invadiram terras de Rocha Pita nas ribeiras do Açu, Piranhas e Apodi. De acordo com a ordem do Vice-rei, o governador de Pernambuco ordenou que o coronel Antônio Barbalho Bezerra executasse as prisões, mas, durante um embate no momento das prisões, o dito coronel foi morto.

Meses após a primeira ordem do vice-rei, em 1721, foram enviadas duas cartas no mesmo dia para o ouvidor da Comarca da Paraíba, questionando o motivo do não cumprimento das ordens de prisão contra José Nogueira e seus “sequazes” pelos roubos e mortes que supostamente teriam cometido nas fazendas de Antônio da Rocha Pita. O vice-rei chegava a questionar o motivo pelo qual o ouvidor não prendeu os acusados nem mesmo quando era pública a notícia de que eles estavam na cidade da Paraíba durante um período de tempo, insinuando, inclusive, que o ouvidor estaria ajudando os acusados.¹⁰ Finalmente, após estas reclamações, em

⁹ Ordem do vice-rei para o ouvidor geral da capitania da Paraíba sobre as prisões que requereu Antônio da Rocha Pita. Documentos Históricos (RJ), 1928 a 2012. Ano 1946, ed. 085, p. 57.

¹⁰ Portaria para o coronel Francisco Alvares Feitosa prender a José Nogueira, e a outros que o acompanham. Do mesmo teor se passou outra ao comissário Lourenço Alvares Feitosa para o dito efeito. Documentos Históricos (RJ), 1928 a 2012. Ano 1945, ed. 069, p. 306.

novembro de 1721 as prisões foram cumpridas, um ano após a primeira ordem, o que pode ser um demonstrativo da colisão de forças opostas: de um lado, existe a possibilidade de José Nogueira, João Nogueira e Gaspar de Araújo terem usado de suas influências para impedir que fossem presos em um primeiro momento, o que pode ser observado na carta em que o vice-rei insinua haver uma relação entre o ouvidor e os acusados, pelo não cumprimento da prisão; de outro, Antônio da Rocha Pita, poderoso senhor de terras na Bahia, usou de sua posição para conseguir que o vice-rei fizesse cumprir prisões que o beneficiaram.

A ação de grandes sesmeiros contra pequenos proprietários vem sendo amplamente discutida na historiografia recente, com um dos principais trabalhos de Carmen Alveal (2022) analisando casos de grandes proprietários, como os Ávila e os Guedes de Brito, que utilizavam de suas conexões para ampliar suas propriedades, intimidando pequenos sesmeiros e posseiros por meio de procuradores e, em casos extremos, utilizando a violência. Podemos citar também a obra de Manoela Pedroza (2020), que analisou as opressões sofridas por foreiros da Fazenda de Santa Cruz, gerida por séculos pelos padres da Companhia de Jesus, no Rio de Janeiro. O histórico de ações da família Rocha Pita certamente se assemelha aos casos analisados por Alveal, Pedroza e muitos outros historiadores, tendo em vista as sucessivas vezes em que Antônio da Rocha Pita tentou expulsar moradores das terras que considerava suas na ribeira do Apodi, utilizando seus vaqueiros, embargando uma povoação e posteriormente recorrendo a diversas autoridades para prender indivíduos relacionados a Manoel Nogueira Ferreira.

Pode-se também concluir que a família Rocha Pita e suas atuações em diversas localidades da América Portuguesa foram sintomas da dificuldade que as famílias seiscentistas tiveram em acumular patrimônios. Ana Lunara Morais (2021) afirma que, em comparação com as grandes famílias quinhentistas, as famílias seiscentistas não tiveram tanto êxito em construir um amontoado patrimonial, e os que conseguiram, não foram tão bem sucedidos em perpetuá-lo. Segundo Morais, que tomou como locus de pesquisa as famílias das Capitanias do Norte incluídas na chamada “nobreza da terra”, uma das estratégias das famílias seiscentistas que não

conseguiram grande êxito na acumulação de patrimônio foi a articulação e a busca por “novos espaços de atuação nos quais se poderiam assentar e melhor se articular socialmente e politicamente” (Morais, 2021, p. 393).

Necessário também compreender que a elite baiana se diferenciou um pouco em sua relação com as estratégias de enobrecimento. Thiago Krause (2015, p. 133) afirma que a reprodução daquela elite no século XVII se deu em âmbito local, com seus membros raramente procurando expandir sua área de influência para além da capitania da Bahia. Entendemos então que a família Rocha Pita pode ser enxergada por essa ótica, tendo em vista que tinha sua principal base na capitania da Bahia, mas muitos de seus membros buscaram cargos políticos, militares e administrativos em outras capitanias, como exposto anteriormente. Outros grupos familiares baseados na capitania da Bahia tentaram e/ou expandiram sua rede de poder para outras partes do Estado do Brasil, a exemplo dos Ávila, que estavam presentes em diversas capitanias.

5. Considerações finais

Alguns pontos na complexa disputa entre essas famílias ainda precisam ser pesquisados mais a fundo, tendo em vista que se trata de um trabalho inicial a nível de pós-graduação, sendo o presente artigo uma breve apresentação dos resultados já obtidos e das reflexões já empreendidas. Dado o exposto, podemos concluir que o processo de territorialização e colonização do Rio Grande do Norte foi envolto em conflitos de diversas ordens, sendo estes, no caso analisado, de ordem jurídica, política e social. Inicialmente, como descrito, os conflitos ocorreram entre indígenas e conquistadores, tendo como exemplo os problemas surgidos entre Manoel Nogueira Ferreira e os grupos indígenas que ele havia subjugado.

Posteriormente, os conflitos ocorreram entre os próprios agentes da colonização, que disputavam as terras que haviam conquistado, podendo servir de exemplo o litígio entre Manoel Nogueira Ferreira e Antônio da Rocha Pita, que se estendeu por décadas, passando por diferentes instâncias da justiça colonial, e envolvendo distintas autoridades e poderes que estiveram em embate durante todo o processo de colonização e fixação portuguesa no território que hoje é o Brasil.

REFERÊNCIAS

ALVEAL, Carmen M. O. **Senhorios coloniais: direitos e chicanas forenses na formação da propriedade na América portuguesa**. Niterói: Editora Proprietas, 2022.

ALVEAL, Carmen. M. O. Senhores de pequenos mundos: disputas por terras e os limites do poder local na América portuguesa. **Saeculum**, n. 26, 2012.

CARVALHO, Reinaldo Forte. **Governança das terras: poder local e administração da justiça na capitania do Ceará (1699-1748)**. Tese, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

DIAS, Thiago Alves. **Monopólio indireto: colonização mercantil no norte do Estado do Brasil (c. 1710 - c. 1780)**. Tese, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

DIAS, Patrícia de Oliveira. **As tentativas de construção da Ordem em um espaço colonial em formação: o caso de Cristóvão Soares Reimão**. TCC, Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 90f., 2011.

GUERRA, Valter de Brito. **Apodi no passado e no presente**. Volume CII, 2ª edição. Coleção Mossoroense, 1982.

KRAUSE, Thiago. **A Formação de uma nobreza ultramarina: Coroa e elites locais na Bahia seiscentista**. Tese, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

LIMA, Nestor. **Municípios do Rio Grande do Norte: Acari, Angicos e Apodi**. Edição Fac-similar da Revista do IHGRN, v. 25/26, 1929.

LOPES, Fátima Martins. **Índios, colonos e missionários na colonização da capitania do Rio Grande do Norte**. Natal: Coleção Mossoroense, 2003.

MOTTA, Márcia. Conflito de Terra. In: CARDOSO, Alan Dutra; MOTTA, Márcia; MACHADO, Marina et al. **Novo Dicionário da Terra**. Rio de Janeiro: Editora Proprietas, 2023.

MOTTA, Márcia. Sesmarias e o mito da primeira ocupação. **Justiça & História**, Rio Grande do Sul, v. 4, n.7, p. 61-83, 2004.

MOTTA, Nonato. Notas sobre a ribeira do Apodi. **Revista do IHGRN**, v. XVIII-XIX, n. 1-2., 1920-1921.

MONTEIRO, Denise Mattos. **Introdução à História do Rio Grande de Norte**. 3. ed. Natal: Editora da UFRN, 2007.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **Território e história no Brasil**. SP: Hucitec, 2002.

MORAIS, Ana Lunara. **Em busca da perpetuação**. Reprodução social e poder econômico da nobreza da terra nas Capitanias do Norte, sécs. XVI-XVIII. Tese. Programa Inter-Universitário de Doutorado em História (PIUDHist). Universidade de Évora, Portugal, 2021.

MORAIS, Yan Bezerra de. **Sertão em movimento**: Conexões, circulações e mobilidades nos sertões de Piranhas e Piancó da Capitania da Paraíba do Norte, século XVIII. 2023. Tese, Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

PEDROZA, Manoela. **Por trás dos senhorios**: Senhores e camponeses em disputa por terras, corpos e almas na América portuguesa (1500-1759). Jundiaí, SP: Paco e Littera, 2020.

PEREIRA, Gregório Varela de Berredo. Breve Compêndio do que vai obrando neste governo de Pernambuco o Senhor Governador Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, Comendador das Comendas de São Miguel de Bobadela, Santiago de Bonfé, São Salvador de Majorca, Almotacé-mor do Reino e Governador das Capitanias de Pernambuco. In: **Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano**, v. LI, Recife, 1979.

PINHO, Wanderley. **História de um Engenho do Recôncavo**: Matoim, Novo Caboto, Freguesia (1552-1944). 2ª ed. Brasília: Ed. Nacional, 1982.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: Povos indígenas e a colonização do Nordeste do Brasil, 1650 – 1720. São Paulo: Hucitec; Editora da USP, Fapesp, 2002.

RUSSEL-WOOD, A. J. Prestige, power and piety in Colonial Brazil: The third orders of Salvador. **Hispanic American Historical Review**, Durham, 69, 1, feb., p. 61-89, 1989.

SATLER, Fabiano Aguilar. Venerável Ordem Terceira Franciscana da Bahia. In: **Base de Dados BRASILHIS**: Redes pessoais e circulação no Brasil durante o período da Monarquia Hispânica (1580-1640).

O BOLSONARISMO ENQUANTO ELEMENTO DA CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA: análises teóricas e historiográficas (1999-2023)

Gabriel Lopes Silva¹

Artigo recebido em: 03/02/2025.

Artigo aceito em: 17/05/2025.

RESUMO:

Este artigo tem como principal objetivo compreender o bolsonarismo enquanto um elemento da cultura política brasileira. As declarações feitas por Bolsonaro nos anos 1990 serviram de alicerce tanto para ele quanto para sua base eleitoral, promovendo a disseminação de ideologias, sentimentos e outros elementos que se aproximam da noção de cultura política. Analisamos o conceito de cultura política por meio da historiografia de autores como Serge Bernstein, que dialoga com a Nova História Política, e fundamenta a metodologia adotada, além de permitir identificar o bolsonarismo como um fenômeno político representativo do Brasil contemporâneo. Para realizar essa pesquisa utilizamos como fontes o discurso de Bolsonaro e o projeto de governo do ano de 2017, disponibilizado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A pesquisa apresenta certo ineditismo, pelo fato de trazer uma perspectiva interdisciplinar, mesclando História com Ciências Sociais para analisar um fenômeno contemporâneo, podendo servir de leitura para pesquisadores de ambas as áreas.

PALAVRAS-CHAVE: Bolsonarismo; Cultura Política; Extrema Direita.

Bolsonarism as political culture: theoretical and historiographical analyzes (1999-2023)

ABSTRACT:

This article aims to understand Bolsonaroism as an element of Brazilian political culture. Statements made by Jair Bolsonaro in the 1990s laid the groundwork both for his political trajectory and for the consolidation of his electoral base, promoting the dissemination of ideologies, sentiments, and other components closely tied to the notion of political culture. We analyze the concept of political culture through the historiography of authors such as Serge Bernstein, whose work aligns with the New Political History and underpins the methodology adopted in this study. This approach allows us to identify Bolsonaroism as a politically significant phenomenon in

¹ Graduando em História pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3851579279764427>. E-mail: gabriellopessilvamg@gmail.com. Faz parte do Grupo de Pesquisa e Estudos do Pensamento Autoritário (UNIMONTES) e também do Centro de Estudos em Teorias da História e Historiografias (Cethas) da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

contemporary Brazil. To conduct this research, we use Bolsonaro's public speeches and his 2017 government plan, made available by the Superior Electoral Court (TSE), as primary sources. The study presents a degree of originality by offering an interdisciplinary perspective that combines History and the Social Sciences to analyze a contemporary phenomenon, making it a relevant contribution for scholars in both fields.

KEYWORDS: Bolsonarism; Political Culture; Far Right.

1. Introdução

Este artigo busca compreender o fenômeno do bolsonarismo como um elemento da cultura política brasileira. Antes de entrar na análise da cultura política, no primeiro tópico, fazemos uma análise conceitual do termo “bolsonarismo”. A realização dessa análise, dar-se-á pelo motivo de ser um conceito ainda frágil, não somente por se tratar de uma categoria contemporânea, mas, porque “não está claro que haja algum consenso sobre o conteúdo desse conceito” (Nunes, 2024, p. 1). O professor de Teoria Política, Rodrigo Nunes, vai destacar que

Falar no bolsonarismo como convergência implica entendê-lo como o encontro de um conjunto de elementos pré-existentes, que já eram amplamente disseminados em diferentes setores da sociedade brasileira, e que ganharam uma identidade coletiva e uma direção política pela primeira vez durante a campanha presidencial de 2018. Isso quer dizer que devemos entender o papel de Jair Bolsonaro como o de um catalisador, não um demiurgo; como contingente em vez de necessário (Nunes, 2024, p. 2)

Na concepção de José D'Assunção Barros, os conceitos são formulados a partir de contextos específicos e servem como ferramentas analíticas para tornar inteligíveis fenômenos complexos. O bolsonarismo é entendido como uma expressão política contemporânea de extrema direita, caracterizada pela mobilização em torno de Jair Bolsonaro, seu eleitorado e as ideologias que o sustentam, como o anticomunismo, militarismo, anti-intelectualismo, conservadorismo social e defesa do armamento. O texto busca destacar que, embora amplamente associado ao governo de Bolsonaro (2018-2022), os elementos que compõem o bolsonarismo remontam à década de 1990, com discursos radicais e autoritários de Bolsonaro, ainda como deputado federal.

As fontes analisadas nesta pesquisa são baseadas nos discursos de Jair Bolsonaro, além de uma análise do projeto de governo do ex-presidente, intitulado “Projeto Fênix”. A metodologia poderia se encaixar na análise de discurso, mas não ficando somente neste campo metodológico. Dessa forma, esse trabalho também se encaixa propriamente na metodologia da História Política, abordando o campo da História do Tempo Presente. Surgida nos anos 1970, essa perspectiva da Nova História Política “foi grandemente estimulada pelo contato com as ciências sociais e com as trocas com outras disciplinas” (Remond, 1996, p. 29), ampliando as possibilidades de investigação para os historiadores políticos.

Com essa mudança, o foco do estudo deixou de ser exclusivamente o Estado e suas instituições, voltando-se para as variadas formas de poder que se expressam nas dinâmicas sociais. Com a renovação da História Política, os pesquisadores passaram a focar não apenas nas elites e nas instituições estatais, mas também nos diversos atores sociais e políticos, reconhecendo a sociedade civil como um espaço de lutas e disputas de poder. Esse movimento ampliou as perspectivas de pesquisa, permitindo o estudo das massas, movimentos coletivos e das mentalidades políticas que moldam a trajetória das sociedades.

É nesse panorama que a pesquisa se baseará ao estudar o bolsonarismo. É válido ressaltar que a escolha do recorte temporal implicará no uso do campo da História do Tempo Presente já que “René Remond afirmava, de forma pioneira, que era irreversível a inserção da História do Tempo Presente como um campo disciplinar novo das ciências humanas” (Silva; Schurster, 2023, p. 38). A partir de Francisco Carlos Teixeira da Silva e Karl Schurster, podemos entender a História do Tempo Presente como um campo da História Política, em que esse método

reside na aplicação rigorosa do método histórico na construção explicativa da relação passado/presente. O entendimento das estruturas de longa duração e do seu peso sobre as práticas sociais, políticas e mentais do presente supõe uma percepção histórica, um mergulho em profundidade, nos processos em curso no Tempo Presente (Silva; Schuster, 2023, p. 38)

O fato de esses elementos remontarem a um passado, apresentando características de uma cultura política no final do século XX e se consolidando no século XXI, mesmo não trazendo algo inédito e sim ressignificado, nos levou a indagar se o bolsonarismo poderia ser considerado como um elemento desse fenômeno. Com isso, buscamos analisar por meio da historiografia de autores que dialogam com a determinada temática, como Serge Bernstein, Gabriel Almond e Sidney Verba, por anteceder os estudos de René Rémond e outros historiadores franceses, que abordaremos com maior ênfase. O texto também realiza uma análise da influência sobre os comportamentos e a relação dos indivíduos com o sistema político. O conceito de cultura política é descrito como um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva” (Motta, 2009, p. 9).

Podemos entender que elementos “como a anticorrupção, a preocupação com a segurança pública e o anticomunismo” (Jesus et al., 2024, p. 483), além do antipetismo e a construção de uma liderança messiânica em torno de Bolsonaro são centrais para esse movimento. O discurso bolsonarista, baseado em um imaginário político que remete ao medo da subversão e à defesa de valores tradicionais, articula estratégias digitais e narrativas históricas para consolidar apoio. “Este anticomunismo se nutre, sobretudo, do antipetismo e de uma atitude de caráter reacionário frente às políticas sociais do Partido dos Trabalhadores (PT)” (Jesus et al., 2024, p. 482).

É analisado também, o uso do humor e da mídia para propagar ideias radicais, bem como o negacionismo científico e histórico, evidenciado na negação da Ditadura Militar e das eleições de 2022. A radicalização de parte do eleitorado bolsonarista culminou nos atos de 8 de janeiro de 2023, ilustrando a materialização de ideologias defendidas pelo movimento. O bolsonarismo apresenta características de uma cultura política própria, com mitos, ritos e símbolos, como a camisa da seleção brasileira, que reforçam seu imaginário político e sua identidade coletiva.

Além disso, o lema inspirado na Ação Integralista Brasileira (AIB): “Deus, pátria, família e liberdade” reflete uma continuidade discursiva e simbólica,

reforçando valores nacionalistas e religiosos. A apropriação de símbolos, como a camisa verde-amarela e a oposição às cores vermelhas associadas ao Partido dos Trabalhadores (PT) e ao comunismo, exemplifica a construção de um imaginário político que enfatiza a luta contra um inimigo comum e a defesa de valores tradicionais. Esse uso simbólico busca criar coesão interna e legitimar o projeto político bolsonarista, embora revele limites e perigos ao deslegitimar vozes divergentes e intensificar a polarização social.

Portanto, este artigo busca apresentar uma análise teórica e historiográfica detalhada sobre o fenômeno político do bolsonarismo, tratando-o como um elemento da cultura política brasileira e explorando suas raízes históricas, simbologias e estratégias discursivas. A relevância dessa pesquisa para o meio acadêmico reside na contribuição para o entendimento de fenômenos políticos contemporâneos, destacando como ideologias e práticas políticas se conectam a heranças históricas e culturais, mas também como são ressignificadas em novos contextos.

O estudo poderá contribuir para debates sobre democracia, autoritarismo e polarização no Brasil e no mundo. Para a sociedade, o trabalho oferece uma ferramenta crítica de reflexão, ao contextualizar as narrativas em um panorama histórico mais amplo, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas políticas que influenciam a vida pública e as relações sociais. Ao conectar o bolsonarismo a processos históricos e culturais, este artigo não só amplia a compreensão acadêmica sobre o tema, como também alerta para os desafios e os riscos da utilização de símbolos e narrativas que intensificam divisões sociais e políticas. Assim, a análise proposta contribui para fomentar debates fundamentados e plurais, essenciais para a preservação de valores democráticos e o fortalecimento do tecido social.

2. O conceito de bolsonarismo

Segundo José D'assunção Barros, uma palavra ou expressão pode transformar-se em conceito dentro de perspectivas teóricas específicas, “o que traz uma palavra (ou uma expressão) o status de conceito, em muitos casos, é o campo no

qual ela se encontra” (Barros, 2016, p. 29). Os conceitos são caracterizados por mobilizarem, em si mesmos, dinâmicas de conteúdo que estabelecem, internamente, pontes e relações com outros conceitos; além disso, sua estrutura inclui componentes conceituais que mantêm relações específicas entre si. Barros entende que

um conceito pode ser entendido como uma formulação abstrata e geral, ou pelo menos uma formulação passível de generalização que o indivíduo pensante utiliza para tornar alguma coisa inteligível nos seus aspectos essenciais e fundamentais, para si mesmo e para outros (Barros, 2016, p. 41)

Reinhart Koselleck destaca ser “importante analisar o uso dos conceitos em sua determinada época e local” (Koselleck, 1992). Nesse sentido, trazemos para esta análise o conceito de “bolsonarismo”, um termo que é utilizado, em tese, para se referir ao campo político, retratando o período de governo do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2018-2022), o seu eleitorado, que são diversas vezes rotulados como “bolsonaristas” e as ideologias compartilhadas por esse eleitorado, que são elementos que se encaixam nesse conceito. A articulação dos conceitos, conforme sugerido por Barros (2016), e a análise histórica proposta por Koselleck (1992), são fundamentais para entender como o “bolsonarismo” pode ser estudado.

Para Barros (2016), o conceito é uma construção que organiza a realidade, e o “bolsonarismo” precisa ser analisado em suas dinâmicas internas, nas relações com outros conceitos e nas transformações ideológicas e políticas que ele carrega. Já para Koselleck (1992), a análise histórica do “bolsonarismo” implica situá-lo dentro de um período específico, com suas disputas e transformações políticas, sociais e culturais. O “bolsonarismo” não é uma ideia fixa, mas algo que emerge e se transforma dentro de um contexto histórico determinado.

Porém, nota-se que as ideias que vimos nos últimos anos são proferidas por Bolsonaro desde os anos 1990, o que nos leva a analisar o bolsonarismo como um forte elemento da cultura política brasileira, ponto a ser analisado no próximo tópico. Barros (2016) afirma que “os conceitos ajudam os historiadores e cientistas sociais a organizarem o céu (ou o inferno) que pretendem examinar” (Barros, 2016, p. 23).

Dessa forma, podemos entender o conceito de bolsonarismo como uma ferramenta analítica para ajudar a compreender melhor o fenômeno em análise.

O bolsonarismo, também pode ser entendido como uma força política da extrema direita, pelo fato de possuir matrizes desse fenômeno político. Características como a mobilização em torno de um líder carismático, ações em defesa do capital e da propriedade, incentivo ao armamento da população, forte discurso anticomunista, entre outros, são elementos que ligam o fenômeno político brasileiro à política de extrema direita, notando que há até mesmo traços fascizantes no bolsonarismo, como o desprezo pela democracia, o comportamento de um político antissistema, ultrancionalismo (pátria acima de tudo), exaltação de sociedades militarizadas desde a infância, negacionismo científico, tem obsessão com o militarismo e o armamentismo, por isso alimentam uma guerra permanente contra qualquer coisa que identifiquem como inimigo, entre outras características. Há um certo cuidado minucioso dentro da academia em analisar tais fenômenos sob a ótica fascista, enxergando como algo novo, conceituando-o de “populismo radical de direita”, “neofascista”, “mas na verdade não apresentava nada de novo” (Mudde, 2022, p. 27).

Jefferson Barbosa, professor de Teoria Política da UNESP/FFC, comenta que “existe no debate científico conceitual e rigoroso a interpretação da nomenclatura fascismo como uma categoria transnacional mais ampla, com expressão no debate da bibliografia especializada sobre o tema” (Barbosa, 2022, p. 37). Destarte, é possível fazer algumas aproximações do bolsonarismo com o fascismo histórico, apontando aproximações e também suas distinções. Autores como Francisco Carlos Teixeira da Silva e Karl Schurster, entendem que o conceito de “bolsonarismo, embora vago e difuso, caracteriza-se por um doutrina racista, autoritária, excludente e pelo cultivo do ódio e da mentira - as *fake news* - como forma de mobilizar seus militantes” (Silva, Schurster, 2023, p. 135). Ricardo Nunes, analisa que, assim

como assinalou Isabela Kalil, o maior feito do bolsonarismo foi ter conseguido que todos esses diferentes elementos - militarismo, anti-intelectualismo, empreendedorismo, anticomunismo, libertarianismo econômico, discurso anticorrupção, conservadorismo social - convergem em torno de uma única figura: o “cidadão de bem” (Nunes, 2022, p. 29)

Barros (2016) enfatiza que os conceitos surgiram da necessidade humana de ir além da simples nomeação das coisas – prática antiga usada nos processos de comunicação – para compreender com maior precisão as características de cada fenômeno ou objeto. Essa “vontade de conceito” buscava delinear de forma clara essas características e, em seguida, agrupar casos específicos em categorias mais amplas, elaboradas com atenção às suas implicações e às possíveis relações e contrastes entre si (Barros, 2016, p. 14).

Podemos entender que o termo bolsonarismo, apesar de ser bastante utilizado pela mídia, incluindo as redes sociais, e até nas universidades, é um termo que ainda não há um certo consenso sobre ele. Diversas características encontradas no que chamamos de bolsonarismo são elementos que já existiam, como é o caso da retórica anticomunista ferrenha, o militarismo e o anti-intelectualismo. São aspectos que transcendem a figura de Jair Bolsonaro. Contudo, podemos entender essa conjuntura como um elemento da cultura política, pois entendemos cultura política como um conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (Motta, 2009, p. 9).

É importante compreender o bolsonarismo como um fenômeno que se manifesta antes mesmo da eleição de Jair Bolsonaro à presidência, especialmente a partir de suas declarações nos anos 1990, nas quais ele defende a Ditadura Militar e até mesmo uma guerra civil². Em 1999, durante uma entrevista ao Câmera Aberta, da emissora Bandeirantes, Bolsonaro, então deputado federal na época, alegou que o “voto não vai mudar nada no Brasil”, e que se fosse presidente da República, não teria a menor dúvida de que fecharia o Congresso Nacional, afirmando que daria golpe no

² Folha de São Paulo. Nos anos 90, Bolsonaro defendeu novo golpe militar e guerra, 3 de jun. 2018. Acesso em 18 de nov. 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/06/nos-anos-90-bolsonaro-defendeu-novo-golpe-militar-e-guerra.shtml>

mesmo dia e partiria logo para a ditadura, como foi noticiado pelo jornal Estado de Minas³.

O ex-presidente compartilhava outras ideias radicais em entrevistas concedidas desde os anos 1990 enquanto atuava sob o cargo de deputado federal. O que podemos notar, é que a presença do que remetemos ao bolsonarismo hoje já existia no discurso dele desde muito tempo atrás e com o passar dos anos, o discurso radical foi se intensificando até chegar na sua eleição para presidente, em 2018. As ideias proferidas por Bolsonaro nos anos 1990 serviram como base futura para ele próprio e também para sua base eleitoral, compartilhando ideologias, sentimentos, entre outros, algo próximo à ideia de cultura política. Gabriel Almond e Sidney Verba, entendem cultura política como um termo que se refere a um conjunto de orientações e atitudes políticas compartilhadas pelos indivíduos de uma sociedade em relação ao sistema político e aos papéis que os mesmos assumem enquanto agentes políticos (Almond, Verba, 1963, p. 12-13).

Ressalta-se a importância de entender que esse fenômeno político brasileiro contemporâneo não se restringe somente ao período de 2018 a 2022, época em que Bolsonaro atuou como presidente da república, mas que tais ideologias foram propagadas pelo mesmo bem anteriormente, como é o caso dos exemplos citados dos anos 1990, e as ideias ainda são propagadas e continuam vivas na contemporaneidade, mesmo após Bolsonaro perder as eleições de 2022 e se tornar inelegível.

3. O bolsonarismo como uma cultura política brasileira

O conceito de cultura política surge da tentativa de compreender as dimensões subjetivas que ajudam a explicar os comportamentos políticos dos indivíduos em relação ao sistema político. Nesse sentido, valores, crenças, sentimentos e conhecimentos são destacados como elementos que motivam e orientam as atitudes e direcionamentos dos atores políticos. Nesse aspecto, Almond e Verba destacam o

³ Estado de Minas. Bolsonaro defende guerra civil no Brasil e sonegação de impostos em vídeo de 1999, 29 de ago. 2018. Acesso em 18 de nov. 2024. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2018/08/29/interna_politica,984474/bolsonaro-defende-guerra-civil-no-brasil-e-sonegacao-de-impostos-em-vi.shtml

“estudo da cultura política democrática e as estruturas sociais que a sustentam” (Almond; Verba, 1963, p. 1). Os agentes enfatizam que a cultura política não é homogênea e se manifesta de formas distintas em diferentes sociedades, sendo influenciada por contextos históricos, sociais e econômicos, existindo uma pluralidade de culturas políticas em cada nação.

Sendo assim, o estudo das interações entre os valores culturais e as instituições políticas torna-se essencial para compreender como a cultura política molda a estabilidade e a funcionalidade de um sistema democrático. Assim, os autores introduzem o conceito de “cultura cívica”, que combina elementos participativos, parciais e passivos, formando uma base de equilíbrio para a consolidação da democracia. Essa abordagem ressalta a importância de investigar como os indivíduos percebem e interagem com o sistema político, considerando tanto suas experiências pessoais quanto os processos sociais que definem suas perspectivas políticas.

Serge Bernstein analisa que o estudo da cultura política tornou-se um campo de interesse para os historiadores devido à busca por compreender os comportamentos políticos. Dessa forma, a cultura política é vista como uma via para os pesquisadores explorarem as motivações que levam os indivíduos a adotar determinadas ações políticas, podendo ser entendida como um conjunto de normas, valores, tradições, práticas e representações que são compartilhadas e vivenciadas pelos indivíduos em um contexto histórico e cultural específico. Por meio desses elementos, homens e mulheres se reconhecem, aderem a símbolos e rituais, e têm suas opiniões e sentimentos políticos mobilizados. Além disso, essas referências orientam suas ações políticas, fornecendo-lhes visões de mundo, interpretações do passado, projeções para o futuro e concepções de uma sociedade ideal. Bernstein (1968) aponta que

A cultura política [constitui] um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama. Se o conjunto é homogêneo, as componentes são diversas e levam a uma visão dividida do mundo, em que entram em simbiose, uma base filosófica ou doutrinária, a maior parte das vezes expressa sob a forma de uma vulgata acessível, ao maior número, uma leitura comum e normativa do passado histórico com conotação positiva ou negativa, com grandes períodos do passado, uma

visão institucional, que traduz o plano da organização política do Estado os dados históricos e filosóficos precedentes, uma concepção da sociedade ideal tal como veem os detentores dessa cultura e, para exprimir o todo, um discurso codificado em que o vocabulário utilizado, as palavras-chave, as fórmulas repetitivas são produtoras de significação, enquanto ritos e símbolos desempenham, ao nível do gesto e da representação visual, o mesmo papel significante (Berstein, 1968, p. 350-351)

A cultura política é um conjunto coerente de elementos interligados que moldam a identidade dos indivíduos que a compartilham. Apesar de homogênea, ela é composta por diversas visões do mundo, integrando filosofia, memória histórica, concepções institucionais e ideais de sociedade. Essa cultura se expressa por meio de discursos codificados, vocabulário específico, ritos e símbolos. Nesse contexto, ela desempenha um papel crucial na formação da consciência política dos indivíduos e grupos, influenciando como estes se posicionam em relação ao poder e às instituições. Berstein (1968) destaca a interação entre elementos estruturais e simbólicos da cultura política.

O autor sugere que esses elementos funcionam como mediadores entre o indivíduo e o sistema político, ajudando a construir narrativas que legitimam ou contestam o *status quo*. A visão normativa do passado histórico, por exemplo, é frequentemente instrumentalizada por lideranças e movimentos políticos para moldar identidades coletivas e mobilizar apoio em torno de projetos específicos. Da mesma forma, símbolos, ritos e discursos codificados atuam como ferramentas para a consolidação de uma cultura política hegemônica ou para a resistência a ela.

Destarte, entendemos que o bolsonarismo possui características de uma cultura política, sendo analisado sob a ótica de Almond, Verba e Bernstein. Os elementos mobilizadores utilizados dentro do fenômeno político brasileiro, tais como o anticomunismo, a luta contra “o marxismo cultural e suas derivações como o gramscismo” (Bolsonaro, 2017, p. 8), como destaca Bolsonaro em seu próprio plano de governo para concorrer à presidência pela primeira vez em 2017, intitulado “Projeto Fênix”. Esses elementos já estão consolidados por grupos de espectro político voltado para as direitas, que, além de um inimigo em comum, também têm a necessidade de um líder messiânico, uma espécie de salvador. Isso se dá, devido

a construção dessa figura, em certa parte, messiânica, pressupõe necessariamente o seu contrário, ou seja, a figura de um ou mais inimigos que normalmente são representados pelos comunistas (Girardet, 1987, p. 8)

Nesse sentido, o bolsonarismo pode ser compreendido como uma manifestação específica de cultura política que se estrutura em torno de elementos simbólicos, narrativos e práticos que mobilizam determinados segmentos da sociedade. Esses elementos estão ancorados em uma visão de mundo que busca reafirmar valores tradicionais, promovendo um discurso polarizador entre “nós” e “eles”. Essa dinâmica, conforme apontado por Raoul Girardet (1987), é central para a construção da liderança messiânica, onde o líder se apresenta como redentor das ameaças que o inimigo – real ou imaginado – representa para a sociedade. Ao buscar entender o bolsonarismo enquanto um elemento da cultura política brasileira, significa “compreender as motivações que levaram o homem a adaptar este ou aquele comportamento político” (Berstein, 1968, p. 359).

Entretanto, é válido ressaltar que esses elementos, tal como o anticomunismo, fazem parte de um imaginário político e social. Bronislaw Baczko busca evidenciar como o imaginário social se desenvolve como um fenômeno abrangente na vida social, indo além do domínio das belas-artes, que costumava ser seu principal contexto. As bases do imaginário o situam no âmbito dos mitos e rituais, frequentemente se entrelaçando com o “sagrado”. Esse imaginário é formado por heranças simbólicas que se manifestam em textos, rituais, monumentos, celebrações, objetos, escrituras sagradas e outros meios. Esses elementos atuam como disparadores para evocar significados vinculados ao passado. Baczko (1985) comenta que a “instalação do poder estatal, nomeadamente o poder centralizado, e com a relativa autonomia a que acede o domínio político, é que as técnicas de manejo dos imaginários sociais se (des)ritualizam, ganhando em autonomia e diferenciação” (Baczko, 1985, p. 300).

O referido fenômeno político brasileiro também possui características próprias, que foram adquirindo com o passar dos anos. O forte discurso anti petista faz parte da identidade bolsonarista como imaginário político, sendo este um

elemento pertencente à cultura política do bolsonarismo para mobilizar sua base eleitoral contra um oponente político. Apesar de não ter criado este termo, Bolsonaro e seu eleitorado carregam consigo o lema de combate ao Partido dos Trabalhadores (PT), com *slogans* como: “PT nunca mais” e até associação do rival político a um “partido das trevas”⁴, partindo do próprio Bolsonaro. José Murilo de Carvalho destaca que “por meio do imaginário que se pode atingir não só a cabeça mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações e o medo de um povo” (Carvalho, 2017, p. 11).

O discurso antipetista foi utilizado de forma entrelaçada ao anticomunismo. Parte da sociedade brasileira, pelo menos os entrevistados para a pesquisa do Datafolha, apontou que cerca de 52% dos entrevistados acreditavam que o Brasil corre risco de se tornar um país comunista sob o governo de Luís Inácio Lula da Silva⁵. Esse cenário revela como o bolsonarismo construiu e consolidou um imaginário político pautado na oposição ao PT e ao comunismo, articulando elementos históricos e emocionais que mobilizam amplos segmentos da sociedade. O antipetismo e o anticomunismo são apresentados como ameaças existenciais à identidade nacional, valores tradicionais e liberdade individual, reforçando uma narrativa de “salvador *versus* inimigo”, central para o imaginário político bolsonarista.

Além disso, o discurso adapta temas históricos do anticomunismo brasileiro, como o medo da subversão e da perda de valores morais, para um contexto contemporâneo, utilizando ferramentas digitais e redes sociais para amplificar sua mensagem. Essa estratégia cria um senso de urgência e de mobilização constante entre seus apoiadores, reforçando a necessidade de um líder forte para proteger a nação das supostas ameaças. Essa construção se insere em uma tradição mais ampla de clivagens sociais e culturais que, como destacado por Almond e Verba (1989), têm impactos

⁴ Bruno, Cadu. Metrôpoles: “PT nunca mais”: no Rio, Bolsonaro chama a sigla de “partido das trevas”, 18 de out. 2022. Acesso em 21 de nov. 2024. Disponível em: <https://www.metrôpoles.com/brasil/eleicoes-2022/pt-nunca-mais-no-rio-bolsonaro-chama-sigla-de-partido-das-trevas>.

⁵ G1. 52% acham que o Brasil corre risco de virar comunista; 42% discordam, diz Datafolha, 01 de jul. 2023. Acesso em 21 de nov. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/07/01/datafolha-comunismo-ditadura.ghtml>

profundos na estabilidade e funcionalidade do sistema político, seja reforçando alianças ou ampliando divisões dentro da sociedade.

Analisando os discursos de Bolsonaro como deputado federal, no final dos anos 1990, vê-se uma retórica que faz com que ele ganhe terreno no campo mais radical, que se opõe à democracia, apresentando-se como um político antissistema. Em meados de 2010, Bolsonaro começou a ganhar projeção em programas de humor, como o “Custe o que Custar” (CQC), da rede Bandeirantes. De forma muito engenhosa, Bolsonaro compreendeu que programas como o “CQC”, “Superpop”, “Pânico” e entre outros, conseguiam engajamentos com suas ideias consideradas ultrajantes, apostando em um ator político antissistema e reproduzindo *fake news*, como é o caso do “kit gay”, por exemplo. Berstein (1968) aponta que “não se poderia subestimar o papel dos *media*, em especial audiovisuais, nessa difusão de representações normalizadas que é uma cultura política” (Berstein, 1969, p. 357).

Bolsonaro utilizou de forma coesa os meios televisivos de humor e as redes sociais como seu principal disseminador de informações, espalhando suas ideias políticas através desse espaço, disseminando diversas informações, inclusive, informações falsas. Nesse sentido, entendemos, como destacam Márcio Acselrad e Gabriela Dourado, que “o humor pode ser manipulado, usado como uma forma de alienação da sociedade, fazendo-a rir de casos sérios que, em verdade, deveriam ser combatidos” (Acselrad; Dourado, 2009, p. 128). “Enquanto publicidade é a arte de vender por anúncios, Bolsonaro e seus seguidores fazem *marketing*: conhecem os comportamentos dos seus eleitores” (Cioccarri, Persichetti, 2018, p. 69).

Bolsonaro raramente era confrontado nesses programas, e quando acontecia, o objetivo não era levar o assunto para o debate e esclarecer as coisas, mas sim, aumentar a temperatura da polêmica. Isso também aconteceu na paródia “Bolsonabo”, de Márvio Lúcio, o Carioca, no programa de humor “Pânico”, em que o termo “Mito” em associação a Bolsonaro foi visto como algo positivo em favor do então deputado federal. A forma como o personagem “Bolsonabo” atuava na paródia, diante de um grande público nas ruas, foi algo que colocava o personagem e o próprio

Bolsonaro, como ator político, mais próximo das pessoas, ficando mais acessível transmitir suas ideias ultrajantes e às vezes até radicais, e nessa linha, Acsehrad e Dourado entendem que “a estética do grotesco permite grande identificação do espectador com o que é transmitido” (Acsehrad; Dourado, 2009, p. 129).

Destacamos brevemente a trajetória de Jair Bolsonaro e suas aparições nos canais televisivos, para demonstrar que suas ideias já eram propagadas por ele mesmo e posteriormente pela própria mídia antes mesmo de sua candidatura para presidente em 2017. Em 2016, viralizou seu discurso de votação em favor do *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff (PT). A menção feita por Bolsonaro, entoando as seguintes palavras: “Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas Forças Armadas, pelo Brasil acima de tudo e por Deus acima de tudo, o meu voto é sim”⁶, foi mais uma demonstração de suas ideias ultrajantes, fazendo alusão à Ditadura Militar.

No Plano Fênix, projeto apresentado por Bolsonaro em 2017 ao concorrer à Presidência pela primeira vez, o ex-presidente acusa a esquerda de doutrinar ideologicamente as pessoas, insinuando que as Forças Armadas tiveram sua imagem atacada por grupos de esquerda: “Dentre instituições, grupos, pessoas ou atividades, que tiveram sua imagem atacada pela doutrinação ideológica de esquerda, certamente as Forças Armadas do Brasil estão entre as que mais sofreram” (Bolsonaro, 2017, p. 33). Ainda no plano de governo, Bolsonaro enaltece o papel das Forças Armadas brasileiras na luta da Segunda Guerra Mundial, e, por fim, aponta que os militares salvaram o Brasil de uma “revolução comunista”, em 1964, fazendo alusão à ditadura militar.

Saliente-se que as Forças Armadas do Brasil tem uma História que nos orgulha. Por exemplo, heróis brasileiros lutaram contra o Nacional Socialismo na Segunda Guerra Mundial. Fomos o único país da América Latina a lutar contra os Nazistas. Posteriormente, outros heróis impediram a tomada do poder por forças de esquerda que planejavam um golpe

⁶ BBC News. Discurso de Bolsonaro deixa ativistas ‘estarecidos’ e leva OAB a pedir sua cassação, 19 de abr. 2016. Acesso em 29 de nov. 2024. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160415_bolsonaro_ongs_oab_mdb

comunista no Brasil em 1964, conforme o editorial: Julgamento da Revolução – O GLOBO, 7 de outubro de 1984 (Bolsonaro, 2017, p. 33)

Nota-se, portanto, que Bolsonaro nega a ditadura militar, alegando que houve uma revolução, negando um fato ocorrido historicamente. O negacionismo foi um ato contundente dentro do bolsonarismo, desde o científico, como ocorreu na pandemia de COVID-19, ao negacionismo histórico. Vale ressaltar que, mesmo antes de se tornar candidato à Presidência, Bolsonaro alegou em uma proposição que “a mídia e os livros didáticos são apresentados como ‘inimigos’ que deformam, distorcem e falseiam os fatos. Para os negacionistas, quem nega é sempre o outro” (Bauer, 2024, p. 11). As ideias propagadas por Bolsonaro, com uma retórica radical e com um discurso de “nós” contra “eles”, além do negacionismo, que veio também ao negar os resultados da eleição de 2022, em que o ex-presidente acaba perdendo, levaram grande parte de seu eleitorado a crer no discurso negacionista de Bolsonaro.

Essa conjuntura contribuiu para uma tentativa de golpe de Estado no Brasil anos depois, no dia 8 de janeiro de 2023. Vê-se então, as ideologias propagadas na retórica bolsonarista sendo postas em prática, levando a uma radicalização de parte fanática do seu eleitorado. O bolsonarismo também possui mitos, ritos e uma uniformização específica, ou pelo menos aderiu a ela, que é o caso da camisa da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), utilizada pela seleção brasileira de futebol. No próximo e último tópico, iremos abordar essas matrizes, como características que condizem com o imaginário político, um elemento da cultura política. Rodrigo Motta assinala que “o imaginário político pode ser considerado como um dos elementos constituidores da cultura política” (Motta, 1996, p. 98).

4. A simbologia do bolsonarismo

O movimento, analisado como elemento da cultura política, fornece símbolos, ritos e um imaginário político para a sociedade, apesar de não ser completamente original, como é o caso do uso do anticomunismo que foi utilizado veementemente durante a campanha e o governo de Bolsonaro. O anticomunismo não é propriamente algo exclusivo do fenômeno político contemporâneo, tanto que tivemos duas grandes ondas do fenômeno anticomunista, na década de “1935/37 e

1961/64, marcos das duas grandes ondas anticomunistas ocorridas no Brasil” (Motta, 2000, p. 174), como destaca Rodrigo Motta em sua tese de doutoramento intitulada *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. A Ação Integralista Brasileira (AIB), liderada por Plínio Salgado, fez uso fortemente do anticomunismo na década de 1930, caracterizando-se “por enfatizar a propaganda anticomunista” (Motta, 2000, p. 207).

Os integralistas também utilizavam um discurso que pode ser visto dentro do bolsonarismo, como o lema “Deus, pátria e família”. Esse lema, resgatado e amplamente difundido pelo bolsonarismo, remete à valorização de uma identidade nacionalista e conservadora, que busca reafirmar os valores tradicionais em contraposição às mudanças sociais e políticas vistas como ameaças à ordem estabelecida. Assim como os integralistas, o bolsonarismo também utiliza o discurso religioso para legitimar suas ações e propostas, colocando a fé cristã como um pilar central de sua narrativa política. Bolsonaro apenas estendeu o lema, acrescentando “liberdade”, para tentar diferenciar os camisas verdes.

A ex-ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos do governo Bolsonaro, Damare Alves (Republicanos), em entrevista à Globo, disse:

movimento integralista, pelo que conheço, defende Deus, pátria, família e essa é a minha bandeira. Eu sou religiosa, sou cristã, sirvo a um Deus vivo e poderoso. Pátria, eu amo esta nação. Você sabe disso, o que eu faço pelo meu país? Eu oro pela minha nação desde os seis anos de idade.

Para completar, Alves relatou: “esse movimento (integralista) se identifica comigo porque as minhas pautas são muito parecidas com as deles”⁷.

Vale ressaltar que o Integralismo é conhecido como um movimento de inspiração fascista. No cruzamento entre passado e presente, a memória é evocada e renovada. O interdiscurso – exemplificado aqui pelo discurso já articulado pelos camisas-verdes (membros da AIB) – permeia, influencia e molda as expressões dos

⁷ Damare diz se identificar com movimento inspirado no fascismo. O Globo, n. 32558, 27/09/2022. Política, p. 10, 27 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/657096/noticia.html?sequence=1&isAllowEd=y>. Acesso em 21 de janeiro de 2025

camisas verde-amarelas (designação que pode ser dada aos apoiadores do presidente Bolsonaro). Esse enunciado interdiscursivo infiltra-se, portanto, através da memória discursiva, no intradiscurso, manifestando-se no que é dito de forma contemporânea e linear.

Dessa forma, podemos notar a continuidade de um movimento com elementos fascistas dentro do bolsonarismo, assim como nota-se também o uso de uma vestimenta específica de boa parte do eleitorado de Bolsonaro, que entra no campo da simbologia. Seus eleitores apropriaram-se da camisa da Confederação de Futebol Brasileira (CBF), camisa popularmente reconhecida pelo uso dos jogadores da seleção brasileira. Por exaltar, ao menos em alguns discursos, o patriotismo, Bolsonaro apropriou-se da camisa da seleção como um símbolo político. O uso das camisas verde-amarelas ocorreu antes do bolsonarismo no cenário político brasileiro, em um momento em que pessoas foram para as ruas em atos de manifestações, destacando o patriotismo e tentando se desvincular de partidos políticos.

De acordo com o sociólogo Michael Pollak (1992), é necessário ressaltar que os símbolos desempenham um papel significativo nos movimentos autoritários, pois desempenham várias funções que contribuem para a coesão interna, a identidade coletiva e a comunicação eficaz. “Símbolos proporcionam uma identidade visual única e distintiva para o movimento. Eles ajudam a criar um senso de unidade entre os membros, proporcionando um elemento comum que os conecta” (Lopes Silva, 2024, p. 8). No Integralismo, a simbologia era muito importante para o movimento, como a própria camisa verde que gerava um sentimento de agregação (Caldeira Neto; Gonçalves, 2020). Sendo assim, podemos entender que

a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletivo, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução em si. (Pollak, 1992, p. 204)

É notório o uso massivo das camisas da CBF em meados de 2014, durante atos contra o governo de Dilma Rousseff (PT), em que os manifestantes utilizaram os símbolos para contrariar as cores vermelhas do Partido dos Trabalhadores (PT).

Porém, apesar da ideia de se desvincular de partidos políticos, em meados de 2017, quando Bolsonaro se tornou candidato à presidência da República, isso mudou. Inclusive, os invasores que atacaram a Praça dos Três Poderes no dia 8 de janeiro de 2023, em sua maioria, estavam trajados com a camisa da seleção brasileira de futebol. Em 2024, numa mostra do museu da Fifa em Zurique, na Suíça, havia duas coleções de camisas da seleção brasileira, contando com a seguinte descrição:

Novas gerações e contextos trazem novos significados a cores. Na Copa América de 2019, a icônica camiseta amarelo-canarinho do Brasil foi substituída pela edição comemorativa do histórico conjunto branco e azul, enquanto levavam o título para casa. Em anos recentes, o distintivo conjunto brasileiro amarelo e verde se confundiu com a política ao passo que a camisa foi apropriada por apoiadores do ex-presidente de extrema-direita Jair Bolsonaro.⁸

O uso das cores verde-amarelas também foi utilizado para fazer uma oposição frente ao Partido dos Trabalhadores, que visualmente utiliza a cor vermelha em bonés, camisetas, entre outros. A cor vermelha e o PT foram associados ao comunismo de forma enfática por Bolsonaro e seu eleitorado, sendo vistos como algo a ser combatido. Beatriz do Vale (2023) destaca que

considera-se que o comunismo, que justapõe-se em equivalência a Lula, ao PT e à esquerda de modo generalista, é o inimigo da nação para o bolsonarismo, isto é, a ameaça que impossibilita a plenitude da nação (Vale, 2023, p. 85)

Com isso, o bolsonarismo não só ressignificou a simbologia da camisa verde-amarela, como também reforçou uma identidade política pautada no anticomunismo e no nacionalismo exacerbado. A apropriação de símbolos nacionais, como a camisa da seleção brasileira, torna-se, portanto, um elemento central na construção do imaginário político bolsonarista, onde o patriotismo e a oposição ao comunismo são apresentados como valores essenciais para a defesa da nação.

Essa simbologia serve como um poderoso instrumento de mobilização, consolidando uma identidade coletiva entre seus apoiadores e demarcando um campo

⁸ Fifa diz que “extrema-direita” se apropriou de camisa do Brasil, 29 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/fifa-diz-que-extrema-direita-se-apropriou-de-camisa-do-brasil/>. Acesso em 21 de janeiro de 2025.

ideológico claro. Ao mesmo tempo, reflete a continuidade de práticas discursivas e simbólicas que dialogam com movimentos históricos de extrema direita no Brasil, atualizando seus significados para o contexto contemporâneo. Dessa forma, o bolsonarismo, ao se apropriar de símbolos nacionais e resgatar discursos do passado, estabelece uma narrativa que busca legitimar seu projeto político, reafirmando a luta contra um inimigo comum e reforçando a ideia de pertencimento a uma causa maior, em defesa de “Deus, pátria, família e liberdade”.

Portanto, além de ser um instrumento de mobilização, essa simbologia dentro da cultura política do bolsonarismo gera uma espécie de identidade que dá um certo sentimento de unidade para seu eleitorado, se conectando diretamente ao mito da unidade, abordado por Girardet (1987), pois busca construir a ideia de uma nação coesa, unificada em torno de valores conservadores e patrióticos. No entanto, essa narrativa, ao excluir e deslegitimar vozes divergentes, revela os limites e os perigos dessa “unidade”, que frequentemente se transforma em instrumento de divisão e polarização social.

5. Considerações Finais

O presente artigo buscou analisar o conceito de bolsonarismo a partir de uma perspectiva teórica e histórica, considerando as formulações de autores como José D’assunção Barros e Reinhart Koselleck. Ao longo do texto, ficou evidente que o bolsonarismo, embora associado ao governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), transcende esse período, sendo enraizado em discursos e práticas políticas anteriores, notadamente desde os anos 1990. A análise apontou que o bolsonarismo pode ser entendido como uma expressão da cultura política brasileira, configurando-se como uma força política de extrema direita com traços característicos como o anticomunismo, o militarismo e o anti-intelectualismo. Além disso, o artigo evidenciou que o conceito de bolsonarismo, ainda em construção e debate na Academia, pode ser utilizado como uma ferramenta analítica para compreender o fenômeno em sua complexidade e pluralidade.

As aproximações com o fascismo histórico, embora não centrais ao foco deste estudo, também foram discutidas, sugerindo novas possibilidades de pesquisa e reflexão. Conclui-se que a compreensão do bolsonarismo como uma conjuntura de ideologias políticas e culturais de extrema direita é fundamental para a análise do cenário político brasileiro contemporâneo. Essa abordagem permite reconhecer tanto a continuidade histórica das ideias propagadas por Bolsonaro quanto a especificidade de sua mobilização política nos últimos anos. Assim, este artigo contribui para o entendimento do bolsonarismo não apenas como um fenômeno político pontual, mas como parte de uma dinâmica mais ampla e persistente da cultura política no Brasil.

A análise da cultura política, especialmente sob a ótica de autores como Almond, Verba e Berstein, permite compreender como os valores, crenças e práticas influenciam o comportamento político e moldam as dinâmicas de poder dentro de uma sociedade. O conceito de “cultura cívica”, com sua combinação de elementos participativos, parciais e passivos, destaca a complexidade da interação entre os indivíduos e o sistema político, sendo essencial para a estabilidade e funcionalidade das democracias. Ao longo deste estudo, observamos como o bolsonarismo se configura como uma manifestação específica de cultura política no Brasil contemporâneo.

Elementos como o anticomunismo, o antipetismo e a construção de uma liderança messiânica são centrais para a mobilização de determinados segmentos da sociedade. Essas narrativas e práticas não apenas reforçam uma visão polarizada do mundo, mas também consolidam uma identidade coletiva que se opõe a inimigos percebidos, reais ou imaginários. Além disso, a análise das estratégias de comunicação e mobilização utilizadas por Bolsonaro e seus seguidores, como o uso de humor, *fake news* e símbolos culturais, revela a sofisticação com que o imaginário político é manipulado para atingir e mobilizar as massas.

A apropriação de elementos do imaginário social, como a camisa da CBF, exemplifica como símbolos e rituais podem ser instrumentalizados para reforçar uma identidade política específica. Por fim, a tentativa de golpe de Estado em 2023 é um

reflexo alarmante das tensões e divisões fomentadas por essa cultura política. A radicalização de parte do eleitorado bolsonarista demonstra os perigos de uma retórica que glorifica a ditadura e combate inimigos ideológicos, promovendo uma visão distorcida da realidade. Compreender esses fenômenos é crucial para desenvolver estratégias que fortaleçam a democracia e promovam uma cultura política mais inclusiva e pluralista.

Em síntese, o bolsonarismo se configura como um movimento político que, ao utilizar estratégias discursivas e ferramentas digitais, constrói uma identidade coletiva centrada na polarização da sociedade. A construção do inimigo externo, como o “comunismo” ou os valores progressistas, se torna um eixo mobilizador para fortalecer uma base de apoio engajada, capaz de atuar tanto nas redes sociais quanto na esfera pública. Ao adotar elementos de culturas políticas conservadoras e autoritárias, o bolsonarismo não apenas resgata discursos do passado, mas também se reinventa, criando um novo espaço de atuação política que se adapta aos avanços tecnológicos e à dinâmica comunicacional do mundo contemporâneo.

O uso de narrativas simplificadas e polarizadas visa a construção de uma luta em defesa de valores considerados tradicionais e a resistência a transformações sociais promovidas por movimentos progressistas, revelando a continuidade de tensões políticas profundas no Brasil. Dessa forma, o bolsonarismo reafirma a persistência de visões conservadoras e autoritárias na política nacional, consolidando-se como um fenômeno que precisa ser compreendido dentro de um contexto maior de transformações ideológicas e estratégias de mobilização política.

A relevância e a importância deste artigo residem em sua análise crítica do fenômeno do bolsonarismo, especialmente no que se refere ao uso de narrativas polarizadas, à construção de uma identidade coletiva e ao aproveitamento das ferramentas digitais para consolidar sua base de apoio. O estudo não apenas oferece uma compreensão das estratégias discursivas e políticas utilizadas por este movimento, mas também revela como ele se adapta às novas formas de comunicação e se insere em uma tradição histórica de culturas políticas conservadoras e autoritárias.

no Brasil. Ao explorar a dinâmica entre passado e presente, o artigo ilumina o papel central das redes sociais e das plataformas digitais na disseminação de ideologias, destacando seu impacto na política brasileira contemporânea.

Além disso, a importância desse trabalho está em evidenciar o modo como o bolsonarismo se posiciona contra movimentos progressistas e as políticas afirmativas, propondo uma visão de sociedade que busca a preservação de valores considerados tradicionais, como forma de resistência a mudanças sociais. O artigo contribui para o entendimento das continuidades e rupturas nas culturas políticas brasileiras, trazendo à tona um debate fundamental sobre os rumos da política nacional e os desafios que a democracia enfrenta diante de movimentos que se baseiam em uma visão de mundo polarizada e conservadora. Esse estudo, portanto, é fundamental para aprofundar a compreensão do cenário político atual e os elementos que moldam o comportamento eleitoral e a cultura política no Brasil.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Márcio; DOURADO, Gabriela Sampaio. O humor corrosivo dos meios e a política: o CQC vai ao Congresso Nacional. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, n. 39, ago., 2009.

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. **The Civic Culture**: political attitudes and democracy in five nations. Princeton: Princeton University Press, 1963.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: LEACH, Edmund et al. **Anthropos-Homem**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985.

BARBOSA, J. R. Bolsonarismo, mitos e mitologias políticas: direita radical e a apologia à intervenção militar. In: BARBOSA, J. R.; HERNÁNDEZ, O. A. P. (Org.). **Extremismos políticos e direitas**: Bolsonaro, Trump e a crise das “democracias”. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 35-68, 2022.

BARROS, José D’Assunção. **Os conceitos**: seus usos nas ciências humanas. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2016.

BAUER, Caroline Silveira. Jair Messias Bolsonaro e suas verdades: o negacionismo da ditadura civil-militar em três proposições legislativas. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 8, 2024.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean François. **Por uma história cultural**. Lisboa: Estampa, p. 349-363, 1998.

CIOCCARI, Deysi; PERSICHETTI, Simonetta. A política e o espetáculo em Jair Bolsonaro, João Doria e Nelson Marchezan. **Imagofagia: Revista acadêmica de la Asociación Argentina de Estudios de Cine y Audiovisual**, Buenos Aires, n. 18, p. 54-84, out., 2018.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

JESUS, Juciane et al. Tradições de pensamento anticomunista: as teorias da conspiração e o modus operandi do golpismo em grupos bolsonaristas do telegram. **Revista Internacional da academia paulista de direito**, n. 13, 2024.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 134-146, 1992.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. **Anais do X Encontro Regional de História - ANPUH - MG**, 1996.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: MOTTA, Rodrigo Patto Sá (Org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte, MG. **Argumentvm**, p. 13-39, 2009.

MUDDE, Cas. **A extrema direita hoje**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2022.

NUNES, Ricardo Antonio Souza. As direitas e o anticomunismo no Brasil. **Locus (UFJF)**, Universidade de Juiz de Fora, v. 10, p. 79-97, 2005.

NUNES, Rodrigo. A palavra e a coisa: bolsonarismo como convergência, horizonte, ecologia e máquina. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, 2024.

SECCO, Lincoln. O bolsonarismo no Brasil. **Relações Internacionais**, n. 73, p. 41-52, Instituto Português de Relações Internacionais, Universidade Nova de Lisboa, mar., 2022.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; SCHURSTER, Karl. **Como (não) fazer um golpe de estado no Brasil: uma história interna do 8 de janeiro de 2023**. Recife: Edupe, 2023.

SILVA, Gabriel Lopes. O carisma de Jair Bolsonaro: análise de um fragmento do bolsonarismo. **Revista Escrita da História**, 2024.

SILVA, Gabriel Lopes. Plínio Salgado, o líder messiânico: análise do Integralismo brasileiro a partir de mitos e mitologias políticas. **Revista Eletrônica Discente do Curso de História – UFAM**, v. 8, 2024.

Revista Espacialidades [online]. 2025.1, v. 21, n. 1, ISSN 1984-817X

[414]

VALE, Beatriz Franco Pereira do. **A apropriação de símbolos nacionais pelo bolsonarismo:** uma análise de discurso sobre os 7s de Setembro no Governo Bolsonaro. Dissertação, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

CAMINHOS DO GADO: conquista e ocupação do sul do Maranhão

Mayjara Rêgo Costa Garcia Oliveira¹

Resenha recebida em: 09/01/2025.

Resenha aceita em: 29/03/2025.

RESUMO:

“Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão”, é de autoria da historiadora maranhense Maria do Socorro Coelho Cabral, obra que trata sobre as duas frentes de colonização que construíram o estado do Maranhão, no caso, a frente litorânea e a pastoril e/ou do interior. De início, a resenha apresenta a obra, a trajetória da autora e as contribuições para a historiografia regional como estudo referencial sobre a História do Maranhão. Após, abordaremos os aportes e as escolhas efetuadas pela autora em sua interpretação sobre o passado. Por fim, o estudo permite refletir sobre o uso de categorias espaciais na análise histórica por meio da relação entre História, tempo e espaço, segundo as assertivas de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2008) e Rogério Haesbaert (2010).

PALAVRAS-CHAVE: Sertões Maranhenses; Espaço; Historiografia.

Paths of the cattle: conquest and occupation of southern Maranhão (1992)

ABSTRACT:

“Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão” (Cattle paths: conquest and occupation of southern Maranhão), by Maranhão historian Maria do Socorro Coelho Cabral, deals with the two colonization fronts that built up the state of Maranhão: the coastal front and the pastoral and/or inland front. To begin with, the review presents the work, the author’s career and her contributions to regional historiography as a reference study on the history of Maranhão. Next, we will discuss the contributions and choices made by the author in her interpretation of the past. Finally, the study allows us to reflect on the use of spatial categories in historical analysis through the relationship between history, time and space, according to the assertions of Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2008) and Rogério Haesbaert (2010).

KEYWORDS: Sertões Maranhenses; Space; Historiography.

¹ Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História e Conexões Atlânticas: Cultura e Poderes da Universidade Federal do Maranhão (PPGHIS/UFMA). Mestrado em História pelo Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS/UFMA). Técnica em Assuntos Educacionais da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3952764788289716>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-7792-9528>. E-mail: mayjararc@gmail.com. Atua no Setor de Museologia e Patrimônio Cultural da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC/DAC/CME/SMPC/UFMA).

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão**. 1ª ed. São Luís: SIOGE, 1992.

“Caminhos do gado: conquista e ocupação do sul do Maranhão” é considerada uma das obras referenciais da historiografia maranhense do século XX. De autoria da historiadora Maria do Socorro Coelho Cabral, o estudo aborda as duas frentes de colonização que construíram o estado do Maranhão, no caso, a frente litorânea e a pastoril e/ou do interior.

Maria do Socorro Coelho Cabral nasceu na cidade de Balsas, em 4 de julho de 1940. Graduiu-se em História pela Universidade Federal de Goiás e atuou como professora em instituições de ensino secundário na cidade de São Luís, capital do Maranhão. Posteriormente, ingressou no magistério superior como docente do curso de História da Universidade Federal do Maranhão, cargo que exerceu por duas décadas.

De início, dedicou-se às pesquisas sobre educação e participou da comissão de elaboração da reforma curricular do curso de História em 1988. cursou Mestrado em Educação no Instituto de Estudos Avançados em Educação, da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro. Em 1992, finalizou o curso de Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (USP). A historiadora Socorro Cabral faleceu precocemente em 25 de dezembro de 2002.

“Caminhos do Gado” é fruto da tese de doutorado intitulada “A colonização do sul do Maranhão” apresentada à USP em 1992. Contemplada pelo concurso literário realizado pelo Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado (SIOGE) ainda em 1992, Socorro Cabral, como era conhecida no ambiente acadêmico, teve sua pesquisa publicada em formato de livro. O SIOGE foi uma instituição pertencente a

Secretaria de Estado da Cultura e foi considerado o único estabelecimento destinado a publicação de livros em São Luís até 1998, quando foi extinto por lei estadual².

A trajetória de Maria do Socorro Cabral e o seu percurso como historiadora são indicativos para compreendermos suas contribuições, o seu lugar institucional, suas conexões e os seus diálogos, as escolhas que efetuou para que fosse possível a construção de sua produção historiográfica. Mediante “Caminhos do Gado” a autora construiu uma interpretação sobre uma “História do Maranhão” por meio de uma representação narrativa que, até aquele momento, era considerada pouco explorada pela historiografia de sua época.

Recepcionada pelos seus pares como inovadora devido ao uso de teorias, métodos e fontes, a obra contribuiu para a historiografia regional ao repensar os discursos produzidos sobre a história local e desbravar outros caminhos de pesquisa tidos como desconhecidos ou não contemplados pela historiografia produzida naquele momento. Além do mais, a historiadora configurou um projeto e/ou intervenção na realidade vivida e de sua experiência delineada pelos utensílios teóricos e metodológicos dispostos em seu tempo de escrita e em seu fazer historiográfico para a tessitura dos sertões maranhenses.

Pensar sobre a construção histórica desses espaços sertanejos permite examinar sobre a historicidade que perpassa o fazer histórico. Os estudos que elegeram como objeto os sertões podem ser interpelados ao considerar que o discurso do historiador é fruto de um lugar, do seu posicionamento, das condições de produção diante de um cenário vivido (Certeau, 2008, p. 66).

Como produto das conexões de um tempo e de um lugar institucional, tal realização historiográfica é um indício para o entendimento dos debates que ocorreram em seu tempo sobre a profissionalização do ofício do historiador e das

² O Serviço de Imprensa e Obras Gráficas do Estado (SIOGE), antiga Imprensa Oficial, foi criado em 1947 e teve como sede a antiga Fábrica Progresso localizado na Rua Antônio Rayol, no centro de São Luís. O SIOGE foi extinto em 1998 por meio da Lei nº 7.356 de 29 de dezembro do mesmo ano, no contexto de Reforma e Reorganização Administrativa do Estado do Maranhão.

pretensões de um fazer historiográfico que se propôs ser uma escrita crítica e renovada. Num enfoque local, como observou Bitencourt e Galves (2014, p. 11), a fundação de instituições de ensino superior e, conseqüentemente, o surgimento dos cursos de graduação em História, foram algumas das ações com vistas à profissionalização do ofício do historiador por intermédio das produções realizadas por docentes que ingressaram nos programas de pós-graduação em instituições de ensino superior do país e que dedicaram suas pesquisas as temáticas acerca dos estudos locais em História.

Da mesma forma, aponta um deslocamento do “lugar” de produção sobre a História do Maranhão. Até as últimas décadas do século XX, a escrita sobre a História do Maranhão ainda estava vinculada às instituições concebidas como espaços autorizados: Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM) e a Academia Maranhense de Letras (AML) (Bittencourt, 2015, p. 65).

A obra foi organizada em 3 (três) capítulos, sendo o primeiro capítulo dedicado a descrever o movimento colonizador iniciado na região litorânea do Maranhão em tempos coloniais, caracterizado pela ação conjunta do Estado português e da Igreja, e pela implantação da grande lavoura agroexportadora. Já a segunda seção propõe o exame do processo de colonização dos chamados “sertões dos Pastos Bons”, em referência às terras do interior da então capitania do Maranhão, ocupadas pela iniciativa de bandeirantes e vaqueiros advindos da Bahia e de Pernambuco a partir de 1740. No terceiro capítulo a ênfase foi dada aos aspectos econômicos e sociais como elucidativos do processo de integração entre as duas regiões (litoral e sertão) estudo iniciado no século XIX.

Para construir uma narrativa sobre a história do sul do Maranhão, Socorro Cabral utilizou como materiais de pesquisa, memórias, relatos de viagens, documentação oficial, jornais e fontes orais. Parte significativa desse material foi consultada em instituições localizadas no Maranhão, dos quais citamos o Arquivo Público do Estado e da Biblioteca Benedito Leite, Arquivo da Arquidiocese de São

Luís e Cartórios das localidades sertanejas como o de Pastos Bons, de Riachão e de Carolina. Durante a estadia nesses municípios, Cabral fez uso das fontes orais por meio da realização de entrevistas com moradores locais no intuito de obter informações acerca dos costumes e valores tradicionais da região sul maranhense.

Além disso, a autora consultou outras fontes sobre o período colonial do Maranhão mantidas em instituições de pesquisa no Rio de Janeiro (Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional e Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) e em Brasília (Biblioteca do Senado e da Câmara Federal). Citamos os documentos testemunhais, crônicas, almanaques e livros de memórias sobre o sertão de Pastos Bons.

Acerca do tratamento dessas fontes, Cabral empregou um estudo descritivo e revisão bibliográfica sobre a temática, tendo em vista o contexto, as possibilidades e limites vivenciados em seu cotidiano de pesquisa. A autora relatou alguns meandros de sua prática de pesquisa quando realizada no Maranhão ao se deparar com um cenário de escassez de fontes sobre o passado colonial maranhense, condições desfavoráveis de guarda do material e carência de tratamento adequado desses materiais, ao afirmar que “o desprezo por essa documentação denota descaso e desinteresse pela memória histórica do sertão” (Cabral, 1992, p. 23).

“Caminhos do Gado” oferece uma possibilidade de reanálise do processo de conquista do território posteriormente denominado de Maranhão no decorrer do período colonial. No caso, a abordagem sobre as duas frentes de povoamento e as especificidades de cada uma dessas regiões colonizadas, que concebeu representações sobre o Maranhão por intermédio dos pares: norte/sul, litoral/sertão, agricultura/pecuária e outros.

No entanto, é perceptível o enfoque direcionado pela autora ao estudo sobre a frente pastoril/do interior, constituindo sua obra numa produção historiográfica sobre o sertão. Tal escolha foi justificada pela necessidade de se questionar sobre a construção da identidade maranhense pautada numa escrita que contemplou apenas

as áreas de ocupação próximas a São Luís, assim como a necessidade do conhecimento da história de um Maranhão percebido como diverso: “o mundo pastoril”, dos vaqueiros e criadores de gado, “mundo distante e vasto”, “os sertões de Pastos Bons”.

A leitura da obra é convidativa para o entendimento da relação entre história, espaço e tempo. Em termos específicos, as maneiras diversas como o historiador se apropria das categorias espaciais na análise histórica, pensadas em seus efeitos, nas estratégias de significação e como conceito e delimitação para a pesquisa disciplinar.

Espaço visto não mais como uma realidade delineada por aquilo que é tangível, naturalizado, isolado, mas portador de historicidade e das múltiplas apropriações realizadas por um olhar culturalmente determinado. O espaço passa a ser pertencente a uma trama, não como elemento homogêneo, mais pensado em termos de diferenças (Albuquerque Júnior, 2005, p. 77).

Ressignificar conceitual e metodologicamente as categorias espaciais e seu entrelaçamento com a História, ao interpretá-las sob as perspectivas das escalas, agentes, normas e coesões múltiplas, segundo uma concepção instrumental e como mecanismo de intervenção e produção sobre uma espacialidade. Categorias vistas como “artefatos”, concebidas não mais pelo dualismo dos aspectos materiais e simbólicos, mas na imbricação entre arte e fato, como categoria de prática e produto cultural, produto-produtora, construção produzida e articulada, criação e auto fazer-se (Haesbaert, 2010).

Ao questionar o discurso historiográfico do seu tempo, Socorro Cabral criticou a produção intelectual do seu tempo, cuja escrita concentrou-se por tempos numa história construída a partir do litoral. Cabral construiu a representação de um passado forjado como sertões dos Pastos Bons cujas narrativas não eram contempladas pelos registros da História do Maranhão produzida até aquele momento.

Ao inserir essas narrativas sobre a outra porção territorial do Maranhão denominada sertão/sul do maranhão/sertão dos Pastos Bons, a historiadora pretendeu promover a reconstrução de uma identidade maranhense. Apesar da travessia desafiadora, roteiros inumeráveis orientaram as trilhas das pesquisas de Cabral rumo aos sertões maranhenses, constituídos por cartografias múltiplas, livros memorialísticos, relatórios, mapas, jornais, fotos, lembranças, indivíduos, discursos e os acontecimentos que julgavam merecer alguma evidência.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de. Zonas de encrenca: algumas reflexões sobre poder e espaços. **Nos destinos das fronteiras**: histórias, espaços e identidade regional. Recife: Edições Bagaço, 2008.

AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995.

ARÓSTEGUI, Júlio. **A Pesquisa Histórica**: teoria e método. Bauru: EDUSC, 2006.

BARROS, José D'Assunção. **A historiografia como fonte histórica**. Petrópolis/RJ: Editora Vozes, 2022.

BITENCOURT, João Batista; GALVES, Marcelo Cheche (org). **Historiografia Maranhense**: dez ensaios sobre historiadores e seus tempos. São Luís: Café e Lápis/Editora UEMA, 2014.

BORRALHO, J. H. P. Tradições historiográficas no Maranhão. **Outros Tempos**, São Luís-MA, v. 01, p. 01-19, 2004.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **Caminhos do gado**: conquista e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: SIOGE, 1992.

CABRAL, Maria do Socorro Coelho. **A colonização do Sul do Maranhão**. Tese, Universidade de São Paulo, 1992.

CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

A NORMALIDADE DISSECADA

Vinícius Augusto Andrade de Assis¹

Resenha recebida em: 13/01/2025.

Resenha aceita em: 23/06/2025.

RESUMO:

A presente resenha trata do livro *Família e fronteira no Brasil colonial*, de Alida C. Metcalf, publicado nos Estados Unidos originalmente em 1992 e recém traduzido para o português, foi lançado pela Editora Unesp. Tomando as fontes disponíveis para a vila de Santana de Parnaíba (capitania de São Paulo), a autora traça as estratégias de sobrevivência na sociedade colonial, as relações entre família e fronteira, bem como a reiteração da desigualdade socioeconômica em áreas economicamente voltadas ao abastecimento interno.

PALAVRAS-CHAVE: Brasil colonial; Desigualdade; Escravidão; Família; Fronteira.

The dissection of normality

ABSTRACT:

This current review addresses the book *Family and Frontiers in Colonial Brazil*, by Alida C. Metcalf, which was originally published in the United States in 1992 and it was recently translated into Portuguese and released by Editora Unesp. Drawing on available sources from the village of Santana de Paraíba (captaincy of São Paulo), the author outlines survival strategies in colonial society, explores the family-frontier relations as well as reiterating the socioeconomic inequality in the fields which were economically oriented toward domestic supply.

KEYWORDS: Colonial Brazil; Family; Frontier; Inequality; Slavery.

METCALF, Alida C. **Família e fronteira no Brasil colonial**: Santana de Parnaíba, 1580-1822. São Paulo: Editora Unesp, 2024, 312 p.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo (PPGHS/USP). Bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Possui mestrado em História Social e graduação em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). E-mail: vinideassis1@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3649576119513631>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9084-1457>.

Alida C. Metcalf, professora na Rice University (Houston; Texas), é uma historiadora estadunidense cuja produção acadêmica é reconhecida pelas temáticas da escravidão e da família na América portuguesa. Recentemente, o primeiro livro de sua autoria foi traduzido e publicado em português, intitulado *Família e fronteira no Brasil colonial*. O trabalho foi resultado de sua tese de Doutorado em História, defendida em 1983 na University of Texas e publicada em 1992 pela University of California Press, com uma segunda edição em 2005 pela University of Texas Press. É a tradução dessa versão que chega ao público brasileiro pela Editora Unesp.

Em termos historiográficos, o livro insere-se na conjuntura denominada *brasilianismo*, ocorrido nas décadas de 1960 a 1980, quando o interesse intelectual norte-americano se manifestou em financiamentos para a realização de pesquisas sobre a América Latina, particularmente no Brasil. De acordo com Warren Dean, fatores como a revolução cubana, a imigração latino-americana aos Estados Unidos, e o acesso facilitado de estrangeiros à documentação arquivística brasileira influenciaram essa produção (Dean, 1990, p. 104-105).

O trabalho também se vincula à primeira geração de estudos sobre a *história da família*, vertente que desde a década de 1970 vêm demonstrando a complexidade das relações socioeconômicas oriundas de um parentesco que não se limitava à consanguinidade. Conforme Ana Silvia Volpi Scott, a historiografia da família buscou visibilizar as peculiaridades inerentes à formação social e econômica do Brasil (Scott, 2015, p. 21). Nesse sentido, como indicou Metcalf em artigo anterior ao livro, as famílias foram cruciais para a reiteração de hierarquias sociais no período colonial: “os clãs familiares exerciam poderes que contrabalanceavam até mesmo a autoridade das coroas espanhola e portuguesa, ao passo que as pequenas famílias constituíam a pedra angular da ordem social e da produção agrícola nas zonas rurais” (Metcalf, 1983, p. 771).

Embora seja um livro inédito no Brasil, a versão original foi citada pela historiografia brasileira nas décadas de 1980 e 1990, principalmente nos estudos

voltados à família escrava e ao sistema sucessório nos séculos XVIII e XIX (Bacellar, 1997; Faria, 1998; Motta, 1999; Slenes, 1999). Paralelamente, Metcalf dialogou com a produção acadêmica brasileira nas referidas décadas, vide a publicação de artigos e capítulo de livro em português, divulgando parcialmente os resultados de sua pesquisa (Brettell; Metcalf, 2003; Metcalf, 1987; Metcalf, 1990a; Metcalf, 1990b).

O objetivo do livro consiste em compreender a reprodução da desigualdade na colônia, a partir da obtenção de recursos – materiais e simbólicos – para a sobrevivência familiar. Para tanto, a autora recorreu às fontes disponíveis sobre a vila de Santana de Parnaíba (capitania de São Paulo) entre os séculos XVI e XIX, tais como inventários *post-mortem*, testamentos, registros paroquiais e notariais, além das listas nominativas de habitantes.

Não foi sua intenção realizar uma história de Santana de Parnaíba ou da capitania de São Paulo. Seu objeto são a família e as estratégias cotidianas dentro de um ordenamento vigente, neste caso, a estrutura estamental-escravista típica do Antigo Regime. De acordo com a autora, o propósito “deste estudo não é inflar a importância desta vila, mas usá-la como uma lente por meio da qual um processo de colonização pode ser ampliado, revelando seus detalhes” (Metcalf, 2024, p. 32). Em outras palavras, assim como nas ciências biológicas, principalmente na Anatomia, Metcalf propõe uma dissecação daquilo que há de mais comum em qualquer sociedade: a normalidade.

Como hipótese, parte-se do pressuposto de que a desigualdade seria um produto da relação das famílias seiscentistas livres com a fronteira, visto que dependiam do sertão para o processo de acumulação primitiva de capital, preferencialmente a escravização indígena. Segundo a autora,

as famílias que exploravam a fronteira para participar da economia mais ampla do Atlântico tornavam-se parte da classe de proprietários agrícolas e renovavam suas riquezas a cada geração porque continuavam a explorar o sertão (Metcalf, 2024, p. 46)

Consequentemente, a manutenção da hierarquia social dependia das estratégias familiares para a composição e distribuição dos patrimônios no decorrer dos ciclos de vida.

Para dar procedência à hipótese, Metcalf recorre ao estudo da composição socioeconômica de três “classes sociais” (conceito forjado pela autora e não atribuído à concepção marxista de *classe*), a saber: proprietários agrícolas, livres pobres e escravizados. O primeiro grupo corresponde à minoria de famílias escravizadoras e latifundiárias, enquanto o segundo grupo dependia da mão-de-obra familiar e agregada, não necessariamente possuindo terras; por sua vez, o terceiro grupo refere-se à população escrava, que formava 27% dos habitantes e concentrava-se em 27% dos domicílios em finais do setecentos. Em termos teóricos, a formulação tríade de “classe social” resulta em armadilhas conceituais no texto e deve ser compreendida com cautela pelo leitor. Segundo a autora, “a riqueza, a raça, os laços familiares, a idade, o sexo e o estado civil foram fatores que influenciaram o modo como a população da vila se percebia e percebia os demais” (Metcalf, 2024, p. 27). Em outras palavras, é necessário estar atento a esses fatores dentro das referidas “classes sociais”, ou seja, perceber os mecanismos de diferenciação socioeconômica não apenas entre grupos, mas também intragrupos.

No tocante à população livre (tanto proprietários agrícolas quanto livres pobres), o trabalho foi primordial por relacionar a acumulação patrimonial com o ciclo de vida das famílias. Nesse quesito, o sistema sucessório foi privilegiado como plataforma de observação, visto que,

embora a divisão igualitária dos bens entre todos os filhos fosse sem dúvida justa e humana, ela ao mesmo tempo assombrava as famílias com a diminuição de recursos familiares e o inevitável declínio do *status* social das gerações seguintes que disso resultaria (Metcalf, 2024, p. 143)

Para a segunda “classe”, “qualquer mudança na composição familiar [...] afetaria a quantidade de alimentos de que necessitavam e o quanto poderiam produzir” (Metcalf, 2024, p. 196).

Diante das incertezas cotidianas, poderiam buscar a proteção da primeira “classe” através do compadrio, uma vez que, para além do parentesco espiritual, “os padrinhos serviam como poderosos patronos para famílias pobres na comunidade e às vezes defendiam seus afilhados junto às instituições locais” (Metcalf, 2024, p. 196).

A migração também foi um fenômeno atribuído às duas “classes” livres. Segundo a autora,

como um costume familiar profundamente enraizado nas famílias de proprietários agrícolas desde os primórdios da colonização, a migração dos filhos homens ajudava a resolver o problema inevitável da diminuição do patrimônio familiar (Metcalf, 2024, p. 157)

Ao mesmo tempo, “os pobres livres se mudavam pelas mais variadas razões, sendo uma das mais importantes a procura por terras. Contudo, também se mudavam para fugir do serviço militar e de obrigações de trabalho forçado” (Metcalf, 2024, p. 194).

Em relação aos escravizados, a autora se situa num dos principais debates historiográficos de sua geração: a família escrava. Para o período colonial, Metcalf demonstrou pioneiramente a violência que o sistema sucessório causava à população cativa, visto a “dificuldade em manter seus laços familiares, especialmente se os herdeiros levassem membros das famílias dos cativos para fora de Parnaíba a fim de desenvolver a fronteira a oeste” (Metcalf, 2024, p. 215). Não obstante, o parentesco nas senzalas possibilitava uma vida em comunidade, a oportunidade da alforria, a obtenção de roças e o estreitamento de laços consanguíneos e espirituais, principalmente pelo compadrio entre escravos, livres ou membros da família senhorial, permitindo uma sobrevivência menos violenta perante as incertezas da escravidão.

No decorrer dos seis capítulos que compõem o livro, Metcalf demonstra o processo reiterativo da desigualdade socioeconômica através de uma sequência comum de eventos. A capacidade de transformar a fronteira em fonte de recursos – segundo os valores estamentais do Reino – permitiu a reprodução de famílias livres numa lógica hierárquica. Ao mesmo tempo, constituía-se uma expectativa de

liberdade para a população escrava, vide a possibilidade de fuga e formação de quilombos, ainda que numa exceção à regra. Dessa forma, a fronteira tinha um efeito diferente para as três “classes sociais”. Embora trouxesse independência e autossuficiência para os “livres pobres”, não havia um princípio de igualdade se comparado aos “proprietários agrícolas”; para estes, a fronteira serviu como mecanismo de expansão patrimonial e familiar, permitindo a acomodação de seus descendentes no cume da hierarquia social. Por sua vez, os escravizados raramente se beneficiavam da fronteira, atrelando-se a um “horizonte de expectativas” que não se limitava ao cativo.

Por fim, vale destacar que o trabalho foi desenvolvido a partir de uma vasta pesquisa documental, cuja trajetória é elucidada nas notas sobre as fontes primárias e metodologia, localizadas no anexo do livro. Diante das questões aqui mencionadas, consideramos que *Família e fronteira no Brasil colonial* traz debates fundamentais para os estudos da sociedade escravista brasileira, desencadeando problemáticas acerca da escravidão, da família e da hierarquia social em regiões economicamente voltadas ao abastecimento interno.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra**: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do oeste paulista. Campinas: CMU/Unicamp, 1997.

BRETTELL, Caroline; METCALF, Alida C. Costumes familiares em Portugal e no Brasil: paralelos transatlânticos. **População e Família**, São Paulo, n. 5, p.127-152, 2003.

DEAN, Warren. Warren Dean: um brasilianista. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 103-113, 1990.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento**: fortuna e família no cotidiano colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

METCALF, Alida C. Recursos e estruturas familiares no século XVIII, em Ubatuba, Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 13, n. especial, p. 771-785, 1983.

METCALF, Alida C. Vida familiar dos escravos em São Paulo no século dezoito: o caso de Santana de Parnaíba. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 229-243, 1987.

METCALF, Alida C. A família e a sociedade rural paulista: Santana de Parnaíba, 1750-1850. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 283-304, 1990.

METCALF, Alida C. A família escrava no Brasil colonial: um estudo de caso em São Paulo. In: BALHANA, Altiva Pillati; MARCÍLIO, Maria Luiza; NADALIN, Sérgio Odilon (org.). **História e População: estudos sobre a América Latina**. São Paulo: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados, 1990, p. 205-212.

METCALF, Alida C. **Família e fronteira no Brasil colonial: Santana de Parnaíba, 1580-1822**. São Paulo: Editora Unesp, 2024.

MOTTA, José Flávio. **Corpos escravos, vontades livres: posse de cativos e família escrava em Bananal (1801-1829)**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 1999.

SCOTT, Ana Silvia Volpi. Entre a “curva” e o “caso”: três décadas de história da família no Brasil. In: LIBBY, Douglas Cole et. al. (org.). **História da família no Brasil** (séculos XVIII, XIX e XX): novas análises e perspectivas. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2015, p. 21-50.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava – Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

LIMA BARRETO: a “juristinist” in the tribune of letters

Thiago Venícius de Sousa da Costa¹

Tradução recebida em: 12/12/2024.

Tradução aceita em: 28/02/2025.

ABSTRACT:

This research aims to explore the relationships that the writer Lima Barreto maintained with law and legal spaces. This approach allows for an evaluation of a lesser-studied aspect of the author’s work, focusing on his role as a bureaucrat - a figure often perceived as rigid, devoid of personal will, and subjected to the erasure of sensibilities under the constraints of state power. The concept of the “jurinist” is introduced as a lens through which to examine the ways in which Barreto engaged with legal discourse. To develop this discussion, the study analyzes Barreto’s articles and chronicles, along with other written records, demonstrating how he continually navigated and transgressed legal boundaries.

KEYWORDS: Law; Bureaucracy; Space; Body; Lima Barreto.

Lima Barreto: um “juristinista” na tribuna das letras

RESUMO:

Esta pesquisa busca destacar um pouco das relações que o escritor Lima Barreto manteve com o direito e os espaços do jurídico. Essa leitura possibilita a avaliação de um perfil do autor ainda pouco estudado e discutido por parte dos pesquisadores de sua fortuna, com enfoque para a figura do homem burocrata, do indivíduo de pele enrijecida e comumente associado a alguém sem vontade, que sofre os apagamentos das sensibilidades e que esteve preso às amarras do poder estatal. A figura do “juristinista” é apresentada como uma possibilidade de discutir as visibilidades e dizibilidades que o escritor traçou acerca do direito. Na articulação do debate, realiza-se uma análise dos artigos e crônicas barretianos, bem como de outras documentações

¹ Doutorando e Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGH/UFRN). Bacharelado em História e Especialista em História Social da Cultura pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), e licenciado em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Bacharel em Direito e Especialista em Direito Civil e Processual Civil pelo Centro Universitário UNINOVAFAPÍ. Integra o Corpus: Grupo de Estudos e Pesquisas em História do Corpo e das Sensibilidades (CCHLA/UFRN/CNPq). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3120096076562584>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6016-7716>. E-mail: thgvenicius@gmail.com.

escritas que ajudam a tornar evidente de que forma Lima Barreto fez constantes travessias entre as fronteiras do direito.

Palavras-chave: Direito; Burocracia; Espaço; Corpo; Lima Barreto.

1. Introduction or the (re)discovery of a bureaucrat

Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) was a journalist and writer who was born in Brazil and spent his entire career in the city of Rio de Janeiro and witnessed firsthand the tensions of his time, in the social and political context of the First Republic (1889-1930). He entered the public service and held the position of amanuensis² at the Ministry of War, unwillingly following a path he resented that was opposed to the literary ideals he cherished: being a State employee. This was, at least, the situation that the author frequently recorded in his *Diário íntimo*, which contains personal notes and confessions about public and private life. Confessions that often take on a melancholic, revealing a man with “girlish sensitivity”, as Gilberto Freyre pointed out (1956, p. 15). Such testimonies immerse us in a river of emotions that spilled out, manifesting in revealing notes regarding their social interactions. It is also possible to notice tensions and injuries that he tensions and wounds that weighed on him, after all, his dreams barely occupied his thoughts and seemed to unravel when forced to touch the real world.

The issue becomes even in a note³ the writer made on scraps of paper during his admission to the Hospício de Pedro II (1919-1920), where he experienced the constraints of a total institution (Goffman, 2018). This period brought to light a series of regrets - financial, material, familial, intellectual, among others. One episode that rekindled his pain was his regret at not having effortlessly followed the so-called ‘donkey path’. This reference reflects his regret at not being able to embrace the

² Commonly known by the nickname of copyist, the job of amanuensis consisted of reproducing and copying texts and documents. A common profession in the context of Brazilian republicanism, it was an alternative for those who sought to stabilize themselves financially in a scenario in which the public sector continually swelled with the emergence of new positions. See: Schwarcz, 2017.

³ I make reference to the *Diário de Hospício* and *Cemitério dos Vivos* which was written during the period from December 25, 1919, to February 2, 1920. See: Barreto, 1993.

supposed comforts of a bureaucratic life - one of subordination, authority, and the consequent loss of autonomy, creativity, and freedom of conscience.

This is the life trajectory that the author of *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1915) saw and recorded as shared by those who sought positions in the State. Within the State, as it seemed to him that the individuals who lived there suffered from the erasure loss of individuality. At first, Lima Barreto did not see himself fully fitting the mold of a ‘bull’s foot’⁴ - the archetypal resigned employee who blindly followed orders without question. Nevertheless, Barreto made an effort to become a well-rounded professional, as Francisco de Assis Barbosa (1988) noted, recalling that in 1904, the writer remained committed to his amanuensis obligations, even seeking to establish cordial ties with his superiors.

However, his relationship with bureaucratic spaces always seemed thorny, as he had to deal not only with pedantic employees and colleagues, but also with the tedious periods of idleness. It did not take long for the writer to realize the extent of his predicament: as he sat at his desk, Barreto felt the weight of boredom as he watched time pass before his eyes, consuming his last reserves of energy, Barreto felt the difficulties. He wanted those hours to be dedicated to the arts. In this context, his literary aspirations gained importance and his productive work began to occupy the center of discussions of his work and trajectory, especially by researchers in Literature, Anthropology, Sociology, and History. The activist literature of the author of *Clara dos Anjos* has been regarded (Botelho, 2001) as a path that should receive more attention from researchers of his literary legacy, requiring further exploration so that they have a broad dimension of the life experiences of the author from Rio de Janeiro. The activism in his works is fundamental to understanding his political positions, since his writings are true collective enunciation machines (Regina, 2013), evoking a Deleuzian approach to the aesthetics of art.

⁴ This image is constructed by Barreto based on the character Flores Teles, in the short story.

It is important to highlight that there are issues to be considered regarding the central role of the man of letters in Barreto's identity, as it seems that the corporeality⁵ of the bureaucrat, manifested in the writer, is always overlooked. In studies of Barreto work, it seems that there is a subordination of one social role (Goffman, 1985) to another, particularly, the literate individual in detriment of the bureaucrat. Perhaps this happens because it is still seen as "true" - or there is a consensus - in research on the writer, where it appears that bureaucracy was understood as a source of frustration, causing ongoing discomfort. Mentioning this is not intended to downplay the antipathy the author felt toward bureaucratic spaces⁶. Rather, this study proposes to question: was the problem faced by Lima Barreto with bureaucracy as simple as that? Can it all come down to deep disenchantment? If the consideration were positive, it would be easy to end this debate and place the author in the position of frustrated, resentful, or yet another occupying the place of the losers who failed in life by not being able to establish his name in literature.

Nonetheless, Barreto left evidence that complicates the answer, making it risky to draw conclusions based solely on his personal experience as a literary journalist. In countless moments, the author demonstrates that the bureaucrat was present and was constantly incarnated. This evidence has already been highlighted by his biographers (Barbosa, 1988; Schwarcz, 2017) who highlighted the pride that Barreto took in his incomplete higher education as an engineer, as well as the fact that he managed to take on a position as a State employee through approval in a public competition, without needing connections, sponsorships, or favors.

⁵ By *corpo* (body) we understand what David Le Breton (2007; 2012) argued to be a semantic vector through which relationships with the world are woven. The body is not an evident and finished fact, but is the result of fabrication processes, inventions, demands and modulations of the flesh.

⁶ Bureaucratic space must be understood beyond the physical and human dimension (tables, boards, chairs, shelves, staff, teams, bosses, superiors) of the environment where the activities of state power operate, their rituals, formalism, practices, rhetoric and the imaginary around an unofficial place that is also part of, integrates and transforms, attributing different meanings to the life experiences of ordinary subjects.

These are important considerations, but they do not explain the role the bureaucrat played in Barreto's career or how this figure of a man with hardened skin and a pale face influenced his way of thinking and positioning himself in the world. One possibility of analysis is to verify the fact that the criticisms produced by the author brought to the margins, among other things, the impostures of the rulers, the constant lack of ethics and omissions that were at the forefront of the public interest, giving carnality to the bureaucratic man. This figure should not be evaluated in distinction and in dispute with other constructions that he forged of himself, such as that of the activist, writer, journalist, intellectual, family provider and petty bourgeois.

Barreto consistently provides clues in his work (articles, essays, short stories, novels, satire) that reveal a strong legalist inclination. Legalist who, conventionally, can be identified as a bureaucrat, an individual who expressed the desire that legal provisions not only be enacted in the public interest, but that they be respected, complied with, and that they should not be used on political platforms for personal promotion. This becomes clear when evaluating the contributions he made to the press, the constant dialogues he maintained with the first Brazilian Republican Constituent Assembly (1891), not limited to reporting statesmen's insubordination to the country's Major Law, with the penchant they showed for corruption and patrimonialism. To a large extent, one can see direct excerpts from the Brazilian Constitution in his protests, allowing him to be identified as both a critic and interpreter of the law, as well as someone who challenged its boundaries.

However, Barreto's affinities with the legal universe and its spaces (discourses, practices, institutions, etc.) were probably not a unique personal innovation. Instead, they reflect an alignment that the man of letters maintained with the ideas of his time, particularly in how Law was understood and discussed. François Ost (2007) provides insight for researchers to analyze this issue, stating that the legal imaginary also includes an 'infra-law' - a realm of customs, practices, narratives, and discourses that are continually produced and continue to influence the official models of established law. Barreto recognized multiple spaces in where Law operated in his

time and, by delivering a critical speech based on the Constitution, he brought attention to this issue. In this way, space opens up to understand that the theme of Law is part of the cultural plan and circularity of Law, by perceiving it not as something tied to manuals and codes, and were restricted to an academic, institutional discourse, but which, on the contrary, found space in the common life of the city through the use of language, gestures and actions, being reinvented and recreated in daily life.

In this research, we seek to highlight significant aspects of this profile in Lima Barreto: the profile of someone who was capable not only of knowing the thought produced by legal discourse, but who, to a large extent, was able to manufacture knowledge on topics involving the universe of law. The “juristinish” figure is central to understanding the circulation of this knowledge. The expression was cited by the author of *Os Bruzundangas*, in the chronicle *O Café*, published on June 26, 1915, in *Careta* magazine, when criticizing the country’s economic policy of encouraging coffee production. The expression was used to state that it was not necessary to know the laws, exchange rates and all the usual bureaucratic tergiversation for an individual to be able to construct a political-legal position regarding a product, judged as one of the country’s greatest riches, but which only brought losses to the treasury. An observation perceived by the fact that the country always needed subsidies to deal with export crises, as well as market fluctuations that routinely changed prices and acted to devalue the product.

The mention of ‘juristinish’ in the aforementioned chronicle does not reveal many issues that allow for an assessment regarding the knowledge of Law in Lima Barreto. This means that the expression goes unnoticed or even ignored by readers, since it does not carry a direct meaning that leads the eye to criticize the subject. Hence the importance of expanding its meaning into a broader critique, situating it alongside other statements that allow for the evaluation, discussion, and reflection on the writer’s positions, paving the way for its integration into the discourse on Law. From these crossings it is possible to observe his territorialization in the bureaucratic

space, the constant corporeal modulations he made of himself by giving carnality not only to the journalist full of ironies and accents in the language or to the writer who wished to make literature a priesthood, but also to that erect individual, full of reasons for himself when giving shape to a statesman.

A formation that did not happen automatically and should not be viewed rigidly, as the writer was far from being a legal authority, borrowing a Weberian saying that situates the ideal type of bureaucrat (legalist, technician, rationalist). Barreto faced several dilemmas in his career that denote the discomfort he felt when experiencing the bureaucratic space. However, these lines do not convey the details of this debate. For now, it is necessary to point out that the conflicts, terrors and many other expressions that increase the tension of their flesh⁷ (boredom, pain, tiredness, fatigue, desire to do nothing, drowsiness, etc.) due to having to build housing in an environment that your project with the letters should be viewed with caution.

It is problematic to claim that Barreto was entirely averse to the disguise of the bureaucrat, and 'jurist' serves as a new interpretative key to a dilemma that the author continually faced. Or, to put it another way, a dilemma that has always gained carnality when debating the importance of the law, the norm, the Constitution (1891), politics and the ethics of those in power. Thus, the 'jurist' is part of a process of ritualization or fabrication, using here the concept of Peter Burke (1996) when stating that fabrication means creating and forging different images of oneself, in the public and private spheres. Fabricating means the symbolic production of an image that never ceases to be produced, discussed, reformulated and socially dramatized, and can be located through texts, rituals and spectacles. In Lima Barreto's case, the fabrication of the bureaucrat man gains meaning by constantly assuming political positions that make the figure of the engaged activist complex, particularly by maintaining approximations and criticisms with the legal universe (practices, rites,

⁷ Lima Barreto's confessions of the flesh, which should be understood as records that make the external sensations of the body evident, can be found in the *Intimate Diary*, a work that brings together personal records from youth to adulthood, accounts of public employment, the domestic environment and of his relationships as a resident and participant in the city.

institutions, etc.). Throughout this work, this debate will be further explored. Barreto's articles and chronicles, collected in two volumes of *Toda crônica de Lima Barreto* (2004), organized by Beatriz Resende and Raquel Valença, constitute the primary source of the entire investigation. Other writings by the author will also be evaluated so that it is possible to put together some arguments that support the problem of this research, which is to outline some of the motivations that Barreto felt the need to expose when crossing the frontiers of Law.

2. A return to the beaten path of the Secretariat

Lima Barreto's process of literacy or fabrication (Burke, 1994) with Law - highlighting the affinities he maintained with the country's highest law - maintains a direct link with his bureaucratic office, carried out in the position that linked him to the Secretariat of War. An indication of this argument can be found in the chronicle *A amanuensa*, published on October 5, 1918, in the *A. B. C.* magazine, in which the author criticizes the attitude of Nilo Peçanha (1867-1924) who, at that time, held the position of Minister of Foreign Relations in the government of Venceslau Brás (1914-1918). The criticism arose after the admission of a woman, through a public examination, to the position of third officer in its secretariat. In a position where "reflection" was required, and the individual could not shirk their duties and "bar ideas", the appointment of an amanuensis woman caused inconveniences, because, as Barreto explained:

As long as public places, even those that are not public, but which are naturally intended for men, are invaded by women, this will harm the regular reproduction of our race. Our interest is in favoring it in the best possible way and never harming the perpetuity of the human species on the planet. It is known that, since women in Europe were called to services normally carried out by men, from year to year, the anthropometric dimensions required for recruits were reduced. This is in Spencer, *Introduction to Social Sciences*. Favoring, employing girls in the bureaucracy, such a thing, is a sin against humanity. Women are conservative and suffer more from being that way than there is anything wrong with a sedentary lifestyle at a secretary's desk. It doesn't matter that a girl parrots French or German to be a better employee than a boy. The girl's intelligence is, in general, reproductive, therefore very suitable for this study of languages, much to the taste of quaint offices, such as Itamarati; but she is never capable of initiative, or the combination of imagination, hard data and

abstraction that defines true intelligence. This is so true that Lord Nilo's candidate, in Berlitz's talk, did very well; but when it came to simple arithmetic it fell flat and, in constitutional law, it is not even mentioned. It is not possible to understand that an employee of a State secretariat does not know about our fundamental rights and that it regulates relationships, not only between individuals, but between the country's political powers (Barreto, 2004a. p. 389)⁸

The representations of femininity are perceived and represented through a series of ambivalences by Lima Barreto and should not be read as a fixed determinant or under a rigid or monolithic perspective. Maria Sandra da Gama (2015, p. 82) examines this reflection while discussing the plurality of Barretian narratives, highlighting how the author explores multiple perspectives on women, shaped by his diverse encounters and the interplay of power dynamics, which allowed him to construct a range of statements about them.

By challenging women's intellectual capacity and suggesting that their talent was akin to that of a 'chatty parrot' who mindlessly repeated everything she learned, Barreto further implies their lack of aptitude for Law, particularly in relation to the Brazilian Constitution (1891). According to the arguments he presented, this occurred because women lacked "true intelligence", the ability to go from a mere reproductive impulse to taking reflexive positions in decoding the legal system. A position similar to what the author expressed when commenting on his forays into musical art, considering that "women are extraordinarily capable of these things of reproduction, execution, exams, competitions; but when it comes to creation, invention, intellectual boldness, they weaken" (Barreto, 2004a, p. 131).

When the literary man observes women as interpreters of the Law, he also does not hide his prejudices towards the opposite sex and, equally, he casts doubt on the female capacity to understand and criticize this universe. At the very least, it served to challenge the notion of women as mere reproducers of everything they studied, read, and heard. In this circumstance, Barreto locates Law in a place made for men, which is not a surprising aspect of his positioning, considering that this is a construct

⁸ All translations from Barreto were made by the translator.

of the bureaucratic space. And, in Barretian criticism, bureaucracy is commonly identified and reported, both in his journalistic writings and in literary productions, as an environment formed by and essentially bringing men together.

Thus, when he argued that the secretariat's environment would not be appropriate for women, based on the thesis that they would not be able to resist the rusticities, pressures and boredom of that space, he was not giving them a complacent view. On the contrary, he reiterated that there is a "nature" that subordinates the second sex to the condition of sensitivity. Sensitivity that would make women fragile, vulnerable, thus reproducing the stigmas against the feminine produced by the men of their time, who saw them in a body where the only desire was to get married.

It is possible to confer the situation in the ironies that the writer launched against women when he recognized that their graces would be able to disperse that warm and depressive air in the offices, if they carried out the project of occupying public space. This is what he recorded having witnessed in the Statistics department, "which always has the festive and gallant air of a ballroom" (Barreto, 2004b, p. 349). And, except for the Ministry of War and the Navy, the secretariats were gradually turning into something akin to Rua do Ouvidor for typists.

When criticizing Nilo Peçanha's stance, Barreto noted not only the woman's intellectual inaccuracies with the country's fundamental law (Constitution) but stated that intellectual reasoning would be one of the qualities required of all those who, by chance, would have some role within the State secretariats. In such a situation, it is credible to imagine that the literary man carried with him, from the first years that he followed the routine at the Secretariat of War, this role of interpreter of Law, since, belonging to the bureaucratic space provided the ritualization of legal knowledge and - how not to think - helped to forge the body of a would-be jurist?

Regarding the massive presence of women in State departments and offices, Barreto recalls in the chronicle *Nosso Feminismo*, published in *Careta* magazine in 1921, that this reflected in the demands of the women's movement to demand more parity

between genders. In this “self-serving and bureaucratic feminism”, the author found initiatives to extensively interpret art. 73 of the constitutional text of 1891, which provided for the accessibility of civil or military public positions for all Brazilians, subject to the conditions of special capacity established by law, which would be applicable to all individuals, without distinction of sex.

Barreto even considered that “law is law; and the Constitution, when it spoke of ‘Brazilian’ over there, in that article, did not include women because it meant to refer to Brazilian citizens” (Barreto, 2004b, p. 349). This conclusion led to the development of a distinct hermeneutic approach to that legal provision, grounded in a phallocentric interpretation that imposed barriers to women’s advancement and, in particular, to the feminist movement advocating for gender parity and access to public positions.

In this position, the author avoided creating other interpretations for the word “Brazilian”, signaling the need to make a more literal use of that diploma. Thus, it is likely that he also considered the extensive analysis of the topic based on an understanding that grammatical functions and lexical norms could be highlighted as a problem that did not deserve to prosper.

Certainly, Lima Barreto had no difficulty listing the rights guaranteed to women. However, the tension arises in the writer’s accounts when addressing the subject, particularly regarding his recognition of women’s individual and collective rights and his perception of flexibility in their application. The greater the scope of the law, the greater the possibility of extensively interpreting its constitutional guarantees and, for him, the problem resided at this point: stretching rights too far, causing protests by women and feminists for parity of rights and gender to advance over a border area that separated them from public space.

Hence our author’s difficulty in considering the inclusion of women in secretariats as a universally recognized right. Perhaps, considering the flag of equality between the sexes, Lima Barreto saw it as yet another unwanted advancement of

Revista Espacialidades [online]. 2025.1, v. 21, n. 1, ISSN 1984-817X [440]

women within the borders of men, limits that were, so far, well defined, but which began to be questioned, demanding new demarcations, which would call into question man's own authority and power.

In maintaining these criticisms, the literate came out in his own defense so that he would not be classified as an enemy of women⁹, as was once said. Barreto wanted the law to be respected, armed with the argument that the rules should be complied with, with the risk of creating general chaos in society. The literate was already able to notice the disturbances that legal uncertainty caused in his time, manifested in violations of laws, the result of the acts of politicians and legislators crushing the constitutional order, which became increasingly commonplace in everyday life. This becomes evident when considering that

in countries where women have been allowed to practice publicly, the respective parliamentarians have passed special laws in this regard. Not here. Any minister, any director believes he has the right to decide on such a delicate matter (Barreto, 2004a, p. 526)

Scenes like this reveal how authoritarianism took shape in Brazilian society and suggest that it was more than a series of isolated, sporadic actions; rather, it became a routine practice, shaping the foundations of Brazilian republicanism.

However, Barreto's notes did not merely address specific issues of Brazilian law and politics. In the role of a legalist or as someone who constructed the *persona* of a would-be interpreter of the law when forming a judgment about Article 73 of the Constitution (1891) - which gained public attention by highlighting the possibility of women occupying positions in secretariats - the vulnerabilities of the oppressive male figure were also exposed. Somewhat sensitive and with his masculinity shaken by his own insecurities about femininity - such as difficulties in flirting and establishing a

⁹ In the chronicle *Queres encontrar marido? – aprendei!* published in *Hoje* magazine in 1919, the writer asserted the following: “I am not an enemy of women, but I want the law to be respected, to feel that it guarantees me” (Barreto, 2004a, p. 526).

romantic relationship - he may have expressed these fears. A fear that could intensify when having to share the same professional space with women in the public arena.

In any case, when Barreto suggests that the reading and discussion of the law follow a strictly literal interpretation - considering only what is transcribed in the text without subjective interventions - he did not aim to establish an absolute principle for himself. The defense of a literal interpretation of the norm is seen more in protests that touch on constitutional issues. In other legal areas, such as the criminal sphere, this rigidity in the way of interpretation seems to disappear.

This is evident in the chronicle *Como Budista*, published in *A. B. C.* magazine in 1918, when the writer encountered the news of a homicide in São Paulo. The crime was committed by Mrs. Juliete Melilo, who killed her partner. In this account, the motivations for the crime are unclear, but one could suggest that a mistake made by the couple led to the breakdown of the relationship. Both forged images for themselves of what they were not, as Barreto explains: “he tried to deceive the woman with a title that Belisário Pena says was scientific; she tried to deceive him with what men get rich with” (Barreto, 2004a, p. 383). In other words, he possibly presented himself as smart, displaying a ring or his doctor’s “scroll” on his thumb. In turn, she would have shown that she belonged to a family with a more comfortable economic condition, a potential heir.

The case was taken to a jury trial, and at the time, Barreto declared that he would defend the woman if he served on the panel judging the crime. And, before seeing her as an active agent of the action, he positions her in the place of victim. In his defense, he thought, he would justify the woman’s criminal act as an extreme reaction to the situation at home, of living like a “dowry hunter” who sought in his company not the experience of romantic love, the exchange of affection, the reciprocity of affections, but the impulse to feed personal ambitions. In other words, the man’s intention was to find a good “nest-egg” in marriage, and the family inheritance would be a guarantee and safe possibility of financial stability.

Barreto's argument clearly attempts to mischaracterize the woman's criminal conduct, dismissing the notion of her as a murderer - someone who coldly executed her own partner. The claim seeks to emphasize the condition in the home environment: a mere object of man's desire. This objectification contributed to him being the target of male violence, because, as Rachel Soihet (2002) argued, with men historically occupying a position of power, the right to discharge their aggression on their objects and properties was attributed as "natural", and since the feminine is in this arrangement, her body will suffer from these modulations of symbolic violence.

In a completely opposite situation, faced with cases of uxoricide, that is, of men who killed women, Barreto's position changes and the writer's flexibility in the face of the (penal) norm is no longer visible. Contrary to the previous case, of the homicidal woman, the carioca author defended compliance with the law or the jury's manifest desire to apply the penalty imposed when it came to men who got their hands dirty with the blood of their companions. This suggests that Barreto likely considered it unacceptable for men to take the lives of their partners based on trivial justifications, selfishness, or the simplistic notion of defending their honor, asserting that:

Honor, like all the conceptions that have guided past societies, currently inspires many crimes or excuses. These conceptions should not be completely swept away from our mentality; There is a lot to enjoy in them and the acquisitions they brought us are not to be overlooked; but they must be used with caution to be useful and serve us, so as not to conflict with our current feeling about life. They must lose something, given our contemporary ideas about the world and man (Barreto, 2004a, p. 467)

In the early years of the Brazilian Republic, the topic of honor was a subject of controversy in jurisprudence. Margarida Danielle Ramos (2012) observed that, during this period, arguments advocating for the reclassification of the murder of women as a lesser offense - thereby diminishing the severity of the crime - were both constant and intense. This defense aimed to convince the Brazilian legislator to accept the thesis of self-defense by reinforcing the honor defense argument. Initially, this principle applied only to those who entered into marriage, as referenced in Article

231, I of the 1916 Civil Code. However, it was not long before this duty was extended to consensual relationships as well.

Apparently, these interpretations of the law in Barreto's work seem to be context-dependent, especially when analyzing his direct and indirect discussions of criminal law and the Constitution. Depending on the case, subject, perspective, and circumstances under which he structured his reflections - and whom he sought to address - his interpretation of legal texts appears ambiguous. It contrasts with a strictly literal reading of the law, instead taking on a broader interpretation based on his intent. The writer's comment on the homicide, based on a gender reading, is an example of the situation in which he seems to have placed different weights and measures in the assessment of the same crime.

The situation raises questions: after all, wasn't Barreto also falling into the very contradiction he accused feminists of, by criticizing their interpretation of the constitutional provision as exceeding the boundaries established by law? This slippage or self-controversy can be seen as a demarcation that there were legal provisions susceptible to a more extensive and complete hermeneutical criticism than is analyzed by the cold letter of the law, which could involve cultural, political, social factors and, why not, sentimental? What criteria should be followed, what guidelines should be taken to establish a fairer, more equitable reading of the norm that respects the country's democratic values, putting prejudices aside? Who is authorized to carry out the procedure and what are the requirements to assume the position of critic of the Law? This study does not intend to offer, in such a summarized way, answers to the questions above, as there are circumstances that must be evaluated in the literary criticism and that make it possible to organize other work. One of the directions may be to understand the implications of the writer's reading and criticism of the Law in relation to his social place, in relation to the historical conditions of being and perceiving himself as a black man.

For now, it is worth noting that when the Constitution gained prominence in Barretian reports, the ambivalence in interpreting and reading the norm seemed to align. In the criticisms he made of the politicians of his time, this perception can be located when demonstrating violations of a country's highest law; violations carried out by State managers and leaders, as well as in the scathing reports about republican culture by exposing living in a space in which democracy seemed to be a great performance and the democratic experience a theater of horrors. As can be seen in the chronicle *Padres e frades*, published in *Lanterna* in 1918, which reports on art. 72 of the 1891 Constituent Assembly to criticize the stance of Venceslau Brás (1914-1918), then President of the Republic in office in Brazil, who allowed priests to embark on Brazilian warships. An observation also found in the protests against the expulsion of foreigners from the city of São Paulo, in two publications made for *O Debate*, in 1917, in the chronicles *São Paulo e os estrangeiros*, which had two parts with the same title. It is also possible to highlight this idea in the story created to deal with humor about the controversies behind the free expression of thought in Brazil, exposed in the chronicle *Coerência*, published in the magazine *Careta* in 1919. In all these debates, the Constitution takes center stage, and it is feasible to consider that Barreto attempted to embody a figure he possibly engaged with cautiously, fearing it might suppress his own emotional expression as a writer. However, ambiguity was fundamental in shaping his identity, allowing him to construct the image of the bureaucrat.

3. Stretching the feet to the frontiers of law

When analyzing the proceedings of the First Constituent Assembly of the Republican Period (1891), Lima Barreto highlighted a fundamental concern: ensuring that citizens were aware of their rights and obligations, as well as the duties their legal representatives should uphold and respect in the country's administrative policies. The writer emphasized to his readers that one did not need to be an expert in politics, economics, or finance to understand the mismanagement of state policy, as behind the scenes, confusion and blunders by leaders were constantly exposed in everyday life through newspapers.

This led Barreto to assert that any citizen was capable of understanding the law and its transformations, making legal expertise unnecessary to engage with its issues. Despite admitting, “what is called – ‘legal knowledge’ – frightens me more than all the ancient astrological sciences; and if I were threatened with death to study even a fragment of it, I would truly prefer to die” (Barreto, 2004b, p. 117).

If the complexities of the legal field - its formalities, rules, and language - defined the criteria for acceptance and recognition among its practitioners, legal codes were not indecipherable nor confined to an inaccessible domain. With the exception of women - previously discussed in relation to Constitutional Law - who, apparently, were not seen as fitting into the mechanisms of the ‘juristinist’, someone qualified to analyze, interpret, and critique legal knowledge.

However, if Barreto expressed fear of legal knowledge, it is reasonable to consider it false modesty. This is because, for the man of letters, the Law was a recurring theme in his confrontations and did not overwhelm or paralyze him in any way. The Rio de Janeiro author had already provided clues about this controversial position - whether or not he was a critic of the Law - in correspondence with Almáquio Cirne, when he remarked to his colleague that

the wisdom of these bonzos out there doesn’t scare me and you shouldn’t be scared either. It, at most, consists of the enunciation of some grammar rules that we all know, as it was impossible for us not to know them when they know them (Barreto, 1956b. p. 201)

In the chronicle *Pela seção livre*, published in *Revista Contemporânea* in 1919, when commenting on the “*apedidos*” (a pun on the word: requests) section of *Jornal do Comércio*, he demonstrates how legal language was spatialized and became accessible through other means of communication:

In no other daily life does the old institution of ‘*apedidos*’ acclimatize and prosper. In other Rio newspapers, everyone sees how the paid journalistic literature sections are dwindling; and in the major newspapers in the states, such as the magnificent *O Estado de S. Paulo*, only on certain occasions do their respective ‘*apedidos*’ have any resemblance to those of the old national press organ. The Journal [*do Comércio*] itself, on the occasion of celebrating its anniversary, has already praised the section it invented and

created. The writer of the eulogy said that he made it easier for everyone to be a journalist and remain independent from professionals. Grandpa's enemies say, however, that his free section is an escape valve for the grudges and spite of the great advertising organization, when his written expression cannot appear in the official parts of the newspaper. The section is so interesting that it deserves a well-documented historical study. [...] So sought after are the 'apedidos' by lawyers and politicians that we, just by reading them, can learn public, civil, international, commercial, criminal law, finance, banking trickery, industrial trafficking and ministerial dealings. Just read them carefully. I have always read them and always read them (Barreto, 2004a, p. 486-487)

In the previously mentioned carioca newspaper, founded by Pierre René François Plancher de La Noé on October 1, 1827, Barreto considered the aforementioned section one of the genuinely Brazilian institutions. For the author, a particularity that seems to have ensured its seminal brilliance was the tradition it maintained since its creation in 1860, by reserving space in its columns to discuss a wide range of subjects with a variety of contributors.

Barreto frequently expressed his admiration for this column, going so far as to assert that "if the 'apedidos' of *Jornal do Comércio* didn't exist, I don't know how we could live in this land so monotonous, so political, so full of discoveries and inventions" (Barreto, 2004b, p. 285). So, more than entertaining and informing, the pages of that newspaper were for the author of *Clara dos Anjos* an invaluable source for understanding the domestic, commercial and sentimental life of the population.

Roger Anibal Lambert da Silva (2017) observed that 'Publicações apedidos' (*Jornal do Comércio*) was considered an example of neutrality, a definition given to those who did not take a position against the government. In an opposite situation, the printed material was branded as a political newspaper. This profile, however, revealed fundamental contradictions, as noted by the researcher of *Em nome da ordem*. In Victor Viana's reports, in notes he made in commemoration of the centenary of the founding of *Jornal do Comércio*, admitting that governments have always sought to defend themselves, through articles, from attacks that the great writers there signed with pseudonyms.

It sparked debates and controversies aimed at shaping public opinion. Barreto was attentive to these engagements by newspapers, editors and journalists who wanted to form the opinion of their readers, observing in the newspaper columns the game of barbs, intrigues and accusations within national politics. This observation appears in the article *Pela sessão livre*, where the carioca intellectual discussed one of these ‘apedidos’, dated March 24th.

Written anonymously, the column reported on the then Minister of Justice, Urbano Santos da Costa Araújo, in the presidential government of Delfim Moreira (1918-1920), who was using the prerogative of his position to facilitate free registration for heirs of his friends at the renowned Colégio Pedro II. An action that harmed those who needed the benefit most urgently, such as the poor and orphans.

It is noteworthy that Barreto’s reports express his astonishment at the possible charging of fees by the school, as he assumed that traditional educational institution, a legacy from the time of the Brazilian Empire (1822-1889), would be the only one accessible to the well-off population facing difficulties when bearing the costs of the monthly attendance fee. Based on the requirement to pay a fee to study at a public institution, it can be inferred that the writer conducted a constitutional analysis, posing as an interpreter of the law by drawing on legal expertise to reflect on what happened and offer the following insights:

Where would this be? In which law? When questions of this nature come to me, the first thing I do is open the Constitution. That’s what I did. There I found, in chapter IV, art. 35, nº 4, among the non-private attributions of Congress, the following: ‘Provide for secondary education in the Federal District’. There it is and everyone can read what I transcribed there. But how did Congress fulfill its attribution? With the Military College? This school, which is very dear to the country, is nothing more than a very special establishment, intended for boys of a certain origin and birth. With Pedro II? But attendance is taxed there and the number of students is limited. I left the easy remedy of invective to our democracy; but I was confused and could not imagine that, after almost thirty years of the Republic, Congress had not thought about the matter, when it had already created three more military colleges in the states. Is it possible that the luminaries of our parliament believe that the only day school, whether paid or not, can satisfy the hunger for education of boys in a city of a million inhabitants? Why did they found so many military

colleges in the states, and forgot the Constitution's commandment that seems to impose on Congress the duty to deal primarily with secondary education in the Federal District? (Barreto, 2004a, p. 489)

In this debate, the author recalls the 'criminal neglect' the State exhibited regarding women's education. In fact, female secondary education is one of the points visited by Barreto when dealing with the topic. A protest incorporated into fictional writing, as Eliane Vasconcellos observed when analyzing the characters Adelaide and Escolástica, indicating that Barreto subtly expressed his criticism of contemporary educational models. With this, the author of *Entre a agulha e a caneta* concluded that, if the characters

had better education, it would not have been difficult for them to share the intellectual life of their respective relatives, and, probably, they would have launched themselves into a professional activity, and who knows, they would have the possibility of living alone (Vasconcellos, 1999, p. 146)¹⁰

A historically situated problem when considering the 'prescribed role' of women. In the first three decades of the 20th century, female duty was reinforced through ideological discourse, bringing together conservatives and reformists of different shades who dehumanize women as historical subjects, as Mariana Maluf and Maria Lúcia Mott (1998) explain. From this aspect, the belief was built that the woman's place would be the secret of the home, far from the public space and the roles that could cause confusion in the limits of attribution of each sex. Thereby, a woman's duty would be only marriage, the fulfillment of the modest character, wife and mother.

At other times, Barreto mobilizes the Constitution to reflect on the duties of politicians. One of these cases made it into the pages of *Correio da Noite* in the chronicle *Os próprios nacionais*, in which the literate criticized the undue occupation by government authorities of Union properties, renting out their families and relatives without complying with legal stipulations. No ministry was immune to criticism, and

¹⁰ Translation by the author.

the Baron of Rio Branco's stance in transforming the Itamaraty Palace into an official residence proved that it was a customary practice.

For Lima Barreto, this case resembled yet another political scandal, revealing that public administration in Brazil was akin to a comedy show, disregarding legal duties and obligations. In his reports, the literate points out that people appeared willing to minimize the situation, making the case go without much fanfare, reinforcing images that "Mr. Rio Branco could perpetrate all the abuses, all the violence of the law, with impunity" (Barreto, 2004a, p. 164). The problem was just being swept under the rug, fueling the idea that the norm was an eventuality to be fulfilled when it came to a statesman.

It was no different with the Minister of Foreign Relations. A negative example that justifies Barreto's comparison with the actions of two French ministers, such as François Guizot (1787-1874) and Nicolas-Jean de Dieu Solt (1769-1851), who knew how to separate personality from the more general interests of homeland. Without acting on impulse, both were aware that the position they held did not give them permission to do everything that came to mind.

Carefully analyzing this issue, we see that Barreto explicitly addressed the nature of a Minister of State's role when he reflected that the office

requires from those who exercise it the duty to ensure, in their sphere of action, the public good and happiness of communion. This will not be in the laws or regulations, but, evidently, it is contained in the essence of such an administrative function (Barreto, 2004a, p. 339)

If the prerogatives of good politics involved the aediles duty to ethics, this did not seem to be the case with Rio Branco - at least in the records that Barreto made, because although the writer recognized the notable services that Rio Branco dedicated to the country, his turbulent behavior in public management did not go unnoticed.

An example of these oversights by the minister mentioned by Barreto appears in his failure to comply with the Constitution, by failing to present annual reports in accordance with his position, with details of the business of his portfolio,

adding documents referring to the main matters and other measures that could elucidate the paths of its management. This requirement was expressed in chapter IV, article 51 of the Constitution - on the duties of Ministers of State -, providing that the documentation produced should be addressed to the President of the Republic and distributed to all members of the National Congress. In particular, this material could be requested by the Legislature so that information and clarifications could be provided.

Barreto's initiatives, in articulating his protests based on the constitutional text, clearly define what we seek to identify as his image as a jurist. If, on the one hand, this figure denoted the possibility of everyone being knowledgeable and astute critics to debate and create different ways of seeing and saying Law, the facade proved to be less universalist, accessible and democratic when assumed by women.

However, it is necessary to be diligent when concluding this aspect of the reflection, as erasures in a constitutional reading possible for women are indirectly opened by Barreto in *Triste Fim de Policarpo Quaresma*, by making the "right to happiness" debatable. It is worth remembering that this theme was not constitutionally supported in the 1891 text, nor was it foreseen in infra-constitutional legislation before and during the initial years of Brazil's republican regime (1881-1930).

Yet, the problem did not go unnoticed by Lima Barreto, who was certainly aware of what was set out in the preamble of the Declaration of the Rights of Man and of the Citizen¹¹, written by Thomas Jefferson in 1789, which announces that "the demands of citizens, from now on founded on simple and indisputable principles, are always directed towards the conservation of the Constitution and general happiness".

¹¹ The evidence that Barreto was aware of the content of the aforementioned declaration is supported by a record made in the chronicle *No ajuste de contas*, published in *A. B. C.* in 1918, in which the author mentions article XVII of the declaration to deal with the right to property, a situation that allows us to estimate that the other normative provisions of the law were not strange and indifferent regarding their form and content to our author: See: Barreto, 2004a, p. 338.

An approximate reading of this statement seems to have been made by the narrator of *Polícarpo Quaresma* in the passage in which he presents the situation of the character Ismênia in relation to marriage, in which he expresses the following:

life, the world, the intense variety of feelings, of ideas, our own right to happiness seemed like trifles to that little brain; and getting married was so important to him, a kind of duty (Barreto, 2021, p. 17)

Without aiming to exhaust the subject, we highlight José Tomás Alvarado's (2016) observation that proposing a right to happiness implies advocating a fundamental right is put on the table - in legal relationships, they are generally established by constitutional norms or enforced through diplomatic relations in which international treaties are signed - belonging to all human beings with legal personality. Barreto outlines this interpretation in the quote above and narrows down¹² the statement to explain this possibility for women, particularly the use for self-inscription, with the interruption of a social flow that places motherhood, marriage and home as natural for them.

Barreto invokes the right to happiness to discuss marital disruptions and the 'architecture of the happy home' which confined men and women within a rigid normative structure (Maluf; Mott, 1998, p. 382)¹³. It is remembered as an argument for individuals, especially women, to get out of disastrous marriages, from a life together in which feelings no longer represent respect, fidelity and kindness. It is remembered to denote that marriage is not a life sentence where the penalty imposed is to have an unhappy life alongside someone else for all eternity.

In this context, the right to happiness - within Barreto's understanding - can be interpreted as a call to say 'enough!' Enough of the gags of marriage and the normalizing and disciplinary inflections of patriarchal society that made women

¹² In a more general perspective of the city, the right to happiness maintains a direct relationship with the idea of social well-being, and it is possible to find traces of this dialogue with the interpretations that the literate made about the teachings of the theologian Jacques-Bénigne Bossuet (1627- 1704) about the art of governing, stating that politics should have the happiness of the population as its aim.

¹³ Translation by the author.

silence their desires, impulses, desires and their own experience with sex. In a period in which there was no legal provision for divorce¹⁴ in the civil code of 1916, only a *desquite* was possible, which promoted only the separation of bodies and assets, while the marital bond remained. The right to happiness appears, if not as a legal guarantee expressed and affirmed in text, as an agenda for women's emancipation.

This issue gained Barreto's attention, possibly due to the constant reading he carried out of the plethora of articles that daily bloodied the pages of Rio's newspapers with narratives of atrocious murders of women by their partners. Likewise, those who, maintaining small courtships and exchanges of affection, were located within the scope of conjugality¹⁵ and equally suffered from those who did not accept the end of the relationship, their insubordination and desire to be able to warm their affections in other arms. News of violence that did not appear in print in an unpretentious way, because as Elizabeth Cancelli (2001) points out, the entire spectacle produced by crimes of passion in the newspapers would be another part of the day-to-day life of crime, a vibrant and appealing subject in the press and the *raison d'être* of repressive and vigilant apparatuses. Thus, spectacularization, before representing the banality of evil, reflected its prestige, the fascination that individuals have with the forbidden and illicit.

However, if for Lima Barreto literature was a powerful tool for action, its mechanisms were finely tuned by Law, as evidenced by his constant references to the first Republican Constitution. However, wouldn't they also be a way for the literate to re-territorialize himself in the bureaucratic space? Undoubtedly, journalism and literature were ways of removing the corporeality of that energetic man, whose emotions were made pale by the bureaucratic machine. Which does not mean, in

¹⁴ Leal and Borges assessed that the conservative barriers, manifested in the National Congress during the discussion of the 1916 civil diploma, blocked the initial proposal of Clóvis Beviláqua, author of the draft of the aforementioned diploma, the opposite intention of qualifying the relative incapacity of married women, in all acts of civil life. See: Leal; Borges, 2017.

¹⁵ Margarida Danielle Ramos observed this issue when she stated that when two people were interested in maintaining a stable relationship, it could be said that there were interactions between them that led to the understanding of a "conjugal life", with its rights and duties. See: Ramos, 2012.

agreement with the thoughts of David Le Breton (2018), a movement of depersonalization, but of impersonalization, of getting rid of all the obligations of identity in order to exist as little as possible.

When an individual enters a state of impersonalization it is as if they are disconnecting from the world, indifferent, little affected by the movements around them. It would be an exile from sociability in which the individual no longer feels the obligation to participate; a dead angle, although the subject does not disconnect completely. Literature and journalism managed to reactivate the bureaucrat man and did not cause the deterioration and aggravation of the desires he had to be a writer, to live without deprivations and limits imposed on intellectual activity and art. The “juristinist”, perhaps, was more of a keynote and the expressed desire to be the revolutionary on the platform of letters.

REFERENCES

ALVARADO, José Tomás. ¿Derecho a la felicidad? **Dikaion**, Chia, v. 25, n. 2, jul., p. 243-265, 2016.

BARBOSA, Francisco de Assis. **A vida de Lima Barreto**. 7ed. São Paulo: EDUSP, 1988.

BARRETO, Lima. **Diário do hospício; cemitério dos vivos**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de editoração, 1993.

BARRETO, Lima. **Diário íntimo**. São Paulo: Brasiliense, 1956c.

BARRETO, Lima. **Toda crônica (1890-1919)**. Apresentação e notas: Beatriz Resende. Organização: Rachel Valença. v. 1. Rio de Janeiro: Agir, 2004a.

BARRETO, Lima. **Toda crônica (1919–1922)**. Apresentação e notas: Beatriz Resende. Organização: Rachel Valença. v. 2. Rio de Janeiro: Agir, 2004b.

BARRETO, Lima. **Vida e morte de M. J. Gonzaga de Sá**. São Paulo: Edição da Revista do Brasil, 1919.

BORGES, João Paulo; LEAL, Adisson. O código civil de 1916: tão liberal quanto era lhe permitido ser. **Revista Brasileira de História do Direito**, Brasília, n. 1, jan./jun., p. 16-35, 2017.

BOTELHO, Denilson. **Letras militantes: história, política e literatura em Lima Barreto**. Tese, Universidade de São Paulo, Campinas-SP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV**. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

CANCELLI, Elizabeth. **A cultura do crime e da lei: 1889-1930**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

FREYRE, Gilberto. O diário íntimo de Lima Barreto (Prefácio). In: BARRETO, Lima. **Diário íntimo**. São Paulo: Brasiliense, 1956.

GAMA, Maria Sandra da. **Entre mulheres e fronteiras, um escritor: lugares do feminino na obra de Lima Barreto (1902-1922)**. Dissertação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Tradução de Dante Moreira. 9ed. São Paulo: Perspectiva, 2018.

LE BRETON, David. **Antropologia do corpo e modernidade**. 2ed. Tradução de Fábio dos Santos Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 2ed. Tradução de Sonia M. S. Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LE BRETON, David. **Desaparecer de si: uma tentação contemporânea**. Tradução Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da vida privada no Brasil**. v. 3. Coordenação geral da coleção Fernando A. Novais. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OST, François. **Contar a lei: as fontes do imaginário jurídico**. Tradução de Paulo Neves. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS, 2007.

RAMOS, Margarida Danielle. Reflexões sobre o processo histórico-discursivo do uso da legítima defesa da honra no Brasil e a construção das mulheres. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 1, jan./abr., Florianópolis, p. 53-73, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Contos completos de Lima Barreto**. São Paulo. Companhia das Letras, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SILVA, Roger Anibal Lambert da. **Em nome da ordem: o jornal do Commercio e as batalhas da abolição**. Tese, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017.

SOIHET, Rachel. O corpo feminino como lugar de violência. **Projeto História**, v. 25, jun./dez., São Paulo, p. 269-289, 2002.

VASCONCELLOS, Eliane. **Entre a agulha e a caneta: a mulher na obra de Lima Barreto**. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

ENTREVISTA

MIGRAÇÕES: sujeitos, objetos e ideias em deslocamento, entrevista com o Prof. Dr. Tyrone Apollo Pontes Cândido¹

Recebida em: 21/07/2025.

Aceita em: 21/07/2025.

ESPACIALIDADES: Como o senhor compreende a relação entre o fenômeno da migração e a ideia de espaço? Em outros termos, quais são as implicações do movimento de pessoas, objetos e ideias na dimensão espacial em um mundo globalizado?

PROF. TYRONE: Migrar é uma experiência concretizada no espaço. Os deslocamentos migratórios conectam diferentes espacialidades num fluxo comum. As pessoas em deslocamento são personalidades cindidas, pois tornam-se *emigrantes* em relação a seu local de origem ao mesmo tempo em que se tornam *imigrantes* aonde vão. É uma condição incontornavelmente problemática. Como na maior parte das vezes as migrações envolvem trabalhadores pobres, a precariedade da vida em termos de moradia, alimentação, saúde e educação tornam-se sérios desafios aos que migram. Creio que isso vale tanto para os deslocamentos do campo para a cidade quanto para aqueles entre regiões de um mesmo país, ou ainda mais seriamente para os que procuram um país estrangeiro. Evidentemente essas são considerações generalizantes e cabe aos estudos históricos reconhecerem a complexidade desses fenômenos. Como historiador, tenho percebido a importância de entender os constantes arranjos (e desarranjos) dos migrantes, o que em geral envolve relações assimétricas entre pessoas diferenciadas por seus traços étnico-raciais, por suas religiões e seus costumes, sendo homens, mulheres e crianças. Não basta identificarmos os fatores de atração e de repulsão. Precisamos compreender como as políticas dominantes condicionam o

¹ Professor de História da UECE. Colaborador do PPG em História da UFC. Coordenador do Grupo de Estudo “História dos Sertões: Trabalho, Cultura e Sociedade” e colaborador do Grupo de Pesquisa “Seca, Cultura e Movimentos Sociais”. E-mail: tyronecandido@gmail.com

fenômeno migratório, definindo perfis desejados ou indesejados, segregando, mas também como as resistências são articuladas. Os recentes protestos ocorridos nos Estados Unidos contra a agressiva campanha de deportação de Donald Trump são uma evidência expressiva do quão explosiva tornou-se a questão migratória em nossa época. Milhões de pessoas por milhares de cidades num protesto que pode ser considerado o mais massivo de todos os tempos da história daquele país.

ESPACIALIDADES: Atualmente, a questão da migração se tornou um tópico de discussão para além do campo da História, sendo debatida na política, na economia e no campo da segurança dos estados-nações, muitas vezes trazida à tona a partir do conceito de “fronteira”, particularmente, nos países ocidentais da Europa e da América do Norte. No caso do Brasil é possível traçar uma trajetória sobre esse tema? O senhor pode comentar sobre os estudos consolidados sobre a migração e aqueles que estão sendo desenvolvidos em um maior número e o porquê dessa emergência.

PROF. DR. TYRONE: A ideia de um mundo globalizado é importante porque desperta nossa atenção para um tempo de grandes fluxos de capitais e mercadorias, de incrementos dos meios de comunicação e transporte, de intercâmbio de populações que parecem encurtar distâncias geográficas e culturais. Porém, a globalização é uma realidade profundamente contraditória: o que parece ser uma ilimitada abertura à mobilidade entre países e regiões, impõe-se como uma realidade com severos controles à livre circulação de trabalhadores, selecionando determinadas categorias de migrantes de acordo com as demandas por força de trabalho nas regiões e países de destino, modificando a intensidade e a orientação dos fluxos migratórios. Há hoje uma evidente tendência dos estados-nações pelo fechamento de fronteiras, um sinal da profunda crise econômica em que vivemos, persistente desde 2008, mas também relacionada às severas mudanças ambientais e aos impactos das guerras. Uma das mais graves situações em nossos dias é aquela do povo palestino, submetido à invasão colonizadora e à limpeza étnica pela entidade sionista de Israel. Os palestinos tornaram-se refugiados em seu próprio país, como no Brasil os povos indígenas também o foram e continuam sendo ainda hoje.

Como a formação histórica do Brasil foi marcada por grandes migrações, muitos estudos sobre esse assunto desenvolveram-se nos diversos campos das Ciências Humanas. Em seus traços gerais, englobam a imigração atlântica de europeus e africanos associada à colonização e à escravidão, a imigração de trabalhadores europeus, asiáticos, caribenhos, latino-americanos e mesmo norte-americanos nos arranjos de trabalho relacionados ao declínio do regime escravista e a formação de um mercado de trabalho livre, a migração intrarregional e continental em suas diversas direções e temporalidades. Estou longe de ser capaz de sintetizar o conjunto desses estudos, mas posso falar sobre as características que mais me chamam a atenção. Primeiramente, a grande complexidade do fenômeno migratório exige a disposição à interdisciplinaridade. A historiografia precisa se haver com os estudos econômicos, sociológicos, antropológicos, geográficos, artístico-literários, dentre outros que também se voltam para as migrações, sem os quais historiadores e historiadoras restringiriam suas abordagens, perdendo a chance de aprender com uma riquíssima produção de conhecimento. Em segundo lugar, chamo atenção para a disparidade entre pesquisas relacionadas aos diferentes fluxos migratórios. Estando os centros de excelência universitários concentrados nas regiões Sudeste e Sul, predomina o interesse pelas investigações sobre os grupos migratórios que envolveram aquela espacialidade (italianos, portugueses e alemães em primeiro plano, africanos em seguida). Mas a própria circulação migratória é um fator que pressiona pela ampliação do olhar e a expansão universitária (incluindo a interiorização) também colabora nesse mesmo sentido. Como entender o Brasil sem considerar a presença de nordestinos no Sudeste ou na Amazônia? Por fim, devo frisar como a historiografia sobre as migrações é multifacetada. O leque se abre das análises econômicas, que revelam como se configuram as regiões, aos estudos sobre a formação de comunidades imigrantes. Envolve também a história das políticas migratórias fomentadas pelos governantes e os dispositivos de agenciamento dos migrantes (companhias de navegação, hospedarias, contratos de trabalho, núcleos coloniais, campos de concentração). Temos também os estudos sobre a propaganda migratória e a construção de imaginários associados aos perfis idealizados de migrantes. Estudos relacionados a gênero e raça aprofundam as abordagens em relação às experiências

migratórias, assim como quando se trata da infância, da velhice e da vida familiar. Levantamentos quantitativos combinam-se à metodologia da história oral, assim como à pesquisa com fotografias, cartas e a abordagem micro-histórica.

ESPACIALIDADES: Retomando de forma mais particular o objeto de estudo que o senhor desenvolveu na pesquisa de doutorado, os “proletários das secas” no Brasil no contexto da passagem do século XIX ao XX, e relacionando-o a nossa conjuntura hodierna, como o senhor compreende os sujeitos agentes da migração? Quais identidades surgem a partir desse movimento humano?

PROF. DR. TYRONE: Pesquisando sobre a inserção de retirantes do território semiárido brasileiro nas políticas de socorros públicos (como trabalhadores de construção de ferrovias, estradas, açudes e outras obras), pude mesmo perceber muitos aspectos dessa experiência peculiar durante as secas da passagem do século XIX ao século XX. Ainda que a migração de cearenses para diversas paragens anteceda 1877, é a partir da grande seca ocorrida nesse ano que notamos a existência de um proletariado das secas circulando em massa por diversas regiões do Brasil. É notório como não podemos separar a condição de “migrante” da de “trabalhador” quando tratamos dessa fração de classe. Afinal de contas, a intensa movimentação das famílias retirantes em busca de alternativas de sobrevivência condicionava a própria política implementada por engenheiros, administradores e governantes. E foi para lidar com esse proletariado móvel que surgiu aquilo que ficou conhecido como a “engenharia das secas”, uma espécie de engenharia social que esteve na base da formação de instituições como a Inspetoria de Obras Contra as Secas (a IOCS de 1909), depois transformada em IFOCS (em 1919), finalmente DNOCS (de 1945 até hoje). Na longa história da relação entre essas agências (além de outras, como o Banco do Nordeste e a Sudene) e as composições de famílias camponesas do território das secas observamos como o Estado foi mediador ativo e favorável à classe latifundiária, ao implementar políticas públicas de amplo alcance que invariavelmente resultaram numa modernização conservadora, alterando a paisagem sertaneja do Nordeste, mas mantendo a estrutura fundiária garantidora do domínio de classe. Os retirantes das secas foram sujeitos ativos durante todo esse percurso histórico, forjando sua

resistência nos abarracamentos, nas pagadorias, nos canteiros de obras, nas hospedarias, nas embarcações... De uma experiência acumulada a cada tempo de estiagem prolongada surgiu a consciência da relação entre as secas e a estrutura latifundiária, a denúncia à chamada “indústria da seca”, o ditado popular que diz que “o problema não é a seca, é a cerca”. Em tempos mais recentes, o debate incluiu a concentração da água enquanto um problema tão sério quanto o da concentração da terra. Mas todas as transformações ocorridas no sertão das secas nas últimas décadas não chegaram a alterar estruturalmente o drama vivido pelas famílias de trabalhadores rurais.

ESPACIALIDADES: O senhor estudou em sua tese as migrações a partir de uma perspectiva marxista, o que é algo muito singular nos estudos a respeito do nordeste. Como o senhor vê a diminuição de estudos marxistas nas universidades e um aumento em outros fóruns de discussões dessa perspectiva? Existe alguma consequência prática?

PROF. DR. TYRONE: Infelizmente vivemos um tempo de renúncia à reflexão radical, de refluxo da imaginação ativa por uma transformação radical da sociedade capitalista. A disposição de adequação à ordem alcança hoje praticamente todos os campos e setores das universidades, com poucas e honrosas exceções. Parece-me que a diminuição de estudos marxistas é apenas um sintoma desse deslocamento mais amplo. A despeito de todos os avanços institucionais que possam ser apontados, temos uma universidade ainda mais encastelada em seus próprios ritos burocráticos, mais distante daquela dinâmica de vida que pulsa lá fora. Consequência evidente desse processo é a restrição do conhecimento universitário à tarefa de formação de profissionais para o mercado de trabalho e ao desenvolvimento de tecnologias favoráveis à produção capitalista, quando deveríamos ter esse conhecimento voltado para a defesa da sociedade em relação às diversas formas de violência de Estado e às forças capitalistas exploratórias e destrutivas. Evidentemente, num quadro como esse, o radicalismo de pensamento perde espaço em favor do discurso de conveniência e dos projetos de colaboração com o sistema social dominante. De fato, os estudos críticos, como os marxistas, deslocam-se para outros

fóruns que podem até ser mais difusos, como é tão comum hoje nos ambientes de internet, mas resta o prejuízo porque seria na universidade que teríamos um espaço mais adequadamente voltado à perspectiva universal e ao debate franco e corajoso. Apesar de ser bastante amplo o alcance dos fóruns de internet, ainda assim são limitados quanto a seu poder de formação de consciência crítica.

ESPACIALIDADES: Nas ciências humanas, de maneira geral, estudos relacionados a gênero e raça passam a ganhar espaço nos debates acadêmicos. Contudo, algumas abordagens dentro desses estudos passam a desconsiderar o aparato teórico marxista, levando a afirmações de que “não devemos estudar tanto Marx, pois ele é hetero, branco, europeu, cis”. Como o senhor analisa essa questão? Afinal, como relacionar gênero, raça e classe de maneira a introduzir novas discussões sem cair em uma visão científica neoliberal de aprofundamento das desigualdades?

PROF. DR. TYRONE: Os estudos relacionados a gênero e raça são fundamentais para a construção de uma “história de todos”, como pensava o historiador catalão Josep Fontana. Não vejo por que em favor disso se deva desconsiderar o aparato teórico marxista quando já se mostrou tão fértil na produção historiográfica. Decerto, Marx e o marxismo possuem historicidade própria, limites, e não devem ser encarados como uma doutrina incontestável. É mesmo espantoso como Marx foi colonialista nas considerações que fez sobre o domínio britânico na Índia, e podemos ainda lembrar de certas posturas patriarcais constrangedoras que adotou na vida familiar, mas não devemos nos esquecer da grande envergadura de seu pensamento expresso num conjunto vastíssimo de obras. Além disso, Marx muitas vezes repensou suas concepções. Por exemplo, nas cartas à Vera Zasulitch sobre o processo revolucionário na Rússia ou nos seus cadernos etnográficos: em sua velhice Marx abria-se a um reconhecimento da alteridade dos povos não-europeus. E o livro *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, escrito por Engels após a morte de Marx, no que pese certos problemas internos, foi uma importante afirmação da condição e causa femininas na discussão do socialismo científico. Falar de Marx como “hetero, branco, europeu, cis” me parece um tanto caricatural, pois estamos falando de alguém que adotou postura revolucionária durante grande parte de sua vida,

recusando-se a se calar diante dos mandatários da Europa Restauracionista, pelo que teve de amargar uma vida de pobreza no exílio em Londres.

Mas é compreensível o incômodo provocado por pensadores radicais como Marx, pois desafiam seriamente a manufatura do consenso neoliberal. Vivemos numa época de individualismo e competição extremada, de declínio de projetos utópicos coletivos, daí uma tendência das posições críticas parciais e moderadas a se adequarem a um estreito horizonte político liberal. Algumas abordagens sobre gênero e raça estão enquadradas nas armadilhas das disputas identitárias estimuladas pelo neoliberalismo que fala muito em liberdade, mas fecha os olhos às contradições sistêmicas. Para mim, isso não se confunde com o papel imprescindível das lutas feminista e antirracista, ou dos estudos sobre gênero e raça. É nossa tarefa intelectual e historiográfica relacionarmos gênero, raça e classe numa perspectiva emancipatória, na qual a liberdade de todo ser humano seja condição para a liberdade de qualquer indivíduo.

ESPACIALIDADES: O senhor analisou em sua tese a formação da classe trabalhadora nas políticas de combate às secas a partir, principalmente, do conceito de “experiência”, de Edward Palmer Thompson. Como o senhor analisa os desafios da classe trabalhadora brasileira dentro de um meio técnico-científico-informacional a partir do surgimento de novas relações de trabalho? Esse autor, na sua visão, ainda se faz relevante para compreender as relações de trabalho do período atual?

Creio que a atualidade de Thompson apenas cresce diante das mudanças do mundo do trabalho em nossos dias. Em sua época, Thompson deparou-se com os tempos turbulentos da Guerra Fria e das crises do movimento comunista de onde provinha como ativista político. A estreita convivência com comunidades de trabalhadores industriais do Norte da Inglaterra o fez perceber a importância da experiência dos próprios trabalhadores nos desafios mais sérios da sociedade. Sua ruptura com o stalinismo o levou a se questionar acerca dos fundamentos mesmos da ação humana consciente: no lugar daquela concepção de uma classe operária que, na luta contra o capitalismo, depende de uma esclarecida direção da vanguarda partidária, Thompson destacou os valores criativos da própria experiência da classe trabalhadora

capaz de oferecer os principais elementos necessários para seus projetos emancipatórios. Tudo isso contribuiu para construir uma perspectiva alternativa aos esquematismos do marxismo ortodoxo de seu tempo, ampliando o horizonte de luta.

De lá para cá, muita coisa mudou. A debacle da União Soviética e dos regimes ditos socialistas, o avanço do neoliberalismo na direção dos estados-nações e profundas reestruturações produtivas conduziram nosso mundo à atual crise da globalização capitalista. A classe trabalhadora enfrenta hoje as duras condições impostas pela precarização das relações de trabalho. A própria identidade de classe encontra-se hoje desafiada, sobretudo porque os movimentos tradicionais dos trabalhadores, como os sindicalismos e os partidos de esquerda, não conseguem mobilizar e oferecer alternativas consistentes. Mas não vivemos o fim da história. Creio que o nosso desafio está em conseguirmos entender as novas formas que assume a luta de classes, num cenário de trabalho digital, desindustrialização, produção pós-fordista e de intenso deslocamento populacional. Por isso penso que é fundamental prestarmos conta com o que foram as Jornadas de Junho de 2013, a última grande onda de revolta e protesto vivida no Brasil, a maior de toda nossa história em vários sentidos, ao mesmo tempo que foi nosso último grande pico de movimentos grevistas. As Jornadas de Junho foram a expressão da emergência dessa nova classe trabalhadora que o sociólogo Ruy Braga chama de “precariado” que, afinal de contas, já é hoje uma grande parcela do conjunto da classe trabalhadora.

Nesse sentido, creio que a noção thompsoniana sobre o refazer-se da classe com base em suas próprias experiências adquire plena atualidade. Podemos bem relacionar o desmanche do operariado de tipo fordista em nossos dias àquela circunstância que Thompson encontrou na Inglaterra do século XVIII, num tempo em que não havia uma classe operária formada, mas os conflitos sociais existiam mesmo assim, como “lutas de classes sem classe”. Ou ainda, quando olhamos para as formas insurrecionais que assumem os protestos dos trabalhadores de hoje não podemos ignorar tudo o que Thompson escreveu sobre a “economia moral da multidão”.

ESPACIALIDADES: O início de dotação de uma infraestrutura moderna para parte do semiárido nordestino teve início nas famosas “comissões”, que se desdobraram, mais tarde, na Inspetoria de Obras Contra as Secas. Na sua opinião como o senhor analisa a IOCS e quais as reais consequências desta instituição?

PROF. DR. TYRONE: Considero a criação da IOCS como parte daquelas medidas de controle social acionadas pelo Estado desde a seca de 1877, tendo como finalidade conter a movimentação de retirantes com uma política de socorros públicos, buscando converter os sertanejos arruinados durante as secas “de mendigos em trabalhadores”. Antes da IOCS, fundada em 1909, as medidas de socorros das secas ficavam a cargo das chamadas “comissões de socorros públicos”, criadas em cada vila sertaneja e nas cidades para onde se dirigiam as multidões de retirantes. Com a organização de obras de maior porte e a recorrência de novas secas durante a passagem do século XIX ao XX, essas comissões especializaram-se e formaram instituições de mais largo alcance, como a Comissão de Açudes e Irrigação, criada já em 1903. Acompanhando os debates na imprensa daquela época podemos perceber clamores em busca de “soluções definitivas para o problema da seca”, pois a cada seca que se passava muitas obras eram abandonadas com a evasão de retirantes que retornavam para suas terras. Foi sob a alegação de se criar uma agência permanente que se encarregaria de elaborar projetos de construção de obras de combate às secas com base em estudos cientificamente conduzidos que a IOCS foi instaurada durante a presidência de Nilo Peçanha.

Algumas pesquisas têm ressaltado a mobilização de recursos institucionais que a IOCS representou, contratando um corpo altamente qualificado de técnicos sob a liderança de Miguel Arrojado Lisboa. De fato, muitos estudos foram realizados e publicados sob os auspícios daquela inspetoria, e nós podemos pesquisá-los em detalhes nos acervos documentais do DNOCS em suas diversas sedes. Trata-se de material riquíssimo na forma de relatórios, mapas, projetos de construção e outros tipos documentais. Sob a coordenação da IOCS (depois tornada IFOCS, em seguida DNOCS), inúmeras estradas, ferrovias, pontes, poços e açudes foram construídos pelo território semiárido, onde foram instituídos também centros de observação

climática, laboratórios e postos agrícolas. Podemos mesmo dizer que essas instituições transformaram a paisagem sertaneja nordestina ao longo do século XX. Mas ressalto mais uma vez que toda a modernização implantada não chegou a alterar estruturalmente as relações de propriedade sobre a terra que se constitui no principal fator de permanência das crises que as secas representam.

ESPACIALIDADES: O período atual, da quarta revolução industrial, oferece novas possibilidades, mas também novos desafios para compreender um mundo cada vez mais complexo e com uma perda significativa da renda do trabalho. Em paralelo a essas questões, parece um período marcado por um revisionismo histórico e por uma complexidade de se lidar com a veracidade das fontes históricas. Como o senhor vê o avanço nas possibilidades criadas pelo avanço das IA's e o papel das ciências sociais nesse novo contexto?

PROF. DR. TYRONE: Não faço parte do coro dos otimistas em relação ao surgimento das inteligências artificiais (IAs) e reluto em classificar sua aparição como uma “revolução”. Pelo contrário, preocupa-me bastante a rápida adesão pelo público universitário porque, na prática, o que eu vejo com as IAs é uma perigosa substituição dos antigos recursos de aquisição de conhecimento. Nas universidades públicas, com suas sérias dificuldades de financiamento, vejo muitas pessoas recorrendo às IAs não como uma alternativa criativa, mas como um dos poucos recursos que restam quando não se tem condições adequadas para se fazer pesquisas qualificadas. Acresce o fato que é muito mais rápido a realização de um trabalho acadêmico feito com IA, o que é um outro atrativo. Mas os prejuízos são seríssimos. A despeito de sempre encontrarmos pessoas brilhantes na universidade, é evidente o retrocesso na capacidade de uma boa parcela dos estudantes que têm chegado ao ensino superior com menos experiência de leitura imersiva e escrita qualificada. Não devemos esquecer que vivemos num país com mais de 9 milhões de analfabetos, cerca de 5,3% das pessoas com mais de 15 anos. O analfabetismo funcional chega a quase um terço da população. As desigualdades de acesso aos recursos digitais acompanham a disparidade das realidades entre ricos e pobres. Se estudantes com acesso a computadores adequados podem fazer maravilhas com a IA, isso não acontece da

mesma maneira com quem não goza dessas mesmas condições. Na FECLESC (Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central, campus da Universidade Estadual do Ceará em Quixadá, onde eu trabalho), muitos de meus alunos fazem seus trabalhos acadêmicos usando exclusivamente seus aparelhos celulares. Considero isso uma verdadeira tragédia. Outro aspecto importante a se levar em conta é o fato da IA oferecer respostas padronizadas segundo critérios (inclusive ideológicos) definidos por empresas privadas e mesmo interessadas na produção de determinados tipos de informação. Vejo isso como uma séria ameaça à imaginação crítica e criativa de que necessitamos.

Há ainda os impactos econômicos e ambientais relacionados à ampliação do uso das IAs. Quando observamos o que está por trás das consultas que fazemos aos sites de IA, uma realidade nada agradável se nos é apresentada. Para desenvolver os conteúdos oferecidos, as empresas de IAs exploram trabalhadores terceirizados que trabalham intensamente na moderação de conteúdos abusivos, ganhando muito pouco por longas horas de exposição a imagens e ideias que terminam lhes provocando adoecimento. Isso sem falar no desemprego em massa que o recurso da IA já promove em diversos setores onde estão substituindo o trabalho vivo de pessoas de carne e osso.

Quanto aos impactos ambientais, quase não nos atentamos quando fazemos nossas consultas de informação. Mas a demanda por IA tem consequências diretas nos territórios. Nos últimos tempos, o Brasil vem recebendo uma enxurrada de propostas para criação de data centers que são prédios que abrigam supercomputadores de *big techs*. Acontece que esses gigantescos aparelhos funcionam 24 horas por dia e consomem uma quantidade imensa de energia e água (necessária para esfriar os supercomputadores). Aqui mesmo no Ceará, na cidade de Caucaia, a segunda maior população do estado, está prevista a implantação de uma gigantesca infraestrutura para a TikTok: um armazém do tamanho de doze campos de futebol. Não há transparência nas negociações dessa implantação e não se divulga o volume de água previsto para o funcionamento desse *data center*. Em 16 dos últimos 21 anos, essa mesma cidade de Caucaia declarou estado de emergência por estiagem e seca.